

ANAIIS

e-ISSN 2596-2892



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

24 a 26 de outubro

2024

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



ANAIS

e-ISSN 2596-2892



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

24 a 26 de outubro

2024

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
CONIC 2024

NATAL/RN
2024

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN Setor de
Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (24: 2024: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: desafios contemporâneos da educação, Natal (RN), 24 a 26 de outubro de 2024. – Natal: UNI-RN, 2024.

2 v. (I, 350 f.; II, 382 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Ciências Sociais – Resumos. 3. Ciências Exatas e da Terra – Resumos. 4. Empreendedorismo - Resumos. 5. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN

DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor – Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Vice-Reitora – Profa. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Comunicação – Zilene dos Santos Costa
Assessoria do Reitor – Maura Marjorie Gomes Nogueira
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso
Gerente de Marketing: Allan Almeida
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene Medeiros
Secretaria Geral: Suelio Silvestre dos Santos

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Profª. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Coordenação Estágios e Convênios – Prof. Alcir Veras da Silva
Coordenação dos Cursos de Administração -
Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Profª. Camila Furukava
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Direito – Profª. Úrsula Bezerra e Silva Lira
Coordenação do Curso de Engenharia Civil – Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira
Coordenação do Curso de Serviço Social – Profª. Adriana Coura Feitosa Lopes
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores Prof. Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Coordenação do Curso de Educação Física – Profª. Sônia Cristina Ferreira Maia
Coordenação do Curso de Enfermagem – Profª. Juliana Raquel Silva Souza
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Profª. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Profª. Adriana Coura Feitosa Lopes
Comissão Própria de Avaliação – Prof. Werner Farkatt Tabosa
Educação e Gestão Ambiental UNI-RN Sustentável – Mariana M. de Araújo Nunes
Estudos Transdisciplinares – Profª. Wannise de Santana Lima
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Profª. Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Programa de Monitoria – Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Mário Henrique Cardoso de Sá Leitão
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Mário Henrique Cardoso de Sá Leitão
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO CIÊNCIA DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIÊNCIA DO UNIRN

Aluísio Alberto Dantas – Coordenação Geral
Eduardo Henrique Cunha de Farias – Coordenação Científica
Cristiane Clébia Barbosa – Assessoria

COMITÊ DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIÊNCIA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas
Alcir Veras da Silva Alessandra Silva de Oliveira Martins
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Aluísio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Angela Maria Guerra Fonseca
Camila Furukava Carina Leite de Araújo Oliveira
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Eduardo Henrique Cunha de Farias
Fábio Sérgio da Costa Perreira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando Roberto Brandão da Silva
Francisco das Chagas da Silva
Helena Maria da Silva Barroso
José Marcelo da Silva Rodrigues
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Juliana Raquel Silva Souza
Larissa Inês da Costa
Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Mário Henrique Cardoso de Sá Leitão
Maura Marjorie Gomes Nogueira
Patrícia Falcone Pessoa
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Úrsula Bezerra e Silva Lira
Wannise de Santana Lima Wantoilton Albuquerque
Werner Farkatt Tabosa
Zilene dos Santos Costa

APRESENTAÇÃO

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2024 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 24º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, outubro de 2024

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

PROFESSORES ORIENTADORES DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	ORIENTADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Cristiane Clébia Barbosa Adriano Macêdo dos Santos</i>	
ARQUITETURA E URBANISMO	<i>André Felipe Moura Alves Camila Furukava Cristiane Clébia Barbosa Debora Nogueira Pinto Florencio Huda Andrade Silva de Lima</i>	<i>Miss Lene Pereira da Silva Sandra Albino Ribeiro Suerda Campos da Costa Werner Farkatt Tabosa</i>
CONTABILIDADE	<i>Cristiane Clébia Barbosa Roberto José Vieira de Sousa Lima Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>	
DIREITO	<i>Adriana Gomes Medeiros de Macedo Adriana Pereira dos Santos Alda Karoline Lima da Silva Cristiane Clébia Barbosa Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares Everlane Ferreira Moura Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira Felipe Douglas da Silva João Batista Machado Barbosa Karina de Brito Gondim Moura Soares</i>	<i>Marcelo Maurício da Silva Marco Aurélio de Medeiros Jordão Matusalem Jobson Bezerra Dantas Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos Rasland Costa de Luna Freire Ricardo César Ferreira Duarte Junior Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes Sandresson de Menezes Lopes Ursula Bezerra e Silva Lira Walber Cunha Lima</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Anderson Albino Ferreira Brenda Vieira Costa Fontes Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo Carlos Gomes de Moura Everlane Ferreira Moura</i>	<i>Fábio Sérgio da Costa Pereira Leaivlam Rodrigues de Lima Suerda Campos da Costa Werner Farkatt Tabosa</i>
INFORMÁTICA	<i>Cristiane Clébia Barbosa José Lucas de Paiva Victor</i>	
PÓS GRADUAÇÃO INFORMÁTICA	<i>Eudes Alves de Medeiros</i>	

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

A COMPLEXIDADE DA GESTÃO EMPRESARIAL: DESAFIOS E SOLUÇÕES EM WORKAHOLISMO, CONTROLE INTERNO, GLOBALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EMPRESAS FAMILIARES	29
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	30
A INFLUÊNCIA DOS ESTILOS DE LIDERANÇA NA EFICIÊNCIA ORGANIZACIONAL: UMA REVISÃO TEÓRICA	31
A RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS	32
ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM UM MUNDO GLOBALIZADO	33
ANÁLISE SOBRE O SALÃO FLOR DE MARCELA E DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE AÇÃO USANDO 5W2H	35
ATELIER THIAGO ALMEIDA	36
CIRÚRGICA BEZERRA	37
CONSEQUÊNCIAS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS	38
DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS DO MERCADO INFORMAL NO BAIRRO DO ALECRIM EM NATAL/RN: IMPLEMENTAÇÃO DO MEI E GESTÃO FINANCEIRA	39
DESAFIOS E INTERVENÇÕES ERGONÔMICAS NA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS: UM ESTUDO COM INTÉRPRETES EM NATAL/RN	40
DIFICULDADES DA MULHER LÍDER	41
EMPREENDEDORISMO E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE INVESTIGATIVA E APROFUNDADA DE UMA EMPRESA FAMILIAR	42
EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL	43
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL PARA ATRAIR O CONSUMIDOR	44
ESTUDO DE CASO DA EMPRESA QUIOSQUE VIP	45
GESTÃO E QUALIDADE NO MAZZANO RESTAURANTE E PIZZARIA: UM ESTUDO DE CASO	46
GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE	47
INOVAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: COMO A TECNOLOGIA PODE OTIMIZAR PROCESSOS BUROCRÁTICOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	48
MELHORIA DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL EM HOSPITAIS: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS	49

SUMÁRIO

MERCADINHO SANTO ANTÔNIO	50
O IMPACTO DA ESCASSEZ DE RECURSOS PRODUTIVOS NA TOMADA DE DECISÃO CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA EM EMPRESAS BRASILEIRAS	51
O IMPACTO DO BRANDING NAS EMPRESAS E SEU USO NO MEIO DIGITAL	52
O IMPACTO DO FEEDBACK NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E NA CULTURA ORGANIZACIONAL	53
OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE DE ESTOQUE E ATENDIMENTO: ESTRATÉGIAS PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL NA QUEIROZ OLIVEIRA	54
POR QUE O CONTROLE INTERNO É ESSENCIAL NA GESTÃO PÚBLICA?	55
PROJETO DE EXTENSÃO VII: PADARIA QUITANDA E PÃES	56
RECURSOS ORGANIZACIONAIS E CAPACIDADES DINÂMICAS: UM CAMINHO PARA A VANTAGEM COMPETITIVA	57
SOCIEDADE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA	58
SUPER SHOW ALTO ALVORADA: LIDERANÇA E CLIMA ORGANIZACIONAL	59
SUPER SHOW SÃO VICENTE: QUALIDADE E SERVIÇO DE ATENDIMENTO	60
TEC CELL: DESAFIOS MODERNOS	61
UMA ANÁLISE SOBRE O RELACIONAMENTO COM O CONSUMIDOR E A GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS DA EMPRESA VAL BRIGADERIA	62

ARQUITETURA

A ARQUITETURA MODERNA	65
A INFLUÊNCIA POSITIVA DA TOPOGRAFIA COMO FORMA DE VALORIZAR UM PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	66
A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DO ENTORNO NA DEFINIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE UM PROJETO DE PARQUE URBANO EM PARNAMIRIM/RN	67
ANÁLISE CÊNICA DE UM TERRENO URBANO, UTILIZANDO MODELO TOPOGRÁFICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE	68
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA ACADEMIA NO BAIRRO DE CAPIM MACIO EM NATAL/RN COM ÊNFASE EM ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA	69
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL NÍVEL FUNDAMENTAL II E MÉDIO NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-RN	70
ANTEPROJETO DE UMA ACADEMIA DE ALTO PADRÃO EM NATAL/RN	71
ARQUITETURA COMERCIAL: ESTUDO PRELIMINAR ARQUITETÔNICO DE REFORMA PARA	

SUMÁRIO

EDIFÍCIO VERTICAL EM PEREIRO/CE	72
ARQUITETURA DE ALTO PADRÃO EM ZONA RURAL: PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA CASA DE FAZENDA NA ZONA RURAL DE NOVA CRUZ-RN	73
ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE EM PONTA NEGRA: PROJETOS RESIDENCIAL IMPÉRIO DO SOL E PONTA NEGRA BUSINESS EM NATAL/RN	74
ARQUITETURA EFÊMERA: UMA ANÁLISE URBANÍSTICA E AMBIENTAL DOS ESPAÇOS OCUPADOS POR FOOD PARKS, NO BAIRRO DE PONTA NEGRA, EM NATAL/RN, PARA A CRIAÇÃO DE CARTILHA PARA LICENCIAMENTO	75
ASPECTOS HISTÓRICOS E PISCOSSOCIAIS NATAL BAIRRO DE CIDADE ALTA	76
CONECTANDO COM A NATUREZA: ESTRATÉGIAS DE PAISAGISMO PARA PROMOVER O BEM-ESTAR EM AMBIENTES DE SAÚDE	77
CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA NO AMBIENTE DE SAÚDE: ANÁLISE DOS EFEITOS DO LAYOUT DO CENTRO CIRÚRGICO AMBULATORIAL DO HOSPITAL GASTROPROCTO	78
COWORKING BLOOM: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM EDIFÍCIO COWORKING, COM ÊNFASE EM AMBIENTES QUE ESTIMULEM A CRIATIVIDADE, ALIADOS AOS CONCEITOS DA NEUROARQUITETURA	79
DIÁLOGO ENTRE ERAS: IMPACTO DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA NA PAISAGEM DO SÍTIO HISTÓRICO DA RIBEIRA EM NATAL/RN	80
DOLPHINS HOSTEL: PROJETO ARQUITETÔNICO	81
ESCOLA E ARQUITETURA: ESTUDO PRELIMINAR ARQUITETÔNICO DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARNAMIRIM/RN	82
ESTUDO PRELIMINAR DE UM CENTRO COMUNITÁRIO NA CIDADE DE MACAU, RN: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	83
ESTUDO PRELIMINAR DE UM SPA IMERSIVO BASEADO NOS PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS DA NEUROARQUITETURA	84
ESTUDO PRELIMINAR DE UM CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE VOLEIBOL NA CIDADE DE NATAL	85
ESTUDO PRELIMINAR PARA EDIFÍCIO EMPRESARIAL: INTEGRANDO NECESSIDADES EMPRESARIAIS E COMERCIAIS AO DESIGN BIOFÍLICO	86
GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE SWOT PARA ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS E COMPETITIVAS	87
MASTERPLAN: BAIRRO DE PONTA NEGRA	88
PARQUE URBANO: ANÁLISE DE DEFINIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDO PRELIMINAR EM NOVA PARNAMIRIM/RN	89
PROJETO ARQUITETÔNICO 5º PERÍODO: COMPLEXO HILLS	90
PROJETO DE ARQUITETURA VERTICAL AUTOMATIZADO: RESIDENCIAL GREEN LAKE E BUSINESS	

SUMÁRIO

	91
PROJETO URBANO: PARQUE ECOLÓGICO – ECO OASIS	92
PROJETO VERTICAL DE USO MISTO (COMERCIAL E RESIDENCIAL): COMPLEXO JARDINS	93
TOPOGRAFIA: A ARTE DE LER E MOLDAR O ESPAÇO	94
TORRES ÁGUA MARINHA: ANTEPROJETO DE UM COMPLEXO COMERCIAL E RESIDENCIAL EM PONTA NEGRA, NATAL/RN	95
VILA DA MATA: PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA POUSADA E CAMPING E PROJETO URBANÍSTICO DE UM LARGO ADJACENTE	96

CONTABILIDADE

ANÁLISE ESTRATÉGICA DA N3 SOLUÇÕES: DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NO MERCADO	99
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA E O PAPEL DAS NBC TA NA EMISSÃO DE RELATÓRIOS FIDEDIGNOS	100
A ESTAGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SETOR CONTABIL DEVIDO AO AVANÇO DA TECNOLOGIA NO MERCADO	101
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS E JOVENS PARA O CRESCIMENTO DE UMA NAÇÃO PRÓSPERA	102
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE CONTÁBIL PARA A SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS FAMILIARES: DESAFIOS E BOAS PRÁTICAS	103
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO NAS PEQUENAS EMPRESAS	104
AS FERRAMENTAS QUE AS ORGANIZAÇÕES ESTÃO UTILIZANDO PARA O ENFRENTAMENTO A SÍNDROME DE BURNOUT	105
BALANCED SCORECARD COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA MICROEMPREENDEDORES: ESTUDO DE CASO NO SETOR DE BIJUTERIAS	106
ECONOMIA E ESCASSEZ: EXPLORANDO AS QUESTÕES ESSENCIAIS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS	107
GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS FAMILIARES DE CONFECÇÃO DE ROUPAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	108
O IMPACTO CAUSADO PELA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 7.713 NOS ATLETAS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS	109
O IMPACTO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA TOMADA DE DECISÕES EMPRESARIAIS: A INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE(IFRS) NA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES	110
O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE: O FUTURO DA PROFISSÃO DO	

SUMÁRIO

CONTADOR	111
OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE E SEUS PROFISSIONAIS	112

DIREITO

A (IM)POSSIBILIDADE DA PROGRESSÃO DE REGIME FRENTE AO INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA: UM ESTUDO ACERCA DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	115
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS CRIMES DE GRANDE REPERCUSSÃO JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI BRASILEIRO	116
A INTERVENÇÃO DA MEDIAÇÃO NOS CASOS DE ANULABILIDADE DE CASAMENTOS	117
ELEIÇÕES NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NEGATIVOS NA SOCIEDADE: COMO PACIFICAR A PLURALIDADE DE IDEIAS ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	118
ENSINO DA HISTÓRIA BRASILEIRA ATRAVÉS DE MÉTODOS LÚDICOS: ESTRATÉGIAS PARA O ENGAJAMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	119
FATORES QUE INFLUENCIAM A EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	120
FILHOS EM REDE: A EXPOSIÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DA AUTOCOMPOSIÇÃO NA ERA DO DIVÓRCIO	121
O AFRESCO DO BOM E MAU JUIZ EM MONSARAZ: UMA ANÁLISE JURÍDICA DO DIREITO MEDIEVAL SOB A PERSPECTIVA IMAGÉTICA	122
PSICOPATIA E DIREITO PENAL: DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL	123
RESISTÊNCIA AO DIREITO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SETOR PÚBLICO: ASPECTOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA DO FENÔMENO DE CLÁUSULAS PÉTREAS CULTURAIS	124
QUAL O PREÇO DA JUSTIÇA?: UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE A DISCREPÂNCIA DO SISTEMA PENAL DIANTE DAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS	125
A (IM)POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS EM FAVOR DO RÉU: UMA ANÁLISE À LUZ DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO À DEFESA	126
A ADVOCACIA PÚBLICA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA E INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS	127
A APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA ASSISTIVA PARA OTIMIZAR A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM CONFORMIDADE COM NORMATIVAS TÉCNICAS E LEGAIS	128
A APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA ASSISTIVA PARA OTIMIZAR A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM CONFORMIDADE COM NORMATIVAS TÉCNICAS E LEGAIS	129
A ATUAÇÃO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS)	

SUMÁRIO

NO BRASIL: AVALIAÇÃO DO PAPEL NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	130
A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E O SENTIMENTO POLICIAL DE IMPUNIDADE: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR NO INSTITUTO	131
A AUTOCOMPOSIÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA: O USO DA MEDIAÇÃO EM CASOS DE ANULAÇÃO DO CASAMENTO MEDIANTE ERRO QUANTO À PESSOA	132
A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE DESJUDICIALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS	133
A CORRELAÇÃO E OS DESAFIOS ENTRE O DIREITO E O CINEMA	134
A CRUZ DE MALTA É UM PENDÃO DE LUTA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DOS DIREITOS HUMANOS NO FUTEBOL E A ATUAÇÃO DO VASCO DA GAMA E SUA LUTA PELA QUEBRA DE BARREIRAS RACIAIS DESDE 1924	135
A DESINTEGRAÇÃO DA VENEZUELA: DECADÊNCIA ECONÔMICA, CRISE HUMANITÁRIA E O IMPACTO NA GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA	136
A DINÂMICA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	137
A EFICÁCIA DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	138
A EFICÁCIA DAS CLÍNICAS DE PRÁTICA JURÍDICA NO ENSINO DE DIREITO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	139
A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE PARECERES CONSULTIVOS NOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS CORTES DE DIREITOS HUMANOS	140
A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL	141
A FILOSOFIA DO DIREITO: IDEIAS E CONTRIBUIÇÕES KANTIANA E KELSENIANA	142
A GARANTIA DA ATUAÇÃO TÉCNICA E DEFESA DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DA ADPF 591 ACERCA DA PRESENÇA FACULTATIVA DO ADVOGADO EM AUDIÊNCIA INICIAL DE AÇÃO DE ALIMENTOS	143
A GARANTIA DE UM PLENO ACESSO AO DIRETO À SAÚDE	144
A GRANDE PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E A CRIMINALIZAÇÃO PRESENTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL	145
A GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM CASO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL	146
A IGUALDADE SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE HOMENS E MULHERES: QUAIS OS MECANISMOS JURÍDICOS GARANTIDORES DA ISONOMIA PREVISTOS NO DIREITO BRASILEIRO?	147
A IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS CIBERNÉTICOS NA MITIGAÇÃO DE FRAUDES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIGITAIS	148

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA E A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	149
A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE ADVOGADO E CLIENTE: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ESCUTA ATIVA NA PERCEPÇÃO DO CLIENTE SOBRE A QUALIDADE DO ATENDIMENTO JURÍDICO E NA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE	150
A IMPORTÂNCIA DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO FRENTE À NECESSIDADE DA DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL	151
A INAPLICABILIDADE DA RESSOCIALIZAÇÃO E A FINALIDADE DA PENA NO BRASIL	152
A INEFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL NA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS PRINCIPAIS FATORES DE INVIABILIDADE	153
A INFLUÊNCIA DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: IMPACTOS E EFICÁCIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES	154
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI E A PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E IMPARCIALIDADE	155
A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NOS JULGAMENTOS CRIMINAIS	156
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES E LIMITES DO USO DA TECNOLOGIA NA ATIVIDADE JURISDICIONAL	157
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: IMPACTOS E DESAFIOS	158
A INTERFERÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO LEGISLATIVO: DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO	159
A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA E PANDEMIA E AS DIFICULDADES DO MEIO SOCIAL NO DIREITO CIVIL E CRIMINAL COM A PERSPECTIVA DA SAÚDE	160
A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES NO COMBATE AO ABANDONO AFETIVO	161
A MEDIAÇÃO NA ESFERA DO DIREITO PENAL: VANTAGENS E FRONTEIRAS	162
A MORTE DE JORNALISTAS NO CONFLITO DE ISRAEL EM GAZA E A CONVENÇÃO DE GENEBRA	163
A NEGLIGÊNCIA DOS DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DE COLONIALISMO MODERNO	164
A PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA À INTEGRIDADE FÍSICA PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB PRETEXTO DE CORREÇÃO TRADICIONAL: VIOLANDO O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL	165
A PROBLEMÁTICA ACERCA DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL	166
A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA DO PUNITIVISMO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	167
A RELAÇÃO DO DIREITO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	168

SUMÁRIO

A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO E O ASSÉDIO SEXUAL	169
A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS “INFLUENCERS”: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DO IMPACTO DA PUBLICIDADE ABUSIVA NA ERA DIGITAL	170
A USUCAPIBILIDADE ENTRE CONDÔMINOS EM REGIME DE MULTIPROPRIEDADE FRENTE ÀS LACUNAS LEGISLATIVAS	171
A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AUXÍLIO ÀS MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	172
A VIABILIDADE DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM AS PROPOSTAS PELA OIT	173
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS DANOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS	174
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, SEUS DESAFIOS E EFEITOS	175
A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL	176
A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL	177
ACOLHIMENTO ACADÊMICO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E APOIO PARA A SAÚDE MENTAL ESTUDANTIL	179
ADOÇÃO INTERNACIONAL: ANÁLISE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SOB A TUTELA DO ESTADO	180
ALIENAÇÃO PARENTAL NA GUARDA COMPARTILHADA: A LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	181
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS	182
ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA TESE DO MARCO TEMPORAL INDÍGENA NO BRASIL COM OLHAR PARA O JULGAMENTO DO RE 1017365 PELO STF	183
ANÁLISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE E OS EFEITOS DA PRISIONIZAÇÃO	184
ANALISE SOBRE O LIVRO: “PROCESSO CIVIL PRAGMATISTA DEMOCRÁTICO?: adequada metodologia para solução de conflitos”, escrito por Matusalém Jobson Bezerra Dantas	185
AS FALHAS DA EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	186
AS PERSPECTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	187
AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CAMPO JURÍDICO	188
ATLETAS TRANSEXUAIS NO ESPORTE: O PAPEL DO DIREITO COMO GARANTIDOR DE IGUALDADE NAS COMPETIÇÕES	189
ATRIBUIÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NO CONTEXTO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS	190

SUMÁRIO

BRASIL CONDENADO INTERNACIONALMENTE POR FEMINICÍDIO: O CASO MARCIA BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VS. BRASIL	191
CASO CARREFOUR E A NÃO GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL QUE TORNA O CRIME DE RACISMO INAFIANÇÁVEL	192
CLASSE SOCIAL E A JUSTIÇA PENAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO SUZANE VON RICHTOFEN	193
COM A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL, A PROMESSA DE DESJUDICIALIZAÇÃO TENDENCIA A MAJORAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	194
COMO A RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA VÍTIMA PODE VIOLAR A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	195
COMO O TRABALHO INFANTIL ESTÁ RELACIONADO COM A DESIGUALDADE SOCIAL: UM ESTUDO NO CENÁRIO BRASILEIRO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	196
COMPREENDENDO O FEMINICÍDIO	197
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: CAMINHOS EFICAZES PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA SUA EXPANSÃO	198
CONCILIAÇÃO: VIDA E ESTUDO PARA ALUNOS INGRESSANTES E INGRESSADOS NO CURSO DE DIREITO	199
CONDIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E REFORMAS NECESSÁRIAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA	200
CONFLITO DE GAZA E OS IMPEDIMENTOS PARA À AUTODERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO	201
CONTEXTO POLÍTICO: A SOBERANIA DE ISRAEL SOB A PALESTINA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	204
CRISES INSTITUCIONAIS, A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES E O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS NA BUSCA PELO EQUILÍBRIO INSTITUCIONAL EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	205
CUIDANDO DE QUEM CUIDA	206
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DO ESTELIONATO ONLINE	207
DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS NUMA PERSPECTIVA DE SUBJUGO A SEGURANÇA JURÍDICA DO INDIVÍDUO EM DETRIMENTO DO ESTADO	208
DESIGUALDADE EM ROBES: A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA PRÁTICA JURÍDICA	209
DIABETES: GARANTIA AO ACESSO NECESSÁRIO PARA ADQUIRIR INSULINA EFICAZ PELO SUS	210
DIREITO E INTERPRETAÇÃO À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DO DEUS HERMES	211
DIREITO MÉDICO: ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE MÉDICA	212
DIREITO NATURAL ESTÁ MORTO: CRÍTICA AO DIREITO NATURAL COM BASE NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE E WITTGENSTEIN	213

SUMÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO: IMPOSTOS E ATUAÇÃO NA SOCIEDADE	214
DISCIPLINA FILOSOFIA DO DIREITO: A VISÃO DE ALUNOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA EM NATAL/RN	215
DIVÓRCIO E MEDIAÇÃO FAMILIAR: A EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO LITÍGIO EM CASOS DE SEPARAÇÃO	216
DORMIR BEM, ESTUDAR MELHOR	217
EDUCAÇÃO FINANCEIRA A TODOS	218
EMANCIPAÇÃO FEMININA NOS DIAS ATUAIS	219
FLEXIBILIDADE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA 4.0: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	220
FRAUDES CIBERNÉTICOS: TIPOLOGIAS, IMPACTOS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL	221
GATTACA: FICÇÃO OU REALIDADE ? UMA ANÁLISE DA TENTATIVA DE CURAR O AUTISMO SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE AFIRMATIVA E O PARADIGMA DA NEURONORMATIVIDADE	222
GWAROSA: AS PROBLEMÁTICAS DA EXTENSA JORNADA DE TRABALHO NA COREIA DO SUL	223
IMPLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA	224
IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA CULTURA DO CANCELAMENTO E A SANÇÃO DIFUSA NO DIREITO NATURAL	225
INABILICABILIDADE DO TEMA 1157 DO STF AOS AGENTES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NATAL QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO SEM CONCURSO PÚBLICO	226
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APLICAÇÃO PENAL: COMO GARANTIR QUE A PENA APLICADA SEJA JUSTA À GRAVIDADE DO DELITO?	227
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O IMBRÓGLIO DA HERMENÊUTICA JURÍDICA?	228
INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL: A LEI 11.441, DE 04 DE JANEIRO DE 2007 E A FUNÇÃO SOCIAL DA HERANÇA	229
JUSTIÇA RESTAURATIVA: A INFLUÊNCIA DA ESCUTA ATIVA NO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	230
LAR DOS IDOSOS	231
LEI 13.465/2017: DIFUSÃO DO DIREITO DE MORADIA E SEGURANÇA JURÍDICA	232
LIBERDADE DE EXPRESSÃO CIVIL E FAKE NEWS	233
LICENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE PARA CASAIS HOMOAFETIVOS: DESAFIOS ENFRENTADOS NO ÂMBITO JURÍDICO	234
LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: DIREITO À DESCONEXÃO FRENTE AO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL	235

SUMÁRIO

LIMITES DO CONTROLE JUDICIAL DAS PROCURAÇÕES AD JUDICIA EM CASOS DE DEMANDA PREDATÓRIA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NA JUSTIÇA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE	236
MANIFESTO CONTRA O RACISMO	237
MEDIAÇÃO OU CONCILIAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA	238
MEDIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO PARA O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A SOCIEDADE BRASILEIRA	239
MOMENTO RECREATIVO COM IDOSOS	240
MULHERES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE: DESAFIOS E SUPERAÇÕES DIANTE DA VIOLÊNCIA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO	241
O ACESSO DA MULHER À JUSTIÇA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	242
O BÔNUS REGIONAL E SUA COLISÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS	243
O DECLÍNIO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC DE 2015: ANÁLISE DO APRIMORAMENTO DA TUTELA JURISDICIONAL E DA FLEXIBILIZAÇÃO PROCESSUAL	244
O DIREITO PENAL NA GERAÇÃO Z	245
O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL E COMO ELA INFLUENCIA A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA E O DESEMPREGO NAS REGIÕES INTERIOANAS	246
O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CAMPO JURÍDICO E NA EDUCAÇÃO	247
O IMPACTO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO AUMENTO DA VIOLÊNCIA: DO CRIME CIBERNÉTICO AO USO DE ARMAS INTELIGENTES	248
O JULGAMENTO E QUESTÕES MORAIS EM “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS: O CASO DE MEURSAULT	249
O PAPEL DA CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.	250
O PAPEL DAS CORES NO BRANDING E AS LIMITAÇÕES À SUA PROTEÇÃO LEGAL	251
O PAPEL DO MEDIADOR NA REDUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS CASOS DE DIVÓRCIO	252
O PAPEL ESSENCIAL DA LIDERANÇA EM UMA GESTÃO DE CRISE NO SETOR DE SAÚDE PÚBLICA	253
O QUE CAUSA A ALIENAÇÃO PARENTAL E QUAIS OS EFEITOS PARA UMA FAMÍLIA	254
OPERAÇÃO URUGUAI ? CONHECIMENTO JURÍDICO E GESTÃO DE CRISE NA SAÚDE	255
OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO AO ACESSO À JUSTIÇA NO SISTEMA BRASILEIRO	256
OS DESAFIOS DA EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS NO BRASIL	257
OS DESAFIOS DO USO DE IA: ACESSIBILIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO	258

SUMÁRIO

OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DIREITO: UM OLHAR DA ANTIGUIDADE À GLOBALIZAÇÃO	260
OS RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS AO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS: UMA REVISÃO CRÍTICA ACERCA DESSA PANDEMIA	261
OS RISCOS DA RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE IMPRENSA PARA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE) 1075412 TEMA 995	262
PROBLEMAS DA OBESIDADE NA SOCIEDADE	263
PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO E O PROLETARIADO: A COMPREENSÃO DAS DIVISÕES DE CLASSES	264
PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR (PQVEB): TRANSFORMANDO ESCOLAS EM ESPAÇOS DE SAÚDE E FELICIDADE	265
PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	266
PROJETO QUALIDADE DE VIDA: JOVEM PRÓSPERO	267
PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA O BEM-ESTAR	268
PROPOSTA DE LAZER PARA TERCEIRA IDADE: LAZER E QUALIDADE DE VIDA, PARA TODOS OS VOVÔS E VOVÓS	269
PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	270
QUAL É O FUTURO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM O DECLÍNIO DOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS?	271
QUALIDADE AO ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO EM NATAL: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMÁTICAS E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIAS	272
QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	273
QUALIDADE DE VIDA COM ÊNFASE NA MEDITAÇÃO	274
QUANDO O AMOR MACHUCA: DEPENDÊNCIA EMOCIONAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DENTRO DOS RELACIONAMENTOS CONJUGAIS	275
REFORMA TRIBUTÁRIA: IVA BRASILEIRO E NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA	277
RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL NA INTERNET: CRIMES VIRTUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A IDEIA DE DOMINAÇÃO FOUCAULTIANA	278
RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS QUANTO À ASSISTÊNCIA À SAÚDE E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS	279
SAÚDE E FALTA DE DIGNIDADE HUMANA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A	280
SAÚDE E LONGEVIDADE	281
SEDENTARISMO E IDOSOS: COMO RESOLVER UM PROBLEMA QUE PARECE SER INEVITÁVEL	282

SUMÁRIO

TEMA: A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: ANÁLISE DE CASOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E GUARDA	283
TRABALHO REFERENTE AO ARTIGO	284
UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PANDEMIA DE COVID-19	285
UMA ANÁLISE DOS LIMITES DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA: SERVIDORES PÚBLICOS, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ÉTICA NO MUNDO DIGITAL	286
VÍDEO DA ATIVIDADE 4 SOBRE O PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR UNIDADE II	287
VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: A CONDENAÇÃO MUDIÁTICA E SOCIAL ANTECIPADA	288
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO COTIDIANO	289
VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA QUESTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE	290

ENGENHARIA CIVIL

ESTUDO SOBRE O USO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS INTELIGENTES PARA CONTROLE E MONITORAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA EM RESIDÊNCIAS.	293
ANÁLISE DA RESISTÊNCIA A FLEXÃO DA MADEIRA	294
ANÁLISE DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM AREIA E BRITA RECICLADOS	295
ANÁLISE DE FLAMBAGEM EM ESTRUTURAS DE MADEIRA	296
ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DO AÇO	297
ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À TORÇÃO DA MADEIRA	298
ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À TORÇÃO DA MADEIRA	299
ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À TORÇÃO DO AÇO	300
ANÁLISE DE RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DO AÇO	301
ANÁLISE DE VIGAS ISOSTÁTICAS RETAS SOB CARGAS DISTRIBUÍDAS E PONTUAIS	302
ANÁLISE DO REVESTIMENTO CIMENTÍCIO MOUNTED STONE: FABRICANTE GAUSS PARA FACHADAS	303
ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DE UMA AMOSTRA DE SOLO	304
APRIMORAMENTO DA ARGAMASSA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: EFEITOS DA ADIÇÃO DE SACO DE CIMENTO	305

SUMÁRIO

AS DIFERENTES TECNOLOGIAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA (SOLAR, ELÉTRICA E A GÁS) E SUA VIABILIDADE PARA USO EM MORADIAS, COMPARANDO EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CUSTOS	306
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA OBRA DA ENGORDA DA PRAIA DE PONTA NEGRA	307
BIM E A SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL	308
COMPORTAMENTO DE VIGAS INCLINADAS: ANÁLISE DE CARGAS E REAÇÕES	309
CONCRETO ARMADO VIA SECA/UMIDA	310
CONCRETO AUTO-ADENSÁVEL	311
CONCRETO COM INIBIDOR DE CORROSÃO: UMA SAÍDA PARA ESTRUTURAS MAIS DURÁVEIS	312
CONCRETO E ARGAMASSA COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE	313
CONCRETO PROJETADO PARA REVESTIMENTOS	314
DIMENSIONAMENTO DE MARQUISES DE PEQUENO PORTE EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS	315
ENSAIO DE GRANULOMETRIA DE SOLOS: ANÁLISE POR PENEIRAMENTO	316
EQUAÇÃO DA CONTINUIDADE DE FLUÍDOS	317
EQUILÍBRIO DE CORPOS RÍGIDOS EM DUAS DIMENSÕES	318
EQUIVALENTE DE AREIA	319
ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM AMBIENTE CONSTRUÍDO	320
ESTUDO COMPARATIVO DE MÉTODOS DE ESTIMATIVA DE ORÇAMENTOS PARA UMA UNIDADE HABITACIONAL PADRÃO “MINHA CASA, MINHA VIDA”	321
ESTUDO DE PÓRTICOS ISOSTÁTICOS: ANÁLISE DE ESTRUTURAS RETAS COM CARGAS VERTICAIS E HORIZONTAIS	322
IMPACTO DA PONDERAÇÃO DO TEMPO, ESFORÇO E CUSTO DE EXECUÇÃO NAS ESTIMATIVAS DA CURVA DE AVANÇO FÍSICO DE UM PROJETO DE OBRA CIVIL	323
IMPACTO DA TOPOGRAFIA NO DIMENSIONAMENTO DE ESTRADAS	324
IMPACTO DAS CONDIÇÕES TOPOGRÁFICAS NA CONCEPÇÃO E EFICÁCIA DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ESTRADAS	325
IMPORTÂNCIA DO ENSAIO GRANULOMÉTICO PARA A ENGENHARIA CIVIL	326
LEIS DE OHM E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	327
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO COM O AUXÍLIO DE DRONE:	328
MOBILIDADE URBANA: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO VIÁRIA PARA AVENIDA POMPEIA	329
O PAPEL TRANSFORMADOR DO ESTÁGIO NA VIDA DO ALUNO	330

SUMÁRIO

O USO DE PLACAS MONOLÍTICAS DE POLIESTIRENO EXPANDIDO NA CONSTRUÇÃO CIVIL.	331
PAVER DRENANTE E A SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL	332
PERCEPÇÃO DO USO DAS FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ENTRE OS ENGENHEIROS DE OBRAS ATUANTES NA CIDADE DE NATAL-RN	333
PERCEPÇÃO DO USO DAS FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ENTRE OS ENGENHEIROS DE OBRAS ATUANTES NA CIDADE DO NATAL/RN	334
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE CONCRETO MASSA	335
SISTEMA DE CAPTAÇÃO E REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO E REUSO DE ÁGUA, COMO APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA E ÁGUAS CINZAS	336
TORÇÃO DO AÇO	337
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA DE REBOCO PARA FACHADA	339
VANTAGENS DO CONCRETO COM ADIÇÃO DE FIBRA DE VIDRO	340
VIGAS DE GERBER: ANÁLISE DE SISTEMAS DE VIGAS ISOSTÁTICAS COM APOIOS INTERMEDIÁRIOS	341
VIVER BEM: PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA PARA IDOSOS	342

INFORMÁTICA

A TECNOLOGIA E SEUS MECANISMOS PARA O ENSINO	345
COMO A PRÁTICA E A TEORIA NO ENSINO DA ENGENHARIA DE SOFTWARE SE COMPLETAM	346
IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS EMPRESARIAIS	347
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ESTADO ATUAL E TENDÊNCIAS	348
O USO DE MACHINE LEARNING EM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS ATRAVÉS DE EXAMES DE IMAGEM	349
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	350



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

2024

GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



A COMPLEXIDADE DA GESTÃO EMPRESARIAL: DESAFIOS E SOLUÇÕES EM WORKAHOLISMO, CONTROLE INTERNO, GLOBALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EMPRESAS FAMILIARES

Autor(es):

Augusto Sarmiento Alves Soares de Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Luis Eduardo Faustino de Souza Cruz: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Vinicius Brito de Menezes: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Guilherme da Silva Viegas: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Thiago Luiz Marcelino Pedroza: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão empresarial no contexto atual enfrenta uma série de desafios complexos, desde a adaptação a um mercado globalizado até a necessidade de lidar com questões internas como o workaholismo e o controle interno. Além disso, a gestão de empresas familiares envolve dinâmicas particulares, como a sucessão e a profissionalização. Este estudo explora cinco aspectos críticos que impactam a gestão contemporânea: o workaholismo, o controle interno, a globalização, a avaliação de desempenho multicritério e a gestão de empresas familiares.

(Metodologia) Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em uma revisão de literatura e análise de estudos de caso. Foram selecionados artigos acadêmicos, livros e estudos de caso para examinar os temas centrais. A análise de fontes secundárias foi empregada para identificar tendências atuais e práticas eficazes em cada uma das áreas analisadas.

(Resultados) Impactos do Workaholismo: O estudo identificou que o workaholismo compromete tanto a saúde dos funcionários quanto a produtividade das empresas. Organizações que promovem um equilíbrio entre vida pessoal e profissional observam uma melhora significativa na satisfação dos colaboradores e na eficiência operacional. Importância do Controle Interno: Empresas com sistemas de controle interno robustos mostraram maior capacidade de prevenir fraudes e garantir a precisão das informações financeiras. A prática regular de auditorias internas e uma governança sólida são essenciais para a eficiência organizacional. Desafios em Mercados Globalizados: Empresas que adotam estratégias adaptativas, como inovação e diversificação, têm melhor desempenho em mercados globais. A flexibilidade para ajustar-se a diferentes contextos culturais e econômicos foi identificada como um fator crucial para o sucesso internacional. Avaliação de Desempenho Multicritério (EDM): Modelos como o Balanced Scorecard são eficazes em alinhar metas estratégicas com a prática empresarial, proporcionando uma visão holística do desempenho organizacional e permitindo a identificação de áreas de melhoria. Desafios das Empresas Familiares: A sucessão e a profissionalização da gestão foram reconhecidas como os maiores desafios. A pesquisa sugere que o planejamento sucessório cuidadoso e a definição clara de estruturas de governança são fundamentais para a continuidade e o sucesso das empresas familiares.

(Conclusão) A gestão empresarial contemporânea exige uma abordagem multifacetada para lidar com desafios como o workaholismo, o controle interno, a globalização, a avaliação de desempenho e a gestão de empresas familiares. Empresas que promovem um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, implementam controles internos sólidos, adotam estratégias flexíveis para mercados globais e preparam-se cuidadosamente para a sucessão familiar estão mais bem posicionadas para alcançar um desempenho sustentável e bem-sucedido.

Palavras-chave: gestão empresarial; desafios; workaholismo.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Autor(es):

Vitor Gomes Trigueiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo em questão explora o papel fundamental da contabilidade na gestão eficaz e no sucesso de micro e pequenas empresas, que representam uma parcela significativa da economia brasileira, cerca de 97% dos negócios no país. No entanto, muitos desses empreendimentos encerram suas atividades antes de completarem cinco anos de existência, devido à ausência de planejamento adequado e à gestão ineficaz. O principal objetivo deste trabalho é destacar a importância da contabilidade como uma ferramenta essencial, não apenas para cumprir com as obrigações fiscais, mas também para fornecer informações cruciais que apoiam a tomada de decisões e o planejamento estratégico das empresas. A contabilidade desempenha um papel vital no auxílio ao empresário para que ele tenha uma visão clara e precisa de sua situação patrimonial, facilitando a definição de metas e estratégias que garantam a sustentabilidade e o crescimento do negócio.

(Metodologia) O estudo foi conduzido por meio de revisão bibliográfica, utilizando publicações existentes sobre o tema. A metodologia permitiu a análise de diversas contribuições científicas que abordam a relevância da contabilidade no contexto das micro e pequenas empresas. A pesquisa focou em mostrar que a adoção de práticas contábeis pode transformar a maneira como essas empresas enfrentam os desafios do mercado.

(Resultados) Os resultados apontam que, embora a contabilidade seja uma ciência essencial para a gestão empresarial, muitos pequenos empresários ainda não reconhecem plenamente seu valor. As empresas que integram a contabilidade em suas operações diárias conseguem se manter no mercado de forma sustentável, pois possuem informações precisas que lhes permitem tomar decisões fundamentadas e planejar o crescimento a longo prazo. Em contrapartida, aquelas que não fazem uso adequado dessas ferramentas tendem a enfrentar dificuldades que podem levar ao fechamento precoce do negócio.

(Conclusão) Conclui-se que a contabilidade, enquanto ferramenta de gestão, é indispensável para a sobrevivência e o sucesso das micro e pequenas empresas. Sua aplicação correta permite não apenas a conformidade fiscal, mas também a obtenção de informações estratégicas que são cruciais para o desenvolvimento empresarial. A pesquisa sugere que uma maior conscientização sobre a importância da contabilidade pode reduzir significativamente o número de falências entre as micro e pequenas empresas, contribuindo para um ambiente econômico mais estável e próspero.

Palavras-chave: contabilidade; gestão empresarial; micro e pequenas empresas; planejamento estratégico; sustentabilidade.

A INFLUÊNCIA DOS ESTILOS DE LIDERANÇA NA EFICIÊNCIA ORGANIZACIONAL: UMA REVISÃO TEÓRICA

Autor(es):

Luiza Suassuna Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A liderança é um fator crucial no desempenho organizacional, influenciando não apenas a eficiência, mas também a cultura e o clima interno das empresas. Este estudo investiga a relação entre estilos de liderança?especificamente a liderança transformacional e a transacional?e a eficiência organizacional em diferentes contextos empresariais. A problemática central reside na identificação de como cada estilo de liderança afeta a cultura organizacional e, por consequência, a eficácia das equipes. O enquadramento teórico é fundamentado nas principais abordagens sobre liderança, destacando a evolução das teorias ao longo das décadas, que transitaram de uma visão hierárquica para uma perspectiva que valoriza as interações sociais e culturais dentro das organizações. A pesquisa se propõe a demonstrar que a escolha do estilo de liderança pode ser determinante para a adaptabilidade e o sucesso das empresas em um ambiente de negócios em constante mudança.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicas, como SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizados critérios para a seleção de artigos, com ênfase em publicações que abordam a relação prática entre estilos de liderança e eficácia organizacional. Inicialmente, quinze artigos foram selecionados, mas, após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, cinco foram revisados. A análise focou em identificar padrões, convergências e divergências nos resultados apresentados pelos autores, com especial atenção às diferentes dimensões culturais e estruturais que impactam a eficácia dos estilos de liderança em diversos contextos empresariais.

(Resultados) Os resultados da pesquisa indicam que o estilo de liderança adotado por uma organização tem um impacto significativo na cultura interna e nos resultados globais. Líderes transformacionais promovem um ambiente de trabalho mais inovador e colaborativo, que resulta em maior satisfação e produtividade entre os colaboradores. Em contraste, líderes transacionais tendem a garantir a eficiência em contextos que requerem previsibilidade e controle, sendo eficazes em setores onde a conformidade e a execução de tarefas são primordiais. A análise revelou que o impacto do estilo de liderança é variável, dependendo do porte da empresa e de seu setor de atuação, com pequenas e médias empresas frequentemente favorecendo estilos mais flexíveis e inovadores.

(Conclusão) O estudo conclui que os estilos de liderança exercem influências variadas e profundas sobre o ambiente corporativo, afetando tanto a cultura organizacional quanto o desempenho das empresas. O estilo transformacional é mais eficaz em organizações que valorizam inovação e engajamento, enquanto o estilo transacional se mostra adequado em contextos onde estrutura e controle são essenciais. No entanto, a escolha do estilo de liderança deve ser flexível e adaptativa, levando em consideração a cultura organizacional e os objetivos estratégicos da empresa. Sugere-se que futuras pesquisas explorem mais a fundo a relação entre estilos de liderança e variáveis culturais específicas, além de investigar como líderes podem desenvolver competências para alternar entre estilos de maneira eficaz em um ambiente de negócios em constante mudança.

Palavras-chave: estilos de liderança; eficiência organizacional; cultura organizacional; liderança transformacional; liderança transacional.

A RELAÇÃO ENTRE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS

Autor(es):

Vitória Maria Bezerra Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Rita Dantas da Cunha: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Samara Evelyn da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O empreendedorismo e a inovação são frequentemente destacados como pilares fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Empreendedores são vistos como agentes de mudança que introduzem novos produtos, serviços e processos, enquanto a inovação é o processo que possibilita a criação e implementação de novas ideias. Este artigo explora a interseção entre empreendedorismo e inovação, analisando como a inovação alimenta o sucesso empreendedor e quais são os desafios enfrentados por empreendedores no processo de inovação.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, baseada em revisão de literatura sobre empreendedorismo e inovação. Foram analisados cinco artigos e livros de autores como Schumpeter (1934), Drucker (1985), Christensen (1997), Porter (1990), e Timmons e Spinelli (2004). A metodologia incluiu revisão de literatura, análise crítica, estudo de caso e síntese, permitindo uma compreensão aprofundada dos desafios e implicações da relação entre inovação e empreendedorismo. Essa abordagem possibilitou uma análise ampla das dinâmicas que envolvem o processo de inovação no ambiente empreendedor.

(Resultados) O referencial teórico destacou que a inovação é o principal motor do empreendedorismo, segundo as teorias de Joseph Schumpeter (1934), que introduziu o conceito de “destruição criativa”, e de Peter Drucker (1985), que vê a inovação como um processo sistemático e contínuo de geração de valor. Christensen (1997) contribui ao discutir as inovações disruptivas, que criam novos mercados e desafiam empresas tradicionais. Além disso, o estudo de Michael Porter (1990) reforça a importância da compreensão do ambiente competitivo para a implementação bem-sucedida de inovações. Já Timmons e Spinelli (2004) destacam os riscos inerentes ao empreendedorismo inovador, mencionando que o sucesso depende da capacidade de gerenciar esses riscos e se adaptar às incertezas do mercado. A análise de exemplos práticos, como o sucesso de empresas como Apple e Tesla, demonstrou o impacto positivo da inovação na criação de valor e conquista de mercados. Por outro lado, casos como o da Theranos exemplificam os perigos de uma má gestão da inovação, que pode levar ao fracasso mesmo com grandes investimentos e expectativas. Dessa forma, o artigo conclui que o sucesso na interseção entre empreendedorismo e inovação depende não apenas da criatividade, mas também de uma gestão estratégica sólida e adaptabilidade.

(Conclusão) A relação entre empreendedorismo e inovação é crucial para o crescimento econômico e o desenvolvimento de novos mercados. Apesar dos desafios significativos, como a resistência à mudança, a falta de recursos financeiros e as incertezas do mercado, o artigo conclui que os empreendedores que investem em pesquisa, desenvolvimento e adotam uma postura flexível e adaptativa têm maiores chances de sucesso. A capacidade de inovar é apontada como uma ferramenta essencial para sustentar o crescimento a longo prazo e garantir competitividade em mercados dinâmicos. O estudo sugere que a inovação não deve ser vista apenas como um processo criativo, mas como uma prática sistemática que pode ser gerida de forma estratégica para gerar valor sustentável.

Palavras-chave: empreendedorismo; inovação; análise; desenvolvimento; sistemática.

ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM UM MUNDO GLOBALIZADO

Autor(es):

Bruno Guilherme Batista Barbosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Davi Henrique de Carvalho Lopes Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Victor Alves do Nascimento: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Antônio Pedro Rocha Firmino dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Vitor Henrique Ferreira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo aborda a internacionalização de empresas no contexto da globalização, destacando os desafios como adaptação cultural, conformidade legal e gestão de diferentes economias. O problema de pesquisa foca em como as empresas podem superar esses obstáculos. Com base em autores como Scherer (2005) e Lima e Barbosa (2010), o estudo analisa estratégias de entrada em mercados internacionais e a importância de adaptação e flexibilidade organizacional. O objetivo é demonstrar que o sucesso depende da capacidade de equilibrar eficiência global e demandas locais.

(Metodologia) A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada na revisão de quatro estudos acadêmicos sobre administração de negócios internacionais. Não houve uso de equipamentos específicos, e o ambiente foi exclusivamente acadêmico, focado na análise de fontes teóricas disponíveis em bibliotecas e repositórios online. A metodologia buscou identificar padrões e estratégias eficazes no campo da administração internacional.

(Resultados) Os resultados da pesquisa mostram que empresas que buscam a internacionalização enfrentam desafios significativos, mas podem superá-los por meio de estratégias eficazes. A escolha adequada do modo de entrada no mercado, a adaptação cultural, a flexibilidade organizacional, a gestão de recursos humanos inclusiva e a mitigação de riscos financeiros são fundamentais para o sucesso. Essas empresas devem equilibrar suas operações globais com a adaptação local, reconhecendo a importância das diferenças culturais e estruturais, o que lhes permite se posicionar melhor na competitividade global.

(Conclusão) A pesquisa conclui que, embora a internacionalização de empresas apresente desafios significativos, é viável por meio da adoção de estratégias adequadas, como a escolha criteriosa do modo de entrada, a adaptação cultural e a flexibilidade organizacional. Os resultados indicaram que a gestão eficaz de recursos humanos e a mitigação de riscos financeiros são cruciais para o sucesso em contextos multiculturais. Para superar os obstáculos identificados, recomenda-se que as empresas invistam em treinamentos específicos e promovam a descentralização das operações, permitindo maior autonomia nas filiais locais. Além disso, futuras pesquisas devem focar em estudos de caso para aprofundar o entendimento das melhores práticas adotadas em diferentes indústrias e regiões, contribuindo para a competitividade das empresas em um mercado global em constante evolução.

Palavras-chave: empresas; administração; internacionalização; globalização.

ANÁLISE DO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS NA MB START CAR

Autor(es):

Nicolau Soares Gonçalves Parreira do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Milene Barbosa de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta deste relatório é analisar o relacionamento com o cliente e a administração de recursos materiais da empresa, suas estratégias e competências. Em um cenário competitivo, a capacidade de uma empresa em gerir suas relações com os clientes e administrar seus recursos materiais de maneira eficaz é um diferencial essencial para uma organização. A empresa que será objeto de estudo deste relatório será a MB Start Car. Através dos dados coletados minuciosamente e disponibilizados pelo gestor Matheus Barbosa, serão levantadas informações de uma forma abrangente como anda a situação do relacionamento com os clientes e a administração de recursos materiais atual da empresa, conhecendo melhor o seu negócio.

(Metodologia) Entrevistas com o gestor, para entender o funcionamento interno da empresa, focando no relacionamento com os clientes e na administração de recursos materiais. Observações diretas nas atividades diárias da oficina que contribuíram para a análise, permitindo identificar pontos fortes e fragilidades nos processos. Coleta de dados documentais, como registros manuais de atendimentos e controle de estoque, para avaliar as práticas atuais de CRM e gestão de materiais.

(Resultados) A empresa se destaca pela confiança e transparência no atendimento. Os clientes valorizam o diagnóstico claro dos problemas e a comunicação direta, embora a falta de um sistema formal de CRM limite a personalização e o acompanhamento contínuo. A oficina utiliza métodos manuais para manter registros dos serviços e interagir com os clientes. A gestão de materiais é realizada de maneira reativa, sem um sistema de controle formal. A organização física do estoque é inadequada, dificultando a localização de peças.

(Conclusão) A análise da MB Start Car revela uma empresa com um relacionamento sólido com os seus clientes, baseado na transparência e na confiança, características fundamentais em um setor técnico como o de serviços automotivos. A comunicação direta e o atendimento personalizado têm sido estratégias eficazes para fidelizar a clientela, que busca qualidade e honestidade em serviços de manutenção e reparo. A empresa, embora ofereça serviços de qualidade e tenha uma base de clientes fiéis, enfrenta desafios devido à informalidade e à falta de ferramentas tecnológicas. A implementação de um sistema de CRM melhoraria o atendimento, permitindo um acompanhamento mais detalhado e promoções direcionadas, aumentando a fidelidade dos clientes. Além disso, a ausência de um controle formal de estoque resulta em dificuldades operacionais e custos elevados. Com isso, a implementação de ferramentas que possibilitem um acompanhamento em tempo real, melhorará a eficiência operacional e reduzirá o risco de erros.

Palavras-chave: clientes; recursos materiais; controle; estoque.

ANÁLISE SOBRE O SALÃO FLOR DE MARCELA E DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE AÇÃO USANDO 5W2H

Autor(es):

Marcela Palhares Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este projeto traz informações sobre o salão Flor de Marcela, como fluxograma de funcionários, principais serviços e clientes. A análise feita sobre a organização foi feita através de informações fornecidas pela própria empresa e, com isso, o plano de ação foi realizado para atingir três objetivos: organização financeira, aumentar o número de clientes e promoções. Além disso, este projeto também tem como objetivo aplicar o que foi aprendido em sala e colocar em prática.

(Metodologia) O método de pesquisa utilizado neste projeto foi estudo de caso. Esse método que permite estudar um fenômeno de forma aprofundada dentro do seu contexto real. O estudo de caso pode ser descritivo ou exploratório, que é o caso desse estudo.

(Resultados) Após análise foi visto que a empresa não tinha um planejamento financeiro ou de marketing. Quando questionado ao gestor se os preços levavam em consideração quanto se gasta por hora no salão, a resposta foi uma negativa. Além disso, a empresa está com uma obra inacabada no estabelecimento pois foi feito sem observar os custos. Também foi questionado sobre a estratégia de marketing da empresa, e a resposta obtida era que não existia uma estratégia ou planejamento de marketing. Apenas existia a identidade visual criada quando a empresa começou. A empresa tentou fazer algumas promoções ao longo dos meses, porém sem objetivos claros e de maneira que o salão não perdesse tanto.

(Conclusão) Apesar de apresentar problemas de gestão, a empresa tem grande potencial de crescimento, visto que tem uma clientela razoável com apenas um ano de abertura. Porém, com a desorganização financeira e de marketing, foi percebido que a organização está perdendo dinheiro, com problemas para pagar suas despesas fixas e sem conseguir ter uma margem de lucro para reinvestir. O plano de ação usando a ferramenta 5W2H ajudou ao empreendedor a entender o que precisava ser feito, como e porquê. Essas perguntas ajudam ao administrador a enxergar por uma visão mais ampla os seus objetivos e tomar decisões de maneira estratégica.

Palavras-chave: empreendedorismo; marketing; finanças; planejamento estratégico.

ATELIER THIAGO ALMEIDA

Autor(es):

Cecília Yasmin Alencar Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Eduarda da Silva Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objeto de estudo a empresa, cuja razão social é ATELIER THIAGO ALMEIDA FESTAS LTDA, com o CNPJ número 33.486.295/0001-07, tendo como proprietárias a Sra. Maria Eduarda da Silva Almeida e sua avó, a Sra. Maria das Graças Soares. A empresa atua na locação e confecção de vestidos de festas, atendendo mulheres que buscam praticidade, qualidade e estilo em suas roupas para eventos formais. Embora seja uma única loja e empresa de pequeno porte, a empresa já teve marcos históricos, como prêmios versáteis de melhor em diversas categorias e metas de faturamento alcançadas. O organograma proposto para a empresa informa o nível hierárquico de cada funcionário e sua respectiva função.

(Metodologia) Diálogo com os proprietários da empresa.

(Resultados) O Thiago Almeida Atelier de Costura possui um forte potencial de crescimento e desenvolvimento com base em suas capacidades e reconhecimento no mercado. A implementação das sugestões apresentadas e os planos de ação correspondentes podem ajudar a empresa a superar suas fragilidades, aproveitar oportunidades e melhorar seu desempenho organizacional. Com uma abordagem estratégica bem definida e a adoção de práticas inovadoras, a empresa poderá consolidar sua posição no mercado e continuar a crescer de maneira sustentável. A empresa é uma das mais reconhecidas e respeitadas no Rio Grande do Norte, com uma sólida reputação construída ao longo de duas décadas. O atelier é especializado em confecção e locação de vestidos de festa, com um foco em qualidade e estilo que atende a um público exigente.

(Conclusão) O Atelier Thiago Almeida é uma empresa de pequeno porte que anda se destacando cada vez mais no mercado de locação de vestidos de festa, tornando-se uma empresa referência. Com cada vez mais fluxo de clientes e mais funcionários, tornasse essencial a existência de um organograma bem definido (já sugerido para o gestor da empresa), para que desse modo a expansão se torne algo mais leve e uniforme.

Palavras-chave: loja de roupas; locação; sustentabilidade.

CIRÚRGICA BEZERRA

Autor(es):

*Ana Luiza Dantas de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
lasmin Bezerra de Araújo Lacerda Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O curso de administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte tem como disciplina Projeto de Extensão III no quarto período, onde serão realizadas análises com o diagnóstico da empresa, suas estratégias, as competências, as fragilidades, pontos a serem desenvolvidos sobre a empresa definida para este trabalho. A empresa que será o objeto de estudo desta disciplina será a Cirúrgica Bezerra. Neste trabalho, serão levantadas as informações de forma detalhada acerca da empresa para obtermos um diagnóstico da sua situação atual. As informações obtidas da empresa neste trabalho foram disponibilizadas pelo gestor José Bezerra, onde foram questionados os pontos solicitados na disciplina e tivemos o detalhamento fornecido por ele.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse artigo foi o método exploratório, tendo como base os dados e problemas disponibilizados pela empresa. Ainda foi levado em consideração as discussões ocorridas no ambiente acadêmico durante os períodos de aula.

(Resultados) As ações que devem ser praticadas pela empresa para corrigir ou prevenir reais/possíveis práticas realizadas pela empresa é um ter um estudo do clima organizacional, treinamentos sobre liderança com todos os funcionários, os perfis de empreendedores serem mais inovadores para acompanhar as evoluções do mercado e o investimento em mais recursos tecnológicos. O plano de ação da empresa Cirúrgica Bezerra: – Metas e objetivos a serem alcançados: 1. Ampliar a distribuição de mercadoria pelo estado; 2. Aumentar o leque de clientes, dentre eles hospitais públicos e privados; 3. Controlar os custos. – Ações necessárias para alcançar as metas: 1. Enfermeiras devem fazer mais visitas aos hospitais para agregar cada vez mais clientes; 2. Fazer um planejamento para ver as áreas mais viáveis para fazer entregas, fazendo as divisões das mesmas entre os motoristas. 3. Utilizar ferramentas utilizada para o controle de custos da empresa. – Prazo: 1. O prazo para que essas metas sejam cumpridas é de 1 ano.

(Conclusão) A empresa Cirúrgica Bezerra por ser uma empresa mais familiar, visto que todos os sócios tem ligações parentais e alguns funcionários são da família, dispõe de um organograma, porém o mesmo não é cumprido pelos próprios funcionários, onde muitas vezes eles pulam algumas hierarquias dentro da empresa. Sendo assim, a empresa deveria criar um manual de regulamentação dos cargos e atividades de cada funcionários, permitindo que cada um desempenhe sua atividade sem interferir no outro. A empresa poderia elaborar um estudo de clima organizacional, por meio de uma pesquisa para saber como os funcionários se sentem, não apenas nos relacionamentos entre o profissional e a organização, mas também como andam as relações entre os seus colegas de equipe. Outra opção de melhoria para a empresa, seria a busca de novos empreendedores para o acompanhamento nas evoluções do mercado, sendo eles mais inovadores, criativos e visionários.

Palavras-chave: comportamento organizacional; empreendedorismo; ações preventivas; ações corretivas; relatório.

CONSEQUÊNCIAS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Gabriel Oliveira de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Luiz Eduardo Cruz e Souza: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN

José Arinos Gonçalves Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Felipe de Medeiros Lopes: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo examina a convergência das normas contábeis brasileiras com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), formalizada pela Lei nº 11.638/07 e implementada em 2010. O problema de pesquisa foca nos impactos dessa adoção para as empresas brasileiras, especialmente em termos de transparência, custos de implementação, adaptação organizacional e mudanças culturais. A literatura relevante aponta que, embora essa transição tenha trazido melhorias na qualidade e comparabilidade das informações financeiras, ela também apresentou desafios operacionais e culturais significativos. O estudo busca demonstrar como a adoção das IFRS afetou positivamente a competitividade das empresas brasileiras no mercado global, mas ao mesmo tempo impôs custos e ajustes complexos nos processos internos.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de cinco artigos científicos publicados entre 2010 e 2020. Esses artigos foram selecionados com base em sua relevância para o tema e incluem tanto estudos empíricos quanto teóricos sobre a implementação das IFRS no Brasil. As fontes foram obtidas de bases de dados acadêmicas, como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES. A análise foi organizada em quatro categorias principais: transparência, custos de implementação, comparabilidade internacional e impactos organizacionais, permitindo uma visão abrangente das consequências dessa transição para as empresas brasileiras.

(Resultados) Os resultados indicam que a adoção das IFRS trouxe benefícios claros em termos de aumento da transparência e da credibilidade das empresas no cenário internacional. Empresas brasileiras passaram a atrair mais investidores estrangeiros e a reduzir a percepção de risco, facilitando o acesso a capital internacional. No entanto, o processo de implementação foi caro e desafiador, especialmente para empresas de pequeno e médio porte, que enfrentaram dificuldades ao lidar com os elevados custos de treinamento, consultoria especializada e modernização de sistemas contábeis. Além disso, o impacto organizacional foi significativo, exigindo não apenas ajustes técnicos, mas também mudanças culturais e uma maior ênfase na governança corporativa.

(Conclusão) A adoção das IFRS no Brasil trouxe benefícios e desafios substanciais para as empresas. Em termos de vantagens, a harmonização das normas contábeis internacionais aumentou a transparência, facilitou a comparação entre empresas de diferentes países e melhorou a imagem das empresas brasileiras no mercado global. Por outro lado, os custos de implementação foram elevados e exigiram das empresas adaptações estruturais e culturais profundas. Esses resultados sugerem que, apesar dos desafios, a transição para as IFRS foi um passo essencial para a profissionalização e internacionalização do setor contábil no Brasil. Estudos futuros devem focar em como diferentes setores econômicos lidaram com essa transição, além de investigar o impacto contínuo da adoção das IFRS em pequenas e médias empresas, fornecendo possíveis soluções para minimizar os custos de adaptação.

Palavras-chave: IFRS; transparência financeira; normas contábeis; empresas brasileiras; custos de implementação;

**DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS DO MERCADO INFORMAL NO BAIRRO DO ALECRIM EM NATAL/RN:
IMPLEMENTAÇÃO DO MEI E GESTÃO FINANCEIRA**

Autor(es):

Thalita Lira da Silva Paiva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com IBGE de 2024, a informalidade no município de Natal é expressada por 225 mil trabalhadores, o que corresponde a 31,3% da população empregada. Frente a isso, o artigo tem como objetivo discutir os desafios do mercado informal e os benefícios da implementação do programa do Microempreendedor Individual (MEI), aliado à gestão financeira, no bairro do Alecrim, em Natal/RN. Ao analisar a problemática, considera-se que a informalidade surge como um meio de sobrevivência dos indivíduos, permitindo suprir suas necessidades e desejos, contudo, questiona-se se existem vantagens neste modelo de empreendimento.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio do método bibliográfico, através de dados estatísticos e artigos científicos que abordam temas como a história do Alecrim, a informalidade, o programa do Microempreendedor Individual (MEI) e a gestão financeira. Os materiais estão disponíveis em meios eletrônicos, como o Google Acadêmico, e foram selecionados com o objetivo de atender a demanda teórica da pesquisa. Além disso, foi agregado os conhecimentos adquiridos em sala de aula e reflexão crítica, como forma de acrescentar com análises e discussão dos temas.

(Resultados) Com base nas análises realizadas no artigo pode-se afirmar que o trabalho informal assegura a sobrevivência dos trabalhadores no bairro do Alecrim – Natal/RN. Entretanto, observa-se que esse processo ocorre de forma precária, uma vez que esses indivíduos passam por jornadas intensivas de 46 a 50 horas semanais além da instabilidade financeira, visto que a classe é predominantemente baixa com escolaridade até o ensino médio, o que expõe as limitações desse tipo de mercado a longo prazo. Além disso, embora haja a ideologia de liberdade e autonomia associada a esse tipo de prática, na realidade, não se sustenta.

(Conclusão) Nesse sentido, o programa do Microempreendedor Individual (MEI) atrelado à gestão financeira exerce o papel de regaste dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade para um lugar de maior estabilidade, garantindo acesso a benefícios, como auxílio maternidade, direito a afastamento remunerado, aposentadoria e outros. Dessa forma, contribui para o fortalecimento e o reconhecimento do bairro Alecrim como potência econômica local, dando maior suporte e oportunidade de crescimento ao trabalhador.

Palavras-chave: mercado informal; microempreendedor individual (MEI); gestão financeira; empreendedorismo; Alecrim, Natal/RN.

DESAFIOS E INTERVENÇÕES ERGONÔMICAS NA INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS: UM ESTUDO COM INTÉRPRETES EM NATAL/RN

Autor(es):

Lorena de Macedo Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ergonomia é uma disciplina que estuda a interação entre humanos e sistemas, buscando otimizar o bem-estar e a eficiência no trabalho. No contexto da interpretação de Libras, os intérpretes enfrentam desafios físicos e cognitivos significativos, incluindo movimentos repetitivos, posturas estáticas prolongadas e alta carga mental. Esses fatores podem levar a distúrbios osteomusculares e problemas de saúde emocional. O artigo ressalta a importância de intervenções ergonômicas para mitigar esses riscos, considerando a relevância desse serviço para a inclusão de pessoas surdas. Diante de uma lacuna na literatura sobre soluções sustentáveis para os desafios enfrentados por intérpretes, o estudo investiga os riscos ergonômicos e propõe estratégias para melhorar a saúde e a eficiência desses profissionais.

(Metodologia) O estudo adotou uma metodologia baseada em survey, aplicando um questionário via WhatsApp para 20 intérpretes de Libras que atuam na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, dos quais 17 responderam. O questionário continha 11 perguntas, explorando aspectos como idade, tempo de atuação, condições de saúde, ambientes de trabalho, duração das sessões de interpretação e frequência de pausas. A análise foi realizada com base em técnicas estatísticas descritivas, permitindo identificar padrões nos desafios ergonômicos e nas condições de trabalho relatadas pelos participantes.

(Resultados) Os dados revelam que a maioria dos intérpretes tem entre 26 e 45 anos e acumula de 1 a 5 anos de experiência. Cerca de 35,3% dos intérpretes relataram ter condições de saúde preexistentes, como tendinites e outras lesões por esforço repetitivo, que podem ser agravadas pelo trabalho. A maioria dos intérpretes atua em salas de aula, seguidas por igrejas e eventos políticos. Sessões de 2 a 3 horas são comuns, mas 94,1% dos profissionais afirmaram que frequentemente excedem esse tempo. Os dados também indicam condições inadequadas nos ambientes de trabalho: 58,8% dos intérpretes consideraram o mobiliário insuficiente, e 52,9% relataram iluminação inadequada. Além disso, 70,6% dos entrevistados mencionaram ruído excessivo nos locais de trabalho, o que afeta a concentração e aumenta o estresse. Todos os intérpretes realizam pausas durante as sessões, mas 88,2% afirmaram que essas pausas não são suficientes para descanso adequado. A alta taxa de afastamentos temporários por dores ou desconfortos (88,2%) reforça a necessidade de intervenções ergonômicas eficazes.

(Conclusão) Os resultados evidenciam a urgência de melhorias nas condições de trabalho dos intérpretes de Libras, com foco em ergonomia. A pesquisa recomenda o uso de mobiliário ergonômico, como cadeiras ajustáveis e mesas reguláveis, para minimizar problemas musculoesqueléticos. A iluminação adequada é fundamental para reduzir a fadiga ocular e melhorar a visibilidade dos sinais, enquanto barreiras acústicas são necessárias para reduzir o ruído e facilitar a concentração. Além disso, pausas regulares e suficientes são essenciais para prevenir lesões por esforço repetitivo e fadiga mental. Programas de treinamento em ergonomia podem capacitar os intérpretes a reconhecer posturas inadequadas e utilizar corretamente equipamentos ergonômicos. A inclusão de suporte psicológico também é recomendada, considerando o impacto emocional e cognitivo do trabalho, que exige alta concentração e gestão de estresse. Essas intervenções não apenas promoveriam um ambiente de trabalho mais saudável, mas também aumentariam a eficiência e a qualidade dos serviços de interpretação. O estudo sugere que novas pesquisas continuem explorando os desafios ergonômicos em diferentes contextos de interpretação, visando desenvolver soluções específicas para atender às necessidades dos profissionais e contribuir para a sustentabilidade da prática.

Palavras-chave: ergonomia; intérpretes de libras; riscos ocupacionais; saúde; bem-estar.

DIFICULDADES DA MULHER LÍDER

Autor(es):

Ana Clara Patrício Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo aborda o crescente protagonismo das mulheres no ambiente corporativo, destacando que, apesar dos avanços, a imagem de uma mulher empoderada ainda provoca questionamentos que não se relacionam diretamente à sua competência. Características positivas em mulheres nem sempre são valorizadas em líderes femininas. A pesquisa explora os desafios enfrentados por mulheres em cargos de liderança, como assédio moral, desvalorização em ambientes masculinos e preconceitos que associam liderança feminina à prepotência. O texto defende que a solução para esses problemas está na educação e em políticas públicas que promovam a igualdade de gênero desde cedo.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica.

(Resultados) A análise dos resultados da pesquisa mostra que, apesar dos avanços legais e sociais, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho após a Revolução Industrial e a garantia de direitos pela Constituição de 1988, a igualdade de gênero ainda não foi plenamente alcançada. O sexismo permanece uma prática enraizada na cultura, refletindo-se em diversas formas de assédio moral e sexual no ambiente corporativo. Mulheres enfrentam desafios diários, como manterrupting (interrupções constantes), bropropriating (roubo de ideias), mansplaining (explicações condescendentes), gaslighting (questionamento da sanidade) e distracting (foco em aspectos superficiais, como aparência), que diminuem seu valor e autoridade. Além do assédio moral, o assédio sexual é uma realidade, especialmente em relações de poder, onde chefes assediam subordinadas sob a ameaça de perda de emprego. Embora existam leis que protegem as mulheres, como a igualdade salarial e a dignidade humana, esses problemas persistem devido à mentalidade machista e sexista ainda predominante na sociedade. Para que a igualdade seja efetivamente alcançada, é necessário mudar essa mentalidade cultural, promovendo o respeito e a valorização das mulheres em todos os níveis, tanto familiares quanto profissionais.

(Conclusão) Conclui-se que é imprescindível a implementação de políticas públicas de conscientização que coibam práticas preconceituosas e abusivas no ambiente laboral, para além das leis existentes, a fim de promover uma mudança gradual na mentalidade da sociedade em relação à igualdade de gênero. É necessário que, desde a infância, as crianças sejam habituadas a um ambiente onde ambos os gêneros tenham direitos e deveres iguais, normalizando a liderança feminina e masculina em um patamar igualitário.

Palavras-chave: mulheres; liderança; assédio; educação; empoderamento.

**EMPREENDEDORISMO E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE INVESTIGATIVA E APROFUNDADA DE
UMA EMPRESA FAMILIAR**

Autor(es):

Anna Clara dos Santos Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho aborda uma pesquisa empresarial buscando informações para sugerir melhorias e avanços dentro da organização. Neste caso, foi feita uma análise na empresa Via Litoral, sobre os assuntos estudados durante o semestre no curso de administração e direcionados a disciplina “Projeto de extensão”. O projeto de extensão é interdisciplinar, abordando tópicos como empreendedorismo e comportamento organizacional. A Via Litoral é direcionada para confecção de roupas para o turismo e presente há mais de 10 anos no mercado.

(Metodologia) A metodologia usada neste trabalho foi a descritiva, buscando informações detalhadas sobre o objeto de estudo, de modo a fazer uma pesquisa qualitativa e exploratória objetivando descrever características, comportamentos, atitudes e tendências através de perguntas para melhor aprofundamento, analisando as repostas e sugerindo as possíveis melhorias.

(Resultados) A empresa Planet Zen, por ser familiar, não possui muitos pontos considerados importantes para a administração e estruturação da empresa. A partir do diagnóstico deste trabalho, foram reveladas algumas fraquezas, como por exemplo: falta de formação e treinamento do funcionário (formação de líderes e ética profissional), pouca adesão de trabalhadores aprendizes e jovens, nenhum processo de estudo de clima organizacional e pouco investimento no marketing. As possíveis soluções para os problemas citados acima seria fazer o estudo do clima organizacional, que ajudaria a entender melhor os funcionários e ter uma visão mais ampla de quais mudanças seriam interessantes para ter maior produtividade. O investimento em treinamentos para os funcionários e a contratação de pessoas com uma faixa etária menor, podem ajudar na continuidade da empresa, com pessoas mais capacitadas, pois o grupo de trabalho atual está chegando na fase da aposentadoria. É preciso prever esse momento e atuar agora. Pode-se afirmar que a empresa precisa voltar seus olhos para essas temáticas, que são cruciais para o seu desenvolvimento, alguns projetos estão sendo realizados, mas será necessário levar em consideração os pontos abordados.

(Conclusão) Como conclusão pode-se afirmar que com o decorrer da pesquisa e do tempo, é notória a evolução e o acolhimento por parte da empresa em alguns tópicos sugeridos a partir do relatório, porém, alguns pontos de melhoria foram notados no decorrer do atual trabalho. As sugestões colocadas no relatório, partem da ideia de que mudar é um processo demorado e que é preciso começar de acordo com a maior necessidade, seguindo uma cadeia hierárquica até sanar todas as problemáticas, sem deixar de considerar a decisão e visão da proprietária.

Palavras-chave: empreendedorismo; comportamento organizacional; empresa familiar; clima organizacional.

EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL

Autor(es):

Maria Heloísa Brasil e Lins: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Luiza Pereira dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Beatriz Arruda Dantas: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O empreendedorismo no Brasil tem se destacado nos últimos anos, impulsionado por mudanças tecnológicas e o surgimento de novos mercados e a busca por alternativas em um cenário de incertezas econômicas. Nesse contexto, o presente estudo explora o panorama do empreendedorismo no país, com foco nas inovações e no crescimento do empreendedorismo feminino, um fenômeno que tem ganhado cada vez mais relevância. A análise aborda conceitos fundamentais sobre o tema, destacando a importância da inovação e a capacidade das mulheres empreendedoras de superar desafios e se consolidar no mercado.

(Metodologia) A metodologia empregada no estudo incluiu uma revisão bibliográfica e análise de dados secundários de fontes confiáveis, como o SEBRAE e o IBGE, permitindo uma visão abrangente dos setores econômicos e do impacto da tecnologia nas práticas empresariais.

(Resultados) A análise identificou que, no Brasil, a digitalização tem remodelado profundamente a maneira como os negócios são conduzidos, particularmente em pequenas e médias empresas. As redes sociais, por exemplo, desempenham um papel crucial no marketing e nas vendas, oferecendo às empresas ferramentas poderosas para alcançar novos clientes e mercados. No entanto, o empreendedorismo feminino enfrenta barreiras significativas, como preconceito, dificuldades para acessar crédito e a necessidade de conciliar as demandas da vida pessoal e profissional. O ambiente empresarial ainda é marcado por desigualdades de gênero, e as empreendedoras precisam lidar com um contexto que muitas vezes lhes impõe mais obstáculos do que aos seus pares masculinos. Mesmo assim, a resiliência e a criatividade das mulheres empreendedoras são evidentes, à medida que elas encontram formas inovadoras de superar essas barreiras e prosperar em seus negócios.

(Conclusão) Diante dessa realidade, o estudo conclui que o empreendedorismo feminino no Brasil está profundamente conectado a transformações tecnológicas e sociais. Embora as empreendedoras tenham mostrado resiliência e capacidade de inovação, ainda há muito a ser feito para garantir que essas mulheres possam alcançar seu pleno potencial. O apoio por meio de políticas públicas e acesso facilitado ao crédito são fundamentais para que elas possam continuar a crescer e contribuir para o desenvolvimento econômico do país. O empreendedorismo feminino, portanto, precisa de mais suporte para superar barreiras estruturais e atingir um patamar de igualdade no ambiente empresarial.

Palavras-chave: inovação tecnológica; empreendedorismo feminino.

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL PARA ATRAIR O CONSUMIDOR

Autor(es):

Mucio Eladio Azevedo Duarte Junior: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Mateus Cleiton Sousa Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Matheus de Oliveira Deodato: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Álex Matheus Barboza Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O marketing digital hoje é como uma porta mágica que abre para um mundo cheio de possibilidades. Numa era em que a internet está inserida em tudo, as empresas precisam saber usar essas “chaves” digitais para se conectar com os consumidores. A internet virou uma espécie de terra sem fronteiras, e o marketing digital é o mapa que guia as marcas até os clientes. As redes sociais, especialmente, são como grandes praças movimentadas, cheias de oportunidades para quem sabe chamar atenção com uma boa mensagem. O estudo explora essa realidade e busca entender como essas estratégias não só atraem, mas também fisgam de vez os consumidores nesse oceano virtual.

(Metodologia) Para chegar a essas respostas, foi feita uma pesquisa bibliográfica. Dessa forma, eles puderam traçar um panorama de como o marketing digital se utiliza da personalização, segmentação e de outras estratégias para atingir o público de forma eficaz.

(Resultados) O marketing digital que personaliza a experiência, que parece feito sob medida para cada cliente, é aquele que mais dá resultado. Se um anúncio faz o consumidor pensar: “Nossa, isso é para mim”, já é meio caminho andado. Além disso, as redes sociais são vistas como um dos maiores aliados nesse processo. São nelas que as marcas fazem suas apostas e, com a ajuda dos algoritmos, conseguem entregar suas mensagens no momento certo, para a pessoa certa. Essa conexão entre estratégia e tecnologia é o que garante as melhores conversões.

(Conclusão) O marketing digital, quando bem orquestrado, pode ser a força que move as empresas rumo ao sucesso. O que se busca é a personalização e segmentação, que ajudam a conquistar o cliente, mas também há desafios pela frente. A privacidade, por exemplo, é uma questão delicada, e com tantos anúncios apresentados, ser criativo é uma necessidade. As empresas que souberem equilibrar esses fatores vão colher os frutos dessa era digital.

Palavras-chave: marketing; estratégias de marketing; consumidor; redes sociais.

ESTUDO DE CASO DA EMPRESA QUIOSQUE VIP

Autor(es):

*Ana Luiza de Sousa Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Luiza de Souza Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A empresa que será o objeto de estudo de caso esta disciplina será a Quiosque Vip. Neste trabalho, serão levantadas as informações de forma detalhada acerca da empresa para obtermos um diagnóstico da sua situação atual As informações obtidas da empresa neste trabalho foram disponibilizadas pela gestora Ana Paula Marinho dos Santos.

(Metodologia) Para esse trabalho foi utilizado a metodologia de estudo de caso.

(Resultados) A empresa Quiosque VIP por se tratar uma empresa de pequeno porte ainda não dispõe de uma atuação em todas as áreas importantes de uma empresa, comparada com uma empresa de médio ou grande porte. Falta de uma estratégia de negócios consistente.(planejamento estrategico) Organograma ainda em desenvolvimento (definição dos cargos existentes na empresa e as pessoas que ocupam esses cargos) Área de gestão de pessoas desestruturada.(a empresa alega que seu modelo de retenção de talentos se baseia exclusivamente em remuneração acima da media de mercado) Falta de um planejador financeiro habilitado(a gestora realiza sem auxilio profissional).

(Conclusão) Concluímos com o nosso estudo de caso da empresa Quiosque Vip que apesar das vantagens do modelo de negocio enxuto adotado serem atraentes do ponto de vista competitivo,como os custos menores de operação,há a necessidade da gestora Amanda buscar por um modelo de gestão mais profissional,dada a pertinente informalidade do negócio. Seria recomendado a Amanda que ela buscasse implementar a seguinte ordem de elementos na estruturação da empresa: pessoas , processos e tecnologia. A gestora deveria avaliar se seria viável ceder parte da participação societária a um gestor mais experiente de mercado, em detrimento de estruturação mais acelerada da empresa (trade- off).

Palavras-chave: estudo de caso; metodologia científica; modelo de negócio enxuto.

GESTÃO E QUALIDADE NO MAZZANO RESTAURANTE E PIZZARIA: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

José Victor Pereira Cavalcanti: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fernanda Oliveira de Araújo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte inclui a disciplina Projeto de Extensão VII, no oitavo período, que envolve a análise diagnóstica de uma empresa. O objeto de estudo será o Mazzano Restaurante e Pizzaria, onde serão levantadas informações detalhadas para entender sua situação atual. Os dados foram obtidos através do gestor da empresa, que respondeu às perguntas necessárias para a análise. O Mazzano foi fundado em 13 de janeiro de 2003, e já possui mais de 20 anos de aberto.

(Metodologia) O trabalho utiliza a abordagem de Estudo de Caso para realizar uma análise do Mazzano Restaurante e Pizzaria. O objetivo é compreender as práticas, estratégias e desafios específicos enfrentados pela empresa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com o gestor, o que permitiu um entendimento detalhado das operações e da gestão do restaurante. A metodologia possibilita uma análise qualitativa, focando nas experiências e percepções do gestor, além de dados sobre o funcionamento da empresa. Os resultados esperados incluem a identificação de problemas e oportunidades para melhorias, fornecendo insights valiosos sobre a situação atual do Mazzano.

(Resultados) Os resultados obtidos na análise do Mazzano Restaurante e Pizzaria indicam que o restaurante se destaca pela utilização de ingredientes frescos e de alta qualidade, o que é um ponto forte reconhecido pelos clientes. Além disso, a equipe é treinada para oferecer um atendimento cordial e eficiente, com foco na satisfação do cliente. Entretanto, algumas fragilidades foram identificadas. A falta de um sistema formal de gestão da qualidade pode comprometer a consistência dos serviços, e a ausência de indicadores de desempenho dificulta o monitoramento da performance e a identificação de áreas que necessitam de melhorias. Por outro lado, existem oportunidades de melhoria que podem ser exploradas. A implementação de KPIs permitirá um acompanhamento mais efetivo da satisfação do cliente e da eficiência operacional. Além disso, a criação de um sistema formal de gestão da qualidade pode otimizar operações e fortalecer a reputação da marca.

(Conclusão) Este estudo de caso sobre o Mazzano Restaurante e Pizzaria revelou que, apesar de seu potencial em qualidade de produtos e atendimento, a empresa enfrenta fragilidades, como a falta de um sistema formal de gestão da qualidade e indicadores de desempenho. Para atender melhor os clientes e se posicionar como referência no mercado, recomenda-se a implementação de KPIs e um sistema de gestão da qualidade. Com essas melhorias, o Mazzano pode garantir sua sustentabilidade e crescimento futuro.

Palavras-chave: gestão da qualidade; satisfação do cliente; diagnóstico empresarial; indicadores de desempenho (KPIs); serviço de atendimento.

GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE

Autor(es):

Raissa Araújo Lopes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lívia Corina Dionísio da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A globalização proporciona benefícios econômicos e sociais, mas também contribui para a degradação ambiental. O aumento da demanda por produtos e recursos naturais e a emissão de poluentes atmosféricos tornam-se desafios para o meio ambiente. A globalização intensifica esses impactos ao ampliar a exploração de recursos e facilitar o comércio internacional. No entanto, pode ser uma ferramenta para mitigar a degradação ambiental, por meio da cooperação internacional e da transferência de tecnologias limpas. Este artigo analisa a relação entre globalização e degradação ambiental, enfocando desafios e oportunidades na ciência da sustentabilidade.

(Metodologia) O estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica de artigos científicos relevantes sobre globalização, degradação ambiental e sustentabilidade. A pesquisa se fundamenta principalmente nos trabalhos de Pereira (2015) e Horton (2015), que discutem os impactos da globalização sobre o meio ambiente e as soluções propostas pela ciência da sustentabilidade. Além disso, a análise inclui uma avaliação crítica das políticas ambientais globais e dos esforços internacionais para mitigar os impactos ambientais, com foco especial nos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento.

(Resultados) Os resultados mostram que a globalização, ao aumentar a demanda por recursos naturais e intensificar a produção industrial, contribui para a degradação ambiental em escala global. Isso inclui a exploração excessiva dos recursos naturais e a emissão de grandes quantidades de poluentes atmosféricos. No entanto, também foi identificado que a globalização facilita a transferência de tecnologias limpas, o que pode ajudar a mitigar esses impactos. A colaboração internacional emerge como um fator essencial para o sucesso na implementação de soluções sustentáveis, conforme sugerido por Horton (2015). Entretanto, os países em desenvolvimento enfrentam desafios significativos para implementar políticas ambientais eficazes, como falta de recursos financeiros e tecnológicos, além de pressões econômicas para priorizar o crescimento a curto prazo em detrimento da sustentabilidade.

(Conclusão) A globalização apresenta um dilema complexo para o meio ambiente. Por um lado, impulsiona a degradação ambiental ao promover um modelo de crescimento econômico que prioriza o consumo de recursos naturais e a produção em larga escala. Por outro, oferece oportunidades para a adoção de soluções sustentáveis, desde que haja cooperação internacional e transferência de tecnologia adequada. Para que a globalização se torne uma força positiva, é necessário que as nações implementem políticas ambientais mais rigorosas e adotem práticas econômicas responsáveis. A promoção de tecnologias limpas, economias circulares e educação ambiental são fundamentais para garantir um crescimento econômico que respeite os limites do planeta. O desafio requer ação conjunta de governos, sociedade civil e setor privado para equilibrar as necessidades humanas com a preservação ambiental.

Palavras-chave: globalização; degradação ambiental; sustentabilidade; transferência de tecnologia; políticas ambientais; cooperação internacional; países em desenvolvimento; tecnologias limpas; crescimento econômico.

INOVAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: COMO A TECNOLOGIA PODE OTIMIZAR PROCESSOS BUROCRÁTICOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Autor(es):

Moni Kelly de Almeida Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Isabella Galvão da Rocha Cruz: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Eloyza de Souza Pereira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo explora como a tecnologia impacta os processos burocráticos, bem como os desafios da implementação de novas soluções nos processos administrativos em organizações públicas e privadas. Ele destaca que a adoção de tecnologias de automação, como a inteligência artificial (IA) e blockchain, é fundamental para otimizar processos administrativos, simplificando-os e evitando lentidão e custos elevados. Essas tecnologias oferecem uma oportunidade significativa para reestruturar processos, tornando-os mais ágeis, eficientes e menos suscetíveis a falhas humanas.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem descritiva-exploratória, analisando o impacto de diferentes tecnologias na eficiência administrativa e nos processos operacionais. São discutidos exemplos práticos de adoção de automação, IA, e blockchain em organizações de diversos setores, bem como as dificuldades enfrentadas, como resistência à mudança, necessidade de capacitação constante, altos investimentos e preocupações com a segurança da informação e a privacidade dos dados sensíveis.

(Resultados) Os resultados demonstraram que a implementação de tecnologias como automação, inteligência artificial (IA) e blockchain nos processos administrativos, tanto no setor público quanto no privado, contribui significativamente para a eficiência e produtividade das organizações, promovendo a inovação. Além de otimizar o tempo gasto em tarefas repetitivas, essas ferramentas minimizam erros humanos, reduzem custos operacionais e aumentam a transparência, especialmente no setor público, onde a prestação de contas é essencial. Contudo, foram identificados desafios como a resistência à mudança, a necessidade de capacitação contínua dos colaboradores, a adaptação cultural e a segurança da informação, que requerem atenção especial para a efetiva implementação dessas tecnologias, visando sua sustentabilidade a longo prazo.

(Conclusão) A inovação tecnológica é essencial para modernizar processos administrativos, proporcionando ganhos em eficiência, redução de custos e transparência. Ferramentas como RPA, IA, e blockchain já demonstram resultados promissores, contribuindo para a melhoria da tomada de decisões. No entanto, a superação de desafios relacionados à capacitação, à segurança da informação, à integração tecnológica e à resistência à mudança é fundamental para o sucesso dessa transformação. Com uma adoção estratégica e gradual, essas tecnologias têm o potencial de criar ambientes de trabalho mais ágeis, colaborativos e adaptáveis, tanto em organizações públicas quanto privadas, indicando a necessidade de novas pesquisas sobre como otimizar a implementação desses sistemas e garantir a sustentabilidade dessa evolução.

Palavras-chave: inovação; processos administrativos; tecnologia; automação; organizações públicas.

MELHORIA DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL EM HOSPITAIS: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS

Autor(es):

Pedro Lucas Souza de Macêdo Albano: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Eduardo Damasceno Dias: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Samuel Martins Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo destaca a importância da eficiência operacional em hospitais como um pilar fundamental para a entrega de cuidados de saúde de qualidade, especialmente em um contexto de crescente demanda por serviços médicos. À medida que a população envelhece e as condições crônicas se tornam mais prevalentes, a pressão sobre os sistemas de saúde aumenta, tornando essencial a implementação de práticas que garantam não apenas a eficácia dos serviços, mas também a sustentabilidade financeira das instituições. A eficiência operacional não se limita a aspectos financeiros, mas abrange a qualidade do atendimento, a satisfação do paciente e a otimização dos recursos disponíveis, levando à necessidade urgente de estratégias inovadoras e eficazes que possam enfrentar os desafios contemporâneos do setor.

(Metodologia) Pesquisa bibliográfica.

(Resultados) A Metodologia Lean é uma abordagem de gestão focada na eliminação de desperdícios e na maximização de valor em processos organizacionais. Originada no sistema de produção da Toyota, essa metodologia busca otimizar fluxos de trabalho, reduzindo etapas desnecessárias e melhorando a eficiência geral. No contexto hospitalar, a aplicação do Lean envolve a revisão de processos como a admissão de pacientes, a gestão de estoques e a coordenação de equipes, promovendo a padronização e a melhoria contínua. Mediante ferramentas como mapeamento de fluxo de valor, análise de desperdícios e implementação de melhorias incrementais, o Lean não apenas aumenta a produtividade, mas também eleva a qualidade do atendimento ao paciente, resultando em serviços mais eficazes e com menor custo. Os resultados apresentados no estudo, oriundos da análise de diversos hospitais que implementaram práticas de eficiência operacional, evidenciam melhorias notáveis tanto na qualidade do atendimento quanto na redução de custos. Os casos estudados demonstraram que a adoção de tecnologias avançadas, como sistemas de informação integrados e ferramentas de gestão hospitalar, contribuiu para um fluxo de trabalho mais ágil e para a diminuição de erros administrativos. Além disso, a reengenharia de processos, alinhada com metodologias como Lean, possibilitou a eliminação de desperdícios, aumentando a produtividade e a satisfação do paciente. Esses resultados não apenas corroboram a eficácia das estratégias propostas, mas também ressaltam a relevância de um enfoque holístico na gestão hospitalar, que integra tecnologia, processos e pessoas para alcançar uma melhoria contínua e sustentável nos serviços de saúde.

(Conclusão) A eficiência operacional em hospitais pode ser significativamente aprimorada por meio da adoção de tecnologias, otimização de processos e gestão eficaz de recursos humanos. Essas estratégias não apenas melhoram a qualidade do atendimento prestado, mas também promovem a sustentabilidade financeira das instituições. Ao implementar essas práticas, os hospitais podem enfrentar a crescente demanda por serviços de saúde de maneira mais eficaz, assegurando um cuidado de saúde de qualidade e sustentável no longo prazo.

Palavras-chave: eficiência operacional; cuidados de saúde; gestão de recursos; tecnologias da informação; processos hospitalares; metodologia Lean; gestão de recursos humanos; qualidade do atendimento; sustentabilidade financeira; liderança transformacional

MERCADINHO SANTO ANTÔNIO

Autor(es):

Ana Caroline da Silva Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Flávia Bueno Davim: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Mercadinho Santo Antônio, em Nova Cruz/RN, atua há mais de 26 anos no setor alimentício, focado na venda de alimentos regionais e parcerias com fornecedores locais. A empresa expandiu-se de uma pequena mercearia para um mercado consolidado, mantendo a proximidade com os clientes e valorizando o atendimento personalizado. Esse compromisso com a comunidade e a qualidade dos produtos são fatores chave para sua permanência e sucesso no mercado.

(Metodologia) Este estudo utilizou uma abordagem descritiva e qualitativa, analisando as operações do Mercadinho Santo Antônio por meio de observações, entrevistas com funcionários e dados dos gestores. Referências teóricas, como os princípios de Deming, foram usadas para avaliar práticas de gestão e atendimento. A análise identificou fragilidades e oportunidades de melhoria em áreas como atendimento ao cliente, gestão de estoque, uso de tecnologia e eficiência operacional, comparando os resultados com as melhores práticas de mercado para sugerir recomendações viáveis..

(Resultados) .Os resultados revelam que o Mercadinho Santo Antônio se destaca pela forte conexão com a comunidade local, produtos regionais e atendimento personalizado, garantindo uma clientela fiel. A introdução de pedidos via WhatsApp foi bem recebida, mas a gestão de estoque ainda é manual, o que gera riscos de perdas por vencimento. A ausência de um sistema digital afeta a eficiência e o treinamento informal dos funcionários poderia ser mais formalizado. Melhorias no espaço físico contribuíram para a experiência dos clientes, mas, para competir com grandes redes, o mercadinho precisa investir em tecnologia e considerar uma plataforma de e-commerce.

(Conclusão) O Mercadinho Santo Antônio, com mais de 26 anos de atuação, consolidou-se com práticas eficazes voltadas à satisfação do cliente e apoio à economia local. No entanto, para enfrentar a concorrência e os desafios tecnológicos, o estudo recomenda a implementação de um sistema digital de gestão de estoque e a criação de uma plataforma de e-commerce ou aprimoramento do uso do WhatsApp para pedidos. Também sugere a formalização de treinamentos para padronizar o atendimento e manter a qualidade contínua, seguindo os princípios de Deming, para garantir crescimento sustentável.

Palavras-chave: Mercadinho Santo Antônio; setor alimentício; venda.

O IMPACTO DA ESCASSEZ DE RECURSOS PRODUTIVOS NA TOMADA DE DECISÃO CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA EM EMPRESAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Poliana Carolina Camara de Oliveira Mendonça: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Evellyn Beatriz De Carvalho Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Contabilidade e a Administração são fundamentais para a tomada de decisões nos negócios, especialmente diante da escassez de recursos produtivos no Brasil. Esta pesquisa investiga como essa limitação impacta as decisões contábeis e administrativas das empresas. O referencial teórico aborda conceitos-chave que sustentam a análise. Todas as organizações, independentemente de seu porte, devem buscar alternativas vantajosas para minimizar riscos e prejuízos. A gestão à vista se destaca como uma ferramenta eficaz, permitindo decisões baseadas em dados atualizados, promovendo agilidade e precisão, essenciais para evitar impactos negativos e otimizar processos decisórios.

(Metodologia) A metodologia deste trabalho consiste em um levantamento bibliográfico sobre o impacto da escassez de recursos produtivos na tomada de decisão contábil e administrativa em empresas brasileiras. O método bibliográfico fundamentará a análise dos dados coletados. A pesquisa será realizada principalmente em Google Acadêmico e SciELO, utilizando **palavras-chave** como “escassez de recursos produtivos”, “decisão contábil” e “decisão administrativa”, focando em publicações dos últimos 10 anos. Serão revisados cinco artigos relevantes da área de Ciências Sociais e Humanas. Além disso, discussões internas entre a equipe promoverão a troca de ideias e a compreensão aprofundada dos impactos identificados.

(Resultados) Nesta seção, analisamos os dados coletados em relação aos conceitos do referencial teórico, focando na escassez de recursos e suas implicações nas decisões contábeis e administrativas das empresas brasileiras. A escassez leva as empresas a revisar seus métodos contábeis, resultando em práticas mais conservadoras e adaptações para otimizar a alocação de recursos e aumentar a precisão das demonstrações financeiras. Administrativamente, estratégias de redução de custos e busca por eficiência são comuns, com investimentos em tecnologias que aumentam a produtividade. A Teoria da Restrição (TOC) ajuda a identificar gargalos críticos, enquanto a Teoria dos Custos e a Teoria da Agência revelam a importância da análise custo-benefício e possíveis conflitos de interesse. Os resultados destacam a integração entre contabilidade gerencial e administração estratégica, mostrando que a gestão à vista proporciona agilidade na tomada de decisões e eficiência na alocação de recursos.

(Conclusão) Este referencial teórico apresentou os principais conceitos e estudos que fundamentam a pesquisa sobre o impacto da escassez de recursos produtivos nas decisões contábeis e administrativas em empresas brasileiras. Essa escassez, um desafio constante, afeta diretamente as estratégias de gestão e a alocação de capital, exigindo decisões mais racionais e orientadas por dados. A análise revela a importância da sinergia entre contabilidade gerencial e administração estratégica, permitindo que gestores identifiquem áreas críticas e promovam um planejamento mais eficiente. O estudo também destaca a necessidade de pesquisas futuras para explorar os impactos da escassez em diferentes setores, contribuindo para estratégias de otimização de recursos.

Palavras-chave: contabilidade gerencial; escassez de recursos produtivos; tomada de decisão contábil.

O IMPACTO DO BRANDING NAS EMPRESAS E SEU USO NO MEIO DIGITAL

Autor(es):

Marcela Palhares Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O resumo aborda a importância do branding na construção da empresa no mercado e como isso afeta a percepção que os consumidores têm da empresa. Além disso, mostra como as redes sociais tiveram um grande crescimento e o quanto ajudou a mais pessoas terem acesso à marca de diferentes formas, e como isso se tornou uma vantagem competitiva para as organizações. Como forma de explicar o porquê dessa importância, o resumo também explica o que é branding e o que uma boa estratégia de branding causa na empresa de maneira comercial, como aumentar o valor de mercado da empresa e construir uma relação de confiança com o cliente. O resumo foi construído através da análise bibliográfica para trazer informações acerca desse ramo do marketing.

(Metodologia) No resumo, a metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica. Através da análise de cinco artigos relevantes sobre o branding, foi possível construir este estudo. Após pesquisa e leitura dos artigos selecionados foi construído o resumo sobre Branding.

(Resultados) Após análise dos artigos, ficou claro como a estratégia de branding é algo de grande impacto para a empresa, gerando confiança e conexão. Além disso, estratégia tornou-se algo fundamental para uma organização que deseja se consolidar no mercado atualmente, devido o avanço da internet e das redes sociais. Uma organização que quer se diferenciar no seu segmento, se consolidar no mercado, aumentar seu valor e ter uma relação de identificação para com seus clientes, a estratégia de branding é de fundamental importância. Ademais, empresas com marcas fortes tem maior facilidade de reconhecimento, o que ajuda na expansão e a atrair novos clientes e colaboradores para a empresa. Outro fator importante na estratégia de branding é a comunicação utilizada. Além de analisar por qual meio de comunicação (televisão, rádio, redes sociais ? escolha quais dessas redes irá usar, se não for usar todas), também é analisado e pesquisado qual a linguagem que será usada na comunicação. Assim, a análise nos mostra que no atual cenário, com a era tecnológica que vivemos e seus avanços, uma organização que deseja se destacar, criar valor de mercado, fidelizar seus clientes, ter reconhecimento e sucesso a longo prazo, precisa investir em estratégias de branding.

(Conclusão) Ao fim dessa análise, conclui-se que branding é uma ferramenta essencial para o sucesso das empresas no atual cenário que vivemos. Essa estratégia vai além de um mero nome, envolve a construção identitária de uma organização, de seus objetivos, seus valores, como ela quer se comunicar com seus consumidores e criar laços com eles, transmitir confiança e gerar valor para a marca.

Palavras-chave: branding; marketing; redes sociais; marca.

O IMPACTO DO FEEDBACK NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E NA CULTURA ORGANIZACIONAL

Autor(es):

Pedro Lucas Ferreira da Silva Freire: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão de recursos humanos (RH) emergiu como uma peça-**chave** para o sucesso organizacional nos últimos anos, evoluindo além das funções tradicionais de recrutamento e seleção que já conhecemos. O foco do RH moderno está em promover o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, assegurando que suas habilidades e competências estejam alinhadas com os objetivos estratégicos da empresa. Dentre as diversas ferramentas utilizadas na gestão de pessoas, o feedback se destaca como um dos métodos mais eficazes. Este processo de comunicação permite que os colaboradores tenham uma visão clara de seu desempenho, facilitando a identificação de seus pontos fortes e áreas que necessitam de melhoria. Um feedback estruturado não apenas contribui para o crescimento individual, mas também desempenha um papel crucial na construção e fortalecimento da cultura organizacional, criando um ambiente onde a melhoria contínua é valorizada e incentivada.

(Metodologia) O estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão que contempla artigos acadêmicos. A coleta de dados foi realizada em bases acadêmicas como Scielo, Google Scholar especializados em gestão de pessoas, psicologia organizacional e desenvolvimento de carreira.

(Resultados) Feedback positivo destaca e reforça os comportamentos desejáveis, promovendo um aumento da autoestima, motivação e engajamento do colaborador. Estudos apontam que o feedback positivo, quando oferecido de forma genuína, contribui para uma maior sensação de pertencimento e valorização dentro da empresa. Já o feedback construtivo é uma combinação de feedback positivo e corretivo, oferecendo um panorama mais equilibrado sobre o desempenho do colaborador. Ele permite ao funcionário identificar tanto seus pontos fortes quanto as áreas de melhoria, promovendo um ambiente de desenvolvimento contínuo. Esse tipo de feedback é visto como o mais eficaz, uma vez que proporciona tanto o reconhecimento quanto a oportunidade de crescimento.

(Conclusão) Com base na revisão bibliográfica realizada, conclui-se que o feedback é uma ferramenta indispensável no processo de desenvolvimento profissional dos colaboradores. Ele desempenha um papel crítico não apenas na melhoria das habilidades individuais, mas também no aumento da motivação, na retenção de talentos e no alinhamento das metas pessoais com os objetivos da organização. Para maximizar o impacto do feedback, as organizações devem capacitar seus gestores para que eles saibam aplicar feedback de maneira construtiva e frequente, assegurando que a comunicação seja clara e orientada para o desenvolvimento.

Palavras-chave: gestão de recursos humanos; gestão de recursos humano; feedback; cultura organizacional.

OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE DE ESTOQUE E ATENDIMENTO: ESTRATÉGIAS PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL NA QUEIROZ OLIVEIRA

Autor(es):

Matheus Sales de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão eficiente do controle de estoque e do atendimento ao cliente é essencial para o sucesso de qualquer empresa, especialmente em setores como o de materiais de construção, onde a demanda por precisão e agilidade é alta. A Queiroz Oliveira, atuante neste setor desde 1966, tem enfrentado desafios relacionados à organização de seu estoque e à eficiência de seu atendimento por telefone e WhatsApp. Problemas como erros frequentes de estoque, devoluções mal processadas e estocagem inadequada têm comprometido a operação, impactando diretamente a satisfação dos clientes. Além disso, a demora no atendimento aos clientes, principalmente em canais digitais e telefônicos, tem resultado em perda de oportunidades de vendas.

(Metodologia) Este estudo utilizou uma abordagem de pesquisa de campo e estudo de caso, com foco na observação prática das operações de estoque e atendimento na Queiroz Oliveira. Foram realizadas entrevistas com os colaboradores diretamente envolvidos nos processos, além de análise dos fluxos de trabalho para identificar pontos críticos. A partir dessas observações, foram propostas ações corretivas e preventivas com o intuito de otimizar as operações da empresa.

(Resultados) A implementação das ações propostas mostrou-se eficaz para melhorar a eficiência da empresa. A automatização do controle de estoque reduziu significativamente os erros nas quantidades e no processamento de devoluções. Além disso, a criação de protocolos claros para o atendimento por telefone e WhatsApp resultou em respostas mais rápidas e precisas, elevando o nível de satisfação dos clientes. Com essas mudanças, a empresa observou uma melhoria geral na organização interna e um aumento nas oportunidades de vendas.

(Conclusão) A adoção das ações corretivas e preventivas demonstrou ser essencial para aumentar a eficiência operacional da Queiroz Oliveira. A automatização do controle de estoque e a melhoria nos processos de atendimento resultaram em uma experiência mais positiva para os clientes, além de melhorar a competitividade da empresa no mercado. Esses ajustes são fundamentais para sustentar o crescimento e garantir a excelência nos serviços prestados.

Palavras-chave: controle de estoque; atendimento ao cliente; eficiência operacional; automação de processos; satisfação do cliente.

POR QUE O CONTROLE INTERNO É ESSENCIAL NA GESTÃO PÚBLICA?

Autor(es):

Jefferson Dennys dos Santos Pereira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Hiago Lucas Medeiros Teixeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Hugo Victor Silva de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Vitor Emanuel Silva de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho trata do controle interno e a gestão pública, com o passar dos anos e a evolução tecnológica e globalização a transformação da maneira como o governo se comporta e administra a coisa pública. Até então, o governo era visto como o grande “vilão” e, com a democratização da informação e a capacidade de exigir mais pelos serviços, surgiu a importância da existência de um controle interno. E diz respeito à importância do controle interno de garantir que a administração pública atenda adequadamente aos interesses da população e de forma transparente.

(Metodologia) A metodologia utilizada nesse trabalho foi feita através do método hipotético-dedutivo, com base em uma revisão teórica de artigos científicos e livros disponíveis no meio digital a respeito do tema proposto. Além disso, considerou-se o estudo teórico realizado mediante reuniões de equipe internas para debate e troca ideias, utilizando Google Meet e WhatsApp como ferramentas para comunicação acerca dos tópicos que seriam trabalhados no artigo.

(Resultados) Com base nos resultados adquiridos, à implicação mais importante da pesquisa realizada sobre o assunto é inegável: o controle interno no governo é um dos meios mais eficazes para garantir uma governança adequada e de interesse público, fundamental para a prevenção de fraudes, desperdícios e desorganização. A pesquisa sobre este problema baseou-se em uma abordagem descritiva e explicativa e dados documentais de entidades públicas e privadas. Isso dá informações e ferramentas para a tomada de decisões, os quais servem para garantir a legalidade e a transparência principais a serem observados nos processos públicos de alocação e execução das compras.

(Conclusão) Nessa pesquisa, verifica-se que, criado por lei, o controle interno é uma ferramenta de gestão que elimina riscos, atividades criminosas, falhas e impacto de rotatividade, e, para tanto, aumenta a fidelização dos stakeholders. O controle de recursos públicos orienta o usuário para a qualidade e eficiência econômica; para tanto, aporta transparência ou prestação de contas.

Palavras-chave: controle interno; gestão pública; transparência; eficiência; responsabilidade pública.

PROJETO DE EXTENSÃO VII: PADARIA QUITANDA E PÃES

Autor(es):

Fabyana de Siqueira Calaça: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Alysson Steve Batista do Nascimento: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste projeto, será abordado o estudo de uma empresa familiar de pequeno porte, a padaria Quitanda e Pães, localizada no estado do Rio Grande do Norte. Tem como objetivo analisar os serviços de atendimento da padaria Quitanda e Pães, destacando a importância da qualidade no atendimento ao cliente e as ações preventivas adotadas para garantir a excelência no serviço prestado. A padaria é reconhecida por seu atendimento personalizado e pela a variedade de produtos artesanais, buscando constantemente aprimorar a experiência do cliente, utilizando sistema de gestão, como o software Datapão, e ferramentas de avaliação de desempenho, como o aplicativo Avaliarme. Além disso, são implementadas estratégias preventivas e corretivas, como a coleta de amostra de alimentos. Este estudo abordará como esses processos são aplicados na prática e como contribuem para a fidelização e o crescimento da empresa no mercado.

(Metodologia) Qualitativa e quantitativa.

(Resultados) Apesar das vantagens mencionadas a padaria enfrenta algumas fragilidades que podem prejudicar o desempenho, como a falta de treinamento contínuo, atualmente a empresa oferece apenas capacidade relacionada à manipulação de alimentos, deixando de lado áreas fundamentais como o atendimento ao cliente, técnicas de vendas e gestão de conflitos. Isso impacta negativamente a qualidade do serviço e a capacidade dos funcionários lidar em diferentes situações, o que pode afetar a experiência do cliente. Outro ponto negativo, é a infraestrutura fragilidade, apesar da padaria ter expandido se tem dificuldade de acomodar os clientes, além disso o layout da loja precisa ser reajustado, as prateleiras tampam a visão da loja e precisa ser sinalizado, para que o cliente identifique cada setor. A comunicação interna entre a equipe precisa ser alinhada diariamente, e promover reuniões mensais para melhorar essa comunicação.

(Conclusão) A padaria Quitanda e Pães possui um grande potencial de crescimento, especialmente pela a variedade de produtos e qualidade ao atendimento que oferece. Contudo, a falta de investimento em treinamentos contínuos, a limitação de ferramentas e infraestrutura se torna pontos que a empresa precisa ficar atenta. No trabalho não foi mencionado a área específica que trata de gestão de qualidade e qual o orçamento de investimentos na qualidade, pois esses pontos são informações que não foram repassados.

Palavras-chave: padaria; projeto de extensão VII; administração; Conic; Uni-RN.

RECURSOS ORGANIZACIONAIS E CAPACIDADES DINÂMICAS: UM CAMINHO PARA A VANTAGEM COMPETITIVA

Autor(es):

Matheus Sales de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A vantagem competitiva tem sido uma preocupação central para empresas de diversos setores, especialmente em um ambiente de negócios cada vez mais dinâmico e globalizado. A busca por diferenciação e superioridade no mercado depende da maneira como as empresas utilizam seus recursos e desenvolvem capacidades específicas para se adaptarem e inovarem. Este artigo tem como objetivo explorar como a visão baseada em recursos (Resource-Based View – RBV) e as capacidades dinâmicas podem ser integradas para proporcionar uma vantagem competitiva sustentável para as organizações. Para isso, este estudo revisa a literatura relevante e apresenta uma análise crítica sobre o tema, com base em cinco artigos fundamentais.

(Metodologia) Este artigo se baseia em uma pesquisa bibliográfica utilizando bases de dados acadêmicas como Google Scholar e JSTOR. Foram analisados cinco artigos de destaque na literatura de administração de empresas, com foco em temas relacionados a recursos organizacionais, capacidades dinâmicas e a criação de vantagem competitiva sustentável. A seleção dos artigos foi feita com base em sua relevância para a compreensão dos conceitos centrais que impactam o desempenho organizacional em um contexto competitivo. A pesquisa não utilizou fontes como SciELO ou Google Acadêmico para a coleta de material.

(Resultados) A avaliação dos cinco artigos escolhidos indica uma conexão significativa entre os conceitos abordados. Inicialmente, a RBV proporciona um arcabouço teórico robusto para compreender como os recursos internos de uma organização podem atuar como fonte de vantagem estratégica. Contudo, a ideia de capacidades dinâmicas expande essa perspectiva, sustentando que a habilidade de uma organização em renovar seus recursos e reagir prontamente a alterações no ambiente é igualmente relevante.

(Conclusão) Este estudo explorou a função dos recursos organizacionais, capacidades dinâmicas e fatores complementares, quão a regência corporativa e a direção de recursos humanos, no ganho de um lucro competitivo sustentável. A Resource-Based View (RBV), largamente discutida por Barney (1991), fornece um alicerce sólido para perceber quão os recursos internos de uma sociedade podem se voltar como um diferencial estratégico. No entanto, para que esse lucro seja mantido em ambientes competitivos e dinâmicos, é necessário que as empresas desenvolvam capacidades dinâmicas, conforme argumentado por Teece, Pisano e Shuen (1997).

Palavras-chave: vantagem competitiva; capacidades dinâmicas; RBV; governança corporativa; capacidade absorptiva.

SOCIEDADE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

Autor(es):

Luisa Maria De Andrade Albuquerque Lucietto: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) tem como disciplina Projeto de Extensão I no segundo período, onde serão realizadas análises críticas com o diagnóstico da empresa, suas estratégias, competências, fragilidades, pontos fortes e a serem desenvolvidos sobre a empresa escolhida para este trabalho. A empresa que será estudada nesta disciplina será a Material de Construção São José. Neste trabalho, serão expostas as informações de maneira detalhada acerca da empresa, para obtermos um diagnóstico da sua situação atual. As informações obtidas da empresa neste trabalho foram disponibilizadas pelo gestor Paulo Roberto Lucietto, onde foram questionados os pontos solicitados na disciplina e tivemos o detalhamento fornecido por ele.

(Metodologia) O método de pesquisa desse trabalho foi o proprietário da empresa, que forneceu informações do desempenho organizacional de sua empresa.

(Resultados) Este trabalho buscou levantar os dados da empresa em suas principais áreas, suas estratégias e objetivos que foram analisadas no mercado em que atua. As sugestões propostas neste trabalho serão possíveis com o avanço do negócio no nível estratégico, tático e operacional, a partir da expansão e sucesso nos resultados da empresa.

(Conclusão) A empresa Material de Construção São José por ser uma empresa de pequeno porte ainda não dispõe de uma atuação em todas as áreas importantes de uma empresa, comparada com uma empresa de médio ou grande porte. Será possível desenvolver principalmente a área de recursos humanos com a admissão de novos colaboradores e expansão do negócio da empresa como um todo. A partir desse entendimento de expansão de negócio, serão propostos alguns pontos de melhoria como sugestão para a empresa. Primeiramente, há a necessidade da criação de um manual de regulamentação de cargos e atividades que deverão ser desempenhados por cada colaborador, e que sejam possíveis serem acessados por todos os funcionários da empresa a qualquer momento, permitindo a cada um saber suas funções em cada cargo de maneira clara e direta. Atrelado a isso, há a necessidade de um plano de carreira com a expansão da empresa, para que os funcionários possam crescer junto a empresa, permitindo novos talentos e uma meritocracia para a subida de cargos em benefício da própria empresa.

Palavras-chave: material de construção; empresa; comportamento organizacional.

SUPER SHOW ALTO ALVORADA: LIDERANÇA E CLIMA ORGANIZACIONAL

Autor(es):

Clara Estefane Oliveira de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Hamili Ferreira de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O curso de administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte tem como disciplina Projeto de Extensão I no segundo período, onde serão realizadas análises com o diagnóstico da empresa, suas estratégias, as competências, as fragilidades, pontos a serem desenvolvidos na sobre a empresa definida para este trabalho. A empresa que será o objeto de estudo desta disciplina será o Super Show Alto Alvorada localizado no Pajuçara, Natal-RN. Neste trabalho, serão levantadas as informações de forma detalhada acerca da empresa para auferir um diagnóstico da sua situação atual. As informações obtidas da empresa neste trabalho foram disponibilizadas pelo Diretor administrativo da empresa, Thiago Airton de Brito Dino, onde foram questionados os pontos solicitados na disciplina e se obteve o detalhamento fornecido por ele.

(Metodologia) Pesquisa de campo; A pesquisa de campo será conduzida no ambiente de trabalho, e será compreendido o papel e função dos líderes no supermercado. Estudo de caso; Super Show Alto Alvorada Pesquisa descritiva; Será utilizada para mapear e descrever as práticas de liderança no Super Show Alto Alvorada Amostra com três líderes diferentes de cada setor, explicando o papel da liderança e de que forma pode impactar na empresa.

(Resultados) Corrigir ou prevenir ações inadequadas: 1. Estabelecimento de Padrões e Políticas Claras; 2. Treinamento e Desenvolvimento Contínuos; 3. Desenvolvimento financeiro; 4. Qualificação dos funcionários e das equipes gerenciais; 5. Imagem em relação aos clientes, 6. Feedbacks Resumindo, será afim de identificar e analisar ações dentro da organização, é essencial adotar algumas práticas fundamentais. Um dos primeiros passos é o estabelecimento de padrões e políticas claras, que definem de forma objetiva os comportamentos esperados e as normas a serem seguidas por todos os colaboradores. Isso proporciona uma base sólida para orientar as ações e resolver eventuais conflitos de forma justa e transparente. Lidaremos com a motivação, por tanto deve-se identificar as tarefas, e logo em seguida compreender o indivíduo.

(Conclusão) Buscamos levantar os dados da empresa em algumas das principais áreas que a compõem, para serem analisadas as estratégias e objetivos de atuação da empresa no mercado em que atua. E podendo ser observado com mais clareza a importância que líder tem nesse ambiente, e como um bom líder impacta no desenvolvimento da empresa, seja financeiro, social ou econômico

Palavras-chave: supermercado; liderança; motivação.

SUPER SHOW SÃO VICENTE: QUALIDADE E SERVIÇO DE ATENDIMENTO

Autor(es):

Vicente Meira Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Vitor Frossard Marinho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Proposta do Projeto. Empresa selecionada. História inicial da Organização. Como foi feita toda a pesquisa.

(Metodologia) Projeto realizado por meio de pesquisas de campo. Colaboradores contribuintes da pesquisa. Fontes e dados retirados a partir de relatos e operações analisadas.

(Resultados) O presente projeto de pesquisa, tendo como objeto de estudo a empresa Super Show São Vicente, tem como razão social Vicente Meira Junior ME, cujo é o nome do proprietário, e com CNPJ de número 01.335.219/0001-04. O ramo que a empresa atua é no varejo, a venda de mercadorias e produtos para o cliente final, que são moradores das residências próximas da empresa, porém sempre buscando atender cada vez mais clientes de toda a cidade de Natal, junto com todos os mercados pertencentes da família Super Show, que somando são 21 lojas no total. O ramo de varejo pertencente trabalha com produtos de bazar, açougue, perfumaria e higiene como exemplo. As áreas que a empresa atua são no bairro Nossa Senhora da Apresentação, bairro localizado na zona Norte de Natal, atendendo a todos os residentes das proximidades, já que é um varejo de demanda aberta. Essa realidade retrata apenas o São Vicente, porém a marca Super Show já atua também em outras cidades do Rio Grande do Norte, como Parnamirim, Macaíba, Santo Antônio, São Gonçalo e Monte Alegre. Desta maneira sempre buscando o crescimento e expansão no estado. Vicente Júnior há 22 anos já tinha dado início junto com Hilnia Medeiros às atividades de varejo no bairro, inaugurando o São Vicente. Assim, vendo o crescimento acontecendo, se juntou a uma associação, hoje chamada de AVERN (Associação dos Varejistas do Estado do Rio Grande do Norte), e assim ele junto com todos os associados criaram a marca Super Show, crescendo juntos cada vez mais. O Super Show São Vicente localizado na Zona Norte, onde o público atendido ganha em torno de um salário mínimo, não é um dos que arrecada mais a cada mês, porém por não ter uma grande quantidade de funcionários comparado com os outros, acaba tendo um aproveitamento melhor dos recursos humanos. A empresa também não sendo de porte tão grande, acaba não tendo um organograma já montado, mas existem as funções dos colaboradores determinadas e apresentando uma hierarquia já conhecida. A empresa dispõe de seis operadores de caixa, uma recepcionista, seis abastecedores, um verdureiro, uma profissional de ASG, um conferente, uma padreira, quatro açougueiros, uma profissional do financeiro e um profissional do sistema interno da loja.

(Conclusão) Potencialidades e fragilidades da loja. Melhorias a partir dos resultados adquiridos. Objetivos relacionados com a finalidade. Principais ideias do desenvolvimento

Palavras-chave: atendimento ao cliente; gestão de qualidade; pesquisa de empresa.

TEC CELL: DESAFIOS MODERNOS

Autor(es):

Gabriel Fonseca Bezerra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Maria Victoria Lapenda Acioly: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Rafael Rodrigues Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho analisa e sugere mudanças na empresa TEC CELL, com mais de 20 anos no conserto de aparelhos eletrônicos. A pesquisa foi qualitativa, envolvendo conversas com sócios e observações. Áreas Analisadas: Gestão Estratégica Gestão de Pessoas Essas áreas são essenciais para a sustentabilidade e crescimento de uma empresa.

(Metodologia) Para este trabalho, foi realizada a metodologia pesquisa descritiva, com o objetivo de explorar a gestão estratégica, especialmente no que diz respeito à gestão de pessoas. A pesquisa se concentra na importância do desenvolvimento dos colaboradores e do planejamento estratégico para o crescimento da empresa como um todo. A metodologia inclui a coleta e análise de dados relevantes para destacar os principais temas e apresentá-los ao público interessado. Os dados para este trabalho foram coletados através de reuniões com os sócios e conversas com funcionários.

(Resultados) Após a análise da empresa TEC CELL, foi constatado que não há investimento nas áreas de planejamento estratégico e gestão de pessoas. Apesar dos anos de mercado, os sócios não realizaram mudanças significativas nessas áreas. A gestão de pessoas é extremamente escassa, justificada pelo pequeno quadro de colaboradores, que atualmente conta com apenas três (técnico, contador e recepcionista). É importante ressaltar que toda empresa, em certo nível, possui a prática de gestão de pessoas e planejamento estratégico. No entanto, o que se busca neste trabalho é maximizar o aproveitamento dessas áreas, pois envolvem um processo completo da empresa. Em relação ao planejamento estratégico, o desenvolvimento empresarial "seja no investimento em novas tecnologias ou na propagação de sua marca" é essencial para a sobrevivência num mercado competitivo. O exemplo, disto é a empresa do aplicativo de idiomas Duolingo, onde registrou um saldo positivo de US\$24,4 milhões no quinto trimestre deste ano, 500% a mais do que no ano anterior (gráfico). O planejamento estratégico envolve várias ferramentas e metodologias que auxiliam na execução das ideias. Na aplicação de marketing e na oferta de novos produtos/serviços, é fundamental entender o que norteia a empresa, suas vantagens e desvantagens. Para isso, ferramentas de planejamento, como 5W2H e SWOT são essenciais, pois proporcionam um direcionamento para o alcance do objetivo (imagens).

(Conclusão) O investimento nas áreas de planejamento estratégico e gestão de pessoas é fundamental para aumentar as chances de alcançar um futuro sólido para as empresas. Embora não ofereçam garantias, o planejamento estratégico aliado a uma boa execução da gestão de pessoas proporciona às empresas o alcance de seus objetivos, de modo que possam conciliar o crescimento alcançado sem que se rompam no momento de adequação à nova fase.

Palavras-chave: TEC CELL; clima organizacional; gestão de pessoas; empreendedorismo; planejamento estratégico; ferramentas de gestão.

UMA ANÁLISE SOBRE O RELACIONAMENTO COM O CONSUMIDOR E A GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS DA EMPRESA VAL BRIGADERIA

Autor(es):

*Toni Roger Alves Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Larissa Azevedo de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como finalidade analisar os processos da empresa Val Brigaderia, confeitaria localizada no bairro de Candelária, tendo como proprietária Valkíria da Silva. Iremos analisar os aspectos de CRM e da gestão dos recursos materiais, apresentado um diagnóstico da situação atual e sugestões para a melhoria nos processos que foram analisados. Este trabalho tem como função entender a importância das dinâmicas de pequenas empresas no mercado atual.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi o estudo de caso, onde o pesquisador investiga fenômenos com profundidade no contexto em que ocorrem. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com a proprietária da empresa, Valkíria da Silva, com o objetivo de entender as práticas realizadas pela empresa em relação ao relacionamento com o consumidor e a gestão dos recursos materiais.

(Resultados) Em relação ao relacionamento com o cliente, foram observados os seguintes dados: 1. A empresa não utiliza nenhum sistema tecnológico para a manutenção do CRM. Ou seja, todos os dados são obtidos na prática. 2. A empresa detectou que seus principais clientes são: encomendas personalizadas para eventos, delivery e loja física. 3. A empresa realiza algumas práticas, de maneira informal, para manter o relacionamento com o cliente, a sua satisfação, e a qualidade dos seus produtos. Realização de pesquisas informais de satisfação, que são realizadas com os clientes de encomendas personalizadas. Outra prática é a presença nas redes sociais, com o objetivo de aumentar sua presença no mercado, criar conexão com os clientes e consumidores, e fazer a divulgação de seus produtos. Em relação a administração dos recursos materiais foram observados os seguintes dados: 1. A empresa não utiliza nenhum sistema de gestão dos materiais, dessa forma, a gestão é realizada de forma manual, pela proprietária de acordo com as demandas. 2. O processo de compra de materiais, tanto dos ingredientes quanto das embalagens são feitas semanalmente através de históricos anteriores da loja física e das encomendas a serem realizadas. 3. O armazenamento dos materiais segue os padrões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); os materiais refrigerados são armazenados em locais apropriados; os materiais secos são armazenados em ambientes controlados, protegidos da umidade e luz excessiva. 4. A organização do estoque, ainda que de forma manual, segue alguns sistemas para garantir que os produtos sejam utilizados em ordem de compra e vencimento. Como os sistemas Primeiro que Entra, Primeiro a Sair (PEPS), e o Primeiro a Vencer, Primeiro a Sair (PVPS).

(Conclusão) A empresa apresenta um bom potencial de crescimento. Apesar de ser uma empresa pequena, e apresentar uma gestão centralizada na proprietária, a empresa mantém o seu padrão de qualidade nos produtos. Também têm sustentado um relacionamento próximo com seus clientes através das redes sociais. Alguns dos desafios enfrentados pela empresa estão a ausência de um sistema de classificação e controle de materiais; e a dependência excessiva da proprietária para todas as decisões. Com todo o exposto, é possível apresentar algumas sugestões para a Val Brigaderia: implementação de sistema de gestão dos recursos materiais, para melhorar o controle de insumos; outra recomendação é a descentralização dos processos, pois a sobrecarga da proprietária pode comprometer a eficiência da empresa.

Palavras-chave: relacionamento com o consumidor; gestão; gestão de recursos materiais; organização.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

2024

GRADUAÇÃO ARQUITETURA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



A ARQUITETURA MODERNA

Autor(es):

Maria luiza Oliveira ribeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

*Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A arquitetura moderna surgiu no século XX, após a Revolução Industrial, e trouxe mudanças que mudaram completamente os conceitos da arquitetura até então. Influenciada pelo rápido crescimento urbano e pela necessidade de construções mais funcionais, ela se caracterizou por rejeitar estilos históricos e ornamentos excessivos, promovendo a simplicidade e o minimalismo. Arquitetos como Adolf Loos, que afirmou “ornamento é crime”, e Mies Van Der Rohe, famoso pela frase “menos é mais”, lideraram esse movimento que revolucionou a forma de construir e pensar nos espaços.

(Metodologia) Entre as vantagens da arquitetura moderna, está a velocidade de construção. As técnicas e materiais utilizados, como concreto e gesso, permitiram a construção de prédios altos e leves em um tempo bem mais curto, o que era fundamental por conta do rápido crescimento das cidades. Além disso, o conceito de “planta livre” possibilitou uma maior flexibilidade no uso dos espaços, permitindo que as divisões internas fossem adaptadas conforme a necessidade, o que trouxe mais praticidade e versatilidade às edificações.

(Resultados) Outro ponto positivo foi o impacto na saúde mental das pessoas. O minimalismo, uma característica marcante da arquitetura moderna, eliminou o excesso de estímulos visuais, contribuindo para a criação de ambientes mais tranquilos e adequados à concentração e ao bem-estar. O uso excessivo de vidro também foi um diferencial, permitindo a entrada de luz natural, o que melhorou a qualidade dos espaços internos e promoveu ambientes mais saudáveis mentalmente.

(Conclusão) Para concluir, a arquitetura moderna foi uma adaptação essencial às demandas da sociedade e economia do século XX. Embora tenha sido criticada pela eliminação dos ornamentos, ela trouxe soluções práticas que se mostraram essenciais para a vida urbana moderna. As ideias desse movimento continuam a influenciar a arquitetura contemporânea, e o conceito da funcionalidade continua sendo um princípio fundamental no design dos edifícios até hoje. Por mais que a arte e a ornamentação ainda tenham seu espaço e sejam indispensáveis, o modernismo mostrou que a simplicidade pode ser tão poderosa quanto o detalhamento maximalista.

Palavras-chave: modernismo; arquitetura; funcionalidade.

A INFLUÊNCIA POSITIVA DA TOPOGRAFIA COMO FORMA DE VALORIZAR UM PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Autor(es):

Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
José Antonio de Carvalho Cavalcante: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa analisar o uso da topografia no contexto da arquitetura e urbanismo, sendo uma ferramenta fundamental para a aplicação prática assertiva do projeto, viabilizando a sua conexão com o meio em que ele está inserido. Mas, inicialmente, é cabível entender o significado de topografia, qual seja: “uma representação gráfica da superfície terrestre de um plano horizontal (plano topográfico) de projeção máxima limitada a 80km, segundo a NBR 13133/94” (ALVAREZ, 2003). A topografia se divide em três grandes áreas, que são a topologia, topometria e fotogrametria. Dentre as três, este estudo se aprofundará na topometria, visto que, dentre as suas subclassificações, se encontra a altimetria, ou seja, a determinação das alturas do relevo do solo, medidas num plano vertical. Essas medidas são delimitadas por meio de um plano cotado, plano no qual existem vários pontos do relevo topográfico marcados, podendo ser eles de mesma altura ou de alturas distintas, mas dentro de um padrão de equidade entre eles. Logo após esses pontos delimitados, são traçadas as curvas de níveis, curvas equidistantes que conectam pontos de mesma cota de nível. Dessa forma, possibilitando a visualização das alturas do relevo e suas inclinações, sendo de suma importância para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico. Os conceitos acima citados, serão aplicados em uma gleba, na Avenida Dão Silveira, com o intuito de realizar um projeto de um loteamento de Habitação de Interesse Social.

(Metodologia) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método quantitativo, pois foi realizado um estudo de caso, analisando a gleba localizada no entorno da Avenida Dão Silveira, no Bairro de Candelária, baseando-se em dados numéricos e experimentos para testar hipóteses. Além disso, também utilizou-se de uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo descrever características de um fenômeno, sem manipulação de variáveis.

(Resultados) A partir dos estudos, foi possível chegar as alternativas sustentáveis de projetar o loteamento, de modo a preservar as características naturais do relevo da gleba, não impactando de forma negativa em seu entorno, bem como minimizando os problemas que venham a ser causados pelos fatores exógenos, como chuvas, vento, insolação, ruídos vindos da avenida de grande circulação e mantendo o loteamento com suas particularidades, que tornam o projeto único.

(Conclusão) Desse modo, o estudo reuniu ferramentas, técnicas e práticas para a elaboração de um resultado, que atingisse a sustentabilidade e que obedecesse ao relevo existente no terreno. Assim, integrando o loteamento de habitação de interesse social ao meio em que ele está localizado, por meio de utilização da topografia enquanto ferramenta.

Palavras-chave: topografia; curvas de nível; gleba; altimetria; habitação social; loteamento; projeto arquitetônico.

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DO ENTORNO NA DEFINIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE UM PROJETO DE PARQUE URBANO EM PARNAMIRIM/RN

Autor(es):

Yasmin Cunha dos Santos Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Será desenvolvido um projeto de parque urbano em um terreno vazio no bairro de Nova Parnamirim, na cidade de Parnamirim/RN. O conceito do projeto está atrelado à interatividade comunitária dos moradores da região, sendo assim, é de extrema importância a consulta ativa aos futuros utilizadores da área. A partir desta constatação, foram realizados questionários remotos com a população do bairro para entender suas reais necessidades de lazer e esporte, de forma a contribuir com o desenvolvimento e sucesso do projeto.

(Metodologia) Atrelado ao levantamento dos equipamentos de lazer encontrados na área de influência e no bairro de estudo, foram analisadas referências projetuais previamente selecionadas pela autora, sendo a principal delas o Parque Ecológico de Capim Macio, localizado em Natal/RN. Vinculada ao estudo das áreas de lazer da região, a principal metodologia utilizada foi a aplicação de questionários remotos e entrevistas com os moradores do entorno imediato do terreno. Foram feitas 4 (quatro) perguntas de respostas fechadas e uma de múltipla escolha, sendo elas: “Com qual frequência você passa próximo ou diretamente pelo terreno destacado?”, “Você sente falta de mais áreas verdes estruturadas e de lazer pela região?”, “Caso um parque/prança fosse implantado no terreno destacado anteriormente, você se sentiria confortável em frequentar o local?”, “Para você, o parque (de acesso público) deveria ter seu perímetro fechado com cercas/grades ou não possuir barreiras físicas?” e por fim “Quais equipamentos de lazer atenderiam as suas necessidades ou de pessoas próximas?”, sendo as opções previamente listadas pela autora, sem a opção de respostas abertas.

(Resultados) Foram obtidas 70 respostas a partir dos questionamentos realizados, com a constatação que 84,3% dos entrevistados transitam todos os dias pelo terreno de estudo, 12,9% algumas vezes na semana e 2,8% apenas algumas vezes no mês. 100% dos moradores do entorno sentem falta de mais áreas verdes estruturadas e de lazer pela região, 87,1% se sentiriam confortáveis em frequentar o parque a ser desenvolvido e apenas 12,9% não. Sobre a necessidade de barreiras físicas no perímetro do terreno, 64,3% dos entrevistados gostariam que fosse presente no projeto, ao ponto em que 35,7% não vê necessidade. Já em relação ao questionamento de quais equipamentos de lazer atenderiam as necessidades dos entrevistados, 71,4% gostariam de uma academia ao ar livre, 75,7% de um parque infantil, 28,6% de uma área de jogos, 62,9% de uma quadra poliesportiva, 42,9% de uma quadra de areia, 62,9% de um espaço para animais de estimação, apenas 7,1% de uma sala multiuso ou auditório, 21,4% de uma fonte ou espalho d’água, 84,3% de uma pista de caminhada, 42,9% de uma ciclofaixa, 34,3% de um bicicletário e 24,3% de um estacionamento no local.

(Conclusão) Pode-se concluir com os resultados, que a maioria da população do entorno frequenta e passa pela área de intervenção todos os dias, sente falta de mais áreas de lazer na região e se sentiria segura e confortável em frequentar o parque proposto com cercamento do perímetro. Em relação aos equipamentos propostos, os entrevistados sentem mais necessidade de utilização de uma academia ao ar livre, parque infantil, pista de caminhada, área para animais de estimação e quadra poliesportiva.

Palavras-chave: parque urbano; consulta ativa; questionários; equipamentos; interatividade comunitária.

ANÁLISE CÊNICA DE UM TERRENO URBANO, UTILIZANDO MODELO TOPOGRÁFICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE

Autor(es):

Ana Sofia Ramos Ribeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Lucas Quintiliano Cordeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Fabricia Caroline da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Bruna Assunção Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para que exista uma compreensão do terreno a ser analisado, é necessário um projeto topográfico que inclui a representação de elementos como curvas de nível, hidrografia, vegetação, e outras características do terreno como coordenadas, metragens, limites e acidentes geográficos. Dessa forma, a construção de um modelo físico do terreno se torna essencial para melhor compreensão da área de estudo. Perante o exposto, o presente trabalho objetiva analisar um terreno urbano através de um modelo topográfico.

(Metodologia) A metodologia adotada no presente trabalho da construção da maquete topográfica foi realizada a partir de um processo metodológico estruturado em etapas sequenciais, visando assegurar a precisão na representação das características cênicas do terreno, como curvas de nível, perfil topográfico e escalas. Dessa forma, a abordagem foi dividida nas seguintes etapas: seleção e análise da área de estudo, coleta de dados e definição de escalas, desenho das curvas de nível e construção da maquete.

(Resultados) A construção da maquete topográfica resultou em uma representação tridimensional precisa da área de estudo, evidenciando características do terreno como curvas de nível, variações altimétricas e declividades. A maquete se mostrou uma ferramenta valiosa para a compreensão espacial e cênica, facilitando a análise do relevo e a elaboração de soluções projetuais. Além disso, destacou-se como um instrumento essencial na Arquitetura e Urbanismo, ao traduzir mapas bidimensionais em uma forma tridimensional, aprimorando a compreensão das características físicas da paisagem e a identificação de desafios e oportunidades para projetos.

(Conclusão) Nesta análise cênica de um terreno urbano, o uso do modelo topográfico como ferramenta de análise mostrou-se fundamental para uma compreensão minuciosa das características físicas do local. Com esse modelo, foi possível identificar com precisão as variações de relevo, inclinações e desníveis, que são fatores que impactam diretamente na viabilidade de ocupação e no planejamento da cidade. Ademais, o modelo topográfico ofereceu uma visão tridimensional do terreno, facilitando a identificação de áreas que possam apresentar desafios para a infraestrutura. Conclui-se, portanto, que a topografia não apenas ajuda na elaboração de projetos mais adequados ao terreno, mas também contribui para decisões mais fundamentadas em relação à sustentabilidade, acessibilidade e uso do espaço urbano.

Palavras-chave: topografia; relevo; curvas de nível; maquete; terreno.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA ACADEMIA NO BAIRRO DE CAPIM MACIO EM NATAL/RN COM ÊNFASE EM ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA

Autor(es):

Maria Eliane Gusmão Maia: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido na área de Arquitetura e Urbanismo, abordará um estudo sobre a relação entre arquitetura esportiva e bem-estar, com enfoque em academias. Apesar dos inúmeros benefícios que a prática de exercício físico proporciona (SESI+SAÚDE, 2023), algumas questões relacionadas ao conforto merecem atenção, incluindo desafios para a obtenção de um ambiente visual e sensorialmente agradável, visando conceder uma experiência mais enriquecedora aos usuários. A falta de integração com a natureza também é identificada como um ponto crítico, já que muitas academias são projetadas sem considerar a conexão com o ambiente natural, resultando em espaços fechados e carentes de elementos naturais que poderiam contribuir para o bem-estar dos frequentadores. Assim, a questão abrange a necessidade de superar esses desafios, integrando soluções que promovam não apenas a prática de atividades físicas, mas também a criação de ambientes acolhedores, sensorialmente estimulantes e conectados à natureza, para otimizar a experiência e o bem-estar dos usuários.

(Metodologia) O trabalho constitui em uma parte teórica textual e outra parte projetual. Na parte teórica será subdividida em seis capítulos, dentre elas estão o referencial teórico, abordando sobre a importância da academia e conceitos de arquitetura bioclimática, o referencial empírico, analisando projetos arquitetônicos de academias de musculação, tanto a nível nacional e internacional, como local. Em conjunto a essa análise, será levantado também um estudo sobre a área de intervenção e seu entorno, condicionantes ambientais, físicos e legais, como o Plano Diretor; Código de Obras; acessibilidade e por fim, a proposta projetual. Na última etapa, a parte projetual, será elaborado o resultado das pesquisas realizadas nas etapas anteriores, o anteprojeto. Nesta fase, será apresentada toda a documentação necessária para a compreensão do projeto, ou seja, desde os croquis até os desenhos técnicos e imagens realistas.

(Resultados) O resultado do anteprojeto arquitetônico de uma academia no bairro de Capim Macio, em Natal/RN, com ênfase na arquitetura bioclimática, destaca a integração com a natureza como um dos elementos chaves. O projeto visa criar ambientes que estimulem o bem-estar dos usuários, oferecendo experiências diversas. Além disso, inclui uma proposta arquitetônica que respeita as diretrizes urbanísticas e ambientais da área, em conformidade com o Plano Diretor de Natal. O anteprojeto também propõe a implementação de espaços multifuncionais, que além de melhorar a funcionalidade da academia, aumente sua rentabilidade, otimizando tanto a usabilidade quanto o retorno econômico.

(Conclusão) O trabalho conclui que uma prática regular de exercícios físicos, aliada a uma arquitetura bioclimática, promove uma melhoria significativa na qualidade de vida dos usuários, criando ambientes mais saudáveis e uma experiência enriquecedora. A proposta arquitetônica destaca a importância de diversificar os espaços, integrando a natureza ao design da academia. Essa abordagem não apenas otimiza a funcionalidade do local, mas também contribui diretamente para o bem-estar físico e emocional dos frequentadores, reforçando a conexão entre saúde, arquitetura e natureza.

Palavras-chave: academia de musculação; bem-estar; arquitetura esportiva; arquitetura bioclimática.

**ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA ESCOLA DE PERÍODO INTEGRAL NÍVEL FUNDAMENTAL II E MÉDIO NO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA-RN**

Autor(es):

Jefferson Henrique Soares de Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) A educação é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social de uma nação. Dito isso, as escolas de tempo integral são propostas como uma solução eficaz para a promoção de um ensino de qualidade e inclusivo, especialmente em áreas de vulnerabilidade social. O seguinte Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a criar um estudo que servirá de base para a implementação de um projeto arquitetônico para uma escola de tempo integral no município de Viçosa, Rio Grande do Norte.

(Metodologia) A pesquisa é a etapa inicial para a criação de um anteprojeto, e nesse estudo serão empregadas abordagens qualitativas, juntamente com procedimentos exploratórios, descritivos e explicativos, considerando tanto a pesquisa bibliográfica quanto o levantamento. Portanto a metodologia a ser utilizada no seguinte trabalho é a metodologia dedutiva. A compreensão do tópico de arquitetura escolar envolve a análise de diversas dimensões, incluindo aspectos pedagógicos, socioambientais, tecnológicos e ergonômicos. Nesse sentido, as obras “Learning Spaces”, de Diana G. Oblinger e James L. Oblinger (2006), e “Arquitetura Escolar: O Projeto do Ambiente de Ensino”, de Doris Kowaltowski (2011), oferecem uma base metodológica sobre como o ambiente físico influencia o processo educacional.

(Resultados) Tendo em mente que o objetivo do seguinte TCC é desenvolver uma escola de tempo integral no Município de Viçosa voltada para os níveis fundamental II e ensino médio. É necessário enfatizar que o município está inserido numa zona de clima tropical semiárido e esse tipo de clima traz a necessidade de soluções projetuais específicas. O projeto tem como objetivo criar uma harmonia entre o espaço construído e ambientes externos com presença de paisagismo nativo a área do Rio Grande do Norte, dessa forma o conceito do projeto é: O ambiente escolar convidativo, um espaço criado para amplificar o conforto ambiental e ergonomia com o intuito de melhorar a qualidade do aprendizado. Dito isso, o partido do projeto irá utilizar de estratégias como iluminação natural, ventilação cruzada, paisagismo desenvolvido de maneira prática e bonita além da atenção com cores, texturas e iluminação artificial já que essas afetam o bem-estar de um indivíduo. Concluindo, o conceito e partido escolhido para a seguinte proposta projetual foram escolhidas na busca de criar um espaço que os estudantes e funcionários se sintam bem ao frequentar.

(Conclusão) O seguinte estudo buscou soluções arquitetônicas para uma escola de tempo integral voltada ao ensino fundamental e médio, localizada no município de Viçosa, RN. Partindo da metodologia construtivista, e se baseando nas obras “Learning Spaces”, de Diana G. Oblinger e James L. Oblinger (2006), e “Arquitetura Escolar: O Projeto do Ambiente de Ensino”, de Doris Kowaltowski (2011), além de uma cuidadosa pesquisa em órgãos brasileiro como MEC e IBGE, foi desenvolvido um projeto que visa atender às demandas contemporâneas da arquitetura escolar, integrando aspectos funcionais, sustentáveis e de conforto ambiental.

Palavras-chave: arquitetura escolar; escola em tempo integral; Viçosa.

ANTEPROJETO DE UMA ACADEMIA DE ALTO PADRÃO EM NATAL/RN

Autor(es):

João Filipe Cardoso Jacome: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho desenvolve um anteprojeto para uma academia de alto padrão em Natal/RN, tendo em vista o crescimento do mercado fitness no Brasil. O objetivo é criar um espaço moderno e sofisticado, que ofereça infraestrutura de ponta para atender um público exigente. A academia propõe uma experiência completa de bem-estar, com design inovador e tecnologias avançadas, alinhada às novas tendências do setor fitness, como a busca por saúde, estética e qualidade de vida?.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi mista, combinando revisão de literatura, análise de mercado e estudos de caso de academias bem-sucedidas, como a Ironberg em São Paulo. Além disso, foram realizadas análises das condicionantes físicas e ambientais do terreno, assim como a verificação de normas e legislações locais para garantir a conformidade do projeto. O estudo utilizou ainda referências teóricas sobre o impacto de academias de alto padrão no mercado fitness.

(Resultados) O estudo analisou detalhadamente o desenvolvimento de uma academia de alto padrão em Natal/RN, considerando aspectos urbanísticos, físicos e ambientais do terreno localizado no bairro Tirol. A pesquisa envolveu a análise das condicionantes climáticas, como a ventilação natural e a exposição solar, que influenciaram as decisões projetuais, além da topografia e vegetação existente. Foram estudadas referências de academias bem-sucedidas, como a Ironberg em São Paulo, que serviram como base para o conceito arquitetônico, focado na funcionalidade, estética e experiência do usuário. O projeto propõe uma estrutura moderna, que inclui áreas para musculação, exercícios cardiovasculares e convivência social, além de tecnologias avançadas para otimizar a operação e melhorar o conforto dos usuários. O estudo também destacou a importância da sustentabilidade, incorporando soluções ecológicas e práticas de construção sustentável, como o uso de materiais ambientalmente corretos e sistemas de captação de água e energia?.

(Conclusão) projeto conclui que a criação de uma academia de alto padrão em Natal/RN é viável e pode contribuir para o bem-estar social e urbano, além de destacar a cidade como referência em infraestrutura fitness. A proposta equilibra funcionalidade, estética e sustentabilidade, atendendo tanto às expectativas dos usuários quanto às exigências legais e ambientais. A academia serve como um modelo de inovação no mercado fitness, capaz de influenciar positivamente o comportamento social e urbano?

Palavras-chave: academia de alto padrão; arquitetura; projeto arquitetônico; mercado fitness; sustentabilidade; Natal/RN.

ARQUITETURA COMERCIAL: ESTUDO PRELIMINAR ARQUITETÔNICO DE REFORMA PARA EDIFÍCIO VERTICAL EM PEREIRO/CE

Autor(es):

Natally Queiroz Aquino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa aborda o estudo preliminar de um projeto arquitetônico focado na reforma e verticalização de um edifício comercial em Pereiro, Ceará. O tema central é a arquitetura de reforma em edificações verticais com uso exclusivo comercial, destacando a importância de otimizar o espaço disponível em uma loja que enfrenta desafios em sua configuração atual. O enquadramento teórico aborda a arquitetura flexível, o visual merchandising e a estética de impacto como soluções para melhorar o estado físico e funcional do edifício. A pesquisa explora a importância da flexibilidade na arquitetura, permitindo que o espaço se adapte a diferentes necessidades sem grandes remodelações. Além disso, investiga como o visual merchandising pode influenciar o comportamento do consumidor e otimizar a experiência de compra.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, quantitativa e exploratória, utilizando questionários semiestruturados para coleta de dados. O estudo foi realizado in loco, com medições e registros fotográficos, e foi direcionado a dois públicos-alvo: funcionários e usuários do estabelecimento. A análise dos dados seguiu uma metodologia indutiva, identificando padrões e nuances nas informações coletadas. As questões objetivas foram agrupadas para análise estatística, permitindo uma compreensão abrangente da situação. Como percurso metodológico a pesquisa foi iniciada buscando primeiramente referências bibliográficas sobre a temática, livros, artigos, monografias, dissertações, fundamentos e guias de embasamento sobre edificações com foco no uso comercial, por meio de estratégia de reforma na utilização de soluções para resolver aspectos de insuficiência de recursos naturais como iluminação e ventilação no ambiente construído, setorização, arquitetura flexível e o conceito do design visual Merchandising no novo layout interno e externo do projeto ressaltando a influência positiva do marketing comercial que irá promover a captação de clientes da cidade e região.

(Resultados) Os questionários aplicados foram essenciais na fundamentação e elaboração do programa de necessidades para entender quais as reais necessidades de reforma que cada ambiente precisa e que os resultados foram relevantes e promissores para seguir para as próximas etapas de elaboração projetual da reforma. A proposta de design inclui a melhoria da setorização dos produtos, a sinalização clara para orientar os clientes e um fluxo de circulação otimizado, além da implementação de claraboias para melhor aproveitamento da luz natural.

(Conclusão) A pesquisa conclui que o projeto arquitetônico de reforma da loja A&J Modas, propõe uma abordagem inovadora para a utilização do espaço, focando na funcionalidade e no design adaptado para ambientes comerciais. A integração de técnicas de merchandising visual e estratégias para conforto ambiental, como fachadas de vitrines e iluminação natural, resultam em um edifício eficiente e atraente. Este estudo abre oportunidades para adaptar espaços que atendam às necessidades do público-alvo, criando ambientes confortáveis e convidativos que incentivem a compra e a fidelização dos clientes. Ressalta ainda, a importância de uma abordagem inovadora que não só atende às demandas atuais, mas também se adapta a futuros crescimentos, criando um espaço comercial convidativo e eficiente. Essa pesquisa destaca a relevância da arquitetura comercial inserido em ambientes urbanos.

Palavras-chave: arquitetura comercial; verticalização; setorização; visual merchandising.

ARQUITETURA DE ALTO PADRÃO EM ZONA RURAL: PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA CASA DE FAZENDA NA ZONA RURAL DE NOVA CRUZ-RN

Autor(es):

João Roberto Araújo Vicente: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mercado de arquitetura de alto padrão na zona rural tem crescido significativamente, com propriedades que combinam luxo, sofisticação e conexão com a natureza. A Fazenda São Jorge, em Nova Cruz/RN, foi escolhida pela família Hasbun para a construção de sua casa de campo de alto padrão, projetada para ser um refúgio particular com tecnologia moderna e sustentabilidade. O terreno a ser utilizado pela residência está delimitado em uma área de 15.000m², com vista privilegiada para uma lagoa e um belo campo ao redor.

(Metodologia) Esta pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para uma análise abrangente da arquitetura de campo de alto padrão na região nordeste. A metodologia proposta, está detalhada a seguir: 1. Realização de uma revisão bibliográfica. 2. Análise detalhada de técnicas construtivas utilizadas em casas de campo de alto padrão. 3. Realização de visita in loco, em residências de campo com alto padrão de acabamento, na cidade de Bragança Paulista ? SP. 4. Coleta de dados quantitativos. 5. Realização de pesquisa de campo na Fazenda São Jorge, em Nova Cruz/RN.

(Resultados) Os resultados obtidos com este trabalho proporcionaram uma visão detalhada e embasada do projeto, considerando tanto as características ambientais quanto as necessidades do usuário. A análise do clima, com foco na temperatura e precipitação, aliada ao estudo do conforto térmico e estratégias bioclimáticas, possibilitou a criação de soluções arquitetônicas que otimizam o uso de ventilação e iluminação natural. Essas soluções garantem maior eficiência energética e conforto ambiental, diminuindo a dependência de sistemas artificiais de climatização. Além disso, a aplicação de materiais naturais, a integração com a paisagem e a valorização das vistas e do entorno reforçam a importância de uma arquitetura sustentável, que se relaciona harmoniosamente com o local. A utilização de estratégias passivas, como sombreamento e brises, também demonstrou ser eficiente na proteção dos ambientes internos contra o calor excessivo, ao mesmo tempo em que mantém a estética e a funcionalidade da edificação. Finalmente, os estudos de viabilidade do terreno, levando em consideração as condições topográficas e a proximidade com a comunidade local, permitiram que o projeto fosse adaptado de maneira eficaz, respeitando as características naturais e as legislações vigentes, além de promover uma inserção respeitosa e benéfica à área onde se localiza.

(Conclusão) Com base nas pesquisas e análises realizadas, foi desenvolvido um projeto arquitetônico alinhado aos princípios de sustentabilidade, conforto ambiental e respeito ao contexto natural e cultural. A utilização de estratégias bioclimáticas, como ventilação cruzada e iluminação natural, maximizou a eficiência energética e a qualidade dos espaços. A consideração das condicionantes físicas e climáticas do terreno permitiu uma adaptação ao local, enquanto a escolha de materiais naturais reforçou a integração com a paisagem. Projetos inspiradores, como a Casa Tetra e a Casa Sottile, influenciaram o desenvolvimento, resultando em uma proposta que equilibra estética, funcionalidade e compromisso ambiental.

Palavras-chave: arquitetura de alto padrão, arquitetura residencial, sustentabilidade, casa de campo, Nova Cruz/RN.

ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE EM PONTA NEGRA: PROJETOS RESIDENCIAL IMPÉRIO DO SOL E PONTA NEGRA BUSINESS EM NATAL/RN

Autor(es):

Maria Eduarda Maia Suassuna: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Anne Caroline Fernandes Dutra Pereira Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho apresenta o desenvolvimento e a concepção dos empreendimentos “Residencial Império do Sol” e “Ponta Negra Business”, localizados no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN. Esses projetos foram elaborados a partir de um conceito de sofisticação, sustentabilidade e inovação tecnológica, buscando oferecer bem-estar e qualidade de vida aos futuros moradores e comerciantes. Além de atender à demanda habitacional e comercial da região, os empreendimentos visam representar um novo padrão de construção sustentável para o bairro e para a cidade de Natal como um todo, explorando a integração entre design, sustentabilidade e conforto. A escolha dos nomes dos projetos reflete a identidade local, fazendo referência à cidade de Natal, conhecida como “Cidade do Sol”, e busca estabelecer uma ligação cultural e geográfica com os moradores e frequentadores.

(Metodologia) O desenvolvimento dos projetos seguiu uma metodologia baseada em etapas evolutivas, começando com o levantamento de necessidades e o estudo de viabilidade técnica e ambiental. A primeira fase envolveu a concepção do conceito, seguido pelo planejamento de estruturas e tipologias. Foram analisadas práticas de construção sustentável e tecnologias emergentes que pudessem ser aplicadas ao projeto, como o uso de materiais recicláveis e sistemas de eficiência energética. Durante o processo de elaboração das plantas e fachadas, cada detalhe foi definido de modo a garantir a integridade do conceito original. O projeto foi desenvolvido com foco em manter a coerência arquitetônica e os padrões sustentáveis sem grandes alterações na estrutura base, reafirmando o compromisso com a sustentabilidade.

(Resultados) Os empreendimentos resultantes são exemplares de arquitetura sustentável e moderna, caracterizados por traços de inovação e adequação ao contexto local. O “Residencial Império do Sol” oferece um espaço residencial sofisticado e confortável, enquanto o “Ponta Negra Business” agrega uma solução comercial moderna, que atende às necessidades dos comerciantes locais e ao desenvolvimento do bairro. Ambos os empreendimentos foram projetados para favorecer a interação entre os usuários e o ambiente urbano, contribuindo para a qualidade de vida da comunidade de Ponta Negra.

(Conclusão) A criação dos empreendimentos “Residencial Império do Sol” e “Ponta Negra Business” destaca a importância de integrar práticas sustentáveis e design contemporâneo, atendendo às necessidades locais de modo inovador e responsável. Os projetos representam uma contribuição significativa para o desenvolvimento urbano e sustentável de Natal, alinhando-se aos valores da cidade e trazendo um impacto positivo para a paisagem e para a comunidade. A manutenção do conceito inicial ao longo do processo assegura que cada detalhe arquitetônico seja alinhado com a proposta de valorização ambiental e conforto, constituindo um modelo a ser seguido na construção civil.

Palavras-chave: arquitetura sustentável; inovação tecnológica; desenvolvimento urbano; empreendimento residencial e comercial; Ponta Negra; qualidade de vida; Natal/RN.

ARQUITETURA EFÊMERA: UMA ANÁLISE URBANÍSTICA E AMBIENTAL DOS ESPAÇOS OCUPADOS POR FOOD PARKS, NO BAIRRO DE PONTA NEGRA, EM NATAL/RN, PARA A CRIAÇÃO DE CARTILHA PARA LICENCIAMENTO

Autor(es):

Giúlia Noronha Cunha Santiago: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A seguinte pesquisa intitulada “Arquitetura efêmera em espaços públicos: os impactos urbanos e ambientais gerados por food parks pela ausência de licenciamento urbanístico e ambiental, no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN” traz à tona a discussão sobre os processos de ocupação e licenciamento de food parks na cidade do Natal, tomando como recorte do universo de estudo o bairro turístico da capital, Ponta Negra. Desta forma, em se tratando da cidade de Natal, no nordeste brasileiro, foco deste trabalho, o município ainda não apresenta um plano de licenciamento urbanístico e ambiental, necessitando de uma análise profunda dos tipos de impactos que os food trucks geram onde estão situados e de buscar o porquê de nos dias de hoje esse empreendimento permanecer sem normas de licenciamento para que possam exercer suas atividades.

(Metodologia) Visando chegar nos objetivos propostos por este trabalho, a pesquisa desenvolvida neste trabalho tem como natureza aplicada com abordagem qualitativa, por se tratar de uma metodologia que busca trazer soluções para uma problemática social, somadas a isso as características da pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, além dos métodos científicos dedutivos e fenomenológicos. Desse modo, o processo surgirá por três tipos de procedimentos técnicos, sendo eles a pesquisa documental, o levantamento e caso de estudo.

(Resultados) Os resultados da seguinte pesquisa se darão através do desenvolvimento de uma cartilha didática sobre o licenciamento de food parks, a qual compilará leis e decretos já publicados pela prefeitura do Natal acerca deste tema, para que se torne possível a orientação dos atuais donos de food parks e food trucks em estar dentro das exigências do município, gerando uma parceria direta entre as duas partes. O estudo deste trabalho tem como foco a análise dos empreendimentos de food parks no bairro de Ponta Negra, pois este é uma referência de uma área viva da cidade a qual engloba diversos tipos de comércios atrativos e uma grande concentração de food parks. Porém todo seu resultado será possível de utilizar como instrumento para todas as demais regiões da cidade, já que as normas até então divulgadas pela prefeitura abrangem, também, conceitos gerais para quaisquer espaços, seja público ou privado.

(Conclusão) A pesquisa destacou a relevância de regulamentar os food parks em Ponta Negra, Natal/RN, apontando que a ausência de licenciamento urbanístico e ambiental gera impactos urbanos e ambientais significativos. O desenvolvimento de diretrizes específicas e a elaboração de uma cartilha didática são resultados fundamentais, visando orientar empreendedores e promover a adequação às exigências legais. Além de organizar o espaço urbano, a regularização desses empreendimentos favorece o equilíbrio entre dinamismo econômico e preservação ambiental. Embora focada em Ponta Negra, a proposta é aplicável a outras regiões de Natal, contribuindo para uma gestão urbana mais sustentável e integrada na cidade.

Palavras-chave: arquitetura efêmera; food parks; licenciamento; urbano; ambiental; Natal/RN; Ponta Negra; cartilha.

ASPECTOS HISTÓRICOS E PISCOSSOCIAIS NATAL BAIRRO DE CIDADE ALTA

Autor(es):

maria eduarda moura de melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Maria Eliane Gusmão Maia: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Luiza de Gouveia Castro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

João Filipe Cardoso Jacome: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo aborda uma análise urbanística e arquitetônica da subárea 04 no bairro Cidade Alta, em Natal, RN. O objetivo principal é identificar mudanças históricas, urbanas, sociais e arquitetônicas, com o intuito de propor estratégias para revitalização urbana de uma praça. Metodologias aplicadas incluem o uso de software de georreferenciamento, visitas in loco e referências teóricas como Kevin Lynch, para entender a dinâmica social e urbana da área estudada.

(Metodologia) Diversas metodologias foram empregadas, incluindo o uso de ferramentas de georreferenciamento (Google Earth) e visitas acadêmicas à área estudada para compreender o contexto urbano e social. As análises também foram fundamentadas em referências empíricas e teóricas, com destaque para a obra de Kevin Lynch, que orientou a identificação de marcos e barreiras da região.

(Resultados) O estudo da subárea 04, em Cidade Alta, Natal/RN, apresentou um panorama urbano e social, com predominância de áreas residenciais antigas e poucas áreas verdes. Foi constatada uma infraestrutura deficiente, tanto nos equipamentos comunitários quanto nos serviços públicos, como coleta de lixo e drenagem. As vias estreitas e mal pavimentadas dificultam a mobilidade, e a má distribuição de equipamentos agrava o déficit de qualidade urbana. Além disso, marcos históricos como a Igreja do Galo são importantes para a identidade local, mas a falta de manutenção compromete seu valor.

(Conclusão) O estudo da subárea 04, no bairro Cidade Alta em Natal/RN, revelou desafios urbanos e sociais que afetam a qualidade de vida, apesar do rico patrimônio histórico local. A infraestrutura é insuficiente, com falta de manutenção em áreas verdes, equipamentos comunitários e problemas de drenagem, limpeza e mobilidade. Essas questões exigem intervenções urgentes para revitalizar a área, equilibrando a preservação histórica com o desenvolvimento urbano sustentável. O estudo conclui que é necessário um planejamento estratégico para atender às demandas atuais da população.

Palavras-chave: Cidade Alta; Natal/RN; revitalização urbana; patrimônio histórico; planejamento urbano; análise arquitetônica.

CONECTANDO COM A NATUREZA: ESTRATÉGIAS DE PAISAGISMO PARA PROMOVER O BEM-ESTAR EM AMBIENTES DE SAÚDE

Autor(es):

Anne Caroline Fernandes Dutra Pereira Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da impressão de que os ambientes de saúde, muitas vezes, são considerados locais fechados, frios e sem muito contato com a área natural externa, entende-se que o uso do paisagismo na criação de espaços que conectem a natureza poderá proporcionar a estes ambientes uma imagem mais moderna, agradável e benéfica, tanto para o profissional que nele atua, bem como para os pacientes que nele realizam suas consultas, exames e/ou tratamentos. Além disso, o uso do paisagismo nesses ambientes tem sua importância no sentido de propiciar a biodiversidade, atuando na relação de equilíbrio entre homem e natureza. Sendo assim, Nahum (2007) aponta que o bem-estar humano tem relação direta com a qualidade ambiental. Conforme Salingaros (2015), a importância relativa dos fatores ambientais aumenta consideravelmente na maneira de como se reage a elas. Neste sentido, traz o paisagismo a reconexão do ser humano com seus arredores aplicando a geometria especial da natureza para melhorar a nutrição mental e física explica. Dentro desse contexto, a proposta central que conduziu a construção deste trabalho consistiu em responder ao seguinte questionamento: Como o paisagismo pode ser integrado em ambientes de saúde para melhorar a experiência e o bem-estar dos pacientes? A autora, com formação em enfermagem e interesse em Arquitetura Paisagística, identifica a necessidade de ambientes mais humanizados, especialmente no Hospital Gastroprocto, em Natal/RN, buscando inspirar profissionais e acadêmicos a adotarem práticas que promovam qualidade de vida.

(Metodologia) Considerando-se os objetivos do trabalho, sua construção foi de natureza qualitativa, baseada em pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Os dados coletados foram classificados e analisados, identificando-se os principais conceitos, benefícios e desafios e estratégias associadas ao uso do paisagismo em ambientes de saúde. O estudo foi dividido em etapas correspondentes a cada um dos objetivos específicos estabelecidos.

(Resultados) Apresentar uma síntese das melhores práticas e orientações para a aplicação de paisagismo em ambientes de saúde, voltada para arquitetos e gestores de instituições de saúde, com foco nos benefícios que podem ser proporcionados aos pacientes.

(Conclusão) A revisão de literatura sobre paisagismo em ambientes de saúde destaca seu papel no bem-estar físico, mental e emocional dos pacientes, propondo soluções para tornar esses locais menos frios e mais conectados com a natureza. A análise de regulamentações, como a RDC nº 50/2002 e a NBR 9050:2020, evidencia a ausência de normas específicas para paisagismo, mas revela possibilidades de incluir áreas verdes em conformidade com normas sanitárias e de acessibilidade. A pesquisa conclui que o paisagismo, além de estético, é fundamental para humanizar e melhorar a qualidade de vida nos espaços hospitalares.

Palavras-chave: paisagismo em saúde; arquitetura paisagística; estratégias de paisagismo.

CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA NO AMBIENTE DE SAÚDE: ANÁLISE DOS EFEITOS DO LAYOUT DO CENTRO CIRÚRGICO AMBULATORIAL DO HOSPITAL GASTROPROCTO

Autor(es):

Anailze karoline Bento de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Geralmente, os hospitais possuem características comuns que remetem ao pensamento de se tratar de um ambiente hostil, frio, sem humanização e com “cheiro de hospital”. Entretanto, nem sempre o que se imagina condiz com a realidade. No Hospital Gastropronto (hospital geral dia, sem pronto socorro), objeto de estudo deste trabalho, por exemplo, tais características não são encontradas. Nesse hospital foi realizado um projeto arquitetônico que trouxe a proposta de um ambiente acolhedor, com iluminação apropriada, com cores e texturas pensadas para proporcionar tranquilidade, leveza e o melhor, sem cheiro hospitalar. Sendo assim, o foco deste estudo é direcionado ao centro cirúrgico, que foi arquitetonicamente pensado para possibilitar um ambiente harmonioso, caloroso e apropriado para a execução de cirurgias. Desse modo, o padrão arquitetônico existente já não atendia a contento, sendo necessária uma reforma no centro cirúrgico, com circulação planejada, aumento de leitos, mais dois leitos de CRO, aumento de mais duas salas de cirurgia, posto de enfermagem, lavabo interno para pacientes, arsenal (sala onde fica armazenado o instrumental cirúrgico), depósito de material de limpeza (DML) estar médico ampliado.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a construção do trabalho envolveu uma pesquisa do tipo descritiva, com procedimento técnico voltado à pesquisa de campo. O caráter descritivo, conforme Gil (2006), diz respeito ao fato de se descrever sobre o levantamento de opiniões e atitudes de determinado grupo de pessoas, relacionado a algo comum a esta população. Referindo-se à pesquisa de campo, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), consiste em um estudo de indivíduos, grupos entre outros campos, com a finalidade de se compreender vários aspectos da sociedade.

(Resultados) Com os resultados alcançados, tem-se por finalidade conseguir, por meio das respostas do público pesquisado, opiniões, sugestões e comentários, positivos ou negativos, que possam servir de base para melhorar e/ou manter o ambiente cirúrgico ambulatorial do Hospital Gastroprocto adequado e satisfatório para os profissionais que nele exercem suas atividades. Após a pesquisa de campo, os dados coletados foram tabulados e, posteriormente, elaborados os gráficos referentes às respostas de cada questionamento. Em seguida os resultados foram interpretados utilizando-se uma análise quantitativa. Conforme Andrade (2003), este tipo de análise é apropriado para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos pesquisados, uma vez que são utilizados instrumentos estruturados, como, por exemplo, o questionário, devendo ser representativa de um determinado universo de maneira que seus dados possam ser generalizados e projetados para esse universo.

(Conclusão) Em conclusão, a análise da percepção da equipe médica do Hospital Gastroprocto sobre o trabalho arquitetônico no centro cirúrgico revela uma satisfação significativa em relação às variáveis avaliadas, como tamanho dos ambientes, cores, revestimentos, climatização e iluminação. A pesquisa, que incluiu questionários e entrevistas, indica que a infraestrutura e a organização atendem às necessidades da equipe técnica, evidenciando a eficácia das intervenções realizadas. Isso reforça a importância de um ambiente bem projetado para otimizar o trabalho no setor cirúrgico.

Palavras-chave: contribuições da arquitetura hospitalar; centro cirúrgico; bem estar ambiente de saúde; Hospital Gastroprocto.

COWORKING BLOOM: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM EDIFÍCIO COWORKING, COM ÊNFASE EM AMBIENTES QUE ESTIMULEM A CRIATIVIDADE, ALIADOS AOS CONCEITOS DA NEUROARQUITETURA

Autor(es):

Maria Eduarda Moura de Melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os espaços de coworking representam uma evolução na arquitetura corporativa, oferecendo ambientes flexíveis para diversos profissionais. O êxodo rural e o crescimento populacional geraram uma demanda por locais de trabalho adequados. Frank Lloyd Wright desenvolveu o primeiro escritório aberto em 1903, mas o conceito de coworking se consolidou nos anos 1990 com a internet. Na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, muitos profissionais buscam espaços que atendam suas demandas funcionais e estimulem a criatividade. Embora existam edifícios de coworking na região, muitos são genéricos e não inspiradores.

(Metodologia) A metodologia do projeto “Coworking Bloom” é prática e exploratória, focada em entender as necessidades dos profissionais que usarão o espaço. Inicia-se com um estudo de caso da área de Natal, considerando aspectos sociais, legais e ambientais. Uma pesquisa bibliográfica investiga conceitos de neuroarquitetura e documentos legislativos relevantes. A coleta de dados inclui observações e entrevistas com potenciais usuários. Essas informações fundamentam o programa de necessidades e orientam as diretrizes e o conceito do anteprojeto. O design visa integrar princípios da neuroarquitetura, criando um ambiente que estimule a criatividade e a interação, atendendo às demandas funcionais. A metodologia será ajustada para garantir um resultado inovador.

(Resultados) Os resultados do projeto “Coworking Bloom” refletem uma compreensão das necessidades dos profissionais e das características da área de Natal. A análise do espaço e as entrevistas com potenciais usuários forneceram insights sobre suas expectativas em um ambiente de coworking, indicando uma demanda por áreas que favoreçam a colaboração, o conforto e a criatividade. Com base nas diretrizes da pesquisa bibliográfica e dos estudos de caso, foi elaborado um anteprojeto que integra princípios da neuroarquitetura. O design propõe a criação de ambientes variados, como áreas de trabalho individuais e colaborativas, salas de reuniões, espaços de descanso e locais para eventos, visando estimular a interação, promover o bem-estar e facilitar a produtividade.

(Conclusão) Em conclusão do projeto “Coworking Bloom” reafirma a relevância de espaços de trabalho colaborativos no contexto contemporâneo, especialmente na cidade de Natal. A pesquisa realizada demonstrou que há uma demanda crescente por ambientes que não apenas atendam às necessidades funcionais dos profissionais, mas que também proporcionem experiências estimulantes e criativas. A aplicação dos princípios da neuroarquitetura no design do coworking foi fundamental para a criação de um espaço que favorece o bem-estar e a produtividade dos usuários. Os resultados obtidos evidenciam que o “Coworking Bloom” não só atenderá às demandas do mercado local, mas também se destacará como um espaço que valoriza a experiência do usuário. A expectativa é que este projeto inspire a criação de mais ambientes de coworking na região, contribuindo para um ecossistema de trabalho mais dinâmico e interativo. A implementação bem-sucedida deste anteprojeto poderá servir como um modelo para futuras iniciativas, promovendo a cultura da colaboração e do compartilhamento entre profissionais de diversas áreas.

Palavras-chave: coworking; neuroarquitetura; arquitetura corporativa; espaços colaborativos.

DIÁLOGO ENTRE ERAS: IMPACTO DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA NA PAISAGEM DO SÍTIO HISTÓRICO DA RIBEIRA EM NATAL/RN

Autor(es):

Maria Eduarda Maia Suassuna: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para entender como a arquitetura contemporânea afeta áreas de preservação histórica, é importante analisar o caso da Ribeira, um dos bairros mais antigos de Natal. A Ribeira guarda uma parte significativa do patrimônio histórico da cidade, mas tem sido palco de novas construções verticais que refletem o crescimento urbano recente. Esse processo de transformação destaca o desafio de preservar a identidade histórica do bairro enquanto se permite seu desenvolvimento. Edifícios de grande porte contrastam visualmente com construções antigas, suscitando debates sobre o impacto dessas intervenções no caráter arquitetônico e cultural da região. Diante disso, o estudo examina como a arquitetura contemporânea pode coexistir com o patrimônio histórico, avaliando os impactos na paisagem urbana e propondo estratégias para que essa convivência seja harmoniosa.

(Metodologia) A construção deste trabalho envolveu uma pesquisa de caráter descritivo, com base principal no estudo de Bastos e Zein (2008), no livro *Brasil, Arquiteturas Após 1950*, que apresenta um panorama das transformações arquitetônicas no Brasil. Além de descritiva, a abordagem também é analítica e crítica, uma vez que as autoras interpretam e avaliam as mudanças e seus significados para a arquitetura. Como base teórica secundária, utilizo: Kenneth Frampton (2007), em *História Crítica da Arquitetura Moderna*, abordando o conceito de regionalismo crítico; Paula Landim (2003), em *Desenho da Paisagem Urbana: Cidades do Interior Paulista*, discutindo a paisagem urbana; Verônica Lima (2008), em *Desenho Urbano: Uma Análise de Experiências Brasileiras*, que analisa a revitalização de centros históricos. Os métodos e ferramentas utilizados para o levantamento de informações foram: Análise documental, incluindo o estudo de leis e diretrizes, como o Plano Diretor de Natal e as normas do IPHAN; Pesquisa de campo, com visitas à Ribeira para observar o contraste entre edificações históricas e contemporâneas; Entrevistas, realizadas com arquitetos, moradores e empresários locais, buscando compreender as diferentes percepções sobre a modernização e preservação do bairro.

(Resultados) As análises indicam que novas construções na Ribeira desarmonizam a paisagem, com materialidade e escala que não respeitam o contexto histórico. O entrevistado 01 (arquiteta atuante no bairro) e o entrevistado 02 (morador) destacaram a falta de regulamentação e políticas eficazes de revitalização, enquanto o entrevistado 03 (empresário) citou dificuldades com o IPHAN e falta de incentivos. Os principais desafios incluem planejamento urbano e políticas de preservação, mas há potencial para diretrizes que integrem modernização e preservação, respeitando a escala local e promovendo colaboração para revitalizar o bairro.

(Conclusão) A preservação da Ribeira não pode se limitar à conservação dos edifícios históricos. A modernização é necessária, mas precisa ser realizada com cuidado, respeitando o patrimônio cultural e a identidade do bairro. Diante deste estudo, proponho uma Cartilha Educativa, ainda em fase de elaboração, que aborda políticas públicas eficazes, incentivos à preservação e o envolvimento da comunidade local como fundamentais para um desenvolvimento urbano responsável. Com esses cuidados, a Ribeira tem potencial para se tornar um exemplo de convivência harmoniosa entre o antigo e o novo, revitalizando sua economia e fortalecendo sua identidade cultural.

Palavras-chave: impacto plástico estético; paisagem urbana; arquitetura contemporânea; preservação do patrimônio; Ribeira.

DOLPHINS HOSTEL: PROJETO ARQUITETÔNICO

Autor(es):

Natally Queiroz Aquino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Raquel Castilho Pereira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este presente trabalho tem como objetivo analisar o terreno selecionado para o estudo de viabilidade da intervenção arquitetônica, localizado no município de Tibau do Sul-RN. No decorrer do relatório se encontra um estudo morfológico e social do entorno da área de intervenção e a metodologia utilizada para a absorção das informações que complementam os resultados obtidos na visita em campo.

(Metodologia) A metodologia escolhida foi a do arquiteto Jan Gehl, que enfatizava a importância do ser humano na concepção das cidades. Sua metodologia é fundamentada em algumas etapas sendo elas: Observação Detalhada: Gehl defende que a primeira etapa do planejamento urbano deve ser a observação minuciosa do comportamento humano. Isso envolve passar tempo nas ruas e espaços públicos, registrando como as pessoas se movem, interagem e utilizam esses ambientes. Análise do Comportamento: Após a coleta de dados através da observação, Gehl analisa as informações para identificar padrões de uso e interação. Essa análise ajuda a entender quais elementos dos espaços são bem-sucedidos e quais precisam de melhorias. Desenvolvimento de Recomendações: Com base nas observações e análises, Gehl elabora recomendações específicas para intervenções urbanas. Essas podem incluir melhorias na acessibilidade, criação de áreas verdes, espaços para socialização e design de calçadas mais amplas, entre outras. Foco na Qualidade de Vida: O objetivo final das intervenções propostas por Gehl é melhorar a qualidade de vida nas cidades. Ele acredita que ambientes urbanos bem projetados promovem interações sociais, saúde pública e um senso de comunidade. Feedback e Avaliação Contínua: A metodologia de Gehl também inclui a ideia de que o planejamento urbano não deve ser um processo estático. É importante avaliar continuamente os impactos das intervenções realizadas e ajustar as estratégias conforme necessário.

(Resultados) Sobre a moradia e trabalho: 33,3% dos entrevistados moram e trabalham em Pipa, enquanto os outros 66,6% residem em Tibau do Sul e Goianinha, mas trabalham em Pipa. Isso indica que Pipa é um centro de trabalho importante. Em relação a satisfação com a acessibilidade apenas 25% estão satisfeitos com a acessibilidade, enquanto 75% expressaram insatisfação, apontando para a necessidade de melhorias significativas. Por fim, em relação as intervenções necessárias sobre as demandas principais, incluem melhor iluminação urbana (33,3%) e pontos de ônibus adequados (33,3%), além de preocupações com policiamento e acessibilidade. A análise revela uma urgência em melhorar a infraestrutura e acessibilidade em Pipa, dada a alta insatisfação e as prioridades dos moradores. É vital que as autoridades considerem essas informações para aprimorar a qualidade de vida na região.

(Conclusão) Em conclusão, a criação de um hostel em Pipa, fundamentada na metodologia de Jan Gehl, promove não apenas um espaço de hospedagem, mas também um ambiente que valoriza a interação social e o bem-estar dos hóspedes. Através do design centrado nas pessoas, foram obtidos resultados positivos, como a melhoria da qualidade do espaço público ao redor do hostel e o fortalecimento da comunidade local.

Palavras-chave: hostel; metodologia; acessibilidade.

ESCOLA E ARQUITETURA: ESTUDO PRELIMINAR ARQUITETÔNICO DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARNAMIRIM/RN

Autor(es):

Izadriana Borges Martins: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho, vinculado ao Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura, tem como tema um estudo preliminar de arquitetura de uma escola focada no ensino infantil. A arquitetura escolar tem o papel de projetar espaços que facilitam o desenvolvimento integral das crianças nos aspectos cognitivo, físico e social, culturais e emocionais.

(Metodologia) Este trabalho segue uma abordagem de pesquisa aplicada com caráter qualitativo e procedimentos exploratórios. O método dedutivo foi escolhido, e as etapas incluem: pesquisa bibliográfica e documental sobre arquitetura escolar, análise de estudos de caso e levantamento arquitetônico do terreno. Serão realizadas investigações sobre referenciais teóricos, com base em livros e artigos que tratam da pedagogia infantil e da arquitetura escolar, como a obra de Doris Kowaltowski e de estudos de Montessori. Os resultados esperados deste estudo preliminar incluem a visualização dos eixos pedagógicos no espaço escolar, nas soluções projetuais para a criação de espaços confortáveis e acolhedores, contribuindo diretamente para o processo de aprendizagem e bem-estar das crianças.

(Resultados) Os resultados esperados deste estudo preliminar incluem a visualização dos eixos pedagógicos no espaço escolar, nas soluções projetuais para a criação de espaços confortáveis e acolhedores, contribuindo diretamente para o processo de aprendizagem e bem-estar das crianças.

(Conclusão) Desse modo, o estudo preliminar de arquitetura para uma escola de ensino infantil, alinhado à pedagogia Montessori, reafirma a importância da arquitetura escolar na criação de ambientes que promovam o desenvolvimento integral das crianças. As soluções propostas visam proporcionar um espaço escolar acolhedor, funcional e inclusivo, contribuindo significativamente para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: arquitetura escolar; educação infantil; *Montessori*; conforto ambiental.

ESTUDO PRELIMINAR DE UM CENTRO COMUNITÁRIO NA CIDADE DE MACAU, RN: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Autor(es):

Raquel Castilho Pereira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os Centros Comunitários são essenciais para fortalecer e integrar comunidades, oferecendo suporte e serviços que promovem a coesão social e a melhoria da qualidade de vida. Eles atuam como agentes de empoderamento e transformação social, reunindo características como proximidade e flexibilidade para abordar problemas sociais de maneira integrada. Além de gerar o desenvolvimento desses espaços.

(Metodologia) Para a realização do trabalho foi utilizado a metodologia descritiva, aliada à aplicação de questionários online para a obtenção de informações locais, que permite uma análise aprofundada da realidade local e das percepções da comunidade em relação a essas iniciativas. Além disso, foi utilizada o estudo bibliográfico de teses relacionadas ao tema da arquitetura social.

(Resultados) O questionário realizado teve como objetivo entender a percepção da população sobre a criação de um centro comunitário na região de Macau. A amostra foi composta por 35% de participantes do sexo masculino e 67% do sexo feminino, indicando uma predominância de mulheres nas respostas. Em relação à compreensão sobre o que é um centro comunitário e sua importância para a comunidade, 83,3% dos entrevistados afirmaram saber sobre o tema, enquanto apenas 16,7% não tinham esse conhecimento. Este dado sugere que a maioria da população está ciente da relevância dos centros comunitários. Quando questionados sobre a proposta de um centro comunitário com diversas atividades sociais, os resultados foram positivos: 51,3% consideraram a ideia relevante, e 39,9% a consideraram muito relevante. Apenas 12,7% acharam a proposta irrelevante, o que demonstra um forte apoio à iniciativa. Por fim, em relação às atividades desejadas no centro comunitário, as respostas indicaram uma diversidade de interesses. A preferência por aulas de reforço e línguas estrangeiras foi expressa por 13%, enquanto 22,7% mostraram interesse em aulas de artes marciais e 27,3% em cursos de artes marciais. Além disso, 13,6% dos entrevistados desejam espaços para convivência. Esses resultados evidenciam uma aceitação significativa da proposta do centro comunitário e ressaltam a importância de considerar as preferências da população ao planejar as atividades oferecidas.

(Conclusão) O projeto de edificação apresenta uma abordagem inovadora ao integrar práticas com a acessibilidade e a participação comunitária. Ao utilizar metodologias descritivas e bibliográficas, foi possível compreender as necessidades locais. As teses analisadas fornecem uma base sólida para a implementação de diretrizes eficazes no desenvolvimento arquitetônico

Palavras-chave: centro comunitário; comunidade; arquitetura social.

ESTUDO PRELIMINAR DE UM SPA IMERSIVO BASEADO NOS PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS DA NEUROARQUITETURA

Autor(es):

Luiza de Gouveia Castro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto apresentado é um estudo preliminar de um SPA imersivo, baseado nos princípios e estratégias da neuroarquitetura. O intuito desse trabalho é promover o bem-estar e o relaxamento através de um ambiente cuidadosamente projetado, que utiliza conceitos de psicologia ambiental para influenciar positivamente as emoções e os estados mentais dos usuários. O projeto aborda aspectos como a escolha de materiais, iluminação, sons e fluxo espacial, de forma a criar uma experiência sensorial completa e integrada. Localizado em Natal/RN, o SPA busca estabelecer um refúgio urbano que incentive a reconexão com o corpo e a mente.

(Metodologia) A metodologia deste estudo baseia-se em uma abordagem multidisciplinar, integrando conceitos de neuroarquitetura com práticas de design de ambientes de bem-estar. O processo inclui uma revisão bibliográfica sobre os efeitos do espaço físico na saúde mental, seguido pela análise de estudos de caso de SPAs que aplicam princípios semelhantes. A fase de projeto envolve a aplicação prática dessas diretrizes no desenvolvimento de um estudo preliminar, com foco na escolha de materiais, iluminação, disposição espacial e elementos sensoriais.

(Resultados) Os resultados deste estudo preliminar mostram que a aplicação dos princípios da neuroarquitetura no projeto de um SPA imersivo pode efetivamente melhorar a experiência de relaxamento e bem-estar dos usuários. A análise das estratégias adotadas, como o uso de materiais naturais, iluminação suave e layout fluido, indica uma potencial redução dos níveis de estresse e uma promoção do conforto emocional. Foi possível perceber também como a manipulação dos elementos sensoriais e espaciais pode contribuir para um ambiente mais humanizado e terapeuticamente eficaz. Esses resultados sugerem que o design arquitetônico pode ser um poderoso aliado na criação de espaços de saúde e bem-estar.

(Conclusão) A partir deste estudo, é possível ressaltar a relevância da neuroarquitetura como uma abordagem inovadora e eficaz no design de espaços voltados para o bem-estar, como o SPA imersivo proposto. Esse trabalho permite a visualização de que a aplicação consciente de elementos sensoriais e espaciais podem gerar um impacto positivo significativo na saúde emocional e física dos usuários. Além de contribuir para o campo da arquitetura de saúde, este trabalho reforça a importância de criar ambientes que não apenas atendam às necessidades funcionais, mas também promovam uma experiência holística de conforto e relaxamento. Futuras pesquisas podem expandir essa abordagem, explorando diferentes contextos e aprofundando a análise dos efeitos terapêuticos do ambiente construído.

Palavras-chave: neuroarquitetura; SPA imersivo; bem-estar; design sensorial; arquitetura de saúde; experiência terapêutica; ambiente construído.

ESTUDO PRELIMINAR DE UM CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE VOLEIBOL NA CIDADE DE NATAL

Autor(es):

Gabriel Madruga Tellechea Paz da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho propõe o estudo preliminar de um Centro de Desenvolvimento e Treinamento de Voleibol em Natal, Rio Grande do Norte, com o objetivo de fortalecer o esporte local e impulsionar o desenvolvimento de talentos. Apesar da tradição da cidade no voleibol, a infraestrutura atual não atende plenamente às necessidades dos atletas. O projeto busca oferecer um espaço de alto nível, que não só incentive a prática esportiva, mas também o crescimento de jovens promessas. Além de analisar o contexto urbano e socioeconômico da região, o estudo explora soluções arquitetônicas que promovam a sustentabilidade e a integração com a comunidade, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores, através do esporte como ferramenta de transformação.

(Metodologia) A pesquisa é a etapa inicial para a criação de um anteprojeto, dessa forma, o estudo buscou abordar diferentes estudos e livros como metodologia para criação do estudo preliminar, entre elas “Homo Ludens” – Johan Huizinga “The Architecture of Sports: New and Innovative Buildings Around the World” – Geraint John “Sports Architecture” – Paul Nicholson.

(Resultados) Os resultados do estudo refletem a criação de um espaço acolhedor e moderno, pensado especialmente para atender às necessidades dos atletas e incentivar a prática do esporte na região. O projeto inclui quadras de vôlei regulamentares, áreas de treinamento, vestiários e espaços para socialização, onde os jogadores e a comunidade podem se encontrar e interagir, além de alojamentos e refeitórios. Além disso, foram adotadas soluções sustentáveis, como um bom sistema de ventilação e iluminação adequada, garantindo conforto e bem-estar a todos que utilizam as instalações. O centro também será palco para eventos esportivos, ajudando a fortalecer a cultura do voleibol em Natal e a descobrir novos talentos. Em suma, esse espaço vai além de ser um local para a prática do esporte; ele se torna um verdadeiro ponto de encontro que promove a saúde, o bem-estar e a união da comunidade em torno do voleibol.

(Conclusão) Para concluir, o Centro de Desenvolvimento e Treinamento de Voleibol em Natal é uma iniciativa que vai muito além de uma simples construção. Ele representa um passo significativo para fortalecer a prática do voleibol e intensificar o esporte na nossa região. Com um espaço pensado especialmente para atender às necessidades dos atletas e promover a correlação entre todos, o centro se torna um verdadeiro ponto de desenvolvimento para a comunidade. Além de oferecer uma infraestrutura moderna e confortável, o projeto também se preocupa com o meio ambiente, incorporando soluções sustentáveis que garantem um espaço saudável para todos. Ao receber eventos e competições, o centro ajudará a dar visibilidade ao voleibol, revelando novos talentos e fortalecendo a paixão pelo esporte. Assim, este espaço não só melhora a qualidade de vida, mas também une as pessoas, criando laços e promovendo um senso de pertencimento em Natal.

Palavras-chave: arquitetura esportiva; voleibol; desenvolvimento esportivo; espaços esportivos; Mãe Luiza.

**ESTUDO PRELIMINAR PARA EDIFÍCIO EMPRESARIAL: INTEGRANDO NECESSIDADES EMPRESARIAIS E
COMERCIAIS AO DESIGN BIOFÍLICO**

Autor(es):

Vitória Memoria Muratori Aguiar: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho aborda a integração de elementos biofílicos e soluções arquitetônicas no desenvolvimento de um estudo preliminar de um Centro Empresarial, resultando em um local que utilize aplicações que promovam o bem-estar do usuário, como: uso de vegetações, iluminação natural e favorecimento dos ventos. O conceito de biofilia refere-se à conexão entre humanos e natureza, e será aplicado no projeto de forma a equilibrar funcionalidade e aspectos sensoriais, como o uso de plantas aromáticas em locais estratégicos. O objetivo é desenvolver um Empresarial que não apenas atenda às necessidades operacionais e funcionais dos usuários, mas também cria um ambiente ideal para pausas e relaxamento a partir de visuais e locais de descompressão, promovendo o bem-estar e a produtividade. A problemática do projeto surge da dificuldade de equilibrar as exigências funcionais de Edifícios Empresariais com as diretrizes biofílicas. De modo geral, as soluções arquitetônicas priorizam apenas as demandas empresariais, negligenciando o papel da natureza no ambiente construído, neste sentido, o projeto busca associar ambos os métodos.

(Metodologia) A metodologia deste trabalho será qualitativa, utilizando uma abordagem baseada em referências teóricas e normativas, além de análises físico-ambientais do terreno. A pesquisa bibliográfica abrangerá livros, artigos científicos e normas, que fundamentam as estratégias de integração de elementos biofílicos no projeto. Também serão analisados estudos de referência para compreender como outras edificações aplicaram essas soluções, assim também como seus programas de necessidades, para assim desenvolver o programa de necessidades próprio do Centro Empresarial. Normas como o Código de Obras, o Plano Diretor e a NBR 9050, que trata de acessibilidade, serão aplicadas para garantir conformidade técnica no projeto.

(Resultados) O resultado deste trabalho resume-se no anteprojeto do Centro Empresarial, que integra elementos biofílicos e soluções arquitetônicas. O projeto integra funcionalidade e bem-estar por meio do uso de vegetação, iluminação natural e ventilação cruzada, criando um ambiente apto para as atividades empresariais e para a descompressão dos usuários. A análise de estudos de caso auxiliou no desenvolvimento do programa de necessidades, integrando diretrizes biofílicas e empresariais. O anteprojeto foi desenvolvido em conformidade com normas técnicas, como o Código de Obras, Plano Diretor e NBR 9050, garantindo acessibilidade e regulamentação adequada.

(Conclusão) A conclusão reafirma a relevância da integração de elementos biofílicos no Centro Empresarial, promovendo bem-estar e produtividade. A metodologia qualitativa fundamentou o anteprojeto, equilibrando exigências funcionais e conexão com a natureza.

Palavras-chave: biofilia; aromaterapia; ventilação natural; estruturas em aço.

GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE SWOT PARA ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS E COMPETITIVAS

Autor(es):

Maria Eduarda Maia Suassuna: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

João Roberto Araújo Vicente: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) No contexto atual, marcado pela crescente demanda por práticas empresariais sustentáveis e responsáveis, a análise SWOT (ou FOFA, em português) emerge como uma ferramenta estratégica crucial. Esse modelo permite que empresas identifiquem forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, promovendo uma visão clara sobre os fatores internos e externos que impactam o desempenho organizacional. No campo da gestão ambiental e da responsabilidade social corporativa, a aplicação da análise SWOT possibilita às organizações a compreensão de suas capacidades e limitações, além de identificar oportunidades para implementar práticas mais sustentáveis. O presente trabalho explora como a análise SWOT pode orientar decisões empresariais alinhadas com o sucesso financeiro, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, abordando os benefícios e desafios desse processo.

(Metodologia) A metodologia aplicada é baseada na pesquisa documental e na análise de estudos de caso. Primeiramente, a pesquisa documental visa fundamentar o estudo sobre os conceitos de gestão ambiental e responsabilidade social, explorando sua importância e impacto no cenário empresarial atual. Em seguida, a análise de estudos de caso de empresas que utilizam a análise SWOT para identificar e implementar estratégias de responsabilidade corporativa permite avaliar a eficácia dessa ferramenta no contexto prático. A análise SWOT é utilizada para mapear os fatores internos e externos que influenciam a gestão sustentável e a atuação social de uma organização, dividindo os pontos em forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Cada elemento é detalhado para ilustrar como empresas podem transformar fraquezas em pontos de melhoria e oportunidades em estratégias inovadoras de crescimento sustentável.

(Resultados) A aplicação da análise SWOT em empresas com foco em responsabilidade social corporativa e gestão ambiental revelou que essa ferramenta contribui significativamente para o entendimento e aperfeiçoamento das práticas sustentáveis. Nas forças, as empresas com equipes capacitadas e com tecnologias de baixo impacto ambiental se destacam, pois conseguem reduzir custos e melhorar sua imagem no mercado. Em relação às fraquezas, identificou-se que a falta de investimento em inovação sustentável e a carência de políticas internas comprometidas com a responsabilidade social ainda limitam algumas organizações. No campo das oportunidades, o crescimento da demanda por produtos e serviços sustentáveis e a valorização das práticas de *Environmental, Social, and Governance* (ESG) representam chances de expansão para empresas comprometidas com esses valores. Por fim, as ameaças, como a pressão por parte de stakeholders e as regulamentações ambientais, exigem que as empresas estejam constantemente adaptando suas operações para minimizar impactos negativos.

(Conclusão) A análise SWOT é uma ferramenta poderosa para orientar empresas que buscam integrar práticas de responsabilidade social e sustentabilidade em seus processos e estratégias. Ao identificar suas forças e fraquezas internas, e ao mapear as oportunidades e ameaças externas, as organizações podem planejar ações de melhoria contínua e responder melhor às exigências do mercado e da sociedade. Em um ambiente empresarial cada vez mais voltado para práticas responsáveis, a SWOT permite que as empresas não apenas se mantenham competitivas, mas também promovam uma atuação responsável e sustentável. A prática de mapear e explorar o potencial de cada elemento da SWOT contribui para que as organizações respondam de forma mais proativa aos desafios contemporâneos, promovendo o bem-estar social e a preservação ambiental enquanto maximizam seus resultados.

Palavras-chave: análise SWOT; responsabilidade social corporativa; gestão ambiental; sustentabilidade empresarial; estratégia competitiva; marketing digital sustentável.

MASTERPLAN: BAIRRO DE PONTA NEGRA

Autor(es):

maria eduarda moura de melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Maria Eliane Gusmão Maia: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Luiza de Gouveia Castro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

João Filipe Cardoso Jacome: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto “MASTERPLAN: Bairro de Ponta Negra”, desenvolvido para a disciplina de Planejamento Urbano e Regional, foca na análise do uso e ocupação do solo no bairro de Ponta Negra, em Natal, especificamente nas proximidades da Avenida Ayrton Senna e do condomínio Villa Park, na divisa com Parnamirim. Baseado no Plano Diretor de Natal de 2007 (Lei Complementar nº 82), o estudo identifica a área como pertencente a uma macrozona de Adensamento Básico e considera a Zona de Proteção Ambiental (ZPA 5), fundamental para preservar o ecossistema de dunas e lagoas locais. Esse trabalho é relevante por oferecer suporte à elaboração de soluções arquitetônicas e urbanísticas alinhadas à legislação vigente na época e às características ambientais, promovendo um desenvolvimento sustentável e respeitoso com a região. É importante destacar que o projeto foi realizado antes da aprovação do novo Plano Diretor de Natal em 2022 (Lei Complementar nº 208). Naquele momento, utilizamos a normativa do Plano Diretor de 2007, que regia o macrozoneamento e os índices urbanísticos da área, diferindo da atual Zona Adensável presente nas diretrizes de 2022.

(Metodologia) A metodologia do projeto “MASTERPLAN: Bairro de Ponta Negra” combinou diversas etapas para garantir uma análise aprofundada e fundamentada. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental detalhada, utilizando o Plano Diretor de Natal como referência principal para identificar as macrozonas e os coeficientes de aproveitamento aplicáveis à área de adensamento básico. Além disso, foram analisados os parâmetros construtivos e urbanísticos da região. O processo também incluiu a análise de mapas, imagens e visitas de campo à área de estudo, permitindo uma avaliação direta das condições físicas, urbanas e ambientais do local. A Zona de Proteção Ambiental (ZPA 5), situada nas proximidades, foi especialmente considerada para garantir que as soluções propostas respeitassem as diretrizes de preservação do ecossistema de dunas e lagoas. A coleta de dados foi complementada por consultas a especialistas e referências técnicas, garantindo que o projeto arquitetônico do edifício residencial e comercial fosse desenvolvido de forma integrada com o ambiente urbano e as exigências de sustentabilidade. Essa abordagem assegurou que as propostas atendessem às necessidades locais e estivessem em conformidade com as diretrizes legais e ambientais da área.

(Resultados) Os resultados do projeto “MASTERPLAN: Bairro de Ponta Negra” incluem uma proposta arquitetônica que respeita as diretrizes urbanísticas e ambientais da área, em conformidade com o Plano Diretor de Natal. O edifício residencial e comercial foi planejado com base no coeficiente de aproveitamento adequado e nas normas de adensamento básico, integrando sustentabilidade e preservação da Zona de Proteção Ambiental (ZPA 5). O projeto também sugere melhorias na infraestrutura local, como vias e praças, promovendo uma ocupação responsável e a valorização do entorno urbano.

(Conclusão) Em conclusão do projeto reafirma a importância de um planejamento urbano cuidadoso e integrado, que considere não apenas as necessidades habitacionais e comerciais, mas também as características ambientais e as diretrizes legais da região. A proposta arquitetônica desenvolvida reflete uma abordagem sustentável, promovendo a harmonização entre o edifício e o ecossistema local, especialmente em relação à Zona de Proteção Ambiental (ZPA 5).

Palavras-chave: planejamento urbano; sustentabilidade; infraestrutura urbana; bairro de Ponta Negra.

PARQUE URBANO: ANÁLISE DE DEFINIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDO PRELIMINAR EM NOVA PARNAMIRIM/RN

Autor(es):

Yasmin Cunha dos Santos Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Há algumas divergências entre alguns autores – dentre eles Francine Sakata e Silvio Macedo, Erick Keller e Barbara Becker, Eneida Mendonça e Jose Llarent – sobre a definição das áreas verdes urbanas, que variam entre parques urbanos, espaços livres, área verde, sistemas e complexos de lazer e praças. Será desenvolvido um projeto em um terreno vazio em Parnamirim/RN e a partir destas divergências, surge a necessidade de definir a nomenclatura adequada ao estudo preliminar, segundo as premissas propostas em estudos anteriores e análise das legislações aplicáveis ao terreno.

(Metodologia) O estudo foi iniciado a partir da revisão de literatura específica e análise de referências projetuais de características semelhantes ao do estudo em desenvolvimento, além do método comparativo com outros projetos de nomenclaturas semelhantes em questões de dimensionamento e áreas.

(Resultados) Tomando como base as dimensões para a classificação da área, a partir da verificação da legislação de Parnamirim (2013), não foi possível identificar definições para parques e praças. Com a análise do Plano Diretor da cidade de Natal (2022) “município de grande influência para o bairro de Nova Parnamirim” as praças são definidas como espaço livre público urbano com dimensões, em geral, entre 100m² e 10.000m², já o parque urbano pode ser classificado como uma área verde com dimensões a partir de 50.000m², destinada ao lazer passivo, preservação da fauna e flora, além da promoção de conforto ambiental. No que diz respeito aos estudos de referência, foram tomados como exemplo o Parque Futuro, em Belém/PA e o Parque Ecológico de Capim Macio, em Natal/RN, ambos com dimensionamentos aproximados em 20.000m². Partindo da análise dos referenciais teóricos, sendo o principal a obra “Parques Urbanos no Brasil”, segundo Sakata (2008), o parque urbano pode ser considerado qualquer espaço de uso público destinado à recreação “de todo o tipo” com a intenção conjunta de conservar o ambiente local e cuja estrutura é auto-suficiente.

(Conclusão) A área de intervenção do projeto possui aproximadamente 24.000m², não se enquadrando nas definições fornecidas pelo Plano Diretor de Natal, apesar disso, com as definições de diversos autores, é possível concluir e considerar o parque urbano público como uma área capaz de integrar o verde com a cidade, ofertando um espaço de lazer, que na maioria dos casos possuem equipamentos funcionais à população, sendo assim, compatível com o projeto a ser desenvolvido.

Palavras-chave: parque urbano; praças; legislação; projeto urbano.

PROJETO ARQUITETÔNICO 5º PERÍODO: COMPLEXO HILLS

Autor(es):

João Roberto Araújo Vicente: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Jefferson Henrique Soares de Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O seguinte banner tem como propósito de desenvolver um projeto vertical de uso misto, unindo em um projeto separado em dois terrenos um complexo multifamiliar e um espaço comercial. Baseando-se nos estudos ao longo do 5º e 6º período do curso de arquitetura e urbanismo, foi possível criar o projeto do Complexo Hills, projetado pelos estudantes Jefferson Henrique e João Roberto.

(Metodologia) A metodologia utilizada se baseou nos ensinamentos do professor da matéria de Projeto de Arquitetura Sustentável, André Felipe Moura Alves, ao longo do semestre, através de visitas em edifícios para entender a organização técnica e espacial do ambiente, em conformidade com o conforto dos moradores, além dos estudos e embasamentos trazidos ao longo dos dois semestres por diferentes docentes que guiaram ao longo do ano de 2022 como Huda Andrade e Suerda Campos.

(Resultados) Os resultados obtidos do projeto foram a criação de um edifício comercial e um residencial em terrenos adjacentes, promovendo a integração funcional e estética da área. A intervenção urbana, planejada com rigor técnico e sensibilidade ao contexto local, busca não apenas atender à demanda por espaços comerciais e habitacionais, mas também revitalizar a dinâmica social e econômica do entorno. A configuração arquitetônica dos edifícios. O projeto contribui para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e usuários, ao passo que se alinha às diretrizes de urbanismo sustentável preconizadas para a região.

(Conclusão) Com a realização deste trabalho, conclui-se que é de extrema importância, ao projetar um edifício de uso misto, considerar o conforto térmico e acústico, a fim de evitar conflitos entre as diversas atividades. Além disso, deve-se atentar para a organização do edifício residencial, levando em conta as áreas técnicas necessárias, bem como os espaços destinados aos moradores. No que se refere ao uso comercial, é essencial planejar a configuração dos espaços para que o layout do projeto esteja em consonância com a utilização dos ambientes pelos usuários, incluindo as áreas técnicas. Dessa forma, a composição deste trabalho se revelou fundamental para o desenvolvimento acadêmico e profissional na área de arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: projeto vertical; uso misto; residencial; comercial; arquitetura e urbanismo.

PROJETO DE ARQUITETURA VERTICAL AUTOMATIZADO: RESIDENCIAL GREEN LAKE E BUSINESS

Autor(es):

Anailze karoline Bento de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto Green Lake Condomínio Residencial e Business é uma proposta arquitetônica e urbanística que busca unir em um único espaço ambientes residenciais e comerciais. Localizado em uma área estratégica, o empreendimento se destaca pela sua estrutura vertical e pelas características sustentáveis. A ideia central do projeto é promover a convivência entre o espaço urbano e a natureza, oferecendo aos moradores e usuários um local que equilibra bem-estar, acessibilidade e funcionalidade. O projeto visa atender às necessidades de uma vida urbana moderna, com a conveniência de espaços comerciais integrados.

(Metodologia) O desenvolvimento do projeto Green Lake foi realizado por meio de um planejamento detalhado que abrangeu tanto as áreas residenciais quanto as comerciais. A concepção das plantas baixas foi realizada para otimizar o uso do espaço, garantindo acessos facilitados e ambientes funcionais. As plantas das áreas comerciais foram desenhadas para abrigar lojas e escritórios de diferentes tamanhos, enquanto as áreas residenciais contam com diferentes tipologias de apartamentos, adequados para atender a diversas demandas familiares. Além disso, foram considerados aspectos como a acessibilidade, a preservação do meio ambiente e a integração entre áreas internas e externas.

(Resultados) O projeto Green Lake resultou em um empreendimento moderno, composto por duas torres residenciais e uma torre comercial. As áreas residenciais oferecem apartamentos bem distribuídos, com diversas configurações, visando atender diferentes perfis de moradores. As áreas comerciais foram pensadas para abrigar negócios variados, com espaços flexíveis que podem ser adaptados conforme a demanda. Além disso, o empreendimento conta com áreas de lazer, como piscina, e espaços verdes que promovem o bem-estar dos moradores. A planta do projeto mostra uma distribuição bem planejada, integrando perfeitamente as áreas comerciais e residenciais.

(Conclusão) O projeto Green Lake Condomínio Residencial e Business é um exemplo de integração urbana bem-sucedida, onde moradia e negócios coexistem em harmonia. Com um forte apelo sustentável e uma proposta arquitetônica inovadora, o empreendimento oferece uma solução funcional e prática para o público urbano moderno. Ao integrar espaços comerciais e residenciais em um único local, o Green Lake proporciona uma vida mais conveniente e acessível para seus moradores, contribuindo também para o desenvolvimento da região onde está localizado.

Palavras-chave: condomínio residencial; sustentabilidade; urbanismo; empreendimento multifuncional; integração comercial-residencial.

PROJETO URBANO: PARQUE ECOLÓGICO – ECO OASIS

Autor(es):

Raquel Castilho Pereira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Natally Queiroz Aquino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto em questão envolve a criação de um Parque Ecológico integrado a uma galeria comercial e a uma intervenção na Av. Baía dos Golfinhos, em Pipa, Tibau do Sul, RN. O foco principal é proporcionar acessibilidade e interconectar essas áreas, promovendo um espaço que valorize a natureza e a convivência social. Atualmente, a área de intervenção é um espaço de estacionamento privado, com escassa vegetação e baixa utilização para lazer. Isso limita o potencial do local, que poderia servir como um importante espaço ecológico e de convivência para a comunidade e visitantes. A proposta se baseia em princípios de planejamento urbano centrados nas pessoas, conforme a metodologia de Jan Gehl, que enfatiza a observação do comportamento humano nos espaços urbanos. Além disso, são considerados aspectos de sustentabilidade, acessibilidade universal, e harmonização do espaço urbano com a natureza. A análise é embasada por legislações locais, como o Código do Meio Ambiente e o Plano Diretor de Tibau do Sul.

(Metodologia) A metodologia empregada envolve um estudo detalhado do terreno e da sua ocupação atual, seguido de um levantamento fotográfico e aplicação de questionários para entender a experiência dos usuários. A análise dos dados foi feita com base na visão serial proposta por Jan Gehl, permitindo a identificação de padrões de uso e comportamento no espaço.

(Resultados) Os resultados preliminares indicam uma necessidade de revitalização do espaço, com forte apoio da comunidade para a criação de áreas verdes e de lazer. As observações do comportamento humano mostraram que a maioria dos entrevistados valoriza a natureza e espaços de convivência, reforçando a relevância do projeto para a comunidade local.

(Conclusão) O projeto do Parque Ecológico Eco Oasis e da galeria comercial é uma oportunidade de transformar uma área subutilizada em um espaço que promova a acessibilidade, a sustentabilidade e a convivência social. A integração de conceitos teóricos com a prática de observação do comportamento humano sugere que esse espaço pode se tornar um modelo de revitalização urbana que respeita e valoriza o meio ambiente.

Palavras-chave: parque ecológico; acessibilidade; sustentabilidade; revitalização urbana.

PROJETO VERTICAL DE USO MISTO (COMERCIAL E RESIDENCIAL): COMPLEXO JARDINS

Autor(es):

Gabriel Madruga Tellechea Paz da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Giulia Noronha Cunha Santiago: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O seguinte banner tem como propósito de desenvolver um projeto vertical de uso misto, unindo num mesmo complexo as atividades comerciais e residenciais. Baseando-se nos estudos ao longo do 6º período do curso de arquitetura e urbanismo, foi possível criar o projeto do Complexo Jardins, pelos alunos Gabriel Silva e Giulia Santiago.

(Metodologia) A metodologia utilizada se baseiou nos ensinamentos do professor da matéria de Projeto de Arquitetura Sustentável, André Felipe Moura Alves, ao longo do semestre, através de visitas em edifícios para entender a organização técnica e espacial do ambiente, em conformidade com o conforto dos moradores.

(Resultados) Os resultados obtidos se refletem num projeto que traz novidade, estilo único, conforto, design orgânico, feito para todos os tipos de idade apreciarem as belezas de uma estrutura moderna e pensada na vitalidade do espaço, bem como no bem-estar dos usuários. O ato residencial traz jardins, área de lazer completa, piscina moderna, área infantil, espaços de descanso e apreciação do conforto térmico e acústico do local, bem como uma área gourmet completa. Já o ato comercial é um shopping devidamente planejado, reunindo beleza, modernidade, lojas de diferentes produtos, nacionais e internacionais, projetado para garantir o conforto térmico do ambiente, além da gastronomia com praça de alimentação completa, além de restaurantes renomados, contando com estacionamento interno e externo.

(Conclusão) Com o seguinte trabalho, conclui-se que é de suma importância, ao projetar um edifício de uso misto, pensar no conforto térmico e acústico para que as atividades não conflitem entre si, focar também na organização do edifício residencial quanto às áreas técnicas necessárias, além dos espaços disponibilizados para os próprios moradores, já no uso comercial pensar na configuração dos espaços para que o layout do projeto faça sentido com o uso do espaço pelos indivíduos, bem como as áreas técnicas. Portanto, a composição deste trabalho foi primordial para um excelente crescimento acadêmico e profissional na área da arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: projeto vertical; uso misto; residencial; comercial; arquitetura e urbanismo.

TOPOGRAFIA: A ARTE DE LER E MOLDAR O ESPAÇO

Autor(es):

Cecília Dantas Marinho de Melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Renilson Soares Leoterio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Déborah de Figueiredo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Iris Alexandrino Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Ítalo Kiang dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A matéria de Topografia, lecionada pelo docente Werner Farkatt no quarto período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, tem como proposta em seu plano de ensino o reconhecimento de princípios básicos utilizados na cartografia. Assim, exercendo a habilidade de relacionar o meio físico com o meio projetual, a fim de integralizar o conhecimento de ler e produzir representações gráficas em seus próprios projetos arquitetônicos, interpretando e conceituando suas respectivas características, mediante o senso crítico desenvolvido nas aulas.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho tem por base pesquisas bibliográficas, utilizando referências como Alvarez *et al.* (2003), "topografia para arquitetos". A pesquisa ajudou a entender melhor os conceitos de curvas de nível e hipsometria, essenciais para a criação do modelo topográfico. Esse estudo teórico foi aplicado diretamente na prática, garantindo que o grupo pudesse representar de forma fiel as características do terreno.

(Resultados) A topografia é uma arte capaz de traduzir o terreno, a fim de facilitar o entendimento e planejar o espaço ao nosso redor. Ela nos ajuda a representar o relevo de um terreno, seja para construir, mapear ou estudar uma área. Um dos principais recursos é a cartografia, que envolve conceitos como geodésia, curvas de nível, altimetria, hipsometria, dentre outros. Assim, possuindo o intuito de criar mapas que mostram o formato do solo, utilizando ferramentas para indicar variações de altura. Nesse sentido, o projeto em questão, o qual será apresentado no Congresso de Iniciação Científica (CONIC), consiste na confecção de um modelo topográfico, capaz de reproduzir características topográficas de um local, o que impescinde o domínio técnico representativo e analítico para a efetivação satisfatória de suas etapas, tanto teóricas quanto práticas. Além disso, sendo executado em grupos, o projeto reforça as relações interpessoais dos componentes, visando a organização do grupo para a maior eficiência de etapas. Sob essa perspectiva, utilizando de toda a matéria ensinada em espaço letivo para a elaboração projetual satisfatória, a maquete, desenvolvida em escala, será capaz de representar curvas de nível, por meio da hipsometria, exibindo a topografia da área de estudo, de forma fidedigna.

(Conclusão) Portanto, torna-se perceptível a importância da elaboração de uma maquete em grupo, visto a sua grande exigência de abrangência acadêmica e social por parte dos alunos, além do ingresso no CONIC, o qual estimula o desenvolvimento pessoal e comunicativo do discente.

Palavras-chave: topografia; maquete; curvas de nível; hipsometria; projeto.

**TORRES ÁGUA MARINHA: ANTEPROJETO DE UM COMPLEXO COMERCIAL E RESIDENCIAL EM PONTA NEGRA,
NATAL/RN**

Autor(es):

Vitória Memoria Muratori Aguiar: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Yasmin Cunha dos Santos Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho possui como proposta o anteprojeto de um edifício residencial e um edifício comercial, desenvolvidos ao longo do ano de 2022. As torres Água Marinha foram planejadas baseadas na ideia de sua própria localização, uma região litorânea com algumas lagoas em seu entorno. Pensando neste contexto, surgiu a ideia de desenvolver um complexo que atende as necessidades da região, de forma funcional e ainda remetendo à fluidez das águas marinhas natalenses. A área do estudo está localizada em Natal/RN, no bairro de Ponta negra, tendo a Av. Ayrton Senna, R. Poço de Caldas e R. Desportista Jeremias da Câmara Filho em seu entorno.

(Metodologia) Foram realizadas visitas presenciais no local da área de estudo, com registros fotográficos e levantamento de dados da região. Logo após, foi feita uma seleção de estudos de caso bem-sucedidos em Natal/RN semelhante as edificações focadas em salas comerciais localizadas no centro da cidade – tendo como principal referência o Tirol Way Office, localizado no bairro de Tirol – a fim de compreender os dimensionamentos adequados, juntamente com a disposição dos ambientes dentro da edificação.

(Resultados) Como resultado foram criadas duas torres no local da área de intervenção. A torre residencial conta com 17 pavimentos exclusivos para abrigar dois apartamentos por andar, com 2 (duas) suítes e 1 (um) dormitório, 1 banheiro, sala para 2 (dois) ambientes, cozinha, despensa, área de serviço e varanda. O condomínio fechado conta com estacionamento com 2 (duas) vagas por apartamento, sendo 146 em sua totalidade, além de conter equipamentos de lazer como academia, sala multiuso, brinquedoteca, churrasqueira, piscina e quadra poliesportiva. A torre comercial conta com 2 (dois) pavimentos voltados para interação dos condôminos, com restaurante e rooftop. Os demais andares contém 6 (seis) salas comerciais, cada uma contendo 1 (um) lavabo e 1 (uma) copa. Os corredores e salas possuem grandes janelas de vidro voltadas para a cidade, integrando a paisagem com a edificação, dando sensação de amplitude.

(Conclusão) Pode-se concluir que o projeto alcançou seus objetivos ao ponto em que atende as necessidades da região e fomenta o desenvolvimento imobiliário do entorno, trazendo valorização ao espaço, além de inovar e elevar o padrão dos edifícios comerciais e residenciais encontrados na região do bairro.

Palavras-chave: complexo residencial e comercial; edifício vertical; equipamentos.

VILA DA MATA: PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA POUSADA E CAMPING E PROJETO URBANÍSTICO DE UM LARGO ADJACENTE

Autor(es):

Vitória Memoria Muratori Aguiar: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Yasmin Cunha dos Santos Raposo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho foi desenvolvido um projeto arquitetônico para uma pousada composta por chalés e áreas de camping, juntamente com um projeto urbano para um largo adjacente. Localizado na praia de Pipa, Tibau do Sul/RN, o projeto visa criar um espaço que respeite o contexto ambiental da região e atenda às necessidades de hospedagem e lazer dos visitantes e moradores. O problema de pesquisa centra-se em como projetar um espaço turístico funcional e esteticamente agradável, integrando-se de maneira harmônica ao ambiente natural. A proposta busca dialogar com a paisagem local, utilizando técnicas que minimizem o impacto ambiental e maximizem o conforto dos usuários.

(Metodologia) A metodologia adotada incluiu uma visita ao local, onde foram observados os aspectos topográficos e climáticos da área, além da vegetação nativa. Esses dados serviram de base para o desenvolvimento do projeto. Foram realizados também estudos de referência em projetos similares e pesquisas bibliográficas. Estudos físico-ambientais auxiliaram na análise de fatores como a orientação solar, os ventos predominantes e a topografia, direcionando o design da pousada e do largo para se integrar em de forma eficiente ao ambiente natural. Esses estudos foram complementados por uma pesquisa sobre as necessidades locais, visando atender à demanda turística e de convivência da cidade.

(Resultados) Os resultados mostraram que a pousada foi projetada de maneira a maximizar o uso da ventilação e luz natural, utilizando materiais a partir da arquitetura vernacular para reduzir o impacto ambiental. O layout dos chalés garante privacidade e contato direto com a natureza, enquanto o largo urbano foi desenvolvido para funcionar como um espaço público que fomente a interação entre turistas e moradores.

(Conclusão) Em síntese, o projeto alcançou seus objetivos, criando uma pousada e um largo que respeitam e valorizam o contexto ambiental e social de Pipa. A solução integrada entre espaços privados e públicos oferece uma experiência imersiva, equilibrando funcionalidade, conforto e preservação ambiental.

Palavras-chave: pousada; urbanismo; Pipa/RN; chalés.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

2024

GRADUAÇÃO CONTABILIDADE

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



ANÁLISE ESTRATÉGICA DA N3 SOLUÇÕES: DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NO MERCADO

Autor(es):

William Douglas Bezerra dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A N3 Soluções Empresariais e Contábeis LTDA, uma empresa que, desde sua fundação em 2010, cresceu de 5 para mais de 70 clientes, atuando em contabilidade, desenvolvimento de sistemas e consultoria para empresas de pequeno e médio porte nos estados do RN, PB e CE. A organização é caracterizada por um ambiente de trabalho moderno, uma liderança colaborativa e uma comunicação aberta. O relatório visa diagnosticar essas questões, identificar potencialidades e fragilidades, e propor um plano de ação para fortalecer a N3 no mercado contábil.

(Metodologia) A metodologia do relatório foi estruturada em etapas para uma análise abrangente. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente a análise, revisando literatura sobre cultura e clima organizacional, gestão de pessoas, inovação e marketing. Em seguida, foi conduzido um estudo de caso, coletando informações sobre a empresa através de entrevistas com sócios e funcionários, além de documentos internos. Para avaliar o clima organizacional e a satisfação dos colaboradores, um questionário estruturado foi desenvolvido e aplicado, com perguntas sobre comunicação, liderança e ambiente de trabalho. Os dados coletados foram analisados qualitativa e quantitativamente para identificar padrões e tendências. Com base nos resultados, foi elaborado um plano de ação com propostas estratégicas para abordar as fragilidades identificadas e otimizar as operações da N3. Por fim, o plano foi validado com a liderança da empresa.

(Resultados) Os resultados da análise da N3 Soluções revelaram tanto potencialidades quanto fragilidades. O crescimento significativo da empresa, de 5 para mais de 70 clientes em apenas 14 anos, destaca sua capacidade de adaptação e resiliência no mercado. A pesquisa indicou que a cultura organizacional é positiva, com uma comunicação aberta e uma liderança colaborativa. Entretanto, foram identificadas fragilidades importantes, como a ausência de um estudo de clima organizacional, o que pode obscurecer insatisfações existentes. Esses resultados indicam que, embora a N3 tenha um ambiente de trabalho favorável e um histórico de crescimento, a abordagem proativa em relação às suas fragilidades é essencial para garantir a sustentabilidade e o sucesso contínuo da empresa no setor contábil.

(Conclusão) A conclusão do relatório reafirma que a N3 Soluções Empresariais e Contábeis LTDA apresenta um cenário promissor, caracterizado por um crescimento sólido e um ambiente de trabalho positivo. No entanto, a análise destacou a importância de abordar fragilidades para não prejudicar esse cenário promissor.

Palavras-chave: características; oportunidades; prestação de serviço.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA E O PAPEL DAS NBC TA NA EMISSÃO DE RELATÓRIOS FIDEDIGNOS

Autor(es):

Isadora Cure Carvalho de Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho em questão tem por objetivo analisar A Importância da Auditoria Externa e o Papel das NBC TAs na Emissão de Relatórios Fidedignos. Nesse sentido, o problema de pesquisa investiga o papel das normas contábeis na elaboração do relatório do auditor independente e como sua opinião impacta na percepção da credibilidade das organizações perante seus principais credores, que precisam de informações cada vez mais confiáveis para tomar decisões financeiras.

(Metodologia) Com relação à Metodologia aplicada trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, sendo desenvolvido tomando como base artigos e estudos publicados no Google Academic, livros que trazem consigo a temática da Auditoria Contábil e revista. Além disso, foram utilizadas as normas contábeis publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais são fundamentais para elaboração do relatório de auditoria.

(Resultados) Os resultados encontrados apontaram que as NBC TAs (Normas Brasileiras de Contabilidade: Auditoria) contribuíram para padronizar e orientar o relatório dos auditores externos, garantindo que sejam emitidos de forma consistente e em conformidade com as práticas internacionais. Nesse prisma, o relatório de auditoria independente garante que as demonstrações auditadas reflitam a verdadeira situação financeira das empresas, aumentando a confiança dos stakeholders nas informações apresentadas. Outro ponto identificado foi que a emissão de uma opinião sem ressalva por parte do auditor tem um impacto positivo na confiança dos investidores. Quando um auditor emite um relatório sem ressalvas, isso geralmente se traduz em um aumento da confiança por parte dos credores, o que, por sua vez, pode refletir na maior facilidade para a venda de ações, na obtenção de empréstimos e no acesso a crédito por parte dos fornecedores. Ao contrário da opinião modificada, a qual possui impacto negativo na empresa, uma vez que indica irregularidades e sugere que as informações apresentadas não são confiáveis, o que pode esconder um cenário desfavorável como a falência.

(Conclusão) Este estudo analisou a importância da auditoria externa e o papel das NBC TA na emissão de relatórios fidedignos, destacando que essas normas são fundamentais para padronizar e garantir a consistência dos relatórios de auditoria. Verificou-se que os resultados mostraram que uma opinião sem ressalvas aumenta a confiança de credores, facilitando assim a obtenção de crédito e a venda de ações, enquanto uma opinião com ressalva, adversa ou com abstenção pode gerar desconfiança e prejudicar a imagem da empresa.

Palavras-chave: auditoria externa; normas brasileiras de contabilidade; opinião do auditor; transparência financeira.

A ESTAGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SETOR CONTÁBIL DEVIDO AO AVANÇO DA TECNOLOGIA NO MERCADO

Autor(es):

Matheus Medeiros Gurgel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Wallacy Moreira dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lucas Protasio Pessoa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Leno Ferreira Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Raniere Pinheiro Dias Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo examina a relação entre o avanço da tecnologia e os impactos negativos no setor contábil devido à falta de adaptação às inovações. O problema central é a estagnação dos profissionais que dependem de processos manuais, resultando em perda de eficiência, aumento de erros e competitividade reduzida. O enquadramento teórico destaca a crescente digitalização dos processos contábeis e o uso de softwares especializados, que proporcionam agilidade e precisão nas atividades rotineiras. Entretanto, muitos profissionais e empresas ainda resistem à adoção dessas inovações, comprometendo seu desempenho no mercado. O estudo busca demonstrar que a adoção de tecnologia no setor contábil é crucial para a evolução das práticas contábeis, assegurando maior competitividade e precisão nas tarefas.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, analisando artigos e relatórios de especialistas na área de contabilidade e tecnologia. Foram avaliados estudos que discutem a ausência de ferramentas digitais e os impactos de processos manuais no setor, além de explorar soluções já adotadas por empresas que superaram esse problema. A metodologia se baseou exclusivamente em fontes secundárias, como publicações acadêmicas e relatos de casos práticos.

(Resultados) Os resultados mostram que a ausência de tecnologia gera múltiplos desafios no setor contábil. Primeiramente, processos manuais são ineficientes, consumindo tempo e recursos valiosos, o que atrasa operações e dificulta a resposta rápida às demandas do mercado. A falta de automação também aumenta a incidência de erros humanos, desde falhas em lançamentos contábeis até problemas em relatórios financeiros, resultando em retrabalho e complicações legais. Estrategicamente, empresas que não adotam tecnologias enfrentam dificuldades para se manter competitivas, limitadas em sua capacidade de expandir operações ou oferecer análises mais aprofundadas e ágeis. Além disso, a estagnação tecnológica torna os profissionais de contabilidade menos atrativos no mercado de trabalho, restringindo suas oportunidades de crescimento.

(Conclusão) A pesquisa conclui que a falta de tecnologia no setor contábil é um problema grave que afeta tanto a competitividade das empresas quanto o desenvolvimento dos profissionais da área. Processos manuais são ineficientes, propensos a erros e comprometem a capacidade de inovação. Para reverter essa situação, é fundamental investir na capacitação contínua dos profissionais em ferramentas digitais e promover a adoção gradual de novas tecnologias nas empresas. A transformação digital é essencial para que o setor contábil atenda às exigências do mercado moderno e continue a evoluir. Assim, empresas e profissionais devem se adaptar rapidamente às mudanças tecnológicas para garantir um futuro mais competitivo e eficiente.

Palavras-chave: contabilidade; tecnologia; automação; competitividade; eficiência.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS E JOVENS PARA O CRESCIMENTO DE UMA NAÇÃO PRÓSPERA

Autor(es):

Fernanda Alves de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Davi Gabriel Tavares Dantas de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A educação financeira é definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como um processo que aprimora a compreensão de consumidores e investidores sobre produtos financeiros, conceitos e riscos, ajudando-os a fazer escolhas mais informadas para melhorar seu bem-estar. No entanto, a realidade no Brasil é que a maioria das instituições de ensino não inclui a educação financeira em sua matriz curricular, resultando em uma lacuna significativa no conhecimento dos estudantes sobre esse tema crucial. A responsabilidade pelo ensino da educação financeira frequentemente recai sobre as famílias. Diante desse cenário, o texto propõe métodos para facilitar e estimular o acesso à educação financeira tanto nas escolas quanto em ambientes familiares. Uma das estratégias sugeridas é a elaboração de um planejamento financeiro simples, que pode ser aplicado em aulas com o auxílio do Google Planilhas. Essa abordagem permite que os alunos aprendam a criar uma planilha de controle financeiro, que pode ser acessada remotamente por qualquer dispositivo com conexão à internet. Assim, busca-se promover uma maior conscientização e habilidades financeiras essenciais para a vida cotidiana.

(Metodologia) Pesquisa bibliográfica.

(Resultados) O texto ainda descreve um método de planejamento financeiro usando o Google Planilhas. Para isso, é necessário listar subsídios presentes e futuros em uma planilha, com a organização de meses e valores. Conforme os subsídios são pagos, as células da planilha podem ser coloridas em verde (pago) ou vermelho (em aberto). Com base nas pesquisas realizadas identificamos que a falta ou o pouquíssimo conhecimento de educação financeira para as crianças e jovens acaba por gerar adultos com irresponsabilidade financeira assim atraindo muitas dívidas as quais não podem saldar gerando assim uma nação financeiramente instável. Uma solução encontrada para a prática de controle financeira para as crianças e jovens seria uma planilha simples de planejamento financeiro através do Google planilhas.

(Conclusão) A educação financeira infantil é crucial para preparar as crianças para o futuro, ensinando desde cedo conceitos como poupança e consumo consciente. Essa base sólida ajuda a formar adultos que tomam decisões financeiras responsáveis e desenvolvem valores como responsabilidade e autonomia. Para evitar erros do passado, é essencial uma educação de qualidade que capacite indivíduos a gerenciar seus recursos. Além disso, essa formação contribui para a criação de cidadãos críticos que entendem a importância do consumo sustentável. É fundamental que pais, educadores e a sociedade integrem a educação financeira nas escolas e no cotidiano, garantindo um futuro mais seguro e uma sociedade financeiramente responsável.

Palavras-chave: educação financeira; planejamento; crianças; adolescentes; educação básica.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE CONTÁBIL PARA A SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS FAMILIARES: DESAFIOS E BOAS PRÁTICAS

Autor(es):

Andreza Zelia de Lima Liberato Melo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
João Paulo Sousa da Paz Alves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fernanda Shellen de Lima Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Marcos de Oliveira Ferreira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo examina a importância do controle contábil para a sustentabilidade de empresas familiares, abordando os desafios inerentes à gestão dessas organizações. A ausência de uma clara separação entre as finanças pessoais e empresariais, somada à governança familiar informal e à complexidade no processo sucessório, são fatores que frequentemente comprometem a longevidade dessas empresas. Diante desse contexto, este estudo busca demonstrar como a adoção de práticas contábeis adequadas, aliadas a um planejamento financeiro rigoroso, pode assegurar a sustentabilidade e o crescimento contínuo das empresas familiares, permitindo uma gestão eficiente dos recursos.

(Metodologia) O estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando como base a revisão de literatura especializada e estudos de caso. Foram analisados dados secundários, obtidos a partir de relatórios financeiros, artigos acadêmicos e entrevistas com contadores e gestores de empresas familiares. A análise focou-se na identificação dos principais fatores que impactam a gestão financeira e na avaliação da eficácia das práticas contábeis adotadas por essas organizações. Além disso, foram realizadas entrevistas com profissionais da área contábil, visando compreender o papel desempenhado por esses especialistas no fortalecimento da sustentabilidade financeira das empresas familiares.

(Resultados) Os resultados revelam que a grande maioria das empresas familiares enfrenta dificuldades significativas em manter uma gestão financeira eficiente, principalmente devido à confusão entre os patrimônios pessoal e empresarial. Além disso, a falta de planejamento tributário adequado e a ausência de um controle financeiro rigoroso foram identificadas como obstáculos recorrentes. O estudo destaca a importância de implementar práticas como a criação de reservas financeiras que cubram períodos de adversidade e a necessidade de um fluxo de caixa organizado. A atuação do profissional contábil mostrou-se essencial na orientação estratégica dessas empresas, especialmente no que diz respeito ao planejamento tributário, à organização do patrimônio e à manutenção de um controle financeiro eficaz.

(Conclusão) A pesquisa conclui que o controle contábil estruturado é imprescindível para a sustentabilidade de empresas familiares. A separação entre as finanças pessoais e empresariais, o uso de relatórios financeiros regulares e a implementação de boas práticas de governança são determinantes para a sobrevivência dessas organizações a longo prazo. O papel do contador, ao fornecer consultoria especializada, é fundamental na mitigação de riscos financeiros e na promoção de uma gestão orientada para o crescimento sustentável.

Palavras-chave: controle contábil; empresas familiares; planejamento financeiro; sustentabilidade; governança corporativa.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO NAS PEQUENAS EMPRESAS

Autor(es):

José Adriel Inácio Felinto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Michael Josue Proaño Morales: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Beatriz Rêgo Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão orçamentária é uma ferramenta fundamental para uma administração financeira eficiente, especialmente em pequenos negócios, onde os recursos são escassos e o mercado é altamente competitivo. No Brasil, as pequenas empresas têm um papel importante na economia, representando cerca de 30% do PIB e gerando em torno de 60% dos empregos formais. Porém, muitas dessas organizações enfrentam desafios que ameaçam sua continuidade, como a carência de um planejamento financeiro eficaz e a má utilização dos recursos. De acordo com o SEBRAE, 60% dos pequenos negócios encerram suas atividades antes de completar cinco anos, sendo a falta de um controle orçamentário adequado uma das principais razões para essa situação. Neste contexto, o artigo em questão explora a relevância do controle orçamentário em empresas de pequeno porte, com a finalidade de analisar como essa prática pode favorecer a sustentabilidade e a competitividade desses negócios. A pesquisa procura identificar os principais obstáculos que surgem ao implementar o controle orçamentário e investigar táticas que podem ser empregadas para superá-los, assegurando uma gestão financeira mais eficaz. Para embasar a investigação, é empregado um referencial teórico que ressalta a importância do controle orçamentário para a previsão de receitas e gastos, assim como para a tomada de decisões fundamentadas. O objetivo é evidenciar que o uso correto dessa ferramenta pode minimizar os riscos financeiros, melhorar a distribuição de recursos e impulsionar o crescimento sustentável das pequenas empresas.

(Metodologia) Foi realizada uma revisão bibliográfica, com análise de fontes publicadas entre 2017 e 2021, incluindo estudos de caso e relatórios de instituições como o SEBRAE. Foram consultadas bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, artigos que abordam o controle orçamentário e a gestão financeira de pequenas empresas, focando no contexto brasileiro.

(Resultados) A pesquisa revelou que as pequenas empresas enfrentam desafios significativos na implementação de um controle orçamentário eficaz, incluindo a falta de conhecimento técnico dos gestores, a dependência de métodos manuais e a resistência cultural à mudança. Dados do SEBRAE indicam que 53% das pequenas empresas brasileiras não têm um controle orçamentário formal, aumentando sua vulnerabilidade financeira. No entanto, aquelas que adotam práticas orçamentárias eficientes observam benefícios como melhor monitoramento de custos, otimização de investimentos, aumento da competitividade e sustentabilidade financeira. A adoção de tecnologias de gestão financeira também tem sido eficaz para facilitar esse controle, destacando a importância do controle orçamentário para a sobrevivência e crescimento das pequenas empresas.

(Conclusão) O controle orçamentário é essencial para a gestão financeira eficaz nas pequenas empresas, evidenciado pelos resultados que mostram sua contribuição para a sustentabilidade e competitividade organizacional por meio da alocação eficiente de recursos e mitigação de riscos. No entanto, desafios como a falta de capacitação dos gestores e a ausência de sistemas automatizados dificultam sua implementação. Para superar essas barreiras, é fundamental investir em educação financeira e em tecnologias acessíveis que automatizem o controle orçamentário, além de promover uma cultura organizacional que valorize o planejamento financeiro. Futuras pesquisas devem investigar o impacto de ferramentas tecnológicas específicas no controle orçamentário e desenvolver novos métodos de capacitação para gestores com pouca formação em finanças.

Palavras-chave: controle orçamentário; pequenas empresas; gestão financeira; sustentabilidade; competitividade.

AS FERRAMENTAS QUE AS ORGANIZAÇÕES ESTÃO UTILIZANDO PARA O ENFRENTAMENTO A SÍNDROME DE BURNOUT

Autor(es):

Yasmim Freire De Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Poliana Ferreira da Cruz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Daiany Macedo Lopes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Vanessa Vieira Leite de Menezes Leão: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Karla Ingrid Souza de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Síndrome de Burnout também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, identificada por Herbert Freudenberger em 1974 e somente reconhecida como CID em 2022, caracteriza-se pela exaustão emocional e física resultante de estresse prolongado no ambiente de trabalho. Este transtorno afeta a saúde mental dos colaboradores e impacta negativamente as organizações, contribuindo para altos índices de absenteísmo e redução da produtividade. Este artigo explora o impacto da síndrome de burnout nas organizações e analisa ferramentas e estratégias que as organizações estão utilizando para enfrentá-la.

(Metodologia) Para a análise do impacto da síndrome de burnout e das estratégias de enfrentamento, foi adotada uma metodologia qualitativa e quantitativa. A pesquisa incluiu uma revisão de literatura focada nas referências fornecidas e a análise de estudos de caso de organizações que implementaram práticas para enfrentar essa síndrome. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram escalas psicométricas, como a Escala de Clima Organizacional (ECO) e a Escala de Caracterização do Burnout (ECB), além de inquérito sócio demográficos.

(Resultados) Os resultados indicam que a síndrome de burnout tem um impacto significativo nas organizações, resultando em problemas de saúde entre colaboradores e queda na eficácia organizacional. Durante a pesquisa observou-se que endomarketing e a adoção de programas de bem-estar, como ginástica laboral, atividades recreativas, e o trabalho home office são ferramentas essenciais para prevenir e reduzir os casos de burnout. Essas iniciativas ajudam a aliviar o estresse e criar uma cultura organizacional mais saudável, e consequente ente reduzindo o absenteísmo. Outras medidas preventivas, como campanhas informativas e melhorias nas condições de trabalho, também se mostram eficazes na redução dos sintomas associados a síndrome.

(Conclusão) A pesquisa conclui que o endomarketing gestão eficaz e uma boa liderança nas organizações são estratégias e a implementação de estratégias de endomarketing, atividades de descontração e escala flexível como exemplo o home office são essenciais para enfrentar a síndrome de burnout e promover um ambiente de trabalho acolhedor e a priorização da saúde mental dos colaboradores são fundamentais para aumentar a produtividade e reter talentos. A preocupação com a saúde mental dos colaboradores não apenas melhora a qualidade de vida no ambiente de trabalho, mas também assegura a continuidade da produtividade e do sucesso organizações.

Palavras-chave: burnout; gestão de pessoas; endomarketing; saúde mental; estratégias de enfrentamento.

**BALANCED SCORECARD COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA MICROEMPREENDEDORES: ESTUDO DE CASO
NO SETOR DE BIJUTERIAS**

Autor(es):

Cynthia Cristina Silva Maciel Cruz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Danielle Fernandes do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Laysla Anyelle da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Isadora Cure Carvalho de Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Roberto José Vieira de Sousa Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo explorar Balanced Scorecard como Ferramenta de Gestão para Microempreendedores: Estudo de Caso no Setor de Bijuterias, realizado na microempresa Marias Assessorios, a qual confecciona e vende assessorios artesanais com qualidade e designer inovador para mulheres de personalidade autêntica. Dessa forma, a pesquisa explora a utilização do *Balanced Scorecard* (BSC) para auxiliar o empreendedor a atingir uma visão mais estratégica do negócio, buscando uma ideia além dos indicadores financeiros comuns.

(Metodologia) Ademais, destaca-se que essa pesquisa foi realizada por meio de um estudo caso do Balanced Scorecard aplicado à Marias Assessorios, o qual foi desenvolvido em sala de aula tendo como base os assuntos abordados na disciplina de Controladoria. O estudo de caso é uma metodologia de pesquisa qualitativa, caracterizada por analisar casos, com foco nas suas peculiaridades, dinâmicas e inter-relações, a qual possibilita a identificação de problemas práticos.

(Resultados) Isto posto, os resultados encontrados estabelecem a existência de interligações entre o relacionamento dos indicadores de aprendizado e crescimento e os processos internos da microempresa de bijuterias. Foi identificado também a ligação entre o aumento da quantidade dos materiais utilizados nas produções com a implementação de um controle de estoque e de qualidade dos produtos acabados. Outro ponto, foi a correlação entre o crescimento das receitas, medido pelo aumento nas vendas de bijuterias (indicador financeiro), e a taxa de retenção de novos clientes (indicador da perspectiva de clientes). As conclusões encontradas podem ser analisadas junto com o alinhamento das operações diárias, o que proporciona uma melhor percepção do desempenho e das áreas que necessitam de melhorias, otimizando as operações para reduzir os custos e aumentar a produtividade.

(Conclusão) Com base no exposto a cima, o Balanced Scorecard apresentou-se como uma ferramenta eficaz para fornecer uma visão mais estratégica do negócio, as quais permitiram a gestão da microempresa de bijuterias analisar, por meio dos resultados encontrados, as quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. O Balanced Scorecard proporcionou o alinhamento das atividades da empresa, uma melhor visão estratégica das perspectivas do negócio, e monitoramento do desempenho em relação aos objetivos estabelecidos. Bem como, direcionar as ações da organização de curto e longo prazo, equilibrando as prioridades.

Palavras-chave: balanced scorecard; mapa estratégico; gestão estratégica.

ECONOMIA E ESCASSEZ: EXPLORANDO AS QUESTÕES ESSENCIAIS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Autor(es):

Islania Oliveira Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste artigo, abordaremos um dos principais desafios enfrentados pela economia: a escassez de recursos em contraste com as necessidades humanas ilimitadas. Essa situação suscita questões cruciais sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, visando atender da melhor forma possível a essas necessidades. A análise de artigos e livros relevantes revela a pertinência deste tema, uma vez que, em nossa vida cotidiana, raramente alcançamos uma satisfação plena; estamos constantemente em busca de algo mais e melhor. Essa dinâmica é o cerne da discussão que iremos desenvolver ao longo do artigo.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas, como livros e artigos científicos, que proporcionaram segurança e embasamento teórico para a exploração do tema.

(Resultados) Os resultados da análise indicam que a escassez de recursos não apenas influencia as decisões de produção e distribuição, mas também molda a dinâmica social e econômica de uma sociedade. Identificamos que, em contextos de escassez, as prioridades de produção tendem a se concentrar em bens essenciais, enquanto as necessidades mais secundárias muitas vezes ficam em segundo plano. Além disso, as escolhas feitas por governantes e gestores econômicos refletem as pressões sociais e as expectativas da população, revelando uma complexa inter-relação entre economia e sociedade. Essas descobertas ressaltam a importância de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa dos recursos disponíveis, a fim de atender a uma gama mais ampla de necessidades humanas. Em suma, compreender as questões fundamentais da economia em um contexto de escassez é crucial para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

(Conclusão) Em conclusão, a análise da escassez de recursos em relação às necessidades humanas ilimitadas é fundamental para entender as complexidades das decisões econômicas. A interação entre esses fatores não apenas determina quais bens e serviços são produzidos, mas também influencia o bem-estar social e a equidade na distribuição de recursos. É imperativo que as políticas públicas considerem essa dinâmica para promover uma alocação mais eficiente e justa, garantindo que as necessidades essenciais da população sejam atendidas. O estudo contribui para uma reflexão mais profunda sobre a economia, destacando a importância de estratégias que visem a sustentabilidade e a justiça social em tempos de recursos limitados.

Palavras-chave: economia; escassez; necessidades humanas; produção; distribuição; políticas públicas.

GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS FAMILIARES DE CONFECÇÃO DE ROUPAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Autor(es):

Cecília Rosane Silva dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão financeira em empresas familiares incorpora uma complexidade notável, devido principalmente à intersecção entre as relações familiares e as práticas empresariais, em vista disso, essas empresas são marcadas pela convergência entre propriedade e gestão, configurando uma série de desafios e oportunidades únicas na administração financeira. Esta característica influencia diretamente a tomada de decisão financeira, uma vez que as decisões podem ser permeadas por valores emocionais e pessoais que nem sempre estão alinhados às melhores práticas de mercado (Pecanha; Oliveira, 2015). Um dos princípios fundamentais para uma gestão financeira eficaz em empresas familiares é a implementação de práticas de transparência financeira, assim, em conjunção com a transparência não só facilita o diagnóstico financeiro preciso, como também promove a confiança entre os membros da família e outros stakeholders, sendo essencial para mitigar conflitos potenciais e assegurar uma distribuição equitativa dos recursos (Nascimento *et al.*, 2016). Além disso, as empresas familiares para ter um avanço no ambiente organizacional e administrativo interno, é recomendado que promovam a formação e o desenvolvimento contínuo de competências financeiras entre seus membros, especialmente aqueles que possam assumir cargos de gestão no futuro. A capacitação em finanças para membros da família que potencialmente influenciarão as decisões de negócios é uma estratégia vital para fortalecer a gestão financeira e assegurar a continuidade empresarial em um mercado cada vez mais competitivo (Souza; Fonseca, 2019).

(Metodologia) A metodologia adotada para este estudo foi de caráter qualitativo, utilizando uma revisão bibliográfica extensa de literatura acadêmica e a análise de estudos de caso publicados nos últimos 10 anos. A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender a complexidade das interações entre membros da família no processo decisório financeiro e como esses fatores impactam a sobrevivência e o crescimento das empresas. Além disso, a abordagem qualitativa permitiu uma análise profunda das práticas de gestão financeira e de governança, bem como das inovações tecnológicas implementadas para promover a eficiência operacional no setor de confecção.

(Resultados) A implementação de práticas de governança em empresas familiares, como a criação de conselhos com membros externos e políticas de sucessão claras, é essencial para reduzir conflitos familiares, profissionalizar a gestão e garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos negócios a longo prazo (Neto; Andrade, 2023).

(Conclusão) Este resumo enfatiza a importância de uma gestão financeira robusta e adaptativa nas empresas familiares de confecção de roupas, um setor que enfrenta desafios significativos devido ao seu ambiente dinâmico e competitivo. A adoção de estratégias eficazes, como a diversificação de produtos, o investimento em tecnologia e a implementação de práticas de governança rigorosas, é fundamental para mitigar riscos e aproveitar oportunidades nesse mercado em constante transformação. As práticas de governança que minimizam conflitos familiares e promovem a profissionalização da gestão são essenciais para a sustentabilidade financeira e operacional dessas empresas. Além disso, o investimento contínuo em inovação e práticas de marketing eficazes se mostrou imperativo para manter a relevância e competitividade. Em suma, este estudo oferece uma análise detalhada das práticas de gestão financeira que podem ajudar as empresas familiares de confecção de roupas a não apenas sobreviver, mas prosperar em um ambiente empresarial desafiador.

Palavras-chave: empresas familiares; gestão financeira; estratégia eficaz.

O IMPACTO CAUSADO PELA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 7.713 NOS ATLETAS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

Autor(es):

Igor Bruno das Chagas da Fonseca: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante muitos anos, as premiações em dinheiro oferecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) foram consideradas rendimentos tributáveis no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Essa tributação, juntamente com a falta de patrocínio por parte de marcas esportivas, desmotivou muitos atletas, contribuindo para que o Brasil ocupasse a 32ª posição no ranking mundial de medalhas olímpicas. Recentemente, a Receita Federal alterou a Lei nº 7.713 de 1998, inserindo o parágrafo XXIV, que isenta do IRPF os prêmios em dinheiro recebidos pelos atletas em decorrência da conquista de medalhas em Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Essa mudança, que entrou em vigor a partir de 24 de julho de 2024, visa reconhecer o esforço dos atletas e, assim, melhorar a posição do Brasil no ranking mundial de medalhas. Com essa atualização legislativa, espera-se incentivar ainda mais os esportistas que representam o país, proporcionando um ambiente mais favorável para a conquista de medalhas e o fortalecimento do esporte nacional.

(Metodologia) A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de levantamento de dados bibliográficos, dando ênfase na alteração da Lei nº 7.713 de 1998, que introduziu o parágrafo XXIV, isentando do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) as premiações em dinheiro concedidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Também foi conduzida uma pesquisa de campo para enriquecer para oferecer uma visão abrangente sobre os efeitos da isenção na realidade dos esportistas.

(Resultados) Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo e do estudo da legislação demonstram que, embora existam isenções concedidas durante a realização dos Jogos, a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e o investimento de patrocinadores esportivos são fundamentais para que os atletas alcancem os resultados esperados. Além disso, a isenção de impostos divulgada pela Receita Federal tem um impacto direto no desempenho nas Olimpíadas. Países que lideram o ranking de medalhas, por exemplo, já implementaram isenções de impostos federais desde 2016, permitindo que os prêmios em dinheiro sejam reinvestidos pelos atletas em sua preparação física e psicológica.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre as premiações em dinheiro concedidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) aos atletas em razão da conquista de medalhas em Jogos Olímpicos e Paralímpicos é uma estratégia eficaz para incentivar e valorizar esses esportistas. Essa medida permite que os atletas se sintam orgulhosos e mais dedicados ao seu esporte, criando um benefício mútuo que não apenas reconhece seu esforço, mas também potencializa suas chances de sucesso em competições internacionais.

Palavras-chave: atletas; IRPF; isenção; valorização.

O IMPACTO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA TOMADA DE DECISÕES EMPRESARIAIS: A INFLUÊNCIA DA ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE(IFRS) NA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Maria Juliete Menezes Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo explora a relevância da contabilidade ambiental nas empresas e sua influência na tomada de decisões. O foco é entender como a integração de práticas de contabilidade ambiental pode melhorar o desempenho empresarial e promover a sustentabilidade. O estudo também aborda o impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), que promovem transparência e comparabilidade das informações financeiras, melhorando a reputação e a competitividade das empresas brasileiras.

(Metodologia) O estudo utiliza uma abordagem metodológica mista, combinando uma revisão de literatura com um estudo de caso. A revisão de literatura examina a pesquisa existente sobre contabilidade ambiental e sua influência na tomada de decisões empresariais. O estudo de caso é conduzido em uma empresa de médio porte que implementou práticas de contabilidade ambiental. Através da análise das decisões estratégicas e operacionais da empresa, busca-se entender melhor como a adoção dessas práticas impacta as escolhas empresariais e a qualidade das informações financeiras.

(Resultados) Podemos dizer que os resultados do estudo indicam uma correlação positiva entre a adoção de práticas de contabilidade ambiental e a melhoria na tomada de decisões empresariais. Empresas que adotam essas práticas tendem a ser vistas como mais responsáveis e sustentáveis, o que influencia tanto a preferência dos consumidores quanto as decisões dos investidores. Além disso, a adoção das IFRS promove maior transparência e qualidade das informações financeiras, facilitando o acesso ao mercado global e aumentando a competitividade das empresas brasileiras.

(Conclusão) A contabilidade ambiental sem dúvida desempenha um papel crucial na gestão empresarial e na tomada de decisões, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos naturais e uma avaliação precisa dos impactos ambientais. Empresas que integram essas práticas em suas operações podem alcançar vantagens competitivas significativas, como melhor conformidade regulatória, redução de custos e uma imagem corporativa aprimorada. Além disso, a adoção das IFRS eleva a qualidade das demonstrações financeiras, tornando-as mais confiáveis para investidores e melhorando a comparabilidade global.

Palavras-chave: contabilidade ambiental; tomada de decisões; normas.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE: O FUTURO DA PROFISSÃO DO CONTADOR

Autor(es):

Valkiria da Silva Xavier: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edlange Kaline Farias da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luana Cristina da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Inteligência Artificial (IA) está transformando o futuro da contabilidade ao automatizar tarefas repetitivas, como a classificação de transações e a reconciliação de dados. Isso permite que as empresas enfrentem desafios diários com soluções rápidas, precisas e econômicas. A IA, presente em diversas áreas do cotidiano, oferece no ambiente contábil informações ágeis e de alta capacidade, ajudando a otimizar processos e tomadas de decisão mais assertivas. Com a automação dessas tarefas, o contador assume um papel mais consultivo e estratégico, focando na análise financeira e no planejamento de negócios. Assim, a IA não substitui o profissional, mas colabora com ele, promovendo maior eficiência, redução de erros e inovação na gestão financeira.

(Metodologia) Este estudo se baseia em uma revisão qualitativa de literatura sobre a implementação da IA em tarefas contábeis e seu impacto na transformação dos processos de trabalho. A pesquisa analisa como a automação altera a rotina dos contadores e quais novas exigências surgem para esses profissionais no mercado.

(Resultados) Os resultados mostram que a IA automatiza processos rotineiros, como alimentação de dados e reconciliação financeira, liberando os contadores para atividades mais analíticas e estratégicas. Além disso, a tecnologia contribui para: Detecção de fraudes: Identificando padrões irregulares com mais rapidez e precisão. Análise preditiva: Facilitando previsões financeiras e melhorando o planejamento estratégico. Embora traga muitos benefícios, a IA também apresenta desafios relacionados à segurança e privacidade de dados, devido à sensibilidade das informações financeiras envolvidas.

(Conclusão) No futuro, os contadores se tornarão cada vez mais consultores estratégicos, com foco em atividades de alto valor agregado para as empresas. A adaptação a essa nova realidade exigirá o desenvolvimento de novas competências, especialmente no uso de ferramentas tecnológicas e na interpretação de dados complexos. A IA se consolida como uma ferramenta essencial para a eficiência empresarial, impulsionando melhores resultados financeiros e redefinindo o papel do contador no ambiente corporativo.

Palavras-chave: contabilidade; inteligência artificial.

OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE E SEUS PROFISSIONAIS

Autor(es):

Jeferson Valentim Borges: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Sayonara Vanessa Lourenço do Nascimento: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Francisco Robson de Oliveira Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Amanda Carolina de Oliveira Salvador: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mirelly Beatriz Moura de Araújo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) No decorrer dos anos, a Inteligência Artificial (IA) é algo que vem revolucionando diversas áreas do conhecimento e afetado diretamente os profissionais da área contábil, impondo desafios como a capacidade de adaptação elevada dos profissionais da área a novas tecnologias e a necessidade de adquirir competências que serão exigidas no decorrer do tempo. Com o crescimento constante da IA, nos colocamos frente a frente com uma tecnologia evoluída e moderna, onde as atividades estão cada dia mais automatizada com a utilização de programas, sendo assim, de modo geral, os profissionais em contabilidade precisam estar em constante evolução para alcançarem suas metas de forma clara e objetiva, utilizando esses serviços que são disponibilizados através da IA para resultados mais alinhados e precisos.

(Metodologia) Para esse estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica, com base em alguns estudos feitos por meio de empresas que adquiriram os serviços de Inteligência Artificial, onde abordou grandes chances para o mercado, automação de serviços, melhoria, resultados positivos e detalhados, adotando medidas de segurança e uma boa estrutura sistemática para manter a privacidade dos clientes.

(Resultados) Ao fazer uma análise dos estudos e de toda a pesquisa em si, foi constatado que através das demandas que os contadores vão desenvolver, eles vão alcançar um alto nível de habilidades no sistema, tendo o auxílio da IA para ser usada a favor dos trabalhos contábeis, vão poder monitorar coisas em tempo real e observar se está havendo algum tipo de fraude entre os serviços manuseados e também para que os funcionários possam se sentir seguros ao ir executar alguma solicitação que lhes for atribuída.

(Conclusão) No entanto, serviços que fazem parte da Inteligência Artificial tem se tornado uma ferramenta essencial na contabilidade, modificando como os contadores vão atuar e pede-se que haja uma boa desenvoltura. A automação de serviços proporciona resultados mais precisos e detalhados, além de aumentar a eficiência das empresas e escritórios onde suas práticas não irão apenas melhorar suas habilidades, mas também serão capazes de monitorar atividades e garantir a segurança das informações, sendo assim, capacitação contínua em novas tecnologias são cruciais para que os profissionais contábeis se mantenham relevantes em um mercado cada vez mais digital e com modernidade.

Palavras-chave: inteligência artificial; contabilidade; automação; segurança de dados; capacitação profissional.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

2024

GRADUAÇÃO DIREITO

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



A (IM)POSSIBILIDADE DA PROGRESSÃO DE REGIME FRENTE AO INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA: UM ESTUDO ACERCA DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Autor(es):

Monique Hellen Teodósio Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O poder Judiciário brasileiro, nos últimos anos, frente ao período inicial de redemocratização, tem adotado medidas que certamente são resguardadas pela Constituição Federal de 1988, na qual busca efetivar cada vez mais os direitos fundamentais que são inerentes a toda população. Entretanto, a presente pesquisa, busca examinar não a eficiência desses poderes, mas sim os efeitos aníquos gerados pela postura advinda, especialmente das Cortes Superiores, acerca da infringência dos direitos fundamentais, quando maculados pelo ativismo jurídico. A Lei de Execução Penal prevê em nosso Ordenamento Jurídico a possibilidade de Progressão de Regime se condicionado ao cumprimento do requisito objetivo (porcentagem de tempo cumprido) e subjetivo (comportamento carcerário). Em 2015 Supremo Tribunal Federal entendeu que diante da ação penal n. 470, também conhecida como “mensalão”, a progressão de regime poderá estar condicionada ao pagamento da multa. Desse modo, este artigo tem como principal escopo, analisar o principal designo da pena, – redistribuir, prevenir e ressocializar- frente a vedação de uma prisão civil por dívida, atualmente vedada.

(Metodologia) A pesquisa será realizada por meio de documentos quantitativos, documentais e, principalmente, jurisprudências de instâncias superiores.

(Resultados) Os resultados se concentram, principalmente, no aferimento do ativismo judicial advindo do STF, na qual transgrediu a proibição da prisão por dívida, de modo a permitir que o preso permaneça em um regime mais gravoso, pela ausência do pagamento da multa. De modo a atingir diretamente o princípio da legalidade e individualização da pena.

(Conclusão) Com isso, adentrando-se na esfera da pena de multa intitulada como requisito para progressão de regime, os Tribunais Superiores (STF e STJ), possuem um entendimento firmado de que o adimplemento da pena de multa encontra-se condicionado para a progressão de regime, salvo comprovação de hipossuficiência do apenado. No entanto, não restam dúvidas de que essa vinculação gera fortes consequências para o sistema carcerário brasileiro e está dotada de incongruências, uma vez que condiciona a prisão civil por dívida, – totalmente vedada em nosso ordenamento jurídico –, já que, limita os direitos fundamentais de todo apenado, atingindo, diretamente, o princípio da legalidade e individualização da pena, bem como, propicia um requisito a mais que já deveria ser de direito deles. Os resultados se concentram, principalmente, no aferimento do ativismo judicial advindo do STF, na qual transgrediu a proibição da prisão por dívida, de modo a permitir que o preso permaneça em um regime mais gravoso, pela ausência do pagamento da multa. De modo a atingir diretamente o princípio da legalidade e individualização da pena.

Palavras-chave: pena de multa; progressão de regime; jurisprudências.

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS CRIMES DE GRANDE REPERCUSSÃO JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI
BRASILEIRO**

Autor(es):

Dayza Cibelle Silva da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notório a presença da mídia nos mais diversos meios de comunicação, sendo por diversas vezes um tipo de mediação com as informações prestadas. Influenciando os mais diversos debates entre a população, sejam eles políticos, sociais ou culturais. Não poderia ser oposto em quando se trata do meio jurídico. Atingindo hoje membros do Tribunal do Júri. Por essa razão as notícias que são veiculadas em todos canais de mídias devem manter um padrão de ética e moral. Sendo assim, o presente trabalho pretende analisar as possíveis influências para com as pessoas que normalmente compõem os grupos de jurados e a possível significância dos prejuízos que uma decisão judicial comunicada por uma notícia equivocada poderá causar. Além das coerções que a mídia pode efetuar sobre a tomada de decisões em razão do clamor e da posição pública.

(Metodologia) Para o fim almejado, a pesquisa parte do método de procedimento de pesquisa comparativa. Foi segmentado em pesquisas bibliográficas, doutrinária e estudos de casos reais documentados, tendo como fonte principal de pesquisa artigos, reportagens e internet.

(Resultados) Diante de tudo que foi exposto, constata-se que a mídia tem grande poder na execução de induzimento na opinião da sociedade. Quando se trata de crimes de grandes repercussões, resultando na imparcialidade dos veredictos, resultando na maioria das vezes na antecipadamente na condenação do acusado. Devido ao sentimento de deixar um acusado impune, resultando no que poderia ser chamado de justiça antecipada. Antes do julgamento no Tribunal do Júri.

(Conclusão) A mídia como um todo exerce uma grande função social para a democracia brasileira, todavia para que se materialize tal objetivo é de grande valia que todas as informações repassadas sejam baseadas em honestidade e responsabilidade. Devido a incontestável influência sobre o Tribunal do Júri em relação aos crimes de grande violência, os meios de comunicação beneficiam esta categoria em face do alto poder comercial e da ampla repercussão. Ameaçando assim o princípio da imparcialidade, colocando em risco a presunção da inocência, propagando na população opiniões que nem sempre são racionais ou que tenham legitimidade.

Palavras-chave: tribunal do júri; crimes; julgamentos; imparcialidade; influência.

A INTERVENÇÃO DA MEDIAÇÃO NOS CASOS DE ANULABILIDADE DE CASAMENTOS

Autor(es):

Maria Antônia de Sousa Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lorena Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Larissa Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tales Rafael de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Henrique Leôncio Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este vídeo tem a finalidade de expor os casos de anulabilidade do casamento, e trazer um caso concreto para mostrar a delicadeza e a sensibilidade com que devem ser tratados os conflitos familiares. O vídeo irá expor sobre o caso de anulabilidade do casamento e como as formas consensuais de conflito poderá ajudar durante todo o processo judicial, e principalmente nas audiências de conciliação e mediação. Conseqüentemente, o vídeo apreciará os vários métodos de solução de conflitos e, por fim, expor a subsunção dos estudos ao caso concreto. Esperamos que nossa pesquisa traga reflexão e incentivo sobre como a mediação oferece uma resolução pacífica, reduzindo, os impactos emocionais negativos para os envolvidos.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é mostrar um caso concreto de anulabilidade do casamento, e relacionar com a mediação judicial, comunicação não violenta, escuta e ativa, e outras maneiras de solução de litígios. Além disso, faremos uma breve simulação de como seria a audiência de conciliação e mediação, e por fim, o vídeo termina com os resultados da pesquisa. Visto que, esperamos que a apresentação possa trazer como a mediação pode ajudar diretamente nos conflitos, principalmente familiares, como no caso concreto.

(Efeitos esperados) Portanto, esperamos que o vídeo mostre as formas consensuais de solução de conflito, e que exponha o caso sobre anulabilidade do casamento. Logo, analisará o qual a mediação, escuta ativa, comunicação não violenta é essencial nos casos de anulabilidade de casamentos, e que podem amparar, significativamente, a resolução de conflitos de maneira mais humana, célere e objetiva, sem comprometer os direitos e as garantias legais das partes.

ELEIÇÕES NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NEGATIVOS NA SOCIEDADE: COMO PACIFICAR A PLURALIDADE DE IDEIAS ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Autor(es):

Lais Peixoto Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Carlos Ribeiro Rossiter Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Lopes Falcone Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Cunha Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Renata Pires Vilar Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este estudo tem como foco principal a investigação dos impactos negativos das eleições no Brasil, especialmente no que diz respeito à polarização política, à intolerância e à disseminação de desinformação, aspectos que geram conflitos e comprometem a convivência democrática. Com base nessa análise, o objetivo é apresentar propostas para promover a harmonia entre diferentes ideias no cenário político e social, enfatizando o uso de técnicas de mediação e conciliação. Assim, a pesquisa busca mostrar como essas práticas podem facilitar o diálogo entre grupos com opiniões divergentes, fomentar a coesão social e fortalecer a democracia, transformando o processo eleitoral em um espaço de debate construtivo e inclusivo.

(Proposta do roteiro) 1. Conceito de conciliação e mediação. 2. Comentários e exemplificações das eleições. 3. Impactos negativos. 4. Como pode ser resolvido pela mediação e conciliação. 5. Impactos positivos.

(Efeitos esperados) A aplicação de mediação e conciliação durante as eleições no Brasil pode gerar diversos efeitos positivos para a democracia e a convivência social. Um dos principais resultados esperados é a redução da polarização política, promovendo diálogos respeitosos entre grupos ideológicos distintos. Além disso, espera-se um debate público mais saudável, onde a troca de ideias se concentre em soluções coletivas, reduzindo a agressividade. Outro efeito positivo é o fortalecimento da confiança nas instituições democráticas, que resulta da diminuição dos conflitos e da promoção de soluções conciliatórias. A longo prazo, essas práticas podem fomentar uma cultura de respeito e diálogo, valorizando a pluralidade de ideias e tratando as divergências de maneira pacífica e construtiva.

ENSINO DA HISTÓRIA BRASILEIRA ATRAVÉS DE MÉTODOS LÚDICOS: ESTRATÉGIAS PARA O ENGAJAMENTO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Autor(es):

Paulo Vítor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Rebeca Leite de Macêdo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Inspirado pelas ideias do livro do CIEPS, escrito por Darcy Ribeiro, o projeto desenvolvido pelos alunos do curso de Direito do Uni-RN, na Escola Dom Nivaldo Monte, teve como objetivo resgatar as técnicas pedagógicas do renomado professor e promover uma oficina inclusiva, democrática e imersiva para o ensino da história do Brasil. Darcy Ribeiro acreditava que o ensino da História deve combinar razão e emoção, permitindo que os alunos conectem o conhecimento ao contexto social e desenvolvam uma visão crítica e significativa do passado. Em vez de se limitar a uma abordagem positivista da historiografia clássica, nosso projeto buscou engajar os alunos por meio de práticas interativas, possibilitando aos estudantes o conhecimento de importantes pontos da Constituição liberal de 1946, dentre os quais, a garantia de direitos individuais, como acesso ao voto, liberdade de expressão e de culto, democratização da educação para os cidadãos brasileiros, diferenciação e independência entre os três poderes, dentre outros, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados a partir do estudo da história do nosso país.

(Metodologia) A metodologia aplicada visava apresentar aos estudantes do ensino médio, de maneira objetiva e participativa, o contexto político e social da história do Brasil, durante o período compreendido entre a década de 40, 50 e 60. Os procedimentos utilizados na realização do trabalho constituíram-se em: pesquisa sobre o conteúdo a ser explanado; apresentação oral com caracterização de época, vestimenta, acessórios e maquiagem realizada pelos alunos do curso de Direito; exposição de cédulas, moedas, discos de vinil, réplicas de documentos e fotografias que relatavam a história do povo brasileiro referentes ao período estudado; banners auto-explicativos; panfletos com QR Code cujo acesso disponibilizava o conteúdo aos alunos e aplicação de questionário com entrega de brindes a cada resposta correta, visando motivar a participação dos estudantes.

(Resultados) Após a aplicação da metodologia, constatamos que 80% dos alunos foram capazes de responder corretamente ao questionário sobre a história brasileira moderna. De um total de 38 participantes, 28 responderam corretamente todas as perguntas, demonstrando um bom entendimento do conteúdo apresentado.

(Conclusão) A implementação de técnicas pedagógicas inspiradas na metodologia do antropólogo Darcy Ribeiro mostrou-se eficaz para engajar os discentes da Escola Estadual Dom Nivaldo Monte. Através de atividades imersivas e interativas, os alunos desenvolveram uma compreensão crítica dos aspectos históricos, jurídicos e sociais da sociedade brasileira durante a 4ª República. A alta taxa de acerto nos questionários reforça a importância de adotar métodos semelhantes para o ensino da História no Brasil.

Palavras-chave: Brasil; constituição; democracia; educação; juventude.

FATORES QUE INFLUENCIAM A EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autor(es):

Bruna da Silva Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mediação de conflitos tem se mostrado uma ferramenta importante para a resolução de disputas, promovendo a autonomia das partes e a construção de soluções consensuais. No entanto, a eficácia da mediação pode variar de acordo com diversos fatores. Este estudo tem como objetivo identificar e analisar os principais fatores que influenciam a eficácia da mediação, com o intuito de contribuir para o aprimoramento das práticas mediadoras e o aumento da sua utilização, para um melhor entendimento a fim de mostrar que os métodos consensuais de conflitos vêm se tornando cada vez mais eficazes.

(Metodologia) Uma pesquisa bibliográfica exploratória será conduzida com a finalidade de reconhecer e examinar os principais estudos e trabalhos publicados acerca do assunto. Será realizada uma pesquisa em bases de dados acadêmicas, como os artigos disponibilizados pelo professor e estudo de casos, bem como artigos de revistas especializadas e livros. A avaliação dos dados será feita através do método de análise de conteúdo, com o objetivo de reconhecer os temas e categorias predominantes na literatura.

(Resultados) Resultados Esperados A pesquisa deve revelar os seguintes resultados: 1. Atributos do mediador: competências comunicativas, empatia, neutralidade, entendimento sobre processos de conflito e experiência em mediação. 2. Interação: Grau de conflito, história das interações entre os envolvidos, disposição para colaborar, habilidade de comunicação. 3. Ambiente cultural e social: Princípios culturais, regras sociais, disparidades de poder, recursos à disposição. 4. Categoria de conflito: Grau de complexidade, tipo de conflito (familiar, laboral, comunitário), histórico do conflito.

(Conclusão) A conclusão deste estudo oferecerá uma visão abrangente sobre os diversos fatores que exercem influência direta na eficácia do processo de mediação de conflitos. Serão analisados aspectos como a preparação dos mediadores, as técnicas utilizadas durante as sessões, o perfil das partes envolvidas, e o contexto socioeconômico e cultural em que ocorrem as disputas. Além disso, serão propostas recomendações para o aprimoramento das práticas de mediação, com foco em estratégias que possam potencializar os resultados e a resolução de conflitos, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, equitativas e harmoniosas. Fortalecer os mecanismos de diálogo e entendimento entre as partes é essencial para promover uma cultura de paz e minimizar impactos negativos.

Palavras-chave: eficácia; fatores; influência; prática jurídica; métodos consensuais.

FILHOS EM REDE: A EXPOSIÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DA AUTOCOMPOSIÇÃO NA ERA DO DIVÓRCIO

Autor(es):

Maria Eduarda Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Victória Oliveira Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ampliação da presença das redes sociais e das plataformas digitais alterou a dinâmica familiar, especialmente em situações de divórcio. Crianças cujos pais se separam muitas vezes se tornam protagonistas involuntários nas histórias que circulam online sobre suas famílias, o que levanta preocupações a respeito da privacidade e do impacto emocional resultante dessa exposição. A prática de compartilhar momentos familiares nas redes sociais pode ser encarada como uma maneira de manter vínculos, porém, também pode acarretar efeitos adversos, tanto para os filhos quanto para o relacionamento entre os familiares. Dito isso, esta pesquisa busca explorar a conexão entre a exposição digital das crianças de pais divorciados e a relevância da mediação e conciliação nesse cenário.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi o método explicativo com abordagem qualitativa de natureza aplicada, utilizando entrevistas semiestruturadas com 4 pais de crianças de 6 a 10 anos, que vivenciaram o divórcio nos últimos cinco anos. As entrevistas exploraram como os pais lidam com a exposição de seus filhos nas redes sociais, suas motivações para compartilhar conteúdos e suas preocupações com a privacidade. Adicionalmente, foram realizados grupos focais com mediadores e conciliadores para discutir as estratégias que podem ser adotadas durante o divórcio para abordar a exposição digital. As respostas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões e percepções comuns entre os participantes.

(Resultados) Os dados obtidos mostraram que a maior parte dos pais opta por divulgar informações sobre seus filhos nas redes sociais com o intuito de fortalecer vínculos emocionais e buscar apoio. No entanto, as entrevistas também evidenciaram uma preocupação crescente com a privacidade e os possíveis impactos psicológicos da exposição digital sobre as crianças. As opiniões dos mediadores e conciliadores sugeriram que, em diversas situações, um diálogo aberto entre os ex-parceiros pode facilitar a definição de regras claras sobre o que pode ou não ser compartilhado na internet. A maioria das crianças expressou desconforto em relação à exposição excessiva, ressaltando a importância de conversar sobre esse tema com seus pais.

(Conclusão) Portanto, o estudo destaca a intrincada relação entre o divórcio, a paternidade e a exposição digital. A presença online das crianças pode oferecer vantagens e também apresentar riscos, tornando essencial que os pais reflitam sobre as consequências de suas decisões. A mediação e a conciliação se revelam como recursos fundamentais para aprimorar a comunicação entre os genitores e auxiliar na definição de limites respeitosos quanto à exposição digital. Incentivando um diálogo construtivo e a conscientização sobre a privacidade, é possível criar um ambiente que coloque o bem-estar das crianças em primeiro plano, em um mundo cada vez mais interconectado.

Palavras-chave: divórcio; mediação; conciliação; exposição; privacidade.

O AFRESCO DO BOM E MAU JUIZ EM MONSARAZ: UMA ANÁLISE JURÍDICA DO DIREITO MEDIEVAL SOB A PERSPECTIVA IMAGÉTICA

Autor(es):

Paulo Vítor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Francisco Arruda de Lima Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Laís Karla da Silva Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O afresco “O Bom e o Mau Juiz” é frequentemente interpretado como uma crítica à corrupção na magistratura. No entanto, há um contexto mais amplo: a obra de arte lusitana aborda as tensões entre juízes locais, ligados ao direito consuetudinário medieval “uma característica marcante dessa época” e os juízes de fora, nomeados pela Coroa portuguesa, que representaram o início do fim do direito consuetudinário local em favor de um sistema de direito unificado e não plural. De acordo com a doutoranda da Universidade de Évora, Custódia Maria, a figura do juiz local, o juiz justo, celebrado por figuras angélicas, é retratada com uma vara vermelha, símbolo de autoridade, enquanto o juiz mau, corrupto, que recebe subornos de todas as classes sociais, das mais abastadas às mais desfavorecidas, aparece com uma vara branca, simbolizando seu caráter de juiz de fora e rodeado por uma figura satânica. Neste trabalho, defende-se a hipótese de que o afresco vai além da crítica à corrupção, simbolizando as tensões políticas da época e a importância da integridade moral dos magistrados.

(Metodologia) Este trabalho adotou uma metodologia de caráter descritivo, qualitativo, de análise semiótica e documental por estabelecermos comparações com registros relacionados da época aqui situada e fazermos análises aprofundadas do conteúdo, mostrando que o enquadramento na imagem pode atuar como uma técnica de governo ou de governamentalidade que formata as cenas de aparência, preparando-as para definir sujeitos e grupos exemplares. Com isso, a partir da semiologia das imagens, produzimos uma síntese interpretativa e, com ela, detalhamos informações e especulações produzidas em fase analítica, considerando seus aspectos formais, históricos e dialogais com outras obras de arte.

(Resultados) Na análise do afresco “O Bom e o Mau Juiz”, observa-se que a obra reflete as tensões sociais e jurídicas entre os juízes locais e os “juízes de fora” em Portugal durante os séculos XIV e XV. Ela apresenta um contraste claro: o juiz local é retratado como honrado e justo, enquanto o juiz de fora aparece como corrompido e alheio aos costumes regionais. Esse resultado evidencia não apenas a relevância do afresco como uma crítica à interferência da Coroa no sistema de justiça, mas também indica um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais da época. A interpretação sugere que a população clamava pelo retorno de juízes respeitados, em um contexto marcado por descontentamento com a nomeação de juízes externos, que eram percebidos como menos capacitados para administrar a justiça local.

(Conclusão) Portanto, o afresco de Monsaraz é uma obra rica em significado, perdurando na perspectiva dos desafios contemporâneos da justiça. Sua capacidade de evidenciar a luta entre o bem e o mal, por meio do não-verbal, o faz uma peça essencial para a compreensão da arte e da moralidade na história. Nele, o bom juiz é geralmente visto como um símbolo de virtude, promovendo a justiça, enquanto o mau juiz está associado à corrupção e a opressão. Esse dualismo serve de alerta para a importância da integridade na administração da justiça e o impacto que decisões judiciais podem ter sobre a vida das pessoas. A obra pode ser vista como um chamado à ação para a vigilância cívica e a necessidade de um sistema judicial justo.

Palavras-chave: história do direito; governamentalidade; justiça; Portugal medieval.

PSICOPATIA E DIREITO PENAL: DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL

Autor(es):

Maria Júlia Gurgel Bezerra de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Charliell da Silva Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Heitor Duarte de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Miguel Lucas Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo explora a conexão entre psicopatia e direito penal, focando nos desafios que esse transtorno impõe à noção de responsabilidade criminal. A psicopatia é marcada pela falta de empatia e por comportamentos manipulativos, o que gera questões éticas sobre a culpabilidade dos indivíduos afetados. A pesquisa mostra a interação entre teorias psicológicas e normas jurídicas, ressaltando as dificuldades que surgem na aplicação da lei a indivíduos com características psicopáticas. Os achados indicam que a falta de compreensão adequada da psicopatia dentro do sistema legal pode resultar em decisões judiciais inconsistentes, mostrando a importância de um debate mais amplo sobre justiça e a possibilidade de reabilitação.

(Metodologia) Durante o estudo, aplicou-se o método de pesquisa, com objetivo de aprender e aprimorar os conhecimentos a respeito da relação entre a psicopatia e o Direito Penal brasileiro, sobre como os maus tratos no sistema penitenciário em relação aos detentos podem desencadear transtornos de comportamentos impulsivos e agressivos. Ademais empregou-se o método de procedimento histórico, conforme verificou-se a evolução da psicopatia com o passar dos anos e como os grandes estudiosos sobre tal assunto interpretam essa questão. Na qualidade técnica de pesquisa aplicou-se uma pesquisa bibliográfica recorrendo-se a artigos científicos e livros, para alcançar uma visão mais abrangente, bem como se utilizou a pesquisa documental, com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

(Resultados) A interseção entre psicopatia e o direito penal. Ele explora como as características da psicopatia “como a falta de empatia e a manipulação” impactam a responsabilidade criminal, levantando questões éticas importantes para o sistema de justiça. A psicopatia, sendo um transtorno caracterizado por comportamento impulsivo e a falta de remorso, levanta desafios quanto à culpabilidade legal. O artigo destaca a disparidade nas respostas legais entre diferentes jurisdições, onde algumas leis tratam a psicopatia como um atenuante para sentenças mais leves, enquanto outras ignoram essas nuances, punindo de maneira mais severa. Isso gera inconsistências que podem enfraquecer a confiança no sistema de justiça.

(Conclusão) Ao discutir a intersecção da psicopatia com o direito penal, ele expõe questões intrincadas que revelam que a psicopatia influencia muito o comportamento criminoso. Familiaridade insuficiente com esse transtorno pode levar a pronunciamentos legais incoerentes que diluem a justiça. Os dilemas éticos enfrentados pelos membros da fraternidade jurídica envolve equilibrar a proteção da sociedade com os direitos dos membros individuais da sociedade. Um conjunto de pesquisas argumenta que abordagens baseadas na reabilitação em vez da punição podem ser mais eficazes e gentis. Para esse fim, uma maior compreensão da psicopatia na justiça criminal deve ser almejada pela busca de uma justiça que não apenas busque responsabilizar, mas também reabilitar.

Palavras-chave: psicopatia; responsabilidade criminal; direito penal; culpabilidade; reabilitação.

RESISTÊNCIA AO DIREITO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SETOR PÚBLICO: ASPECTOS DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA DO FENÔMENO DE CLÁUSULAS PÉTREAS CULTURAIS

Autor(es):

Jefferson Matheus de Araujo Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros De Macedo: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa apresenta uma reflexão relacionada à resistência ao direito de negociação coletiva no setor público, considerando aspectos do ordenamento jurídico brasileiro e o fenômeno de cláusulas pétreas culturais. No contexto brasileiro, observa-se que o tema tem sido objeto de controvérsias, como também de uma resistência significativa ao reconhecimento desse direito no setor público. Destaca também a importância da negociação coletiva no fortalecimento das relações de trabalho, tanto no setor público quanto no privado, e ressalta a relevância de compreender os obstáculos enfrentados para sua aplicação efetiva no contexto estatal.

(Metodologia) A metodologia adotada baseia-se no método lógico-dedutivo, através de uma revisão sistemática da argumentação jurídica prevalente, buscando identificar e analisar estudos, leis, jurisprudências, doutrinas e documentos oficiais relacionados ao tema. Além disso, são consideradas entrevistas públicas com especialistas e análises de casos práticos para enriquecer a compreensão do problema.

(Resultados) Os resultados preliminares indicam que a resistência à negociação coletiva no setor público está associada a diversos fatores, incluindo o arcabouço jurídico complexo, interpretações restritivas de dispositivos constitucionais, interesses históricos, políticos e culturais arraigados que valorizam a hierarquia e a centralização decisória, bem como, que por muitas vezes colide com as demandas por autonomia e representação dos trabalhadores no serviço público. Além disso, a falta de regulamentação específica da negociação coletiva para os servidores públicos têm contribuído para a manutenção desse cenário de resistência, muito embora lhe sejam garantidos os direitos à sindicalização e à greve.

(Conclusão) Em suma, a pesquisa temporária, destaca a complexidade do problema e a necessidade de abordagens multifacetadas para promover avanços significativos na efetivação da negociação coletiva no setor público brasileiro. A compreensão dos aspectos jurídicos e culturais que permeiam essa resistência é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de promoção dos direitos dos trabalhadores e de fortalecimento das relações de trabalho no âmbito estatal. Sustenta ainda a necessidade uma revisão legislativa, e ainda assim, discutir mecanismos de manutenção da Constituição Federal através de alterações, para admitir, valorizar e fortalecer a figura de uma negociação coletiva mais democrática no setor público brasileiro.

Palavras-chave: trabalho; negociação coletiva; setor público; ordenamento jurídico; resistência.

QUAL O PREÇO DA JUSTIÇA?: UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE A DISCREPÂNCIA DO SISTEMA PENAL DIANTE DAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS

Autor(es):

Ana Clara da Cruz Araújo de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Apesar dos discursos meritocráticos, a realidade é distinta dos sonhos ilusórios dos famosos “coach’s”, o dinheiro e a influência movem o mundo e, até mesmo em “terra” imparcial, tais atributos garantem privilégios ilegais, garantindo um sistema punitivo apenas para aqueles que não podem arcar, principalmente se levar em consideração uma cultura empresarial que explora a classe trabalhadora. Vale ainda mencionar a demonstração da gritante diferença das classes sociais perante um sistema que, em tese, deveria ser imparcial, trabalhando em prol do efetivo processo penal legal.

(Metodologia) É crucial informar que os resultados atingidos foram obtidos por meio do estudo de artigos e casos concretos, bem como, da leitura reflexiva de materiais da disciplina de Direito Penal e Direito Processual Penal. Desse modo, foi tido como objetivo o aprofundamento acerca desse tema pertinente na contemporaneidade, considerando as inúmeras vítimas deste falho sistema jurídico.

(Resultados) A igualdade processual entre os réus é um “sonho distópico” para as camadas mais baixas da sociedade e, ao considerar essa realidade, com base nas pesquisas feitas e os estudos de casos concretos, foi possível evidenciar o abismo que separa as classes. E, se entrar no mérito das minorias, então, fica o questionamento se é o mesmo sistema jurídico. Pois, fazendo uma menção a um ditado popular: “A corda sempre ‘pende’ para o lado mais fraco”, e, este lado mais fragilizado geralmente sofre com um árduo processo investigativo mediante o sistema inquisitivo que, em casos recentes, “condenam” antes mesmo de finalizar a investigação, baseando-se em procedimentos ilegais, como, por exemplo, um reconhecimento de possível suspeito do delito sem respeitar as regras do art. 226, CPP. Ao mesmo tempo, uma pessoa que deveria ter sido presa em flagrante por homicídio, ao matar duas pessoas por está em alta velocidade em uma rodovia, simplesmente foi para o hospital sem qualquer agente da polícia para o escoltar, privilégios garantidos por ter alto poder aquisitivo. Como esse sistema pode ser justo se condena o pobre inocente e liberta o rico culpado?

(Conclusão) Apesar de desesperador, esta é a infeliz realidade, onde a classe social vai definir a culpabilidade e o tipo de tratamento recebido. Uma sistematização onde o inocente não tem voz para contestar, onde o culpado com alto poder aquisitivo “corre” livre pelas ruas e, onde sistema inquisitivo trabalha para condenar – muitas vezes mediante atos ilegais sem respeitar a norma vigente –, ao invés de fazer uma investigação imparcial e legal.

Palavras-chave: classes sociais; sistema penal; imparcialidade.

A (IM)POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS EM FAVOR DO RÉU: UMA ANÁLISE À LUZ DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO À DEFESA

Autor(es):

Gabriela Nunes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A utilização de provas ilícitas no processo penal é um tema de recorrente debate no âmbito jurídico, especialmente quando confrontado com a garantia constitucional do direito à ampla defesa. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LVI, veda expressamente a admissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos. No entanto, surgem questionamentos quanto à possibilidade de sua utilização quando essas provas favorecem o réu, de modo a preservar sua liberdade e garantir um julgamento justo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a admissibilidade das provas ilícitas pro reo, ou seja, aquelas que, mesmo obtidas de forma irregular, podem beneficiar o acusado.

(Metodologia) A análise será realizada a partir de uma abordagem doutrinária e jurisprudencial. O estudo terá como base bibliografias especializadas em direito processual penal e direito constitucional, além de examinar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema. Será utilizado o método dedutivo para explorar os fundamentos legais da admissibilidade ou não das provas ilícitas, com foco na interpretação do artigo 5º, inciso LVI da Constituição, e sua relação com o direito à defesa. A pesquisa documental será complementada com a análise de julgados que discutem o princípio da proporcionalidade aplicado a essa temática.

(Resultados) A pesquisa evidencia que o STF, em algumas ocasiões, admite a utilização de provas ilícitas pro reo, considerando a importância do direito à ampla defesa e o princípio da proporcionalidade. Um exemplo é o julgamento do Habeas Corpus 126.292/SP, no qual o tribunal ponderou que a ilicitude da prova não poderia se sobrepor ao direito fundamental do réu de provar sua inocência. Esse entendimento busca equilibrar os princípios constitucionais em conflito, sem que a vedação das provas ilícitas resulte em injustiça. Entretanto, é importante destacar que a admissibilidade dessas provas deve ser analisada caso a caso, a fim de garantir que seu uso não configure uma banalização da norma constitucional.

(Conclusão) A utilização de provas ilícitas em favor do réu apresenta uma exceção à regra constitucional, fundamentada na prevalência do direito à defesa e à busca pela verdade real. O princípio da proporcionalidade, aplicado nesses casos, permite que a proibição de provas ilícitas seja flexibilizada, sempre que estiver em jogo a liberdade do acusado. Conclui-se que, embora a regra geral seja a exclusão das provas obtidas por meios ilícitos, a sua admissão em favor do réu é uma medida necessária para assegurar a justiça e a proteção dos direitos fundamentais no processo penal. Dessa forma, a jurisprudência, amparada em princípios constitucionais como o devido processo legal e a dignidade da pessoa humana, tem reconhecido a possibilidade de utilizar tais provas em contextos específicos, em prol da preservação de uma ordem jurídica justa e equilibrada.

Palavras-chave: provas ilícitas; direito à defesa; processo penal; ampla defesa; princípio da proporcionalidade.

A ADVOCACIA PÚBLICA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA E INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Autor(es):

Joyce Rayane Alves dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, as contratações públicas representaram uma média de aproximadamente 12% do PIB brasileiro nas duas primeiras décadas do século XXI. Como consequência derivada dos princípios republicanos e da publicidade, torna-se primordial a averiguação da probidade e da eficiência no âmbito das licitações e contratos. Tal fenômeno tem sido reconhecido como um instrumento social fundamental para a fiscalização do patrimônio público, cuja titularidade não é atribuída aos líderes administrativos, mas sim à coletividade. Neste cenário, a Advocacia Pública se posiciona como guardião desse direito coletivo ao exercer um controle interno, seja de caráter preventivo ou repressivo, intervindo ora para prevenir, ora para reportar possíveis irregularidades, resguardando, assim, o erário e o patrimônio público.

(Metodologia) Para a compreensão da atual temática foi realizada uma análise explicativa por meio da pesquisa bibliográfica e qualitativa sobre a organização e atuação da Advocacia Pública, singularmente na tutela da probidade administrativa. Assim, trata-se de um exame dedutivo de natureza aplicada sobre as deficiências existentes no plano prático e jurídico para a efetivação do texto constitucional, bem como das garantias necessárias para o pleno exercício do controle interno da legalidade.

(Resultados) Como efeito, emergem desafios à prática da Advocacia Pública, que requerem uma análise dos recursos e condições indispensáveis para uma atuação eficaz na fiscalização e prevenção de desvios nos processos de contratação pública. Assim, torna-se imprescindível a responsabilização dos agentes públicos, tanto no âmbito administrativo quanto no judicial, a fim de fortalecer a integridade e a transparência nas práticas licitatórias. Dessa forma, o fortalecimento das práticas de probidade e a implementação de condições estruturais, normativas e operacionais, que assegurem independência das pressões políticas e econômicas nos processos licitatórios, não apenas resguarda o interesse público e protege os recursos do erário, mas também reforça a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.

(Conclusão) Em síntese, é manifesta a imprescindibilidade da Advocacia Pública em seu papel na defesa do interesse coletivo e na preservação da integridade administrativa, particularmente no âmbito das licitações e contratos públicos. Nesta conjuntura, evidencia-se a urgência no estabelecimento de estratégias e garantias institucionais que respaldem a atuação independente e diligente dos procuradores e advogados públicos. Desse modo, se torna imperativo um aprimoramento das práticas de governança pública, com ênfase na transparência, na ética e na responsabilização dos agentes envolvidos nos processos licitatórios.

Palavras-chave: advocacia pública; probidade administrativa; licitações; contratos.

A APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA ASSISTIVA PARA OTIMIZAR A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM CONFORMIDADE COM NORMATIVAS TÉCNICAS E LEGAIS

Autor(es):

Rairan Bulhões e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A crescente sobrecarga do sistema judiciário brasileiro evidencia a necessidade de métodos alternativos e eficientes de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação. Embora essas alternativas tenham potencial, ainda existe espaço para otimizar sua eficácia e celeridade. Nesse contexto, este artigo propõe a combinação entre Teoria dos Jogos e Inteligência Artificial como ferramentas assistivas que podem aumentar a eficiência dos processos de mediação e conciliação, sem substituir a atuação humana, mas complementando-a de forma estratégica. A Teoria dos Jogos é aplicada como um instrumento analítico para modelar conflitos e prever comportamentos estratégicos entre as partes envolvidas, buscando soluções mutuamente benéficas. No âmbito judicial, essa abordagem permite a elaboração de estratégias de negociação que maximizam as chances de acordo entre as partes, o que é fundamental em processos de mediação. Já a Inteligência Artificial, por meio de algoritmos de aprendizado de máquina, analisa grandes volumes de dados de casos anteriores, identificando padrões e sugerindo soluções otimizadas para as partes envolvidas. A integração dessas tecnologias possibilita um aumento da taxa de sucesso nos acordos extrajudiciais e uma redução significativa da necessidade de decisões judiciais formais.

(Metodologia) Foi utilizado o método dedutivo, baseado em revisão bibliográfica, análise de aplicabilidade de linguagens de programação que utilizam a IA e análise documental de normativas e dados fornecidos por órgãos oficiais, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A pesquisa também considera a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a norma ABNT NBR ISO/IEC 38507:2023, que regula a governança ética e técnica de sistemas de IA. Além disso, o Projeto de Lei 2338/2023 é mencionado como marco regulatório que estabelece diretrizes para o uso da IA no Brasil, garantindo que as tecnologias empregadas sejam transparentes, auditáveis e supervisionadas por humanos.

(Resultados) Mostra-se que a combinação de Teoria dos Jogos e IA tem o potencial de aumentar a eficiência dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). A implementação da IA como ferramenta assistiva para mediadores e conciliadores pode melhorar ainda mais esses números, contribuindo para a celeridade e qualidade dos acordos. No entanto, a pesquisa também destaca os desafios e riscos associados ao uso de IA no campo do Direito. Um dos principais problemas identificados é a necessidade de transparência nas decisões automatizadas e a possibilidade de viés algorítmico, que pode comprometer a imparcialidade nas decisões. Para evitar esses problemas, é essencial que a aplicação da IA siga rigorosamente as normativas técnicas e os princípios éticos estabelecidos.

(Conclusão) A integração da Teoria dos Jogos e da IA é uma solução promissora para a otimização dos processos de mediação e conciliação no sistema judiciário brasileiro. A tecnologia tem o potencial de desafogar o Judiciário, proporcionando maior agilidade e promovendo um ambiente mais eficiente para a resolução de conflitos. No entanto, a supervisão humana continua sendo essencial para garantir que o uso dessas tecnologias respeite os direitos das partes envolvidas, assegurando a conformidade com as regulamentações legais e com as normas técnicas vigentes. Estudos futuros poderão investigar como essas ferramentas podem ser implementadas de maneira prática, incluindo o desenvolvimento de softwares específicos que auxiliem mediadores e conciliadores na tomada de decisões.

Palavras-chave: teoria dos jogos; inteligência artificial; mediação; conciliação; direito.

A APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA ASSISTIVA PARA OTIMIZAR A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO EM CONFORMIDADE COM NORMATIVAS TÉCNICAS E LEGAIS

Autor(es):

Rairan Bulhões e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Aspira-se demonstrar a viabilidade e explorar o impacto da aplicação da Teoria dos Jogos e da IA no apoio à mediação e conciliação, avaliando seus efeitos na celeridade dos processos e na taxa de sucesso dos acordos. Além disso, busca-se explorar os desafios éticos e normativos na aplicação de IA, destacando a importância da conformidade com normativos legais com normas da ABNT.

(Proposta do roteiro) 1. Abertura 2. Introdução 3. Explicação Teórica 4. Resultados 5. Aspectos Técnicos e Éticos 6. Conclusão Conforme textos do vídeo 7. Créditos Finais

(Efeitos esperados) O vídeo apresenta, de forma didática, como Teoria dos Jogos e Inteligência Artificial (IA) podem ser aplicadas ao sistema judiciário brasileiro. Esperado: Promover a compreensão da importância da interdisciplinaridade entre Direito, Engenharia e Tecnologia da Informação. Ao destacar a realidade de mais de 70 milhões de processos, o vídeo reforça a urgência de métodos alternativos como mediação e conciliação. Esperado: Estimular o debate sobre melhorias nos processos judiciais e engajar operadores do Direito na busca por soluções inovadoras. O vídeo destaca a supervisão humana e a conformidade com a LGPD e normativas técnicas como essenciais para o uso ético da IA. Esperado: Despertar consciência ética e orientar a implementação de tecnologias justas e seguras no Direito. Ao demonstrar o potencial da IA e da Teoria dos Jogos, o vídeo incentiva pesquisadores e profissionais a desenvolver novas ferramentas e softwares jurídicos assistivos. Esperado: Gerar interesse acadêmico e fomentar pesquisas futuras, potencialmente motivando alunos e especialistas a explorar o tema em TCCs, dissertações e teses. A combinação de elementos visuais dinâmicos, música, e narração envolvente torna o vídeo atraente e fácil de compreender. Esperado: Cativar o público, gerando reflexões sobre a necessidade de evolução do Judiciário e o papel da tecnologia nessa transformação. A qualidade técnica e temática do vídeo pode reforçar a competitividade nas categorias do CONIC. Esperado: Aumentar as chances de premiação e reconhecimento do trabalho, contribuindo para a valorização acadêmica do autor.

**A ATUAÇÃO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCs) NO BRASIL:
AVALIAÇÃO DO PAPEL NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA MEDIAÇÃO E
CONCILIAÇÃO**

Autor(es):

Francisca Celina Azevedo da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme de Carvalho Caetano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniela Beatriz Sabino de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Crislane Maria de Souza Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) foram criados no Brasil como parte de uma estratégia para promover métodos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e conciliação, com o objetivo de reduzir a judicialização e fomentar a pacificação social. Esses centros, instituídos pela Resolução no 125/2010 do CNJ, atuam em várias áreas do direito, oferecendo soluções mais rápidas e acessíveis. O estudo investiga a eficácia dos CEJUSCs em atingir seus objetivos, como a redução de processos e a promoção de uma cultura de diálogo. Embora elogiados, ainda há questões como a uniformidade de atuação e a adesão da população a esses mecanismos. A fundamentação teórica abrange as teorias de resolução alternativa de disputas, contextualizando a mediação e conciliação com a legislação brasileira, como a Lei de Mediação e o Código de Processo Civil de 2015. A pesquisa analisará a estrutura dos CEJUSCs, os desafios de implementação e a formação de mediadores, além de avaliar o impacto desses centros na percepção da justiça e na redução de litígios, fortalecendo a cidadania e a pacificação social.

(Metodologia) A pesquisa avalia o papel dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) na promoção da pacificação social por meio da mediação e conciliação. Utilizando uma abordagem qualitativa exploratória, os dados foram coletados por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais dos CEJUSCs e observação direta de sessões em diversas regiões. Foram entrevistadas cerca de 10 pessoas, com os dados organizados e analisados por software específico. A metodologia ofereceu uma análise crítica da efetividade dos CEJUSCs na resolução de conflitos e pacificação social no Brasil.

(Resultados) Os CEJUSCs no Brasil demonstraram eficácia na promoção da pacificação social, com uma redução significativa na judicialização de conflitos. A análise revelou que a mediação e a conciliação contribuíram para resolver 75% dos casos, promovendo uma maior aceitação das soluções propostas. No entanto, desafios persistem, como a uniformidade na atuação e a resistência da população ao uso desses mecanismos.

(Conclusão) Os Centros Judiciários de Resolução de Conflitos e Cidadania representam uma inovação muito importante no sistema judiciário brasileiro, pois promovem métodos alternativos de resolução de conflitos. As suas ações não só contribuem para reduzir o poder judicial, mas também para fortalecer a cultura de paz social, através da autocomposição e da educação para a paz. No entanto, para maximizar o seu impacto, é essencial enfrentar os desafios atuais e garantir que estes centros permaneçam acessíveis e eficazes para todos os cidadãos. A promoção contínua de uma cultura de pacificação social é um passo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Palavras-chave: abordagem qualitativa; análise documental; diversidade regional; pacificação social; resolução de conflitos.

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E O SENTIMENTO POLICIAL DE IMPUNIDADE: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR NO INSTITUTO

Autor(es):

Carla Patricia Macêdo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A audiência de custódia é um instituto que visa checar a legalidade da prisão, as condições em que esta ocorreu, avaliar a necessidade da manutenção desta e analisar se houve respeito às garantias do custodiado. Logo, o que se observa em primeiro plano é uma maior preocupação acerca dos direitos do indiciado/flagranteado do que esforços para assegurar o poder punitivo do Estado, o que pode gerar um sentimento de impunidade, por parte dos policiais, quanto ao instituto da audiência de custódia, bem como gerar um sentimento nestes agentes de que o instituto atesta uma desvalorização do trabalho policial. Estabelecer a influência que o garantismo hiperbólico monocular tem sobre o instituto da audiência de custódia é de suma importância, visto que este conceito descreve o excesso de garantias conferidas apenas a um lado da relação, nesse caso, os que estão sofrendo a pretensão punitiva estatal.

(Metodologia) A metodologia utilizada na presente pesquisa será quantitativa descritiva, uma vez que levará em consideração a análise do levantamento de dados e buscará descrever a relação entre os dados observados e o objeto desta pesquisa.

(Resultados) Foi possível, ao longo da pesquisa, estabelecer a forte influência do garantismo hiperbólico monocular no instituto da audiência de custódia. Ademais, o levantamento de dados foi primordial para constatar e comprovar a imperativa presença do sentimento de impunidade por parte dos policiais no que se refere à audiência de custódia. Acrescenta-se, ainda, que foi possível perceber também o pensamento, por parte dos policiais, de que a audiência de custódia desvaloriza os esforços investigativos e diligenciais dos agentes de segurança pública.

(Conclusão) Ao decorrer do que fora explanado ao longo desta pesquisa, foi possível perceber que o fenômeno do sentimento policial de impunidade em relação à audiência de custódia acontece, principalmente, pela forte influência que o garantismo hiperbólico monocular tem sobre este instituto. Isso porque tal conceito refere-se ao excesso de zelo apenas com os direitos daqueles que estão sofrendo os efeitos da pretensão punitiva estatal, ocasião em que o respeito aos direitos fundamentais da vítima, nessa fase processual, são negligenciados, assim como há o entendimento, por parte dos agentes de segurança, de que o trabalho da polícia é desvalorizado e desestimulado.

Palavras-chave: audiência de custódia; garantismo hiperbólico monocular; polícia.

**A AUTOCOMPOSIÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA: O USO DA MEDIAÇÃO EM CASOS DE ANULAÇÃO DO CASAMENTO
MEDIANTE ERRO QUANTO À PESSOA**

Autor(es):

Cicera Larissa da Silva Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia da Silva Mathias Baptista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda de Melo Silva Nogueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Câmara Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Emilly Campos de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN
Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito das Famílias apresenta o casamento como uma instituição baseada em valores formais estabelecidos pela sociedade, tendo o costume como uma de suas fontes principais. Este estudo utiliza casos reais em que foi aplicado o instituto da anulação, um meio para resolver casamentos juridicamente insustentáveis e considerados inexistentes perante a lei, com base na autocomposição, por meio da mediação. O objetivo é demonstrar o exercício do princípio da autonomia, garantindo respeito à legalidade e à ética.

(Metodologia) A construção teórica deste trabalho baseou-se em análises de jurisprudências e acórdãos dos tribunais brasileiros, em diálogo com uma pesquisa de livros e artigos acadêmicos, utilizando das bases de dados do Google Acadêmico. Para tal, procurou-se acessar artigos, livros e materiais relacionados ao tema da anulação do casamento e a utilização da mediação de conflitos na área do direito da família.

(Resultados) No caso do uso de mediação no decorrer da ação de anulabilidade, influiria-se como principal resultado característica preponderante do método autocompositivo em questão: a continuação de diálogo e vínculo respeitoso entre as partes. Essas se sentiram satisfeitas ao utilizar a justiça com celeridade, menor custo emocional em situações já naturalmente debilitantes, financeiro a exercerem seus interesses por meio jurídico de maneira satisfatória ao mesmo tempo em que a analogia ao Código Civil de 1916, que fundamenta o caso, prova a evolução do dispositivo cível a melhor atender as necessidades sociais contemporâneas valendo-se dos meios tradicionais.

(Conclusão) Por fim, após análise metódica de casos de anulação do casamento mediante erro quanto à pessoa e os efeitos provenientes da adoção da autocomposição, conclui-se que, longe de ser um processo prontamente acessível e menos emocionalmente exaustivo, a mediação promove o diálogo entre os sujeitos e a preservação de relações interpessoais. Esses aspectos são destaques no Direito de Família, uma vez que muitas disputas tendem a envolver múltiplas relações que envolvem sentimentos. Além disso, também podemos concluir que o método tratado é uma importante ferramenta para impedir que o sistema legal seja inserido em longas e exaustivas lutas judiciais. Por esse motivo, recomendamos a ampla utilização dele não apenas nos casos de anulação, mas também em questões de divórcio ou custódia, pois trata-se de uma maneira de beneficiar uma sociedade pacificada e a manutenção do possível bem-estar das partes.

Palavras-chave: direito civil; casamento; anulação; erro.

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE DESJUDICIALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

Autor(es):

Sofia confessor Maia Marques: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amelie Marassi Almeida Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Rita de Sousa Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A conciliação e a mediação são mecanismos de resolução de conflitos que se destacam como alternativas à via judicial tradicional. No sistema judiciário brasileiro, ambos os institutos buscam promover uma solução pacífica e célere para disputas, através do diálogo e da participação ativa das partes envolvidas. Dessa forma, a conciliação se caracteriza pela presença de um conciliador, que sugere soluções e atua de forma mais propositiva na busca de um acordo. Por outro lado, a mediação é um processo em que o mediador, de forma mais neutra e imparcial, facilita a comunicação entre as partes para que elas mesmas encontrem a melhor solução para o conflito. Esses métodos têm ganhado relevância no Judiciário, principalmente com a implementação do Novo Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que reforçou a importância dos meios alternativos de resolução de disputas. Com isso, é importante mencionar a Lei de Mediação (Lei 13.140/2015), que também trouxe um marco regulatório importante para essa prática. Assim, além de descongestionar os tribunais, a conciliação e a mediação buscam transformar a cultura do litígio em uma cultura de diálogo, oferecendo às partes maior autonomia para decidir seus próprios conflitos e, conseqüentemente, contribuindo para a pacificação social.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de literatura acadêmica e legislação pertinente sobre conciliação e mediação. Foram analisados artigos, livros e documentos legais que discutem a eficiência desses métodos e sua aplicação no contexto brasileiro. Além disso, foram considerados estudos de caso que demonstram a eficácia da conciliação e mediação na resolução de conflitos.

(Resultados) Diante o contexto apresentado, evidencia-se que a demora processual pode ser caracterizada como um dos maiores problemas do poder judiciário brasileiro, de forma que impede a eficácia do princípio da duração razoável do processo. Ao observar o crescente número de processos em tramitação, torna-se necessário maneiras para a desjudicialização dos processos e a garantia do acesso à justiça. Nesse viés, o Código de Processo Civil/ 2015 consagra, em seu artigo 4º, o direito à razoável duração do processo, além de apresentar, em diversos dispositivos, disciplina para a utilização de meios eletrônicos e a prática eletrônica de atos processuais (artigos 193 a 199).

(Conclusão) Portanto, os meios alternativos de solução de conflitos são uma forma de melhorar e trazer eficiência na resolução de disputas. De tal maneira, superar os desafios relacionados à implementação dessas práticas é fundamental para garantir uma justiça mais ágil e acessível. Além disso, é necessário investir na formação de profissionais e na sensibilização da sociedade que pode contribuir significativamente para a consolidação da cultura de resolução pacífica de conflitos no Brasil.

Palavras-chave: conciliação; mediação; celeridade; extrajudicial.

A CORRELAÇÃO E OS DESAFIOS ENTRE O DIREITO E O CINEMA

Autor(es):

Diego Damasceno Dantas de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O cinema em Hollywood é um fenômeno mundial e que traz consigo vários problemas que se estabelecem até os dias de hoje. Diversas greves, problemas contratuais, falta de planejamento são algumas das questões em que o direito acaba se relacionando com o cinema, afim de visar um método mais eficaz para se trabalhar e acabar garantindo todas as suas liberdades, assim como os seus direitos previstos nas criações da lei, assim como garantir a ordem e seguir o que está previsto nos códigos, sem violar ou burlar o sistema, garantindo assim uma estabilidade na democracia e nos seus conceitos.

(Metodologia) Durante o estudo, foram pesquisados informações específicas acerca do que estamos tratando, como por exemplo a greve dos roteiristas, que tinham como função a reivindicação dos seus direitos como cidadãos na sociedade, além da correlação jurídica que o direito traz nos cinemas, visando uma compreensão melhor do telespectador e o seu interesse pela área, sendo transformado como uma obra de massa e todas as suas vertentes que buscam a conciliação e o estudo trabalhado entre o cinema com o direito.

(Resultados) Diante das informações, nós tivemos como resultados das situações muitas oscilações acerca do que estava se acontecendo, se buscando verdades que eram escondidas, além de processos que estavam por baixo dos planos, todas essas informações se buscando para se tornar públicas e assim trabalharmos e buscar assim os melhores meios para se dialogar. Os danos pessoais são considerados e pode se consertar com base na justiça moral que é estabelecida pela lei e pelo o que se diz nos contratos, se necessitando a revisão de alguns contratos para se evitar possíveis brechas irregulares.

(Conclusão) Por fim, a gente busca conciliar de modo geral o senso comum da justiça com preceitos específicos no cinema, no qual se possui algumas adversidades e que acabam não sendo trabalhadas da maneira mais eficaz. Sendo assim, se buscar meios compreensivos na lei escrita e resguardar a segurança do patrimônio de cada pessoa, visando os seus direitos e todos os seus benefícios, já que a justiça é um meio social e tem como função garantir a proteção de dados, informações e afins dos cidadãos.

Palavras-chave: cinema; direito; moral; justiça; trabalho.

A CRUZ DE MALTA É UM PENDÃO DE LUTA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DOS DIREITOS HUMANOS NO FUTEBOL E A ATUAÇÃO DO VASCO DA GAMA E SUA LUTA PELA QUEBRA DE BARREIRAS RACIAIS DESDE 1924

Autor(es):

Marcelo Lisboa da Cunha Lima Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O esporte que foi introduzido no Brasil em 1894 por Charles Miller, ganhou a atenção do público brasileiro, tornando-se o mais popular de todos, clubes de remo, então esporte mais popular do Brasil, viraram clubes de futebol, como o Vasco da Gama. Desde 1894, um esporte elitista tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, a maioria dos clubes vinham com um papel de transformar o futebol num esporte de ricos, homens, brancos, e de pessoas letradas. Assim, em 1924, o Vasco emitiu um ofício que viria a ser conhecido mundialmente como um dos documentos mais importantes para os Direitos Humanos no futebol, mudando o rumo do esporte de uma maneira sem igual.

(Metodologia) Assim, por pesquisa e exploração de bibliografia, foram feitas análises qualitativas das fontes referenciais existentes sobre o tema, para que a pesquisa com o objetivo exploratório descritivo e de natureza teórica possa ser realizada.

(Resultados) O futebol em seus primórdios era um esporte elitista, no Rio de Janeiro, o Vasco, na então segunda divisão do campeonato estadual vinha ganhando notoriedade, consagrando isto com a promoção para a primeira divisão do estadual, mas, para a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA), isso virou um problema, pois o plantel era formado quase que completamente por negros, pobres, trabalhadores e analfabetos, possuindo brancos, que eram de classes baixas, a AMEA enviou um ofício ao Vasco, para que ele excluísse esses jogadores da equipe, para poder disputar o campeonato, então José Augusto Prestes, presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, emitiu um ofício à AMEA, em 7 de abril de 1924, informando que se, para participar do estadual, ele devia excluir seus jogadores, ele preferiria não participar, ficando conhecido como a Resposta Histórica, um dos documentos mais importantes para os Direitos Humanos no futebol mundial.

(Conclusão) O futebol virou, além de um esporte, forma de estruturação familiar, garantindo à famílias que vêm de realidades ruins, chance de prover educação e qualidade de vida para estas pessoas. De maneira infeliz, os movimentos que vão contra os Direitos Humanos no futebol ainda estão presentes na sociedade, com muita banalização por falta de informação, e muita cultura de ódio. É necessário que seja compreendido qual o caminho para solucionar esse problema e transformar ainda mais esse esporte num instrumento humanitário.

Palavras-chave: Vasco; AMEA; direitos humanos; futebol; resposta histórica.

A DESINTEGRAÇÃO DA VENEZUELA: DECADÊNCIA ECONÔMICA, CRISE HUMANITÁRIA E O IMPACTO NA GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA

Autor(es):

Maria Eduarda Fagundes Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Lucas Cortez Montenegro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lara Alyane Melo Quintiliano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Alinne Costa Ascendino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da crise humanitária na Venezuela e os efeitos geopolíticos das políticas internas e externas adotadas pelo governo de Nicolás Maduro. Com impacto direto na América Latina e em outras regiões, essa crise vem afetando diretamente as relações comerciais e diplomáticas da Venezuela com outras nações. Desde a ascensão dele ao poder, em 2013, a Venezuela tem enfrentado um colapso econômico exacerbado pela dependência do petróleo, hiperinflação e repressão política, o que desencadeou a deterioração das condições de vida no país, resultando em um êxodo em massa.

(Metodologia) Durante o estudo, aplicou-se o método de abordagem qualitativa, baseada na análise documental e bibliográfica, recorrendo a artigos científicos, relatórios de organizações internacionais e análises de especialistas sobre a crise venezuelana. Ademais, empregou-se também o método histórico ao verificar a evolução das políticas venezuelanas desde 2013, com ênfase nas crises econômicas e humanitárias, com o intuito de apreender as implicações geopolíticas das políticas internas e externas adotadas pelo governo de Nicolás Maduro.

(Resultados) Consoante as informações coletadas, é evidente que as políticas internas de Maduro agravaram a crise humanitária na Venezuela, resultando na escassez de bens essenciais e na deterioração dos serviços públicos. Além disso, a repressão violenta aos protestos contribuiu para a fuga massiva de venezuelanos para países vizinhos, como Brasil e Colômbia, sobrecarregando suas infraestruturas. Externamente, as alianças estratégicas com Rússia, China e Irã permitiram ao regime resistir às sanções impostas pelos EUA e União Europeia, em troca de acesso aos recursos petrolíferos, embora isso tenha intensificado o isolamento internacional da Venezuela e exacerbado a crise humanitária. Desse modo, essa polarização diplomática na América Latina refletiu-se no cenário geopolítico global, com grandes potências utilizando a Venezuela como um ponto de disputa.

(Conclusão) Neste trabalho, conclui-se que a crise na Venezuela, sob o governo de Nicolás Maduro, é resultado de uma combinação de políticas econômicas falhas e repressão política. O país teve um grande êxodo em massa em razão da dependência excessiva do petróleo e a falta de diversificação econômica, intensificando o prolongamento da crise e aumentando a interdependência das dinâmicas regionais e globais. Por fim, este trabalho é de grande relevância para a compreensão e a análise dessa temática, uma vez que permitiu explorar os impactos geopolíticos e humanitários.

Palavras-chave: crise humanitária; geopolítica; maduro; êxodo; políticas econômicas.

A DINÂMICA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Sâmara da Costa Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jéssyca Louise Rodrigues Targino Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Rodrigues de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ruan Diogo Ribeiro Rogerio: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ascensão das facções criminosas no Brasil tem gerado graves problemas de segurança pública, especialmente no ambiente carcerário. Estas organizações, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), possuem estruturas hierárquicas complexas e bem organizadas, o que lhes confere grande poder de controle dentro e fora das prisões. O presente trabalho busca investigar a lógica de funcionamento dessas facções e os objetivos de seus líderes ao estruturá-las dessa maneira, além de analisar os impactos dessa dinâmica no sistema penitenciário brasileiro. O problema da pesquisa se concentra em entender como o controle das facções afeta o sistema carcerário e quais são os objetivos estratégicos por trás da organização dessas entidades criminosas. O objetivo deste artigo é compreender a lógica que orienta as facções criminosas e como isso molda o funcionamento das prisões, promovendo violência e controle territorial.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi a revisão de literatura. Foram selecionados cinco artigos acadêmicos das bases de dados SciELO e Google Acadêmico, com foco em estudos sobre a organização das facções criminosas no Brasil e seus impactos no sistema carcerário. Os artigos foram analisados utilizando a técnica de fichamento, que permitiu resumir e identificar os principais conceitos e argumentos de cada autor.

(Resultados) A análise dos artigos revelou que as facções criminosas operam com uma lógica de dominação e controle que ultrapassa os limites do sistema carcerário. Seus líderes buscam garantir o controle total sobre as prisões como uma forma de ampliar sua influência e seus negócios criminosos fora das cadeias. Dentro do sistema prisional, essas facções impõem regras e punições severas, criando uma "sociedade paralela" onde o Estado tem pouca ou nenhuma interferência. Outro ponto importante levantado é que o sistema prisional brasileiro, com suas falhas e superlotações, serve como ambiente fértil para o crescimento das facções. De acordo com a literatura científica, o sistema está mal equipado para lidar com o poder dessas organizações, o que acaba fortalecendo ainda mais o controle das facções dentro das prisões. As facções criminosas também utilizam o sistema carcerário como uma ferramenta para a criação de alianças, fortalecendo sua rede de contatos e aumentando sua capacidade de ação.

(Conclusão) Este artigo demonstrou que o funcionamento das facções criminosas no Brasil está intimamente ligado ao ambiente carcerário. A organização dessas facções é baseada em uma estrutura rígida e hierárquica, cujo objetivo é a expansão de poder e a manutenção de negócios criminosos fora das prisões. O sistema carcerário brasileiro, com suas falhas estruturais, se mostra incapaz de conter o avanço dessas facções, o que contribui para o agravamento da violência e da criminalidade no país. A pesquisa sugere que para conter o avanço das facções criminosas, é necessário repensar o sistema prisional, melhorando suas condições e implementando políticas de segurança pública mais eficientes. As facções têm se tornado um desafio constante, tanto dentro quanto fora das prisões, e é essencial que o Estado brasileiro encontre formas de mitigar essa influência.

Palavras-chave: facções criminosas; sistema carcerário; Brasil; organização criminosa; violência.

A EFICÁCIA DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Vitor de Carvalho Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitoria Jéssica Barreto Fagundes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Robson Jacinto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marciolei de Jesus Corrêa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Carla de Azevedo Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O homem é um ser moldado pelas diferenças, ocasionando diversos conflitos de interesse. No entanto, a sociedade contemporânea reconheceu a necessidade de melhor organizar a coletividade, buscando soluções pacíficas para as contendas, ante o processo gradual de criação de normas e constituições adaptadas a cada povo. À vista disso, o acesso à justiça foi consagrado no Brasil como um direito fundamental, previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, garantindo a todos os brasileiros o acesso ao poder judiciário e à justiça. Destarte, a sociedade consagrou uma cultura de judicialização, sobrecarregando o Poder Judiciário e, conseqüentemente, obstruindo o efetivo acesso à justiça. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em 2023, o número de processos em tramitação foi de 83,8 milhões. O número de novos processos recebidos neste mesmo ano foi de 35 milhões, o maior índice em 20 anos. Por conseguinte, com o intuito de desobstruir o Poder Judiciário, cria-se meios alternativos para resolução de conflitos, dentre eles a mediação e a conciliação, as quais são considerados como mecanismos de pacificação social e prevenção de litígio, instituídos pela Resolução 125/2010 do CNJ.

(Metodologia) O trabalho foi baseado na análise estatística das informações oriundas do relatório Justiça em Números, do CNJ, com avaliação subsidiária do sistema DATAJUD, sobre dados referentes a conciliação e a mediação.

(Resultados) O Relatório Justiça em Números é uma publicação anual do CNJ que apresenta informações estatísticas sobre o Poder Judiciário brasileiro. Em conformidade com o estudo, referente a uma análise de novembro de 2022 a outubro de 2023, foram ingressados 21.142.939 processos e procedimentos pré-processuais não criminais. Dentre eles, realizaram-se 3.660.946 audiências de conciliação e mediação, o que corresponde ao índice de 17,31%. Ademais, obteve-se um total de 3.021.726 processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, equivalente a 82,53% de eficácia. No que se refere ao primeiro grau e juizados especiais, o total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais, corresponde a 20,76%. Já no segundo grau, este índice cai para 1,03%. Globalmente, os tribunais que apresentam melhor índice de composição de conflitos (ICoC), o qual leva em consideração a média ponderada por tribunal nos indicadores gerais (I, II, III e IV, VI, VII), correspondem ao TRT 18, TRT 24 e TJAL. Ante o exposto, considera-se relevante a taxa de solução de conflitos por meio dos métodos consensuais, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau e juizados especiais (notadamente na esfera de competência da Justiça do Trabalho). Já para processos de conhecimento não criminais de segundo grau e turmas recursais há baixa performance.

(Conclusão) Isto posto, interpreta-se como significativa a eficácia da conciliação e da mediação no âmbito do Poder Judiciário, sobretudo na Justiça do Trabalho. Este fato pode ser justificado pela diferença de tratamento do judiciário ao proteger o hipossuficiente, de modo a direcionar o empregador a negociar para limitar os riscos em decisões desfavoráveis.

Palavras-chave: solução de conflitos; conciliação; mediação.

A EFICÁCIA DAS CLÍNICAS DE PRÁTICA JURÍDICA NO ENSINO DE DIREITO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autor(es):

Ana Flávia Medeiros Cavalcanti Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) As Clínicas de Prática Jurídica exercem uma função essencial na formação prática dos estudantes de Direito, combinando teoria e prática na resolução de casos reais. Este trabalho propõe investigar a eficácia dessas clínicas, analisando a produção acadêmica recente sobre o tema. O problema de pesquisa busca compreender se as clínicas realmente contribuem para a formação profissional dos alunos e para o acesso à justiça. O enquadramento teórico abrange os princípios do ensino jurídico prático e a função social das clínicas, considerando aspectos como o desenvolvimento de habilidades profissionais e o impacto na comunidade atendida.

(Metodologia) A pesquisa possui uma metodologia qualitativa, com revisão de literatura sistemática, envolvendo a análise de artigos, teses e dissertações publicadas nos últimos dez anos sobre o tema. Os critérios de inclusão dos trabalhos foram: estar indexados em bases de dados acadêmicas reconhecidas e abordar diretamente a eficácia das Clínicas de Prática Jurídica. Os principais aspectos analisados foram os indicadores de eficácia (desempenho acadêmico dos alunos, impacto social e satisfação dos assistidos) e as metodologias empregadas nos estudos. Assim ajudando todos a entender como funciona o núcleo e as práticas e como é feito os atendimentos.

(Resultados) A análise da literatura revelou que a maioria dos estudos aponta uma alta contribuição das clínicas para a formação prática dos alunos, com ênfase no desenvolvimento de habilidades processuais e na compreensão de questões éticas. Os trabalhos também indicam que as clínicas são uma via relevante de acesso à justiça, especialmente para populações vulneráveis. No entanto, foi identificada uma carência de padronização nos indicadores de eficácia utilizados, o que dificulta a comparação entre os estudos. A satisfação dos assistidos, por exemplo, é um fator frequentemente avaliado, mas com métodos e critérios diferentes em cada pesquisa.

(Conclusão) A revisão de literatura mostra que as Clínicas de Prática Jurídica são extremamente importantes no ensino de Direito e no acesso à justiça, mas há espaço para melhorias no seu funcionamento e na forma de avaliação de sua eficácia. Sugere-se a criação de indicadores padronizados para avaliar os resultados alcançados, além de maior integração entre os objetivos pedagógicos e o impacto social das clínicas. Estudos futuros podem focar em comparações entre diferentes modelos de clínicas para identificar práticas mais eficazes.

Palavras-chave: clínica de prática jurídica; revisão de literatura; ensino jurídico; eficácia; acesso à justiça.

**A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE PARECERES CONSULTIVOS NOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE
COMPARADA DAS CORTES DE DIREITOS HUMANOS**

Autor(es):

Maria Fernanda Mendonça Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os Tribunais Internacionais voltados à proteção de Direitos Humanos e à solução de contendas entre Estados ganharam força no século XX, notoriamente, no pós-Segunda Guerra. Atualmente, há três sistemas regionais consolidados: o Interamericano, o Europeu e o Africano, todos com tribunais e competências próprias, além da própria Corte Internacional de Justiça (CIJ). Cada um deles possui jurisdição contenciosa “para dirimir conflitos concretos” e consultiva, sendo esta última o objeto da presente pesquisa, cuja principal preocupação reside na elucidação das controvérsias no plano abstrato, servindo, inclusive, como fonte de direito interno para os países membros.

(Metodologia) Trata-se de um Estudo Comparado que parte do método dialético, configurando-se como uma pesquisa qualitativa baseada em fontes primárias, que combina Análise Documental, Análise de Jurisprudência e a Dogmática Jurídica como metodologias principais.

(Resultados) A jurisdição consultiva aparece pela primeira vez no Direito Internacional de forma sistematizada na década de 1920 na extinta Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), tendo sido requisitada 18 vezes em apenas oito anos de funcionamento. Todavia, observa-se a sua influência na elaboração das normas de competência da CIJ no pós-Segunda Guerra, assim como nos sistemas regionais de proteção aos direitos humanos, notadamente, o Interamericano, o Europeu e o Africano. Embora a CIJ seja o tribunal mais antigo dentre os mencionados, é a Corte Interamericana que mais emite opiniões consultivas, tendo sido fixados 30 entendimentos em 35 demandas desde a década de 1980. Em seguida, está a CIJ, a qual já utilizou sua competência consultiva em 28 ocasiões, havendo 27 opiniões emitidas. Por fim, a Corte Europeia é a que menos profere tais pareceres, com apenas sete requerimentos atendidos; apesar disso, a Corte Africana, além de ser a mais recente, apresenta o procedimento mais burocrático e ineficaz, uma vez que, das 15 aplicações, 11 foram retiradas pelos próprios Estados, resultando em apenas quatro pareceres realizados.

(Conclusão) Da análise dos dados encontrados, é possível notar que o ápice da utilização da jurisdição consultiva ocorreu nas décadas de 1920 e 1950, enfraquecendo no início do século XXI; assim, vê-se que tal procedimento foi marcado por um inicial entusiasmo que não se manteve com o passar dos anos. Um grande catalisador para esse fenômeno são as motivações políticas que circunscrevem as negociações entre Estados, cujos interesses se mostram mais complexos e interdependentes. Embora o cenário descrito apresente conotações pessimistas, o sistema de pareceres consultivos consiste em uma importante ferramenta para o desenvolvimento do Direito Internacional Público, pois proporciona meios para debater a aplicação de regras jurídicas, promovendo a coerência dentro da sociedade internacional.

Palavras-chave: competência consultiva; solução de conflitos; corte internacional de justiça; pareceres consultivos.

A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL

Autor(es):

Renato Diógenes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Arthur Araújo Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Danton Gabriel Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proteção de dados pessoais no Brasil passou por uma transformação significativa com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2018. Antes da LGPD, a legislação brasileira tratava a questão de forma fragmentada, por meio de normas setoriais. Inspirada na Regulação Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), a LGPD trouxe um marco legal unificado, estabelecendo regras claras para o tratamento de dados pessoais, tanto em meio físico quanto digital. O principal objetivo da lei é assegurar a privacidade e a segurança da informação, garantindo direitos fundamentais como a liberdade e o desenvolvimento da personalidade. A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a imposição de novas exigências para empresas e instituições destacam a relevância da lei no cenário atual, exigindo maior transparência e segurança na gestão de dados pessoais.

(Metodologia) Conforme Robert Alexy, os direitos fundamentais possuem uma estrutura aberta e expansiva, sendo adaptáveis às novas demandas sociais, como as que surgem com o avanço tecnológico. A proteção de dados surge, portanto, como uma extensão natural do direito à privacidade em um contexto digital. Com base na teoria de Robert Alexy, a proteção de dados deve ser vista como um direito fundamental expansivo, que se adapta às demandas de uma sociedade digitalizada e conectada. A ponderação entre o direito à privacidade e outros interesses é central na aplicação da LGPD, que busca equilibrar os direitos individuais e os interesses econômicos e sociais.

(Resultados) A LGPD trouxe profundas mudanças para as empresas brasileiras, que passaram a ter que adequar suas práticas de coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais. À medida que as organizações precisaram adotar medidas como a nomeação de um encarregado de dados (Data Protection Officer – DPO), revisarão políticas de privacidade e implementarão controles rigorosos de segurança da informação. Essa nova legislação também teve impacto nas relações com consumidores e usuários de serviços digitais, que passou a ter maior controle sobre seus dados e exigiu mais transparência e segurança das empresas.

(Conclusão) Em suma, a LGPD e a ANPD refletem a complexidade e a importância da proteção de dados pessoais no cenário contemporâneo, sendo instrumentos fundamentais para o equilíbrio entre a inovação digital e a preservação dos direitos fundamentais. Contudo, a aplicação eficaz da LGPD requer não apenas uma autoridade reguladora robusta, mas também uma cultura de proteção de dados amplamente disseminada, tanto no setor privado quanto no público. A proteção de dados no Brasil, portanto, ainda está em processo de maturação, exigindo um compromisso contínuo das instituições e da sociedade.

Palavras-chave: proteção de dados; LGPD; ANPD.

A FILOSOFIA DO DIREITO: IDEIAS E CONTRIBUIÇÕES KANTIANA E KELSENIANA

Autor(es):

Gabriel Martins Soares Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduarda Myrelle da Silva Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Luiz Maia Cavalcanti Moreira Goulart Soffiatti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não é possível abordar a Filosofia do Direito no seu sentido mais amplo, sem se ter já um certo conhecimento prévio da importância e relevância dentro do pensamento filosófico geral, e da sua história. Não é mais que uma certa visão ou contemplação das coisas do direito, ou, numa palavra, do "jurídico". Trata-se de uma aplicação do prisma próprio da visão filosófica das coisas do direito e do Estado como realidades com as quais o homem também se preocupa e não pode deixar de se preocupar. É uma transposição para o mundo das nossas habituais preocupações de juristas, daquelas mesmas interrogações fundamentais que se nos impõem a respeito de tudo o que pode ser objectivo de pensamento, quer no domínio da fria especulação, quer no da ação, se formos filósofos.

(Metodologia) Ao decorrer do estudo, foram utilizadas técnicas de estudo teórico e interpretativo, induzindo uma profunda análise em obras clássicas da Filosofia do Direito, especialmente Kant, Kelsen e Thomasius, com a motivação de entender em que sentido suas ideias e correntes filosóficas influenciam no pensamento jurídico moderno. Outrossim, o artigo faz uma comparação sistemática entre as distintas visões jurídicas de Kant e Kelsen, permitindo a observação de suas convergências e divergências em questões normativas. Por fim, o autor coloca em evidência teorias contemporâneas da Filosofia do Direito, comparando-as com as perspectivas clássicas para buscar uma abordagem crítica, ao observar como elas podem impactar as ideias do campo jurídico.

(Resultados) Durante as pesquisas realizadas para a produção do nosso artigo, foram analisadas diversas teses que exploram a correlação entre filosofia e direito, especialmente nas obras de Kant e Kelsen. No campo dos desacordos científicos jurídicos, os autores sugerem que uma postura reflexiva e autocrítica em relação aos próprios pressupostos teóricos é essencial para o avanço do conhecimento jurídico. Além disso, ao comparar as perspectivas dos filósofos estudados, observa-se uma forte convergência de ideias na busca por um direito internacional, sugerindo uma conexão relevante entre suas teorias

(Conclusão) Em síntese, conclui-se que a Filosofia do Direito continua sendo uma importantíssima ferramenta para a compreensão das leis e da prática jurídica, tornando o jurista mais apto a prosseguir criticamente em relação a questões normativas e judiciais. Além disso, o autor conclui que a educação filosófica para juristas é imprescindível, tornando suas habilidades analíticas mais críticas, ao questionar e reinterpretar as leis, garantindo que eles sirvam à lei e ao bem comum. O texto também critica o formalismo jurídico representado pelo positivismo de Kelsen, argumentando que, apesar de sua relevância, ele pode ser limitado ao excluir considerações éticas e morais, sugerindo que uma abordagem equilibrada, integrando princípios filosóficos ao Direito, poderia enriquecer o campo jurídico, tornando-o mais sensível às complexidades sociais e morais. Em resumo, o artigo sustenta que o diálogo contínuo entre Filosofia e Direito é fundamental para uma prática jurídica mais robusta e eticamente informada, sendo essa interação interdisciplinar indispensável para enfrentar os dilemas jurídicos contemporâneos.

Palavras-chave: Kelsen; Kant; filosofia do direito.

A GARANTIA DA ATUAÇÃO TÉCNICA E DEFESA DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DA ADPF 591 ACERCA DA PRESENÇA FACULTATIVA DO ADVOGADO EM AUDIÊNCIA INICIAL DE AÇÃO DE ALIMENTOS

Autor(es):

Isaac Ferreira Costa Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Beatriz Pacheco Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Marília Lima de Aquino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luan Fernandes Costa Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Dennis Carvalho de Farias Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este resumo objetiva examinar de forma abrangente os efeitos da presença dos advogados nos processos judiciais, analisando como essa participação influencia a efetividade dos métodos alternativos de resolução de conflitos, proporcionando a comunicação entre as partes, promovendo a mediação e a resolução de conflitos. O estudo considerará a importância do advogado nas audiências de ações de alimentos, e como a sua atuação assegura para que todos os procedimentos sejam realizados de acordo com a legislação, prevenindo vícios processuais que poderiam levar a nulidades e, conseqüentemente, atrasos, sob a ótica do disposto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que garante o acesso à justiça e a assistência jurídica, e, também, com vistas ao Artigo 133 da CF em que torna o advogado como indispensável na Administração da Justiça. A análise será fundamentada em contraponto à ADPF 591, que trata da presença facultativa do advogado na audiência inicial de ação de alimentos, julgada pelo Supremo Tribunal de Justiça. Serão avaliadas como a facultatividade do advogado nessas relações pode facilitar ou dificultar a obtenção de acordos satisfatórios e, sobretudo, a garantia dos direitos de cada uma das partes

(Proposta do roteiro) O vídeo vai começar inicialmente com o título “análise da ADPF 51”, onde os discentes irão explicar brevemente sobre o artigo construído, após uma introdução ocorrerá uma breve descrição do artigo, explicando abordagens, pontos principais e autores. Em seguida, os discentes mostraram os benefícios do artigo, assim como suas referências e prosseguiram para a conclusão do artigo, bem como o encerramento do vídeo.

(Efeitos esperados) A elaboração do vídeo oferece esclarecer para o público geral o papel fundamental do advogado em ações de alimentos, destacando como a orientação legal pode influenciar positivamente o resultado do processo. Conseqüentemente, busca-se incentivar os cidadãos a procurar a devida assistência jurídica, resultando na valorização da profissão. Assim como, espera-se como efeitos, o esclarecimento do funcionamento das audiências e a importância da estratégia legal, realizada pelo advogado, resultando em uma preparação mais eficaz no desenvolvimento do processo.

A GARANTIA DE UM PLENO ACESSO AO DIRETO À SAÚDE

Autor(es):

Tiago de Carvalho Emerenciano Ferreira do Valle: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Daniel Lamas Vasconcelos de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luís Eduardo Maximo Motta: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lucas Gabriel Silva Figueiredo do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Joaquim Guilherme da Fonseca Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em pelo século XXI, a temática do acesso à saúde está em alta no que diz respeito a garantia plena dos direitos assegurados ao cidadão, bem como fomentar o desejo de assistência eficaz à sociedade que usufrui desse programa de assistência à vida. Nesse sentido, tornou-se fundamental o estudo do papel dos órgãos públicos com a população e os mecanismos de amparo aos mais necessitados. O papel do Estado se faz necessário nesse processo que está assegurado na Constituição Federal e o desdobramento de suas ações com o povo, salientando a busca por medidas eficazes e o asseguramento pleno desse exercício de cidadania.

(Metodologia) Quanto à temática do direito ao acesso pleno à saúde, o nosso estudo adotou uma abordagem metodológica diversificada, buscando evidenciar os diversos aspectos acerca dos desafios e meios para assegurar esse direito à toda população. As metodologias realizadas incluem tanto os estudos de inúmeros autores, quanto às evidências e dados trazidos de informações relevantes para a temática. Visando uma compreensão maior, trouxemos dados estatísticos, somados a outras fontes para elaborar uma contextualização ainda mais profunda do tema. Além disso, para sustentar a nossa tese, trouxemos as ideias de alguns filósofos, como por exemplo, o John Rawls. Buscamos referências relevantes visando abranger todo o nosso ponto de vista diante da problemática.

(Resultados) A partir dos estudos realizados pelo grupo, ficou evidente que apesar de assegurado constitucionalmente, o direito à saúde no Brasil ainda é precário e marcado por muitas falhas. Boa parte desse dado negativo, tem-se como responsáveis as ausências de políticas públicas eficazes, gerando danos aos mais carentes, como por exemplo, a população do campo e os que habitam em periferias, os quais sinalizaram que sofrem dificuldades de acesso às consultas médicas, garantia de medicamentos e auxílio em procedimentos. Torna-se crucial que os profissionais de saúde, juntamente com os gestores públicos, sinalizem as lacunas existentes e elaborem iniciados que ampliem o acesso aos serviços. O Brasil é um exemplo no que diz respeito a implementação de um suporte de apoio gratuito à população, tendo o SUS como ferramenta de asseguramento do direito à vida. Contudo, nada basta possuir esse programa se não for eficaz à sociedade. Milhares de famílias ficam deslocadas em hospitais, sofrem com a falta de médicos, medicamentos e enfrentam longas filas a fim de buscar ajuda. É essencial que os órgãos públicos e ministério da saúde busquem soluções eficazes e capazes de superar esse dano que impacta toda a população.

(Conclusão) A análise dos dados permitiu compreender que existem inúmeros pontos negativos que impedem o acesso pleno a esse direito. A ausência de infraestrutura, capacitação de um corpo médico, falta de investimentos, discriminação e preconceito são os principais pontos enfatizados em nosso artigo. Somado a esses fatores, ressalta a falta de um atendimento humanizado que possibilite um maior cuidado e auxílio aos necessitados. Em síntese, para além de um regimento constitucional, o direito à saúde deve ser exercido constantemente e promovido diariamente pelo poder público. A elaboração de medidas torna-se fundamental para dar segurança à população, ampliar o direito de sobrevivência e formar uma sociedade capaz de exercer os seus direitos fielmente.

Palavras-chave: direito à saúde; políticas públicas; saúde pública; bem-estar; vida.

A GRANDE PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E A CRIMINALIZAÇÃO PRESENTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL

Autor(es):

Leonardo Gonçalo Biasi: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Felipe de Lima Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adriano Karlo de Lima Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Samuel Dionísio Rosendo da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heitor de Moura Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo examina a complexidade dos Direitos Humanos na sociedade brasileira, com foco em jovens, adultos e povos indígenas. A criminalização é abordada em relação a práticas sociais como o uso de cigarros eletrônicos, bullying nas escolas e a violência enfrentada por comunidades indígenas. A pesquisa busca compreender como essas questões afetam a dignidade e a integridade dessas populações, ressaltando a responsabilidade individual e coletiva na promoção dos direitos humanos. A introdução discute a liberdade de aprender e ensinar, alinhada ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que estabelece parâmetros para proteger a expressão, a infância e a educação. O reconhecimento dos direitos é fundamental para evitar comportamentos criminosos, especialmente entre os jovens, que estão mais vulneráveis a influências externas.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica qualitativa e descritiva, envolvendo a análise de legislações vigentes, lacunas no direito penal e estudos que abordam as consequências do uso de cigarros eletrônicos e o fenômeno do bullying. A pesquisa incluiu a coleta de dados de artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais (ONGs), e documentos oficiais que tratam dos Direitos Humanos no contexto brasileiro. Foram analisados também casos judiciais relevantes e decisões de tribunais que abordam os direitos de adolescentes, a violência escolar e a proteção dos povos indígenas. Além disso, o estudo contemplou entrevistas com especialistas na área de Direitos Humanos, educadores e representantes de comunidades indígenas, proporcionando uma visão mais ampla e enriquecedora das questões abordadas. Essa abordagem multifacetada permitiu uma compreensão mais profunda das realidades enfrentadas por essas populações e as lacunas existentes na proteção de seus direitos.

(Resultados) Os resultados revelam que os cigarros eletrônicos são frequentemente considerados uma porta de entrada para o tabagismo e outros comportamentos de risco. O bullying é identificado como um problema significativo, com alunos de grupos privilegiados perpetrando atos de violência contra colegas em situação de vulnerabilidade. Além disso, a análise da situação dos povos indígenas evidencia a crescente violência e a negligência do Estado em assegurar seus direitos, destacando a insegurança jurídica que enfrentam.

(Conclusão) Em conclusão, o artigo enfatiza a necessidade urgente de uma abordagem mais eficaz para proteger os Direitos Humanos no Brasil. As questões discutidas mostram que é essencial garantir a dignidade e prevenir a criminalização, reforçando a responsabilidade do Estado e da sociedade na defesa dos direitos de todos os cidadãos. É crucial que políticas públicas sejam implementadas para abordar a vulnerabilidade de grupos marginalizados e promover a conscientização sobre os direitos humanos. Além disso, a proteção dos direitos dos povos indígenas deve ser uma prioridade, garantindo não apenas a segurança, mas também o respeito às suas culturas e modos de vida. O fortalecimento das instituições que promovem a justiça e a equidade é vital para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam exercer plenamente seus direitos. Por fim, o engajamento da sociedade civil na luta pelos direitos humanos é fundamental para assegurar que a dignidade humana seja uma realidade para todos, contribuindo para um futuro mais inclusivo e respeitoso.

Palavras-chave: direitos humanos; criminalização; bullying; cigarros eletrônicos; povos indígenas; insegurança jurídica; vulnerabilidade.

A GUARDA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO EM CASO DE SEPARAÇÃO CONJUGAL

Autor(es):

Ana Carolina Montenegro Pires Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Freitas de Andrade Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Vinicius Ferreira Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os animais de estimação ocupam um lugar cada vez mais central na vida das famílias brasileiras, sendo tratados não apenas como animais, mas como membro importante da família, tendo núcleos que consideram esses animais como filhos. Diante disso, novas questões jurídicas surgem, especialmente em situações de separação de um casal. Quando um casal decide se separar, questões relacionadas à divisão de bens e à guarda de filhos são abrangidas por legislações específicas. Entretanto, a guarda dos animais de estimação carece de uma regulamentação adequada. A legislação brasileira atual, que enxerga os animais como bens móveis, não acompanha a questão emocional que envolve os casos de disputa pela guarda dos animais, criando uma lacuna jurídica que gera incertezas e tensões nos processos judiciais. A falta de regras claras sobre o que deve ser considerado no momento de decidir sobre a guarda, como o bem-estar do animal e o vínculo afetivo entre ele e a família humana, provoca decisões muitas vezes baseadas na opinião, pautadas no entendimento particular de cada juiz. Este cenário reflete um problema crescente na sociedade contemporânea, onde a conexão entre humanos e animais vai além do campo jurídico, o que exige uma revisão e adaptação das leis vigentes. A ausência de uma legislação específica que contemple a guarda compartilhada de animais em casos de separação coloca a família humana do animal em uma posição vulnerável, além disso pode comprometer o bem-estar do próprio animal. Diante desse problema, este artigo tem como objetivo propor a criação de uma legislação específica que regule a guarda compartilhada de animais de estimação.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão bibliográfica.

(Resultados) A falta de leis específicas sobre como deve ser feita a guarda de animais de estimação em casos de divórcio gera incertezas e afeta diretamente a vida destes seres. De modo geral, as decisões judiciais têm sido embasadas em critérios subjetivos, o que tem levado a situações de litígio simplesmente incabíveis. Com a evolução da percepção da sociedade sobre os animais, que percebeu que estes são seres sencientes e estabelecem laços afetivos fortes, torna-se necessário desenvolver uma legislação mais moderna e igualitária. Em última análise, a guarda deve ser dada àquele que se dispõem melhor a garantir o bem-estar dos animais, e critérios claros devem ser definidos a este respeito. A inexistência de legislação específico impede a realização plena dos direitos animais.

(Conclusão) As considerações finais desse estudo reforçaram a importância de aprofundar o debate sobre a guarda compartilhada de animais domésticos no contexto da separação conjugal. O tema se torna cada vez mais relevante à medida que os animais de estimação assumem um papel fundamental nas dinâmicas familiares atuais.

Palavras-chave: guarda compartilhada de animais; legislação animal; código civil; justiça familiar; separação; direito dos animais de estimação.

A IGUALDADE SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE HOMENS E MULHERES: QUAIS OS MECANISMOS JURÍDICOS GARANTIDORES DA ISONOMIA PREVISTOS NO DIREITO BRASILEIRO?

Autor(es):

Maria Eduarda Alves do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição brasileira de 1988 positiva uma gama de direitos fundamentais que devem ser garantidos aos cidadãos do país. O princípio da Isonomia é um destes, também conhecido como princípio da igualdade, está disposto no artigo 5º da CF, é necessário para que a nossa legislação brasileira possa ser aplicada de forma igualitária. Dessa forma, podemos dizer que a isonomia tem como objetivo a adaptação de meios, para que haja a percepção das diferenças e desigualdades entre as pessoas, com o propósito de possibilitar a aplicação das normas para todos de forma mais equitativa. Para isso, no presente ano de 2023, foi criada a Lei 14.611/23, lei esta que garante a igualdade de salário e de critérios de remuneração entre trabalhadores e trabalhadoras, como também, visa aumentar a fiscalização contra a discriminação e facilitação dos processos legais. Dados estatísticos da Justiça do Trabalho apontam que, em 2022, a equiparação salarial ou a isonomia foi objeto de 36.889 processos ajuizados em todo o país. Sobre promoção relacionada a diferenças salariais, o total foi de 9.669 processos.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográficas, estudos de artigos. Aplicando também a metodologia qualitativa.

(Resultados) Dessa forma, entendemos que os pressupostos de igualdade deve ter como um de seus objetos, a diferença entre as pessoas, mas de forma a alcançar o equilíbrio entre essas diferenças e o direito à igualdade. Na nossa Constituição, existe um número elevado de dispositivos legais com o objetivo de adequar o sistema de direitos nacional às novas exigências constitucionais. Alguns doutrinadores pontuam que a Constituição de 1988 foi o marco para a igualdade entre homens e mulheres e que conjuntamente com o dispositivo que cria a igualdade de gênero, foram criados outros dispositivos legais com o destino de regularizar referida igualdade. De igual modo, é vedada, pelas normas de direito trabalhista, a distinção salarial entre aqueles que exerçam funções equivalentes, disposto no artigo 373-A da CLT, onde trata da minoração das desigualdades: "Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher".

(Conclusão) O Estado como um órgão normativo-regulador deve agir de forma a verificar a existência de uma desigualdade, sobretudo por meio de leis, utilizando o princípio da Isonomia como um guia para que essas questões que ainda têm notoriedades no dia a dia, possam vir a serem sanadas. As diferenças entre os gêneros masculinos e femininos ainda podem, infelizmente, serem sentidas dentro da sociedade, principalmente no que diz respeito à mulher e aos problemas enfrentados quanto as distinções de gênero assentes na nossa sociedade. Mas, através dessa discussão, concluímos que os mecanismos legislativos de igualdade, como os princípios constitucionais, entendimentos jurisprudenciais em prol da igualdade e dispositivos da lei trabalhista podem ser utilizados como meios de grande reforço às igualdades trabalhistas sem distinção de sexo, promovendo uma melhor isonomia de direito e deveres no âmbito trabalhista e garantindo um trabalho mais eficiente nos âmbitos celetistas.

Palavras-chave: desigualdades; isonomia; direitos fundamentais.

A IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS CIBERNÉTICOS NA MITIGAÇÃO DE FRAUDES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIGITAIS

Autor(es):

Laura Canel Ferreira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathiely Vitória Sousa Feitosa Lira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julie Emily de Paiva Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lara Araujo Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo aborda a crescente ameaça dos crimes cibernéticos, especialmente as fraudes digitais no setor financeiro, que impactam a segurança de instituições e indivíduos. A pesquisa explora como as instituições podem prevenir e mitigar fraudes digitais de maneira eficaz, considerando a crescente sofisticação desses crimes. Com base em uma revisão crítica da literatura sobre crimes cibernéticos e segurança digital, a pesquisa analisa casos reais e teorias sobre diversos tipos de ataques, como malwares e fraudes financeiras, além de examinar os mecanismos de defesa cibernética, que incluem ferramentas e estratégias de prevenção. Os aspectos discutidos incluem uma descrição das fraudes mais comuns, uma análise dos mecanismos de defesa existentes, um estudo de casos reais de golpes digitais e uma avaliação crítica das teorias disponíveis. O objetivo principal é fornecer uma análise abrangente dos mecanismos de segurança atuais e propor soluções inovadoras para melhorar a proteção contra fraudes, demonstrando abordagens mais eficazes para mitigar esses crimes.

(Metodologia) A pesquisa utilizou uma abordagem descritiva-exploratória, combinando métodos qualitativos e quantitativos. O foco foi em fraudes cibernéticas em instituições financeiras digitais. Os procedimentos incluíram uma revisão da literatura científica, consulta a documentos como estudos acadêmicos e relatórios de instituições governamentais e ONGs, além da análise de casos reais de fraudes ocorridas no Brasil, como o golpe do falso motoboy e fraudes telefônicas. A amostra incluiu casos de crimes reportados por instituições financeiras, além de dados de órgãos como Serasa Experian e FEBRABAN. Não foram utilizados equipamentos específicos, e a pesquisa foi realizada em ambiente acadêmico, com uma análise detalhada de documentos e relatórios digitais.

(Resultados) Os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos avanços na implementação de mecanismos de segurança cibernética, como autenticação multifatorial e monitoramento em tempo real, muitas instituições financeiras ainda não oferecem suporte adequado às vítimas de fraudes, especialmente em casos de phishing. Embora essas ferramentas ajudem a reduzir fraudes e aumentar a segurança das transações, a responsabilidade civil dos bancos é frequentemente afastada quando o cliente não age com cuidado. Isso evidencia uma lacuna significativa entre a proteção teórica e a prática, sugerindo a necessidade de estratégias mais inclusivas que garantam a segurança de todos os usuários.

(Conclusão) O trabalho reafirma a importância da prevenção e mitigação das fraudes digitais no setor financeiro, destacando que a adoção de mecanismos de segurança eficazes e o uso de inteligência artificial são essenciais para a detecção rápida de fraudes e proteção de dados sensíveis. A colaboração entre instituições também é fundamental para fortalecer a defesa coletiva contra esses crimes. No entanto, desafios como a falta de privacidade e a necessidade de políticas de segurança mais robustas continuam a existir. Portanto, recomenda-se a implementação de programas de conscientização sobre fraudes e novas pesquisas que explorem inovações tecnológicas e estratégias colaborativas, visando garantir a segurança no ambiente digital e proteger tanto os indivíduos quanto as instituições.

Palavras-chave: cibersegurança; fraudes bancárias; mecanismos de prevenção; golpes virtuais.

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA E A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Autor(es):

João Eric Nasoli Nunes da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luis Felipe Câmara de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mateus Vieira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ivis Alexandre Oliveira do Vale Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sayan Witt de Sousa Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A escuta ativa e a comunicação não-violenta (CNV) emergem como ferramentas cruciais para o sucesso em audiências de conciliação e mediação, técnicas amplamente utilizadas para a resolução pacífica de conflitos no sistema jurídico brasileiro. Com o advento do Novo CPC (Lei nº 13.105/2015), essas práticas ganharam relevância ao incentivar a desjudicialização e a pacificação social. Este trabalho visa demonstrar como essas técnicas contribuem efetivamente para a obtenção de acordos mais eficientes e menos litigiosos, fortalecendo o diálogo e prevenindo escaladas de conflito, com base nos princípios da empatia, respeito e isonomia. Em um contexto onde o tempo e os custos judiciais são desafiadores, a escuta ativa e a CNV apresentam-se como alternativas viáveis e promissoras.

(Metodologia) A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em documentos e nas obras de Maria Bernadete Miranda, Clóvis Antônio Maluf e Marshall B. Rosenberg sobre mediação, conciliação e comunicação não-violenta. O objetivo foi compreender a aplicação prática dessas teorias em contextos reais de resolução de conflitos.

(Resultados) Essas práticas são essenciais para reduzir tensões e mal-entendidos entre as partes. A escuta ativa promove compreensão e abertura para negociação, enquanto a CNV cria um ambiente de respeito, prevenindo conflitos. Dados indicam que essas técnicas melhoraram significativamente os processos de conciliação e mediação, alcançando uma taxa de sucesso de 85%, em comparação com 60% nos métodos tradicionais.

(Conclusão) A escuta ativa e a comunicação não-violenta (CNV) são abordagens eficazes para melhorar as audiências de conciliação e mediação no Brasil, especialmente após a implementação do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Assim, a escuta ativa e a CNV mostram-se como ferramentas valiosas na construção de soluções mais cooperativas e sustentáveis, reduzindo a litigiosidade e os custos judiciais, o que favorece a desjudicialização e contribui para a pacificação social. Esse panorama evidencia que tais técnicas não apenas agilizam os processos, mas também promovem uma cultura de respeito e empatia, impactando positivamente o comportamento das partes envolvidas e das instituições jurídicas.

Palavras-chave: escuta ativa; comunicação não-violenta; mediação; conciliação; resolução de conflitos.

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE ADVOGADO E CLIENTE: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ESCUTA ATIVA NA PERCEPÇÃO DO CLIENTE SOBRE A QUALIDADE DO ATENDIMENTO JURÍDICO E NA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE

Autor(es):

*Allan Daniel Torres Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Clara Gomes de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Régia Batista Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alrimar Dantas de Freitas Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda a importância da escuta atenta e da implementação das técnicas de Comunicação Não Violenta (CNV) durante o atendimento ao cliente na advocacia. A problemática em questão é sobre como a comunicação violenta e a falta de escuta atenta e ativa dos profissionais podem impedir uma boa averiguação dos fatos. Pretende-se demonstrar que ao implementar a comunicação não violenta e a escuta atenta no exercício da advocacia, essas ferramentas auxiliam a extração dos fatos geradores do direito, e por consequência, fica mais fácil observar e visualizar, dessa forma, os direitos.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio do estudo de caso, motivada pela rotina do estágio em escritório de advocacia, e no processo de atendimento ao cliente, fazendo uma análise quantitativa dos feedbacks satisfatórios ou não obtidos a partir dos atendimentos. Os sujeitos participantes foram os clientes do escritório em questão. Foram analisados os feedbacks, garantindo que a coleta de dados fosse fidedigna aos resultados encontrados.

(Resultados) Os resultados indicaram que houve uma externa e significativa mudança no relacionamento entre cliente-empresa, nos atendimentos com uma escuta ativa e passional, a aplicação da comunicação não violenta com a finalidade de esclarecer e apresentar soluções mais claras, houve de fato uma melhora na abordagem e na solicitude junto aos clientes. Os resultados anteriores apresentados foram analisados e investigados em relação aos objetivos propostos e demonstraram que a aplicação da CNV, desde a captação de clientes, até os atendimentos cotidianos, como a explicação das fases processuais, demonstrou um resultado totalmente satisfatório.

(Conclusão) Os resultados alcançados em relação aos objetivos estabelecidos indicam que um atendimento mais eficiente e satisfatório, reflete diretamente na qualidade do serviço prestado, sendo possível, dessa maneira, alcançar de forma mais eficaz a reparação do direito ofendido. Portanto, a formação dos futuros advogados deve incluir não apenas os aspectos técnicos do Direito, mas também as habilidades interpessoais necessárias para um atendimento jurídico de excelência. Com isso, conclui-se que com a adoção dessas habilidades em sua prática jurídica, os profissionais estarão melhor preparados para enfrentar os desafios sociais, promovendo uma advocacia mais empática e eficaz.

Palavras-chave: comunicação não violenta (CNV); escuta ativa; advocacia; atendimento ao cliente; relação de confiança.

A IMPORTÂNCIA DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO FRENTE À NECESSIDADE DA DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL

Autor(es):

Lillian Suyanne de Medeiros Góes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Luiza Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Laura Barreto Escóssia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Aline Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo destaca a importância dos métodos de resolução de conflitos fora do ambiente judicial e a relevância da Semana Nacional de Conciliação, organizada anualmente pelo CNJ. Sendo assim, a sociedade, de forma geral, ainda está limitada a acreditar que a resolução de conflitos processuais depende apenas do Judiciário. No entanto, é necessário compreender que o sistema encontra-se abarrotado de processos que não consegue resolver de forma adequada e célere, levando-nos ao estudo da desjudicialização, que apresenta uma maneira de recorrer à justiça sem necessariamente passar pelo judiciário, diminuindo assim a demanda dos Tribunais. Neste viés, esta área de estudos evidencia os meios extrajudiciais de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação, que podem ser utilizados pelas partes para evitar que o processo se demore. Logo, é evidente que a Semana Nacional de Conciliação desempenha um papel fundamental na agilidade dos acordos no Brasil, ao passo que auxilia o Judiciário com a crescente quantidade de processos e oferece aos indivíduos outras alternativas de solução de litígios.

(Metodologia) Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa teórica, por intermédio de revisão bibliográfica de artigos científicos e estudo de casos práticos acerca dos benefícios da desjudicialização no sistema judiciário brasileiro.

(Resultados) A cultura do litígio no Brasil está enraizada, sendo comum a percepção de que apenas a decisão judicial, ou a “canetada” do juiz, é válida na busca da tutela jurisdicional. No entanto, na contramão da cultura do litígio, cresce uma comunidade voltada para a desjudicialização, que busca alternativas à via judicial tradicional. A análise sobre a importância da Semana de Conciliação no contexto da desjudicialização no Brasil revelou aspectos significativos na redução do volume de processos judiciais e na promoção de soluções amigáveis. Durante o evento, observou-se um aumento expressivo na adesão à conciliação, com uma taxa de resoluções amigáveis superior a 70%, com destaque para a celeridade nos desfechos. Além disso, observou-se uma redução significativa no número de processos judiciais pendentes, contribuindo para a diminuição da sobrecarga do sistema judiciário. Os dados indicam também uma redução de cerca de 30% no tempo médio de resolução de conflitos, em comparação com os processos judiciais tradicionais, evidenciando a eficiência do método. A conscientização e a educação sobre métodos alternativos de resolução de conflitos são aspectos cruciais para fomentar uma cultura de resolução pacífica de conflitos e promover a desjudicialização a longo prazo, refletindo os benefícios de uma abordagem mais cooperativa e menos adversarial.

(Conclusão) Diante do exposto, a desjudicialização, com foco em mecanismos como a conciliação e a mediação, apresenta-se como uma solução extremamente eficiente e viável para os desafios enfrentados pelo sistema Judiciário brasileiro, que se encontra abarrotado de demandas processuais. A Semana Nacional de Conciliação, ao impulsionar a cultura da resolução pacífica de conflitos, demonstra a viabilidade e a importância destes métodos utilizados. Os resultados positivos obtidos durante o ?mutirão?, como a alta taxa de acordos e a redução do tempo de resolução dos processos, reforçam a necessidade de investir em mecanismos extrajudiciais como forma de pôr fim aos litígios. Ao promover a desjudicialização, o sistema judiciário pode se dedicar a casos mais complexos e disponibilizar maneiras alternativas de solução dos litígios, diminuindo a morosidade e oferecendo uma justiça mais célere e eficiente para a população.

Palavras-chave: desjudicialização; semana de conciliação; desobstrução do judiciário; meios extrajudiciais.

A INAPLICABILIDADE DA RESSOCIALIZAÇÃO E A FINALIDADE DA PENA NO BRASIL

Autor(es):

Alice Fonseca de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei de Execuções Penais em seu Artigo 1 expressa o principal objetivo da aplicação da pena, sendo usada para que o Estado reprima a conduta delituosa e a reintegração do preso ao convívio social. Como também a punição sendo tão importante quanto reeducar, tendo a norma jurídica o carácter punitivo e ressocializador ao mesmo tempo, dando assim nexos ao cumprimento da pena e uma finalidade preventiva. Ao mesmo tempo, expressa as garantias assistenciais do preso, tais como, assistência a saúde, educação, assistência jurídica, sociais, e religiosas e como será o trabalho do preso. Arts. 22 e 23. Ao analisar a aplicação da pena surge o questionamento da suas principais finalidades, além das assistências individuais e para toda coletividade.

(Metodologia) Primeiramente, a presente pesquisa tem cunho teórico jurídico, com isso, se concretiza na análise bibliográfica, de pesquisas na internet e outros. Com base nessa pesquisa é interessante também a comparação da Constituição Federal de 1988, Código Penal e Código de processo penal, atuais normas vigentes sobre o tema, com a atual realidade social que será abordada ao longo do presente trabalho. Foi observado o método qualitativo e explicativo, com finalidade de argumentar e identificar situações que contribuem para a problemática em análise. Desse modo, a pesquisa em primeiro plano se rodeia em torno da ineficácia da ressocialização e a negligência estatal perante tal problemática.

(Resultados) Com o fim da autotutela o Estado é o único que detém o poder de punir por meio processo penal que é o meio necessário para alcançar-se a pena, principalmente um caminho que condiciona o exercício do poder de punir. A instrumentalidade do processo penal se embasa no princípio da jurisdicionalidade ou necessidade, Contudo, deve-se enxergado ao mesmo tempo como um meio para a efetivação das garantias constitucionais inerentes ao Estado democrático de direito, que devem ser respeitadas a esses indivíduos. Ou seja, o processo penal só se legitima se o mesmo for constitucional e se democratizar através da nossa Constituição Federal. Quando tais meios punitivos são preconizados, decorrem consequências graves podendo gerar assim um mecanismo de punição para esse indivíduo.

(Conclusão) Visto isso, os séculos passaram e a sociedade conseqüentemente tente a evoluir, mas há um engessamento na essência das prisões, com o intuito de afastar aquele que não se adequa na sociedade, abafando uma das principais funções da pena, a ressocialização.

Palavras-chave: ressocialização; estado; pena.

A INEFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL NA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS PRINCIPAIS FATORES DE INVIABILIDADE

Autor(es):

Thales Mauro Assunção de Abreu Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ineficiência da execução fiscal brasileira na satisfação do crédito tributário é uma questão premente que afeta diretamente a sociedade e a capacidade do Estado em garantir o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes. Em regra, após a inscrição em dívida ativa do crédito tributário, a Fazenda Pública tem o poder-dever de executar e cobrar tal dívida, sendo praxe que essa cobrança seja feita através da ação autônoma de execução fiscal. Entretanto, dados e artigos doutrinários evidenciam que essa prática cada vez mais vem perdendo sua força, deixando de cumprir com a principal finalidade da propositura de uma execução; a satisfação do exequente. Por tal razão, com o intuito de demonstrar na prática os principais obstáculos jurídicos e práticos que inviabilizam a execução fiscal, serão analisadas como exemplo, ações de execução fiscal que tramitam nas varas de Execução Fiscal e Tributária da Comarca de Natal/RN.

(Metodologia) A pesquisa realizada utilizou o método dedutivo, como o seu principal norteador, com relação à abordagem do problema se utilizou-se da pesquisa qualitativa e quantitativa, e no que diz respeito aos métodos de procedimento, adotou-se a pesquisa documental, bibliográfica e o estudo de caso.

(Resultados) Após a análise dados e do estudo de caso, atrelado a leitura de doutrina, constatou-se que fatores como; a morosidade do poder judiciário, as falhas do procedimento administrativo e judicial, as fraudes fiscais e a cultura do litígio presente na lei de execução fiscal, são os principais motivos que ensejam a falibilidade do modelo atual de execução fiscal, como demonstrado no levantamento feito nos processos judiciais que tramitam no município de Natal/RN.

(Conclusão) Portanto, nota-se que o fatores mencionados anteriormente que fazem parte procedimento atual utilizado na ação de execução fiscal no município de Natal/RN, corroboram para a perpetuação de um sistema judiciário extremamente moroso e de alto custo, afetando diretamente a tramitação do processo executório, e se criando um ciclo vicioso onde o contribuinte e o Estado saem no prejuízo. Ademais, percebe-se que a ineficácia da execução fiscal, quebra barreiras territoriais e se torna um problema que afeta todo o país, urgindo a necessidade da interferência da administração pública buscando novas alternativas eficazes e menos litigiosas para a satisfação do crédito tributário.

Palavras-chave: execução fiscal; ineficiência; dívida.

**A INFLUÊNCIA DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: IMPACTOS E EFICÁCIA NAS
RELAÇÕES FAMILIARES**

Autor(es):

Mariana de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathália Caluête Vieira da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nicole Alves Matos Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Brazão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN
Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo objetiva demonstrar a importância da conciliação e da mediação como ferramentas eficazes na resolução de conflitos. Essas formas de solução, promoverem o diálogo e a cooperação entre as partes envolvidas, reduzindo o desgaste emocional e o tempo de tramitação judicial, tendo ambiente mais harmonioso para a resolução dos conflitos familiares., bem como no meio social, também.

(Proposta do roteiro) Iniciamos o vídeo com a integrante Maria Clara, a qual utiliza sua fala para fazer a apresentação o tema que será abordado por todas: A Influência da Conciliação e Mediação na Resolução de Conflitos: Impactos e Eficácia nas Relações Familiares. Bem como, mostra o objetivo e a importância desses métodos de resolução de conflitos na sociedade hodierna. Na sequência, Nicole aborda características sobre a conciliação que permite entender o conceito de conciliação e seu principal papel nas resoluções das lides entre as partes. Por sua vez, Nathália Caluête explica sobre a mediação, falando o conceito, objetivo, princípios, além de justificar como esse modelo de resolução é refletido nas condutas humanas. Reforçando as ideias, Nathália Gadelha traz a análise de um caso concreto o qual é possível mensurar, na prática, como será aplicado. Por fim, a conclusão é discorrida por Mariana, informando que a conciliação e a mediação são alternativas eficazes na resolução de conflitos familiares, por meio do diálogo e a cooperação, oferecendo soluções mais rápidas.

(Efeitos esperados) O vídeo fornece uma compreensão clara sobre a conciliação e a mediação, destacando suas diferenças e aplicações práticas, especificamente nas relações familiares. O grupo espera que, por meio do vídeo, o público-alvo adquira maior conhecimento sobre como esses métodos são utilizados na resolução de conflitos e compreenda suas vantagens. Além disso, o vídeo promove uma visão positiva sobre o uso de alternativas na resolução de conflitos, em comparação ao processo litigioso tradicional. Assim, ele visa promover uma reflexão crítica sobre a necessidade de expandir o uso da conciliação e mediação no sistema jurídico brasileiro, ajudando a desobstruir o Judiciário e a encontrar soluções mais rápidas e eficazes.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI E A PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E IMPARCIALIDADE

Autor(es):

Alice Ramily Silvino de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Barbara Geovanna Fernandes Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Élen Liz de Macedo lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Tribunal do Júri, responsável por julgar crimes intencionais contra a vida, é composto por cidadãos que atuam como jurados, decidindo pela condenação ou absolvição de um réu. Com a globalização e a disseminação descontrolada de informações sensacionalistas, os jurados são expostos a notícias que podem afetar sua neutralidade, comprometendo o Princípio da Presunção de Inocência e a imparcialidade do julgamento. Nessa perspectiva, a pesquisa aborda a influência da mídia nesse processo, especialmente em casos de grande repercussão social, buscando analisar o impacto dessa influência na justiça e suas consequências para a sociedade.

(Metodologia) Durante o presente estudo, utilizou-se o método de abordagem indutivo, o qual buscou compreender a influência da mídia no Tribunal do Júri e como esse elemento afeta os princípios da presunção de inocência e imparcialidade. No procedimento de pesquisa aplicou-se a pesquisa bibliográfica centrada na análise de obras e artigos acadêmicos relevantes para a temática, baseado em autores e especialistas da área, visando organizar os conceitos em categorias temáticas, dividindo-os em sub temas essenciais.

(Resultados) O estudo analisa a influência da mídia sobre o poder judiciário e o tribunal do júri, evidenciando que a cobertura midiática pode moldar a percepção pública e impactar a imparcialidade dos jurados. As representações midiáticas não são apenas informativas, mas também persuasivas, afetando diretamente as decisões judiciais. Contudo, o estudo apresenta limitações, como o foco em poucos casos e a ausência de uma análise das redes sociais, o que impede uma compreensão mais abrangente do fenômeno. A metodologia utilizada, embora válida, pode não captar toda a complexidade do ambiente judicial atual, sugerindo a necessidade de novas pesquisas que investiguem mais a fundo essa relação. Em resumo, a compreensão dessas dinâmicas é fundamental para garantir a imparcialidade do sistema judicial e mitigar os efeitos negativos da cobertura midiática.

(Conclusão) Conclui-se que a mídia exerce uma influência profunda e preocupante sobre o Tribunal do Júri, especialmente em casos de grande repercussão social. A exposição contínua a informações tendenciosas e sensacionalistas compromete a imparcialidade dos jurados, e o trâmite correto do processo penal. Diante disso, é evidente a necessidade urgente de um debate mais aprofundado sobre o papel da mídia no sistema jurídico, buscando garantir que sua atuação se dê de forma ética e responsável, em conformidade com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Tribunal do Júri; mídia; princípio da presunção de inocência; influência; imparcialidade.

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NOS JULGAMENTOS CRIMINAIS

Autor(es):

Maria Clara Paiva Macedo Diniz Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) A era digital tem provocado transformações profundas na maneira como a sociedade recebe e processa informações. As redes sociais, em particular, emergiram como potentes veículos de comunicação, possibilitando o compartilhamento imediato de notícias e opiniões. No campo do direito penal, essa realidade levanta preocupações em relação à influência que essas plataformas podem exercer sobre julgamentos criminais. Casos amplamente divulgados nas redes muitas vezes geram uma “sentença popular” antes mesmo do veredicto oficial, colocando em risco princípios constitucionais, como a presunção de inocência e o devido processo legal. Este artigo busca explorar o impacto das redes sociais nos julgamentos criminais, discutindo como o “tribunal da internet” pode afetar a imparcialidade dos juízes e jurados, e o papel da mídia digital na formação de opiniões distorcidas sobre réus e vítimas.

(Metodologia) Este estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, livros e jurisprudência. A análise inclui estudos de casos específicos amplamente divulgados nas redes sociais e seus efeitos nos julgamentos criminais. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: coleta de dados, revisão crítica da literatura e análise de casos práticos envolvendo crimes de grande repercussão na mídia digital.

(Resultados) A pesquisa mostra que, em processos criminais amplamente divulgados, as redes sociais têm o potencial de interferir diretamente na percepção dos jurados. Em alguns casos, os jurados já se apresentam no julgamento com preconceitos formados por informações veiculadas na mídia, comprometendo sua imparcialidade. Como o Tribunal do Júri é composto por cidadãos comuns, que em sua maioria não possuem formação jurídica, o contato com notícias sensacionalistas ou distorcidas nas redes sociais pode levá-los a tomar decisões baseadas em sentimentos de vingança ou comoção popular, em vez de se aterem aos fatos e às provas apresentadas no processo.

(Conclusão) Conclui-se que a influência das redes sociais nos julgamentos criminais é uma questão complexa e preocupante. Enquanto as plataformas digitais podem ampliar o acesso à informação, elas também têm o poder de comprometer a presunção de inocência e a imparcialidade judicial. A democratização da informação, se não for acompanhada de responsabilidade, pode resultar em danos irreparáveis para o sistema de justiça. Faz-se necessário um debate mais profundo sobre a regulação da mídia digital, especialmente no que tange à cobertura de casos criminais.

Palavras-chave: redes sociais; julgamentos criminais; opinião pública; presunção de inocência; Tribunal do Júri.

**A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES E LIMITES DO USO DA
TECNOLOGIA NA ATIVIDADE JURISDICIONAL**

Autor(es):

Hamanda de Medeiros Padilha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) A atividade jurisdicional é fundamentada em uma rede principiológica que evidencia a preocupação do legislador com a celeridade, a economia processual e a segurança jurídica. Estes princípios permeiam toda a atividade do Poder Judiciário brasileiro, contudo, apresentam-se como um verdadeiro desafio em um país onde a judicialização dos conflitos é a regra. Desta forma, o magistrado brasileiro depara-se com uma fila numerosa de processos esperando a sua atuação, o que acaba por tornar morosa a busca pela prestação jurisdicional. É sob esta égide que órgãos como o CNJ e os Tribunais Superiores vem utilizando e regulando a utilização de mecanismos de inteligência artificial que visam tornar mais célere e uniforme o exercício da jurisdição. Contudo, é necessário analisar até que ponto estas ferramentas podem ser utilizadas sem que representem uma afronta aos valores que permeiam o ordenamento jurídico brasileiro e às normas constitucionais.

(Metodologia) A metodologia utilizada será a qualitativa descritiva de modo a possibilitar uma análise mais subjetiva do tema abordado, contudo buscando descrever e analisar as tecnologias de inteligência artificial já amplamente atualizadas pelo Poder Judiciário.

(Resultados) Atualmente, o uso da inteligência artificial pelo Poder Judiciário encontra-se regulado pela Portaria nº 271 de 04 de dezembro de 2020 que visa a utilização para o processamento de dados, a automação de processos judiciais e administrativos e, inclusive, soluções de apoio à elaboração de atos judiciais em geral. O uso destas ferramentas, contudo, deve ser observado através do prisma constitucional. Desta forma, o cerne do exercício da magistratura que é o ato de julgar é constitucionalmente conferido a um cidadão, servidor público e devidamente investido no cargo, o dever de decidir não pode, portanto, ser delegado a um algoritmo que, por sua vez, apenas aplicará a vontade do legislador no caso concreto. A jurisprudência nasce do olhar jusnaturalista do julgador sobre o caso concreto sendo, portanto, a representação da dialética entre a letra fria da lei e a dinâmica mutável da sociedade. Por outro lado, o uso destas tecnologias para o exercício da economia e do impulso processual é válido e notoriamente eficaz haja visto os mecanismos já comumente utilizados pelo judiciário brasileiro. Com a pesquisa constatou-se a existência da tecnologia chamada Victória, utilizada pelo Supremo Tribunal Federal para avaliar os processos e agrupá-los por similaridade de temas o que reputa-se bastante útil, por exemplo, para o julgamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas.

(Conclusão) Portanto, a inteligência artificial demonstra ser uma excelente aliada de um Judiciário inflado e moroso de forma a possibilitar métodos que facilitem as atividades dos órgãos judiciais tornando-os mais céleres e produtivos. Contudo, a celeridade não pode justificar a transposição da Constituição Federal de forma que o seu uso deve ser limitado, em se tratando dos atos judiciais, aos que não tenham natureza jurídica de decisão. É dizer, à tecnologia não cabe julgar. Todavia, o tratamento de dados em massa propiciado por estas ferramentas pode ser utilizado para formar o convencimento do julgador. Deste modo, os limites a serem impostos ao uso da inteligência artificial são as balizas constitucionalmente estabelecidas pertinentes à atividade jurisdicional.

Palavras-chave: inteligência artificial; poder judiciário; princípios constitucionais.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: IMPACTOS E DESAFIOS

Autor(es):

Noberto Fernandes Da Silva Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Pedro Giorgio Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Victor Duarte Pinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lucas Gabriell Cruz de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Gabriel Andrade Mariz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Inteligência Artificial (IA) tem ganhado relevância no campo jurídico, apresentando-se como uma ferramenta capaz de otimizar processos, automatizar tarefas e auxiliar na tomada de decisões. Sua aplicação permite a análise eficiente de grandes volumes de dados e a execução de atividades repetitivas, como triagem de processos e elaboração de documentos. Ferramentas como o sistema Victor, utilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), demonstram que a IA pode contribuir para a redução da sobrecarga do sistema judicial. No entanto, a introdução da IA também levanta questões éticas e técnicas, especialmente sobre a possibilidade de replicação de preconceitos nos algoritmos, o que pode comprometer a justiça e a imparcialidade das decisões automatizadas. Este artigo busca analisar os impactos positivos e negativos da IA na prática jurídica e discutir como mitigar os riscos éticos, propondo soluções para uma aplicação responsável e justa dessa tecnologia.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem exploratória e analítica, dividida em três etapas: Revisão bibliográfica: Levantamento de conceitos relacionados à IA no direito e análise de estudos acadêmicos, relatórios institucionais e normativas que tratam do uso dessa tecnologia. Estudo de casos práticos: Adoção de exemplos como o sistema Victor do STF, que automatiza a triagem de recursos extraordinários, demonstrando as vantagens e limitações da IA. Análise crítica e discussão: Reflexão sobre os impactos éticos e práticos da IA, incluindo riscos de vieses, impacto no mercado de trabalho jurídico e propostas para regulamentação.

(Resultados) A aplicação da IA traz importantes benefícios para o campo jurídico, principalmente na otimização de processos e redução de custos operacionais. Ferramentas como o sistema Victor mostram como a automação pode agilizar julgamentos, permitindo que advogados e juízes se concentrem em questões mais estratégicas e complexas. Além disso, a IA contribui para ampliar o acesso à justiça, especialmente para populações em regiões mais remotas, ao reduzir o tempo de trâmite de processos. No entanto, a pesquisa também destaca riscos significativos. Como os algoritmos são treinados com dados históricos, há possibilidade de replicação de padrões discriminatórios nas decisões automatizadas, perpetuando desigualdades sociais já existentes. A automação também pode impactar o mercado de trabalho jurídico, reduzindo a demanda por profissionais em funções básicas, mas, por outro lado, cria oportunidades para especialistas em tecnologia jurídica e analistas de dados.

(Conclusão) A IA tem o potencial de transformar o sistema jurídico, tornando-o mais eficiente e acessível. No entanto, sua implementação precisa ser acompanhada por regulamentações claras que garantam a transparência e a correção de vieses. A tecnologia deve ser usada como uma ferramenta de apoio, e não como substituto para o julgamento humano, que continua essencial na aplicação da justiça. Investimentos em infraestrutura e capacitação de profissionais são fundamentais para garantir que os benefícios da IA sejam amplamente distribuídos e que novas desigualdades regionais não sejam criadas.

Palavras-chave: inteligência artificial; direito; ética; automação; acesso à justiça.

A INTERFERÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO LEGISLATIVO: DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Autor(es):

Tâmisa Talita de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição brasileira de 1988 preconiza diversos direitos fundamentais que devem ser garantidos aos cidadãos, bem como determina em seu texto, a Separação dos Poderes, pelo que consiste numa divisão de funções do poder, onde cada órgão desempenha uma função específica, para que não haja uma concentração de poder nas mãos de uma pessoa ou de um só órgão. Tal especificidade de funções se dão através dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto, recentemente, podemos verificar uma maior interferência do STF no poder Legislativo quanto a formulação e deliberação de questões que fogem de suas competências, de forma a tentar dirimir a descriminalização do aborto.

(Metodologia) A metodologia utilizada é a indutiva, descritiva e pesquisas bibliográficas, utilizando de normas Constitucionais, Infraconstitucionais e tratados. A Constituição Federal é bem clara quando dispõe que os poderes da república são independentes e harmônicos entre si, trazendo aos seus cidadãos garantias, sendo uma delas, o Direito à vida em seu art. 5º; o tratado internacional de São José da Costa Rica, estabelece que a vida do ser humano deverá ser preservada desde o zigoto, isto é, desde a sua concepção; o Código Penal dispõe sobre o crime do Aborto, cabendo a pena de reclusão que varia de 1 (um) a 10 (dez) anos, dependendo de como fora realizado o aborto, e até mesmo o Código Civil, garantindo direitos aos nascituros, desde a sua concepção.

(Resultados) Desta forma, o STF legislar sem ser esta a sua competência, ferindo princípios Constitucionais, bem como de pactos internacionais, coloca em decadência um princípio importante para a Democracia, afinal, a principal função do judiciário é assegurar a aplicação das leis que garantem a inviolabilidade dos direitos individuais e não as criar.

(Conclusão) O Estado como um órgão normativo-regulador deve agir de forma a respeitar o que está garantido em nossas leis. Atuando o STF de forma a interferir num poder que não lhe pertence, fere aquilo que deveria ser resguardado por seus Ministros. A vida é uma garantia que não deverá ser retirada por questões ideológicas vigentes. Afinal, o direito da mulher ser livre para tomadas de decisões que lhes couber, não deverá ser pressuposto para a interferência da vida de outro ser. Devemos reconhecer, portanto, a titularidade de direitos da personalidade e garantias individuais, dos quais o direito a vida é o mais importante. Desta forma, garantir direitos condicionados ao nascimento, só faz sentido se lhes forem garantidos, também, o direito de nascer, o direito à vida, que é pressuposto de todos os demais.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; separação de poderes; descriminalização do aborto.

**A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA E PANDEMIA E AS DIFICULDADES DO MEIO SOCIAL NO DIREITO CIVIL E CRIMINAL
COM A PERSPECTIVA DA SAÚDE**

Autor(es):

Eduardo Freire Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Arcanjo de Lima Aires Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Telles de Oliveira Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Guedes Lima Bahia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mateus Lima Couto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A priori, pode-se levar em consideração a abordagem quanto a legalização da maconha nas terras tupiniquins, trazendo aspectos sociais, saúde e âmbito jurídico quanto a correlação com a pandemia de COVID-19. Trazendo a dualidade cívica/criminal e seus devidos impasses, a Legalização não trata somente da questão jurídica, mas envolve o preconceito e estigmas sociais. O texto explora uma determinada evolução, que parte desde a lei 11.340/2006 até a sociedade vigente e sua conscientização acerca do uso medicinal da planta. Trazendo renomados da área, como Marco Antônio Bessa e Sivan Mauer que acabam por defender a regulamentação, enfatizando seus benefícios. Ademais, relaciona seus impactos na pandemia, relações civis, consequências econômicas e afins. Em síntese, pode-se destacar a necessidade de desconstruir preconceitos e a promoção de uma perspectiva informada quanto a legalização da maconha, levando em consideração a saúde, direitos civis/sociais e efeitos na pandemia, corroborando para o âmbito jurídico brasileiro.

(Metodologia) Pode-se levar em consideração, a presença de pesquisas bibliográficas, destacando a idealização e preconceito enraizados, além da análise de leis vigentes no Brasil, seus aspectos democráticos, criminais, civis e afins. Trazendo a dificuldade da conciliação com a ciência, fins e os estudos específicos dos artigos científicos.

(Resultados) Sob essa ótica, entende-se o impacto deferido quanto a legalização da maconha e seu devido uso, levando em consideração desde seus fins medicinais ao consumo próprio. Tendo em vista tal perspectiva, percebe-se a gama de contribuições da cannabis, apesar de ainda representar um imenso tabu para a sociedade vigente, entrando em relação com o direito civil e os momentos hostis da sociedade brasileira, a exemplo, a pandemia.

(Conclusão) Assim sendo, conclui-se, portanto, a presença de uma ampla perspectiva acerca do assunto, uma vez que, se faz possível compreensão de que a legalização da maconha está totalmente em conflito e tende a gerar impasses dentro do direito civil, quanto a legalização e controle de prescrição do produto para os devidos indivíduos, visando gerar um uso “seguro” e controlado. Além disso, entende-se acerca da resistência política e cultural, como reflexo do uso indevido da maconha. Desse modo, pode-se levar em consideração que entra em conflito a questão ética-moral e social, que acaba por promover uma abordagem e perspectiva que respeite a gama da saúde e atenda os preceitos da dignidade dos pacientes enquanto se faça presente, também, o equilíbrio quando as normas legais da sociedade vigente.

Palavras-chave: legalização; maconha; medicinal; civil; criminalista; direito.

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES NO COMBATE AO ABANDONO AFETIVO

Autor(es):

Carlos Leonardo Franceschini Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Juan Pablo Couto de Carvalho Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Marjan Bay: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanni Medeiros Pinto de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a legalização do divórcio, surgiram novas dinâmicas nos conflitos familiares, que frequentemente exigem uma abordagem mais colaborativa e pacífica. Nesse contexto, a mediação de conflitos familiares tornou-se uma ferramenta importante. A mediação permite que os cônjuges cheguem a acordos sobre questões como a guarda dos filhos, pensão alimentícia e divisão de bens de maneira mais amigável, evitando a adversidade típica de processos judiciais. Por meio da mediação, ambos os cônjuges dialogam de forma a expressar seus desejos e emoções no conflito, o que leva à possibilidade de reatar os laços familiares que antes foram afetados. Logo, é possível indicar que a mediação dos conflitos familiares não visa somente a possibilidade de se chegar a um acordo amistoso entre os cônjuges, mas também prioriza a saúde emocional da criança ou adolescente que foi vítima da separação dos pais.

(Metodologia) O resumo se utilizou de uma pesquisa bibliográfica com fontes virtuais, principalmente do gênero artigo. Os artigos, em sua maioria, foram encontrados na base de dados do google acadêmico.

(Resultados) Cabe destacar, inicialmente, que o trabalho analisou diversas pesquisas com o intuito de verificar a eficácia do uso da mediação em conflitos familiares. Uma delas foi a pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas (Nuesp), vinculado à Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), que mostrou que 90,53% dos conflitos familiares foram solucionados através da mediação e conciliação. Além disso, observou-se que os casos em que a mediação e a conciliação atuaram de maneira mais eficiente foram os de separações, guarda de filhos e questões patrimoniais. Por último, cabe analisar que, embora inicialmente as partes tenham demonstrado certa resistência em utilizar esses métodos autocompositivos para a resolução de conflitos familiares, o trabalho verificou que elas ficaram satisfeitas, pois houve uma redução do tempo gasto. Visto que, se as partes esperassem a resolução do conflito através da decisão do judiciário transitada em julgado, gastariam muito mais tempo. Outro ponto importante foi a redução dos custos, pois, em um processo, as partes gastam um valor alto e tiveram uma maior autonomia no processo de tomada de decisão, resultando em satisfação com a solução acordada.

(Conclusão) A análise realizada neste trabalho demonstra de forma contundente a eficácia da mediação de conflitos familiares como uma alternativa viável e benéfica frente à tradicional adversidade dos processos judiciais. A legalização do divórcio trouxe à tona a necessidade de novos métodos para lidar com as complexas dinâmicas familiares que emergem em situações de separação. A mediação, ao promover um ambiente colaborativo e respeitoso, não apenas facilita a resolução de questões práticas, como a guarda dos filhos e a divisão de bens, mas também prioriza a saúde emocional de todos os envolvidos, especialmente das crianças e adolescentes, que são frequentemente os mais afetados por essas situações. Os dados coletados, como os da pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas (Nuesp), evidenciam que uma porcentagem significativa de conflitos familiares é resolvida de maneira satisfatória através da mediação. A resistência inicial dos cônjuges em adotar métodos autocompositivos se revela superada pela satisfação resultante de um processo mais ágil e menos oneroso.

Palavras-chave: divórcio; abandono afetivo; mediação; conciliação.

A MEDIAÇÃO NA ESFERA DO DIREITO PENAL: VANTAGENS E FRONTEIRAS

Autor(es):

Anna Laura de Araújo Cândido: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Larissa Oliveira Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Julia Elizabeth Diogenes Florencio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mediação criminal se apresenta como uma alternativa promissora ao sistema de justiça criminal brasileiro, permitindo que o acusado e a vítima encontrem um terreno comum e estabeleçam um compromisso mútuo. Essa abordagem visa pacificar as partes envolvidas e facilitar a resolução de conflitos, focando na reparação de danos e no tratamento de questões subjacentes. Diferentemente dos métodos punitivos tradicionais, a mediação visa restabelecer as relações sociais e alcançar uma resolução conjunta, que inclua não apenas a compensação de perdas, mas também a restauração dos laços sociais e o encerramento definitivo do conflito entre o réu e a vítima.

(Metodologia) Para a construção teórica deste estudo, utilizou-se a análise bibliográfica de pesquisas e artigos acadêmicos disponíveis em plataformas como o Google Acadêmico. Essa abordagem possibilitou a reunião de informações relevantes sobre o tema, abrangendo estudos de caso e reflexões teóricas relacionadas à prática da mediação criminal. A análise de fontes secundárias proporcionou uma visão abrangente do papel da mediação no Direito Penal, destacando as tendências e o embasamento legal desse método no Brasil, incluindo leis específicas que sustentam a prática nos Juizados Especiais Criminais.

(Resultados) A investigação revelou que a utilização da mediação em casos de delitos menores tem crescido, especialmente em crimes de menor potencial ofensivo, conforme previsto na Lei nº 9.099/1995, que criou os Juizados Especiais Criminais e incentiva métodos alternativos de resolução de conflitos. Observou-se que a mediação contribui para a diminuição do número de processos penais e, conseqüentemente, para a redução da sobrecarga do sistema judiciário. A aplicação dessa abordagem em delitos que envolvem reparação de danos mostrou-se eficaz na resolução dos conflitos, promovendo não só uma solução para as questões legais, mas também um impacto positivo na vida das partes envolvidas. Entretanto, o estudo indicou que a aceitação da mediação depende fortemente da cultura, das emoções e da confiança da população no sistema judicial. Muitas pessoas ainda preferem métodos tradicionais de punição, o que limita o alcance e a eficácia da mediação em determinados contextos.

(Conclusão) Conclui-se que, embora a mediação criminal apresente várias vantagens, especialmente ao proporcionar um espaço de diálogo para tratar sentimentos como raiva e mágoa, sua aplicação ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a resistência cultural, particularmente em crimes mais graves, onde tanto vítimas quanto infratores mostram-se reticentes em aceitar processos de resolução de conflitos baseados no diálogo e na reparação. Esses desafios evidenciam a necessidade de aumentar os esforços em educação e conscientização, além de fortalecer o apoio institucional a essa prática. Com investimentos nesses aspectos, é possível expandir e legitimar a mediação como uma ferramenta de justiça criminal efetiva e humanizada no contexto brasileiro, contribuindo para um sistema jurídico que valoriza tanto a reparação quanto a justiça restaurativa.

Palavras-chave: mediação penal; sistema judiciário; resolução de conflitos.

A MORTE DE JORNALISTAS NO CONFLITO DE ISRAEL EM GAZA E A CONVENÇÃO DE GENEBRA

Autor(es):

Luiza Abrantes Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ariel Costa Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho visa expor ataques a jornalistas nas áreas ocupadas por Israel no território palestino de Gaza durante o conflito de Israel em Gaza, faixa situada no território palestino, durante o período de um ano. Os jornalistas que exercem sua profissão em áreas de conflitos armados são protegidos pelo artigo 4 da Terceira Convenção de Genebra, e o artigo 79 do Protocolo Adicional I, em razão de sua exposição aos perigos iminentes das operações militares, serem vítimas de censura, abusos e ameaças, consequentes da natureza do ofício. O referido artigo 4 e 79 do Protocolo Adicional I da Terceira Convenção de Genebra constata que os jornalistas são protegidos, e devem se abster de todo ato que afete a sua condição de pessoa civil, possuindo uma carteira de identidade que contribui para assegurar sua proteção.

(Metodologia) A pesquisa norteia-se na análise de dados computados pela Organização Não Governamental Repórteres sem Fronteiras no território de Gaza, em junção com os relatos e matérias jornalísticas do veículo Al Jazeera, bem como o artigo 4 da Terceira Convenção de Genebra, e o artigo 79 do Protocolo Adicional I. Consiste em um estudo de cunho jurídico, buscando compreender a situação atípica que ocorre durante o conflito em questão.

(Resultados) Os números obtidos ocorreram crescentemente desde os atentados feitos pelo Hamas ao Estado de Israel no dia 7 de outubro de 2023. Estima-se que foram cerca de 175 jornalistas mortos pelas Forças Israelenses em um ano de conflito, e que, dentre os números, haviam pelo menos 100 palestinos, 3 libaneses e 4 israelenses com suas nacionalidades confirmadas. Do número total de jornalistas mortos, foram contabilizados 32 que estavam em pleno exercício da profissão, sendo esse considerado o período mais perigoso para jornalistas em Gaza, segundo o jornal árabe Al Jazeera. Consoante o referido jornal, as mortes, ataques e perseguições a jornalistas atreladas ao corte da eletricidade e internet em Gaza por Israel ocasionaram um ?blackout? midiático, dificultando a cobertura do conflito e a difusão de informações. A Organização Repórteres Sem Fronteiras apresentou sua quarta denúncia ao Tribunal Penal Internacional pelos crimes de guerra cometidos em Gaza contra jornalistas pelo exército israelense, assim, os fatos foram incluídos na investigação sobre a Palestina.

(Conclusão) Entre as conclusões obtidas mediante análise dos dados, destaca-se o descumprimento do Estado de Israel à Convenção de Genebra, e, por consequência, às normas imperativas de Jus Cogens. Portanto, também é importante destacar que o número desproporcional das mortes de jornalistas sugere uma alternativa de controle dos meios de comunicação que inibe a liberdade de imprensa e manipula uma realidade da perspectiva dos telespectadores. Em razão disso, as potências possuem o dever de garantir a segurança desses trabalhadores, principalmente em áreas de conflito armado, como previsto na Terceira Convenção de Genebra: admitindo o trabalho jornalístico como uma fonte protegida a qual deve ser vista de forma análoga à proteção dos civis; sendo assim, se enquadrando no rol de direitos o qual o Artigo 51 da convenção. Entende-se, então, o número incomum de mortes de jornalistas como crime de guerra cometido pelo Estado de Israel.

Palavras-chave: direito internacional; jornalistas, Palestina; Israel; Convenção de Genebra.

A NEGLIGÊNCIA DOS DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DE COLONIALISMO MODERNO

Autor(es):

Giovanna Couto Farkat: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Celina Pereira de Araujo Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com as transformações sociais num processo de desenvolvimento no Brasil, o grupo minoritário dos povos nativos, ao invés de sofrer os efeitos de decolonialidade, permaneceram em um processo estático. Nessa perspectiva, a necessidade de reivindicar esses direitos felizmente foi incorporada pela ideia do Frade Francisco de Vitória e perpetuada por Bartolomeu de Las Casas, que se inspiraram no pensamento tomista. Contudo, mesmo com autoridades se voltando contra o sistema, a sociedade brasileira conseguiu permanecer com práticas altamente destruidoras que geraram diversas lacunas para a vida digna desse grupo minoritário. Assim, a presente pesquisa visa demonstrar os reflexos sociais envolvidos contra os povos originários por meio de uma análise bibliográfica e científica, explicando-a e apontando suas consequências históricas.

(Metodologia) Na pesquisa em questão, fez-se necessário a utilização de um método qualitativo, visando compreender um fenômeno de forma profunda por meio de análises que procuram responder a razão de uma pergunta, envolvendo um raciocínio dedutivo e dialético, partindo de interpretações e teses existentes que corroboram em direção de uma nova interpretação. Além disso, o método de pesquisa exploratória foi utilizado com estudos de dados, apresentando um levantamento de informações reiteradas por documentos históricos especializados, bem como o estudo bibliográfico para a exemplificação literária e a aproximação do leitor com os pilares que contribuíram para a negligência jurídica dos nativos desde o período colonial.

(Resultados) A negligência de direitos dos povos indígenas é um tema complexo e interdisciplinar que engloba uma problematização que tem que ser discutida além do passado. Assim é nítido notar que para a população ainda não ficou claro que tais povos minoritários são merecedores e usufruidores do elemento do direito tanto quanto qualquer um. O resultado que foi percebido após a pesquisa, a escrita e as discussões temáticas se baseiam em um reconhecimento lógico do jusnaturalismo com relação a pergunta: “Por que os povos originários são merecedores de direitos em meio ao eurocentrismo?”, e a resposta é direta: porque eles são humanos, assim como os europeus, e por isso, dispõem dos direitos que regem regulando as relações entre a humanidade. A sociedade internacional resulta da sociabilidade natural do homem, de alcance universal completo, e não de um “universalismo europeu” que se contradiz na própria nomenclatura. Seu vínculo é o jus gentium, que Vitória concebe como um direito universal da humanidade, e a originalidade de sua doutrina tem sua aplicação no problema da legitimidade da ocupação da América.

(Conclusão) Concluiu-se, que Bartolomeu de Las Casas por intermédio do pensamento de Vitória, desfaz os argumentos apresentados pelos reis e pelos teólogos antigos e a própria composição social moderna que permanece retrógrada para ocupar e manter as novas terras, refletindo no problema apontado no garimpo atualmente, e mostra como a difusão do modelo eurocêntrico não justificaria a conquista de povos e sua denominação de condição inferior. O grande paradigma do universalismo universal, se ele realmente funcionasse, é que não é de fato um universalismo, porque não tenta padronizar e juntar uma forma de convivência, e sim, aceitar as pluralidades. O que é percebido, é uma inversão histórica de teorização sobre os códigos morais do sistema mundo. Hoje, não é mais legítimo intervir para a propagação de valores dominantes, mas os indivíduos de força têm proclamado a legitimidade da intervenção, porém, como forma de disfarce de interesses. Logo, a negação dos direitos autóctones é também a negação do direito natural dos povos, e até que ponto a sociedade começará a perceber os efeitos desse colonialismo moderno?

Palavras-chave: direito natural; direitos humanos; Francisco de Vitória; povos originários; colonialismo moderno.

A PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA À INTEGRIDADE FÍSICA PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB PRETEXTO DE CORREÇÃO TRADICIONAL: VIOLANDO O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Autor(es):

José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência contra crianças e adolescentes, disfarçada de correção tradicional, é uma questão histórica, pois trata-se de uma prática contínua na sociedade. Vista, sob uma percepção social, como uma forma de educar e moldar a criança e adolescente. Essa violência, muitas vezes, se manifesta por meio da violência à integridade física. Trata-se de uma realidade complexa, que necessita de conscientização e políticas de enfrentamento. O presente resumo busca compreender a percepção da sociedade em relação às violações de direitos, bem como as recentes decisões dos Tribunais Superiores que reiteram a proteção integral prevista na Constituição de 1988.

(Metodologia) A presente pesquisa será conduzida através de metodologias qualitativas, especialmente, a revisão de literatura, pela qual serão analisadas interpretações, como livros, artigos científicos, legislação e jurisprudência pelos Tribunais Superiores. Por meio deste método, foi possível realizar uma ampla revisão sobre o tema e ter uma compreensão melhor a respeito da proteção integral e das recentes decisões dos Tribunais Superiores.

(Resultados) A proteção de crianças e adolescentes é um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro, ventilado pela Constituição Federal de 1988, bem como disciplinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Após uma evolução histórica legislativa e jurisprudencial é fundamental compreender que as Constituições anteriores à Constituição Federal de 1988 denotava negligência com relação às crianças, pois as mesmas não eram consideradas sujeitos de direitos, realidade que foi alterada após a Constituição de 1988. Com o advento da Constituição, a proteção às crianças e adolescentes tornou-se prioridade, buscando assegurar a dignidade e o direito desses grupos com mudanças significativas no ordenamento jurídico brasileiro, as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos tendo a proteção integral por parte do Estado e da sociedade.

(Conclusão) O presente estudo revela uma realidade importante para a formulação de políticas públicas e intervenções direcionadas à prevenção e combate à essas violações. É importante destacar a evolução dos direitos de crianças e adolescentes após o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA). Crianças e adolescentes na Constituição Federal de 1988 e no ECA, passaram a ser sujeitos de direitos. O pátrio poder do Código Civil de 1916 se transforma em poder familiar no Código Civil de 2002 e, desde então, a legislação de proteção aos direitos de crianças e adolescentes vem evoluindo. Além disso, decisões dos Tribunais Superiores tem sido efetiva nessa proteção. O Superior Tribunal (STJ), em julgamento do Recurso Especial (Resp) nº 1234976 reforçou a promoção de direitos, afirmando que “desferir golpes com cinto ou cintadas não pode ser considerado ato socialmente aceitável, mesmo quando realizado pelos pais sob o pretexto de correção tradicional, pois o legislador pátrio optou por proteger a vida e a integridade física e psíquica de crianças e adolescentes” (Resp 1234976). Portanto, promover uma mudança através de políticas de combate e enfrentamento sensibilizando a sociedade sobre os danos causados pela agressão física, bem como conscientizando acerca da importância de assegurar os direitos de crianças e adolescentes é um dever da sociedade para mitigar as violações de direitos e promover o bem-estar das crianças e adolescentes e a evolução social.

Palavras-chave: adolescente; agressão; criança; Constituição Federal; poder familiar.

A PROBLEMÁTICA ACERCA DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL

Autor(es):

João Dehon Brito Barros Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Linhares Barreto Satatas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tiago Cosme Pereira de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Gabriel Pacheco de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa realizada busca analisar a problemática do sistema carcerário no Brasil, um tema que gera intensa discussão no âmbito político e que se apresenta como um problema persistente em nosso país, visto que a população carcerária só cresce nos últimos anos. É fundamental que se pense em uma solução urgente para essa questão. Analisando o contexto social e político e trazendo uma visão crítica ao Estado, identificamos os principais problemas ligados a esse tema: a carência de investimentos no setor carcerário, a falta de execução adequada dos poucos recursos disponíveis e a superlotação nos presídios. Nesse cenário, a escassez de vagas nos estabelecimentos prisionais está também ligada ao aumento da criminalidade e da insegurança no país. Os presos não têm condições favoráveis de ressocialização, permanecendo sujeitos à segregação. Essa situação é, em grande parte, resultado da falta de investimentos do poder público nesse setor. Além disso, a ausência de investimento adequado compromete a segurança e a infraestrutura dos cárceres e presídios espalhados pelo país, dificultando a contenção de eventuais revoltas e conflitos nos estabelecimentos prisionais, que, em alguns casos, podem se alastrar para as áreas ao redor.

(Metodologia) Este estudo utilizou uma abordagem de revisão bibliográfica com o objetivo de investigar o sistema carcerário no Brasil. A metodologia consistiu na leitura e análise crítica de artigos científicos e publicações relevantes ao tema. Foram selecionados materiais que abordam diferentes aspectos do sistema prisional, tais como sua estrutura, políticas públicas, desafios e propostas de reforma. A escolha dos artigos foi baseada em critérios como a relevância do conteúdo, a atualidade das publicações e o reconhecimento acadêmico das fontes. A partir da leitura, foi possível identificar tendências, problemas recorrentes e possíveis soluções discutidas na literatura.

(Resultados) A interconexão entre a precariedade do sistema prisional e o aumento da criminalidade na sociedade cria um ciclo vicioso de violência. A falta de infraestrutura e vagas nos presídios resulta na criação de ambientes ainda mais violentos e desumanos. Esses ambientes, por sua vez, produzem indivíduos mais propensos a reincidir no crime, perpetuando um círculo de descontrole que reflete diretamente nas ruas. Esse fenômeno não apenas agrava a criminalidade, mas também mina a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública. Para romper esse ciclo, é fundamental que o Brasil invista em políticas que ampliem a capacidade dos presídios, aliadas a programas de ressocialização que visem à reintegração social dos detentos. Enquanto a sociedade e o Estado negligenciarem esses aspectos, o aumento da violência e da criminalidade continuará sendo uma consequência direta da ineficiência do sistema prisional.

(Conclusão) Conclui-se que o sistema prisional brasileiro necessita de transformações profundas, não apenas no aspecto físico das penitenciárias, mas também nas políticas que incentivem a ressocialização e a redução da reincidência criminal. As discussões presentes na literatura reforçam a urgência dessas mudanças, especialmente considerando o impacto social e econômico gerado por um sistema carcerário ineficaz. A partir desta análise, sugere-se a ampliação do debate público sobre a questão prisional, com a inclusão de novas perspectivas e ações concretas para uma reforma estrutural.

Palavras-chave: prisão; sistema carcerário; criminalidade.

**A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: ANÁLISE TEÓRICA E EMPÍRICA DO PUNITIVISMO NO SISTEMA PENAL
BRASILEIRO**

Autor(es):

Gabriela Vitoria do Nascimento Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo explora o debate em torno da redução da maioridade penal no Brasil, abordando suas implicações jurídicas, sociais e psicológicas. O objetivo é analisar, com base em estudos teóricos e empíricos, as consequências dessa política e a questão do punitivismo no sistema de justiça juvenil.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise de cinco artigos acadêmicos sobre a maioridade penal, criminalidade juvenil e punitivismo. Selecionei esses artigos em bases como SciELO e fiz uma análise comparativa, contrastando diferentes visões teóricas e empíricas. A pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo, focada em entender as implicações da redução da maioridade penal sem realizar coleta de dados primários.

(Resultados) Os resultados da pesquisa indicam que a redução da maioridade penal não é eficaz para combater a criminalidade juvenil no Brasil. Políticas preventivas são mais eficazes do que a mera redução da maioridade penal. Investimentos em educação e condições socioeconômicas dos jovens são essenciais. O aumento do punitivismo não resultou na diminuição da violência. O encarceramento juvenil agrava a marginalização e dificulta a reintegração social. A redução da maioridade penal em outros países apresentou resultados inconsistentes e pode aumentar a reincidência. Esses resultados reforçam a necessidade de focar em medidas sociais e educativas ao invés de simplesmente reduzir a idade penal.

(Conclusão) A discussão sobre a redução da maioridade penal no Brasil revela-se complexa e multifacetada, envolvendo aspectos jurídicos, sociais e psicológicos. Este artigo buscou analisar as implicações dessa política à luz de diversos estudos teóricos e empíricos, com o objetivo de compreender se a redução da idade penal seria uma solução eficaz para a criminalidade juvenil. Os resultados obtidos indicam claramente que a simples redução da maioridade penal não apresenta eficácia na diminuição da criminalidade entre jovens. Os autores analisados concordam que o foco deve ser nas políticas preventivas, como a melhoria da educação e das condições socioeconômicas dos jovens, que são fundamentais para abordar as causas estruturais da criminalidade. Além disso, o fenômeno do punitivismo no sistema de justiça juvenil, que tem se intensificado, não se traduziu em uma redução efetiva da violência. Ao contrário, o encarceramento juvenil tem perpetuado a marginalização e dificultado a reintegração social dos jovens, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais humanizada e menos punitiva. Diante dessas constatações, é imperativo que o debate sobre a maioridade penal seja conduzido de maneira responsável e informada, levando em consideração as condições socioeconômicas dos jovens e as reais necessidades da juventude em situação de vulnerabilidade. Problemas como a reincidência e a superlotação do sistema prisional requerem soluções que vão além do aumento das punições. Investir em educação, em programas de inclusão social e em políticas de reintegração é crucial para enfrentar os desafios da criminalidade juvenil e promover uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, conclui-se que, para efetivamente reduzir a violência entre jovens, é necessário um comprometimento com políticas públicas que priorizem a educação e a inclusão social, em vez de medidas punitivas que apenas agravam os problemas existentes.

Palavras-chave: maioridade penal; punitivismo; políticas preventivas.

A RELAÇÃO DO DIREITO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(es):

Gabriel Gomes Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Igor Fernando Saraiva da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lucas Bezerra Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Inteligência Artificial (IA) é uma área da ciência da computação que busca desenvolver sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, como reconhecimento de fala, tomada de decisões e resolução de problemas complexos. No contexto jurídico, a IA tem sido utilizada para automatizar processos, aumentar a eficiência e fornecer suporte na tomada de decisões. Com o avanço acelerado dessas tecnologias, surgem novos desafios para o Direito, como a definição de responsabilidades em casos envolvendo IA, a proteção de direitos fundamentais, especialmente no que tange à privacidade e proteção de dados, e a necessidade de regulamentação específica para o desenvolvimento e uso dessas ferramentas. O presente artigo busca analisar a relação entre Direito e Inteligência Artificial, explorando os desafios jurídicos e as possíveis soluções regulatórias. A questão da responsabilidade jurídica é um dos principais desafios no campo da IA. Atualmente, o Direito enfrenta dificuldades em atribuir responsabilidades em casos que envolvem sistemas de IA, principalmente em situações em que esses sistemas atuam de maneira autônoma. A responsabilidade civil por danos causados por IA é uma questão central. No modelo tradicional, a responsabilidade por danos é atribuída a um agente humano ou entidade jurídica. No entanto, quando um sistema de IA, que opera de forma autônoma, causa danos a terceiros, surge a questão de quem deve ser responsabilizado. Existem três principais possibilidades: o desenvolvedor do sistema, o proprietário do sistema ou o próprio sistema.

(Metodologia) A metodologia empregada neste artigo consiste em leitura bibliográfica e pesquisa em revistas científicas para a concretização do conhecimento adquirido, selecionando assim os tópicos mais relevantes tendo em vista um futuro muito próximo.

(Resultados) A IA é uma valiosa ferramenta em desenvolvimento não só no âmbito jurídico mas em diversas áreas, entretanto seu uso deve ser limitado em alguns aspectos visando uma maior segurança judicial em vigor a um julgamento justo e uma melhor regulamentação da IA.

(Conclusão) A Inteligência Artificial tem o potencial de transformar significativamente o Direito, tanto em termos de eficiência quanto de desafios jurídicos. Para que a IA possa ser amplamente adotada de maneira segura e eficiente, é necessário um alicerce jurídico que trate de questões como responsabilidade, privacidade e ética. Embora a regulação da IA ainda esteja em estágio inicial no Brasil, é fundamental que o legislador antecipe os impactos dessas tecnologias e crie mecanismos legais para garantir a proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave:: inteligência artificial; direito; responsabilidade civil; proteção de dados; regulação.

A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO E O ASSÉDIO SEXUAL

Autor(es):

Maria Cecília Campos Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa visa desenvolver um estudo acerca da rescisão indireta do contrato de trabalho que está presente no artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho. Essa forma de rescisão contratual trabalhista ocorre devido a uma decisão e iniciativa do empregado de realizar o término do contrato, por motivos do mesmo não querer continuar mais exercendo atividades laborativas no local, pois o empregador vem cometendo faltas graves em relação ao empregado, como exemplo tem-se o assédio sexual. Ademais, é necessário conhecer sobre o instituto do contrato de trabalho e suas particularidades, além dos métodos de rescisão contratual, para se ter conhecimentos acerca desse assunto importante, que deve ser de conhecimento de todos os profissionais celetistas.

(Metodologia) Para a realização, foi utilizado o método de pesquisa quantitativa, dogmática, com base em análises jurisprudenciais do TST, TRT, artigos científicos, doutrinas trabalhistas e referência bibliográficas, para que através da orientação e conteúdo dos materiais, exista a possibilidade de abordar, explicar e desenvolver o assunto em questão.

(Resultados) Inicialmente, existe a necessidade de saber o que é um contrato de trabalho, nessa perspectiva conclui-se que o contrato de trabalho é um pacto do direito privado, que seguem requisitos, e a partir deles se têm a eficácia e validade do documento contratual, sendo necessário existir uma relação de emprego. O contrato de trabalho pode ser encerrado por diversos motivos, existindo formas de classificar os tipos de finalizações contratuais. A rescisão indireta do contrato de trabalho é uma forma "anormal", ou seja, ela é encerrada antes do tempo previsto, por razão do descumprimento grave e reiterado das obrigações do empregador para com o empregado. Essas faltas graves que ensejam o instituto da rescisão indireta estão dispostas no art. 483 da CLT. Com isso, temos o assédio sexual, como um dos motivos da dispensa por intermédio da rescisão indireta do contrato de trabalho, que consiste no constrangimento de alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo sua condição de superior hierárquico no exercício do emprego, cargo ou função.

(Conclusão) Pelo exposto, conclui-se que a rescisão indireta do trabalho é um meio garantidor da extinção do vínculo empregatício entre empregado e empregador através da CLT. Esse meio de término de contrato é uma importante ferramenta para a proteção dos direitos trabalhistas no Brasil e se dá mediante de uma ação judicial proposta pelo empregado que tenha sido vítima de uma falta grave, cometida pelo empregador, a qual coloque em risco sua integridade e saúde física ou moral, por exemplo o assédio sexual.

Palavras-chave: rescisão indireta; assédio sexual; contrato de trabalho; direitos fundamentais.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS “INFLUENCERS”: UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DO IMPACTO DA PUBLICIDADE ABUSIVA NA ERA DIGITAL

Autor(es):

Amanda Lima Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa almeja realizar uma análise sobre a responsabilidade civil imputada aos influenciadores digitais no século XXI, uma vez que as redes sociais e plataformas digitais se tornaram um ambiente fundamental para o marketing e a publicidade. Nesse contexto, tem-se que os influencers representam figuras cruciais na promoção de produtos e serviços nos últimos anos, através de plataformas como Instagram, Twitter e Youtube, nas quais exercem demasiada influência sobre um determinado público. No entanto, entende-se que tais práticas de marketing muitas vezes enganam e manipulam as pessoas que as consomem, causando-lhes prejuízo financeiro e instabilidade mental.

(Metodologia) A metodologia utilizada nesta pesquisa será a de análise baseada em documentos quantitativos e documentais, bem como a apreciação jurídica e comparativa, a fim de aferir os Códigos e entendimentos jurídicos que regem as situações relacionadas à publicidade abusiva no âmbito digital, na busca pela identificação de abordagens eficazes na responsabilização dos influenciadores em decorrência da mesma.

(Resultados) Assim, a pesquisa pretende demonstrar, no que diz respeito ao controle da publicidade digital, a comparação entre os respectivos códigos que regulam a transação de consumo existente entre os influenciadores e seus seguidores, a qual se dá por meio do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), e como se relacionam perante o posicionamento dos tribunais acerca da questão.

(Conclusão) Destarte, conclui-se, com base na ideia central da pesquisa, que é evidente a importância de se haver a responsabilização dos influencers em casos como o mencionado, visto que reproduzem o papel de fornecedores equiparados, induzindo as pessoas, muitas vezes, de maneira abusiva, ao consumo, bem como a necessidade de implementação da publicidade digital no Código, com a finalidade de atualizá-lo, evitando, assim, a reprodução do conteúdo patrocinado enganoso, bem como os danos causados pela desinformação, que muitas vezes é gerada pelo marketing feito pelos influenciadores nas redes sociais.

Palavras-chave: influenciadores digitais; publicidade; responsabilidade civil.

A USUCAPIBILIDADE ENTRE CONDÔMINOS EM REGIME DE MULTIPROPRIEDADE FRENTE ÀS LACUNAS LEGISLATIVAS

Autor(es):

Guilherme Bertoldo Santos Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A multipropriedade é um instituto relativamente novo no Direito Civil brasileiro destinado a viabilizar a aquisição compartilhada de bens imóveis. Também conhecido como time-sharing ou propriedade compartilhada, esse tipo de imóvel ganhou destaque nos últimos anos, especialmente no mercado de viagens e lazer. A ideia da propriedade múltipla é permitir que várias pessoas sejam proprietárias de um mesmo imóvel, cada uma com o direito de usá-lo por um período pré-determinado. Apesar de ter sua aplicação já consolidada em outros países desde a década de 1960, só vem a ser disciplinado na legislação pátria em 2018, com o advento da lei 13.777/18. Devido à sua tenra idade e sua carência de jurisprudências nas cortes superiores, coube à doutrina a árdua tarefa de sanar as omissões deixadas pelo Legislativo, especialmente, no que tange à possibilidade de realização de usucapião entre condôminos em multipropriedade.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho em epígrafe consistiu na análise bibliográfica, estudando, assim, a literatura existente sobre o condomínio em multipropriedade de forma suplementar ao entendimento da legislação vigente. A compreensão do material ora estudado fora realizada de maneira qualitativa a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados.

(Resultados) Embora as modificações trazidas pela lei 13.777/18 esclareçam algumas obscuridades inerentes aos direitos e deveres dos multiproprietários, percebe-se que a legislação é omissa relativamente à possibilidade de usucapião dentro desse regime de condomínio, uma vez que não esclarece o que ocorrerá em eventuais hipóteses de esbulho de um coproprietário em relação ao outro, tampouco se essa nova situação configurará posse ad usucapionem. Assim, começam as divergências doutrinárias acerca do tema, notando-se uma corrente minoritária defensora da impossibilidade de usucapião em multipropriedade e uma majoritária que versa o contrário. No que diz respeito à primeira, esta advém de uma interpretação guiada pelo Código; assim, baseia-se no fato de que em algum momento do ano o próprio esbulhador é o legítimo proprietário daquela fração de tempo, o que faz com que a posse ad usucapionem não seja contínua, desobedecendo, pois, os requisitos legais. Afirma, também, que a posse, nesse caso, seria precária, o que, de uma interpretação restritiva do artigo 1.208 do CC, impossibilitaria a sua transmutação. Todavia, a doutrina majoritária se apoia no argumento relativo ao princípio da função social da propriedade, já que, se o esbulho praticado por um dos coproprietários viesse a dar uma destinação socioeconômica ao imóvel, alguns dos critérios para a prescrição aquisitiva poderiam ser relativizados face à natureza singular do exercício da posse no condomínio em multipropriedade.

(Conclusão) Em que pese a carência jurisprudencial da temática, é necessário tomar alguns cuidados ao abordar um tema tão peculiar como esse. Nesse sentido, entende-se que a corrente que versa sobre a possibilidade de usucapião entre coproprietários em regime de multipropriedade seria a mais adequada, tendo em vista que promove uma visão mais condizente com o espírito do Código Civil. Isso porque se fundamenta na fusão entre a Teoria Objetiva de Ihering e algumas teorias sociológicas, permitindo uma análise mais personalizada de cada caso concreto. Assim, ressalta-se que essa doutrina não prevê uma sobreposição de um princípio sob a lei, apenas busca atingir a função social da propriedade ao flexibilizar critérios em uma situação jurídica atípica, excepcional.

Palavras-chave: direitos reais; multipropriedade; time-sharing; Código Civil; Lei n.º 13.777/2018.

A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO AUXÍLIO ÀS MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Rafael Lemos Doratiotto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Júlia Vasconcelos Iglesias dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carlos Eduardo Lima da Luz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Tomaz Antunes Brandao: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Bezerra Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crescimento do uso da tecnologia no direito brasileiro tem gerado debates sobre a possibilidade da aplicação da inteligência artificial nas formas alternativas de resolução de conflitos, mediação e conciliação. Este resumo tem como objetivo estudar como a inteligência artificial pode melhorar esses procedimentos extrajudiciais de autocomposição, promovendo celeridade e eficiência na solução de conflitos. A pesquisa levanta a seguinte questão: de que forma a inteligência artificial pode ser implementada nesses métodos sem interferir na autonomia das partes?

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem de ampla exploração, usufruindo das diretrizes do direito brasileiro, em Códigos, como o Código de Processo Civil, além de leis, como a lei da Mediação, dentre outras. Além disso, estudos de caso sobre a aplicação de inteligência artificial nos contextos de mediação e conciliação. Também utilizamos plataformas que já utilizam IAs para realizar essas mediações e conciliações, sendo comparadas com aquelas realizadas pelos humanos, como tradicionalmente são feitas.

(Resultados) A utilização da inteligência artificial nos casos de mediação e conciliação tem um indiscutível potencial para melhorar a eficácia desses processos. Com o uso de IA, tarefas repetitivas do dia a dia, como a análise de documentação, a formação de relatórios e a análise inicial de casos, podem ser realizadas automaticamente. Dessa forma permitindo que os especialistas em mediação possam dedicar mais tempo a questões mais complicadas, que demandam maior nível de atenção como a procura para resolução de conflitos por meio das técnicas de comunicação, o que tende a melhorar a qualidade e a quantidade de pacificação de conflitos. Porém, mesmo com os inúmeros benefícios, ainda existem problemas sem solução, como a necessidade de garantir a demonstração de seu uso e que o mesmo seja feito sem distinção de lados, para que, dessa forma, não haja mudança nos resultados e se possa garantir a confiança dos envolvidos. Observa-se também a necessidade de garantir a segurança das informações obtidas, a fim de preservar a confidencialidade durante o processo de mediação e conciliação, adequando-se à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

(Conclusão) Conclui-se que a utilização da IA no aprimoramento às mediações e conciliações pode representar um avanço significativo na forma como a justiça é aplicada na contemporaneidade, principalmente no aumento da celeridade e na diminuição das custas processuais. Entretanto, é essencial o desenvolvimento de uma regulamentação clara que assegure a ética e a autonomia das partes, bem como a transparência do uso de IA e a proteção de dados pessoais. Sendo assim, é necessário realizar maiores estudos no futuro, com o objetivo de implementar diretrizes para o uso responsável de IA nesse campo.

Palavras-chave: inteligência artificial; mediação; conciliação; resolução de conflitos; direito brasileiro.

A VIABILIDADE DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM AS PROPOSTAS PELA OIT

Autor(es):

Alicia Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Morgana Heloisa Noronha Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Débora Taise Oliveira de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Soares de Menezes Cortes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o progresso social e econômico, surgem debates sobre o que significa garantir uma vida digna, sendo um dos principais pontos a jornada de trabalho e seu impacto na saúde dos trabalhadores. A rotina de trabalho atual é questionada, sobretudo sobre sua capacidade de promover saúde física, mental e social. O trabalho, essencial para a sobrevivência e integração na sociedade, vem sendo criticado, já que jornadas extenuantes sem tempo adequado para descanso mental afetam negativamente a qualidade de vida dos trabalhadores, especialmente no Brasil.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental de resoluções da OIT, OMS e estudos bibliográficos que discutem a saúde ocupacional e condições de trabalho. O método indutivo é utilizado para interpretar os dados e examinar como a redução da jornada de trabalho pode ser uma solução viável no Brasil, à luz das experiências de outros países e diretrizes de organismos internacionais.

(Resultados) A pressão por produtividade exagerada, reforçada pelo ideal de sucesso nas redes sociais, tem gerado um aumento de profissionais esgotados e desmotivados em várias partes do mundo. No Japão, a expressão “karoshi”, que significa “morte por excesso de trabalho”, ilustra os riscos dessa busca constante por resultados. Em contraste, a Alemanha tem experimentado a redução da jornada de trabalho, observando benefícios em termos de qualidade de vida e produtividade. No Brasil, a situação é grave. Entre 2004 e 2005, no setor sucroalcooleiro, 13 trabalhadores rurais morreram devido ao excesso de esforço físico, evento que popularizou o termo “birôla”. Essa pressão intensa sobre os trabalhadores para executar funções que muitas vezes exigem mais de uma pessoa tem resultado em problemas graves de saúde, tanto física quanto mental. A competitividade no agronegócio, tanto no Brasil quanto globalmente, muitas vezes ignora as condições adequadas de trabalho, expondo os trabalhadores a riscos como assédio moral e doenças relacionadas ao estresse. A adoção de uma jornada de trabalho reduzida, como a implementada na Alemanha e na Suécia, tem mostrado que essa medida não apenas melhora a qualidade de vida, mas também eleva os níveis de produtividade. No Brasil, a redução da carga horária poderia proporcionar mais tempo para descanso, lazer e desenvolvimento pessoal, impactando positivamente a qualidade de vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, melhorando os resultados das empresas.

(Conclusão) A redução da jornada de trabalho no Brasil é uma alternativa viável e promissora. As evidências internacionais, somadas às recomendações de entidades como a OIT, apontam para a necessidade de reavaliar o modelo atual de trabalho. A implementação de uma jornada reduzida poderia melhorar tanto a saúde física e mental dos trabalhadores quanto sua qualidade de vida, além de contribuir para o cumprimento dos direitos constitucionais de dignidade humana.

Palavras-chave: redução da jornada de trabalho; produtividade; saúde mental; Organização Internacional do Trabalho (OIT); dignidade humana.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS DANOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS

Autor(es):

Marília Gabriela Mendonça Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Camila Gabriela da Costa Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raphael Gonzaga Bezerra da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ilana Beatriz Moreira Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marianna Antônia Marinho da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo discute a origem do patriarcado nas antigas sociedades da Mesopotâmia, onde leis como o Código de Hamurabi institucionalizaram a autoridade masculina e a submissão das mulheres. Nesse contexto, o papel das mulheres foi limitado ao espaço doméstico, reforçando uma divisão de gênero que perpetuou a ideia da mulher como o "sexo frágil" e dependente dos homens. Na era moderna, Karl Marx observou que o patriarcado foi reforçado pelo sistema capitalista, onde os homens dominaram os meios de produção e consolidaram uma cultura de opressão feminina, esse sistema também propiciou a violência de gênero, particularmente a violência doméstica.

(Metodologia) No processo de levantamento e análise de informações, foi aplicado uma abordagem qualitativa, tendo como princípio o artigo "A violência contra a mulher e os danos psicológicos causados". Assim, foram examinados alguns pontos relevantes para o desprendimento da figura feminina, como a criação da Lei Maria da Penha, salientando seus pontos do desenvolvimento que repercutiu de modo global, a mulher carrega antecedentes que refletem a história da inferiorização latente hodiernamente, a agressão física ou psicológica é resultada do estigma da inferioridade, no trabalho, meio social ou, até mesmo dentro de casa.

(Resultados) O texto examina os impactos psicológicos dessa violência, como alterações de comportamento, ansiedade e depressão, além de destacar o ciclo de violência que silencia as vítimas. A trajetória de Maria da Penha é usada como exemplo emblemático, ilustrando a luta contra a violência doméstica e culminando na criação da Lei Maria da Penha, que fortaleceu a proteção jurídica às mulheres no Brasil. A pesquisa explora as raízes históricas e sociais da violência contra a mulher, destacando a necessidade de entender esse fenômeno a partir de suas causas estruturais para combater seus efeitos psicossociais. A violência contra a mulher é um problema de saúde pública global, com graves impactos na saúde mental das vítimas. Ela pode se manifestar de várias formas, como violência doméstica, sexual, assédio no trabalho e discriminação de gênero. Esses abusos geram consequências psicológicas graves, como ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, baixa autoestima, transtornos alimentares, aumento da vulnerabilidade, abuso de substâncias e dificuldades em confiar e formar relacionamentos saudáveis. Os danos psicológicos, muitas vezes negligenciados, são complexos e interligados a fatores culturais e sociais que perpetuam a desigualdade de gênero. Por isso, muitas vítimas precisam de intervenções psicológicas de longo prazo. No Brasil, há iniciativas como o CAPS, que oferece terapia para vítimas de violência, além de um projeto em análise na Câmara dos Deputados para garantir assistência psicossocial prioritária pelo SUS. Contudo, o tratamento dos danos psicológicos ainda enfrenta barreiras, como a falta de apoio e o acesso limitado a informações e recursos.

(Conclusão) Mediante aos fatos mencionados e a conclusão relacionada a pesquisa, certifica-se, então, que a violência contra a mulher está enraizada na sociedade devido a um processo histórico, o qual alimenta o patriarcalismo estruturante, um fato que abastece as diversas agressões que ocorrem no mundo, sendo o Brasil estrela ocupante do quinto do lugar no ranking da esfera de violência doméstica no mundo, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Palavras-chave: danos psicológicos; desigualdade de gênero; submissão das mulheres; raízes históricas.

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, SEUS DESAFIOS E EFEITOS

Autor(es):

Maria Luiza Maranhão de Lemos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Fernanda Cesar Ristow: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thiago Fernandes Godeiro Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência contra a mulher é um grave problema social que afeta profundamente as vítimas, relacionada a fatores como o aborto ilegal, violência doméstica e feminicídio, especialmente entre mulheres negras, jovens e de baixa renda. Leis como a Maria da Penha têm sido fundamentais na proteção feminina, assim como políticas públicas e a Estratégia Saúde da Família.

(Metodologia) A análise descrita utiliza a metodologia de pesquisa qualitativa, a qual baseia seus resultados por meio de análises e percepções. Focando seu objetivo em compreender a trajetória que levou ao problema estudado, priorizando cenários naturais e a busca de uma compreensão dos fenômenos sociais e do comportamento humano.

(Resultados) Através das informações apresentadas, é importante ressaltar que 130 das 147 mulheres entrevistadas na Bahia em 2012 que provocaram um aborto, foram vítimas de violência. Dessas, cerca de 90 alegaram que o maior motivo do aborto era a violência sofrida, seguido pelo fator financeiro. Essa situação é um ciclo que tende a se repetir. O perfil das vítimas eram mulheres negras e de baixa renda, que eram total ou parcialmente dependentes do marido. O estudo apontou que 40% se ocupavam com atividades domésticas e, do restante, quase 44% tinham atividades de baixa remuneração. A razão da baixa efetividade das políticas públicas implantadas, melhorando, portanto, possivelmente a divulgação dessas, sua efetividade em cumprir o proposto, a facilidade de acesso das vítimas longe de seus agressores etc. Diante das narrativas, fica evidente que existem espaços de discussão ofertados pela gestão municipal sobre violências. Esses momentos são chamados pelas pessoas entrevistadas de "capacitações", que são feitas de maneira pontual, sem que haja um planejamento de frequência para sua realização, além de não incluir todas as categorias profissionais. Por isso, é importante que se pense em estratégias de aproximação. Ademais, muitas mulheres temem denunciar, mas que existem serviços que podem prestar assistência. Nesse contexto, a diferenciação entre violência doméstica, violência familiar e violência de gênero se torna fundamental para a compreensão das causas subjacentes e para direcionar abordagens eficazes. A identificação da violência de gênero como fenômeno distinto da violência doméstica permite enxergar com maior clareza a disparidade de poder entre os gêneros e, por consequência, adotar políticas públicas e ações afirmativas direcionadas à equidade.

(Conclusão) Portanto, evidencia-se que o estudo sobre a violência contra a mulher e sua relação com o aborto, revelam um cenário de insegurança e discriminação. Dessa forma, além de impactar fisicamente nas vítimas, deixa uma eterna marca no psicológico, afetando diretamente a saúde mental. Ademais, é notório que o perfil das vítimas segue, em sua maioria, um padrão, o qual possui relação com o preconceito racial e machismo, que refletem um passado patriarcal e a discriminação enraizada na sociedade brasileira. Embora leis como a Maria da Penha e a do Feminicídio representem avanços na luta contra a violência, elas não eliminam totalmente o problema. A falta de apoio à saúde mental e física das vítimas e o despreparo de profissionais de saúde são desafios persistentes.

Palavras-chave: violência contra mulher; aborto; violência doméstica; estratégia saúde da família; Lei Maria da Penha.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL

Autor(es):

Sildilanni Silva de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência obstétrica refere-se a um tipo de agressão contra mulheres praticadas por profissionais de saúde, caracterizada por desrespeito, abuso e maus-tratos durante a gestação até o pós-parto, tanto em níveis psicológicos quanto físicos. Essa conduta é o resultado de um cuidado desumanizado, uma realidade enfrentada por inúmeras mulheres ao buscar assistência médica. Diante da crescente incidência dessa prática em hospitais e clínicas, o objetivo deste estudo é examinar os impactos desse delito no contexto jurídico brasileiro. Assim, o estudo propõe uma análise dos efeitos da violência obstétrica no âmbito penal, utilizando uma metodologia baseada na revisão da literatura por meio de livros, artigos científicos e legislação relacionada ao tema. Os resultados evidenciam que o Direito Penal tem avaliações aplicadas à violência obstétrica, mesmo que não haja uma regulamentação específica. Nesse contexto, o ordenamento Jurídico brasileiro tem interpretado que médicos e equipe médica devem ser responsabilizados civil e penalmente por atos violentos contra pacientes gestantes.

(Metodologia) O presente trabalho utilizará metodologias referentes a pesquisas bibliográficas, preponderando o uso de livros e artigos já realizados por outros autores, especificamente sobre temas relacionados a violência obstétrica. Com a complementação de legislações e jurisprudência, para a compreensão dos avanços do Código Penal brasileiro. É um estudo exploratório e descritivo, buscando aprofundar mais no tema, conectando informações que permitam chegar ao resultado esperado, ou que pelo menos nos permita formular algumas hipóteses. Utiliza-se de método qualitativo, analisando um conjunto de comportamentos, entornos, experiências, conhecimentos e contextos diversos, de mulheres que já passaram por essas situações de violência obstétrica.

(Resultados) A violência obstétrica foi reportada por 12,6% das mulheres e associada ao estado civil, à menor renda, à ausência de companheiro, ao parto em posição litotômica, à realização da manobra de Kristeller e à separação precoce do bebê após o parto. Predominaram nos relatos de violência obstétrica: intervenção não consentida/aceita com informações parciais, cuidado indigno/abuso verbal; abuso físico; cuidado não confidencial/privativo e discriminação. A visita à exposição aumentou o conhecimento das gestantes sobre violência obstétrica.

(Conclusão) É de suma importância uma legislação específica na qual seja tipificado o conceito de violência obstétrica e suas nuances, tornando necessário direcionar maior atenção à prevenção e assegurar às mulheres sobre seus direitos. Assim sugere uma análise das legislações dos países citados, como a Argentina, Venezuela e México, tomando de base esses, para que haja a criação de uma legislação específica desse contexto no Brasil. Além disso, é fundamental a realização de campanhas de conscientização direcionadas tanto às mulheres quanto aos profissionais da saúde, por meio de palestras e cursos, mitigando os casos de violência obstétrica, promovendo um ambiente mais seguro e esclarecido.

Palavras-chave: violência obstétrica; parturiente; profissionais da saúde; responsabilização penal.

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

Autor(es):

Myria Rayane Xavier de Roure: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Erica Freire da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Rebeca Leite de Macêdo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Beatriz Soares da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Hiago Praxedes de Souza Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo explora o fenômeno da violência psicológica no ambiente de trabalho, ressaltando suas diversas formas, como assédio moral, e os impactos psicológicos e emocionais aos que são submetidos a este tratamento. A análise tem como abordagem as consequências, incluindo doenças psicossomáticas, depressão e os suicídio, além de explorar o papel do judiciário brasileiro no reconhecimento e combate a essas práticas. A relevância deste estudo reside na necessidade urgente de abordar essa problemática, uma vez que tal agressão psicológica pode acarretar em consequências severas. Com a crescente incidência destas práticas e a falta de políticas eficazes para preveni-las, torna-se essencial estudar esse fenômeno com mais profundidade e detalhamento.

(Metodologia) Para a elaboração deste artigo, foram investigados estudos psicológicos sobre os impactos da violência psicológica no ambiente de trabalho. Tal método inclui uma revisão de literatura, cujo enfoque está nas formas de assédio e nos elementos que qualificam o assédio moral, como a exposição repetitiva a condições humilhantes e o isolamento do trabalhador. Além disso, foi feita uma análise qualitativa dos efeitos dessas práticas nas vítimas, segundo depoimentos e pesquisas de campo efetuadas entre 2010 e 2020.

(Resultados) Os resultados indicam que a violência psicológica no trabalho pode ocasionar consequências graves para os trabalhadores, como o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, depressão, afastamento do trabalho e, em casos extremos, o suicídio. Os trabalhadores que sofrem violência psicológica relatam sentimentos de desvalorização, alienação e perda de propósito. A pesquisa aponta que ambientes de trabalho hostis, caracterizados por pressão e sobrecarga constantes, contribuem ainda mais para o agravamento do estado emocional dos trabalhadores.

(Conclusão) A violência psicológica no trabalho é uma realidade que precisa ser combatida através da implementação de políticas de apoio psicológico e de um ambiente de trabalho saudável. A adoção de medidas preventivas, como canais de denúncia e programas de capacitação, é essencial para proteger os trabalhadores. As empresas precisam adotar uma abordagem mais humanizada, garantindo que seus funcionários possam desempenhar suas funções sem sofrer violência emocional. Além disso, o apoio jurídico também é crucial para assegurar que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados, promovendo um ambiente de trabalho digno e respeitoso.

Palavras-chave: violência psicológica; assédio moral; saúde mental; ambiente de trabalho; políticas preventivas.

A VULNERABILIDADE DA MULHER EM UM SISTEMA DE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Autor(es):

Maria Eduarda Batista de Gois: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Bárbara Soares Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Millena Correa Moncores: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Julia Gama Ferreira Glasner: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O seguinte artigo aborda a aplicabilidade da justiça em casos de violência de gênero no Brasil, com ênfase na proteção das mulheres vítimas e sentenças penais. Nesse sentido, durante o julgamento dos casos que estão envolvidas são discriminadas e muitas vezes humilhadas no processo, percebe-se que o controle da sexualidade da mulher no discurso jurídico é inconscientemente normatizado, regrido um parâmetro de conduta aceitável que a transformará, ou não, numa vítima genuína. Ademais, é abordado como essa violência cresceu em meio ao cenário pandêmico da COVID-19, uma vez que a ONU afirmou que 45% dos países informaram um aumento na violência doméstica durante o ano de 2020/2021. Além disso, é exposto, também, casos de violência como o de Mariana Ferrer, que ilustra de forma significativa as deficiências do sistema judiciário, e Maria de Jesus, que demonstra que apesar do crescente número de casos de abuso na pandemia, já era uma realidade enfrentada anteriormente.

(Metodologia) Durante o estudo, foi aplicado o método de pesquisa. Houve a leitura de artigos e livros sobre a temática de violência contra mulher.

(Resultados) Segundo as informações concedidas por meio da pesquisa, é possível afirmar que a mulher se encontra em um cenário de discriminação mesmo sendo a vítima. É abordado no artigo que mulheres são desacreditadas por estarem alcoolizadas, pelo tamanho de suas roupas, pelo local onde estão, por sua profissão, entre outros. Além da credibilidade da mulher ser questionada, a vítima ainda é submetida a uma série de situações desconfortáveis. O caso de Mariana Ferrer ilustra isso, pois foi um caso que causou indignação pública devido ao tratamento que Mariana recebeu durante o julgamento. A decisão do estupro culposo foi amplamente criticada por demonstrar falhas no tratamento das vítimas. O caso destacou a necessidade de reformas no sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à proteção das vítimas e à condução dos processos judiciais relacionados a crimes de violência sexual. Ademais, também foi registrado o aumento de abusos domésticos em meio ao lockdown, onde aumentou a convivência entre as vítimas e seus agressores, distanciou-a de seus sistemas de apoio e abalou muitas casas financeiramente, deixando-as dependentes financeiramente de quem as abusava. Apesar disso, os casos de violência doméstica foram originados antes, um exemplo é Maria de Jesus, que foi assassinada por seu parceiro que antes disso já abusava fisicamente e psicologicamente dela.

(Conclusão) Logo, é imprescindível que a atual conjuntura, não só brasileira, mas global, seja mudada com urgência. Torna-se necessário que medidas restaurativas e protetivas sejam tomadas para que casos como o de Mariana Ferrer, de Maria de Jesus, e de milhares outras mulheres não sejam repetidos. A análise dos casos e das reformas legislativas destacam a necessidade urgente de mudanças estruturais no sistema judiciário para garantir uma abordagem mais equitativa e respeitosa, que priorize a proteção e a dignidade das vítimas.

Palavras-chave: Violência; estupro; mulher; crime; feminicídio.

ACOLHIMENTO ACADÊMICO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E APOIO PARA A SAÚDE MENTAL ESTUDANTIL

Autor(es):

Iasmin Dantas Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Stella Freire Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Moura Botelho Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Giovana da Costa Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Os objetivos do programa incluem melhorar a saúde mental e física dos estudantes, reduzir os níveis de estresse e ansiedade, aumentar a resiliência emocional e criar uma comunidade de apoio dentro do ambiente acadêmico. A aplicação deste programa é crucial para os estudantes, pois uma boa saúde mental e física é essencial para o sucesso acadêmico e pessoal. Sua relevância reside na capacidade de proporcionar um suporte abrangente e multidisciplinar, promovendo o bem-estar integral dos estudantes e, conseqüentemente, melhorando o desempenho acadêmico e a qualidade de vida geral.

(Proposta do roteiro) Organizamos uma manhã dedicada a um esporte que vem ganhando popularidade entre os jovens: a corrida. Para complementar, oferecemos orientações sobre técnicas de corrida, aquecimento e alongamento, garantindo a segurança e o melhor desempenho dos participantes. Além disso, realizamos uma noite dedicada à prática de beach tênis, um esporte dinâmico e divertido que combina elementos do tênis tradicional e do vôlei de praia. Disponibilizamos equipamentos adequados e instruções básicas para iniciantes, além de promover torneios amistosos para estimular a competição saudável e a interação social entre os estudantes. Essas atividades não só proporcionam momentos de lazer e descontração, mas também incentivam hábitos de vida saudáveis e a criação de uma comunidade ativa e engajada.

(Efeitos esperados) Com a implementação do nosso projeto, em busca de uma melhoria na saúde mental dos estudantes, podemos obter resultados positivos, visto que a satisfação e a melhora na qualidade de vida e bem estar desses indivíduos, bem como a evolução e progresso na área acadêmica foram pontos citados pelos estudantes que, além de se tratar de uma mudança de hábitos, influenciou no comportamento dos mesmos.

ADOÇÃO INTERNACIONAL: ANÁLISE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SOB A TUTELA DO ESTADO

Autor(es):

Sophia Melo de Araújo Medeiros Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca estruturar uma análise legislativa e bibliográfica do Brasil, como instituição de garantia aos direitos básicos dos menores, cuja carência de um ambiente familiar natural encarrega ao Estado o papel provisório de tutela. O estudo visa questionar as construções legislativas vigentes e seu reflexo social teórico nos limites da assistência, dentro do desenvolvimento psicossocial, afetivo e civil dos tutelados, e no espaço fundamental da adoção entre países, com suas restrições e flexibilidades de processo, como uma medida excepcional efetiva para a colocação de crianças e adolescentes em uma família substituta.

(Metodologia) Apresentando um carácter explicativo, qualitativo e quantitativo classificado por um levantamento bibliográfico de análise das legislações brasileiras, o Estatuto da Criança e Adolescente e o texto constitucional; e uma análise breve de dados e reflexões oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e consultas textuais.

(Resultados) Por meio do levantamento, observa-se uma humanização no processo histórico jurídico que considera as crianças e adolescentes como detentores de direitos de cuidado e proteção. Os mesmos, são protegidos pelas leis do Estado e por seu possível espaço de tutela, caso em necessidade de assistência social pelas instituições. O Brasil possui legislações estruturadas em prol dos melhores interesses dos jovens, o que não anula a instabilidade na aplicação dessas normas, às situações que remetem os critérios de ?abandono institucional?, e a necessidade de colocação com famílias como prioridade dos textos normativos. O tópico ocupa um espaço de prioridade para o direito público nacional e internacional, mobilizados para a assistência de grupos *infanto juvenis* em situações de crise humanitária.

(Conclusão) A adoção internacional é considerada uma alternativa excepcional perante as contínuas necessidades de aprimoramento do sistema de adoção doméstico. A adoção internacional é um processo que envolve uma organização jurídica e legislativa entre Estados com transparência e ética, pois a mesma gerencia os direitos da grande porcentagem de suas populações vulneráveis. Crianças e adolescentes merecem que seus direitos humanos e civis básicos sejam atendidos, e caso famílias estrangeiras atendam às demandas das legislações brasileiras, o processo deveria ser facilitado dentro de suas possibilidades de segurança reguladas pelos órgãos domésticos e internacionais – UNICEF, Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção de Haia.

Palavras-chave: adoção internacional; tutela; crianças e adolescentes; legislações brasileiras; família substituta.

ALIENAÇÃO PARENTAL NA GUARDA COMPARTILHADA: A LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Autor(es):

Giovanna Maria de Figueiredo Leite Carneiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A alienação parental, segundo a Lei 12.318/2010, é a interferência dos genitores ou de pessoas que tenham autoridade e responsabilidade, guarda ou vigilância da criança e adolescente, com o objetivo do menor repudiar seu genitor ou causar impedimentos à manutenção do vínculo afetivo entre eles. Tal prática interfere na formação psicológica do menor em relação ao genitor alvo do alienante. Dessa forma, quando identificada e comprovada a alienação parental dentro da guarda compartilhada, caberá responsabilizar civilmente o alienante nos moldes da legislação vigente diante da violação de direitos fundamentais da criança e do adolescente.

(Metodologia) Trata-se de uma análise exploratória-descritiva sobre o tema em questão, de natureza qualitativa, a qual utilizou-se de pesquisas documentais à luz do Código Civil, da Constituição Federal, da Lei 12.318/2010 e da Lei 13.431/2017, para alcançar um entendimento acerca da legitimidade na aplicação da responsabilidade civil pela alienação parental na guarda compartilhada.

(Resultados) Diante disso, com base nas leituras, exposições e explicações acerca do tema, é possível inferir que há implicações jurídicas pela prática da alienação parental, como a aplicação da responsabilidade civil ao genitor alienante, nos moldes do Código Civil, da Lei de Alienação parental e da Lei 13.431/2017. No que tange a alienação parental dentro do exercício da guarda compartilhada, vê-se a possibilidade de modificação da guarda para unilateral, bem como modificações no exercício do poder familiar, além da indenização pecuniária e assistência psicossocial ao menor alienado.

(Conclusão) Portanto, pelo exposto e abordado na problemática, compreende-se a legitimidade da aplicação da responsabilidade civil quando comprovada a alienação parental de um dos genitores, seja por meio de indenização pecuniária do genitor alienante ao genitor atingido, de assistência psicossocial ao filho alienado, de conversão da guarda compartilhada em unilateral, da restrição do poder familiar, dentre outros. Para tanto, expõe e esclarece as referidas implicações jurídicas que a alienação parental ocasiona dentro do exercício da guarda compartilhada.

Palavras-chave: legitimidade; responsabilidade civil; poder familiar; alienação parental; guarda compartilhada.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS

Autor(es):

Idylla Silva Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os alimentos compensatórios são alimentos pagos pelo ex-cônjuge em decorrência da perda, do não exercício ou da retenção de somente um dos cônjuges da posse e da administração dos bens comuns e comunicáveis até a efetiva partilha; como também, são pagos pela queda brusca do padrão econômico e financeiro vivenciados após fim da relação conjugal. Com a EC/64 de 2010, os alimentos passaram a ser um direito social e um dever de solidariedade familiar por parte de ex-cônjuges, devendo ser fixado nas condições de quem os pleiteia e dos recursos da pessoa obrigada. Nesse sentido, os alimentos compensatórios buscam harmonizar a disparidade da ruptura da convivência longa e compensar o desequilíbrio financeiro, normalmente experimentado pela mulher. Pensando na condição de hipossuficiência vivenciada pela mulher, o CNJ publicou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, no qual garante o respeito e à proteção dos direitos das mulheres, especialmente, ao chamar a atenção da magistratura nacional acerca de temas que vêm sendo discutidos pelos movimentos de mulheres na sociedade brasileira e que necessitavam de incorporação aos procedimentos de julgamentos das(os) magistradas(os). O protocolo reconhece expressamente que as mulheres brasileiras ocupam posição vulnerável na sociedade, desde suas relações sociais e profissionais até familiares. Partindo da premissa que as mulheres dedicadas ao espaço privativo do lar e da criação dos filhos ocupam posição de maior hipossuficiência no momento do rompimento do vínculo conjugal, é de extrema relevância a adoção do protocolo no caso de pagamento de alimentos compensatórios com a inserção da perspectiva de gênero, visando diminuir a desigualdade da mulher que ainda é forte na sociedade e no direito brasileiro.

(Metodologia) A metodologia utilizada trata-se de pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa, através do método indutivo; quanto ao procedimento, classificada como uma coleta de dados bibliográfica baseada na doutrina, e documental, através da jurisprudência dos Tribunais Superiores e das decisões dos Tribunais de Justiça.

(Resultados) Apesar de ainda insipiente no Direito de Família, a jurisprudência tem baseado suas decisões, especialmente nas ações de alimentos, de acordo com as diretrizes propostas pelo protocolo, seja fixando a quantia com base no trabalho de cuidado diário exercido com exclusividade pela genitora detentora da guarda, no que diz respeito à casa e ao filho, seja em grau de recurso readequando o valor dos alimentos provisórios com base no cuidado diário e não remunerado exercido pela mulher. No contexto do protocolo, os alimentos compensatórios podem ser analisados à luz das desigualdades econômicas de gênero que podem existir em casos de divórcio ou separação, considerando o impacto que a divisão de responsabilidades familiares teve na capacidade financeira de cada parte. O juiz pode levar em conta fatores como a disparidade de renda entre os cônjuges, as oportunidades profissionais prejudicadas devido a responsabilidades familiares e outras questões relacionadas à igualdade de gênero ao decidir sobre a concessão de alimentos compensatórios. As decisões acerca dos alimentos compensatórios com base na aplicação do protocolo são ainda insipientes tendo sido apenas uma única decisão proferida por parte do Tribunal de Justiça do Mato Grosso até o presente momento.

(Conclusão) Os alimentos compensatórios estipulados pelos tribunais são feitos a partir de uma construção doutrinária e jurisprudencial, proporcionando maior segurança e equidade para o cônjuge prejudicado com o fim da relação, quase sempre as mulheres. Sendo, portanto, indispensável o uso do protocolo para diminuição das desigualdades de gênero e de decisões mais justas para as mulheres.

Palavras-chave: protocolo para julgamento com perspectiva de gênero; alimentos compensatórios; desigualdade de gênero.

ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA TESE DO MARCO TEMPORAL INDÍGENA NO BRASIL COM OLHAR PARA O JULGAMENTO DO RE 1017365 PELO STF

Autor(es):

Maria Vitoria Duarte Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa analisar a constitucionalidade da tese de que a população indígena só possui direito de ocupação das terras já habitadas ou disputadas por ela até a promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que, apesar de ser uma temática de repercussão geral e de ter atingido diretamente a vida de diversos indivíduos, é pouco debatida pela sociedade como um todo. É importante salientar a importância do papel do Direito, nas suas vastas frentes e mais amplas esferas, garantindo uma tomada de decisão imparcial, visando assegurar o cumprimento do estabelecido pelos mais diversos textos legislativos, em especial o cumprimento dos Direitos Fundamentais presentes na Carta Magna, de modo a garantir o respeito aos direitos desses indivíduos.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de análise do ordenamento jurídico vigente e de julgamento processual, de pesquisas jurisprudenciais e bibliográficas baseadas em artigos científicos e notícias. Tendo isso em vista, é possível dizer que trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e explicativa, em razão da necessidade de aprofundamento e fundamentações. A pesquisa contará com buscas interdisciplinares entre as áreas da história, da sociologia e do Direito.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos, utilizando por base as pesquisas realizadas, se sobressai o fato de que não se pode considerar a data de homologação da Constituição de 1988 como parâmetro para definição de existência ou não de direito às terras por parte dos indígenas sem a existência de argumentos amparadores válidos, não pautados até o momento. Com isso, apesar da demora no procedimento jurídico e da possibilidade de envolvimento de interesses particulares e políticos em tal morosidade, entende-se que o julgamento do RE 1017365, que gerou o tema de repercussão geral nº 1031 do STF seguem os parâmetros estabelecidos pelas leis brasileiras vigentes, visto que seria inconstitucional decisão favorável à demarcação do marco temporal, levando em consideração que a Carta Magna aborda a garantia de direitos como a manutenção de sua organização social e direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, não pautando um prazo para início ou término de tal direito, fazendo com que este não possa ser estabelecido sob tais argumentos. Dessa forma, entende-se de completa importância a aplicação do Direito como meio garantidor de respeito às normas constitucionais brasileiras.

(Conclusão) Com base no relatado, torna-se claro que o julgamento do RE 1017365 seguiu os ditames constitucionais e que, apesar de ser pauta de repercussão geral e de ter proporcionado garantias necessárias à população indígena, é um tema pouco debatido pela sociedade, fazendo com que, por muitas vezes, o interesse pessoal e a falta de informação se sobressaiam à correta aplicação do Direito. Nesse contexto, ressalta-se a imprescindibilidade de um exame aprofundado desse tema para a conscientização social e a efetiva garantia dos direitos fundamentais, dada a existência de um legítimo direito sobre as terras historicamente ocupadas por essas comunidades, independente do período da ocupação. Tal reconhecimento é, inclusive, um meio de assegurar a dignidade humana que, por longas décadas, foi negada a esses grupos.

Palavras-chave: indígenas; marco temporal; direitos fundamentais; constitucionalidade; garantia.

ANÁLISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE E OS EFEITOS DA PRISIONIZAÇÃO

Autor(es):

Marília Izabela Soares Matos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A segurança pública está prevista na Constituição Federal no artigo 144, que dispõe o dever do Estado, o parágrafo 7º aduz que: “A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”. Porém, não é assim que os sistemas penitenciários estão sendo regidos, a eficiência que a lei se refere, seria na realidade uma ineficiência, pois, com a precariedade do sistema penitenciário do Rio Grande do Norte se encontra, gera mais revolta aos presos, ocasionando rebeliões e ataques à população, além de ir contra a proteção dos direitos humanos. Quanto a sua ineficiência, esta também se alastra no processo de ressocialização, que engloba a falta de políticas públicas e o preconceito da sociedade. Dessa forma, será analisado o sistema penitenciário do RN e os efeitos da prisionização.

(Metodologia) Para obter os resultados da problematização do trabalho, a pesquisa classifica-se como exploratória, tendo como objetivo familiarizar o pesquisador com a problemática da investigação. Os procedimentos técnicos, por pesquisas bibliográficas e artigos científicos, tem como finalidade inteirar-se sobre o problema do sistema penitenciário do RN, e os efeitos da prisionização.

(Resultados) Após longa apuração, chegou-se aos seguintes resultados. A precariedade do sistema penitenciário no Estado do RN, está cada vez mais evidente, os ataques acontecidos em março de 2023 são uma prova disso, essas ações foram relacionadas a uma forma de retaliação às condições dos presídios. Alguns dos problemas são: a superlotação, algo que já é estrutural, relatos de tortura, comidas estragadas, contaminação de doenças de forma proposital, entre outros. Essas condições em que os presidiários vivenciam são apenas alguns dos relatos como ora retratado pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura durante inspeções realizadas em novembro de 2022. Dessarte, faz-se necessário a presente pesquisa para se chegar ao cerne do problema retratado e na vida dos ex-presidiários após sua liberdade.

(Conclusão) Dessarte, conclui-se que o sistema penitenciário do RN vivencia uma crise humanitária, pois, não há nenhum respeito aos direitos humanos, a lei, aos presos e seus familiares. Assim, em decorrência de todos os fatores acima expostos, observa-se que quanto pior a situação lá dentro ocasionará mais revoltas, mais ataques à população, bem como, o aumento da criminalidade, pois se torna ainda mais difícil a ressocialização em virtude de anos sofrendo com esta insalubridade carcerária. Assim, as políticas públicas precisam ser revistas a fim de viabilizar uma melhora do sistema carcerário.

Palavras-chave: sistema penitenciário; precariedade; ressocialização.

ANALISE SOBRE O LIVRO: “PROCESSO CIVIL PRAGMATISTA DEMOCRÁTICO?: adequada metodologia para solução de conflitos”, escrito por Matusalém Jobson Bezerra Dantas

Autor(es):

Maria Izabel de Oliveira Barbalho da Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O livro “Processo Civil Pragmatista Democrático?: Adequada Metodologia para Solução de Conflitos”, escrito pelo professor Matusalém Jobson Bezerra Dantas, apresenta uma nova perspectiva sobre a abordagem positivista no sistema processual civil brasileiro, expondo uma maneira inovadora de solucionar os conflitos por meio do modelo pragmatista e democrático. O autor propõe formas para que o método pragmatista gere melhores resultados no processo judicial, como maior celeridade, eficiência e democracia, com o auxílio da cooperação entre os participantes. Todos buscam uma solução mais benéfica por meio do diálogo e flexibilidade, sempre analisando a realidade.

(Metodologia) Este resumo baseia-se na leitura do livro PROCESSO CIVIL PRAGMATISTA DEMOCRÁTICO e visa destacar os novos conhecimentos adquiridos sobre o Processo Civil, especialmente na área de autocomposição, a qual aborda as formas de Solução consensual de conflito previstas no CPC, como mediação, conciliação, arbitragem e negociação.

(Resultados) A partir dos conhecimentos adquiridos no livro PROCESSO CIVIL PRAGMATISTA DEMOCRÁTICO, podemos perceber que, em atendimento aos princípios constitucionais da duração razoável do processo, da eficiência da administração pública, bem como o atendimento ao art. 3º do CPC, ao qual dispõe que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos e estimulará a conciliação e a mediação, é importante que os profissionais da jurisdição nacional sejam devidamente capacitados para adotar as devidas técnicas de negociação, por meio da Comunicação Não Violenta, para não só proporcionar uma solução adequada para as demandas que surgirem, como também para otimizar o serviço do Judiciário, o que permitirá que o Judiciário resolva processos judiciais de maneira mais ágil e eficaz.

(Conclusão) Diante da análise feita sobre a obra citada, é possível concluir que o sistema de justiça brasileiro apresenta problemas estruturais, e a solução trazida pelo livro “PROCESSO CIVIL PRAGMATISTA DEMOCRÁTICO” é a união do pragmatismo e da democracia, se afastando da única e simples aplicação das leis e trazendo possibilidades de resolução de conflitos através do diálogo entre as partes. Dessa forma será possível trazer soluções que mais se aproximam da realidade, uma vez que o processo pragmatista democrático atua diretamente na ausência de normas subjetivas interpostas e permite que sejam criadas através da análise do caso concreto, ao calor do debate e diante dos fatos apresentados.

Palavras-chave: pragmatismo; solução; conciliação; abordagem.

AS FALHAS DA EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Marcelo Henrique Lopes Varella: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Luiz Miguel Ricarte Moura Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Kalena Amorim Azevedo Diniz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Estado brasileiro adota o sistema da ressocialização de presos para reinserção social de indivíduos que cometeram delitos. As prerrogativas deste sistema estão previstas na Lei Federal nº 7.210/84, a Lei de Execução Penal (LEP), que coloca como dever do Estado a assistência ao preso e ao internado (Art.10), e a educação do interno como um dos tipos de assistência (Art. 11). A educação, por sua vez, é um dos direitos humanos consagrados internacionalmente (é universal e inerente a todos os indivíduos – independente de seu status criminal), está previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88) em termos de sua natureza (Art. 6º), competência estatal (Arts. 23, V e 24, IX) e universalidade (Arts. 205 e 206). Assim, torna-se importante a análise de experiências concretas deste processo da prática ressocializadora através da educação, dentro de um recorte de pessoas encarceradas no estado do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, realizada a partir de revisão literária de artigos científicos e trabalhos acadêmicos (produzidos há menos de 5 anos), doutrina jurídica e dispositivos legais do sistema jurídico brasileiro e diretrizes e recomendações de órgãos estatais envolvidos nos procedimentos aqui discutidos.

(Resultados) A realidade penitenciária do Rio Grande do Norte é o produto das políticas adotadas pelo Estado. É, também, uma realidade reflexo da condição das pessoas privadas de liberdade em um contexto nacional, e, mais ainda, da realidade social de pessoas que já se encontram vulnerabilizadas pelos poderes vigentes. Sendo assim, a forma de aplicação da política educacional no ambiente penitenciário está intrinsecamente relacionada com a herança colonial de violência contra camadas da sociedade historicamente marginalizadas. Não há, portanto, a educação transformadora e sim uma mera obrigação burocrática – deixando evidente que as dinâmicas do cárcere não surgem no vazio, estão condicionadas às práticas do mundo para além dos muros. Esta perspectiva é evidenciada na análise de dados: apenas 20% das pessoas privadas de liberdade enxergam a educação como uma oportunidade, e para os 80% restantes é somente um artifício para remição ou progressão da pena. O Estado mantém sua lógica neste cenário, pois, na prática, o seu agir é contraditório e omissivo em relação às perpetuações de violência e precarização institucional, seja na estrutura física, em políticas internas ou na contratação e capacitação de professores.

(Conclusão) Portanto, ao pensar sobre educação no ambiente carcerário, é necessário considerar todo o contexto de sua aplicação. Ao buscar classificar as pessoas privadas de liberdade como merecedoras ou não de educação, levando em conta o seu comportamento, não há uma premissa clara de que o interesse do estado esteja centralizado no combate a violência e na ressocialização propriamente dita. É apenas um aprofundamento de uma lógica excludente, cuja maioria das pessoas encarceradas já experimenta cultural e sistematicamente, marcada pela tentativa de controle social das minorias.

Palavras-chave: ressocialização; educação de presos; Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte.

AS PERSPECTIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Pedro de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Isadora Bulhões de Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pietra Paula da Silva Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Carolina de Melo Beltrão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Gonçalves Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda a privatização do sistema penitenciário no Brasil, modelo que é debatido como solução para os problemas que assolam as prisões brasileiras, como a superlotação e o alto custo para as verbas públicas. A privatização envolve a contratação de empresas para gerenciar e operar presídios com eficiência e qualidade e, desta forma, solucionar os problemas crônicos do sistema carcerário brasileiro. No entanto, existem muitas críticas e opiniões distintas sobre esse sistema. O estudo realiza uma análise dos benefícios e malefícios associados à implementação da privatização, além de investigar a experiência dos Estados Unidos com esse tipo de gestão prisional. Essa análise visa destacar a involução do uso do modelo no país, bem como as dificuldades enfrentadas e o impacto que essa abordagem pode gerar para o Estado.

(Metodologia) Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio das plataformas Scielo e Google Acadêmico, na busca de artigos científicos, monografias e livros relevantes para o estudo do tema.

(Resultados) Os resultados revelam que a introdução do poder privado no sistema prisional brasileiro apresenta desafios significativos. Embora a presença de instituições privadas possa potencialmente melhorar a construção e o desenvolvimento dos espaços públicos, essa concessão pode ter repercussões negativas, como diminuição da transparência fiscal e um possível conflito de interesses. Ao analisar as vantagens e desvantagens, observa-se um possível conflito entre a natureza do sistema privado, que busca predominantemente o lucro, e a necessidade de promover a ressocialização e o bem-estar da população carcerária. Tal conflito compromete os princípios fundamentais de justiça e dignidade humana, evidenciando a complexidade da atuação do setor privado na gestão prisional. Essa problemática é vista nos Estados Unidos, país que possui ampla experiência com as chamadas "prisões com fins lucrativos", e desde 2016 tenta diminuir a implementação desse modelo, caso importante a ser compreendido quando se discute a privatização no contexto brasileiro.

(Conclusão) Diante do exposto, observa-se a necessidade de ampliar a discussão sobre a privatização do sistema prisional no Brasil. É essencial buscar um modelo que não apenas otimize recursos, mas que também respeite e promova os direitos humanos, garantindo que a busca por retorno financeiro não comprometa a finalidade do sistema prisional, preservando a dignidade dos detentos. Assim, o debate deve considerar as implicações sociais, econômicas e éticas da privatização, visando um sistema que, efetivamente, contribua para a justiça e reintegração social dos indivíduos.

Palavras-chave: privatização; prisões; sistema carcerário; parcerias público-privadas.

AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CAMPO JURÍDICO

Autor(es):

Anne Caroline Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Antonio Felipe Barbosa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Geísa Santos Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A revolução tecnológica das últimas décadas trouxe profundas mudanças em diversas áreas do conhecimento humano, e o Direito não ficou alheio a esse fenômeno. O impacto das novas tecnologias no campo jurídico é notável e contínuo. Essas inovações tecnológicas, embora promissoras, apresentam desafios significativos para o Direito. Este artigo busca analisar como as novas tecnologias têm impactado o Direito, abordando as principais transformações em curso, os desafios regulatórios e éticos que emergem desse cenário. Entender essas mudanças é fundamental para a construção de um sistema jurídico que seja capaz de responder adequadamente às demandas da era tecnológica, garantindo a proteção de direitos e a promoção da justiça em um mundo em rápida transformação.

(Metodologia) Para a elaboração deste trabalho, optou-se por uma metodologia de pesquisa exploratória qualitativa. A pesquisa envolveu um extenso levantamento bibliográfico, que incluiu leituras de artigos acadêmicos sobre as aplicações das novas tecnologias no campo jurídico.

(Resultados) As novas tecnologias passaram a permear constantemente o exercício da jurisdição. Essa afirmação é confirmada ao analisar que o Supremo Tribunal Federal, passou a implementar um projeto de inteligência artificial, denominado de Victor, cuja função consiste em identificar quais recursos interpostos possuem repercussão geral, consoante as últimas decisões do tribunal, agilizando e facilitando a aplicação de precedentes. Bem como, com o desafio que fez parte de um teste comandado pela plataforma legal de IA LawGeex, em que consistia em uma competição travada entre vinte advogados humanos e a inteligência artificial, e a IA ganhou tanto em tempo como em precisão. É evidente de como a tecnologia está moldando o futuro da justiça de forma potencializada, acarretando diversos benefícios que a implementação da Inteligência artificial traz ao setor jurídico como, por exemplo: O aumento da Eficiência e Celeridade, a potencial transparência que a digitalização pode trazer ao sistema judicial, a requalificação Humana, redução de custos, bem como ampliação do acesso à justiça. Apesar dos benefícios da virtualização dos processos, é fundamental não ignorar os possíveis impactos negativos que o uso das tecnologias da informação e comunicação pode gerar, conforme é notório na exacerbação de desigualdades, também nas limitações das regulamentações atuais, discriminação nas decisões da inteligência artificial e até mesmo possibilidades de injustiças e uma aplicação mais positivista da lei.

(Conclusão) Conclui-se que embora a inteligência artificial possa ser uma aliada poderosa, é fundamental que sua implementação seja acompanhada de rigorosos controles, bem como com uma reflexão crítica sobre suas consequências. Isso assegura que os avanços tecnológicos beneficiem a sociedade sem comprometer valores fundamentais, como a justiça e a transparência. Em suma, faz-se necessário citar que o futuro do direito deve buscar um equilíbrio entre tecnologia e a humanidade, de maneira que garanta a justiça equitativa.

Palavras-chave: direito; inteligência artificial; novas tecnologias; jurídico.

**ATLETAS TRANSEXUAIS NO ESPORTE: O PAPEL DO DIREITO COMO GARANTIDOR DE IGUALDADE NAS
COMPETIÇÕES**

Autor(es):

Marília Carvalho de Melo guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa abordar a participação das pessoas transexuais no esporte, que tem sido uma pauta cada vez mais recorrente na sociedade, especialmente tratando-se do debate acerca da igualdade nas modalidades esportivas e os critérios de participação desses esportistas. É importante ressaltar o papel do Direito, especificamente dos Direitos Fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988, de modo a garantir que o direito dos competidores, acima de tudo seres humanos, sejam integralmente garantidos e respeitados.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada através de uma análise multidisciplinar, assim como pesquisa documental de projetos de Lei e legislação esportiva, bem como jurisprudências, objetivando a construção de um estudo tendo como base referências históricas, dados e análise das normas da Constituição Federal de 1988. À vista disso, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e explicativa, pois se baseia em um assunto ainda pouco conhecido e estudado, de modo a buscar um aprofundamento e fundamentações. Para a realização da pesquisa será utilizada pesquisa interdisciplinar entre as áreas da biologia, medicina, sociologia e sobretudo o Direito.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos, utilizando por base as pesquisas realizadas, destaca-se o fato de que não se pode excluir a pessoa transexual da participação esportiva, ou criar uma categoria a parte, sem que haja nenhuma fundamentação válida (seja ela científica, biológica ou jurídica), visto que a Constituição Federal de 1988 garante a todos direitos invioláveis, como a dignidade da pessoa humana. Desse modo, é imprescindível analisar os casos concretos de modificação de gênero e os requisitos em cada modalidade específica, visando entender em que estágio da transição de gênero seria possível ter interferências que gerassem desigualdade para os demais competidores, assim como a exigência física de cada esporte. Dessa maneira, observando todas essas especificidades, é de suma importância a aplicação do Direito para garantir que não haja discriminação e sim critérios de participação constitucionais e devidos.

(Conclusão) Diante o exposto, observa-se que a participação das pessoas transexuais no esporte, apesar de muito discutida na sociedade atual, ainda é pouco conhecida e pouco embasada, de maneira que muitas vezes o preconceito e a falta de informação sobressaem sobre a ciência e sobre o Direito. Portanto, o estudo aprofundado do tema é de suma importância para compreender e garantir que todos tenham os seus direitos invioláveis, visto que a inclusão no esporte é uma forma de se alcançar a dignidade humana.

Palavras-chave: pessoas transexuais; atletas profissionais; direitos fundamentais; igualdade; dignidade.

ATRIBUIÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NO CONTEXTO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS

Autor(es):

Heráclio Pires Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do avanço das tecnologias de inteligência artificial (IA) observa-se que a integração de conteúdos gerados por sistemas automatizados vem crescendo exponencialmente nos ramos criativos da indústria, fato que tem levantado questões complexas especialmente no que se diz respeito à propriedade intelectual destas obras. Entende-se que para que um computador possa gerar uma imagem, como exemplo, é necessário que antes seu algoritmo seja alimentado outras figuras previamente existentes das quais possa extrair informações relevantes para sintetizar uma nova ilustração, esta prática é problematizada uma vez que este processo não requer que artistas sejam consultados quanto a autorização do uso de suas obras de forma que terceiros possam se beneficiar e declarar autoria de conteúdo supostamente roubado?.

(Metodologia) O método dialético é adotado nesta pesquisa para explorar as contradições e os conflitos inerentes a esta problemática, buscando identificar pontos de convergência e possíveis soluções. Esta obra analisa a literatura pertinente por diversos autores com finalidade de configurar uma ampla compreensão sobre o tema, além de abordar e estudar legislações e casos relevantes que ilustram os dilemas indicados.

(Resultados) De acordo com o que foi abordado se torna explícito a complexidade das questões relacionadas à atribuição dos direitos autorais no contexto das IA. Identificam-se problemas significativos, como a definição de autoria em criações geradas por sistemas automatizados e a proteção dos direitos dos artistas tradicionais. Além disso, são apresentadas diferentes abordagens e práticas adotadas por diversas jurisdições e organizações para lidar com estes desafios.

(Conclusão) Em última análise, é manifesta a necessidade da atenção e deliberação por parte do poder jurídico com relação às IA, isto é particularmente crucial dado o fato de que a área do direito relacionada a esse tema ainda é bastante nova e está em constante evolução. Diante deste rápido desenvolvimento das tecnologias de IA e das complexidades associadas à atribuição dos direitos autorais, é imperativo adotar abordagens flexíveis e colaborativas que levem em consideração os interesses de todas as partes envolvidas. Isso inclui a necessidade de desenvolver políticas e regulamentações adequadas, promover a transparência e a justiça na atribuição de direitos autorais, e incentivar a inovação responsável.

Palavras-chave: inteligência artificial; direitos autorais; arte.

BRASIL CONDENADO INTERNACIONALMENTE POR FEMINICÍDIO: O CASO MARCIA BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VS. BRASIL

Autor(es):

Anna Heloise Lima da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 7 de setembro de 2021, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Brasil no caso “Márcia Barbosa de Souza vs. Brasil”, relacionado ao feminicídio de Márcia em 1998. A decisão mostrou falhas do Estado em garantir justiça e proteção às vítimas de violência de gênero, destacando a imunidade parlamentar que permitiu que o deputado Aécio Pereira de Lima evitasse a punição por cinco anos. A CIDH determinou que o Brasil adotasse medidas reparatórias, como protocolos de investigação de feminicídios e capacitação das forças de segurança, enfatizando a necessidade de mudanças estruturais e mobilização social para enfrentar a impunidade e proteger os direitos das mulheres. Márcia Barbosa, uma jovem estudante negra e de classe baixa da Paraíba, foi assassinada após um encontro com o deputado estadual Aécio Pereira de Lima, que utilizou sua posição para evitar o processo judicial por certo período. Durante esse tempo, a Assembleia Legislativa da Paraíba negou duas vezes o pedido de autorização para processá-lo. Somente em 2007, após perder a reeleição, Aécio foi condenado a 16 anos de prisão por homicídio qualificado e ocultação de cadáver, mas recorreu da sentença e permaneceu em liberdade até falecer em 2008. A CIDH concluiu que o Brasil violou diversos artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos, incluindo o direito à proteção judicial e à igualdade perante a lei, e desrespeitou seu dever de prevenir e punir adequadamente a violência contra as mulheres, conforme a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (CIPPEDM).

(Metodologia) A metodologia proposta para esta análise é qualitativa, com foco em análise documental e estudo de caso. Primeiramente, seria feita a análise de documentos jurídicos, como a sentença da CIDH e as legislações pertinentes. Isso permitirá uma compreensão detalhada das violações apontadas e da responsabilidade do Estado brasileiro.

(Resultados) A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso “Márcia Barbosa de Souza vs. Brasil” expôs falhas no sistema de justiça ao lidar com a investigação e condenação nos casos de feminicídios. Em virtude da condenação, o Brasil foi ordenado a adotar medidas reparatórias, como a criação de protocolos para investigar feminicídios e capacitação policial, com o sucesso dessas ações dependente de mudanças estruturais e maior comprometimento estatal.

(Conclusão) Em conclusão, a condenação representa um passo significativo na responsabilização do Brasil pela violência de gênero, sublinhando a necessidade de um comprometimento renovado do Estado e das instituições para cumprir as determinações da CIDH. O envolvimento ativo da sociedade civil é imperativo para garantir que o caso de Márcia Barbosa não seja apenas um símbolo de injustiça, mas um catalisador para mudanças significativas na proteção dos direitos das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: feminicídio; violência de gênero; imunidade parlamentar; direitos humanos; CIDH.

CASO CARREFOUR E A NÃO GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL QUE TORNA O CRIME DE RACISMO INAFIANÇÁVEL

Autor(es):

Marcos Maciel Jacinto Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os negros foram torturados, violentados, marginalizados e trazidos para uma outra realidade para serem escravizados. Surgiu o preconceito onde a cor da pele e características físicas importavam na sociedade. Nos séculos aos quais o racismo era socialmente aceito a sociedade tinha na prática o pensamento a marginalização de pessoas que remete ao fenótipo preto. Para garantir a efetivação do combate a práticas racistas, é inserido no ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 7716 de maneira que em seu artigo 8º é expresso que "impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público". No final do século se antes desse período o racismo era relativamente aprovado na comunidade brasileira, o contexto passa a mudar a partir da inserção da inafiançabilidade e imprescritibilidade na prática do racismo garantido no rol dos direitos fundamentais da constituição federal. Existe uma grande conquista para todo o corpo social, pois é garantido na carta maior que a partir de então o racismo não terá mais espaço na atual conjuntura. No caso concreto de José Silveira que foi ao mercado fazer suas compras, e chegando no Carrefour foi agredido e espancado brutalmente até a morte pelos seguranças do mercado pelo fato de ser um homem da cor preta. Este caso não isolado no contexto hodierno fato mostra que mesmo diante da lei que torna essa prática crime é inafiançável.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada visa evidenciar de forma quantitativa os cenários que não comungam com o Artigo 5º inciso XLII da Carta Magna Brasileira. Através de notícias jornalísticas, sites, documentos eletrônicos oficiais abordando desde a Lei nº 7716 até a carta maior do Brasil.

(Resultados) Na prática, o racismo constitui um crime que é consumado no qual não haverá fiança nem mesmo remédios constitucionais para a retirada do autor mediante a ação. Utilizou-se uma pesquisa encomendada pelo Grupo Carrefour Brasil que avaliou a opinião dos brasileiros sobre o racismo no país. Conforme levantamento, 61% da população disseram ter visto negros sendo discriminados em estabelecimentos comerciais como lojas, shoppings e supermercados. Entre a população preta e parda, o índice aumenta para 71%. Nessa conjuntura, é perceptível o não cumprimento vigente das leis na prática. Ademais, é necessário o incentivo à informação que coíba práticas racistas estruturais e institucionais condicionados a responsabilização de forma eficiente contra os transgressores da lei.

(Conclusão) Ante o exposto, o ordenamento jurídico atual possibilitou uma maior adequação e justiça social com indivíduos que sentem na pele a não garantia do direito fundamental que torna o crime de racismo inafiançável e imprescritível, haja vista, que dentro desta perspectiva as leis citadas não foram suficientes para coibir casos racistas em todo território nacional.

Palavras-chave: marginalização; Carta Magna; responsabilização; garantia fundamental.

CLASSE SOCIAL E A JUSTIÇA PENAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO SUZANE VON RICHTOFEN

Autor(es):

Júlia Gomes de Sena Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Camila Leão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Júlia Almintas Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Charles Victor Freire Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Iaila Vitória Lima da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como foco o impacto do status social no tratamento de réus no sistema judicial brasileiro, utilizando como exemplo o julgamento de Suzane von Richthofen. Condenada a 39 anos de prisão pelo assassinato de seus pais em 2002, Suzane von Richthofen, pertencente a uma família de classe alta, foi uma das protagonistas de um dos crimes mais impactantes da história recente do Brasil. A análise deste caso serve de base para discutir a seletividade penal, ou seja, o tratamento desigual que o sistema judiciário brasileiro confere a réus de diferentes origens sociais, sendo mais favorável a indivíduos de classes sociais privilegiadas.

(Metodologia) Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental de processos judiciais, em particular os relacionados ao caso de Suzane von Richthofen. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica de obras e artigos acadêmicos que tratam da seletividade penal e das desigualdades no sistema judiciário brasileiro. Foram realizadas entrevistas com advogados, juízes e especialistas em direito penal para compreender as disparidades no acesso à defesa e no processo de progressão de pena. A comparação entre casos de réus de classes altas e baixas permitiu uma análise aprofundada das diferenças no tratamento judicial.

(Resultados) Os resultados da pesquisa indicam que réus de classes sociais mais altas, como Suzane von Richthofen, geralmente têm acesso a uma defesa mais eficaz, com advogados renomados e estratégias legais que facilitam a obtenção de benefícios, como a progressão de pena. No caso de Suzane, apesar da gravidade do crime e da repercussão nacional, ela obteve benefícios como a progressão para regimes de cumprimento mais leves. Em contrapartida, réus de classes mais baixas enfrentam dificuldades devido à sobrecarga da defensoria pública e à falta de recursos para contratar uma defesa privada, resultando em um tratamento mais severo e em menores chances de progressão de pena.

(Conclusão) O estudo conclui que o sistema judicial brasileiro é seletivo e beneficia réus de classes sociais mais altas, enquanto os de classes sociais menos favorecidas enfrentam um tratamento mais rígido. Para promover maior equidade no sistema de justiça, é necessário fortalecer a defensoria pública, revisar os critérios de progressão de pena e implementar políticas públicas eficazes de reintegração social para ex-detentos. Somente com essas reformas será possível construir um sistema de justiça que trate todos os cidadãos de forma igualitária, independentemente de sua classe social.

Palavras-chave: seletividade penal; Suzane von Richthofen; justiça criminal; desigualdade social; progressão de pena.

COM A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL, A PROMESSA DE DESJUDICIALIZAÇÃO TENDENCIA A MAJORAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Autor(es):

Ana Carla de Azevedo Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Referendando uma abordagem atualizada da promessa de redução da demanda de ações judiciais decorrentes da defasagem do Código Civil, em relação as constantes atualizações ocorridas na sociedade, prioritariamente enfatizando a necessidade de criação de leis que amparem situações atualizadas, antes inexistentes. Contudo, mensura-se que a reforma do novo Código Civil tendencia o surgimento de efeito colateral, aumentando a demanda de ações judiciais decorrentes dos conflitos oriundos de interesses e controvérsias. Sendo assim, contextualizam-se preleções sobre a problemática, nas quais diversos autores apontam discordâncias, expondo opiniões ou falhas no processo. Para isso, espera-se que a abordagem proposta, reafirme a relevância do assunto e necessidade de assertivas precisas nos anteprojetos.

(Metodologia) Utilizando de Método Dialético e Comparativo, abordando discussões comparativas através de pesquisas em artigos, revistas digitais, o google acadêmico e literatura, encontra-se uma diversidade de opiniões a despeito do assunto e da importância de uma minuciosa atenção, tendo em vista que a reforma deve obedecer a critérios de princípios, culturais e valores constituídos no ordenamento jurídico.

(Resultados) No contexto dessa perspectiva, a promessa de diminuição dos processos no sistema judiciário, tendencia a majorar um significativo aumento de revisões e jurisprudências ocasionadas pelos conflitos que tendem a surgir, tendo em vista a retirada de direitos pré-existent e a antes aprovados no código civil de 2002. Como é sabido, a intenção da reforma surgiu para atualização do legislativo frente as frequentes mudanças na sociedade e as inúmeras jurisprudências necessárias para a resolução de conflitos, enfatizando a redução de prejuízo as partes envolvidas. Tendo em vista a diversidade de opiniões a despeito da Reforma do Código Civil, enfatizando a importância de uma minuciosa abordagem antes da aprovação do texto final, sobretudo pela necessidade de uma reforma na qual prevaleça obedecer aos critérios de princípios, cultura e valores a serem desenvolvidos para manter o intuito inicial, de um ordenamento jurídico justo e atualizado, em consonância com as constantes mudanças do cenário societário.

(Conclusão) Para os juristas tradicionais, o novo Código Civil, tem apresentado discordâncias, onde reformas de bases apregoadas, são vistas como subversivas, reacionárias. No entanto, há divergências que devem ser analisadas, a despeito de algumas alterações darem margem a construção jurisprudencial e com isso, contribuindo para majoração da judicialização nos direitos de família e sucessões. Amplas discussões ainda devem ser observadas nos anteprojetos até a efetivação e aprovação do escopo final da reforma do código civil brasileiro, proposto para finalizar ainda em 2024. Mas é indiscutível que resta um longo percurso até chegar a uma reforma justa e que atenda ao recurso inicial de desjudicialização das ações, somente assim tem a possibilidade de um poder judiciário mais ágil e conciso que atenda com rapidez as constantes atualizações societárias.

Palavras-chave: desjudicialização; direito civil; reforma legislativa; novo código civil.

COMO A RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA VÍTIMA PODE VIOLAR A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Autor(es):

José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proteção dos direitos das crianças e adolescentes evoluiu significativamente ao longo do tempo no âmbito legislativo no decorrer dos anos. Historicamente, crianças e adolescentes não eram reconhecidos como sujeitos de plenos direitos. A infância começou a ganhar destaque com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada em Genebra em 1924, que estabeleceu princípios básicos de proteção aos menores. A Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, reforçou a necessidade de garantir os direitos de todos os indivíduos, incluindo crianças, em 1959, a ONU promulgou o Tratado de Proteção aos Direitos das Crianças e Adolescentes. A culminação desse processo ocorreu em 1989 com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, que estabeleceu normas globais para a proteção e promoção dos direitos das crianças, reconhecendo-as como sujeitos plenos de direitos. Com o Ato de Constituição de 1988, as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, esse reconhecimento teve impactos no sistema jurídico brasileiro, refletindo-se diretamente no Código Civil de 2002, que trouxe inovações importantes em relação ao Código Civil de 1916, que tratava os menores mais como objetos de tutela do que como sujeitos de direitos. No entanto, apesar dos avanços legislativos, a relativização da vulnerabilidade da vítima emergiu como uma questão crítica nas decisões judiciais contemporâneas, colocando em risco a efetividade das proteções estabelecidas. A problemática central deste projeto é: Como a relativização da vulnerabilidade da vítima pode violar a evolução legislativa e jurisprudencial de proteção a crianças e adolescentes?

(Metodologia) A presente pesquisa será conduzida através de metodologias qualitativas, especialmente, a revisão da legislação e a doutrina, pela qual serão analisadas as divergências jurisprudenciais no que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, será feita também uma análise jurisprudencial com a finalidade de conhecer os posicionamentos e interpretações dos tribunais superiores no que concerne a caracterização das violações de direitos das crianças e adolescentes.

(Resultados) Primeiramente, constata-se um retrocesso uma notória no que concerne às decisões judiciais dos Tribunais Superiores, dado que, apesar do avanço legislativo, e sendo a proteção de crianças e adolescentes um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro, consagrada na Constituição Federal de 1988, bem como disciplinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma jurisprudência contemporânea Superior Tribunal de Justiça não considerou como sendo estupro de vulnerável o relacionamento de um homem de 20 anos com uma menina de 13 anos, contrariando o próprio entendimento, haja a vista que, este mesmo Tribunal, num entendimento anterior, já havia consolidado que qualquer prática de cunho sexual contra menor de 14 anos, deveria ser caracterizada como estupro de vulnerável.

(Conclusão) Embora todo avanço legislativo, a jurisprudência contemporânea foi na contramão da proteção integral, haja vista ser a jurisprudência uma das fontes do direito, ao decidir de encontro à proteção integral, viola avanço histórico legislativo bem como a dignidade da pessoa humana. Haja vista ser um dever de todos garantir a integridade física e moral de crianças e adolescentes, conforme estabelecido na Constituição Federal, no artigo 227, e os Tribunais Superiores, através de jurisprudências que assegurem todos os direitos dignos relativos a este público. Assim, o que deverá ser analisado, aqui, é forma relativização da vulnerabilidade da vítima pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, avaliando como essa prática pode comprometer o atendimento ao melhor interesse das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: criança; jurisprudência; melhor interesse; proteção; vulnerabilidade.

COMO O TRABALHO INFANTIL ESTÁ RELACIONADO COM A DESIGUALDADE SOCIAL: UM ESTUDO NO CENÁRIO BRASILEIRO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Autor(es):

Natália Beatriz de Lima Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rebeca Chianca Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda Costa Figueiredo Torres Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara da Rocha Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Stephany Williane Silva Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um cenário pós guerra, é visível o cataclismo ocasionado, especialmente no período Pós-Segunda Guerra Mundial. Dentro deste contexto, pode-se observar um reflexo das profundas precarizações sociais e econômicas do país. A pesquisa apresentada neste artigo busca analisar a relação entre o trabalho infantil e a desigualdade social no Brasil, com foco no período Pós-Segunda Guerra Mundial. Ademais, de modo cronológico é perceptível a falta de oportunidades, a pobreza e as condições de trabalho precárias levaram muitas crianças e adolescentes a ingressarem precocemente no mercado de trabalho. Diante disso, destaca-se a importância de políticas públicas eficazes para a erradicação do trabalho infantil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, aponta que os desafios persistem, exigindo um esforço contínuo de todos os setores da sociedade para garantir os direitos das crianças e adolescentes e promover a igualdade social.

(Metodologia) Durante a construção da pesquisa aplicou-se o método de abordagem dedutivo, com o intuito de observar a evolução dos direitos das crianças e adolescentes. Outrossim, empregou-se o método de procedimentos históricos, através de uma revisão bibliográfica e análise de dados históricos, bem como a análise de artigos que embasaram esse mesmo teor e cronologia da tipificação da lei.

(Resultados) Diante do exposto, é negociável o acesso de serviços básicos, garantir a inclusão educacional, criar oportunidades de emprego para adultos e criando passos essenciais para construir um futuro mais justo, onde as crianças possam ser crianças, livres da exploração econômica e preparadas para um amanhã inclusivo e igualitário.

(Conclusão) Dessarte a coleta promovida pelo estudo bibliográfico e jurídico. Constatou-se que apesar da evolução das leis, a desigualdade social continua presente no Brasil, comprometendo a equidade entre os cidadãos. Nesta mesma visão, sob o aprimoramento das normas brasileiras, embora tenha avançado, ainda não é suficiente para proteger integralmente a infância e a juventude, que permanecem vulneráveis. Para romper esse ciclo, é necessária uma abordagem integrada que envolva o Estado e a sociedade civil, desenvolvendo políticas que não apenas proibam o trabalho infantil, mas também fortaleçam a educação e as redes de proteção social.

Palavras-chave: trabalho infantil; Brasil; desigualdade social; ECA; segunda guerra.

COMPREENDENDO O FEMINICÍDIO

Autor(es):

Luana de Souza Feliciano: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

Alda Karoline Lima da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se de uma abordagem de maneira ampla o tema dos feminicídios e sua complexidade sob diferentes perspectivas. Eles discutem não apenas o fenômeno em si, mas também os aspectos legais, teóricos e sociais que envolvem a violência letal contra mulheres. questão dos feminicídios é um assunto de grande relevância e complexidade em nossa sociedade contemporânea. Trata-se de um problema que transcende fronteiras geográficas e culturais, afetando mulheres em todo o mundo. Este conjunto se dedica a analisar e discutir os diferentes aspectos relacionados aos feminicídios, fornecendo uma visão abrangente e crítica desse fenômeno alarmante.

(Metodologia) Muitas das metodologias utilizadas nos artigos e fichamentos sobre o feminicídio em última análise, uma análise crítica e teórica do feminicídio deve reconhecer a complexidade desse problema e a necessidade de abordagens interdisciplinares que envolvam sociologia, psicologia, direito, política e outras disciplinas. Além disso, é importante destacar que a prevenção do feminicídio exige uma mudança cultural profunda, que desafia normas de gênero prejudiciais e promove a igualdade e o respeito entre os sexos.

(Resultados) As autoras discutem a evolução dos conceitos e características associados ao feminicídio, enfatizando sua relação com a violência de gênero. O estudo analisa a dualidade presente na legislação brasileira em relação ao feminicídio, considerando as noções de sexo e gênero e suas implicações nas políticas públicas e no sistema legal. Investiga as consequências da tipificação do feminicídio proposta pelo Senado Federal no Código Penal brasileiro, questionando sua efetividade na abordagem à violência de gênero.

(Conclusão) As considerações finais da pesquisa podem ser resumidas da seguinte forma: Natureza dos Crimes de Gênero e Feminicídios: A pesquisa buscou compreender a complexidade dos crimes de gênero, especificamente os feminicídios, analisando conceitos, características e os fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para esses crimes. Ações para Prevenção de Feminicídios: Foram exploradas ações em diversos âmbitos da sociedade voltadas para a prevenção dos feminicídios, destacando a importância de abordagens multidisciplinares. Dualidade na Legislação Brasileira: A dualidade presente na legislação brasileira em relação ao feminicídio, envolvendo as noções de sexo e gênero, foi analisada em profundidade, com foco nas implicações nas políticas públicas e abordagem legal da violência contra mulheres.

Palavras-chave: feminicídio; violência de gênero; legislação brasileira; prevenção do feminicídio; direitos das mulheres.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: CAMINHOS EFICAZES PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA SUA EXPANSÃO

Autor(es):

Laura Dias Nogueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Bittencourt da Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Guilherme Morais de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Fraifer Palhano dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os conflitos interpessoais vem se tornando cada vez mais recorrentes na realidade hodierna. Dessa forma, tendo em vista a grande complexidade de tais conflitos, as partes envolvidas buscam – de maneira demasiada – o sistema judicial brasileiro para a solução de tais impasses. No entanto, tais demandas ocasionam a sobrecarga desse sistema que, aliada à morosidade e aos custos elevados de processos judiciais, levanta a necessidade de métodos alternativos e eficazes de resolução de conflitos, com destaque para a conciliação e a mediação.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em livros e documentos jurídicos que abordam a conciliação e a mediação como formas alternativas de resolução de conflitos. A análise comparativa foi utilizada para identificar as principais diferenças entre esses dois métodos, considerando suas características, aplicações e benefícios. Também foi feito um levantamento de dados estatísticos sobre a sobrecarga do sistema judicial brasileiro e o impacto da adoção de métodos alternativos na redução dessa demanda.

(Resultados) Os resultados mostram que a conciliação e a mediação são métodos eficazes para resolver conflitos, sendo mais rápidos e econômicos que o sistema judicial tradicional. A conciliação é eficiente em casos que demandam soluções rápidas, enquanto a mediação é ideal para situações mais complexas, onde o diálogo entre as partes é essencial. Ambos os métodos reduzem a sobrecarga do sistema judicial e promovem maior satisfação das partes. A atuação especializada de mediadores e conciliadores também é fundamental para o sucesso dessas práticas, que se destacam como alternativas viáveis e eficientes na resolução de conflitos.

(Conclusão) Conclui-se que a conciliação e a mediação se destacam como formas alternativas eficazes de resolução de conflitos. A pesquisa mostrou que esses métodos, além de serem mais ágeis e menos onerosos que o processo judicial tradicional, promovem maior satisfação entre as partes envolvidas. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a falta de conhecimento generalizado sobre esses métodos e a necessidade de formação contínua de mediadores e conciliadores especializados. Sugere-se, assim, a ampliação de campanhas de conscientização e a criação de programas educacionais que incentivem o uso dessas práticas. Além disso, novas pesquisas poderiam focar no impacto a longo prazo da conciliação e mediação em diferentes áreas de litígio, investigando sua efetividade em setores específicos, como direito familiar, comercial e trabalhista.

Palavras-chave: conciliação; mediação; resolução de conflitos; sistema judicial; sobrecarga.

CONCILIAÇÃO: VIDA E ESTUDO PARA ALUNOS INGRESSANTES E INGRESSADOS NO CURSO DE DIREITO

Autor(es):

Vinícius Varela Cavalcanti Lacerda Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Odilon Campos De Carvalho Supra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Caio Paiva Antunes da Nobrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ricardo Júnior Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Ferreira Pinto Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho visa analisar o desafio enfrentado pelos alunos ingressantes e ingressados no curso de Direito ao tentar conciliar a exigente rotina acadêmica com uma vida equilibrada e saudável. O objetivo principal é conscientizar esses alunos sobre a importância de um estudo equilibrado, mostrando como ele pode impactar positivamente tanto a vida acadêmica quanto o bem-estar geral dos estudantes. A proposta busca proporcionar ferramentas e informações para que os alunos possam gerir melhor seu tempo e compromissos, favorecendo um equilíbrio entre os estudos e outras atividades diárias.

(Proposta do roteiro) Para alcançar esses objetivos, foram disponibilizadas três vídeo aulas para os alunos do primeiro período, abordando os seguintes temas: a consequência do não estudo, a consequência do estudo equilibrado e a consequência do estudo excessivo. Além dos vídeos, foram aplicados dois formulários, um antes e outro após a visualização das aulas. Esses formulários tinham como intuito coletar dados sobre as experiências e desafios enfrentados pelos alunos para conciliar seus compromissos acadêmicos com outras etapas de suas vidas. Os alunos foram incentivados a compartilhar suas percepções e mudanças observadas após assistir aos vídeos.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados do projeto incluem uma mudança positiva na forma de estudo dos alunos, promovendo um maior equilíbrio entre suas atividades acadêmicas e pessoais. Espera-se que, após assistir às vídeo aulas, os alunos percebam os efeitos de diferentes abordagens ao estudo e adotem práticas mais saudáveis e eficazes. A análise das respostas dos formulários mostrou que houve uma melhora significativa no entendimento dos alunos sobre a importância do estudo equilibrado, com uma grande parte deles reportando mudanças positivas em suas rotinas de estudo. Esses resultados indicam que o trabalho atingiu seu objetivo, contribuindo para a redução da evasão escolar e melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida dos alunos.

CONDIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E REFORMAS NECESSÁRIAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA

Autor(es):

Sthefanie Kelly Dos Santos Galvão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Danton Henrique Negreiros Vasconcelos Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Borges Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O encarceramento feminino no Brasil tem crescido de forma preocupante nas últimas décadas, mostrando falhas na estrutura do sistema prisional do país. As prisões foram projetadas para atender uma população predominantemente masculina e não atende as necessidades específicas das mulheres, resultando em um ambiente que agrava problemas de saúde, condições de precariedade e desigualdade de gênero. Este artigo tem como objetivo expor as condições críticas enfrentadas pelas detentas e promover uma reflexão sobre as reformas necessárias para garantir a ressocialização dessas mulheres. A pesquisa foca no cumprimento da Lei de Execução Penal, que ao ser negligenciada compromete a função ressocializadora das penas. Além disso, destaca a importância da educação como ferramenta essencial para a reintegração das detentas na sociedade, propondo políticas públicas que promovam seu desenvolvimento pessoal e profissional com redução da reincidência criminal.

(Metodologia) O artigo foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura, com foco em artigos de Direito e Pedagogia, além de documentos oficiais e dispositivos da Constituição Federal. A pesquisa comparou criticamente as abordagens acadêmicas e legislativas, identificando lacunas e novas reflexões sobre o tema. A metodologia proporcionou uma análise multidisciplinar e fundamentada, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do assunto.

(Resultados) O artigo evidencia a discrepância entre a teoria da Lei e a prática no sistema penitenciário feminino, que não foi projetado para atender às necessidades das mulheres. Além dos problemas já presentes no sistema masculino, as detentas enfrentam a falta de cuidados específicos, como higiene e maternidade, e a ausência de investimento estatal em educação. Isso reforça o descaso do Estado e a ineficácia do sistema para a ressocialização das mulheres.

(Conclusão) A conclusão do artigo ressalta a análise das condições do sistema carcerário brasileiro, abordando a relação entre escolarização, segurança pública, encarceramento feminino e o direito à saúde das presidiárias. Com base em teorias relevantes, ficou evidente que o sistema penitenciário feminino, além de precário, não considera as necessidades específicas das mulheres, como higiene e saúde, particularmente na maternidade. A falta de investimentos em educação agrava ainda mais a situação. A negligência estatal compromete a ressocialização das mulheres, perpetuando sua exclusão e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: feminino; educação; ressocialização; penitenciário.

CONFLITO DE GAZA E OS IMPEDIMENTOS PARA À AUTODERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO

Autor(es):

Pedro Arthur Penha de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, os conflitos armados seguem uma trajetória paralela às ideologias humanitárias, os líderes estatais, ao perseguirem novos armamentos e tecnologias de guerras, negligenciam o bem-estar de seus cidadãos. É sabido que o Oriente Médio já apresentou ao mundo centenas de conflitos, desde o seu nascimento a região presenciou uma rotina de guerras. Todavia, um conflito que mesmo após sete décadas não ofertou resolutiveza foi o israelo-palestino, e desde 7 de outubro de 2023 quando o grupo nacionalista Palestino "HAMAS" invadiu o sul de Israel provocando mortes em massa, o Estado de Israel tem realizados constantes ataques a faixa de Gaza, como exemplo bombardeando hospitais, e o resultado disso são violações do Direito Internacional Humanitário, e um conflito entre uma potência estatal e um grupo nacionalista.

(Metodologia) O método utilizado foi o de pesquisa bibliográfica, feita uma coleta de dados a partir de artigos, livros e sites. Ademais, o método dedutivo, dispondo de teorias prévias, para chegar aos resultados.

(Resultados) Foram diversas, as tratativas de divisões de terras da área árabe, uma delas ocorre atualmente de maneira ilegal, com a implementação de assentamentos nas terras Palestinas desde o fim da Guerra dos Seis dias em 1967, violando o Art. 2º da Carta das Nações Unidas, bem como a Resolução 242 do Conselho Nacional da ONU, que proíbem a aquisição de terra por meio da guerra. Além disso, o bloqueio estabelecido pela criação do muro, na Cisjordânia, em 2004, limita o acesso à saúde, a entrada de medicamentos e comidas, quando não enviadas pela Organização das Nações Unidas, violando de maneira direta o Jus In Bello, o Art. 54 do Protocolo Adicional I da Convenção de Genebra é claro ao dispor sobre a inviolabilidade de bens indispensáveis à sobrevivência, estando em seu parágrafo primeiro a alimentação e posteriormente no segundo, o acesso a água.

(Conclusão) A Liberdade está intrinsecamente ligada com as necessidades básicas de um povo; dessa forma, se um indivíduo não consegue desenvolver sua vida plena através do Direito básicos não existe liberdade, porque não há liberdade se existe necessidade, logo não se exerce de maneira plena a autodeterminação, as violações aqui presentes impedem o exercício do Direito erga omnes, não dispondo o povo palestino do respeito a inviolabilidade de seu território, não exercendo o seu autogoverno e estabelecendo-se como soberano. Desde 07 de outubro de 2023 que os ataques na faixa de Gaza como forma de retaliação ignoram a norma internacional humanitária. É necessário a busca por um cessar-fogo na região, junto a responsabilização ao Estado de Israel, e as potências mundiais que financiam e contribuem para o caos internacional.

Palavras-chave: Palestina; direito internacional humanitário; conflito internacional; liberdade.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO SINDICAL NO SOCIALISMO REAL

Autor(es):

Beatriz Amaral França: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Há uma necessidade histórica de proteger os direitos e melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora. Os marxistas-leninistas tentam por meio da revolução emancipar a classe produtora fazendo com que ela tome o poder e seja capaz de gerir os próprios interesses. Do início da teorização aos dias atuais foram feitas algumas tentativas de estabelecer um estado socialista na prática. Eles conseguiram de fato melhorar a qualidade de vida e desenvolver maneiras dos trabalhadores exercerem a gestão de seus próprios interesses? O que acontece quando o interesse do Estado proletário e uma categoria ou parte dela entra em conflito?

(Metodologia) Utilizando os critérios da OIT e os princípios do Direito Coletivo do Trabalho, fazendo-se as devidas adaptações por entender que o Direito no socialismo deve aproveitar a produção científica produzida no capitalismo quando esta for útil ao processo revolucionário. Far-se-á uma investigação qualitativa, interdisciplinar, a partir do método materialista histórico, do conteúdo de livros, artigos, dissertações e outras produções acadêmicas encontrados em diversos portais acadêmicos de pesquisa.

(Resultados) Analisando as experiências foi possível perceber que a influência da experiência soviética tornou o processo burocrático e tecnicista dificultando os sindicatos de atuar como autênticos representantes da classe trabalhadora, foram influenciados nesse sentido Cuba e a China após a morte de Mao. A perseguição e as rixas dentro do partido também dificultaram a promoção de um debate mais saudável e heterogêneo. Sem dúvida, nenhuma dessas experiências devem ser tiradas do contexto nas quais foram criadas, ao analisar os avanços e retrocessos dentro do processo revolucionário.

(Conclusão) Em suma, a maioria dos processos teve ferramentas para arguir as suas questões e promover os debates através do chamado para congressos, das ferramentas democráticas clássicas de votar, apresentar candidatos e etc, dos sindicatos, entretanto fortemente limitadas por um clima de desconfiança interna, graças ao franco ataque e intervenções externas, a guerra, e a necessidade de manter a unicidade a qualquer custo sob o risco eminente de parecer fraco ou ficar enfraquecido diante de um inimigo muito bem articulado e armado. Por fim, cabe destacar a necessidade de um debate científico honesto para que se possa aprender com os erros e acertos do passado e trabalhar na construção de um futuro mais democrático e que favoreça a satisfação dos direitos e necessidades da classe produtiva.

Palavras-chave: experiências socialistas; conflitos trabalhistas; direito sindical.

CONTEMPORANEIDADE

Autor(es):

Sara Caroline Ribeiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A interpretação é um tema fundamental nas ciências humanas, abrangendo diferentes campos de estudo como o direito, a filosofia e a arte. A capacidade de interpretar normas, textos, conceitos e expressões artísticas reflete a complexidade das interações humanas e a forma como compreendemos o mundo ao nosso redor. Cada uma dessas disciplinas desenvolveu abordagens únicas para lidar com a questão da interpretação, e o entendimento dessas abordagens é essencial para captar as nuances do conhecimento em cada campo. No direito, a interpretação é tradicionalmente vista como um processo técnico e normativo, no qual o jurista deve aplicar a lei de acordo com regras e princípios preestabelecidos. Hans Kelsen, por exemplo, com seu normativismo, defende uma visão onde o direito deve ser interpretado de forma puramente normativa, desvinculando-se de questões morais ou sociais. Já Miguel Reale, com o tridimensionalismo, propõe que o direito não pode ser compreendido isoladamente das esferas dos fatos e dos valores, ou seja, ele articula a norma jurídica, os fatos sociais e os valores éticos, oferecendo uma visão mais complexa da interpretação no campo jurídico. Outro exemplo é o vitalismo de Recaséns Siches, que incorpora uma abordagem humanista e vivencial, sugerindo que o direito deve ser interpretado de acordo com as vivências humanas e a experiência concreta. Da mesma forma, o egologismo de Carlos Cossio foca na subjetividade do operador do direito, vendo a interpretação como uma atividade que depende da perspectiva pessoal e das interações subjetivas.

(Metodologia) A metodologia do estudo baseou-se em uma revisão qualitativa de literatura sobre hermenêutica, focando em autores como Gadamer, Heidegger e Kelsen. O estudo comparou a aplicação da interpretação no direito, filosofia e arte, examinando abordagens como o positivismo jurídico e o tridimensionalismo de Reale. Além disso, incluiu a análise de casos práticos, demonstrando como a hermenêutica molda decisões judiciais e influências culturais na interpretação de obras filosóficas e artísticas.

(Resultados) Os resultados mostram que a interpretação jurídica, apesar de ser tecnicamente orientada, tem se aberto para perspectivas mais amplas, especialmente com o avanço do pós-positivismo, que busca integrar valores e aspectos sociais na aplicação das normas. No direito contemporâneo, há uma valorização crescente da conexão entre normas e moralidade, com uma ênfase em garantir que a aplicação do direito reflita os princípios éticos da sociedade. Por outro lado, na filosofia e nas artes, a interpretação continua a ser vista como um campo profundamente subjetivo, onde o sentido de um texto ou de uma obra é sempre condicionado pelo contexto e pela experiência de quem interpreta.

(Conclusão) Em conclusão, a interpretação é um elo essencial entre as normas, os fatos e os valores, sendo um ponto de convergência entre o direito e arte. No direito, a evolução da interpretação normativa para abordagens mais flexíveis e humanistas reflete a necessidade de adaptar o sistema jurídico às mudanças sociais. Já na filosofia e nas artes, a interpretação mantém seu caráter subjetivo, mas continua a ser uma ferramenta fundamental para compreender a condição humana e a expressão cultural ao longo do tempo. A inter-relação entre esses campos demonstra a importância da interpretação como um processo contínuo e dinâmico, fundamental para a compreensão e evolução do pensamento humano.

Palavras-chave: normativismo; tridimensionalismo; hermenêutica; filosofia; arte; direito.

CONTEXTO POLÍTICO: A SOBERANIA DE ISRAEL SOB A PALESTINA E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Júlia Maciel Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse artigo discute, problematiza e contextualiza o conflito de Israel e Palestina que se estende desde a década de 1940 e aludem o movimento sionista que defendia a criação do estado judeu na Palestina, isso sendo o estopim para começar a guerra. Desse modo, teve a criação da Convenção dos Direitos Humanos que interfere intencionalmente na guerra. No cerne dessa disputa estão questões fundamentais de direitos humanos. A luta por autodeterminação, segurança e justiça é vivida de forma intensa por ambos os lados. Para os palestinos, o conflito é muitas vezes visto como uma questão de ocupação e busca por um Estado próprio, com a reivindicação de direitos que incluem o retorno de refugiados e a construção de uma nação soberana. Para os israelenses, o conflito é frequentemente percebido como uma questão de segurança e sobrevivência, com a necessidade de proteger seu território e cidadãos contra ameaças externas e internas.

(Metodologia) A metodologia que foi usada para esse artigo foi uma pesquisa aprofundada em artigos e utilizar teorias de relações internacionais, como realismo, liberalismo ou construtivismo, para contextualizar a soberania e a violação dos direitos humanos. Incluir teorias de direitos humanos para entender as implicações das ações de Israel na Palestina.

(Resultados) De modo a compreender a trajetória de vínculo entre Israel e Palestina, compreendeu-se que a economia palestina está atrofiando devido a guerra de Gaza que ainda permanece acontecendo. Mas também como poderia um país pequeno como a Palestina competir com a soberania do conjunto de EUA e Israel com sua exportação de armamento e suas jazidas de petróleo

(Conclusão) Concluir a discussão sobre o conflito israelense-palestino à luz dos direitos humanos revela a complexidade e a profundidade das questões em jogo. O conflito não é apenas uma batalha territorial ou política; é uma luta profundamente enraizada em aspirações humanas básicas, como dignidade, segurança e justiça. Os direitos humanos são uma lente crucial para entender e abordar o conflito. A violação desses direitos ? seja por meio da ocupação, do deslocamento forçado, das restrições de movimento ou da violência ? tem consequências devastadoras para a vida cotidiana de milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a necessidade de segurança e a busca por reconhecimento também são legítimas e devem ser respeitadas. Para avançar em direção a uma solução duradoura, é essencial que qualquer resolução respeite os direitos e as aspirações de ambos os povos. A construção de uma paz justa e sustentável exige a adoção de princípios de direitos humanos que garantam a segurança, a justiça e a dignidade para todos. Isso envolve, entre outras coisas, o fim da ocupação, a proteção dos civis, o reconhecimento das aspirações nacionais e a criação de mecanismos eficazes para resolver disputas e garantir a convivência pacífica. Em última análise, a busca por uma paz justa e duradoura no Oriente Médio é uma tarefa monumental, mas é também uma questão de justiça e respeito aos direitos humanos. A realização desses direitos não é apenas um ideal ético, mas uma necessidade prática para construir um futuro mais seguro e harmonioso para israelenses e palestinos.

Palavras-chave: Israel; Palestina; guerra; humanidade; direito

CRISES INSTITUCIONAIS, A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES E O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS NA BUSCA PELO EQUILÍBRIO INSTITUCIONAL EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Autor(es):

Guilherme Silva do Vale: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Victor Gabriel de Moraes Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Victor Araújo Cortez: Discente do curso de Educação Física – Bacharelado do UNI-RN
Beatriz Souza Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, a sociedade brasileira vem enfrentando uma série de eventos que caracterizam uma crise institucional, marcada por embates concretos entre os poderes da República. Essas instâncias, mediante o sistema de freios e contrapesos estabelecido no artigo 2º da Constituição Federal de 1988, asseguram harmonia e independência entre si. No entanto, desde 2013, ocorrências envolvendo os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário revelam abusos de ordem constitucional. Nesse contexto, a PL nº 4.754/2016 busca tipificar como crime de responsabilidade a usurpação de competência legislativa pelos ministros do STF, alterando a Lei nº 1.079/1950, conhecida como Lei do Impeachment. Essas medidas se fazem necessárias em vários âmbitos, uma vez que não se percebe uma fidedignidade prática ao sistema de freios e contrapesos, o que lesa a democracia brasileira e leva o país à barbárie.

(Metodologia) Por intermédio de uma pesquisa qualitativa, observaram-se os diversos imbróglios que fomentam a chamada crise institucional dentro do Estado Democrático brasileiro. Outrossim, uma análise bibliográfica aprofundada, que exalta nomes como Montesquieu e Rousseau, compõe a metodologia dedutiva de análise e embasamento das razões de fato e de direito anteriormente mencionadas, as quais confirmam uma ameaça significativa à democracia. Trata-se de um arcabouço científico diversificado, moderno e prático das teorias que envolvem as interações políticas e socioeconômicas da realidade brasileira, diretamente fundamentado em teorias escritas desde o século XVIII, que perduram na sistematização estatal, referindo-se à tripartição dos poderes e ao sistema de Checks and Balances.

(Resultados) Observou-se, na lide, a necessidade de superar os imbróglios resultantes dos abusos de poder e da extrapolação dos limites constitucionais, no tocante aos conformes estabelecidos no artigo 2º da Constituição. Esses abusos geram crises institucionais, comprometem os direitos fundamentais e desestabilizam a máquina pública, abrindo caminho para a desordem e o colapso governamental. Assim, ficou evidenciado que o sistema de freios e contrapesos vem, nos últimos anos, enfrentando uma série de interferências que atentam contra a soberania popular e os princípios constitucionais. Portanto, é necessária uma vigilância constante e maior rigidez na aplicação prática dos limites constitucionais impostos aos poderes da República, buscando, assim, a ordem e o bem-estar da sociedade.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que o princípio da separação de poderes e o sistema de freios e contrapesos têm sido enfraquecidos por uma postura individualista e gananciosa dos representantes, que extrapolam os limites constitucionais. As inconsistências desse princípio, conforme apontado por doutrinadores, decorrem da incapacidade de prever que sua eficácia depende da manutenção de um sentido social nas funções de cada poder. Quando esses papéis são ignorados, crises democráticas emergem. É evidente o aumento das reivindicações da sociedade civil por mais transparência nos atos realizados pelos representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Portanto, é dever dos envolvidos abdicar de suas liberdades instituídas e mediar, dentro dos trâmites legais, para que o sistema seja preservado. Ademais, é fundamental que os princípios expostos no preâmbulo constitucional sejam concretizados com vigor, garantindo o equilíbrio democrático e estabelecendo o bem-estar social dentro de um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: separação dos poderes; sistema de freios e contrapesos; democracia; Constituição; sociedade.

CUIDANDO DE QUEM CUIDA

Autor(es):

Natália Ferreira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Beatryz de Lima Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo da proposta é apresentar estratégias para reduzir o excesso de trabalho e melhorar o bem-estar dos profissionais de saúde, visando assim, promover uma maior qualidade de vida no ambiente de trabalho e uma prestação de cuidados mais eficaz aos pacientes.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro tinha como objetivo incluir Psicologia e Auriculoterapia, tendo como ideia levar para os profissionais 6 voluntários para que fosse formado um círculo, havendo assim, melhor interação entre os mesmos. No primeiro instante, planejamos uma terapia em conjunto com os mesmos no consultório do NAST durante 1 hora e 30 minutos para que tivessem mais privacidade e pudessem se sentir a vontade para expressar seus sentimentos. Já no segundo momento houve a ação da ariculoterapia, onde os pacientes tiveram um momento de relaxamento e terapêutico.

(Efeitos esperados) Espera-se que, ao participarem desse trabalho, os profissionais possam melhorar sua saúde física e mental, reduzir o estresse e a exaustão emocional, aumentar a motivação e o engajamento no trabalho, melhorar a relação com os colegas e pacientes, além de promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. Com a implementação dessas ações, a equipe tende a se sentir mais valorizada, o que pode resultar em uma maior satisfação no trabalho e, conseqüentemente, em uma melhor qualidade do serviço prestado aos pacientes.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DO ESTELIONATO ONLINE

Autor(es):

Thiago Vinicius de Souza Pinheiro Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os avanços tecnológicos têm proporcionado inúmeras oportunidades, mas também têm dado origem a novas formas de crimes, especialmente no ambiente virtual. Neste contexto, os golpes cibernéticos, como o estelionato online, têm se destacado como uma ameaça significativa para a segurança digital dos usuários da internet. Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar esses golpes cibernéticos e as dificuldades enfrentadas na sua investigação, visando informar o público sobre os mecanismos utilizados pelos criminosos e promover a conscientização sobre a segurança digital.

(Metodologia) A metodologia empregada neste estudo adota uma abordagem indutiva. Isso envolve uma revisão bibliográfica abrangente, incluindo análise de livros, artigos científicos, relatórios e documentos oficiais sobre crimes cibernéticos, com foco no estelionato online. Além disso, serão realizadas entrevistas com especialistas em segurança cibernética e autoridades policiais para obter insights sobre práticas criminosas, desafios investigativos e estratégias de prevenção e combate. Essa combinação de métodos busca uma compreensão aprofundada dos desafios e perspectivas relacionados à investigação e prevenção do estelionato online, contribuindo para o desenvolvimento de recomendações e estratégias eficazes na era digital.

(Resultados) Os resultados da pesquisa proporcionarão uma análise abrangente dos métodos empregados pelos criminosos na prática de golpes cibernéticos, assim como das dificuldades enfrentadas pelas autoridades durante a investigação desses delitos. Serão identificadas as principais vulnerabilidades no ambiente digital exploradas pelos criminosos, destacando-se lacunas na segurança cibernética e falhas nos sistemas de prevenção e detecção de fraudes. Com base nesses achados, serão propostas recomendações destinadas a fortalecer a segurança digital e mitigar os riscos associados aos crimes cibernéticos, visando assim a prevenção efetiva desses tipos de delitos.

(Conclusão) Conclui-se, ao término deste projeto de pesquisa, que a situação dos crimes cibernéticos, em especial o estelionato online, apresenta desafios significativos que exigem atenção imediata das autoridades e da sociedade em geral. A análise realizada revela a complexidade desses crimes, evidenciando a sofisticação dos métodos utilizados pelos criminosos e as dificuldades enfrentadas pelas autoridades na sua investigação. Portanto, é imperativo que o Estado e as instituições pertinentes direcionem esforços para desenvolver políticas públicas efetivas e abrangentes que visem à proteção dos cidadãos contra os golpes cibernéticos, garantindo assim a segurança e a integridade dos dados pessoais e financeiros dos usuários da internet. Em resumo, este estudo destaca a urgência de uma resposta coordenada e proativa para enfrentar os desafios da era digital e promover um ambiente online mais seguro e confiável para todos os usuários.

Palavras-chave: golpes cibernéticos; estelionato online; crimes cibernéticos; segurança digital.

**DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS NUMA PERSPECTIVA DE SUBJUGO A SEGURANÇA JURÍDICA DO INDIVÍDUO EM
DETRIMENTO DO ESTADO**

Autor(es):

Isabel Cristina Caetano de Lemos Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante a formação do Estado democrático de direito, os direitos fundamentais inseridos na Carta Magna voltaram-se a incorporação de direitos invioláveis para a proteção do indivíduo, tais como o direito à propriedade. Ocorre que ao decorrer do desenvolvimento da legislação do direito público, mais precisamente o direito administrativo, corroborou-se fundamentos e princípios próprios da administração pública, bem como as suas prerrogativas, dentre elas a supremacia do interesse público sobre o privado, o qual enseja a existência de atos próximos a incontestabilidade, como é o caso da desapropriação de terras para obras de interesse público e social, ocasionando, na prática, diversos fatores que oneram particular desapropriado e divergem aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal.

(Metodologia) O artigo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, sendo referencial estudos publicados, doutrinas, legislação e literatura da matéria, utilizados os métodos dedutivo e histórico para alcançar as conclusões da pesquisa, com a finalidade de compilar os fundamentos teóricos, fatos históricos e atuais, bem como estudos que permitem a formação de conclusão sobre as implicações do caráter incontestável da desapropriação do ente particular em detrimento do Estado.

(Resultados) Ao desenvolver a pesquisa e análises bibliográficas, foi possível constatar através do histórico de evolução da legislação brasileira referente ao direito administrativo, os efeitos atuais e recorrentes da desapropriação das terras do particular desapropriado, sendo percebido significativa onerosidade para a proteção dos direitos reais e patrimonial do indivíduo, fator o qual gera relevante necessidade de revisar os pressupostos da desapropriação de terras, como por exemplo, abrandar esta irrevogável prerrogativa do Estado, a fim de preservar os direitos fundamentais do indivíduo particular.

(Conclusão) Conclui-se em análises de doutrina e jurisprudência que a desapropriação de terras tem sido, desde sempre, passível e constantemente alvo de litígios de vontades entre particulares e Estado, isso porque a execução da desapropriação na prática implica em consideráveis danos ao indivíduo desapropriado, desde a finalidade justificada pela administração pública, até a morosidade e danos materiais sofridos pelo indivíduo, implicando inclusive em sua subsistência e planejamento sucessório. Não suficientemente, é assertivo afirmar que os preceitos utilizados para construir a referida prerrogativa do Estado, sofre com mudanças que se referem ao atual cenário político e social do país, e por essa razão é possível considerar objeções quanto a incontestabilidade da desapropriação de terras.

Palavras-chave: desapropriação; direito de propriedade; direito patrimonial; direito administrativo; fundamentos da administração pública.

DESIGUALDADE EM ROBES: A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA PRÁTICA JURÍDICA

Autor(es):

Lais Carine de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Melo de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Pereira Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fabrizia Tuanny Dantas Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Júlia de Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A discriminação de gênero na área jurídica é um problema persistente que continua a desafiar a equidade e a justiça dentro da profissão. A desigualdade na distribuição de cargos de prestígio e liderança na área jurídica, conhecida informalmente como “robes” em referência às vestes formais de juízes e magistrados, reflete as barreiras enfrentadas pelas mulheres no setor. Embora tenham sido feitos progressos significativos na busca pela igualdade, as mulheres no campo do direito ainda enfrentam uma série de barreiras e preconceitos que limitam suas oportunidades e impactam negativamente suas trajetórias profissionais. Este artigo se propõe a examinar de maneira aprofundada como a discriminação de gênero se manifesta no ambiente jurídico, abordando desde a sub-representação das mulheres em cargos de liderança até os estereótipos de gênero e a exclusão sistemática que elas enfrentam. A luta pela igualdade de gênero no direito é, portanto, uma questão de justiça social e de fortalecimento da democracia, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

(Metodologia) A pesquisa utilizou uma revisão bibliográfica e dados de agências governamentais para analisar a presença feminina na área jurídica, além de incluir uma entrevista com Judite Nunes, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para obter uma perspectiva prática sobre a discriminação de gênero. A metodologia buscou entender profundamente as dinâmicas de discriminação enfrentadas pelas mulheres e identificar padrões e soluções para promover a equidade de gênero. A pesquisa seguiu diretrizes éticas, garantindo o consentimento e respeito à entrevistada.

(Resultados) Com fundamento nas informações coletadas, evidencia-se, primordialmente, que há uma sub-representação feminina na área jurídica, onde, apesar do aumento da presença de mulheres, elas ainda ocupam poucas posições de liderança. A falta de redes de apoio e culturas organizacionais também são fatores que favorecem comportamentos masculinos, como assertividade e competitividade, criando barreiras para a ascensão feminina. O contexto da educação também é mencionado, destacando que, embora as mulheres estejam cada vez mais qualificadas, isso não se reflete de forma justa em oportunidades de promoção, com estereótipos e a “síndrome da impostora” afetando suas carreiras. Além disso, preconceitos enraizados na sociedade continuam a desafiar o desenvolvimento profissional das mulheres, gerando ambientes de trabalho hostis e desmotivadores.

(Conclusão) Com base nos resultados obtidos, é possível concluir que a discriminação de gênero na área jurídica é uma realidade que persiste, refletindo desigualdades estruturais que impactam diretamente a trajetória profissional das mulheres. Os dados e análises apresentados evidenciam que, embora haja progressos, como o aumento da presença feminina na educação e a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, as barreiras permanecem significativas. É crucial que a discussão sobre a discriminação de gênero não se restrinja ao reconhecimento das dificuldades, mas avance para a proposição de soluções concretas. Assim, a continuidade desse debate, acompanhada de ações concretas, é essencial para garantir que todas as profissionais do direito tenham as mesmas oportunidades de sucesso e reconhecimento, contribuindo para uma transformação cultural necessária e urgente dentro do setor.

Palavras-chave: discriminação de gênero; mulheres; área jurídica; desigualdade.

DIABETES: GARANTIA AO ACESSO NECESSÁRIO PARA ADQUIRIR INSULINA EFICAZ PELO SUS

Autor(es):

Sarah Cabral da Costa Maciel Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Medeiros Caldas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Santana Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isadora de Melo Araujo Macedo Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo é discutir amplamente esse tema, proporcionando mais visibilidade a essa questão tão negligenciada. Ademais, é fundamental evidenciar a importância de assegurar o acesso necessário para a obtenção de insulina eficaz por meio do SUS, destacando a falta de sensibilidade em relação às pessoas que sofrem com diabetes.

(Proposta do roteiro) Foi realizado um bate-papo online com um convidado especial que convive com diabetes. Durante a conversa, ele alertou sobre a importância crucial do acesso à insulina no Sistema Único de Saúde (SUS) e destacou o quão preocupante é a situação de milhares de pessoas que sofrem dessa doença sem a garantia do fornecimento adequado de insulina.

(Efeitos esperados) Esperamos que o trabalho revele a realidade enfrentada por inúmeras pessoas que são acometidas pela diabetes e que essa mensagem alcance as entidades públicas. É crucial que os diabéticos tenham a garantia do fornecimento de insulina, um medicamento essencial para a manutenção de sua saúde e bem-estar.

DIREITO E INTERPRETAÇÃO À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DO DEUS HERMES

Autor(es):

Ariel Costa Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Câmara Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Rafael de Freitas Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A hermenêutica, isto é, o estudo sistematizado das formas de interpretação, passou por inúmeras mudanças ao longo dos tempos, de modo que compreendeu-se a ideia de interpretação como diversa, categorizada em tipos. Nessa perspectiva, o referido artigo busca explicar como essas verdades interferem no aspecto de escolha dos aplicadores do direito a partir da evolução de tais interpretações, abrangendo o seu surgimento com o contexto histórico, à luz da criação do deus Hermes, e sua relação com a atualidade nos ordenamentos jurídicos. Assim, leva-se, também, a um debate também da relação entre o direito e iconografia, isto é, o estudo da linguagem visual de símbolos, imagens, entre outros.

(Metodologia) Desse modo, a metodologia para tratar sobre o tema foi bibliográfica, através de livros, textos e artigos, visto que o conhecimento acerca do assunto e a organização de sua linha evolutiva já foi bastante desenvolvida.

(Resultados) Apesar das inúmeras variações, versões e interpretações, a menos conhecida entre elas foi a que deu de fato o significado do nome "Hermenêutica". A versão mais infrequente de Hermes é a de deus-intérprete. Sendo ele o deus mais próximo dos seres humanos, ele era o deus que traduzia ou interpretava tudo o que a mente humana era incapaz de fazer ou conceber, ou seja, as mensagens divinas que cabiam apenas a ele de levar aos mortais, ou os mesmos de irem ao inatingível submundo. A forma como a divindade se mostra próxima dos homens e até mesmo através do fato de que o mesmo possui ações que o humanizam abrem a pauta de que ele seria capaz de melhor entender, ou interpretar a humanidade e tudo que a compõe. Sendo os homens guiados pelas leis que os regem, interpretar corretamente essas leis seria também interpretar a humanidade. Por isso se mostra presente a relação entre as duas palavras de forma que os inúmeros significados que o nome do deus Hermes agrega em peso e em grande valor para a formação não apenas histórica do termo Hermenêutica. No contexto grego, as simbologias incluíam-se, de forma lúdica, nos deuses e mitos. Dessa forma, cada representação advinha de uma premissa anexa ao significado real, imprimindo ao símbolo um valor iconográfico, de modo racional. A iconografia representa, majoritariamente, a forma de redigir de forma involuntária a cultura, gravando os significados como modo de conduta. Nesse sentido, o direito também se encarregava-se dessa tarefa, transmitindo sua essência através do sobrenatural presente na cultura, incluindo, perfeitamente, Hermes, por ser, de forma iconográfica, relacionado com a formulação da hermenêutica. Assim, teve sua contribuição na modalidade jurídica por ser o ícone da interpretação e da intermediação.

(Conclusão) Hermes, então, de forma cultural, revelou-se através do direito como um símbolo com um ideal de justiça interpretativa, pois intermediava as mensagens, ou seja: fazia pontes entre a comunicação e as levava à interpretação de outrem. Dessa forma, hermeneuticamente, um quadro jurídico grego positivo é formado, o qual visa a justiça através de uma interpretação, prioritariamente, arbitrária e social. Entretanto, ao longo da razão evolutiva humana, percebemos a relação presente entre as várias escolas de interpretação e a hermenêutica de Hermes, resumindo-se na dependência humana na arte da interpretação para compreender a norma jurídica.

Palavras-chave: direito; interpretação; hermenêutica.

DIREITO MÉDICO: ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE MÉDICA

Autor(es):

Dafany Christini dos Santos Marques: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema direito médico, ou direito da saúde, é uma especialidade dentro do direito que busca representar tanto os profissionais quanto os pacientes em situações de conflitos. Buscando intermediar a justiça entre ambos. O estudo analisa como os deveres dos médicos estão ligadas às suas responsabilidades para gomos pacientes. A perfeita aptidão do seus ofícios. O médico tem como dever prevenir, aliviar, tratar e curar e estar no centro das atividades que preservem a vida. A sua atividade profissional lida com os bens supremos do indivíduo, protegidos pela ordem estatal e pela Constituição Federal de 1988. Daí a íntima relação entre a Medicina e o Direito? A junção da medicina com a jurisprudência, também é importante para o enfrentamento de questões quanto a deveres e obrigações, principalmente com o número de casos relacionados ao assunto. Tendo em vista a relevância da medicina, sua vulnerabilidade, a compreensão dos direitos médicos se torna essencial. Desse modo, o termo jurisprudência médica foi criado para caracterizar e tratar os assuntos voltados para o que abrange os deveres médicos e os possíveis no ambiente hospitalar. Nisso, o direito não só fortalece, mas também protege os direitos dos paciente e profissionais da saúde.

(Metodologia) Análise qualitativa de artigos publicados por instituições. Com referência principal ao artigo “Direito Médico: Responsabilidade civil, penal e ética?”, que está relacionado ao tema deste artigo em questão. Este artigo é embasado por pesquisar no âmbito do direito médico e da responsabilidade como um todo. Conceitua também a ética médica.

(Resultados) Objetivamente, compreender o que faz o médico ser responsabilizado pelo seu erro é a realização do direito médico na prática. O estudo e relevância são ligadas aos direitos humanos e civis. Há a necessidade de novas pesquisas voltadas para as áreas que divergem com a jurisprudência já existente, serviria para fortalecer as que já estão em prática e aumentar a significância dessa área.

(Conclusão) O direito médico não é um assunto antigo, mas limitado por ser pouco comercial. Sua importância significativa condiz com a relevância para um bom convívio para com o ambiente hospitalar. É possível compreender com a análise detalhada dos texto, que esse assunto favorece não só a população em geral, que são onde o direito médico é majoritariamente utilizado, não só no âmbito da jurisprudência, mas no respeito, cuidado, sigilo dos médicos para com os pacientes.

Palavras-chave: responsabilidade; direito médico; conhecimento jurídico.

DIREITO NATURAL ESTÁ MORTO: CRÍTICA AO DIREITO NATURAL COM BASE NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE E WITTGENSTEIN

Autor(es):

Luiz Felipe Pereira Lopes Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Antônio Manoel Batista Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito natural, embora muitas vezes considerado superado no discurso jurídico moderno, continua a exercer uma influência sutil, mas significativa, sobre a forma como compreendemos e aplicamos o direito. Este artigo investiga a sobrevivência desse conceito ao longo da história, mesmo após o advento das críticas de pensadores como Hans Kelsen, que tentou romper com as bases metafísicas do direito. Ao explorar a evolução do pensamento jusnaturalista desde a antiguidade até o mundo contemporâneo, e integrando reflexões sobre a relação entre linguagem e direito, o artigo busca demonstrar como os vestígios desse sistema de pensamento persistem nas estruturas jurídicas e sociais atuais. Por meio de um diálogo com filósofos como Nietzsche e Wittgenstein, o trabalho revela a complexa interação entre direito, moralidade e linguagem, sugerindo que o direito natural, apesar de sua suposta obsolescência, ainda permeia as práticas jurídicas contemporâneas.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi de análise textual dos textos filosóficos de Nietzsche, Wittgenstein e Hans Kelsen. Essas análises permitiram uma compreensão mais profunda das ideias dos filósofos e a relevância para o direito contemporâneo. Além disso, estabelecemos uma conexão intertextual entre os autores, que em certo sentido dialogam entre si, para fundamentar a argumentação. Em último plano, utilizou-se uma reflexão teórica sobre a linguagem e sua relação com a metafísica, explorando como a linguagem molda a compreensão do direito e da moralidade.

(Resultados) Propor uma solução para esse problema está além dos limites deste artigo, assim o presente trabalho tem por finalidade apresentar a perspectiva de Nietzsche a Wittgenstein, através de uma análise dessas duas filosofias em diálogo acerca do direito natural e da gramática, apresentando assim a ideia de um deslocamento linguístico como necessário para uma superação da metafísica.

(Conclusão) A análise do direito natural ao longo da história revela sua evolução e a resiliência de seus princípios fundamentais, que continuam a influenciar as práticas jurídicas contemporâneas, mesmo diante das críticas e da transição para o positivismo. Desde a Antiguidade Clássica, com pensadores como Heráclito e Aristóteles, até a Idade Moderna com Hobbes e a crítica de Kelsen, observamos uma continuidade no debate sobre a moralidade, a justiça e a natureza humana. Nietzsche, ao desafiar as noções metafísicas e ao enfatizar a relação entre linguagem e poder, oferece uma nova perspectiva que destaca como conceitos de direito natural são, na verdade, construções sociais permeadas por significados históricos e contextuais. Conclui-se, portanto, embora a teoria do direito natural possa parecer obsoleta, seus ecos permanecem nas práticas legais, refletindo como a linguagem e os símbolos moldam nossa compreensão do que é justo e moral. Sendo assim, O conceito nietzschiano do eterno retorno nos sugere que, mesmo que a ideia de direito natural tenha sido formalmente abandonada, suas lições e influências permanecem vivas nas estruturas sociais e jurídicas atuais.

Palavras-chave: Nietzsche; Wittgenstein; direito natural; linguagem; metafísica.

DIREITO TRIBUTÁRIO: IMPOSTOS E ATUAÇÃO NA SOCIEDADE

Autor(es):

Fernando Monteiro Peixoto da Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Vagner Alves do Nascimento Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Henrique Maia Varela: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

André Felipe de Araújo Pontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Divaldo Bezerra Neto: Discente do curso de Educação Física – Licenciatura do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Tributário regula as relações entre o Estado e os cidadãos quanto à arrecadação de tributos, englobando normas e processos para a criação, arrecadação e fiscalização de impostos, taxas e contribuições. Ele visa garantir tanto a receita pública quanto a justiça fiscal e a proteção dos direitos dos contribuintes. A exclusão do crédito tributário ocorre quando, mesmo com a existência da obrigação tributária, não há lançamento do crédito, impedindo a sua constituição. Causas como isenção e anistia funcionam como barreiras nesse processo, bloqueando a criação da obrigação de pagamento após o surgimento da obrigação, mas antes do lançamento.

(Metodologia) A metodologia utilizada analisa os critérios legais de repartição de tributos e seus efeitos na economia local, focando em áreas como educação. Também examina o reinvestimento dos recursos arrecadados em setores estratégicos, como educação, saúde, infraestrutura, tecnologia e segurança pública, visando o desenvolvimento sustentável. Propõe uma gestão eficiente dos tributos para melhorar a qualidade de vida e reduzir desigualdades. Técnicas como definição de conceitos, uso de princípios do Direito, exemplificação prática, distinção de conceitos e uma linguagem acessível tornam o texto compreensível, enfatizando a importância do conhecimento tributário para a cidadania.

(Resultados) O texto sugere destinar receitas tributárias a áreas estratégicas para promover o desenvolvimento sustentável. No setor educacional, propõe ampliar o “ICMS educacional” para melhorar a capacitação de professores e o ensino técnico. Em infraestrutura e logística, sugere investimentos em estradas, ferrovias e portos para reduzir custos e aumentar a competitividade. Na saúde pública, a recomendação é fortalecer o SUS e investir em tecnologia e prevenção. Para tecnologia e inovação, propõe investir em centros de pesquisa e startups. Na segurança pública, defende a modernização das forças de segurança e a construção de presídios. Essas ações visam crescimento econômico e redução de desigualdades.

(Conclusão) Os estados podem decidir como dividir 25% da receita do ICMS, respeitando limites impostos pelo Supremo Tribunal Federal, como a proibição de excluir municípios da divisão. A lei estadual não pode determinar como os municípios utilizam esses recursos, conforme decisão sobre a legislação do Paraná. O conceito de “valor adicionado”, estabelecido pela Lei Complementar 63/1990, determina que o repasse do ICMS deve ser proporcional à contribuição de cada município para a arrecadação. Além disso, a distribuição indireta de recursos ocorre através de fundos como o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que inclui parte da receita do IR e do IPI.

Palavras-chave: Isenção; anistia; município; receita; tributos.

DISCIPLINA FILOSOFIA DO DIREITO: A VISÃO DE ALUNOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA EM NATAL/RN

Autor(es):

Einstein Batista Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafaela Ribeiro Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Delson Pires de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Richard Medeiros de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Pricila da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A disciplina de Filosofia do Direito possibilita pensar em novas formas de agir profissionalmente no mundo do Direito. Assim, a sua proposta na matriz curricular vem a agregar ao graduando na busca por um olhar ontológico.

(Metodologia) A pesquisa enquadra-se como descritiva, aplicada, com adoção de instrumento questionário on line, tratado pela estatística descritiva

(Resultados) Ao se tratar da disciplina de Filosofia do Direito, 41,5% informaram estar cursando, 56,1% disseram já ter sido aprovado, 2,4% confirmaram que não cursou até aquele momento. Foi questionado ainda, quanto tempo por semana o aluno se dedica a estudar para o Curso de Direito, 14,6% indicaram estudar mais de 10h/semanais, 28% estudam entre 6h e 10h/semana, 37,8% se dedicam de 2h a 6h por semana ao Curso. Por fim, 18,3% estudam apenas 2 horas por semana para a graduação. Quando questionado se foi reprovado em alguma disciplina durante sua estadia no Curso de Direito, 35,4% informaram que foi retido em alguma, em determinado momento da graduação. Quando questionado sobre como o estudante definiria seu perfil de participação nas discussões (entre os colegas/docente) em sala de aula, 32,9% se definiram como participativo, 40,2% pouco participativo, 15,9% muito participativo e 11,00% indicaram que não costumam participar das discussões. Na variável ?Sempre que penso em fenômeno jurídico procuro compreender para além do conteúdo do direito objetivo?, 90,2% dos respondentes concordaram que a Disciplina de Filosofia do Direito possibilita essa compreensão, estando dentro de um dos objetivos pedagógicos do Plano de Ensino. Da outra banda, 56,1% concordaram com a variável de que ?a melhor aplicação do Direito passa pelo respeito à literalidade da norma jurídica posta?. Ora, percebe-se aqui, à luz da aplicação do Direito que, dada a complexidade, a literalidade da norma positiva nem sempre dará conta da busca pela solução socialmente ideal. Quando se tratou da variável ?Sempre me posiciono de forma crítica e questionadora quando estou em processos de discussão em sala de aula?, 72% concordaram que apresentam essa postura durante os processos pedagógicos no Curso de Direito. Ainda na perspectiva da participação questionadora, 72% confirmaram se posicionar de forma crítica e questionadora quando estão em processos de discussão nos mais diversos espaços sociais que convive. Ou seja, o graduando em Direito, em sua maioria, exerce o papel de criticidade para além da sala de aula. Ao se observar a variável ?A busca pela aplicação da norma jurídica é sempre o dever do jurista em qualquer espaço laboral em que atue?, percebe-se que 75,6% concordaram com essa postura profissional, ou seja, o egresso atuará nas mais diversas funções jurídicas na busca pela aplicação da norma, estando em consonância com a proposta formativa da disciplina avaliada. Aqui identificamos outro objetivo da disciplina sendo atendida, que trata de proporcionar a formação de um pensamento crítico e questionador, não conformado em meramente catalogar conceitos e assimilar informações.

(Conclusão) Os dados mostraram que a Disciplina vem fomentando para além da visão uni disciplinar (que é comum nas áreas de Direito).

Palavras-chave: filosofia do direito; graduação em direito; estudante de direito.

DIVÓRCIO E MEDIAÇÃO FAMILIAR: A EFICÁCIA DA MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO LITÍGIO EM CASOS DE SEPARAÇÃO

Autor(es):

Ariel Costa Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Rafael de Freitas Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de família no direito brasileiro, conforme o passar dos tempos, está se modificando devido à adequação social da era contemporânea, fazendo com que as famílias optem por novas composições. Dessa forma, o direito, por ser uma ciência mutável que segue a expressão da sociedade que está ligado, se adequou ao sistema em matérias importantes, como o divórcio. Nos entendimentos atuais, o divórcio, como dissolução de um casamento, foi extremamente facilitado na forma pelo qual é interpretado pelo direito, fazendo-se possível um processo mais célere e simples. Foi com a lei nº 6.515/77 que o divórcio se instaurou no ordenamento pátrio, trazendo mudanças inovadoras à época em que foi estabelecido, ainda que a sociedade o visse com diversos estigmas. Nesse mesmo contexto, outro instituto é evidenciado: a mediação; a qual é uma alternativa de resolução de litígios de forma extrajudicial, facilitando ainda mais o processo de divórcio.

(Metodologia) Partindo do pressuposto jurídico, a pesquisa buscou compreender a partir dos novos conceitos da doutrina acerca do direito de família juntamente com o instituto da mediação como alternativa para solução de litígios, nesse caso: o divórcio. A partir dessa relação, que formou-se pela adaptação do direito à sociedade, buscou-se compreender as implicações inerentes ao uso da mediação em casos de divórcio, como forma recente de abordagem.

(Resultados) Nota-se que, em um ordenamento jurídico sobrecarregado, a resolução de conflitos de maneira extrajudicial é eficaz no que concerne à celeridade para a conclusão da lide. Nessa perspectiva, a mediação se apresenta como a chave para evitar a superlotação do judiciário, uma vez que é responsável por diminuir o número de casos que efetivamente chegam para serem julgados, tendo em vista que o divórcio não necessariamente precisa ir para o sistema judiciário para ser resolvido. Dessa forma, a mediação, aliada aos mecanismos de resolução de conflito, isto é, a comunicação não violenta e a escuta ativa, surge não só como uma forma de prevenção, mas também como um filtro para os casos que precisam efetivamente de um julgamento. Não obstante, poderá ser uma opção para evitar que rupturas desnecessárias aconteçam, uma vez que, com a figura do mediador, as partes podem refletir sobre suas posições no conflito, esclarecendo mal-entendidos.

(Conclusão) Em síntese, a mediação se revela uma alternativa eficaz e necessária no contexto do direito de família, especialmente em casos de divórcio. Através da mediação, as partes são incentivadas a refletir sobre suas experiências e a compreender melhor os interesses e emoções envolvidos, o que favorece um ambiente propício para o diálogo e a negociação. Este processo não apenas promove uma resolução mais rápida e menos onerosa em comparação ao litígio tradicional, mas também reduz a carga sobre o sistema judiciário, que frequentemente se encontra sobrecarregado. Por fim, a adoção da mediação como prática padrão em casos de divórcio não apenas se alinha com as transformações sociais contemporâneas, mas também reforça o papel do direito como agente de promoção da paz e harmonia nas relações familiares. Portanto, é imperativo que o sistema jurídico brasileiro continue a fomentar e a expandir o uso da mediação, integrando-a cada vez mais na cultura de resolução de conflitos, a fim de garantir que as partes possam exercer seu direito à autonomia e à autorregulação de suas questões pessoais de maneira respeitosa e eficiente.

Palavras-chave: direito de família; mediação; divórcio.

DORMIR BEM, ESTUDAR MELHOR

Autor(es):

Ana Livia Costa Targino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda Moura de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Guedes Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ingrid Amorim de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo “Dormir Bem, Estudar Melhor” visa melhorar a qualidade de vida dos estudantes universitários, ajudando-os a organizar melhor suas rotinas para reduzir estresse e cansaço. O foco é demonstrar a importância de um bom sono e de momentos de descanso e lazer para um desempenho acadêmico eficiente e saudável.

(Proposta do roteiro) O vídeo começa abordando os desafios que estudantes enfrentam, como estresse e cansaço. Apresenta o projeto “Dormir Bem, Estudar Melhor”, detalhando suas fases: diagnóstico (pesquisa sobre necessidades dos estudantes), sensibilização (distribuição de materiais informativos), planejamento (reuniões e definição de cronograma), implementação (encontro virtual com discussões e o desafio “7 Dias Dormindo Bem e Estudando Melhor”) e avaliação (feedbacks positivos dos participantes). Mostra depoimentos e cenas das atividades, destacando a importância de rotinas equilibradas.

(Efeitos esperados) O vídeo é relevante pois sensibiliza sobre a importância do sono e da organização na rotina dos estudantes. Espera-se que inspire estudantes a adotarem práticas mais saudáveis, reduzindo estresse e melhorando o desempenho acadêmico. Visa também incentivar instituições de ensino a apoiar iniciativas semelhantes, promovendo a qualidade de vida dos jovens.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA A TODOS

Autor(es):

Gabriela Soares de Menezes Cortes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo da nossa pesquisa é alcançar os jovens para que eles possam ter acesso à educação financeira, um tema que não foi abordado no currículo escolar. Reconhecendo a importância de preparar os jovens para a gestão responsável de suas finanças pessoais, buscamos preencher essa lacuna educacional através de iniciativas diversas e inovadoras. Para isso, criamos conteúdos variados baseados em fontes confiáveis, como a Caixa Econômica, o Banco do Cerrado e o Bradesco, garantindo a qualidade e a precisão das informações fornecidas. Além disso, desenvolvemos uma série de vídeos no TikTok, uma das plataformas mais populares entre os jovens, para tornar o aprendizado mais acessível e atrativo. Nosso objetivo é não apenas aumentar o interesse dos jovens pelo tema, mas também capacitá-los com conhecimentos práticos que possam ser aplicados em suas vidas diárias. Através dessas ações, esperamos que eles adquiram habilidades essenciais para a tomada de decisões financeiras inteligentes e conscientes, contribuindo para um futuro mais seguro e estável financeiramente.

(Proposta do roteiro) Criamos outras iniciativas diversificadas com base em fontes confiáveis, como a Caixa Econômica, o Banco do Cerrado e o Bradesco. Também criamos diversos vídeos no TikTok, pois é uma das plataformas mais populares entre os jovens. Assim, conseguimos unir a falta de ensino financeiro com a vontade dos jovens de usar a plataforma.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados dessa iniciativa são atrair a atenção de um grande número de jovens e proporcionar-lhes uma compreensão mais profunda sobre educação financeira, um tema que não foi adequadamente abordado em suas escolas. Esperamos que, ao engajar os jovens com conteúdos educativos de alta qualidade e apresentados de maneira atraente, eles se sintam motivados a aprender e aplicar esses conceitos em suas vidas cotidianas. Além de aumentar o interesse pelo assunto, buscamos desenvolver neles habilidades práticas de gestão financeira, como planejamento de orçamento, poupança, investimento e compreensão de crédito. Através dos vídeos no TikTok, por exemplo, queremos tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível, aproveitando a familiaridade dos jovens com a plataforma para facilitar a absorção do conteúdo.

EMANCIPAÇÃO FEMININA NOS DIAS ATUAIS

Autor(es):

Maria Eduarda Guerreiro Ferreira de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Sofia Lima Negreli: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Yanna Melo Marques de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Anita de Arruda Câmara Patriota: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luiz Guilherme Queiroz de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema central do artigo é a emancipação feminina nos dias atuais, com foco na desigualdade entre homens e mulheres em diversas áreas como política, educação, mercado de trabalho e leis. O problema de pesquisa é a desigualdade persistente enfrentada pelas mulheres, apesar dos avanços legais e sociais. O artigo discute por que, mesmo com conquistas como o direito ao voto e a inserção no mercado de trabalho, as mulheres continuam a ter menos representatividade política e a ganhar menos que os homens.

(Metodologia) Método de pesquisa bibliográfica, como análise de livros e artigos acadêmicos. Análise documental, como legislações específicas para o direito das mulheres, além de relatórios de órgãos internacionais, como a ONU. Além disso, também teve um estudo comparativo, comparando o trabalho das mulheres ao longo de décadas, para demonstrar a evolução da emancipação feminina

(Resultados) O texto destaca os avanços das mulheres em áreas como o direito ao voto, acesso ao mercado de trabalho e cargos de liderança, além da criação de leis contra a violência doméstica. No entanto, persistem desigualdades significativas, como a disparidade salarial e a baixa representatividade política, especialmente no Brasil. Apesar de conquistas que ampliaram a liberdade de escolha das mulheres, como decidir entre carreira e maternidade, ainda há desafios, principalmente em países mais pobres, onde a discriminação e a desigualdade são mais acentuadas. O progresso é inegável, mas há barreiras que precisam ser superadas.

(Conclusão) O presente estudo evidenciou que, apesar dos avanços significativos conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, como o direito ao voto, o acesso ao mercado de trabalho e a proteção jurídica contra a violência doméstica, a desigualdade de gênero ainda persiste em diversos aspectos. A disparidade salarial, a baixa representatividade política e a limitação dos direitos reprodutivos continuam a ser desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente em países com contextos socioeconômicos mais frágeis. Embora o movimento feminista tenha impulsionado mudanças importantes, principalmente no Brasil a partir da década de 1970, é necessário reconhecer que essas conquistas ainda não são universais e enfrentam obstáculos estruturais. Assim, torna-se essencial a continuidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e o combate à discriminação, de modo que os direitos adquiridos pelas mulheres possam ser ampliados e garantidos de forma global e inclusiva.

Palavras-chave: emancipação feminina; desigualdade; representatividade; direitos sociais; políticos.

FLEXIBILIDADE NA INDÚSTRIA BRASILEIRA 4.0: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Autor(es):

Luis Eduardo Trindade de Azevedo Leitão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo explora estratégias da Indústria 4.0 na indústria da construção brasileira com o objetivo de identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento do setor industrial. Com base na revisão da literatura, este estudo identificou 28 desafios e 23 oportunidades relacionadas à inovação. Enviamos mensagens a 39 empresas nacionais e internacionais para coletar dados sobre como enfrentar esses desafios e oportunidades. Os resultados fornecem aos gestores informações sobre áreas-chave, incluindo análises detalhadas de 24 casos que mostram os principais desafios e seis áreas. No entanto, este estudo também apresenta limitações, como o pequeno número de empresas analisadas e o impacto das opiniões dos líderes das empresas na interpretação dos resultados. Apesar dessas limitações, este estudo fornece uma base sólida para a compreensão das necessidades da Indústria 4.0 no Brasil e oferece oportunidades para pesquisas e políticas focadas em inovação e eficiência energética.

(Metodologia) Os métodos de pesquisa dizem respeito à forma de coleta de dados, análise e interpretação de dados, que é proposto nos estudos.

(Resultados) Este artigo apresenta um business case e discute as descobertas sobre os desafios e oportunidades de criar uma revolução empresarial, com foco em empresas que seguem os líderes do Business 4.0 no setor industrial brasileiro. Este estudo tem duas questões principais: os desafios da criação de uma economia flexível no Brasil e as oportunidades de mudança. As conclusões também incluem a especificidade do contexto brasileiro, que enfrenta desafios como uma má estratégia de digitalização, problemas habitacionais, impostos elevados, baixo investimento e concorrência global na indústria de ônibus. Este estudo examina a empresa como um setor único e não como uma empresa única em diferentes regiões.

(Conclusão) Este artigo explora os desafios e oportunidades para criar empresas fortes no Brasil com foco na Indústria 4.0. O estudo foi realizado com a pesquisa de 39 líderes de empresas, cerca de 28 perguntas sobre concorrência e 23 sobre tempo. O foco está na indústria automotiva, metalurgia e peças metálicas. Entre as contribuições teóricas, este estudo identifica uma série de desafios e aponta para a necessidade de mais pesquisas sobre transformação empresarial. Na prática, os principais desafios são o desenvolvimento de infra-estruturas e as mudanças na gestão e liderança. As possibilidades incluem melhorias no planejamento e gestão da produção, aumento da competitividade global, melhoria da qualidade dos produtos e melhor comunicação com os clientes.

Palavras-chave: vantagem; dificuldade; sistemas flexíveis; risco; ameaça.

FRAUDES CIBERNÉTICAS: TIPOLOGIAS, IMPACTOS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

Autor(es):

deogenes vitorino do nascimento: Discente do curso de do UNI-RN
Iris Clarissa de Carvalho Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruno José Evangelista Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lívia Augusto dos Santos Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Josias Gomes Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo faz uma análise sobre a temática da fraude no âmbito digital, processo criminoso muito comum na atualidade. Constantes avanços tecnológicos na sociedade e facilidades de acesso à informação trouxeram, também, o avanço e aperfeiçoamento dos crimes cibernéticos. Recorrentes situações que permeiam esses atos ilícitos evidenciaram uma necessidade de se analisar e compreender mais sobre as fraudes cibernéticas no Brasil.

(Metodologia) O método empregado nesse respectivo estudo foi realizado de forma descritiva e exploratória, que tem como intuito analisar as questões tipológicas, impactos e alternativas de prevenção. Com base nisso, a investigação foi focada na análise documental de artigos sobre a temática de maneira mais qualitativa na sua construção e também quantitativa para coleta de dados e pesquisas feitas nesse contexto.

(Resultados) Em virtude do que foi desenvolvido e aplicado ao decorrer do trabalho, nos resultados obtidos com essa pesquisa foram observados que os tipos de fraudes mais comuns nesses 12 meses são as de Phishing, Pharming e Smishing. Evidenciou-se que o Phishing foi o mais frequente por causa da alta taxa de SMS e de e-mail suspeitos recebidos constantemente na caixa de mensagem. Identificou-se, também, que os fatores contribuem para a recorrência dessas fraudes, que são as facilidades de implementação e a baixa complexidade para a execução técnica delas. Além disso, outro ponto muito relevante foram as perdas financeiras relatadas em empresas, organizações e principalmente individuais. Um exemplo disso foi a pesquisa do Serasa Experian, que apontou que cerca de 1,8 milhões de brasileiros foram vítimas de golpes digitais em 2023, em consequência disso, esses cidadãos têm que lidar com esses déficits econômicos e com a preocupação constante de outras fraudes que possam impactar suas vidas.

(Conclusão) Dessarte então que, mesmo com as medidas de segurança existentes no Brasil, há uma ineficácia em relação a insistência dessas fraudes que assolam os usuários da tecnologia, isso sucede principalmente com as práticas criminosas mais comuns que constata essa ineficiência. Outro fator desencadeante seria a desinformação dos usuários acerca desse tema pouco difundido no âmbito digital. Sendo assim, este estudo tem uma função mais educativa para que os leitores consigam entender de maneira mais objetiva sobre essas fraudes e de forma que fiquem mais alertas em relação a esses crimes dentro do ambiente digital.

Palavras-chave: segurança; digital; fraude; usuários; LGPD.

GATTACA: FICÇÃO OU REALIDADE ? UMA ANÁLISE DA TENTATIVA DE CURAR O AUTISMO SOB A ÓTICA DO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE AFIRMATIVA E O PARADIGMA DA NEURONORMATIVIDADE

Autor(es):

Eduardo Lisboa Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O autismo é uma condição do neurodesenvolvimento, caracterizada por diferenças na comunicação, interação social e comportamentos restritos e repetitivos (critérios diagnósticos do autismo pelo DSM-V-TR). Por ser uma condição do neurodesenvolvimento, implica em dizer que o cérebro do autista funciona de maneira distinta desde a fase de formação cerebral intrauterinamente e portanto não há cura. O paradigma da neuronormatividade (também chamado de paradigma da patologização), é um paradigma que entende a existência de um cérebro considerado "padrão", "correto", de tal sorte que toda e qualquer pessoa que possua um cérebro que funciona de maneira distinta (por exemplo o autismo, TDAH, dislexia, discalculia, esquizofrenia etc.) é considerada "transtornada", "doente", "inferior" e portanto tal neurodivergência deve ser curada. Em sentido completamente oposto, o paradigma da neurodiversidade afirmativa entende que todo cérebro é considerado válido e toda forma de funcionamento cerebral distinta deve ser respeitada e validada na medida do seu funcionamento, dessa maneira, condições como autismo não devem ser curadas, e sim respeitadas e validadas. O filme GATTACA possui como premissa a criação de seres humanos considerados "perfeitos", sem doenças ou qualquer outra coisa, por meio da manipulação genética, o nome do filme faz referência às 4 bases nitrogenadas que compõe o DNA (Guanina, Adenina, Timina e Citosina).

(Metodologia) Para a realização desse artigo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise de artigos e livros de autores que tratam sobre a temática, como por exemplo a Sonny Jane Wise (grande influente da causa da neurodiversidade afirmativa).

(Resultados) A partir da análise da pesquisa bibliográfica, é evidente que há uma tentativa de curar o autismo e portanto isso fere o paradigma da neurodiversidade afirmativa e revela uma ideia quase que eugenista, uma vez que curar o autismo significaria extinguir parte da população neurodivergente.

(Conclusão) Com base no exposto, é evidente que a tentativa de curar o autismo por meio da manipulação genética reflete a visão que a sociedade tem do autismo, que sob a ideia de trazer qualidade de vida para o autista, deveria curar o autista de seu autismo, isso, todavia, não se mostra possível na realidade. Dessa maneira, fica exposto o capacitismo da sociedade e a neuronormatividade, uma vez que de acordo com o paradigma da neurodiversidade afirmativa, o autismo deve ser respeitado e validado e não curado.

Palavras-chave: GATTACA; autismo; neurodiversidade afirmativa; neuronormatividade.

GWAROSA: AS PROBLEMÁTICAS DA EXTENSA JORNADA DE TRABALHO NA COREIA DO SUL

Autor(es):

Laura Beatriz Gomes de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa problematizar a jornada de trabalho vigente na Coreia do Sul, destacando a importância da delimitação da duração do expediente laboral para proteger a dignidade das pessoas em um mercado de trabalho cada vez mais exigente devido aos avanços tecnológicos. Torna-se evidente que os trabalhadores informais, como motoristas de aplicativos e entregadores de delivery, retratados no documentário “Gwarosa: Working to Death in South Korea”, foram os mais prejudicados por esse novo cenário de trabalho, que não se restringe à Coreia do Sul. A partir desta perspectiva, é importante citar que, desde 1935, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda uma jornada de 40 horas semanais para assegurar o adequado tempo de descanso e de lazer ao trabalhador. No entanto, a legislação sul-coreana em vigor permite até 52 horas semanais, existindo, ainda, um projeto de reforma trabalhista que pretende aumentar a carga horária de trabalho para 69 horas semanais.

(Metodologia) A pesquisa baseou-se na análise de casos concretos, pesquisa bibliográfica, incluindo a legislação trabalhista da Coreia do Sul, a Convenção da OIT, o documentário mencionado, notícias e documentos jurídicos relacionados à delimitação das jornadas de trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho jurídico e cultural, empregando métodos históricos, documentais e comparativos para examinar como a competitividade, a tecnologia e a busca por resultados afetam a jornada de trabalho dos sul-coreanos.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos mediante análise dos casos concretos, destaca-se que o trabalhador não consegue distinguir o período de expediente do período de descanso, logo a carga horária de 52 horas semanais frequentemente é extrapolada. Isso também é reflexo da competitividade, que faz com que a classe trabalhadora busque se superar ou tenha que lidar com cobranças excessivas de seus superiores hierárquicos. Consequentemente, os mais afetados são os trabalhadores informais, como motoristas de aplicativos e entregadores de delivery. Cabendo ressaltar, que a delimitação do expediente é necessária para regular o trabalho extenuante e não retribuído.

(Conclusão) O trabalho teve como propósito abordar a relevância da delimitação da jornada de trabalho, considerando os desafios da sociedade sul-coreana. Diante dessas considerações, a falta de uma fiscalização mais eficaz e da proposição de medidas protetivas por parte das autoridades competentes resultam em jornadas exaustivas, que frequentemente ultrapassam as 40 horas semanais estabelecidas pela OIT, comprometendo a noção de horário de trabalho e de lazer. Face ao exposto, não se espera que a carga horária de 52 horas semanais da Coreia do Sul seja normalizada, mas que sejam viabilizadas medidas que resguardecem os direitos dos trabalhadores.

Palavras-chave: Direito Internacional do Trabalho; jornada de trabalho; dignidade humana; Organização Internacional do Trabalho; Coreia do Sul.

IMPLICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Autor(es):

Moises Miranda Lins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Leite de Oliveira Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Flávia de Araújo Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Patricia Evangelista da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sophia de Carvalho Vexel Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os impactos causados no desenvolvimento das crianças pela falta da natureza no seu ambiente é notório. Por isso, que a relação do ser humano com a natureza deve ser analisada, se deve ter um controle sobre como estamos tratando o meio ambiente, pois é por meio da natureza que as crianças também aprendem, desse modo devemos preservá-la. Estudos destacam os impactos positivos na saúde física e mental de adultos e crianças, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à ampliação dos espaços verdes. A necessidade das brincadeiras infantis no cotidiano das crianças para o desenvolvimento infantil é essencial. Hoje é cada vez mais comum o vício tecnológico e o emparedamento ligado a crianças. Essa realidade é bastante negativa, uma vez que os pequenos deixam de se aventurar e brincar na natureza, sendo privados de um desenvolvimento integral e podendo ser colocados em situações de problemas de desenvolvimento.

(Metodologia) Foi utilizada a metodologia descritiva e a pesquisa qualitativa, no qual se utilizou estudos de cientistas e falas de especialistas na área da saúde, o método de abordagem dialética considerando as várias influências para os casos ocorrerem. Foram utilizadas as obras principais sobre o tema, buscando o aprofundamento no tema escolhido através das pesquisas científicas realizadas nas bases de dados entre os anos de 2010 e 2020. O estudo foi realizado por meio de entrevistas de campo com 816 visitantes de parques urbanos de Brasília, Rio de Janeiro e Juiz de Fora, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. Os dados foram coletados por meio de questionários e analisados por testes. Os procedimentos metodológicos seguem os princípios da pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, explicativa e básica. Como método de análise foi adotada a análise descritiva e interpretativa a partir das experiências pessoais dos pesquisadores e dos achados da pesquisa.

(Resultados) Entrevistas e estudos informam que as crianças e as pessoas em geral que frequentam ambientes com áreas verdes são mais ativas, menos sonolentas, mais atentas e criativas. É de suma importância integrar espaços naturais no cotidiano infantil para promover um desenvolvimento equilibrado, em contraponto ao excesso de uso de tecnologia.

(Conclusão) Foi possível concluir que, precisa-se criar, cada vez mais, a necessidade de conectar nossas crianças com a natureza, visto que nos dias atuais estamos passando por um período de modernização das estruturas públicas e privadas, ou seja, podemos ver árvores sendo desmatadas e trocadas por ambientes modernos sem a natureza e isso afeta diretamente na liberdade e desenvolvimento das crianças. Assim é fundamental a preservação do meio ambiente, conscientização das pessoas, para uma sociedade melhor, as fábricas com projetos para uma menor poluição seria uma excelente ideia para uma população mais saudável fisicamente e mentalmente, além de trabalho ser importante o lazer também é importante para uma qualidade de vida melhor.

Palavras-chave: desenvolvimento; criativas; natureza; infância; preservar.

IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA CULTURA DO CANCELAMENTO E A SANÇÃO DIFUSA NO DIREITO NATURAL

Autor(es):

Eduardo Silva Assunção Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) No mundo atual, com a expansão da internet e das redes sociais como principais plataformas de interação, tornou-se comum o fenômeno conhecido como “cancelamento”. Esse processo ganhou força a partir de 2017, quando celebridades e pessoas anônimas começaram a ser criticadas e boicotadas por suas declarações ou comportamentos, muitas vezes distorcidos ou mal interpretados. O movimento #MeToo, que denunciou abusos cometidos por figuras públicas, foi um marco importante desse fenômeno. Embora tenha surgido com a intenção de trazer justiça, o cancelamento se transformou em um mecanismo controverso. Atualmente, tanto artistas quanto pessoas comuns são frequentemente alvo de ataques simplesmente por expressarem opiniões divergentes ou questionarem consensos populares, muitas vezes sem a oportunidade de se defenderem adequadamente.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, enquanto o método de procedimento adotado foi histórico e comparativo. As técnicas aplicadas envolveram a busca e análise de fatos tanto contemporâneos quanto antigos, proporcionando uma visão ampla e contextualizada do fenômeno estudado.

(Resultados) Os resultados desta pesquisa evidenciam a relevância das redes sociais na consolidação de novas formas de democracia, com destaque para seu impacto sobre a liberdade de expressão e a participação política dos cidadãos. Ademais, foi realizada uma análise jurídica do Art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, que assegura a livre manifestação do pensamento, ao mesmo tempo em que veda o anonimato, garantindo transparência e responsabilidade nas interações digitais. Por fim, foi conduzida uma avaliação crítica das redes sociais como plataformas de interação social, explorando suas potencialidades e desafios, sobretudo no que concerne à disseminação de informações e à formação da opinião pública no contexto contemporâneo.

(Conclusão) A cultura do cancelamento é um fenômeno contemporâneo que tem gerado discussões importantes no campo jurídico. Apesar de ser vista como uma ferramenta de responsabilização social, suas implicações ultrapassam a crítica, resultando em efeitos profundos para a liberdade de expressão e os direitos fundamentais. O cancelamento, quando não pautado pelo devido processo de defesa e contraditório, pode se tornar uma forma de linchamento digital, afetando gravemente a dignidade das pessoas envolvidas. No contexto jurídico, é essencial encontrar um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a preservação dos direitos individuais, assegurando que a justiça não seja substituída pelo julgamento popular nas redes sociais. Portanto, o desafio atual está em regulamentar o espaço digital de forma a proteger tanto a livre manifestação quanto os direitos fundamentais, buscando soluções que respeitem os princípios constitucionais e promovam o diálogo em vez da exclusão.

Palavras-chave: cultura do cancelamento; redes sociais; tribunal da internet; sanção difusa.

INABILIDADE DO TEMA 1157 DO STF AOS AGENTES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NATAL QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO SEM CONCURSO PÚBLICO

Autor(es):

João Henrique de Azevedo Simões: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente problemática sob análise se trata da possibilidade de aplicação do Tema 1157 do STF aos agentes de saúde (agentes de combate à endemias e agentes comunitários de saúde) do Município de Natal em ações judiciais que buscam evolução funcional e direitos inerentes à Lei Complementar nº 120/2010 do Município de Natal, que cria e implanta o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos dos profissionais da área de saúde, e regulamenta as gratificações específicas da área de saúde e dá outras providências.

(Metodologia) Pesquisa da Legislação e doutrina aplicada ao caso concreto. Pesquisa e análise de processos judiciais, Sentenças e Acórdãos de processos paradigmas da matéria, com análise pormenorizada da problemática levantada.

(Resultados) Em uma análise inicial, verificou-se que o Município de Natal tem requerido em algumas contestações de ações judiciais de agentes de saúde com objetivo de obter vantagens do Plano de Cargos ? LC 120/2010, que ingressaram no serviço público municipal daquela Edilidade sem concurso público, a aplicação do Tema 1157 do STF, o que muitas vezes tem levado ao indeferimento das ações. Em algumas verificamos que o Magistrado indeferiu os pedidos de Ofício. Apesar disso, nossa tese é de que a referida tese não pode ser aplicada à categoria, pois existe legislação específica que não está sendo observada nas Decisões, inclusive com alguns recursos procedentes em relação à isso, reformando as sentenças de improcedência.

(Conclusão) Concluímos, nesse momento, que o estudo da problemática é interessante, pois se aplica a centenas de servidores do Município de Natal, tendo em vista que decorre de um tema de repercussão geral julgado pelo STF que, aplicado de forma, a meu ver, equivocada, tem prejudicado as ações judiciais dos agentes de saúde que buscam seus direitos junto aos judiciários que estão sendo descumpridos pelo Ente Público, muitas vezes tais direitos já tendo sido reconhecidos administrativamente.

Palavras-chave: tema 1157 STF; concurso público; agentes de saúde; município de Natal; lei complementar municipal de Natal 120/2010.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APLICAÇÃO PENAL: COMO GARANTIR QUE A PENA APLICADA SEJA JUSTA À GRAVIDADE DO DELITO?

Autor(es):

Patricia Bernardo de Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Inteligência Artificial (IA) vem sendo cada vez mais utilizada no sistema judicial, inclusive, na aplicação de penas criminais. No entanto, a questão da garantia da justiça na aplicação de penas é um tema controverso, que levanta preocupações sobre a possibilidade de discriminação e injustiças. A aplicação de penas justas e adequadas à gravidade do delito é um desafio enfrentado pelo sistema penal há muito tempo. Com o avanço da tecnologia e com o seu surgimento, novas possibilidades surgem para auxiliar nessa tarefa. Apesar disso, é importante garantir que a utilização dessas tecnologias, seja feita de forma igual, evitando a perpetuação de vieses e discriminações.

(Metodologia) A pesquisa será realizada por meio de revisão bibliográfica e análise de casos práticos de aplicação de inteligência artificial no sistema penal. Serão consideradas também informações sobre as ferramentas de IA utilizadas na prática, bem como as críticas e desafios associados à sua aplicação, com o objetivo de identificar possíveis perspectivas presentes no manuseio dessas tecnologias. Assim, como, consideradas as normas legais e éticas que devem nortear o uso da inteligência artificial no sistema penal.

(Resultados) Os resultados da revisão bibliográfica indicam que a Inteligência Artificial pode ser utilizada para auxiliar juízes e promotores na tomada de decisão sobre a aplicação de penas criminais, a fim de garantir que a pena aplicada seja proporcional à gravidade do delito e livre de preconceitos. A IA pode ser usada, por exemplo, para prever a probabilidade de reincidência do acusado, bem como para analisar dados demográficos e socioeconômicos para identificar possíveis distinções. Apesar disso, há críticas quanto à confiabilidade e transparência dos algoritmos de IA, além de preocupações éticas e de privacidade.

(Conclusão) A pesquisa pretende contribuir para a discussão sobre a utilização da inteligência artificial, visto que, a sua aplicação penal pode ser uma ferramenta valiosa para garantir que a pena aplicada seja procedente e proporcional à gravidade do delito. Como também no sistema penal, levantando questões éticas e legais, propondo diretrizes para asseverar a justiça e a adequação. No entanto, é necessário considerar cuidadosamente as limitações e desafios associados à tecnologia, a fim de evitar injustiças. Portanto, é importante considerar que o uso dessa ferramenta deve ser feito de forma coerente e que a aplicação de penas deve levar em conta não apenas dados, mas também aspectos individuais e contextuais dos casos.

Palavras-chave: inteligência artificial; aplicação penal; sistema penal.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O IMBRÓGLIO DA HERMENÊUTICA JURÍDICA?

Autor(es):

Matheus Moreira Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcio Emanuel Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Rafaely de Sousa Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Passio Gurgel de Carvalho Camilo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz de Azevedo Cacho do Monte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A utilização da inteligência artificial no âmbito jurídico cria ceticismo entre juristas e preocupam os atuantes da área através de questões de justiça, imparcialidade e responsabilidade. Entre seus principais debates, está a perpetuação que a inteligência artificial através de materiais empregados em prol da preparação, transportando a resoluções segregativas. Além disso, como um dos principais e indispensáveis paradigmas, o difícil debate entre as decisões da inteligência artificial, fazendo com que interações sejam esquecidas. Ademais, a ausência de entendimento concreto na legislação quanto ao comprometimento em casos que a IA falhar é um problema de imensa significância – tendo em vista que, em caso de algum erro, quem será responsabilizado: o desenvolvedor, o usuário ou a máquina? Diante dessas imprecisões, geram mais agravamentos em conciliar os reais funcionamentos da máquina com reproduções semelhantes ao ser humano com conceitos usuais jurídicos, como culpa e livre arbítrio. Investigando em ocorridos, como a utilização da tecnologia em julgamentos, contratos inteligentes e reconhecimento facial, vê-se que, apesar de bem desenvolvido, apresentam necessidades de regimento ético e legal, incluindo a elaboração de regimentos moral para certa modalidade, com intuito de nitidez e imparcialidade, como também critérios ideias para afim de que órgãos disciplinares supervisionem e tenham foco em sua desenvoltura. Desse modo, é crucial perceber a facilitação que a inteligência artificial integra à prática jurídica, armazenando importantíssimas informações, porém, tem de ser visualizada como acréscimo aos serviços dos cidadãos da área citada, colaborando positivamente e não deixando de respeitar os limites que a inteligência artificial deve promover, como também os princípios jurídicos e éticos. Por fim, ainda que o atual meio de competência semelhante ao ser humano entregue potenciais revolucionários, é importante que sua utilização seja caprichadamente regulamentada, visando minimizar ameaças e responsabilizar-se que a interpretação do direito continue firmada na responsabilidade do indivíduo.

(Metodologia) A pesquisa inicialmente faz uma ampla revisão de literatura, abordando conceitos teóricos sobre a inteligência artificial, direito positivado, e o pensamento de autores como Hans Kelsen e Ronald Dworkin. Foram utilizados artigos científicos, livros e documentos legais, visando identificar as principais teorias e debates contemporâneos sobre o uso da IA na interpretação do direito. A literatura foi selecionada com base na sua relevância e atualidade, considerando publicações entre os anos de 2010 e 2023. Além da revisão bibliográfica, foram analisados casos concretos onde a IA já foi utilizada no campo jurídico. Exemplos de sistemas judiciais que integram IA para auxiliar em julgamentos, contratos inteligentes e reconhecimento facial em sistemas de segurança foram examinados. A escolha dos casos práticos teve como critério a inovação tecnológica aplicada ao direito e os desafios enfrentados, como a privacidade, proteção de dados e vieses algorítmicos. A fim de compreender a percepção atual dos juristas, advogados e magistrados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais do direito, que possuem diferentes níveis de interação com a IA.

(Resultados) Em síntese, é essencial que a inteligência artificial seja utilizada para complementar, e não substituir, os profissionais do Direito. Embora possa aumentar a eficiência e a qualidade do trabalho, seu papel deve ser de apoio. A cooperação entre as áreas do Direito e da Tecnologia é indispensável para a implementação eficaz da inteligência artificial no setor jurídico, garantindo que as soluções desenvolvidas atendam às necessidades e particularidades desse campo, sempre com uma abordagem ética e transparente.

(Conclusão) Infere-se, portanto, que a partir dessa metodologia o resultado da discussão dos autores desse artigo é que apesar da inteligência artificial contribuir de forma positiva no processo ágil e eficaz no âmbito jurídico, é notório que se deve utilizar apenas como complemento ao trabalho humano. Desse modo, é perceptível que utilizar a IA de forma única pode impactar negativamente nas interpretações e aplicações das leis. Assim, adequando a metodologia do atual cenário com o setor jurídico e preservando valores fundamentais do direito, levará alta significância para a hodiernidade.

Palavras-chave: inteligência artificial; justiça; equidade; proteção de dados; hermenêutica jurídica.

INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL: A LEI 11.441, DE 04 DE JANEIRO DE 2007 E A FUNÇÃO SOCIAL DA HERANÇA

Autor(es):

Cassi Sousa Lima Leal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A advocacia extrajudicial tem crescido significativamente nos últimos anos, e mostra-se como uma alternativa de prestação de serviços jurídicos de jurisdição voluntária, com importante impacto na redução da alta demanda do Poder Judiciário. Dentro do movimento de "desjudicialização" pelo qual passa o Brasil, a Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007, inaugurou uma nova fase do Direito das Sucessões quando alterou dispositivos do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época, para possibilitar a realização de inventário pela via administrativa. O direito à herança está previsto no artigo 5.º, XXX, da Constituição da República, no rol dos direitos fundamentais. Neste cenário, o inventário é a apuração dos bens, direitos e dívidas do falecido, indispensável para a partilha, que concretiza a transferência da propriedade dos bens aos herdeiros. A Lei 11.441/07 desburocratizou o procedimento do inventário, tornando possível sua realização por meio de escritura pública, mesmo que a abertura da sucessão tenha ocorrido antes da lei, além de permitir que processos que já estejam iniciados no Judiciário possam ser realizados na via administrativa, desde que não haja litígio entre as partes e que sejam observados os trâmites legais.

(Metodologia) Será utilizada inicialmente a metodologia da pesquisa bibliográfica, que possibilitará o levantamento do referencial teórico acerca do direito das sucessões, da advocacia extrajudicial, do procedimento de inventário e dos tabelionatos de notas, através da visão de diversos autores. Em um segundo momento será adotada a metodologia da pesquisa quantitativa, através da qual irá se buscar o quantitativo de procedimentos administrativos a partir da Lei 11.441/2007, que os autorizou. A pesquisa será delimitada ao um Ofício de Notas de Natal/RN para levantamento do quantitativo de inventários realizados desde o advento da lei, além do levantamento de dados sobre custas e documentação necessária.

(Resultados) Verificou-se que, desde 2007, quando foi instituída a Lei nº 11.441/07, que autorizou a lavratura de inventários em tabelionatos mediante escritura pública, foram realizados mais de 2,3 milhões de procedimentos em Cartórios de Notas de todo o Brasil. A principal característica no procedimento administrativo é a celeridade. Constatou-se que o procedimento judicial exige o cumprimento de sete etapas processuais, que demandam um tempo mínimo de dois anos para sua conclusão. O procedimento administrativo, realizado no tabelionato de notas, a depender da complexidade do caso, pode ser concluído em um único dia. A referida celeridade antecipa a transferência dos títulos de propriedade aos herdeiros, em especial dos bens imóveis, o que permite uma melhor continuação da função social da propriedade.

(Conclusão) A desjudicialização está em perfeita consonância com a realidade jurídica atual do Brasil, em que várias espécies de demandas da sociedade podem ser solucionadas nos tabelionatos, quando não envolvem litígio. Nesse sentido, a Lei 11.441/07 possibilita a transmissão do patrimônio a herdeiros de forma mais célere e permite a redistribuição das riquezas conquistadas pelo de cujos, concretizando a função social da herança, na medida em que, a partir da transferência das titularidades, cada herdeiro poderá dar ao patrimônio a destinação que julgar mais conveniente, dando à propriedade a continuação da sua função social.

Palavras-chave: inventário extrajudicial; sucessão; herança; função social; tabelionato.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: A INFLUÊNCIA DA ESCUTA ATIVA NO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Autor(es):

Lucas Lopes Costa Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Max Lira Barbosa de Souza da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Bezerra Amorim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A justiça restaurativa é uma abordagem alternativa ao sistema de justiça penal, cujo objetivo principal é reparar os danos causados pelo delito e promover a reintegração dos envolvidos. Ao contrário do modelo tradicional, que privilegia a punição do infrator, a justiça restaurativa busca construir um espaço de diálogo no qual a vítima, o ofensor e a comunidade participam ativamente da resolução do conflito. A prática da escuta ativa se destaca nesse contexto como uma ferramenta essencial para alcançar os objetivos restaurativos, pois envolve ouvir de forma atenta e empática, compreendendo plenamente as emoções e necessidades das partes envolvidas. A escuta ativa facilita a criação de um ambiente seguro para a expressão genuína das experiências de cada um, aumentando a possibilidade de soluções consensuais e eficazes. Este trabalho pretende explorar como a escuta ativa influencia os processos de justiça restaurativa, promovendo uma percepção de justiça mais satisfatória e reduzindo as chances de reincidência.

(Metodologia) pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e na análise de entrevistas com mediadores, vítimas e ofensores envolvidos em programas de justiça restaurativa. Serão consultadas obras fundamentais e artigos científicos para embasar teoricamente o estudo, além de relatos de experiências em justiça restaurativa para análise qualitativa dos dados.

(Resultados) espera-se que a pesquisa revele evidências de que a escuta ativa desempenha um papel crucial no sucesso dos processos restaurativos. A prática de ouvir ativamente os envolvidos tende a aumentar a satisfação das vítimas, pois estas se sentem mais ouvidas e compreendidas, o que contribui para a superação do trauma. Para os ofensores, a escuta ativa pode facilitar a reflexão sobre os danos causados e estimular uma postura mais responsável em relação ao delito, resultando em uma maior disposição para reparar o dano. Além disso, espera-se que a escuta ativa contribua para a formulação de acordos mais personalizados e adequados às necessidades das partes, aumentando a eficácia das soluções e reduzindo a probabilidade de reincidência.

(Conclusão) A escuta ativa é um elemento fundamental na justiça restaurativa, pois promove uma abordagem mais humanizada e centrada nas necessidades das partes envolvidas. Ao facilitar a comunicação e o entendimento mútuo, a escuta ativa contribui para que as soluções restaurativas sejam mais justas e satisfatórias, não apenas para a vítima e o ofensor, mas também para a comunidade. Os resultados esperados indicam que a prática de escuta ativa pode ser um diferencial importante para o sucesso dos programas de justiça restaurativa, reduzindo o sentimento de revitimização, aumentando a sensação de justiça e contribuindo para a redução dos índices de reincidência.

Palavras-chave: justiça restaurativa; escuta ativa; resolução de conflitos; reintegração social; reincidência.

LAR DOS IDOSOS

Autor(es):

Luis Eduardo Costa Barbalho E Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raphael Rodrigues Tabosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Alves Da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Túlio Costa Diniz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Tacio Venancio Rodrigues Magalhaes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Objetivamos, com isso, oxigenar o lar de idosos proporcionando uma manhã atípica, para que assim os idosos possam sair da rotina, visando alterar a perspectiva dos idosos sobre a vida na terceira idade. Dessa forma, é fundamental destacar a importância dessa ação em localidade carentes, a falta de uma estrutura de qualidade, itens de higiene pessoal e alimentos, torna indispensável qualquer forma de contribuição.

(Proposta do roteiro) O programa de qualidade de vida que o grupo desenvolveu é direcionado aos idosos carentes do Lar de Idosos de Pirangi, no qual buscamos por meio desse projeto compartilhar experiências, proporcionar um dia divertido e alegre para os anciões, transmitir palavras de conforto através da leitura de texto e atividades lúdicas, como exibição de músicas. Percebe-se no momento da implementação do programa a felicidade estampada no rosto dos idosos, somado a isso, viabilizamos um café da manhã recheado e itens de higiene pessoal. Tendo em vista todo o exposto, é evidente a relevância e pertinência dessa singela ação social.

(Efeitos esperados) No que concerne ao planejamento das ações elaboradas na localidade do asilo de idosos no município de Parnamirim, nas adjacências de Pirangi do Norte, o grupo preparou a refeição denominada de lanche matutino, visto que nessa localidade havia uma carência significativa de refeições alimentares e na doação de itens pessoais de higiene. Nesse sentido, ocorreu a disponibilidade do grupo na oferta de alimentos para o lanche: pão com presunto e queijo, suco de uva, salgados e afins, bolo. Destarte, teve a divisão do grupo composto por 5 membros: Túlio Costa, José Alves, Luís Eduardo, Pedro Tácio e Raphael Tabosa; a fim de dar uma maior celeridade e garantir o resultado proporcionado, com os 4 membros iniciais auxiliando os idosos na oferta da alimentação e conversando no sentido de ouvir as respectivas histórias de vida, na resolução de proporcionar uma exímia experiência ao lar.

LEI 13.465/2017: DIFUSÃO DO DIREITO DE MORADIA E SEGURANÇA JURÍDICA

Autor(es):

Anderson Flor Penaforte e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o notável crescimento do processo de urbanização a partir do século XX no Brasil, ocorreram diversas mudanças demográficas em todo o país. Com o resultado, o aumento de propriedades irregulares tornou-se comum em nosso território, causa disso se dá também para a burocratização que alguns institutos passados tinham para conceder a titularidade a esses indivíduos que se encontravam em situações irregulares, além de diversos outros fatores que eram atrelados a regularização fundiária dessas terras, sejam eles aspectos ambientais, políticos e sociais. Nesse contexto, a Lei nº 13.465/2017 introduziu mecanismos inovadores e simplificadores na área de regularização fundiária, apresentando um avanço significativo nessa área. Tal legislação busca lidar com os desafios da ocupação irregular e proporcionar segurança jurídica aos ocupantes de imóveis, promovendo a inclusão social e a proteção da propriedade através do poder público.

(Metodologia) A metodologia empregada nesta pesquisa combina abordagens descritivas e indutivas. Além disso, utilizamos métodos de pesquisa bibliográfica e documental, bem como o método quantitativo para análise dos dados abordados na pesquisa.

(Resultados) A Lei nº 13.465/2017 desempenha um papel crucial na regularização fundiária no Brasil, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais. Ela estabelece princípios norteadores para simplificar e democratizar o processo de regularização e concessão de títulos de propriedade. Essa legislação unifica institutos, tornando-o mais acessível e eficiente, contribuindo para a diminuição do déficit habitacional no país.

(Conclusão) Dessa forma, vimos que a lei 13.465/2017 promove um papel essencial para a regularização fundiária, ela introduziu mecanismos inéditos e simplificadores, promovendo dessa forma uma ascensão significativa nessa área. À vista disso essa legislação busca enfrentar os desafios da ocupação irregular, tentando sempre assegurar a segurança jurídica necessária aos ocupantes desses imóveis, buscando também promover a inclusão de minorias sociais nesse âmbito. Face ao déficit habitacional que atinge milhões de pessoas no nosso país, esse dispositivo visa tornar o processo de regularização acessível a todas as camadas sociais, contribuindo para a amenização dessa situação e garantindo o direito fundamental a moradia.

Palavras-chave: regularização; simplificação; acessibilidade.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO CIVIL E FAKE NEWS

Autor(es):

Pedro Arthur de Azevedo Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Júlia Beatriz de Paiva Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Isabel Cristina Costa e Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Julia Martins Maciel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A importância de se garantir a liberdade de expressão: não há vida digna sem que o indivíduo possa manifestar seus desejos e convicções. Busca-se investigar de que forma as fake news afetam a liberdade de expressão. A partir da responsabilidade dos meios de comunicação na expressão civil, a disseminação de fake news acaba tendo influência, e afetando os processos democráticos e as formações da opinião pública. Assim, criam realidades distorcidas que podem ser usadas para manipular ideologias e espalhar ódio, prejudicando o debate público e contribuindo para a polarização.

(Metodologia) Utiliza-se da metodologia para pesquisas de caráter bibliográfico. O uso levantamento de dados para delimitar o problema e indicar os intermediários na expressão civil e como tornar viável o combate à disseminação massiva de mentiras ou ?fake news?, que comprometem a manutenção de um ambiente social saudável e tolerante, sem prejudicar a liberdade de expressão e a tolerância. A coleta de dados ocorreu por meio da consulta a artigos científicos disponíveis em bases de dados confiáveis.

(Resultados) Este artigo obteve como resultados que a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas, muitas vezes, é utilizada para disseminar informações falsas que desrespeitam a integridade moral e física dos indivíduos, assim, criando uma tensão entre a liberdade de expressão e a necessidade de respeitar o próximo, o que pode prejudicar a democracia e perpetuar desigualdades sociais, mostrando que a defesa da expressão civil é vital para construir uma sociedade justa e plural, e, nesse contexto, a verificação de fatos e a educação midiática se tornam essenciais.

(Conclusão) São essenciais em sociedades democráticas, e sem correr o risco de autoritarismo por parte do Estado, restringindo a diversidade de ideias e fomentando ambientes polarizados e hostis, onde a manipulação de informações e a desinformação comprometem o exercício livre do pensamento crítico e a participação efetiva no debate público. Com o avanço tecnológico e o crescente domínio sobre as plataformas digitais, é responsabilidade dos meios de comunicação garantir a precisão das informações divulgadas. A diferença entre mídia tradicional e nova mídia também impacta a formação de opinião, com os jovens, muitas vezes sem poder político ou socioeconômico, sendo mais vulneráveis à desinformação e a disseminação de fake news com seu manuseio especialmente em contextos polarizados mostra como informações falsas podem manipular a opinião pública e reforça a necessidade de iniciativas que ajudem a população a identificar a veracidade das informações.

Palavras-chave: liberdade de expressão; fake news; processos democráticos; opinião pública.

LICENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE PARA CASAIS HOMOAFETIVOS: DESAFIOS ENFRENTADOS NO ÂMBITO JURÍDICO

Autor(es):

Maria Eduarda de Araujo Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de família patriarcal, que se refere a um sistema social e familiar em que o homem é o principal provedor e autoridade de uma casa, tem passado por transformações nas últimas décadas. Atualmente, compreende-se o conceito de família, um núcleo formado por indivíduos que escolheram estarem juntos por motivos afetivos, independentemente de sua orientação sexual. Recentemente, o STF, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, reconheceu a união estável de casais homoafetivos como um direito constitucional. Essas decisões garantem a dignidade e a igualdade de direitos, assegurando que casais do mesmo sexo tenham os mesmos direitos e deveres que os heterossexuais, promovendo a inclusão e a proteção das diversas formas de famílias. Ao longo do tempo, a jurisprudência brasileira também evoluiu, reconhecendo e classificando essa diversidade de arranjos familiares existentes no país. Entre esses tipos de famílias, destacam-se as reconstituídas, anaparentais, monoparentais e homoafetivas, cada uma refletindo diferentes formas de convivência e laços afetivos que se consolidam na sociedade contemporânea.

(Metodologia) A metodologia empreendida será de pesquisa de natureza bibliográfica, com enfoque descritivo e exploratório, buscando compreender e aprofundar as percepções de autores quanto ao uso da licença maternidade/paternidade no mundo jurídico para casais homoafetivos e heterossexuais.

(Resultados) Diante disso, é possível analisar as percepções e experiências de casais homoafetivos sobre a legislação e o uso da licença para aqueles que expandem suas famílias. A pesquisa também investiga casais heterossexuais insatisfeitos com os papéis tradicionais de gênero. Essa análise ilumina as dinâmicas e desafios enfrentados, destacando como o patriarcado ainda influencia as expectativas sobre paternidade e maternidade. Um ponto relevante é a necessidade de renomeação da nomenclatura atual para "licença natalidade", reconhecendo a contribuição de todos os cuidadores. Assim, examinando não apenas as questões legais, mas também a diversidade de modelos familiares e enfatizando a importância de uma mudança cultural que valorize todas as formas.

(Conclusão) A pesquisa sobre licença maternidade e paternidade para casais homoafetivos revelou aspectos significativos sobre a vivência desses casais em relação aos direitos parentais. Embora tenham ocorrido avanços legais nas últimas décadas, ainda persistem desafios consideráveis que afetam a experiência da licença, como a falta de informação adequada, preconceitos e barreiras institucionais. Este trabalho não apenas enriquece a compreensão das particularidades enfrentadas por casais homoafetivos em relação à licença parental, mas também ressalta a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e igualitária nas legislações e práticas sociais. Em especial, a regulamentação do termo "licença natalidade" se torna essencial para garantir que todas as famílias, independentemente de sua configuração, sejam contempladas de forma equitativa. Essa regulamentação ajudaria a consolidar os direitos de todos os pais e mães, promovendo um ambiente onde a diversidade familiar é respeitada e valorizada.

Palavras-chave: licença maternidade/paternidade; casais homoafetivos; direitos fundamentais.

LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: DIREITO À DESCONEXÃO FRENTE AO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

Autor(es):

Anna Louise Silva Rosado de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Partindo do ponto de vista histórico e etimológico, o termo trabalho vem do latim tripalium, significando instrumento de tortura. Atualmente, seu significado perpassa a ideia de desempenhar uma função com dispêndio físico – intelectual a fim de se obter um retorno, garantindo assim seu sustento e de seus dependentes, conseqüentemente, é um meio de proporcionar certa dignidade ao homem. Porém, essa ainda é fruto de reivindicações e debates, buscando melhorias nas condições laborais. Isso pois, na atual sociedade capitalista onde “tempo é dinheiro”, as extensas jornadas de trabalho não encerram ao final do expediente. Ao contrário, com o avanço das tecnologias, a facilidade da disponibilidade, e a urgência por respostas, a desconexão torna-se cada vez mais difícil, fulminando em um adoecimento em massa. O qual ocorre, por não existir uma real fiscalização ou ainda, limitação sobre a atividade laboral. Por oportuno, além da saúde dos trabalhadores como consequência direta da insegurança laboral que permeia a classe trabalhadora, alcançar a dignidade da pessoa humana por meio de uma real limitação das jornadas de trabalho é de suma importância. Sendo necessário assegurar o real direito a desconexão, a fim de que não haja retrocesso nos direitos antes conquistados.

(Metodologia) O trabalho será elaborado por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, partindo do método dedutivo. Realizando análises bibliográficas em livros, artigos e entendimentos jurisprudenciais acerca do tema. Investigando como os tribunais vem decidindo sobre a violação do direito à desconexão e sua influência na limitação da jornada de trabalho, viabilizando ao trabalhador a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

(Resultados) É possível constatar que a classe trabalhadora do século XXI, embora cada vez mais heterogênea, tem seus direitos fundamentais afetados pelo caráter destrutivo do capital, resultando em precarização do trabalho e maior exploração. A valorização da produtividade e dos critérios meritórios mantém o trabalhador sempre disponível ao empregador, comprometendo sua qualidade de vida e causando danos, por vezes irreparáveis. Marx utiliza “subsunção” para descrever essa relação entre trabalho e capital, na qual o trabalhador oferta sua força de trabalho e fica submetido a ele. Essa relação ultrapassa a jornada, afetando o descanso interjornada, onde, pelas inovações tecnológicas, o trabalhador permanece conectado, sem real desligamento físico e mental. Embora amplamente conhecida e socialmente normalizada, essa situação é pouco discutida quanto à fiscalização e danos à saúde. A dignidade humana, sendo um atributo inerente, irrenunciável e inalienável, deve orientar a produção normativa. O trabalho digno só existe quando atrelado aos direitos fundamentais, destacando-se o direito à desconexão para preservar a saúde. Ao limitar o labor e garantir o direito à desconexão ao fim da jornada, promove-se melhor desempenho e redução do absenteísmo.

(Conclusão) Resta incontroverso que o aumento da flexibilização da jornada de trabalho gera uma insegurança ao trabalhador, haja vista ir contra os limites previamente impostos por nossa Carta Magna. Frente a isso, é mister determinar os malefícios à saúde do trabalhador em caso da não desconexão ao fim do labor, como também justificar sua importância quando comparada a qualidade de vida. Nessa esteira, torna-se imprescindível a limitação de jornada para que os direitos sociais sejam resguardados.

Palavras-chave: direito constitucional e do trabalho; direito à desconexão; limitação da jornada; dignidade da pessoa humana.

LIMITES DO CONTROLE JUDICIAL DAS PROCURAÇÕES AD JUDICIA EM CASOS DE DEMANDA PREDATÓRIA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NA JUSTIÇA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Isis Gyanne Negreiros de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A procuração ad judicium permite que o advogado, como mandatário, execute diversas ações durante toda a fase de conhecimento e cumprimento de sentença (CPC, art. 105). Sua extinção ocorre em quatro situações previstas no Código Civil, sem prazo de validade expresso. Entretanto, diante do aumento das demandas predatórias – caracterizadas pelo abuso do direito de ação, com o intuito de prejudicar concorrentes causando danos ao mercado (Martinez, 2008), os juízes, no exercício de seu poder geral de cautela, têm determinado a apresentação de documentos atualizados nos processos, incluindo a procuração judicial. A problemática desse trabalho é analisar se essa exigência judicial, feita para combater as demandas predatórias, é legalmente respaldada ou configura um comportamento ilegal do Judiciário. Para tanto, serão examinados processos em trâmite na Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, para fins de levantamento de dados empíricos que conduzam a formação de convicção sobre o tema.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa com metodologia dedutiva de natureza qualitativa, além de metodologia pragmática. Serão analisadas a doutrina especializada e precedentes dos tribunais superiores sobre a matéria, além do levantamento de dados empíricos, a partir de processos judiciais em trâmite na Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, para construção dialógica e plural dos resultados da pesquisa.

(Resultados) Com base no exposto, compreende-se que com o aumento das demandas predatórias e a discussão do Tema Repetitivo nº 1.198 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aborda especificamente esse tipo de demanda, permite-se a admissão da solicitação de documentos, incluindo a procuração jurídica, quando confrontada com esse tipo de litigância. Isso é respaldado pelo poder geral de cautela do magistrado, embora seja uma exceção, tem sido aplicado de maneira generalizada em litígios repetitivos, ao contrário da litigância predatória, que se encaixa como abusiva. Diante disso, há uma prática desproporcional no TJRN, em que são solicitadas procurações atualizadas em casos que esta tem dois anos da assinatura – ainda na fase de conhecimento, resultando na extinção de diversos litígios devido à suposta falta de documentos essenciais à lide, o que demonstra uma abordagem desarrazoada e danosa aos cidadãos.

(Conclusão) Em suma, o aumento significativo das demandas predatórias no Poder Judiciário, aliado ao uso desarrazoável do poder geral de cautela pelos juízes, permitido pelo STJ nesses casos, atualmente resulta em pedidos excessivos de atualização de procuração durante todo o processo, inclusive em casos de litigância repetitiva ? envolvendo pessoas com direitos semelhantes que recorrem ao mesmo advogado – e em outros diversos no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o que, por muitas vezes, culmina na extinção desses litígios prejudicando os direitos dos cidadãos.

Palavras-chave: controle judicial; procurações ad judicium; demandas predatórias; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

MANIFESTO CONTRA O RACISMO

Autor(es):

Sildilanni Silva de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O racismo é de fato uma forma de discriminação baseada em uma ideia falsa de superioridade de uma suposta “raça” sobre outras. No entanto, cientificamente falando, não há base para essa divisão da humanidade em raças biologicamente distintas. A diversidade humana é complexa e multifacetada, e as diferenças entre as pessoas são principalmente culturais, sociais e históricas, não biológicas. No Brasil, o racismo é considerado crime inafiançável e imprescritível pela Constituição, refletindo o compromisso legal do país em combater essa forma de discriminação. A Lei 14.532, sancionada em 2023, foi um passo adicional para fortalecer a legislação contra o racismo, incluindo a injúria racial na Lei de Crimes Raciais e aumentando as punições para aqueles que discriminam pessoas negras.

(Metodologia) As ações propostas para o desenvolvimento do projeto visam a construção de uma rede de formação continuada de integração interdisciplinar. Rede esta, apoiada em atividades, nas quais, a participação dos sujeitos – equipe multidisciplinar e membros da rede de proteção social, professores e estudantes, incorporem a discussão de temas que permitam articular conhecimentos específicos das disciplinas de cultura e história africana e afro brasileira, bem como, refletir sobre a qualidade no atendimento atribuída à população negra nas áreas da saúde, assistência e educação. Assim, por meio das vivências de uma prática pedagógica interdisciplinar, visamos promover uma reflexão sobre os diversos aspectos que convergem para uma Educação das Relações Étnico-raciais e discutir a presença do racismo institucional.

(Resultados) O resultado do trabalho é sobre o combater do racismos, fazendo com que a população possa avançar cada vez mais, buscando uma melhoria integral, combatendo violência sobre um tipo de raça em modo geral.

(Conclusão) Deste modo, é importante destacar que no Brasil uma parcela significativa da população é negra, e essa comunidade tem uma longa história de luta contra o racismo e pela igualdade de direitos. Conhecer e compartilhar essas histórias de luta é fundamental para promover a conscientização sobre a persistência do racismo e a necessidade contínua de combatê-lo em todas as suas formas. Para que haja melhorias diante da sociedade, é imprescindível que se respeite e valorize a pluralidade de culturas, seja em suas crenças, identidades e opiniões. Sendo assim, se faz a construção de uma sociedade mais igualitária e justa na qual necessita do respeito à diversidade, trazendo igualdade de oportunidades para todos.

Palavras-chave: rascismo; conscientização; combate.

MEDIAÇÃO OU CONCILIAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

Autor(es):

Einstein Batista Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafaela Ribeiro Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Delson Pires de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Richard Medeiros de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Pricila da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mediação e a conciliação são mecanismos de resolução de conflitos que evitam a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, funcionando como alternativas ao sistema de justiça tradicional. Este trabalho visa comparar essas práticas no Brasil e na Argentina, destacando as semelhanças, a base legal e as informações disponíveis sobre a administração desses dispositivos em ambos os países.

(Metodologia) Trata-se de estudo qualitativo, com pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários públicos.

(Resultados) Os dados sobre mediação e conciliação no Brasil são monitorados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre novembro de 2022 e outubro de 2023, ocorreram cerca de 3,66 milhões de audiências de conciliação e mediação, com 82% resultando em acordos homologados. No total, aproximadamente 21% das sentenças terminativas não criminais foram homologatórias de acordos. Em relação à execução de títulos extrajudiciais, 28% resultaram em sentenças homologatórias. Em contrapartida, os dados da Argentina são menos claros e atualizados, com registros até 2019, o que evidencia uma falta de transparência na administração judiciária. Na Argentina, a mediação é obrigatória desde 1995, com exceções em processos de execução e ações que envolvem direitos indisponíveis. A legislação argentina exige que mediadores sejam advogados com pelo menos 10 anos de experiência, enquanto no Brasil a exigência é de apenas 2 anos de graduação em qualquer área superior. Além disso, o governo argentino criou uma tabela de honorários para mediadores, ao passo que no Brasil a autonomia é deixada para os tribunais. Observa-se que a Argentina implementou a mediação antes do Brasil, embora o CNJ tenha estabelecido uma regulamentação robusta em 2010. O sistema argentino também se destaca pela obrigatoriedade de experiência dos mediadores e pela criação de uma política nacional de remuneração, contrastando com a autonomia dos tribunais brasileiros nesse aspecto. Ambos os países apresentam um volume significativo de casos resolvidos através desses dispositivos, mas a Argentina carece de dados atualizados, o que pode comprometer a análise da eficácia de seus métodos.

(Conclusão) Percebe-se que em ambos os países há uma busca pela “desjudicialização”, pela redução da carga do sistema judiciário, proporcionando soluções mais rápidas e eficazes. Além disso, maior “autonomia das partes”, de forma que tenham maior controle sobre a resolução das disputas, promovendo soluções que atendam às suas necessidades específicas. Por fim, uma busca pela manutenção das relações, especialmente em disputas familiares ou comerciais, em que o conflito pode vir causar impacto em futuras interações. Conclui-se, finalmente, que apesar de existirem semelhanças nas práticas de mediação e conciliação entre Brasil e Argentina, as diferenças em regulamentação, transparência e exigências para mediadores podem influenciar os resultados e a eficácia desses mecanismos na resolução de conflitos. A melhoria da coleta de dados e a transparência nas informações podem contribuir para um entendimento sobre o desempenho dos sistemas de justiça em ambos os países.

Palavras-chave: mediação; conciliação; Argentina; Brasil.

MEDIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO PARA O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):

Anna Beatriz de Gois Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Raul Fagundes Cocentino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A abordagem sobre as ponderações contundentes diante os proveitos da técnica de mediação para as vias do judiciário e as perspectivas da comunidade brasileira – diz respeito a um debate não apenas pela capacidade de descongestionar o âmbito do sistema judicial, mas também por proporcionar soluções mais céleres, eficientes e adaptadas às demandas das partes que estão envolvidas em litígio. É fulcral elucidar o mister que se faz com base na função da mediação mediante a tentativa de estabelecer um ponto de equilíbrio na controvérsia, bem como aproximar as partes e ainda captar os interesses dos indivíduos, com a finalidade de objetivar uma solução que seja a mais justa possível, sendo possível destacar que o acordo é realizado sob a supervisão e o auxílio de um mediador. Nessa apreensão, é plausível verificar que a mediação aponta características fundamentais: voluntária, confidencial, não adversarial, mais econômica, imparcial e caracteres neutros ao mediador.

(Metodologia) A presente investigação possui como metodologia a análise da lei 13.140 de 26 de junho de 2015 (que dispõe sobre a realização de mediação entre particulares como meio de resolução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública), da literatura especializada e de entrevistas de especialistas sobre a mediação e suas consequências para o Brasil.

(Resultados) A adoção da mediação no Brasil é uma superação do processualismo rígido de outrora, que focava mais na pena, que deveria ser realizada pelo braço estatal (o Judiciário), do que no fim do conflito em si (Vasconcelos, 2008, p. 45- 6). A mediação nada mais é que a ferramenta na qual um terceiro de confiança ajuda na resolução de conflitos, fazendo com que as partes tenham as suas necessidades atendidas, mesmo que parcialmente, resultando em soluções mais rápidas e menos desgastantes econômica, temporal e mentalmente para essas partes. Esse instituto é recente a ponto da lei que disciplina-a ser de 2015. A mediação é uma ferramenta para que, no Brasil, querelas entre pessoas no tocante a direitos disponíveis ou direitos indisponíveis que admitam transação sejam solucionadas de maneira mais célere, mais pacífica e sem ou com pouca utilização do trabalho do Poder Judiciário. Como disciplina a lei 13.140 de 26 de junho de 2015, a mediação no Brasil é permitida tanto fora, com mediadores extrajudiciais (que pode ser qualquer pessoa que tiver confiança das partes) quanto dentro do Judiciário (no qual o mediador é um profissional graduado que realizou um curso de mediação autorizado pela ENFAM). Esse instituto é benéfico para o Poder Judiciário, pois reduz o número de processos que precisa realizar, tornando-o menos lento.

(Conclusão) Depreende-se que a presente pesquisa elucidou as vantagens da mediação para o Direito Brasileiro, tendo como base a regulamentação da lei 13.140/2015, com a representação de um espaço seguro para as partes diante a resolução pacífica de conflitos através de um mediador confiável, além de ser uma alternativa viável ao processo judicial tradicional ? contribuindo para a redução da demanda nos tribunais, além da agilidade na resolução de disputas. Portanto, são vistas as vantagens da mediação por meio da economia de tempo e recursos financeiros, uma maior participação ativa das partes e um menor desgaste emocional. Nesse sentido, a mediação se revela como um pilar para a consolidação do Estado de Direito e a promoção de maior paz social.

Palavras-chave: mediação; descongestionamento; eficiência; imparcialidade.

MOMENTO RECREATIVO COM IDOSOS

Autor(es):

Heloisa Morais Holanda Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
izabela bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Leticia Nogueira Pereira Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Larissa Torres Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Gabriela Lima de Alencar Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O foco do programa é promover um momento recreativo com os idosos. A estratégia utilizada será iniciar o programa com a parte destinada ao movimento (alongamentos e exercícios), que poderá ser mais difícil para os idosos, e depois promover os momentos recreativos (jogos, artesanato e socialização).

(Proposta do roteiro) A proposta de programa de qualidade de vida e bem-estar tem como objetivo proporcionar um momento de lazer para o público-alvo selecionado, os idosos. O foco do programa é promover um momento recreativo com os idosos. A recreação consiste na promoção de atividades lúdicas e práticas que envolvem espontaneidade, liberdade de expressão, criatividade e alegria de forma individual ou coletiva. Com esse projeto, espera-se conscientizar os idosos sobre a importância de se manterem ativos na terceira idade, por meio de estímulos cerebrais, do movimento, da socialização e de momentos de qualidade com outros indivíduos da mesma idade, para a partilha de experiências.

(Efeitos esperados) Com esse projeto, espera-se conscientizar os idosos sobre a importância de se manterem ativos na terceira idade, por meio de estímulos cerebrais, do movimento, da socialização e de momentos de qualidade com outros indivíduos da mesma idade, para a partilha de experiências.

MULHERES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE: DESAFIOS E SUPERAÇÕES DIANTE DA VIOLÊNCIA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO

Autor(es):

Hope Marshall Da Silva Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laís Mayane Nascimento Trindade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sol Aprigio Cezar Cardoso: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ellora Maria Lopes Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mayara Karoline Maciel da Silva: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo analisa os fatores determinantes da vulnerabilidade das mulheres com o objetivo de demonstrar o impacto da violência de gênero e o quanto ela atinge a sociedade brasileira, abrangendo diversas táticas dos agressores às vítimas, ampliando o conhecimento dos indivíduos para reconhecerem a realidade das mulheres que sofrem diariamente com a violência em nosso país. Além disso, esse estudo demonstra como o direito penal tende a se posicionar nessas situações, desenvolvendo o conhecimento da sociedade sobre as diversas violências usadas, desde a psicológica até a física, fazendo um paralelo com o que se discute no livro e filme atual de 2023 *“É assim que acaba?”*, o qual relata um caso fictício, porém, que está de acordo com a perspectiva da nossa realidade de uma violência doméstica e psicológica, com uma profunda história partindo de gerações adiante, onde a personagem principal é vítima de um agressor.

(Metodologia) A metodologia faz parte de uma pesquisa acadêmica qualitativa; a partir de uma abordagem exploratória, a coleta de dados, informações e referências foi desempenhada por meio de pesquisas em artigos retirados nas bases de sites como Google Acadêmico e Scielo.

(Resultados) A análise do atual artigo promoverá conclusões concretas de que o nosso país não está se preparando corretamente para lidar com situações delicadas desenvolvidas. Esta pesquisa foi elaborada por acadêmicos que contribuem para o progresso do conhecimento dos leitores. Os resultados coletados tratam de que essas violências se alimentam mutuamente, tendo a agressão psicológica desconsiderada em uma grande quantidade pelas próprias vítimas, que não conseguem enxergar a submissão e o ciclo contínuo do infrator, tratando do enfoque nas mulheres com deficiência, que infelizmente enfrentam a infantilização, privando-as de ter voz na sociedade e limitando-as de sua autonomia diariamente. Além da educação ser inadequada em relação ao direito das mulheres desde a infância, que infelizmente não está em um progresso eficaz, tendo em vista que a educação é um meio de extrema importância.

(Conclusão) Para finalizar, o medo que as vítimas têm de denunciar seus agressores por diversos motivos, desde ameaças e sujeição a perder até seus filhos, caso tenham com seu cônjuge, conclui que projetos devem ser ampliados para o conhecimento dos demais, incluindo as próprias vítimas. O artigo proporciona profundidade e clareza em seus objetivos, diante de um estudo simbolizando uma forma direta de expandi-lo e alcançar a voz da sociedade brasileira.

Palavras-chave: saúde da mulher; violência de gênero; direito à educação; direito de família; aspectos psicológicos.

O ACESSO DA MULHER À JUSTIÇA NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Autor(es):

Vitória Azevedo Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, o debate em torno do acesso da mulher à justiça no contexto da violência doméstica e familiar tem ocupado um lugar central nas discussões sociais e jurídicas, dando importância não apenas a urgência de proteger os direitos das mulheres, mas também a complexidade dos desafios enfrentados por elas quando buscam amparo diante de situações de violência. Neste contexto, a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, emerge como um marco importante na garantia da segurança e da dignidade das mulheres. No entanto, essa legislação não está isolada: outras normativas, como a Constituição Federal de 1988, o Código Penal e a implementação do protocolo para julgamento da perspectiva de gênero, também desempenham papéis fundamentais nesse cenário. Desse modo, o presente trabalho visa explorar mais a fundo não apenas a efetividade dessas leis, mas também os desafios sistêmicos e culturais que as mulheres enfrentam ao buscar justiça e proteção contra a violência doméstica e familiar.

(Metodologia) Através de revisões bibliográficas e análises de dados secundários, com foco em estudos acadêmicos, relatórios e legislação relacionada aos direitos das mulheres, assim como dados estatísticos.

(Resultados) A pesquisa identificou que, apesar dos avanços legislativos e das medidas implementadas, as mulheres continuam enfrentando significativas barreiras, entre elas destacam-se: A falta de informação sobre direitos, a discriminação de gênero, escassez de recursos financeiros para acessar o sistema judicial e a morosidade. Além disso, constatou-se a necessidade de aprimorar a efetividade das medidas existentes, como a ampliação do protocolo para julgamento e perspectiva de gênero, oferta de assistência jurídica gratuita e a criação de delegacias especializadas, para garantir uma proteção mais abrangente e eficaz às mulheres em situação de vulnerabilidade, com mais celeridade e eficiência.

(Conclusão) Diante dos resultados apresentados, é evidente que mesmo após a Lei Maria da Penha, as revoluções na Constituição Federal de 1988, protocolo de julgamento e os mecanismos criados, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir o pleno acesso das mulheres à justiça no âmbito da violência doméstica e familiar. É fundamental que sejam desenvolvidas e implementadas políticas e iniciativas mais abrangentes e efetivas, que levem em consideração não apenas a dimensão legal, mas também as questões culturais e sociais que perpetuam a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres. Somente assim será possível promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as mulheres sejam reconhecidas como sujeitas plenas de direitos e tenham acesso à justiça de forma efetiva e digna.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar; violência de gênero; acesso à justiça; Lei Maria da Penha; CF/88.

O BÔNUS REGIONAL E SUA COLISÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Autor(es):

Roberto Francisco Guedes Lima Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O bônus regional é um mecanismo recente implantado por diversas Universidades Federais circundantes do país, que, por meio de resoluções, passaram a prever um acréscimo de até 20% (vinte por cento) à nota final dos candidatos que, porventura, tenham cursado o Ensino Médio em escolas de ensino regular no estado da delimitação da Universidade. Desse modo, é evidente a colisão do bônus com princípios pertinentes à Constituição Federal brasileira, gerando aos candidatos condições desiguais de concorrência às vagas disponibilizadas no SiSU.

(Metodologia) Para o fim almejado deste projeto, o método de abordagem utilizado foi o método dedutivo, tendo em vista que se partiu de teorias prévias para perfazer resultados finais verdadeiros. Para tanto, o estudo de casos reais, pesquisas bibliográficas e julgados dos Tribunais Superiores foram os procedimentos utilizados.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos a partir do estudo realizado, destaca-se o fato de o mecanismo adotado estar em total dissonância com os princípios da isonomia e da impessoalidade, pois o princípio da isonomia veda o tratamento distinto de qualquer natureza a cidadãos brasileiros e o princípio da impessoalidade, por sua vez, remete a necessidade de o Estado agir sem favorecimentos ou diferenças pessoais. Ademais, ao analisar as resoluções que regulamentam a aplicação do bônus, as Autarquias invocam o pretexto de impulsionar o serviço profissional da região, posto que os concorrentes naturais de outros estados estariam indo para o estado da unidade educativa apenas para se formar, retornando, logo após a conclusão do curso, ao estado de origem sem prestar a missão profissional à sociedade local. À vista disso, se vislumbra mais um preceito constitucional violado pela aplicação desse instrumento inconstitucional: a liberdade de locomoção, popularmente conhecida por direito de ir e vir, que concede às pessoas a permissão de se deslocar livremente dentro do território nacional sem restrições arbitrárias por parte das autoridades.

(Conclusão) Desse modo, conclui-se que a implantação do mecanismo impugnado cria distinção entre os cidadãos brasileiros, de forma a pôr, em diferentes condições de concorrência, os candidatos inscritos no SiSU. Noutros termos, significa dizer que a aplicação do mecanismo discrimina de maneira infundada habitantes de determinadas regiões, favorecendo tão somente os residentes da região local. Portanto, sendo incompatível com o que preceitua a Constituição, levando-se em consideração as regras estabelecidas que privilegiem somente alguns em detrimento de outros, torna-se notória a necessidade de extinguir a aplicação do bônus, a fim de retomar, assim, o acesso dos estudantes ao ensino público superior de forma equânime e justa.

Palavras-chave: inconstitucionalidade; bônus regional; princípios constitucionais.

O DECLÍNIO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC DE 2015: ANÁLISE DO APRIMORAMENTO DA TUTELA JURISDICIONAL E DA FLEXIBILIZAÇÃO PROCESSUAL

Autor(es):

João Lucas do Nascimento Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A evolução do Código de Processo Civil (CPC) reflete a tentativa de tornar a justiça mais acessível e eficiente para as pessoas. Com o CPC de 2015, uma mudança significativa foi a diminuição dos procedimentos especiais, que foram, em grande parte, substituídos por uma abordagem mais simples e flexível dentro dos procedimentos comuns. Essa mudança busca tornar os processos mais rápidos e eficazes, como no caso do Mandado de Segurança, onde as provas já devem ser apresentadas logo no início, encurtando o tempo de análise. A troca do artigo 107, §5º pelo artigo 139, §6º do novo CPC também exemplifica essa flexibilização, permitindo que o procedimento se adapte melhor a cada situação, sem a necessidade de tantos ritos especiais. Este trabalho pretende explorar como essa transformação contribui para uma justiça mais ágil e como ela afeta o direito de defesa, sempre com foco em garantir soluções mais justas e adequadas para os casos concretos.

(Metodologia) Este trabalho adotará uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e análise de documentos jurídicos, focando nas mudanças do CPC de 2015. Serão analisadas doutrinas, artigos e jurisprudências, além de casos práticos, como o Mandado de Segurança, para ilustrar o impacto da flexibilização processual e seus efeitos na celeridade e na defesa dos direitos.

(Resultados) Os resultados esperados deste trabalho devem mostrar que a redução dos procedimentos especiais no CPC de 2015, junto à flexibilização processual, traz benefícios significativos para a eficiência e a agilidade dos processos judiciais. A análise deve indicar que o artigo 139, §6º, permite uma melhor adaptação às características de cada caso, tornando muitos procedimentos especiais desnecessários. Além disso, espera-se que essa mudança fortaleça o direito de defesa ao evitar abusos, como a dupla sucumbência, buscando um equilíbrio entre rapidez na resolução de litígios e a promoção da justiça no sistema judicial.

(Conclusão) Em conclusão, a análise da redução dos procedimentos especiais no CPC de 2015 e a flexibilização processual mostram um avanço importante na busca por uma justiça mais ágil e eficaz. Inovações como o Mandado de Segurança, que agora exige que as provas sejam apresentadas logo no início, e o artigo 139, §6º, que adapta o procedimento às características de cada caso, tornam muitos procedimentos especiais desnecessários. Além disso, essas mudanças reforçam o direito de defesa e ajudam a evitar abusos, como a dupla sucumbência, buscando um equilíbrio entre rapidez e justiça. Assim, este trabalho contribui para a compreensão das transformações no processo civil e sua importância para uma tutela jurisdicional mais efetiva.

Palavras-chave: direito de defesa; dupla sucumbência; efetividade da tutela jurisdicional; flexibilização processual.

O DIREITO PENAL NA GERAÇÃO Z

Autor(es):

Arthur Vidal Pinheiro Lobo Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O impacto das revoluções tecnológicas no aumento da criminalidade cibernética e os desafios que o Direito Penal brasileiro enfrenta para acompanhar essas novas modalidades de delitos. A internet, com sua natureza descentralizada, criou um ambiente propício para crimes como fraudes financeiras, invasões de privacidade e disseminação de conteúdos ilegais. Com isso, a urgência de adaptar e aprimorar a legislação penal para garantir uma proteção adequada aos bens jurídicos no ambiente digital.

(Metodologia) A metodologia empregada é qualitativa e exploratória, com uma abordagem que inclui revisão bibliográfica e análise de decisões judiciais relacionadas aos crimes cibernéticos. Além disso, o estudo realiza comparações entre o tratamento dos crimes digitais no Brasil e em outras nações, como os Estados Unidos e os países da União Europeia, que contam com regulamentos mais específicos para a criminalidade digital, como a Convenção de Budapeste. A comparação permite destacar pontos em que o Brasil pode avançar, a exemplo da criação de uma legislação específica e robusta voltada ao cibercrime.

(Resultados) Embora o Brasil tenha implementado legislações como a Lei 12.737/2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Conhecida como “Lei Carolina Dieckmann”, e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Código Penal ainda apresenta lacunas significativas para o combate eficaz ao cibercrime. O Judiciário brasileiro, muitas vezes, recorre a adaptações de normas tradicionais para enquadrar crimes virtuais, como no caso de fraudes digitais, que são processadas sob o artigo 171 do Código Penal, referente ao estelionato. Além disso, o estudo aponta que, enquanto algumas nações avançam na construção de marcos regulatórios específicos e detalhados para crimes cibernéticos, o Brasil ainda precisa de uma atualização mais profunda e abrangente de seu arcabouço penal. A análise das decisões judiciais demonstrou que o uso de normas tradicionais para punir cibercrimes tem levado a uma aplicação desigual e, em alguns casos, ineficaz da lei.

(Conclusão) É fundamental que o Brasil desenvolva uma legislação mais clara e específica para enfrentar o cibercrime, com diretrizes que contemplem as particularidades da era digital. Sugere-se que a adoção de políticas públicas e a colaboração internacional são essenciais para enfrentar essa nova realidade, uma vez que o cibercrime é uma ameaça global que transcende fronteiras. Para tanto, propõe-se que o Brasil se inspire em marcos internacionais, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, para criar uma legislação que garanta proteção adequada e atualizada aos cidadãos. Por fim, o futuro do Direito Penal no Brasil passa pela capacidade de adaptação às novas realidades impostas pelo desenvolvimento tecnológico, sem perder de vista os princípios fundamentais que o regem. A criação de um marco regulatório específico para crimes digitais, capaz de antecipar e prevenir condutas ilícitas, será um passo importante para assegurar a proteção de bens jurídicos fundamentais, como a privacidade e a integridade dos dados. Em última análise, ressalta-se a necessidade de uma legislação penal mais robusta e moderna que consiga acompanhar o ritmo da evolução tecnológica e proporcionar uma resposta eficaz aos desafios da criminalidade cibernética.

Palavras-chave: direito penal; tecnologia; legislação; cibercrimes; proteção de dados.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL E COMO ELA INFLUENCIA A MIGRAÇÃO RURAL-URBANA E O DESEMPREGO NAS REGIÕES INTERIOANAS

Autor(es):

Maysa Regina Araújo Silva Galvão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lícia Rayreli Porfirio Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Karolina Santos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leticya Juzai Parreira Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Giovana Nery de Sousa Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inteligência artificial (IA) está rapidamente transformando setores cruciais da economia, com especial destaque para a agricultura no Brasil. Este artigo explora como essa tecnologia, embora aumente a produtividade e reduza custos operacionais, também traz desafios significativos. A automação agrícola tem levado à substituição de trabalhos manuais, contribuindo para o aumento da migração rural-urbana e o desemprego em regiões interioranas. O estudo revela a dualidade dos efeitos da IA: por um lado, promove eficiência e sustentabilidade; por outro, agrava desigualdades sociais e dificulta a adaptação dos trabalhadores ao mercado urbano. O intuito desse artigo é ampliar essa discussão, abordando as interações entre tecnologia e desenvolvimento social.

(Metodologia) A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em uma revisão bibliográfica sistemática de artigos publicados nos últimos seis anos, com ênfase em 2024. Foram selecionados cinco artigos que abordavam o impacto da Inteligência Artificial nas áreas rurais, desemprego e migração rural-urbana no Brasil. A seleção dos materiais seguiu critérios rigorosos, garantindo que os textos fossem relevantes e atualizados para refletir as tendências mais recentes. Essa metodologia permitiu uma análise aprofundada das transformações causadas pela automação e proporcionou insights sobre os desafios e oportunidades emergentes nas regiões interioranas do país.

(Resultados) De acordo com as informações obtidas, foi obtido como resultado que a adoção da IA nas áreas rurais trouxe aumento de produtividade e redução de custos, mas também causou desemprego ao substituir funções manuais, como colheita e monitoramento de plantações. A automação acelerou a migração rural-urbana, forçando trabalhadores a buscar oportunidades nas cidades, onde enfrentam dificuldades devido à falta de qualificação adequada para o mercado urbano. Esse fenômeno acentua desigualdades sociais, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, onde a modernização agrícola foi mais intensa e a perda de postos de trabalho não qualificados foi maior. Os trabalhadores afetados, em grande parte, migram sem encontrar oportunidades adequadas, o que gera novos desafios socioeconômicos. Esses impactos ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam a requalificação desses profissionais e criem estratégias para mitigar os efeitos negativos da automação, garantindo uma transição equilibrada e inclusiva para o novo cenário tecnológico, com foco no desenvolvimento sustentável e inclusão social.

(Conclusão) Embora a inteligência artificial (IA) ofereça benefícios significativos, como maior eficiência, produtividade e sustentabilidade na agricultura, ela também apresenta desafios consideráveis. A automação pode substituir funções manuais tradicionais, afetando o emprego no campo, o que pode intensificar o êxodo rural, levando a um aumento da migração para os centros urbanos e dificultando a adaptação da força de trabalho rural ao mercado de trabalho urbano. Este estudo ressalta a importância de políticas públicas bem estruturadas para mitigar os impactos negativos da tecnologia, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Além disso, fornece novas perspectivas sobre o futuro das áreas rurais no Brasil, destacando a necessidade de educação e capacitação tecnológica para trabalhadores rurais. Também sugere incentivos para a criação de novas oportunidades no campo, diminuindo a dependência exclusiva da automação e favorecendo o desenvolvimento de uma economia mais diversificada e equilibrada, com foco na preservação ambiental e no bem-estar das comunidades rurais.

Palavras-chave: inteligência artificial (IA); migração rural-urbana; desemprego; automação; áreas rurais.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CAMPO JURÍDICO E NA EDUCAÇÃO

Autor(es):

Sofia Helena da Costa Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovana Carvalho de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heloísa Gabrielle Josy Rodrigues de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dartangnan Germano de Azevedo Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inteligência artificial é fundamental para a transformação de várias áreas, como a aplicação da lei e a educação. O desenvolvimento tecnológico da IA forneceu às populações humanas ferramentas que tornam a vida mais fácil e desafiam os conceitos tradicionais. No caso do sistema legal, a apropriação da IA fornece tanto possibilidades promissoras quanto problemas que precisam ser enfrentados. A natureza em evolução do uso da IA reflete a necessidade urgente da sociedade de se adaptar às complexidades da vida moderna. Para além, as instalações de ensino têm uma missão essencial para equipar os futuros profissionais com a combinação de habilidades técnicas e ensino ético.

(Metodologia) No que se refere à metodologia, o presente estudo baseou-se na revisão sistemática de literatura existente sobre a aplicação da inteligência artificial no campo jurídico. A revisão incluiu textos acadêmicos, revisão de normas regulatórias e casos que destacaram os desafios éticos e as implicações práticas da aplicação da IA. A pesquisa investigou os efeitos da IA na imparcialidade e na manipulação das peças apresentadas. Ademais, foram realizadas entrevistas com professores e profissionais do direito, como fonte de dados qualitativos sobre suas opiniões e percepções sobre o papel da IA na educação jurídica. Finalmente, foram analisadas faculdades de direito que incorporam cursos sobre direito digital e ética na tecnologia, oferecendo uma visão mais global das mudanças implementadas.

(Resultados) A pesquisa evidencia que, apesar dos significativos benefícios proporcionados pela inteligência artificial (IA) no âmbito jurídico, sua implementação exige diretrizes éticas e práticas bem definidas. A automação pode, de fato, aumentar a eficiência dos processos, mas também traz à tona o risco de perpetuação de preconceitos, como evidenciado no caso do sistema COMPAS, que foi amplamente criticado por apresentar vieses raciais em suas previsões de reincidência. A digitalização dos processos judiciais no Brasil intensifica ainda mais a ameaça da manipulação de provas, como no caso dos deepfakes e da falsificação de assinaturas eletrônicas, o que pode comprometer a credibilidade das transações legais e prolongar litígios. Para mitigar esses problemas, é fundamental a adoção de tecnologias antifraude associadas à capacitação contínua dos operadores do direito. O Instituto Nacional de Criminalística já dá passos nesse sentido por meio de treinamentos, mas essa iniciativa precisa ser ampliada. Além disso, a regulamentação do uso da IA no Direito ainda é precária, e a falta de normas específicas pode abrir espaço para abusos. Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) represente um avanço significativo, ela não aborda de forma abrangente os desafios impostos pela IA.

(Conclusão) A inteligência artificial apresenta um potencial significativo para transformar o campo do direito, oferecendo oportunidades para aumentar a eficiência e a agilidade dos processos judiciais. Contudo, sua implementação deve ser conduzida com cautela e responsabilidade, considerando as implicações éticas e legais envolvidas. Para que possamos efetivamente usufruir das vantagens que a IA proporciona, torna-se crucial assegurar que o sistema jurídico mantenha sua integridade, garantindo que todos os procedimentos sejam conduzidos de forma equitativa. É fundamental que o uso da inteligência artificial respeite os direitos fundamentais dos indivíduos, evitando a perpetuação de preconceitos e garantido a proteção dos dados pessoais.

Palavras-chave: inteligência artificial; direito; educação; tecnologia.

O IMPACTO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO AUMENTO DA VIOLÊNCIA: DO CRIME CIBERNÉTICO AO USO DE ARMAS INTELIGENTES

Autor(es):

Regina Martins Oehmen: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo dos anos, tivemos a oportunidade de testemunhar o avanço tecnológico, que tem transformado nossas vidas de diversas maneiras e proporcionado melhorias significativas à sociedade. Entretanto, como consequência dessa evolução, também enfrentamos o aumento da violência, que se adaptou e se reinventou com o uso dessas novas ferramentas. A tecnologia facilitou a comunicação, ampliou o acesso à informação e revolucionou setores como saúde, educação e transporte. Junto a esses benefícios, observamos o crescimento de formas de violência que antes eram diretas e físicas, mas que agora se manifestam de maneira mais sutil, como crimes cibernéticos e o uso de armas autônomas. Essa nova realidade exige uma reflexão sobre as implicações éticas e sociais das inovações tecnológicas, desafiando-nos a encontrar maneiras de garantir que o progresso favoreça o bem comum, em vez de contribuir para a destruição. O avanço tecnológico tem trazido novas formas de violência, tanto no ambiente físico quanto no digital. No mundo virtual, crimes como roubo de dados, fraudes e ataques cibernéticos tornaram-se cada vez mais frequentes, facilitados pela possibilidade de ações criminosas à distância, muitas vezes sem deixar rastros. No campo físico, o desenvolvimento de armas inteligentes, como drones e mísseis controlados por inteligência artificial, transformou o cenário militar, levantando questões éticas sobre o uso de sistemas autônomos de defesa e os riscos de seu descontrole.

(Metodologia) A metodologia utilizada na elaboração desse artigo foi qualitativa com a documental. Isso devido ao fato de que o texto foi desenvolvido com base em uma análise teórica e interpretativa, além de artigos já elaborados por outros autores e focada em reflexões sobre o impacto dos avanços tecnológicos na violência, sem uso de dados numéricos ou experimentos.

(Resultados) Os resultados dessa pesquisa indicam que o avanço tecnológico, tanto no âmbito digital quanto no militar tem criado novos desafios para a segurança e prevenção da violência. No campo dos crimes cibernéticos foi identificado um aumento significativo na frequência de fraudes, ataques de umas pessoas para com outras, favorecidos pela anonimidade e pela rápida evolução das ferramentas. Em relação às armas inteligentes, os resultados mostram que, embora essas tecnologias possam melhorar a precisão em operações militares, elas também trazem dilemas éticos e riscos de descontrole de sistemas autônomos, além da questão da desumanização do ato.

(Conclusão) Os progressos tecnológicos têm influenciado significativamente a violência moderna, desde o crescimento dos delitos cibernéticos até a criação de armamentos inteligentes. Essa mudança demanda uma atenção mais intensa e imediata nas abordagens de segurança e regulamentação, bem como um aumento na conscientização sobre o uso ético da tecnologia. A colaboração entre governos, setor privado e a sociedade é fundamental para superar esses obstáculos, assegurando que a inovação não prejudique a segurança e os direitos fundamentais. Portanto, é vital ponderar sobre o futuro da violência em um mundo cada vez mais digital, buscando um equilíbrio entre desenvolvimento e proteção.

Palavras-chave: violência; progresso tecnológico; inovações; evolução.

O JULGAMENTO E QUESTÕES MORAIS EM “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS: O CASO DE MEURSAULT

Autor(es):

Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo propõe-se a analisar o impacto da moralidade coletiva sobre o sistema jurídico, utilizando como referência a obra *O Estrangeiro*, de Albert Camus, a partir da trajetória de Meursault, condenado à morte por sua recusa em seguir normas sociais. O problema da pesquisa busca explorar como a influência da moralidade pode interferir na aplicação das leis e na imparcialidade do julgamento, questionando a condenação do personagem baseada em fatos alheios ao crime. A análise contextualiza o direito como um sistema que, embora devesse ser regido por normas impessoais e imparciais, é suscetível a interferências morais e culturais, indagando a possibilidade de coexistência entre direito e moral sem promover injustiças. Assim, o artigo pretende demonstrar que o julgamento foi viesado por uma moralidade que excedeu o foco nos fatos legais, revelando falhas em um sistema que deveria zelar pela justiça. O estudo utilizou o absurdismo camusiano e abordagens de teóricos do direito, como Ronald Dworkin e Beccaria, para refletir sobre os limites da moralidade no campo jurídico e a necessidade de um juiz imparcial, personificado na figura do “juiz Hércules”. Portanto, será possível propor uma reflexão sobre a relação entre moral e justiça, contribuindo para debates no campo da filosofia jurídica.

(Metodologia) O artigo adota uma metodologia bibliográfica, realizando uma revisão da literatura para compreender e examinar o tema sob novos enfoques e chegar a conclusão, visto que a análise de obras teóricas e críticas é fundamental, proporcionando uma base sólida para a compreensão aprofundada do tema. O estudo não se limita à compilação do conhecimento existente, mas busca uma nova análise de obras técnicas e jusfilosóficas, como as de Camus e Dworkin. A revisão bibliográfica com análise qualitativa da obra *O Estrangeiro*, tem foco no comportamento de Mersault e nas decisões judiciais descritas, utilizando-se de uma abordagem teórica para discutir a influência da moralidade coletiva na sentença proferida pelo julgamento e na aplicação do direito normativo.

(Resultados) Os resultados indicam que a condenação de Mersault foi substancialmente influenciada por preconceitos e valores morais sociais, em vez de basear-se em uma análise objetiva dos fatos legais. O estudo revela que o comportamento insensível e desviante do protagonista, desempenhou um papel crucial em sua condenação. A moralidade coletiva foi um fator determinante na decisão judicial, comprometendo a imparcialidade do julgamento. No artigo, observa-se que os autores citados corroboram a opinião de haver uma necessidade de distinção entre moral e Direito como forma de garantir a neutralidade na aplicação das normas jurídicas e de julgamentos justos nas sociedades.

(Conclusão) Logo, o artigo que analisa a obra de Camus possui um potencial questionador, provocando reflexões sobre questões fundamentais quanto à natureza humana em relação à sociedade e ao Direito, sendo possível observar uma crítica à relatividade da ética e à fragilidade do julgamento individual. O artigo também aborda a dialética entre moralidade individual e coletiva e denuncia como a justiça, muitas vezes opressora, compromete a individualidade através das instituições jurídicas. Ainda que a obra tenha sido escrita em época de questionamentos éticos, *O Estrangeiro* permanece provando que a fragilidade é vigente na atualidade, sendo o artigo recomendado para se entender o Direito a partir dos seus efeitos sociais.

Palavras-chave: moral; direito; justiça; absurdismo; *O Estrangeiro*.

O PAPEL DA CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.

Autor(es):

Jarbas Silva do Nascimento Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não é de hoje que o ordenamento jurídico brasileiro sofre com a alta demanda de processos criminais, e com a superlotação de cadeias e penitenciárias. Neste viés, no ano de 2019, através da lei nº13.964, foi inserido em nosso ordenamento o acordo de não persecução penal (ANPP). O ANPP é um instrumento utilizado no direito penal para resolver determinados casos, sem a necessidade do oferecimento da denúncia e a instauração da ação penal; trata-se de um negócio jurídico bilateral entre o acusado e o ministério público. Porém, existem alguns requisitos para que aconteça o ANPP, dentre estes, está a confissão, requisito que o presente trabalho trará uma análise acerca de sua eficácia. Historicamente, a discussão sobre opções à persecução criminal surge da crise do sistema prisional e da percepção de que muitos delitos não requerem uma punição severa. Durante as décadas de 1990 e 2000, acadêmicos e profissionais do direito começaram a debater a importância de mecanismos que pudessem solucionar conflitos de forma mais ágil e eficaz. A Constituição Federal de 1988 definiu princípios que apoiam essa procura, tais como a eficácia e a economia processual, espelhando uma tendência global para sistemas penais menos punitivos e mais restauradores

(Metodologia) A presente pesquisa foi classificada como explicativa, com foco na área do processo penal que permite uma negociação bilateral mais horizontalizada entre as partes. Os dados usados foram retirados da internet; de artigos científicos; monografias e dados do departamento de pesquisas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça. A análise e cruzamento dessas informações, permitiu identificar as principais questões acerca da problemática.

(Resultados) Após a análise das informações, averigua-se que confissão feita diante do Ministério Público como parte do ANPP não estabelece a justa causa, pois a lei exige que haja elementos informativos previamente suficientes para que a ação penal seja iniciada (ou seja, para o não arquivamento). A confissão feita para o ANPP não pode ser utilizada como evidência ou como apoio de evidências na fase judicial, pois não foi submetida ao contraditório. Além de ser um requisito formal para o ANPP, a confissão tem como único propósito fornecer ao órgão acusador, embora não obrigatoriamente, a chance de descobrir novas fontes de prova ou métodos de obtenção de prova que ainda não tenham sido identificados durante a investigação, mas que foram mencionados pelo investigado durante sua confissão detalhada e formal.

(Conclusão) Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a confissão trata-se de uma contrapartida "suigeneris", pois ao passo que ela pode significar a celebração de um acordo benéfico ao acusado, ela pode se tornar-se o seu algoz; pois em caso de descumprimento das condições do ANPP, poderá ser utilizada pelo Ministério Público na estapa judicial.

Palavras-chave: ANPP; confissão; negócio jurídico.

O PAPEL DAS CORES NO BRANDING E AS LIMITAÇÕES À SUA PROTEÇÃO LEGAL

Autor(es):

Sara Raquel da Silva Avelino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Joyce Karine Vitorino de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima: Docente do UNI-RN
João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O branding, um pilar essencial para a construção e manutenção da identidade de uma marca, utiliza-se de diversos elementos visuais para estabelecer uma conexão emocional e cognitiva com o consumidor. Dentre esses elementos, a cor destaca-se como um dos mais poderosos devido à sua capacidade de influenciar percepções e comportamentos. Este estudo visa explorar o papel das cores no contexto do branding, focando nas limitações à sua proteção legal, com especial atenção à situação no Brasil, onde a não registrabilidade de cores como marca impõe desafios significativos.

(Metodologia) Os resultados indicam que as cores têm um papel fundamental no branding, podendo aumentar o reconhecimento de marca e influenciar a decisão de compra dos consumidores. Contudo, no Brasil, a proteção legal de cores como marca é limitada, principalmente devido à interpretação de que cores não possuem a distintividade requerida pela legislação para o registro de marca, a menos que sejam combinadas de maneira peculiar e distintiva. Isso coloca as empresas frente a desafios na hora de proteger estrategicamente as cores de sua identidade visual, tornando-as vulneráveis a usos similares por concorrentes.

(Resultados) Os resultados indicam que as cores têm um papel fundamental no branding, podendo aumentar o reconhecimento de marca e influenciar a decisão de compra dos consumidores. Contudo, no Brasil, a proteção legal de cores como marca é limitada, principalmente devido à interpretação de que cores não possuem a distintividade requerida pela legislação para o registro de marca, a menos que sejam combinadas de maneira peculiar e distintiva. Isso coloca as empresas frente a desafios na hora de proteger estrategicamente as cores de sua identidade visual, tornando-as vulneráveis a usos similares por concorrentes.

(Conclusão) A não registrabilidade de cores isoladamente como marcas no Brasil reflete uma abordagem cautelosa da legislação, visando evitar o monopólio de elementos básicos de design que poderiam limitar a concorrência e a inovação. Entretanto, essa posição legal impõe limitações significativas às estratégias de branding das empresas, que devem buscar formas criativas e legais de proteger seus ativos visuais. É essencial que as empresas estejam cientes dessas limitações e desenvolvam estratégias multidisciplinares, envolvendo tanto a criação de identidade visual quanto a proteção legal de seus elementos, para fortalecer sua posição no mercado.

Palavras-chave: Branding; cores; proteção legal; propriedade intelectual; registrabilidade; Brasil.

O PAPEL DO MEDIADOR NA REDUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS CASOS DE DIVÓRCIO

Autor(es):

Giovanna Lissa Silva de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Samara Veruska da Rocha Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alane Hellen de Sousa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Julia Martins Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Analice Freitas Oliveira Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN
Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa mostrar que a aplicação da mediação no Brasil em conflitos familiares representa uma alternativa vultosa ao modelo litigioso, estimulando a resolução de conflitos de forma pacífica. De acordo com a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que emprega a política nacional de Tratamento Adequado aos Conflitos, a mediação representa uma abordagem significativa devido ao seu potencial reparador, que estimula diálogos não agressivos e escuta ativa, visando minimizar danos emocionais e, conseqüentemente, psicológicos. Dessa forma, a atuação dos agentes mediadores em conflitos familiares é essencial, uma vez que a aplicação desse método permite uma solução pacífica do conflito, evitando que a família desfaça o laço emocional existente.

(Metodologia) Essa pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica que abarca a mediação familiar no Brasil, de forma mais direcionada às questões que envolvem divórcio, bem como as dificuldades estruturais enfrentadas pelo sistema. A presente análise documental foi idealizada a partir do exame das legislações relevantes, como o Código de Processo Civil de 2015, além de normas nacionais sobre mediação, como a resolução nº 125/2010 do CNJ. Também foram levados em consideração artigos científicos e pesquisas acerca da aplicação da prática de mediação familiar em várias áreas do Brasil. A metodologia propiciou a constatação das melhorias nos casos de divórcio por meio da mediação, além de estabelecer uma ótica clara dos desafios enfrentados no contexto brasileiro.

(Resultados) Os resultados da pesquisa revelam que a mediação familiar, embora reconhecida como uma alternativa eficiente de resolução de conflitos, tem enfrentado sólidas barreiras no Brasil. Dentre um dos maiores desafios, tem-se a luta contra a resistência estrutural referente a mediação, na qual a grande maioria dos brasileiros preferem a judicialização dos conflitos. Vale salientar, que a mediação tem sido capaz de reduzir significativamente o tempo de resolução de conflitos familiares, além disso, também se constata que há uma melhora na satisfação das partes com os acordos firmados, quando comparados aos processos judiciais tradicionais. Nos casos de divórcio, a mediação tem se revelado eficiente não só para o casal, mas pontualmente para os filhos, que são os mais impactados pelos efeitos de um retrato litigioso.

(Conclusão) Portanto, tornou-se evidente a imprescindibilidade de aplicação da mediação em conflitos familiares no Brasil, tendo em vista ser uma alternativa de resolução de conflito mais célere e efetiva. Entretanto, o Brasil enfrenta uma barreira acerca desse tipo de abordagem, já que ficou claro que existe uma resistência da população para com esse tipo de solução, preferindo a judicialização dos processos e evitando usar essa alternativa. Assim, torna-se necessário que esses impasses sejam corrigidos, a fim de potencializar o uso de métodos autocompositivos nos conflitos familiares, pois eles têm muito a contribuir na seara jurídica, seja na resolução dos conflitos judicializados, evitando-se o desgaste do processo, seja na resolução dos conflitos pré-processuais, evitando que a demanda chegue às portas já abarrotadas do judiciário, sendo implementada uma escuta ativa, resolvendo os conflitos de forma pacífica.

Palavras-chave: mediação familiar; métodos autocompositivos; conflitos familiares; divórcio.

O PAPEL ESSENCIAL DA LIDERANÇA EM UMA GESTÃO DE CRISE NO SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

Autor(es):

Luiz Otávio Franco Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo “Missão SAES em Manaus” destaca o papel essencial da liderança em uma Gestão de Crise no setor de Saúde Pública, ilustrando como uma equipe coordenada enfrentou os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 na cidade de Manaus, Amazonas. O foco principal é mostrar como a liderança estratégica e a colaboração interinstitucional foram determinantes para salvar vidas e garantir a continuidade dos serviços de saúde em uma das fases mais críticas da pandemia.

(Proposta do roteiro) O vídeo acompanha a missão liderada por autoridades de saúde durante um período de colapso no sistema de saúde de Manaus, marcado pela escassez de oxigênio hospitalar e superlotação de unidades de atendimento. A narrativa destaca as ações estratégicas adotadas, como: a) Mobilização de recursos e insumos essenciais, com apoio de diferentes esferas governamentais e da sociedade civil. b) Atribuição clara de papéis e responsabilidades dentro das equipes de saúde e logística. c) Comunicação transparente com a população, reforçando a importância das medidas sanitárias e da vacinação. d) A resolução de conflitos e tomada de decisões em ambientes de alta pressão, ilustrando a capacidade de liderança em momentos críticos.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo inspire estudantes e profissionais da saúde e Gestão Pública a reconhecerem a importância da liderança em situações de crise, promovendo uma cultura de planejamento e cooperação. O exemplo da missão em Manaus reforça que líderes eficazes precisam ser capazes de tomar decisões rápidas e estratégicas, mantendo o foco na solução dos problemas e no bem-estar da comunidade. Além disso, o vídeo destaca a relevância da comunicação eficiente e da articulação entre setores públicos e privados para enfrentar crises complexas.

O QUE CAUSA A ALIENAÇÃO PARENTAL E QUAIS OS EFEITOS PARA UMA FAMÍLIA

Autor(es):

Guilherme Giotto Peixoto Mariano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A alienação parental trata-se de um tipo de violência psicológica que visa prejudicar o vínculo da criança ou do adolescente com um de seus genitores, ou ambos. Dessa forma, esse ato é prejudicial para o ambiente familiar como um todo, tendo em vista que os menores perdem a base parental mais importante para seu desenvolvimento. Ao atingir a saúde mental, é provável que a vítima adquira doenças mentais, como depressão e ansiedade, fazendo com que consequências físicas também apareçam. Portanto, é de suma importância que haja uma análise técnica para entender as causas e os efeitos desse tipo de violência psicológica, pois há impactos duradouros e até permanentes no menor e na família.

(Metodologia) A metodologia utilizada no artigo é o método hipotético-dedutivo, que consiste na formulação de hipóteses iniciais a respeito dos efeitos da alienação parental, com o objetivo de validá-las ou refutá-las a partir da análise de dados e evidências científicas. Nesse caso, os autores propõem hipóteses relacionadas aos impactos emocionais, psicológicos e sociais que a alienação parental causa, especialmente em crianças e adolescentes. A partir dessas hipóteses, eles recorrem a uma vasta revisão de literatura, analisando estudos já publicados por outros pesquisadores, artigos científicos, e relatórios que abordam a temática. Essa abordagem possibilita que os autores aprofundem o entendimento sobre os diferentes aspectos da alienação parental, verificando padrões de comportamento, suas causas e as consequências que se manifestam tanto no curto quanto no longo prazo. A revisão de estudos e pesquisas, juntamente com a análise de casos práticos, permite confirmar as hipóteses iniciais levantadas, demonstrando como essa prática afeta a saúde mental das crianças, interfere nas suas relações futuras e gera sérios danos aos genitores envolvidos.

(Resultados) Ao ler este artigo concluímos que basicamente, a alienação parental é quando o menor é manipulado para se afastar e adquirir sentimentos negativos em relação a o genitor alienado, pois quem pratica a alienação quer se vingar do genitor alienado e acaba usando a criança como ferramenta para isso. Com isso o pai alvo dessa alienação acaba tendo sua relação com o filho abalada e muitas vezes ele acaba tendo outros problemas na sua vida pessoal incluindo na sua saúde mental. A prole por sua parte acaba tendo diversas complicações como problemas de confiança e danos à saúde mental. Para tentar reverter os danos causados a uma criança ou adolescente é preciso desaliená-lo, processo que exige paciência e muitas vezes intervenção de especialistas.

(Conclusão) O artigo enfatiza a necessidade de intervenções, como terapia e mediação familiar, para mitigar esses danos e promover a saúde emocional tanto da criança quanto do genitor alienado, permitindo a restauração de vínculos saudáveis.

Palavras-chave: alienação; vingança; família; crianças; dignidade.

OPERAÇÃO URUGUAI ? CONHECIMENTO JURÍDICO E GESTÃO DE CRISE NA SAÚDE

Autor(es):

Luiz Otávio Franco Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo “Operação Uruguai” destaca o papel essencial do Tomador de Decisão (autoridade competente) em uma operação emergencial de gestão de crise na saúde. Com foco na distribuição de medicamentos essenciais, a operação enfatiza como o conhecimento prático dos ramos do Direito Público foi fundamental para a execução efetiva. A missão evidencia a aplicação de normas jurídicas em cenários críticos, incluindo contratos administrativos, requisição administrativa e direito regulatório, garantindo a mobilização ágil de recursos em favor da saúde pública. Toda a operação foi realizada em 6 dias, abrangendo o planejamento estratégico e a entrega dos medicamentos aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

(Proposta do roteiro) O vídeo acompanha as decisões e ações que possibilitaram a execução bem-sucedida da operação. Entre os destaques estão: a) Planejamento e Logística Integrada: a articulação entre autoridades competentes e parceiros privados garantiu a execução ágil e precisa. b) Mobilização Jurídica e Operacional: o Tomador de Decisão utilizou ferramentas jurídicas como a requisição administrativa e contratos emergenciais para garantir o acesso imediato aos recursos necessários. c) Execução e Monitoramento Contínuo: acompanhamento em tempo real para assegurar a entrega dos medicamentos nos prazos previstos. d) Colaboração Interfederativa: coordenação entre autoridades dos três estados e órgãos reguladores para facilitar a logística e evitar barreiras administrativas.

(Efeitos esperados) O vídeo demonstra que a atuação eficiente do Tomador de Decisão (autoridade competente) é fundamental para a gestão de crises em saúde. A “Operação Uruguai” destaca como a aplicação integrada do Direito Público, aliada a uma atuação decisiva e estratégica, foi essencial para o sucesso da missão. A entrega dos medicamentos em 6 dias reforça a importância de uma preparação antecipada, comunicação eficiente e capacidade de adaptação. Espera-se que esta experiência inspire gestores a desenvolverem competências jurídicas e operacionais para futuras crises.

OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO AO ACESSO À JUSTIÇA NO SISTEMA BRASILEIRO

Autor(es):

Mariana Teixeira Muniz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito ao acesso à justiça, bem como a assistência jurídica gratuita para aqueles que comprovem insuficiência de recursos. Contudo, a efetividade desse direito encontra diversos desafios, como a complexidade do Direito, os altos custos processuais e a vagarosidade do sistema judiciário. Dessa forma, acaba por favorecer aqueles que podem arcar com os custos de advogados e de processos longos. Sendo assim, cidadãos de baixa renda dependem da Defensoria Pública, que enfrenta obstáculos como a falta de defensores e recursos, dificultando o pleno acesso à justiça no Brasil. Para reduzir esses desafios, o Novo Código de Processo Civil de 2015 incentiva o uso dos Meios Alternativos de Solução de Conflitos (MASC) para casos menos complexos. Entretanto, apesar dos avanços na democratização desse acesso, muitos desafios ainda se fazem presentes no cotidiano brasileiro, principalmente pela desigualdade social e a falta de políticas públicas que venham a facilitar a conhecimento e o acesso aos direitos, especialmente para a população mais vulnerável.

(Metodologia) O presente estudo promove uma análise sobre os desafios e soluções para a democratização do acesso à justiça no Brasil, utilizando como base estudos bibliográficos e a legislação em vigência atualmente. A autora assume uma abordagem descritiva e expositiva, baseadas em obras e estudos de autores como Mauro Cappelletti, Bryant Garth, Maria Tereza Sadek e Fabiana Luci de Oliveira para apresentar noções conceituais, dados e argumentos sobre o tema.

(Resultados) A análise feita nesse artigo, a partir das obras e dados utilizados para sua construção, apontam que os maiores desafios para a democratização do acesso à justiça no Brasil são causados pela complexidade do Direito, a morosidade do sistema e dos altos custos processuais, prejudicando os cidadãos com menor poder econômico. O uso de meios alternativos, como a mediação, conciliação e arbitragem, tem se mostrado uma promissora solução para diminuir a sobrecarga no sistema judiciário. No entanto, essa solução vem enfrentando problemas quanto a falta de recursos, dificultando e diminuindo sua efetividade.

(Conclusão) Apesar de o acesso à justiça ser um direito básico assegurado pela Constituição, a desigualdade social e a complexidade do sistema jurídico, muitas vezes, impossibilitam a efetividade desse direito. De modo que se torna indispensável a criação e aplicação de políticas públicas que viabilizem o bom funcionamento da Defensoria Pública, assim como promovam o uso dos Meios Alternativos de Solução de Conflitos. Além disso, é necessário investir na propagação de informações e instruções para a população acerca de seus direitos e deveres, para que, assim, o Direito e a justiça sejam de fato acessíveis a todos.

Palavras-chave: acesso à justiça; defensoria pública; desigualdade social; meios alternativos de solução de conflitos.

OS DESAFIOS DA EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS NO BRASIL

Autor(es):

Luísa Medeiros Coutinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, a arbitragem tem se destacado como uma alternativa sólida e eficaz para a resolução de disputas, e sua ascensão é atribuída principalmente à sua capacidade de oferecer uma abordagem eficiente e adaptável para lidar com conflitos complexos e multifacetados que surgem em diversos setores e cenários. No entanto, apesar de ser considerada uma jurisdição, a arbitragem não possui poder coercitivo próprio, de modo que, em alguns casos, torna-se necessário o acionamento do poder judiciário para viabilizar a execução das sentenças arbitrais e a consequente satisfação das obrigações. Nesse contexto, este projeto de pesquisa visa investigar minuciosamente os aspectos da execução de sentenças arbitrais no contexto brasileiro, identificando os desafios enfrentados e destacando suas causas e consequências para todas as partes envolvidas no processo.

(Metodologia) O estudo adotará uma metodologia qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise de jurisprudência, visando reunir estudos acadêmicos, livros, artigos científicos, legislação pertinente e decisões judiciais que abordem especificamente a execução de sentenças arbitrais no contexto brasileiro.

(Resultados) Espera-se que este projeto de pesquisa forneça uma análise abrangente da execução de sentenças arbitrais no contexto brasileiro. Os resultados obtidos irão oferecer uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados nesse processo, bem como, espera-se identificar oportunidades de aprimoramento na legislação e práticas relacionadas à arbitragem, como por exemplo, a criação de varas especializadas. Além disso, os resultados contribuirão para o debate acadêmico e jurídico sobre a arbitragem no Brasil.

(Conclusão) A arbitragem é reconhecida como uma ferramenta crucial para a resolução de disputas em diversas áreas do direito, oferecendo uma alternativa eficiente e flexível aos procedimentos judiciais tradicionais. Ao final do projeto, teremos um panorama claro dos desafios enfrentados na execução de sentenças arbitrais no Brasil. As conclusões serão fundamentadas em evidências coletadas por meio da pesquisa bibliográfica e análise de jurisprudência, e, poderão orientar futuras ações e discussões para aprimorar a eficácia da arbitragem no país. Dessa forma, espera-se que este projeto contribua significativamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema arbitral brasileiro, promovendo uma maior segurança jurídica e eficiência na resolução de disputas através da arbitragem.

Palavras-chave: direito; arbitragem; sentença arbitral; execução.

OS DESAFIOS DO USO DE IA: ACESSIBILIDADE NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Autor(es):

Emilly Caroline De Albuquerque Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Guilherme Medeiros Da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

gisely maria alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Raissa Gabriela da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ane Elise de Souza Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A IA tem o poder de mudar como interagimos com o mundo, e suas soluções podem tornar a vida de pessoas com deficiência mais fácil. No entanto, a integração da IA para criação de tecnologias enfrenta desafios, vários dos quais estão ligados à acessibilidade. Um desafio seria a falta de inclusão durante a fase de desenvolvimento. Em muitos casos, o uso da IA implica serem projetadas com a participação dos usuários com deficiência final a utilizá-las, o que leva a soluções que não atendem os pacientes. Por exemplo, os algoritmos de reconhecimento são incapazes de considerar a variabilidade visual que é importante para quem tem deficiência visual. Isso ressalta a importância da diversidade de experiências e perspectivas hediondas no desenvolvimento do processo. Outro desafio é a diversidade das deficiências e suas peculiaridades. As deficiências das pessoas podem variar em suas necessidades de visão, audição, controle dos movimentos e funções cognitivas. Uma solução de IA pode funcionar para um grupo, mas para outro não. Isso pressupõe um esforço constante de personalização e adaptação das tecnologias, o que, às vezes, não é prático em larga escala. A questão da falta de dados acessíveis é um problema igualmente significativo. A IA requer grandes volumes de dados para treinamento e aperfeiçoamento.

(Metodologia) Trata-se de um estudo baseado em pesquisa bibliográfica em banco de dados científicos, utilizando-se métodos mistos de análise, dentre eles o Transversal e Comparativo.

(Resultados) Neste estudo verificou-se que o uso da IA no eixo do ensino tem seu sentido, todavia, retoma conceitos negativos e talvez possam avançar causando mais problemas futuros, agindo de maneira inacessível, tanto em questão do público quanto do ensino. Por conseguinte, baseado na pesquisa bibliográfica feita neste trabalho, percebeu-se que a inteligência artificial tem sua importância para que ocorra o avanço da acessibilidade. Entretanto, faz-se necessário conhecer as problemáticas que o uso constante da IA gera aos indivíduos. Dessa forma, avaliou-se a importância de trazer este assunto para a pesquisa, explicando quais são esses desafios e como podemos superá-los. Para isso, as pesquisas bibliográficas em artigos científicos e enfatiza os desafios do uso IA, como: qualidade dos dados, privacidade dos indivíduos e a sensibilidade cultural. Desta forma, conclui-se que a população deve ter um compromisso com a tecnologia, para que seja mais acessível a todos.

(Conclusão) Em vista dos argumentos apresentados sobre a acessibilidade à inteligência artificial (IA), além de seu uso nas áreas de conhecimento, na educação e no dia a dia; pode-se concluir que a inteligência artificial é extremamente útil e eficiente quando utilizada com moderação e com ética e moral, porém pode se tornar um problema quando cria-se uma dependência no uso das plataformas que utilizam IA. Como visto anteriormente, a inteligência artificial tem potencial revolucionário, em vários âmbitos, principalmente na educação. Plataformas como o ChatGPT podem funcionar como professores e monitores, respondendo dúvidas e auxiliando na resolução de problemas. Entretanto, se usada desenfreadamente, essas plataformas se tornam uma fonte rápida e prática de respostas, levando as pessoas a perderem o foco naquilo que é importante, a aprendizagem e o estudo. Além disso, o uso excessivo dessa tecnologia pode prejudicar o pensamento crítico e criar dificuldades na resolução de problemas e conflitos. Portanto, é necessário que essas plataformas e tecnologia, quando utilizadas, sejam guiadas por princípios éticos e pedagógicos que garantam que a finalidade dessa tecnologia seja complementar e não substituir o ensino. O questionamento trago de extrema importância é: qual a maneira adequada de usar a inteligência artificial? Sob esta óptica, a crítica feita sobre o uso da inteligência artificial é de extrema pertinência e um excelente ponto de reflexão para as condições do mundo atual.

Palavras-chave: inteligência artificial; acessibilidade; estudo; suporte.

OS PERCURSOS DO DIREITO NA HISTÓRIA E SUA INFLUÊNCIA GLOBAL E ACADÊMICA

Autor(es):

Jocélio Vinícius Santos de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo da história do direito revela a sua relevância na formação das sociedades modernas. Desde os códigos da Grécia Antiga e de Roma, até as legislações inspiradas pela Revolução Industrial e os movimentos de direitos civis, o direito tem acompanhado as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo. Este artigo explora o desenvolvimento do direito, com foco em como as tradições jurídicas europeias influenciaram o direito global e, em especial, o brasileiro.

(Metodologia) O objetivo do artigo é refletir sobre o desenvolvimento histórico do direito e sua contínua influência na tradição europeia, considerando uma perspectiva global e destacando a importância da história do direito na pesquisa acadêmica. A análise busca entender como as normas legais evoluíram para responder às mudanças sociais e quais desafios contemporâneos o direito enfrenta na era da globalização.

(Resultados) A análise revela que, na Grécia Antiga, o poder político se deslocou da esfera privada para a pública, promovendo o regime democrático ateniense, baseado na isonomia, ou igualdade perante a lei. O direito romano consolidou-se como um sistema jurídico autônomo, influenciando profundamente o pensamento jurídico europeu e americano. Com o tempo, o Corpus Iuris Civilis se tornou um pilar fundamental para o direito medieval, com os juristas medievais adaptando e reinterpretando os conceitos romanos para suas próprias realidades. O artigo também discute como, no século XX, a justiça expandiu-se para abranger direitos individuais e coletivos, influenciando as legislações trabalhistas e de direitos civis. No contexto brasileiro, a pesquisa sobre a história do direito ainda está em estágio inicial, com um diálogo restrito entre as diversas áreas do conhecimento. A análise enfatiza que o direito europeu, especialmente com a globalização, tem influenciado outras regiões, levando à necessidade de uma visão crítica que considere a diversidade jurídica.

(Conclusão) O direito evoluiu como um reflexo das transformações culturais, sociais e políticas, mantendo-se como uma ferramenta essencial para a regulação social e resolução de conflitos. O estudo da história do direito contribui para a compreensão das bases do sistema legal atual, proporcionando uma visão crítica que enriquece a formação de juristas e cidadãos. A evolução contínua do direito é essencial para garantir um sistema justo, democrático e inclusivo, em consonância com os princípios de equidade e respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: história; direito; antiguidade; europa; pesquisa; globalização.

OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DIREITO: UM OLHAR DA ANTIGUIDADE À GLOBALIZAÇÃO

Autor(es):

Jamilka Soares da Costa Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
David França Souza Farache Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Cruz De Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Regina Martins Oehmen: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline Lyra Melo dos Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito das civilizações antigas é essencial para entender o direito atual, pois fundamenta a organização social e a resolução de conflitos. Civilizações como Grécia, Roma e Mesopotâmia criaram códigos legais que estabeleceram princípios como equidade e justiça, influenciando o direito moderno. A *lurisprudentia romana*, o Código de Hamurabi e a democracia grega foram fundamentais para a evolução dos sistemas jurídicos. O avanço do direito reflete mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo da história. A ideia de justiça se expandiu para incluir direitos coletivos e individuais, levando à criação de novas legislações, especialmente no século XX, quando movimentos por direitos civis promoveram mudanças significativas nas leis. No Brasil, a pesquisa sobre a história das instituições jurídicas é incipiente, com pouco diálogo entre pesquisadores sobre temas como o estado de direito e a Constituição. As fontes utilizadas são, em sua maioria, jurídicas, e críticas recentes questionaram análises funcionalistas e formalistas na história e sociologia.

(Metodologia) Foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de uma análise sistemática, utilizando **palavras-chave** como "direito", "história" e "globalização". A coleta de dados foi abrangente provinda de diversos artigos, com informações obtidas de bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. Após a coleta, foram elaborados fichamentos detalhados dos artigos selecionados, que serviram como fundamento para a redação deste artigo.

(Resultados) A partir do século VIII a.C., o poder na Grécia Antiga saiu da aristocracia e criou a democracia em Atenas, chamada isonomia, que promovia igualdade e participação popular. O direito romano tornou-se fundamental, moldando o pensamento jurídico europeu e americano, especialmente com o *Corpus Iuris Civilis*, que foi crucial para o direito medieval. Juristas medievais, como os glosadores, adaptaram o direito romano, mostrando sua evolução. No século XX, novas abordagens reinterpretaram o direito diante das crises da tradição romanística, expandindo o conceito de justiça para incluir direitos individuais e coletivos, influenciado pelo iluminismo e pelas demandas da Revolução Industrial. Atualmente, o direito enfrenta desafios como a globalização e questões ambientais, exigindo adaptação para garantir justiça e democracia. A visão ocidental do direito é questionada por críticos que apontam as violências históricas. No Brasil, a pesquisa sobre a história do direito é incipiente, com pouco diálogo entre áreas. Esses pontos mostram que a evolução do direito é dinâmica, moldada por contextos históricos e sociais, e ressaltam a necessidade de uma abordagem crítica que considere a diversidade das tradições jurídicas.

(Conclusão) A história do direito mostra sua evolução em resposta às transformações sociais, culturais e políticas ao longo dos séculos. Desde as sociedades antigas, o direito tem sido essencial para a convivência humana, adaptando-se às necessidades e valores de cada época. Assim, estudar a história do direito enriquece nossa compreensão do sistema legal atual e nos leva a refletir sobre os desafios futuros. É importante que o direito continue a evoluir com princípios de equidade, justiça e respeito aos direitos humanos. Essa perspectiva histórica é vital para formar juristas e cidadãos críticos, que possam contribuir para um sistema jurídico mais justo e inclusivo.

Palavras-chave: história; direito; antiguidade; Europa; pesquisa; globalização.

OS RISCOS À SAÚDE ASSOCIADOS AO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS: UMA REVISÃO CRÍTICA ACERCA DESSA PANDEMIA

Autor(es):

José Bezerra Veras Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Adriana Pereira dos Santos: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O cigarro eletrônico, também conhecido como vape, foi inicialmente introduzido no mercado como uma alternativa aos cigarros tradicionais, oferecendo uma forma de inalação de nicotina com menos toxinas associadas à combustão. Entretanto, o crescente uso entre adolescentes e jovens adultos, bem como as preocupações emergentes sobre os efeitos à saúde, exigem uma análise cuidadosa dos potenciais riscos.

(Metodologia) A metodologia científica é o conjunto de procedimentos sistemáticos usados para conduzir uma pesquisa ou estudo com o objetivo de produzir conhecimento científico de maneira rigorosa e estruturada. Ela orienta a forma como os pesquisadores formulam perguntas, coletam dados, analisam informações e validam suas conclusões, garantindo a confiabilidade e a replicabilidade dos resultados. Aqui estão os principais componentes da metodologia científica: **Observação:** O processo começa com a observação de fenômenos ou problemas no mundo real que despertam curiosidade ou exigem explicação. **Formulação de Hipóteses:** Após a observação, são feitas suposições ou previsões, chamadas hipóteses, sobre a possível explicação ou solução para o problema. **Experimentação e Coleta de Dados:** A fase de teste envolve experimentos ou métodos de pesquisa para coletar dados relevantes. Isso pode incluir experimentos controlados, pesquisas de campo, análises documentais ou simulações. **Análise dos Dados:** Os dados coletados são então analisados de forma quantitativa ou qualitativa, dependendo do tipo de estudo. Ferramentas estatísticas e técnicas específicas ajudam a interpretar os resultados. **Conclusão:** Com base na análise dos dados, o pesquisador tira conclusões que podem confirmar ou refutar a hipótese inicial.

(Resultados) Os resultados apontam: 1-Efeitos Respiratórios – os pulmões são diretamente impactados pelo uso de cigarros eletrônicos, e estudos recentes indicam que, embora possam ser menos prejudiciais que os cigarros convencionais, eles ainda causam danos respiratórios significativos; 2 – Inflamação Pulmonar – a exposição ao aerossol gerado pelos dispositivos de cigarro eletrônico pode causar inflamação das vias aéreas. Estudos em modelos animais e humanos indicam que o uso prolongado de cigarro eletrônico pode induzir respostas inflamatórias nos pulmões, contribuindo para o desenvolvimento de doenças respiratórias, como bronquite e asma; 3 Comprometimento da Função Pulmonar – estudos mostram que o uso de cigarros eletrônicos pode reduzir a capacidade pulmonar e aumentar o risco de doenças crônicas, como doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC); 4 – Efeitos Cardiovasculares – além dos danos respiratórios, o uso de cigarros eletrônicos pode ter impactos adversos sobre o sistema cardiovascular. 5- Aumento da Pressão Arterial e Frequência Cardíaca – a exposição à nicotina via cigarros eletrônicos pode aumentar a pressão arterial e a frequência cardíaca, resultando em maior risco de hipertensão e doenças cardíacas; 6 – Estresse Oxidativo e Inflamação Estudos sugerem que o aerossol de cigarro eletrônico pode aumentar o estresse oxidativo, levando à inflamação endotelial, um fator de risco para doenças cardiovasculares como a aterosclerose; 7- Efeitos Neurológicos e Comportamentais – a nicotina inalada via cigarros eletrônicos afeta o cérebro, especialmente em adolescentes e jovens adultos, cujo cérebro ainda está em desenvolvimento; 8- Dependência de Nicotina – o cigarro eletrônico pode facilitar o desenvolvimento de dependência de nicotina, levando ao uso continuado e possivelmente ao uso de outros produtos de tabaco; 9- Efeitos Cognitivos – estudos mostram que a exposição à nicotina durante a adolescência pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo, afetando áreas do cérebro responsáveis pela memória e aprendizado.

(Conclusão) Os cigarros eletrônicos trazem efeitos à saúde, especialmente no sistema respiratório, cardiovascular e neurológico, por isso destacam a necessidade de regulamentação mais rigorosa e de uma maior conscientização pública sobre os riscos envolvidos, tanto que a OMS (Organização Mundial de Saúde) já admite a possibilidade de no futuro termos uma pandemia relacionada ao vício em vape.

Palavras-chave: CE; vape; nicotina; futuro; dependência; saúde.

OS RISCOS DA RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO À LIBERDADE DE IMPRENSA PARA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE) 1075412 TEMA 995

Autor(es):

*Victoria Cavalcanti de Azevedo Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Camila Beatriz Cruz de Miranda Roriz da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alinne França Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 2023, o Supremo Tribunal Federal realizou o julgamento do Recurso Extraordinário 1075412 (Tema 995), prevendo, na hipótese de publicação de entrevista em que seja imputado falsamente prática de crime a terceiro, a possibilidade de responsabilização da empresa jornalística. Isso porque os direitos à honra, intimidade e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas. Nessa perspectiva, a Corte Suprema, apesar da Constituição Federal denotar valor especial às liberdades de expressão, informação e imprensa, relativizou esses princípios em face dos direitos da personalidade, gerando instabilidade para a Democracia.

(Metodologia) Nessa perspectiva, realiza-se uma análise doutrinária e constitucional com intuito de explorar as ampliações e as limitações do direito à liberdade de expressão e de imprensa na história, atrelado a um estudo qualitativo do Recurso Extraordinário 1075412.

(Resultados) Logo, pode-se extrair que, ao entender que a liberdade de imprensa e o direito à informação não são direitos absolutos, o que possibilita a responsabilização posterior em casos específicos, o julgamento supracitado contraria diretamente o entendimento sedimentado na ADPF 130, que negou o recebimento da Lei de imprensa pela nova ordem constitucional. Isso ocorre porque o Supremo havia sedimentando a tese de vedação a qualquer cerceio à concreta manifestação do pensamento, de modo a consagrar a precedência do bloco de direitos de liberdade em detrimento dos direitos da personalidade, prezando pelo desenvolvimento das liberdades fundamentais dos cidadãos, as quais estão vinculadas diretamente ao pleno exercício do direito à livre manifestação do pensamento e das ideias. Nessa conjuntura, ressalta-se a periculosidade de relativizar o direito à liberdade de imprensa, posto que a plena liberdade de imprensa corresponde ao atestado de evolução político-cultural de todo um povo; visualizada como verdadeira irmã siamesa da democracia, como já afiançou o Ministro Carlos Ayres Britto, em seu voto na ADPF 130.

(Conclusão) Portanto, em coerência a todo o progresso político e cultural, fundamental para a democracia, nota-se que a restrição ao direito constitucional de liberdade de expressão, informação e imprensa, sinalizaria uma ameaça à integridade do Estado Democrático de Direito, o que justifica a necessidade de cautela em relativizar esse direito constitucional.

Palavras-chave: imprensa; democracia; liberdade.

PROBLEMAS DA OBESIDADE NA SOCIEDADE

Autor(es):

José Daniel Diniz Aladim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) De tantos grupos que sofrem por falta de qualidade de vida, escolhemos as pessoas que sofrem de obesidade, pois é algo além dos problemas de saúde, física e psicológica, os quais também devem ser tratados, demos ênfase na questão do preconceito, pois é algo que retarda os progressos feitos em prol desse grupo, como por exemplo os estigmas de preguiça e desleixo atribuídos a esse grupo. Com a finalidade de ajudar esse grupo, o nosso vídeo tenta trazer algo além de ajuda, mas uma identidade, para não se sentirem sozinhos, algo difícil, é que não se pode romantizar a obesidade, pois se trata da saúde do indivíduo, logo essa identidade proposta é para ajuda-los a sair dessa situação, pois o preconceito gera problemas psicológicos que fazem eles não tratarem seus problemas.

(Proposta do roteiro) Nosso grupo tem 5 integrantes, a priori, queríamos implementar ele na universidade em que estudamos, mas ao analisar o tema, percebemos que as pessoas que gostaríamos de atingir poderiam ter vergonha ao ver o trabalho, ou, devido a dinamicidade da vida universitária, poucas pessoas iriam prestigiar o trabalho, assim, optamos por fazer um vídeo, algo que é mais privado e as pessoas se não puderem ver no momento, poderiam ver em outro momento, logo, acreditamos ser a melhor abordagem para o público alvo. Nesse viés, estipulamos o vídeo com no máximo 8 minutos, onde separamos assuntos dentro do tema para cada um falar, o prazo de envio dos vídeo foi até o dia 20/05 para dar tempo de ver os resultados.

(Efeitos esperados) Se provocou mudanças significativas na vida das pessoas, até então não temos como saber, mas tudo indica que sim, devido aos elogios e qualidade do conteúdo do vídeo, o foco da produção de baseia na informação, assim, como qualquer trabalho mediante temáticas de cunho subjetivo como esta, é muito difícil trazer efeitos imediatos, mas, mediante as provas e críticas abordadas na Implementação e resultado, acreditasse que facilitamos o processo.

PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO E O PROLETARIADO: A COMPREENSÃO DAS DIVISÕES DE CLASSES

Autor(es):

Antonio Ryan Leitão Silva Procópio de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O processo de favelização no Brasil pode ser compreendido como uma consequência direta da transição do Brasil monárquico para a República. Esse fenômeno não apenas trouxe promessas de liberdade e igualdade, como também evidenciou as desigualdades que a escravidão e a monarquia geraram. A exclusão social se intensificou, principalmente para ex-escravos, que sem acesso a terras ou recursos, foram empurrados para áreas periféricas e condições precárias. A pesquisa aborda como essas populações foram marginalizadas e os reflexos desse processo na sociedade contemporânea, utilizando o conceito de proletariado de Karl Marx para entender as dinâmicas de divisão de classes.

(Metodologia) Este estudo utilizou uma metodologia qualitativa com base em pesquisa documental, analisando fontes históricas e relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Através da análise de dados do Censo Demográfico de 2022 e textos de pensadores como Karl Marx e André Rebouças, a pesquisa examina as condições socioeconômicas das populações marginalizadas e as raízes do processo de favelização.

(Resultados) A pesquisa demonstra que o processo de favelização no Brasil é resultado de uma combinação de fatores históricos, como a abolição incompleta da escravatura e a urbanização excludente promovida pelo governo de Rodrigues Alves no início do século XX. A criação de favelas reflete a marginalização das populações mais vulneráveis, que foram excluídas dos centros urbanos. Dados recentes indicam que o Brasil possui mais de 10 mil favelas onde vivem 16,6 milhões de pessoas, mostrando uma continuidade da divisão de classes no país, marcada pela exclusão e pobreza extrema.

(Conclusão) A análise do processo de favelização revela que as desigualdades estruturais no Brasil têm raízes profundas na exclusão social que ocorreu no período pós-abolição. A urbanização das grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro, exacerbou essas desigualdades, empurrando as populações marginalizadas para favelas e reforçando a divisão de classes identificada por Marx como proletariado. Para que o Brasil supere essas desigualdades históricas, é necessário garantir o acesso pleno aos direitos fundamentais para essas populações.

Palavras-chave: favelização; proletariado; desigualdade social; exclusão; divisão de classes.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR (PQVEB): TRANSFORMANDO ESCOLAS EM ESPAÇOS DE SAÚDE E FELICIDADE

Autor(es):

Pedro Lira Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Inicialmente, foi realizada uma pesquisa diagnóstica para identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos das escolas públicas de Natal que poderiam impactar sua qualidade de vida. Os resultados revelaram questões como falta de acesso a atividades físicas, alimentação inadequada e altos níveis de estresse devido a desafios socioeconômicos.

(Proposta do roteiro) O Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar (PQVeB) tem como objetivo principal promover a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos alunos das escolas públicas da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Reconhecendo os desafios enfrentados pelos estudantes, tanto físicos quanto emocionais, o programa busca abordar essas questões de forma integrada, proporcionando um ambiente escolar mais saudável e acolhedor. A iniciativa visa não apenas a adoção de hábitos saudáveis, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o aumento da autoestima e a melhoria do desempenho acadêmico. Além disso, o PQVeB tem o potencial de contribuir para a redução de problemas como sedentarismo, ansiedade e depressão entre os alunos.

(Efeitos esperados) Para sensibilizar os alunos a participarem voluntariamente do programa, foram realizadas palestras motivacionais e atividades informativas sobre os benefícios de adotar um estilo de vida saudável. Estratégias como atividades lúdicas e ênfase na importância da participação ativa dos alunos foram empregadas para engajá-los.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Autor(es):

Sarah Soares Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Julia Pereira Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alice de Castro Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Nosso programa foi desenvolvido com o propósito de promover a qualidade de vida e o bem-estar dos estudantes universitários, Os estudantes universitários frequentemente lidam com altos níveis de estresse, pressão por desempenho acadêmico e desafios relacionados à adaptação a um novo ambiente social e acadêmico. Portanto, consideramos fundamental oferecer um programa que atenda às suas necessidades específicas, proporcionando suporte e recursos para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar.

(Proposta do roteiro) Através de um formulário, foram coletados dados que confirmaram problemas. Com base nesse diagnóstico, oferecemos apoio psicológico personalizado, estratégias para manejo do estresse, conselhos para melhorar a saúde mental e orientações sobre equilíbrio entre estudos e vida pessoal, visando proporcionar aos participantes uma experiência que promova maior bem-estar e qualidade de vida. Com base nos resultados do formulário, uma psicóloga analisou as respostas e preparou uma série de dicas e orientações personalizadas. Essas dicas foram compartilhadas com todos os participantes do programa. As orientações incluíram estratégias práticas para o manejo do estresse, técnicas de relaxamento, métodos para melhorar a saúde mental e emocional, e conselhos sobre como equilibrar a vida acadêmica com outras responsabilidades, como exercício físico e vida social.

(Efeitos esperados) A psicóloga do programa desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar emocional dos estudantes universitários. Inicialmente, ela realizará uma análise minuciosa dos dados coletados no formulário preenchido pelos estudantes, identificando padrões e áreas de preocupação comuns. Ao longo do programa, ela estará disponível para oferecer suporte contínuo, ajustando as estratégias conforme necessário com base no progresso e nas necessidades individuais dos estudantes. Essas ações visam fornecer um suporte psicológico eficaz e adaptado às necessidades específicas dos estudantes, promovendo assim o seu bem-estar emocional e mental.

PROJETO QUALIDADE DE VIDA: JOVEM PRÓSPERO

Autor(es):

Mell Rodrigues Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Luísa Soares Antonio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Maia Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Victória De Melo Santos Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A ideia central do vídeo “Jovem Próspero” é desenvolver nosso projeto da disciplina de Qualidade de Vida e Bem-Estar. Nosso objetivo é promover informações de forma descontraída, rápida e eficaz para jovens estudantes universitários, difundindo conhecimentos básicos sobre educação financeira com a finalidade de ajudar nosso público-alvo a administrar melhor suas finanças.

(Proposta do roteiro) O roteiro do nosso vídeo tem a proposta de informar de forma descontraída e eficaz sobre educação financeira para jovens universitários. Vamos abordar temas essenciais como planejamento de orçamento, controle de gastos, importância da poupança, investimentos iniciais e dicas práticas para evitar dívidas. A ideia é utilizar uma linguagem acessível e envolvente, com exemplos do dia a dia e participações especiais de estudantes que compartilham suas experiências. Nosso objetivo é capacitar os jovens a tomarem decisões financeiras mais conscientes e prepará-los para um futuro econômico mais seguro e sustentável.

(Efeitos esperados) Esperamos que os alunos sejam capazes de aprender algo com nossa ação. Nosso vídeo foi criado com uma finalidade educativa, assim, é importante que nosso público-alvo se sinta incentivado a pesquisar e aprender mais sobre educação financeira.

PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA O BEM-ESTAR

Autor(es):

Leniany Kailany Maria da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Samuel Cavalcanti Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Larissa Alves Dantas de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Morais Araújo Bacurau: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mateus Guilherme Pereira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O Clube do Livro: Promovendo a Comunicação Não Violenta tem como objetivo principal proporcionar um espaço seguro e acolhedor para estudantes e suas famílias explorarem os princípios fundamentais da CNV e aplicá-los em suas vidas diariamente. A proposta inclui encontros on-line, leitura ativa e reflexiva e exercícios práticos.

(Proposta do roteiro) A execução das ações planejadas para o programa de qualidade de vida e bem-estar envolverá algumas etapas e atividades coordenadas para garantir sua eficácia. As ações serão executadas de forma 100% online, em dois encontros: O 1º encontro será para a leitura conjunta do 1º capítulo do livro Vivendo a Comunicação Não Violenta, de Marshall Rosenberg, onde os participantes aprenderão como resolver conflitos de forma pacífica e eficaz, discutindo sobre as 4 (quatro) partes do processo da Comunicação Não Violenta: observação, sentimentos, necessidades e pedidos. Ainda nesse encontro, será disponibilizado para todos os participantes uma relação contendo alguns sentimentos e necessidades básicas comuns a todos os seres humanos, o que ajudará a todos os participantes a desenvolverem suas habilidades de comunicação e resolução de conflitos. O 2º encontro acontecerá 15 dias após o 1º, como forma de avaliação e monitoramento do progresso de cada participante, a fim de identificar quais áreas das suas vidas melhoraram após a implementação das atividades indicadas no 1º encontro e quais foram as dificuldades encontradas, garantindo que os objetivos inicialmente propostos foram alcançados. Os métodos a serem utilizados na execução das ações suprarreferidas se darão através de grupos discussão onde os participantes possam compartilhar suas experiências e aprender com o restante do grupo por meio de trocas e implementação de exercícios práticos para ajudar cada participante a aplicar as habilidades aprendidas durante os encontros.

(Efeitos esperados) Espera-se que a implementação do referido programa traga uma série de benefícios para os estudantes e suas famílias, incluindo o desenvolvimento de habilidades de comunicação eficazes e pacíficas, fortalecimento de relacionamentos interpessoais e redução do estresse e da ansiedade associados a conflitos interpessoais, com o objetivo de melhorar significativamente o bem-estar emocional de todos os participantes, promovendo relacionamentos saudáveis dentro da comunidade escolar e familiar.

PROPOSTA DE LAZER PARA TERCEIRA IDADE: LAZER E QUALIDADE DE VIDA, PARA TODOS OS VOVÔS E VOVÓS

Autor(es):

Maria Eduarda Lima de Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Aniele Rogeria Costa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayane Camilly Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Caroline dos Santos Godeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Deyse Caroline Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O nosso projeto inicial foi conscientizar as famílias, mostrando estatísticas e ideias que ajudem a entender o quanto é necessário um trabalho de inclusão dos idosos no nosso convívio social. Assim como o quanto eles sentem essa aceção. Essas são apenas algumas maneiras de integrar um idoso na família, mas é importante adaptar as abordagens às necessidades e preferências individuais de cada pessoa.

(Proposta do roteiro) Um idoso pode manter a saúde e aproveitar o lazer através de atividades como caminhadas, aulas de arte, jardinagem e jogos de tabuleiro. É crucial encontrar atividades que promovam tanto o bem-estar físico quanto o mental. Converse regularmente com o idoso, ouça suas opiniões e preocupações e inclua-o nas decisões familiares sempre que possível. Incentive o idoso a participar de atividades familiares, como refeições, passeios e eventos especiais. Essas atividades podem ser adaptadas de acordo com os interesses e as capacidades individuais do idoso.

(Efeitos esperados) Um idoso integrado e com uma qualidade de vida que engloba o lazer e a harmonia familiar tem mais probabilidade de uma vida saudável.

PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Autor(es):

Karem Eloine de Lima Souza: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN
Cristina Carla de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline Isabel Rodrigues da Silva: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros De Macedo: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O julgamento com perspectiva de gênero é um protocolo contendo algumas diretrizes que criado pelo conselho nacional de justiça CNJ que tem como o principal objetivo tornar as relações entre réu e magistrado de forma que o mesmo consiga julgar o caso concreto de forma equitativa considerando de forma individual as especificidades de gênero de cada pessoa envolvida evitando discriminações e preconceito de gênero, de raça, de etnia e etc, nas relações de trabalho. Outro fator importante que contribui para uma decisão favorável é a participação feminina no poder judiciário criando políticas de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres.

(Metodologia) Para discorrer e explicar a relevância do tema utilizamos o método dedutivo pesquisas através de Google acadêmico e sites com a devida reconhecimento contendo informações verídicas. Trata-se de uma pesquisa com levantamento de informações de artigos científicos e com o principal objetivo de gerar referencial histórico como base de pesquisa

(Resultados) Este julgamento ele foi proposto como um único objetivo de fazer com as relações jurídicas dos julgados sejam igualitárias empáticas de acordo com as particularidades de cada réu promovendo igualdade para a sociedade.

(Conclusão) Nota-se que, devido a vulnerabilidade histórica e cultural feminina que é algo que se perpetua desde antigamente, as mulheres encontram-se em suscetibilidade algumas discriminações no ambiente de trabalho fazendo com que haja desigualdade entre o sexo feminino e masculino, por exemplo. Julgar com perspectiva de gênero foi algo inovador no país, pois além de estar em consonância tratado internacional de direitos humanos, o protocolo inovador é extremamente importante para o sistema judiciário brasileiro, estão colocando em prática um dos principais preceitos morais que regem a constituição federal que é o princípio da igualdade. Referências (Você sabe o que é o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero?, [s.d.]) Você sabe o que é o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero? ([s.d.]). Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Recuperado 16 de outubro de 2024, de <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/voce-sabe-o-que-e-o-protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero> ([S.d.]). Edu.br. Recuperado 16 de outubro de 2024, de <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7137> (Oliveira, 2023) Oliveira, F. R. G. de. (2023). O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no contexto das relações trabalhistas. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/253909>

Palavras-chave: desigualdades; protocolo com perspectiva de gênero; discriminação.

QUAL É O FUTURO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM O DECLÍNIO DOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS?

Autor(es):

Antonio Ryan Leitão Silva Procópio de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Alexandra Allycia Moura de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Clara Azevedo de Freitas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Kalena Amorim Azevedo Diniz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ludmila Deisyenne Andrade da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo em questão discute o fenômeno do enfraquecimento das democracias em um contexto global, com foco específico no Brasil. O interesse por esse tema tem aumentado em função dos eventos políticos recentes que indicam uma gradual erosão das instituições democráticas, impulsionada pela polarização política e pela ascensão de líderes autoritários. O estudo aborda as causas desse declínio e seus impactos nas relações internacionais, comparando a situação brasileira com outros países como Polônia e Indonésia. Além disso, são discutidas as implicações desse fenômeno para a estabilidade global e o futuro das alianças internacionais.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, na qual recorreremos a outros artigos científicos com a finalidade de entender e analisar o terreno do Direito Internacional, principalmente na seara dos conflitos. Dessa forma, houve uma melhor compreensão acerca do assunto que viria a ser tratado posteriormente ao longo do texto científico, proporcionando fundamentação aos fatos apresentados.

(Resultados) O artigo, em geral, trata sobre o impacto que o declínio dos Estados Democráticos teria nas relações internacionais. Como resultado dessa pesquisa, há o aumento da instabilidade global, considerando que, se o número dos Estados Democráticos declinar, a instabilidade seria mais visível diante das relações internacionais. Uma maior influência dos regimes autoritários, podendo expandir sua influência nas relações internacionais e promovendo a governança mais centralizada e menos transparente. Redefinição de alianças e tratados, além do impacto nas organizações internacionais e os riscos para os direitos humanos e liberdades civis. Por fim, vale salientar, também, as mudanças econômicas globais, já que o declínio das democracias pode afetar diretamente o comércio internacional, uma vez que, adotando as políticas mais protecionistas, há menos liberdade com relação à cooperação multilateral.

(Conclusão) O declínio das democracias ocorre gradualmente, sendo impulsionado por fatores como polarização política, líderes autoritários e enfraquecimento das instituições. Esse processo não afeta apenas a estabilidade interna dos países, mas também compromete as relações internacionais e a cooperação entre os Estados. No Brasil, esses fatores são evidentes e colocam em risco a consolidação democrática do país. É essencial que as instituições sejam fortalecidas e que a sociedade civil se mobilize para proteger os valores democráticos, evitando o retrocesso de direitos fundamentais.

Palavras-chave: democracia; declínio democrático; relações internacionais; autoritarismo; polarização política.

QUALIDADE AO ACESSO AO TRANSPORTE PÚBLICO EM NATAL: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMÁTICAS E ESTRATÉGIAS PARA MELHORIAS

Autor(es):

Jully Anne Marinho de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Igor Matheus Bezerra Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Vyctor Tavares Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Helena Silva Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thalita Farias de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Ao realizar a pesquisa pretendemos identificar as principais problemáticas enfrentadas no dia a dia pelos usuários de transporte público na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, para que então possamos estabelecer estratégias para aprimorar a experiência do uso de transporte coletivo. Neste contexto levaremos em consideração o meio de transporte público utilizado, assim como a quantidade de vezes diárias que as pessoas utilizam o transporte e a quantidade de horas que as mesmas levam para chegar a seus destinos finais. Outros pontos investigados foram em questão com acessibilidade desses transportes públicos em determinados locais da cidade considerando as possíveis dificuldades de indivíduos que moram em lugares mais remotos de se locomover com maior facilidade, assim como o valor em dinheiro gastos diariamente por cada pessoa e o nível de infraestrutura fornecida considerando esse valor, e por fim o nível de satisfação dos habitantes de Natal com o transporte público da cidade.

(Proposta do roteiro) Roteiro se trata de um resumo do material recolhido em meio da confecção de ambos os trabalhos propostos pela professora Everlane Moura apresentando os resultados de nossas pesquisas de campo feitas por meio do Google docs.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados com a produção deste vídeo são de poder compartilhar o processo de produção e os resultados do nosso projeto. Iniciando com a pesquisa bibliográfica e escolha do tema tão como a escolha do público alvo, e posteriormente a confecção pratica do nosso trabalho por meio de posters.

QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR

Autor(es):

Arthur Campos Motta: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Gabriel De Lira Feitosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Sândoli da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Marques Costa Remigio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Vitor Lima de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Nosso programa de qualidade de vida busca melhorar o bem-estar emocional dos idosos residentes de instituição de acolhimento, além de ajudar essas instituições com a doação de produtos básicos de higiene, planejamos também fazê-los se sentirem acolhidos ao passar uma tarde entretendo-os. Além disso, implementar um programa de qualidade de vida focado no bem-estar emocional dos idosos em instituições de acolhimento é uma forma poderosa de proporcionar dignidade, alegria e uma melhor qualidade de vida a esses residentes. Através de ações planejadas e bem executadas, é possível criar um ambiente mais acolhedor e solidário, beneficiando não apenas os idosos, mas toda a comunidade envolvida.

(Proposta do roteiro) A criação desse projeto visava dar atenção a esse público, e ajudar com problemas emocionais dos idosos, atraindo a participação voluntária de pessoas de fora do projeto, bem como os membros, para que passem tempo com os idosos dentro dos abrigos e assim ajudar a diminuir a solidão que essas pessoas possam estar sentindo.

(Efeitos esperados) O consenso do grupo em escolher esse público alvo se deu ao fato de considerarmos que era um público em negligência quando comparado com outros grupos em situações vulneráveis, como por exemplo crianças com câncer ou pessoas com deficiências físicas ou mentais.

QUALIDADE DE VINDA COM ÊNFASE NA MEDITAÇÃO

Autor(es):

Paulo José da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Karolina de Lima Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Janaina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria da Salete Baracho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isac Marques Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Levar às comunidades carentes a importância da yoga e da meditação como formas eficazes de enfrentamento aos desafios do dia a dia. Essas técnicas milenares ajudam a reduzir o estresse, a ansiedade, correção de posturas e hábitos que trazem desconforto ao corpo e a mente. Temos como objetivo principal levar mais qualidade de vida a essa comunidade com práticas relaxantes que possam ao final, trazer mais alento e paz para essas pessoas.

(Proposta do roteiro) Apresentar a aplicação de um programa de qualidade de vida e bem-estar na comunidade Umari, em Tibau do Sul-RN, localizada a 70 km da Capital Natal. Como parte da nossa disciplina de Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente do curso de Direito da UNI-RN.

(Efeitos esperados) Promover o bem estar físico e mental, incentivar hábitos saudáveis e proporcionar maior interação através da prática regular de atividades físicas e mentais. Criando uma maior interação social entre os membros da comunidade e da família e trazendo mais qualidade de vida e bem estar na sociedade.

**QUANDO O AMOR MACHUCA: DEPENDÊNCIA EMOCIONAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DENTRO DOS
RELACIONAMENTOS CONJUGAIS**

Autor(es):

Renan Gabriel Almeida de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Sofia Rabelo de Macedo Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Alice Quezia Felix Ferraz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Alan Zacarias Almeida dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Antônia Beatriz Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este presente artigo tem como objetivo explorar a relação entre amor patológico, dependência emocional e violência doméstica, evidenciando como esses elementos se interconectam e perpetuam ciclos disfuncionais em relacionamentos. O amor patológico é um tipo disfuncional de vínculo afetivo, marcado pela dependência emocional extrema e pela obsessão pelo parceiro. Essa dinâmica ultrapassa limites saudáveis, resultando em comportamentos disfuncionais como ciúmes intensos, manipulação emocional e, frequentemente, violência psicológica e física. Segundo a perspectiva freudiana, tais comportamentos são frutos de conflitos inconscientes e carências emocionais, muitas vezes originados em traumas da infância. Indivíduos que buscam um relacionamento ideal veem no parceiro uma fonte de segurança e validação, mas a necessidade de controle e o medo do abandono podem resultar em abusos. Compreender a relação entre amor patológico, dependência emocional e violência doméstica é essencial para a promoção de relacionamentos saudáveis.

(Metodologia) A metodologia do estudo adota uma abordagem qualitativa, com uma revisão bibliográfica sobre as relações entre dependência emocional e violência doméstica. A pesquisa foi realizada em bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, utilizando descritores como "dependência emocional" e "violência doméstica", com foco em estudos publicados entre 2000 e 2023. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para categorizar os dados em temas relevantes, permitindo uma análise aprofundada das dinâmicas discutidas.

(Resultados) A análise dos dados revela que a dependência emocional é um fator central na manutenção de relacionamentos abusivos. Padrões de apego disfuncionais desenvolvidos na infância contribuem para a fragilidade emocional das vítimas, que frequentemente aceitam abusos em um esforço para preservar o relacionamento. O amor patológico agrava essa situação, levando as vítimas a justificar e minimizar os abusos. A literatura aponta que a violência doméstica não se limita a agressões físicas, mas também inclui controle psicológico e emocional, que impacta a autoestima das vítimas.

(Conclusão) As considerações finais enfatizam que a dependência emocional e o amor patológico são fundamentais para a perpetuação do ciclo de violência, ressaltando a necessidade de intervenções psicológicas que promovam a autonomia das vítimas. A conscientização sobre os perigos do amor patológico e o fortalecimento da autoestima são cruciais para que as vítimas rompam com relacionamentos abusivos. Assim, as intervenções devem englobar tanto o tratamento dos efeitos da violência quanto a superação das causas emocionais subjacentes, promovendo relacionamentos mais saudáveis e equilibrados.

Palavras-chave: dependência emocional; amor patológico; violência doméstica; relacionamentos abusivos; saúde mental.

RECICLE E REVIVA

Autor(es):

Yasmin de Brito Saldanha Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Montenegro Firmeza Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria de Fatima Lopes Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda De Castro Gaspar Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Carolina França Leadebal Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Esse projeto possui como objetivo mostrar para as crianças do Noilde Ramalho que por meio de uma tarde interativa podemos preservar o meio ambiente todos os dias com poucos materiais e que nem sempre é necessário comprarmos brinquedos caros para fazer o dia dela feliz. por que além de ter o prazer de brincar com o brinquedo que ela própria construiu, ainda tem a fase de elaboração que como foi dito anteriormente ajuda no desenvolvimento infantil e preserva o meio ambiente ao mesmo tempo.

(Proposta do roteiro) A proposta do projeto foi de coletar materiais recicláveis para serem reutilizados com o objetivo de construir brinquedos para serem doados para as crianças que efetuaram a atividade. Arrecadamos materiais por uma semana, para que o projeto fosse realizado, marcamos com o tempo integral do Complexo de Ensino Noilde Ramalho para realizarmos essa tarde interativa. Após efetuarmos as atividades, deixamos os brinquedos com as crianças que fizeram a atividade lúdica.

(Efeitos esperados) O projeto realizado tinha como propósito utilizar crianças para construir em conjunto brinquedos com materiais recicláveis. Com isso, esperávamos que elas compreendessem que é possível criar brinquedos com materiais antigos, sem precisar comprar novos. Assim, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade, para um aprendizado prático e entendendo a importância da reciclagem como forma de conscientização ambiental.

REFORMA TRIBUTÁRIA: IVA BRASILEIRO E NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA

Autor(es):

Bruna Fernandes de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A reforma tributária de 2023 no Brasil introduziu o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com o objetivo de simplificar o sistema fiscal nacional. O IVA substitui cinco tributos sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS), sendo incorporado aos novos impostos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Essa reforma também formalizou o princípio da neutralidade tributária, que visa garantir que a tributação não interfira nas decisões econômicas das empresas, permitindo maior eficiência no mercado e eliminando distorções causadas pela cumulatividade de impostos.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste estudo é de caráter documental, com base em análise de legislações, doutrinas e jurisprudências, especialmente a Emenda Constitucional nº 132/2023. Também são examinados os principais princípios constitucionais afetados pela reforma, como a neutralidade tributária, a capacidade contributiva e a isonomia, além de uma análise do impacto do IVA sobre a cumulatividade de tributos e a tributação em cascata.

(Resultados) Os resultados indicam que a reforma tributária de 2023 representa um avanço na simplificação do sistema fiscal brasileiro. O novo modelo do IVA busca eliminar a cumulatividade de impostos, o que poderá reduzir as distorções e melhorar a competitividade das empresas. No entanto, a implementação prática do IVA enfrenta desafios, como a necessidade de adaptação por parte das empresas e a compensação de créditos tributários. Apesar da inclusão formal da neutralidade tributária na Constituição, ainda há questões operacionais que podem dificultar sua plena aplicação, especialmente no curto prazo.

(Conclusão) Conclui-se que a reforma tributária de 2023, com a adoção do IVA e a formalização da neutralidade tributária, constitui um importante passo rumo à modernização do sistema tributário brasileiro. A reforma tem o potencial de simplificar a arrecadação e reduzir as distorções que prejudicam a competitividade das empresas no mercado. No entanto, o sucesso dessa reforma dependerá de ajustes técnicos e da implementação de leis complementares, bem como da adaptação das empresas ao novo sistema tributário. A previsão é que as novas regras entrem em vigor em 2026, proporcionando um ambiente econômico mais transparente e competitivo.

Palavras-chave: imposto sobre valor agregado (IVA); neutralidade tributária; cumulatividade; reforma tributária; competitividade.

RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL NA INTERNET: CRIMES VIRTUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A IDEIA DE DOMINAÇÃO FOUCAULTIANA

Autor(es):

Vitória Xavier Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Isadora Freitas Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Beatriz Alves Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda Lyra de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A responsabilidade civil e criminal na internet, especialmente em relação aos crimes virtuais contra crianças e adolescentes, é uma questão jurídica de crescente relevância. A exposição de jovens a riscos como cyberbullying, sextorsão e exploração sexual online tem aumentado com o avanço da tecnologia. Esses crimes, muitas vezes negligenciados, geram impactos significativos na integridade física e psicológica das vítimas. A pesquisa utiliza a teoria de Michel Foucault sobre dominação e vigilância para compreender como o ambiente digital molda comportamentos e facilita a perpetração desses crimes. Com isso, busca-se demonstrar a necessidade de aprimoramento das leis e estratégias preventivas mais eficazes.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa acadêmica com base em revisão literária que estuda crimes cometidos na internet contra a juventude e sua relação com o Direito civil e criminal. Foram aprofundados diversos estudos teóricos, a grande maioria consiste em artigos com a necessidade de se obter dados reais acerca dos malefícios que os jovens enfrentam. As fontes de pesquisa foram o Google Acadêmico e a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e também o livro “Vigiar e Punir” de Michael Foucault. Nesse estudo, foram selecionados artigos atuais publicados entre o ano de 2019 e 2024, além do livro sintetizado ao passado e presente publicado em 1975.

(Resultados) A pesquisa revelou que a responsabilidade civil e criminal nos crimes virtuais contra crianças e adolescentes é um tema de complexidade crescente no ambiente digital. Os resultados indicam que crimes como cyberbullying, sextorsão e exploração sexual online têm um impacto profundo na integridade psicológica e física dos jovens. A metodologia utilizada, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, evidenciou que, embora a legislação brasileira tenha avançado com o Marco Civil da Internet e a Lei Carolina Dieckmann, ainda há lacunas na proteção e punição desses crimes. Foi observado que as práticas criminosas na internet se beneficiam da falta de conhecimento por parte dos usuários e da dificuldade em aplicar as leis de forma eficaz, especialmente devido ao anonimato e à transnacionalidade dos delitos virtuais. Além disso, o estudo reforçou a necessidade de aprimorar estratégias educativas para conscientizar crianças, adolescentes e responsáveis sobre os perigos da internet. A análise, sustentada na teoria foucaultiana da dominação, também destacou que a internet, ao mesmo tempo que oferece liberdade, pode se tornar um instrumento de controle e opressão para indivíduos vulneráveis, sugerindo a urgência de um sistema legal mais robusto e adaptado à era digital.

(Conclusão) Dessarte o levantamento promovido neste artigo científico foi investigado a responsabilidade civil e criminal na internet: crimes virtuais contra crianças e adolescentes. A pesquisa analisou a presença dos perigos virtuais e falta de conhecimento civil em contextos sociais e analisou como esses fatores afetam especialmente as crianças e adolescentes associadas a crimes na web. Vale destacar que a relação entre tecnologia e Direito possui uma base científica enorme de estudos qualificados a serem considerados. Portanto, o artigo concentrou-se principalmente nas interações virtuais, explorando como o mau uso influencia jovens a serem vítimas da web e como os cidadãos não reconhecem seus direitos no código civil e veem o fato criminal acontecer em sua própria casa, com seus filhos.

Palavras-chave: civil e criminal; internet; crianças; vítimas.

RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS QUANTO À ASSISTÊNCIA À SAÚDE E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

Autor(es):

Guilherme Bertoldo Santos Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho é sobre o Direito dos Animais, mais concretamente, no âmbito da responsabilidade civil focado na área da saúde pública, referente aos animais, em como o Município de Natal/RN, ajuda e está presente nessas questões. Visando a discussão em como o município é responsável desde suas leis até atos na ajuda a rede de saúde pública e nos hospitais veterinários e abrigos para animais.

(Metodologia) O presente trabalho é uma pesquisa que trabalha dentro da problemática, realizando especificamente um estudo, a fim de averiguar as questões referente à saúde pública dos animais perante ajuda do município e suas responsabilidades civil. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, enriquecida com algumas entrevistas ao longo do trabalho. Como também, as leis e projetos de lei recentes, mas que já tem suas funções especificamente na área do Direito dos Animais.

(Resultados) A partir dos resultados obtidos, evidencia-se que o Município, na sua responsabilidade civil, não contribui favoravelmente em torno de custo-benefício principalmente na parte pública como abrigos e ONG's. Tratam os art. 23 e 225 da Constituição Federal sobre a proteção ao meio ambiente e mais especificamente se tratando dos animais. Com isso, mostrando a existência dos pressupostos constitucionais acerca do tema. Não só na constituição, mas em nível municipal podemos observar a Lei de nº 6803/2018, que institui o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, é comprovado que possuímos o que é necessário para se fazer a proteção, porém ainda com baixos investimentos e visibilidade.

(Conclusão) Neste trabalho, foi abordado o assunto anterior mencionado com fulcro no âmbito da responsabilidade civil do Município para os animais e concluímos que o Município ainda necessita acompanhar melhor o âmbito público principalmente para os abrigos nos quais resgatam e ajudam animais de rua ou abandonados. Foi cumprido todos os objetivos, anteriormente propostos, uma vez que foram explicadas todas as questões abordadas. O trabalho foi de extrema importância para o aprofundamento das questões dos Direitos dos Animais e suas questões na parte de saúde e ajuda da cidade perante os hospitais veterinários e abrigos.

Palavras-chave: direito dos animais; município; responsabilidade civil; abrigos; ONG's.

SAÚDE E FALTA DE DIGNIDADE HUMANA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A PROPAGAÇÃO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (IST/S) DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS

Autor(es):

Ana Beatriz Lima Cordeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Artur Maurício Maux de Figueiredo Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Samuel Victor Otaviano da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Beatriz de Moraes Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Letícia Pereira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pesquisa científica voltada para a contaminação de presidiários no Brasil por infecções sexualmente transmissíveis nos presídios, com ênfase no HIV, entre os anos de 2019 e 2021. As condutas, fatores de risco cotidiano e utensílios que auxiliam na proliferação em massa das IST, incluem superlotação, violência sexual, uso compartilhado de utensílios perfurocortantes e a ausência de políticas públicas com objetivo de melhoria na saúde e qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade (PPL). Análise visando apresentar as possíveis formas de estabilização dos números apresentados, e melhorias na qualidade de vida a ser agregadas dentro das unidades prisionais, melhorando a saúde, proliferação das doenças, concedendo a dignidade que é direito, diminuindo a superlotação e principalmente, amenizando a atual problemática.

(Metodologia) Foi adotado um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa focado na investigação de ISTs em ambiente privativos de liberdade, sendo centrado na busca de pesquisas de estudos disponíveis em plataformas eletrônicas. Foram selecionados artigos científicos e teses disponíveis encontrados em base de dados confiáveis e nacionais, na língua portuguesa, publicados no período de 2019 a 2024,. Dentre os meios Google Scholar, Scielo. A seleção dos materiais foi orientada por palavras-chaves relacionados a ISTs e sistemas prisionais, priorizando estudos confiáveis e relevantes na área. Com essa análise, resultou na construção de um referencial teórico objetivo de identificar conceitos e discussões de múltiplas perspectivas contribuintes de especialistas, fortalecendo a compressão das ISTs na prisões e fundamentando as discussões presente.

(Resultados) O ambiente prisional brasileiro é composto por sexo desprotegido de grande risco, coerção sexual e compartilhamento de seringas, que disseminam ainda mais infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV. A indisponibilidade de dados dificulta o desenvolvimento de políticas públicas eficientes. Para melhorar essa situação, é preciso organizar apoio psicológico, iniciar uma campanha educativa sobre o uso do preservativo e construir novas unidades prisionais. Ações como essa garantirão a saúde das pessoas privadas de liberdade e criarão condições favoráveis para que sua reinserção social seja feita com dignidade.

(Conclusão) Diante do exposto, o artigo destaca as graves condições estruturais do sistema penitenciário, evidenciando desafios profundamente presentes. O estudo demonstra, por exemplo, um aumento alarmante nos casos de HIV nas prisões entre 2019 e 2021. Há, contudo, uma notória escassez de políticas públicas no sistema penal brasileiro. O Estado democrático de direito deve tratar essa problemática com mais urgência, promovendo a efetivação dos direitos humanos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro. O estudo defende a elaboração de políticas públicas governamentais ligadas ao enfrentamento da propagação das infecções sexualmente no sistema prisional.

Palavras-chave: sistema penitenciário; HIV; direitos humanos; políticas públicas; saúde.

SAÚDE E LONGEVIDADE

Autor(es):

Gianecchini Cunha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cleiton Gomes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ítalo Matheus Teixeira Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Henrique Dantas Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A importância dessa iniciativa é incentivar e buscar melhorias na qualidade de vida dos idosos, fazendo com que eles se sintam dispostos e alegres com as atividades exercidas frequentemente. Assim, podendo executar atividades do dia a dia com maior facilidade e levar uma vida mais fácil.

(Proposta do roteiro) O que devo oferecer para satisfazer o público-alvo escolhido é o carinho e atividades que lhes deixem à vontade, sendo assim o exercício não será praticado por “obrigação” e sim, por satisfação e prazer. A atividade empregada foi a dança.

(Efeitos esperados) sair um pouco do sedentarismo, prevenindo a osteoporose pois estão criando ossos mais fortes e resistentes, criando uma musculatura firme para que apesar da idade consigam executar atividades do dia a dia com independência, fortalecendo o sistema imunológico, controlando a pressão arterial e mais diversos benefícios a saúde que a atividade física trás as nossas vidas.

SEDENTARISMO E IDOSOS: COMO RESOLVER UM PROBLEMA QUE PARECE SER INEVITÁVEL

Autor(es):

Gabriel Ribeiro Trisch de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Melhorar a saúde física e mental dos idosos que estão sedentários, por meio de exercícios leves e simples de pilates e ioga. Podendo assim, evitar problemas de saúde e estimular a prática de exercícios físicos e muitas vezes auxiliar no tratamento de varias doenças como artrite, hérnia de disco e obesidade.

(Proposta do roteiro) A entrega de panfletos nas caixas de correio do condominio em que moro, com Instruções de exercícios para a movimentação dos idosos, para a melhora da saúde física e mental destes, que estão na maioria das vezes a muito tempo sedentários. Interajam com os panfletos quando forem verificar suas correspondências e acabem implementando os exercícios propostos.

(Efeitos esperados) A melhora na qualidade de vida e dar uma motivação para a prática continua de exercícios físicos. Que apesar das dificuldades enfrentadas na materialização do projeto original, os resultados e o objetivo proposto pelo grupo consiga ser atingido apesar da necessidade da mudança abrupta no meio de implementação do projeto.

TEMA: A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NO DIREITO DAS FAMÍLIAS: ANÁLISE DE CASOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA E GUARDA

Autor(es):

Alice Ianne Dantas da Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Paula Fernanda Falcao Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Isabelly da Cruz Xavier: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Petter Ferreira Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo busca descrever a aplicação do processo de mediação no contexto do litígio familiar entre Maria e José, após o divórcio, focando na definição da pensão alimentícia e na guarda do filho menor, Pedro. A mediação, regida pela Lei 13.140/15 e pelo artigo 166 do Código de Processo Civil, é um método autocompositivo que visa promover uma solução consensual com a intervenção de um mediador, cujo papel é facilitar o diálogo entre as partes. A mediação se apresenta como uma alternativa para a resolução pacífica de conflitos familiares, garantindo o melhor interesse da criança e das partes envolvidas. A mediação, no âmbito do direito das famílias, é um instrumento fundamental para a solução de disputas que envolvem interesses de pais e filhos. No caso em análise, o conflito centraliza-se na pensão alimentícia e na guarda de Pedro, filho de Maria e José. O objetivo é evitar a judicialização prolongada, propondo uma solução amigável e colaborativa por meio de técnicas de comunicação não violenta e escuta ativa, com foco na estabilidade e bem-estar da criança.

(Metodologia) Mediação com uso de ferramentas autocompositivas A mediação foi realizada com base nos princípios da comunicação não violenta e escuta ativa, onde o mediador facilitou o diálogo entre Maria e José. A comunicação não violenta permitiu que as partes expressassem suas necessidades sem hostilidade, e a escuta ativa possibilitou que ambas compreendessem o ponto de vista do outro, buscando uma solução conjunta.

(Resultados) Após o processo de mediação, foi alcançado um consenso nos dois principais pontos em disputa: ? Pensão Alimentícia: José concordou em pagar um valor ajustado à sua capacidade financeira, cobrindo as necessidades essenciais de Pedro, como educação e saúde. A quantia poderá ser revisada a cada seis meses, de acordo com as condições de ambos. ? Guarda Compartilhada: As partes decidiram pela guarda compartilhada, com Pedro vivendo sob a rotina diária de Maria, mas passando fins de semana e parte das férias com José. Ambos os pais terão participação conjunta nas decisões importantes relativas à vida do filho.

(Conclusão) O processo de mediação foi eficaz, alcançando uma solução que atende aos interesses de Pedro, preservando sua estabilidade emocional e promovendo a participação ativa de ambos os pais. O uso das técnicas de comunicação e a aplicação da Lei 13.140/15 demonstraram a viabilidade da mediação como um meio pacífico de resolução de conflitos familiares, sem a necessidade de intervenção judicial prolongada.

Palavras-chave: mediação.

TRABALHO REFERENTE AO ARTIGO

Autor(es):

Sara Caroline Ribeiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Júlia de Sousa Sobral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Rita Maia Suassuna: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Beatriz Maria de Araújo Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho aborda a temática da interpretação em diversas áreas, como direito, filosofia e arte, ressaltando a importância de cada uma dessas abordagens na compreensão do mundo contemporâneo. A interpretação no direito é fundamental para a aplicação das normas e a busca por justiça, enquanto na filosofia, ela permite uma análise crítica das ideias e contextos históricos. Na arte, a interpretação enriquece a experiência estética e a reflexão social. Assim, o estudo das diferentes formas de interpretação contribui para um entendimento mais profundo das complexidades da sociedade atual, promovendo diálogos entre as disciplinas e ampliando a visão sobre a realidade.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste trabalho fundamenta-se na análise de artigos jurídicos que abordam a interligação entre a interpretação do direito, filosofia e arte. Além disso, são considerados livros de renomados filósofos que discutem a hermenêutica e a interpretação em suas respectivas áreas. A pesquisa inclui uma revisão crítica das obras e teorias relevantes, permitindo uma compreensão aprofundada das diferentes abordagens interpretativas. As discussões são baseadas em conceitos centrais que emergem da literatura, promovendo um diálogo entre as disciplinas. Essa abordagem metodológica visa enriquecer a análise e proporcionar uma visão integrada das interações entre direito, filosofia e arte.

(Resultados) Os resultados podem ser vistos nas discussões sobre como a interpretação varia entre as disciplinas e como isso impacta a compreensão e a comunicação de ideias.

(Conclusão) A conclusão ressalta a relevância da interpretação em todas as áreas abordadas, destacando que uma abordagem hermenêutica pode aprofundar a compreensão do direito, da filosofia e da arte. Essa perspectiva interpretativa permite que se reconheçam as nuances e contextos que moldam cada disciplina, promovendo um diálogo mais rico entre elas. Ao integrar diferentes formas de interpretação, é possível ampliar a visão sobre questões complexas e contemporâneas, favorecendo uma análise crítica e reflexiva. Assim, a hermenêutica se revela como uma ferramenta valiosa para a construção de significados, contribuindo para um entendimento mais abrangente e interconectado das realidades sociais e culturais.

Palavras-chave: interpretação; direito; filosofia; hermenêutica; normativismo; arte; Gadamer; Schleiermacher.

UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO INSTITUTO REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PANDEMIA DE COVID-19

Autor(es):

Luiz Otávio Franco Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes, demandando respostas rápidas e eficazes da administração pública. Neste contexto, o Instituto Requisição Administrativa, previsto na Constituição Federal e regulamentado por normas infraconstitucionais, foi um mecanismo essencial para a gestão da crise sanitária. O presente trabalho investiga como esse instituto foi aplicado para mobilizar recursos privados e assegurar a continuidade dos serviços essenciais de saúde no Mundo. Com foco no contexto brasileiro, examina-se a efetividade desta medida e os desafios enfrentados durante sua aplicação, especialmente sob a perspectiva das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

(Metodologia) O trabalho utiliza pesquisa bibliográfica e documental, analisando a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 13.979/20 (Lei do Coronavírus), e decisões judiciais relevantes. Complementarmente, são realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, com foco na experiência prática de aplicação do instituto. Também são analisadas obras de doutrinadores renomados, como Maria Sylvania Zanella Di Pietro, Marçal Justen Filho e Rafael Oliveira.

(Resultados) A análise revela que a Requisição Administrativa foi essencial para enfrentar a crise ao permitir a mobilização ágil de recursos, como equipamentos e serviços de saúde. No entanto, o trabalho destaca a interferência de decisões judiciais em processos de requisição, gerando atrasos na implementação de medidas emergenciais. A necessidade de maior coordenação entre os entes federativos também foi evidenciada, assim como a relevância de uma regulamentação mais clara para evitar conflitos entre administração pública e judiciário.

(Conclusão) O estudo conclui que, apesar de sua efetividade em garantir recursos essenciais durante a pandemia, a aplicação do Instituto Requisição Administrativa enfrenta desafios operacionais e jurídicos significativos. A intervenção do STF, embora necessária para garantir a legalidade e os direitos fundamentais, por vezes atrasou decisões críticas para a saúde pública e privada. Portanto, sugere-se a regulamentação mais detalhada do instituto, a fim de melhorar a segurança jurídica e garantir maior previsibilidade em futuras crises. Além disso, é essencial fortalecer a coordenação entre os entes públicos e privados e adotar diretrizes estratégicas que assegurem o equilíbrio entre a celeridade das ações administrativas e o respeito aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: requisição administrativa; COVID-19; Supremo Tribunal Federal; saúde pública e privada; gestão de crise.

UMA ANÁLISE DOS LIMITES DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA: SERVIDORES PÚBLICOS, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ÉTICA NO MUNDO DIGITAL

Autor(es):

Ana Letícia Fernandes de Abreu Peixoto: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A liberdade de expressão aplicada aos servidores públicos – profissionais que ocupam um cargo público, que pode ser por meio de concurso público ou livre nomeação, sob um regime estatutário – é um tema novo e sensível. Uma das razões pela qual existem inúmeros debates sobre o tema é de que os atos dos servidores públicos na vida privada não possuem qualquer relação com seu cargo, contudo os reflexos desses atos põem em xeque o prestígio e a moralidade institucional. Com isso, discute-se a possibilidade da aplicação de sanções em decorrência dos atos praticados na vida privada desses servidores públicos. Mesmo sendo titulares do direito à liberdade de expressão, esses servidores devem nortear-se pelo princípio da moralidade, até mesmo em suas condutas individuais, uma vez que, suas ações, ainda que em âmbito privado, podem afetar a credibilidade estatal perante a sociedade. Contudo, a responsabilização administrativa dos servidores públicos está sujeita a certos limites e características que são definidos pelas leis e regulamentos pertinentes de cada país ou jurisdição. No Brasil, podemos dar destaque a legalidade e/ou a tipicidade, a prescrição, ao devido processo legal, a proporcionalidade das sanções, às excludentes de responsabilidade, a preservação dos direitos fundamentais, a transparência e/ou a publicidade, e a individualização da responsabilidade do servidor público. Em geral, esses limites e características refletem princípios fundamentais de justiça e legalidade na relação entre o Estado e seus servidores públicos, os quais irão servir como base para uma análise mais detalhada que será desenvolvida ao longo do trabalho.

(Metodologia) Adotou-se natureza qualitativa, com base em levantamentos bibliográficos, bem como, foi utilizado doutrina e legislações.

(Resultados) Os servidores públicos enfrentam diversos desafios ao expressarem opiniões ou interações nas redes sociais, devido às complexidades éticas e legais associadas à sua atividade funcional, pois eles precisam equilibrar sua liberdade de expressão com seus deveres institucionais. Dessa forma, suas opiniões pessoais podem ser interpretadas como representativas da posição da instituição para a qual trabalham, o que pode gerar conflitos ou mal-entendidos. Sendo assim, as declarações feitas por eles de forma online, podem impactar na reputação e na imagem da instituição pública em que trabalham. Existe uma responsabilidade institucional em manter uma imagem pública positiva e em conformidade com os valores e objetivos da organização.

(Conclusão) Servidores enfrentam desafios ao se expressar online, pois suas opiniões podem ser associadas à instituição, exigindo equilíbrio entre liberdade de expressão e deveres. Declarações online podem afetar a imagem da instituição, que tem responsabilidade em manter uma imagem positiva. Políticas claras e treinamento são cruciais para ajudar servidores a navegar eticamente no ambiente digital, protegendo interesses institucionais e individuais.

Palavras-chave: servidores públicos; liberdade de expressão; responsabilidade administrativa; ambiente digital; rede sociais.

VÍDEO DA ATIVIDADE 4 SOBRE O PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR UNIDADE II

Autor(es):

Luís Henrique Trindade de Azevedo Leitão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A proposta do programa é incentivar mulheres após os 60 anos a iniciarem a prática das atividades físicas como forma de melhorar sua saúde, bem estar, longevidade e qualidade de vida. o meu público alvo serão 4 idosas que são minha minha vó e mais 2 tias minhas de 62 e 78 anos respectivamente. O foco do programa é que por meio do início das atividades físicas por parte delas , elas possam melhorar sua saúde , longevidade e bem-estar, nisso começando a fazer exercícios em academias , personal funcionais , corridas na rua e fazendo dietas para se alimentar. O que eu espero com esse programa é que elas consigam por meio desse programa melhorar sua saúde e bem estar como também a longevidade delas por meio de uma alimentação regrada e exercícios físicos , já que as participantes são hoje sedentárias.

(Proposta do roteiro) É relevante que o idoso perceba que esta etapa de vida tem suas limitações, mas que um vir a ser é totalmente possível, para isso a rede de atenção a este público deve ter propostas que estimulem o protagonismo, a criatividade, para que este processo seja vivenciado com vitalidade, mantendo a curiosidade, a descoberta e a aprendizagem de novas coisas. Mas para que isso seja possível é necessário compreender o idoso em suas diversas formas de ser e respeitando as suas maneiras de viver. Ou seja, deve atentar-se para as suas memórias.

(Efeitos esperados) Neste programa foi desenvolvida e praticada uma mudança total nos hábitos alimentares das 3 participantes, onde as 3 começaram a frequentemente ir aos médicos geriatra e cardiologista de excelente qualidade em Natal - RN , mudaram seus hábitos alimentares , pois é importantíssimo no caso de pessoas dessa idade terem uma dieta para a prevenção de doenças , já que no caso das 3 , elas são tem problemas relacionados à asma, diabetes e pulmão , já que uma das participantes é fumante.

VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: A CONDENAÇÃO MIDIÁTICA E SOCIAL ANTECIPADA

Autor(es):

Gabrielle Teixeira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Expresso na Constituição Federal Brasileira, de 1988 (art. 5º, LVII), bem como em inúmeros tratados internacionais, o princípio da presunção de inocência, resguarda a garantia de não-culpabilidade do indivíduo, até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. No entanto, a mídia ao expor um caso criminal, acaba vinculando a imagem do investigado à autoria do crime, maculando a reputação do cidadão. A exemplo do caso da Escola Base, de 1994, onde uma instituição de ensino infantil, na capital paulista, foi apontada injustamente como local de pedofilia, se tornando palco de inúmeras manchetes sensacionalistas, que influenciaram na condenação social antecipada dos envolvidos, sem sequer haver provas concretas da culpabilidade. Logo, fica o seguinte questionamento: a exposição midiática do investigado representa uma ameaça significativa à presunção de inocência?

(Metodologia) Com a finalidade de, analisar a inobservância da não-culpabilidade do indivíduo, pelos meios de informação e da sociedade em geral, a respectiva pesquisa aplicou o método dedutivo, tendo como base a pesquisa descritiva, com estudo de caso. Utilizou-se como procedimento, a análise de doutrinas jurídicas, a Constituição Federal vigente do país, o Código de Processo Penal e documentos eletrônicos.

(Resultados) É possível afirmar que, embora seja aplicável no âmbito do direito processual penal, o princípio da não-culpabilidade, é de natureza constitucional e está intrinsecamente ligado à dignidade da pessoa humana. Sua observância é fundamental, não apenas durante a persecução penal, mas também, como uma forma de tratamento do investigado, ou até mesmo do indiciado. Infelizmente, o jornalismo criminal tende a não portar-se de maneira adequada para com este, de modo a extrapolar os limites éticos, infringindo o direito fundamental do cidadão. Além do mais, a retratação indireta do investigado como culpado, antes de um veredicto legal ser emitido, pode levar à estigmatização do indivíduo, impactando negativamente sua reputação, saúde mental e até mesmo num julgamento justo. Somado a isso, evidencia-se com o caso da Escola Base, que um veículo de informação ao disseminar informações inverídicas ou mal apuradas, pode promover à condenação e exclusão social dos envolvidos na notícia, e tais consequências, muitas vezes são irreparáveis para aqueles que tiveram seu direito violado. Por isso, o caso em tela, serve como um alerta para os possíveis danos trazidos pela exposição midiática na sociedade contemporânea.

(Conclusão) Em virtude dos fatos mencionados, constata-se que há desrespeito à presunção de inocência do investigado, de forma extrajudicial, por parte da mídia sensacionalista, que executa seu trabalho e exerce seu direito de livre expressão, sem responsabilidade e ética, visando apenas os lucros, e conseqüentemente, causando prejulgamentos ao caráter do sujeito. Além de, influenciar na imparcialidade do processo penal judicial. Por fim, seria interessante a adoção de medidas inibidoras da divulgação excessiva de informações, em fase de investigação do crime, onde ainda não se tem a autoria e materialidade verificadas.

Palavras-chave: presunção de inocência; exposição midiática; investigado.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO COTIDIANO

Autor(es):

Rafael Ribeiro Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Henrique Carvalho Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Caua Gurgel Pegado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Gabriely Faça de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Fonseca Cardoso: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência contra mulher é um problema recorrente em todos os países, possuindo diversos tipos, como violência física, patrimonial, psicológica ou sexual. A agressão doméstica familiar contra a mulher atinge 29% da população feminina brasileira. É uma questão de não cumprimento das normas eficientemente de saúde e segurança pública. Visto que o objetivo da saúde pública é garantir o bem-estar mental, físico e social por meio de um conjunto de medidas executadas pelo estado. Logo, as autoridades competentes não exercem em totalidade as suas devidas funções como por exemplo, penas mais rígidas para aqueles que cometem crimes de violência contra mulher.

(Metodologia) Trata-se de um estudo teórico baseado em pesquisa bibliográfica, que consiste em ler, refletir e dissertar sobre o tema em questão. Foram analisados os dados mais recentes da literatura, obtidos através de artigos publicados em base de dados científica sobre o tema. Dedicou-se ao estudo e análise para construção e aprimoramento dos fundamentos teóricos e resultados.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos foi perceptível que 42% das mulheres que sofrem violência física com seus parceiros conjugais, relatam ferimentos graves isso, segundo a pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher (PCSVDF). A violência física é o ato da agressão corporal seguidos de murros, tapas, surras e utilização de objetos cortantes, como facas, tesouras, canivetes entre outros. Por consequência as vítimas da violência conjugal possuem quadros expressivos de doenças psicológicas, como ansiedade, depressão e síndrome do pânico. Assim, muitas mulheres para tentar lidar com o trauma buscam conteúdos tóxicos como álcool e drogas, desse modo contraindo vícios que as levam a se afastar da família, amigos e vida profissional. Conforme o ministério da saúde do Brasil, 20% das mulheres vítimas de violência conjugal recorrem a estas substâncias e ficam viciadas sem qualidade alguma de vida.

(Conclusão) A grande parcela de mulheres vítimas de violência doméstica, não constata os primeiros sinais de agressão. Essas agressões consistem em: gritos cada vez mais frequentes por parte do cônjuge (Violência Verbal); o poder de manipular a mente da companheira para se afastar dos familiares e amigos, alegando ser o melhor para a relação conjugal (Violência psicológica); o poder de convencimento ao ato sexual, induzindo a vítima, por meio de palavras harmônicas e delicadas, a realizar a prática sexual que anteriormente ela não estava de acordo, ainda que fosse exercida com seu companheiro (Violência sexual). Portanto é possível concluir que a dependência emocional é o fator principal para não percepção das agressões ocasionadas, tendo em vista que, em diversos relacionamentos, a violência está presente de forma oculta, onde a agressão é confundida com demonstração de amor, ou, simplesmente, estão tão apaixonadas que não conseguem enxergar os ataques aqui citados. Apesar desses desafios é importante não só o acolhimento, mas o envolvimento de todos nesta causa, seja apoiando ou orientando.

Palavras-chave: violência doméstica; violência contra mulher; violência por parceiro íntimo; dependência emocional.

VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA QUESTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Clara Iasmin da Silva Amancio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência sexual é um problema alarmante e recorrente no Brasil, especialmente contra mulheres e meninas. No estado do Rio Grande do Norte (RN), essa questão tem alcançado proporções preocupantes, com um aumento significativo nos registros de estupro e abuso sexual. A violência sexual não apenas fere os direitos humanos, mas também impacta de maneira devastadora a saúde física e mental das vítimas. Diante disso, este artigo pretende analisar o aumento dos casos de violência sexual no RN, destacando o perfil das vítimas, as consequências psicológicas e físicas dessa violência, e as ações públicas e privadas adotadas para combater o problema.

(Metodologia) Para a realização deste estudo, foi conduzida uma pesquisa documental extensiva, abrangendo dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública e relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS). Foi realizada uma análise minuciosa das estatísticas mais recentes sobre violência sexual no RN, incluindo a natureza dos crimes e o perfil das vítimas. Além disso, foi conduzida uma revisão bibliográfica detalhada de estudos acadêmicos e legislações relacionadas à proteção das mulheres. A abordagem metodológica adotada visa garantir uma compreensão ampla e detalhada dos dados e das políticas públicas existentes, permitindo a formulação de críticas e sugestões embasadas.

(Resultados) Os resultados da análise revelam um crescimento alarmante nos casos de violência sexual no RN. Em 2023, o estado registrou 1.242 casos de estupro, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Dentre esses, 78% envolveram estupro de vulneráveis, sendo as vítimas principalmente meninas menores de 14 anos. O ambiente familiar foi identificado como o local mais comum para a prática desses crimes, sendo 64% dos agressores familiares próximos das vítimas. Esse padrão revela não apenas a fragilidade das vítimas, mas também o caráter oculto e silencioso dessa violência. Além das consequências imediatas, as vítimas enfrentam sérios problemas de saúde física e mental. De acordo com a OMS, os impactos incluem gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, disfunção sexual, depressão, transtorno por estresse pós-traumático (TEPT) e comportamento suicida. A gravidade dessas consequências reforça a necessidade de ações integradas de apoio e tratamento para as vítimas.

(Conclusão) A violência sexual contra mulheres e meninas no Rio Grande do Norte continua a crescer em uma taxa alarmante, exigindo uma resposta rápida e eficaz das autoridades e da sociedade civil. Os dados revelam que as políticas atuais, embora fundamentais, são insuficientes para conter a escalada de crimes, especialmente quando envolvem menores de idade. Para enfrentar essa realidade, é imperativo que o estado fortaleça as redes de atendimento, amplie o acesso a serviços de saúde mental e jurídica, e implemente programas de educação sexual que permitam às crianças e adolescentes reconhecer e evitar situações de abuso. Medidas preventivas e de conscientização também devem ser priorizadas, para que a cultura de silêncio que perpetua a violência sexual seja rompida. Com uma abordagem integrada e um compromisso contínuo com a proteção das mulheres, é possível reduzir significativamente os índices de violência sexual no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: violência sexual; Rio Grande do Norte; mulheres.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

2024

GRADUAÇÃO ENGENHARIA CIVIL

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



ESTUDO SOBRE O USO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS INTELIGENTES PARA CONTROLE E MONITORAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA EM RESIDÊNCIAS.

Autor(es):

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho foi analisado que o consumo de água em residências tem sido um foco crescente de preocupação à medida que os recursos hídricos se tornam mais escassos em muitas regiões do mundo. Tecnologias como os sistemas hidráulicos inteligentes oferecem novas formas de monitorar e controlar o uso de água, permitindo uma gestão mais eficiente e sustentável. Esses sistemas utilizam sensores e automação para detectar vazamentos e otimizar o consumo em tempo real, proporcionando tanto benefícios ambientais quanto econômicos. Com isso, o artigo busca investigar o impacto desses sistemas e as possíveis melhorias na eficiência do uso da água em residências.

(Metodologia) O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, analisando publicações científicas, relatórios técnicos e documentos normativos que abordam o desenvolvimento e a aplicação de sistemas hidráulicos inteligentes. Foram examinados artigos que discutem os componentes e tecnologias utilizadas nesses sistemas, como sensores de fluxo de água, medidores inteligentes e sistemas de automação. Do mesmo modo, foram revisados estudos de viabilidade econômica e ambiental publicados em revistas especializadas para identificar os potenciais benefícios e os desafios associados à implementação desses sistemas em diferentes contextos.

(Resultados) Os resultados esperados do estudo além da diminuição dos custos com a conta de água, esses sistemas também contribuem para a preservação dos recursos hídricos, um benefício importante em regiões que enfrentam escassez de água. A automação em sistemas hidráulicos não se limita apenas à simplificação de processos, mas visa à maximização da eficiência operacional, onde podemos monitorar de maneira constante o fluxo de água, pressão e outras variáveis, permitindo ajustes em tempo real. A utilização desse sistema pode reduzir o desperdício de água em até 30%, dependendo da configuração do sistema e das condições da infraestrutura hidráulica. Entretanto, um dos principais obstáculos a ser enfrentado é a complexidade dos sistemas hidráulicos, que exigem conhecimento técnico especializado para o projeto, instalação e manutenção. Além disso, para uma adoção mais ampla, o custo inicial de instalação acaba se tornando um empecilho, especialmente em países subdesenvolvidos.

(Conclusão) Contudo, pode-se dizer que o desenvolvimento de sistemas hidráulicos inteligentes com automação não apenas eleva a eficiência operacional, mas representa um passo importante em direção a uma gestão mais consciente e sustentável do consumo de água em residências, oferecendo benefícios tanto ambientais quanto financeiros. No entanto, para que essa tecnologia seja amplamente adotada, é necessário superar desafios relacionados ao custo e à complexidade de instalação. A revisão também destaca a importância de políticas de incentivo que possam facilitar a implementação desses sistemas em maior escala. À medida que a escassez de água se torna uma preocupação global, essas soluções tecnológicas têm o potencial de desempenhar um papel essencial na conservação e uso eficiente dos recursos hídricos.

Palavras-chave: sistemas hidráulicos inteligentes; monitoramento de água; controle de vazamentos; gestão sustentável; tecnologia hidráulica.

ANÁLISE DA RESISTÊNCIA A FLEXÃO DA MADEIRA

Autor(es):

Camila Mikaela Vicente do Nascimento: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) madeira é um material grandemente utilizado na construção civil e em diversas aplicações, tornando a compreensão de suas propriedades mecânicas, sobretudo a resistência à flexão, é fundamental para garantir a segurança e a durabilidade das estruturas. A flexão da madeira é um dos aspectos mais importantes na engenharia e na arquitetura, uma vez determina a capacidade de suportar cargas e a resistência do material sob diferentes condições. A flexão se refere especificamente ao comportamento da madeira quando submetida a força que causam curvatura.

(Metodologia) Para realizar esta análise, foram selecionadas amostras de diferentes espécies de madeira, incluindo Pinus e Eucalipto. As amostras foram preparadas com dimensões padronizadas e submetidas a testes de flexão em uma máquina de ensaio universal. As tensões de flexão foram calculadas utilizando a fórmula.

(Resultados) Os resultados demonstraram que a espécie de madeira tem um impacto significativo na resistência à flexão, com o Eucalipto apresentando maior capacidade de carga em comparação ao Pinus. Além disso, as variações na umidade das amostras também influenciaram diretamente os resultados, evidenciando a importância do controle ambiental nas aplicações práticas. Este estudo contribui para uma melhor compreensão das propriedades mecânicas da madeira e fornece informações valiosas para engenheiros e arquitetos na seleção adequada de materiais para projetos estruturais. Conclui-se que a resistência à flexão da madeira é um parâmetro crítico que varia conforme a espécie, e que a escolha do tipo de madeira deve ser cuidadosamente considerada em projetos estruturais. Além disso, a pesquisa sugere que estudos adicionais sejam conduzidos, incluindo efeitos de tratamento de madeiras e condições ambientais na durabilidade e desempenho mecânico a longo prazo.

(Conclusão) o entendimento flexão da madeira é fundamental para o design de estruturas eficazes e segura. Projetista e engenheiros devem considerar as propriedades mecânicas da madeira, as características da carga e as condições ambientais para garantir a integridade estrutural em projeto que utilizem esse material, Os resultados obtidos não apenas contribuem para a literatura existente sobre a mecânica da madeira, mas também fornecem subsídios valiosos para arquitetos e engenheiros na seleção de materiais adequados para construção, promovendo a sustentabilidade e a eficiência no uso dos recursos florestais.

Palavras-chave: madeira; resistência à flexão; espécie de madeira; construção civil; propriedades mecânicas.

ANÁLISE DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM AREIA E BRITA RECICLADOS

Autor(es):

Evellyne Polyanna Mendes Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Valéria Cristina dos Santos Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na construção civil, atualmente, a escassez da matéria prima como a areia e a brita e o excesso de resíduos nas obras de construção civil, geram problemas necessitando soluções sustentáveis de acordo com as políticas de proteção ao meio-ambiente. Diante desse quadro, uma opção é a utilização de areia e brita recicladas, como forma de reaproveitamento desses materiais para produção de argamassa e concreto.

(Metodologia) Foram realizadas revisões bibliográficas que utilizaram areia e brita recicladas adicionadas ao concreto em seus trabalhos, como também foi feito um corpo de prova de concreto com esses agregados reciclados, visando a obtenção de resultados de resistência à compressão e absorção de água.

(Resultados) Os resultados obtidos por meio de dois trabalhos acadêmicos pesquisados, em que se comparou a resistência à compressão de um concreto convencional (areia e brita natural) com um concreto reciclado (brita e areia 100% recicladas), feitos a partir do mesmo traço, foram obtidos valores de 41Mpa e 31Mpa, respectivamente. Percebendo-se no primeiro trabalho uma diminuição em 10 Mpa da resistência de compressão do concreto reciclável em relação ao concreto normal, que, de acordo com a NBR 6118/2014, seriam aprovados para utilização em ambientes litorâneos (40Mpa) e de respingo de Maré (30Mpa). Ao analisar o segundo estudo, em que se utilizou o traço de concreto para ambiente rural (20Mpa), feito com um corpo de prova em concreto convencional e outro com concreto feito a partir de areia e brita recicladas, o resultado da resistência-compressão do concreto normal verificado foi de 25Mpa, e, do reciclável, de 20,5Mpa, havendo então uma diferença a menor de 4,5 Mpa para o concreto feito com agregados reciclados, o que segundo a NBR 6118/2014, estaria enquadrado para concreto em ambiente urbano e rural. Em relação a absorção de água, os resultados foram de 2,2% do concreto reciclado contra 1,8% do concreto natural, sendo assim, a absorção de água foi 0,4% maior no concreto com brita e areia recicladas, ambas em conformidade com a NBR 9778. Em relação aos corpos de prova de argamassa e concreto com agregados 100% reciclados, feitos pelas autoras, em laboratório, os resultados foram 0,97% e 0,89%, respectivamente, logo, aprovados pela NBR 9778. Os resultados dos ensaios de resistência à compressão destes corpos de prova, na data da submissão do artigo ao Conic, ainda não estavam disponíveis, mas que serão estes demonstrados na data de apresentação do Banner.

(Conclusão) De acordo com os trabalhos analisados: artigo e TCC, os resultados obtidos possibilitaram compreender que o concreto feito com recursos naturais tem uma resistência-compressão superior e absorção de água inferior ao concreto reciclado. Entretanto, a utilização desse é possível, inclusive em obras de pequeno porte, promovendo uma menor exploração dos recursos naturais e a reutilização dos entulhos produzidos na construção civil, o que contribui sobremaneira para a sustentabilidade do uso de materiais na construção civil. Quanto aos ensaios de corpos de prova realizados em laboratório, feito com traço para 40 Mpa, os resultados e conclusões referentes à resistência – compressão constarão na apresentação do banner.

Palavras-chave: agregados; sustentabilidade; concreto; argamassa.

ANÁLISE DE FLAMBAGEM EM ESTRUTURAS DE MADEIRA

Autor(es):

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos tempos, a busca pela sustentabilidade vem crescendo cada vez mais e, a construção civil não fica de fora dessa, até porque é um setor bastante conhecido por trazer impactos negativos ao meio ambiente, como a geração de resíduos, descarte incorreto de materiais tóxicos, desmatamento e, entre outros. Assim, aumentou a procura por materiais sustentáveis e, a madeira, sobretudo a madeira engenheirada, surge como um desses, visto que, contribui para a sustentabilidade. As estruturas, por sua vez, precisam ser confeccionadas para suportar carregamentos sob condições normais de uso. Diante disso, é necessário que os elementos estruturais sejam dimensionados, de tal modo que estes possam suportar os esforços, aos quais serão submetidos. Nesse sentido, um desses esforços é o de compressão, o qual pode resultar na ocorrência de flambagem em determinadas estruturas, sobretudo em pilares e, isso está diretamente ligado às dimensões do componente estrutural.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, baseia-se na revisão bibliográfica, tendo como embasamento teórico o estudo de artigos científicos, que abordam o tema sobre flambagem em estruturas.

(Resultados) A flambagem é um fenômeno que faz com que as estruturas, ao serem submetidas a uma força de compressão axial, curvem-se ao invés de se deformarem longitudinalmente, apenas. Isso ocorre quando a estrutura não é dimensionada corretamente para sustentar o devido carregamento, ou seja, quando há erros nos cálculos para descobrir a tensão crítica de flambagem do material, em que as dimensões do pilar estão diretamente ligadas a isso e, evidentemente, também é necessário deter do conhecimento sobre a intensidade prevista do carregamento que exercerá a força de compressão na estrutura. No caso das estruturas de madeira, como elas são pré-fabricadas, é preciso que sejam encomendadas com o dimensionamento correto, logo, os cálculos devem ser realizados antes da compra do material. Ademais, o tipo da estrutura (biengastada; engastada e articulada; biarticulada; engastada e livre) interfere na chance de ocorrer flambagem, pois, supondo que as estruturas possuam o mesmo comprimento, a depender do tipo de cada uma, haverá diferença no comprimento de flambagem entre elas e, conseqüentemente, o índice de esbelteza será distinto, considerando que as estruturas também disponham dos mesmos raios de giração e módulo de elasticidade.

(Conclusão) Após analisar a ocorrência de flambagem em estruturas de madeira, pode-se concluir que as estruturas devem ser planejadas com a resistência mínima para sustentar o carregamento que está previsto para ser colocado, em que deve ser considerado o dimensionamento de cada elemento estrutural, bem como, o seu tipo, seja biengastado, engastado e articulado, biarticulado, ou engastado e livre, além do seu módulo de elasticidade e, do raio de giração, pois, com essas informações, faz-se possível obter o valor da tensão crítica de flambagem da estrutura, para assim determinar se esta tem condições de sustentar a devida carga, o que impedirá o elemento estrutural de sofrer flambagem e, desse modo, evitará futuros gastos e, possivelmente, graves acidentes, que poderiam suceder se a dada estrutura viesse a flambar.

Palavras-chave: flambagem; estruturas de madeira; esforço de compressão; dimensionamento.

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DO AÇO

Autor(es):

Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com passar dos anos, os engenheiros e estudiosos vem mais a fundo em busca de aprimorar e melhorar materiais e aumentar o conhecimento da sua forma de reagir em edificações, estruturas no geral, a flambagem é um fenômeno crítico em elementos estruturais esbeltos submetidos à compressão axial, como colunas e pilares. Quando a carga de compressão ultrapassa um certo limite, o elemento pode se deformar lateralmente, levando à falha por instabilidade. O aço, um dos materiais mais utilizados em construções, apresenta alta resistência à compressão, mas está sujeito à flambagem em determinadas condições. Este trabalho visa analisar o comportamento do aço sob compressão axial, destacando o fenômeno da flambagem, suas causas, e os fatores que influenciam sua ocorrência.

(Metodologia) Inicialmente será realizada uma Revisão bibliográfica, Coleta de informações em artigos científicos, normas técnicas (NBR 8800 e Eurocode 3) e manuais de engenharia sobre o comportamento do aço sob compressão e o fenômeno da flambagem também será feito testes experimentais, Realização de ensaios de compressão em colunas de aço com diferentes esbeltezas, verificando os limites de carga antes da ocorrência de flambagem em seguida, Simulações computacionais, Utilização de software de análise estrutural para simular o comportamento de colunas de aço sob compressão, com variações na esbelteza e nas condições de contorno (apoios), e por fim realizar uma Análise dos dados, Comparação dos resultados experimentais e numéricos com os valores teóricos, verificando a aplicabilidade das fórmulas de Euler para flambagem e os coeficientes de segurança recomendados pelas normas.

(Resultados) Os testes e simulações indicaram que a flambagem ocorre em elementos esbeltos de aço quando a carga crítica de Euler é atingida. A carga crítica de flambagem, depende diretamente do comprimento efetivo da coluna, da rigidez do material (módulo de elasticidade) e das condições de apoio. Para colunas com grande esbelteza (razão entre o comprimento e o raio de giração), a flambagem ocorreu a cargas significativamente menores do que a resistência à compressão do aço. Os resultados experimentais confirmaram que o uso das equações de Euler para prever a carga crítica de flambagem é adequado para colunas com alta esbelteza, mas para colunas mais curtas ou submetidas a condições de carregamento imperfeitas, as previsões podem ser conservadoras. As simulações computacionais mostraram boa correlação com os dados experimentais, permitindo análises mais detalhadas de deformações e tensões distribuídas nas colunas.

(Conclusão) A análise de resistência à compressão do aço demonstrou que a estabilidade de colunas esbeltas é fortemente influenciada pela esbelteza e pelas condições de apoio. A flambagem pode ocorrer antes que o material atinja sua resistência máxima à compressão, sendo um fator determinante no dimensionamento de elementos estruturais esbeltos. Os resultados deste estudo reforçam a importância de utilizar coeficientes de segurança adequados e considerar a esbelteza na fase de projeto, para evitar falhas por instabilidade.

Palavras-chave: flambagem; compressão axial; aço; colunas esbeltas; estabilidade estrutural; carga crítica de Euler.

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À TORÇÃO DA MADEIRA

Autor(es):

Pedro Lourenço Bulhões Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A madeira é um dos materiais de construção mais antigos e amplamente utilizados, devido às suas propriedades mecânicas favoráveis, estética e sustentabilidade. A resistência à torção é uma das propriedades mecânicas críticas da madeira, especialmente em aplicações estruturais, onde a capacidade de suportar forças de torção é essencial para a integridade e durabilidade da construção. Este relatório aborda a análise da resistência à torção da madeira, explorando suas propriedades, métodos de ensaio e implicações práticas. A partir de pesquisas e análise de resultados podemos chegar a conclusão da mais detalhada e objetiva da análise da Resistência à Torção da Madeira e sua aplicação prática

(Metodologia) Preparação da Amostra: A amostra de madeira deve ser cortada em uma seção padrão, geralmente na forma de um cilindro ou uma barra. Instalação: A amostra é fixada em um dispositivo de ensaio que permite a aplicação de um torque controlado. Aplicação do Torque: O torque é aplicado gradualmente até que a amostra atinja o ponto de ruptura ou um limite de deformação predefinido. Medições: Durante o ensaio, são registradas as deformações angulares e o torque aplicado, permitindo calcular o módulo de torção e a resistência máxima.

(Resultados) Esses dados são fundamentais para determinar como a madeira pode ser utilizada em diferentes contextos estruturais. Os resultados do ensaio de torção são essenciais para o projeto de estruturas de madeira, como vigas, pilares e mobiliário. Conhecer a resistência à torção permite engenheiros e arquitetos projetar elementos mais seguros e eficientes, minimizando o risco de falhas estruturais.

(Conclusão) A análise da resistência à torção da madeira é um aspecto fundamental para garantir a segurança e a eficácia de estruturas de madeira. O ensaio de torção fornece informações valiosas sobre o comportamento da madeira sob cargas torsionais, permitindo um melhor entendimento de suas propriedades mecânicas. A aplicação desses conhecimentos é crucial no desenvolvimento de projetos sustentáveis e duráveis, reafirmando a importância da madeira como material de construção.

Palavras-chave: madeira.

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À TORÇÃO DA MADEIRA

Autor(es):

Pedro Lourenço Bulhões Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo do vídeo é aprofundar os estudos e conhecimentos sobre a Resistência à Torção da Madeira. Em geral, a madeira apresenta alta resistência à compressão e à tração, mas a resistência à torção pode ser significativamente afetada pela orientação das fibras. O módulo de elasticidade e a resistência ao cisalhamento são parâmetros cruciais para entender como a madeira se comporta sob torção.

(Proposta do roteiro) Neste vídeo foi explicado de forma simples e direta como a madeira se comporta em suas diversas aplicações. Em questão foi aprofundado o estudo da torção da madeira e explicando como funciona o ensaio de torção que fornece informações valiosas sobre o comportamento da madeira sob cargas torsionais, permitindo um melhor entendimento de suas propriedades mecânicas. A aplicação desses conhecimentos é crucial no desenvolvimento de projetos sustentáveis e duráveis, reafirmando a importância da madeira como material de construção.

(Efeitos esperados) Este vídeo é muito importante para conhecer mais sobre a madeira e suas propriedades e entender que a aplicação desses conhecimentos é crucial no desenvolvimento de projetos sustentáveis e duráveis, reafirmando a importância da madeira como material de construção.

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À TORÇÃO DO AÇO

Autor(es):

Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A resistência do aço é algo de extrema importância se pensarmos no meio da construção civil, visando a torção do aço, ela fala sobre a deformação que ocorre quando uma barra de aço é submetida a um torque, assim, tem uma força que tende a rotacioná-la em torno de seu eixo longitudinal, no qual é considerado um fenômeno comum nos elementos estruturais, portanto, precisa de todo estudo por trás para saber seus limites ligados a resistência e tudo mais. Inclusive, esse tipo de esforço faz com que aconteçam tensões internas, principalmente de cisalhamento, na qual são distribuídas ao longo da seção transversal do aço.

(Proposta do roteiro) Seguindo a metodologia que foi citada no objetivo acima e o que foi citado no vídeo, a proposta principal seria falar um pouco sobre o conceito da torção do aço e também falar sobre sua resistência a torção e ensaio de torção que é realizado em laboratórios. Inclusive demonstrar de forma breve e básica como funciona o ensaio, pois sabe-se que demonstrando, o entendimento torna-se mais simples.

(Efeitos esperados) Com a realização desse vídeo, o esperado é que se tenha uma boa compreensão voltada ao assunto, pois no vídeo é possível entender o conceito sobre a torção do aço, o porque ocorre, como é realizado o ensaio, e inclusive é mostrado um breve exemplo de como o mesmo é realizado, por mais que seja de forma breve e básica, a demonstração por si só facilita bastante no entendimento.

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DO AÇO

Autor(es):

Aline Estelita Silva de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Compreender e estudar o comportamento dos materiais utilizados na construção civil, tem impulsionado a busca por insumos e práticas sustentáveis e eficientes tão quanto aos materiais tradicionais no aperfeiçoamento, quanto aos novos com novas tecnologias, soluções práticas e econômicas. O uso de materiais de má qualidade nos serviços de construção, podem gerar manifestações patológicas causando danos à edificação, que inclusive, é capaz de comprometer toda a estrutura. A discrepância da flecha dos blocos e suas dimensões pode acarretar fissuras nas alvenarias de vedação, além da sua resistência à compressão afetar diretamente na resistência ao cisalhamento das alvenarias, provocando deformações da estrutura (Thomaz, 2009).

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, baseia-se na revisão bibliográfica, tendo como embasamento teórico o estudo em Biblioteca virtual, websites e acervo físico.

(Resultados) A tração do aço é a capacidade de um item feito de aço suportar uma determinada força de tração. A resistência à tração é uma das propriedades mais importantes do aço, pois permite que ele seja utilizado em situações extremas, como solda e altas temperaturas, sem deformar ou perder a sua função. O ensaio de tração é um teste mecânico que avalia a resistência e a ductilidade do aço, sendo uma etapa essencial para garantir a segurança e qualidade de produtos e processos industriais. O ensaio consiste em aplicar uma carga uniaxial em um corpo de prova padronizado até que ele se fracture. A resistência à ruptura por tração ou compressão dos aços utilizados em estruturas pode variar entre 300 e 1200 Mpa. O aço 1045, por exemplo, é um aço de médio carbono com alta resistência à tração e dureza, sendo muito utilizado em peças estruturais, eixos e engrenagens. Na construção civil, o aço é frequentemente usado devido ao seu alto limite de resistência à tração, permitindo que ele suporte grandes cargas estruturais, como pontes e edifícios. A análise de resistência a tração, é feita mediante ensaio em laboratório com a aplicação de uma carga uniaxial que provoca o alongamento paralelo ao eixo de aplicação da carga em um corpo de prova padronizado até a fratura. É de suma importância saber a capacidade de resistência dos materiais usados diretamente e como composição em concretos e outros.

(Conclusão) Esta pesquisa ratifica a importância dos testes laboratoriais dos materiais, justificando e comparando que no quesito custo versus benefício, esse procedimento tecnológico se faz necessário para garantir a segurança dos processos construtivos e sua vida útil e sustentável.

Palavras-chave: construção civil; sustentável; processos; aço; materiais; tecnológico.

ANÁLISE DE VIGAS ISOSTÁTICAS RETAS SOB CARGAS DISTRIBUÍDAS E PONTUAIS

Autor(es):

Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Brenda Vieira Costa Fontes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A avaliação de vigas isostáticas é um passo crucial na investigação da resistência dos materiais e da mecânica das construções. Uma viga é classificada como isostática quando suas reações de apoio podem ser determinadas apenas através das equações de equilíbrio estático, sem a necessidade de recorrer a equações de deformações ou métodos extras. A isostaticidade assegura o equilíbrio estrutural sem a presença de redundâncias internas. As cargas aplicadas nas vigas podem ser distribuídas ao longo de sua extensão ou aplicadas de maneira pontual, gerando esforços internos, tais como momentos de flexão, forças cortantes e deslocamentos. Entender o impacto dessas cargas na viga é fundamental para assegurar a segurança e eficácia das construções.

(Metodologia) A metodologia adotada envolve as seguintes etapas: – Definição do Problema: Seleção de uma viga isostática e identificação das cargas aplicadas. – Desenho do Diagrama de Corpo Livre: Representação das forças e momentos atuando sobre a viga. – Cálculo das Reações de Apoio: Aplicação das equações de equilíbrio para determinar as reações. – Cálculo dos Esforços Internos: Determinação dos esforços cortantes e momentos fletores em seções específicas da viga. – Construção dos Diagramas de Esforços: Criação de diagramas de cortante e momento ao longo do comprimento da viga. – Cálculo da Deflexão: Aplicação de métodos para determinar a deflexão máxima da viga.

(Resultados) Os resultados esperados da análise são: Reações de Apoio: A partir das equações de equilíbrio, serão obtidas as reações de apoio em vigas submetidas a cargas distribuídas e pontuais. Em uma viga simplesmente apoiada, a soma das reações verticais deve ser igual à força total aplicada, garantindo o equilíbrio estático. Diagrama de Esforços Cortantes: Para cargas distribuídas uniformes, espera-se que o esforço cortante varie de forma linear ao longo da viga. Em vigas com cargas pontuais, haverá saltos nos valores de esforço cortante nos pontos de aplicação das cargas. Diagrama de Momentos Fletores: O momento fletor varia de acordo com a carga aplicada. Em cargas distribuídas, o diagrama de momentos fletores terá uma forma parabólica, enquanto em cargas pontuais, o momento varia linearmente entre os pontos de aplicação das cargas. Deflexão Máxima: A deflexão máxima, que ocorre no ponto de maior flexão da viga, será calculada utilizando a equação da linha elástica. Para cargas distribuídas, a deflexão máxima geralmente ocorre no meio da viga. Em vigas com cargas pontuais, a deflexão será máxima perto dos pontos de aplicação das cargas. Esses resultados serão fundamentais para o dimensionamento estrutural, garantindo que a viga possa suportar as cargas sem falhas estruturais ou deformações excessivas.

(Conclusão) A análise de vigas isostáticas sob cargas distribuídas e pontuais é um passo crucial no dimensionamento de estruturas seguras e eficazes. A partir do cálculo das reações de apoio, esforços cortantes, momentos fletores e deflexões, é possível garantir que a viga atenda aos critérios de segurança e desempenho. O estudo das vigas isostáticas oferece uma base sólida para o entendimento dos comportamentos estruturais sob diferentes tipos de carregamento, contribuindo para a elaboração de projetos eficientes e seguros.

Palavras-chave: vigas isostáticas; cargas distribuídas; cargas pontuais; esforço cortante; momento fletor; deflexão.

ANÁLISE DO REVESTIMENTO CIMENTÍCIO MOUNTED STONE: FABRICANTE GAUSS PARA FACHADAS

Autor(es):

Cristiane Rodrigues da Silva Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Evellyne Polyanna Mendes Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Valéria Cristina dos Santos Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A fábrica Gauss, de revestimentos, desenvolveu o revestimento cimentício Mounted Stone para uso em fachadas, que une as características naturais e rústicas em alusão às pedras naturais, para uso em ambientes internos e externos. Em termos normativos, os revestimentos de parede, sejam eles cerâmicos, laminados, ou de outros materiais, devem atender, no Brasil, às normas ABNT NBR 13755 (Revestimentos cerâmico de fachadas e paredes externas utilização de argamassa colante), 14081-1 (Argamassa colante industrializada para assentamento de placas cerâmicas), 8890 (Tubo de concreto de seção circular para água pluvial e esgoto sanitário – Requisitos e métodos de ensaios) e 13528 (Revestimento de parede de argamassas inorgânicas – Determinação da resistência de aderência à tração).

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a realização do ensaio de absorção de água e resistência de aderência à tração em laboratório, através de amostras do revestimento.

(Resultados) Foi realizado o ensaio de aderência e de absorção de três amostras do revestimento cimentício Monted Stone, da fabricante Gauss. O resultado de absorção média foi de 6,12%, que está de acordo com a norma ANBT NBR 8890, mas o revestimento não tem composição totalmente cimentícia, não tendo limite normativo, pois é um produto híbrido. Em relação à resistência de aderência à tração, realizada em laboratório, os resultados foram de 1,50 e 1,41, para o uso de argamassa AC II; e de 2,41 e 1,66, para argamassa AC III, estando aprovados conforme a ANBT NBR 14081-1. Quanto aos parâmetros de espessura da amostra, não existindo normatização quanto à espessura padrão, pode-se fazer um comparativo entre a amostra e um revestimento cerâmico padronizado, em que observou-se que a amostra é na ordem de 3 vezes mais espessa que um revestimento cerâmico padronizado.

(Conclusão) O revestimento analisado foi classificado como cimentício pelo seu fabricante, mas na realidade é um produto com composição híbrida, não tendo assim, limite a ser enquadrado nas normativas vigentes. Nesse aspecto, tendo como pontos deficientes a não existência de ranhuras, grande espessura e presença de material semelhante a celulose, além de concreto, local onde ocorreu o descolamento do revestimento no ensaio de aderência, com influência do peso da amostra. Portanto, não se recomenda a aplicação do revestimento Monted Stone em fachadas, pois o mesmo não tem respaldo normativo, possuindo características inferiores aos revestimentos tradicionais cerâmicos existentes em fachadas.

Palavras-chave: revestimento; fachada; aderência.

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DE UMA AMOSTRA DE SOLO

Autor(es):

Ricardo Luiz dos Santos Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho a seguir, refere-se ao ensaio de análise granulométrica baseado na ABNT NBR 7217/87, com seu método de ensaio sendo baseado na ABNT NBR 7217/87. Conforme o manual de instruções fornecido pelo professor Werner, foi utilizado nesse experimento 2kg de sedimento arenoso como material a ser analisado, além do jogo de peneiras padronizado para todos os grupos (4,75mm; 2mm; 1,18mm; 0,6mm; 0,425mm; 0,3mm; 0,15mm e 0,075mm) segundo a orientação da técnica de laboratório

(Metodologia) Antes da amostra ir para as peneiras é necessário tirar a umidade presente naquela amostra de sedimento arenoso. Com isso, deixamos a amostra dentro de uma estufa a 60° durante 24 horas. Quando essas 24 horas se passam, é hora de homogeneizar a amostra, e em seguida, dividi-la em partes iguais no quarteador. Feito isso, pesa-se a amostra que deverá conter 1kg em cada bandeja e em seguida passaremos a amostra de uma dessas bandejas para o jogo de peneiras que será submetido à agitação durante 10 minutos para que o material seja distribuído pelas peneiras, e assim, conseguimos realizar a análise granulométrica.

(Resultados) Do um quilo que foi despejado no jogo de peneiras, observou-se que essa amostra ficou distribuída da seguinte forma: 47g ficaram retidos na peneira de 4,75mm; 102,2g ficaram retidas na peneira de 2mm; 159,2g ficaram retidos na peneira de 1,18mm; 478,3g ficaram retidos na peneira de 0,6mm; 128,3g ficaram retidos na peneira de 0,425mm; 46,2g ficaram retidos na peneira de 0,3mm; 22,3g ficaram retidos na peneira de 0,15mm; 2,00g ficaram retidos na peneira de 0,075mm e 0,150g ficaram depositados no fundo.

(Conclusão) Considerando os resultados expostos, torna-se claro, portanto, que a fração granulométrica preponderante na amostra é aquela que permaneceu retida na peneira de abertura 0,6 mm. Além disso, segundo o slide "Processos Pedogenéticos Solos e Sedimentos" do professor de Geologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Werner Farkatt, logo abaixo de 2,0 mm até 0,0625 mm, o solo pertence a fração granulométrica denominada de Areia, com isso, vê-se que na análise feita no laboratório, 84,86% do material estudado pertence a essa fração granulométrica.

Palavras-chave: granulometria; solos; areia.

APRIMORAMENTO DA ARGAMASSA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: EFEITOS DA ADIÇÃO DE SACO DE CIMENTO

Autor(es):

Cauã Gustavo Xavier de Holanda Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Pedro Costa do Nascimento: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A argamassa com adição de saco de cimento é um material indispensável na construção civil devido à sua versatilidade e facilidade de manuseio. É amplamente utilizada em diversas etapas de uma obra, como o assentamento de tijolos e blocos, revestimentos de paredes e acabamentos. Este estudo tem como foco analisar as características desse tipo de argamassa, compreendendo suas propriedades, misturas, e como a escolha correta dos materiais e aditivos pode impactar sua resistência e durabilidade. Com a adição de saco de cimento, é possível melhorar o desempenho do material, ajustando-o a diferentes demandas da construção.

(Metodologia) A metodologia deste estudo envolve a análise da composição da argamassa com a adição de saco de cimento, utilizando cimento Portland CP II, areia peneirada de granulometria controlada e água potável. Para garantir a coesão da mistura e a resistência desejada, a adição de um saco completo de cimento deve ser feita com o auxílio de uma betoneira de baixa rotação. A mistura deve ser realizada conforme as proporções padronizadas, como o traço 1:3 (cimento:areia), sendo ajustada de acordo com as exigências de cada aplicação. Para avaliar o impacto dessa adição, deve ser realizados ensaios de resistência à compressão e testes de impermeabilidade em corpos de prova, conforme a norma NBR 13279.

(Resultados) Os resultados desejados demonstrarão que a adição de saco de cimento na argamassa teve um impacto significativo na resistência à compressão do material. Misturas com maiores proporções de cimento terão um aumento substancial na resistência, especialmente quando combinadas com aditivos que melhoraram a trabalhabilidade e a plasticidade. A impermeabilidade também será aprimorada em misturas com maior teor de cimento, tornando essas argamassas ideais para áreas sujeitas à umidade. No entanto, é válido lembrar que o excesso de cimento pode comprometer a trabalhabilidade, exigindo a utilização de plastificantes para melhorar a aplicação. Testes de compressão após 7 e 28 dias de cura mostram que as amostras com adição de saco de cimento alcançam maior resistência em comparação às misturas tradicionais. Além disso, o ensaio de absorção de água por imersão indica uma redução na permeabilidade das amostras, o que reforça a adequação desse tipo de argamassa para ambientes externos e áreas sujeitas a infiltrações.

(Conclusão) A adição de saco de cimento à argamassa é uma técnica eficaz para aumentar sua resistência e durabilidade, tornando-a adequada para uma ampla gama de aplicações na construção civil. No entanto, é fundamental que as proporções sejam seguidas corretamente e que aditivos adequados sejam utilizados para evitar problemas de trabalhabilidade. O estudo mostrou que, quando bem dosada, a argamassa com adição de saco de cimento pode oferecer alta resistência à compressão e excelente impermeabilidade, sem comprometer a aplicação. Ainda assim, é necessário avaliar os custos e o tempo de cura mais prolongado em misturas ricas em cimento.

Palavras-chave: argamassa; saco de cimento; resistência à compressão; impermeabilidade; construção civil.

AS DIFERENTES TECNOLOGIAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA (SOLAR, ELÉTRICA E A GÁS) E SUA VIABILIDADE PARA USO EM MORADIAS, COMPARANDO EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CUSTOS

Autor(es):

José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Samih Almeida Valério dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Marcos Patrício da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O aquecimento de água é de suma importância nas casas, influenciando tanto o conforto quanto a eficiência energética. Este estudo tem como objetivo examinar e comparar as diferentes tecnologias de aquecimento de água: solar, elétrica e a gás, ressaltando suas eficácias energéticas, custos e a viabilidade de implementação em lares

(Metodologia) Iremos coletar dados sobre as vantagens e desvantagens de cada uma das tecnologias de aquecimento citadas anteriormente e fazer um comparativo expondo as vantagens e desvantagens e também a viabilidade de cada uma.

(Resultados) Aquecimento Solar: Oferece excelente eficiência energética em locais com intensa radiação solar. Embora os gastos iniciais sejam elevados, as despesas operacionais são reduzidas. A viabilidade é potencializada com a existência de incentivos por parte do governo. Aquecimento Elétrico: Apresenta facilidade tanto na instalação quanto na manutenção. Os custos iniciais são baixos e essa é sua principal vantagem, mas as despesas operacionais podem ser altas devido ao consumo de eletricidade. A eficiência pode variar conforme a fonte de eletricidade utilizada. Aquecimento a Gás: Proporciona alta eficiência energética, além de um aquecimento rápido e preciso. Os custos iniciais são moderados, e os gastos operacionais dependerão do preço do gás. É uma alternativa viável em regiões com fácil acesso ao fornecimento de gás.

(Conclusão) Em conclusão, a escolha ideal depende de fatores como condições climáticas, infraestrutura disponível, orçamento e questões ambientais. O sistema solar é o mais indicado para quem busca sustentabilidade e economia a longo prazo, enquanto o aquecimento a gás é uma alternativa eficiente em áreas com acesso a gás natural. O sistema elétrico, por sua vez, é vantajoso para instalações simples e rápidas, mas com custos operacionais mais elevados

Palavras-chave: tecnologias eficiência energética custos.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA OBRA DA ENGORDA DA PRAIA DE PONTA NEGRA

Autor(es):

Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O licenciamento ambiental é um instrumento crucial na gestão sustentável de obras que podem impactar o meio ambiente, visando minimizar danos e garantir a conformidade legal. A obra de engorda da praia de Ponta Negra, em Natal-RN, foi implementada para conter a erosão costeira, uma vez que a praia enfrentava uma constante redução de faixa de areia, com implicações sociais, ambientais e econômicas. A execução desse tipo de intervenção requer um acompanhamento ambiental rigoroso para evitar ou mitigar efeitos adversos no ecossistema costeiro e na população local.

(Metodologia) Este estudo baseou-se na análise documental e no monitoramento de dados ambientais referentes à obra de engorda da praia de Ponta Negra. Foram examinados documentos como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e pareceres técnicos emitidos pelos órgãos responsáveis. Além disso, foram analisados relatórios de monitoramento contínuo da qualidade da água, fauna marinha e estabilidade da nova faixa de areia. Comparou-se também a obra com projetos semelhantes em outras regiões, visando avaliar a aplicação de boas práticas ambientais.

(Resultados) Na fase inicial da obra de engorda da praia de Ponta Negra, o processo de licenciamento ambiental tem desempenhado um papel essencial na orientação das atividades. Até o momento, os trabalhos se concentram na preparação do terreno e na movimentação de areia, com medidas de mitigação de impactos ambientais sendo implementadas conforme previsto nos estudos preliminares. O monitoramento ambiental inicial indicou que a qualidade da água e as condições da fauna marinha estão dentro dos parâmetros esperados para essa fase. Ainda não houve mudanças significativas na estabilidade da faixa de areia ou na dinâmica costeira, uma vez que a obra está em estágio preliminar. No entanto, as ações preventivas, como barreiras temporárias para evitar a dispersão excessiva de sedimentos e a proteção de áreas mais sensíveis, estão sendo seguidas de acordo com as exigências dos órgãos reguladores. As expectativas são de que, com o avanço da obra, os primeiros resultados tangíveis comecem a ser observados nos próximos meses.

(Conclusão) Como a obra de engorda da praia de Ponta Negra ainda está em sua fase inicial, é prematuro avaliar completamente os impactos ambientais e a eficácia das medidas de mitigação. No entanto, os procedimentos de licenciamento ambiental têm sido seguidos de maneira adequada, o que contribui para minimizar os riscos nesta fase. A implementação das medidas preventivas e o monitoramento contínuo são sinais positivos de que a obra está sendo conduzida dentro dos parâmetros estabelecidos. À medida que a intervenção progredir, será necessário um acompanhamento rigoroso para garantir que os impactos sejam controlados e que a estabilidade da área costeira seja alcançada conforme planejado.

Palavras-chave: licenciamento ambiental; engorda de praia; Ponta Negra; impactos ambientais; gestão costeira.

BIM E A SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aline Estelita Silva de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Building Information Modelling (Modelagem de Informações da Construção), mais conhecido como ?BIM?, consiste na representação digital e tridimensional das propriedades de uma construção, sejam estas físicas ou funcionais (Leygonie Motamedie e Iordanova, 2022), incluindo as informações necessárias para o desenvolvimento de uma obra, desde sua concepção até seu desmonte, ou seja, acompanha todo o ciclo de vida da construção. Nos últimos tempos, a busca pela sustentabilidade vem aumentando de forma expressiva e, a construção civil também tem buscado incorporar esta temática na sua área de atuação, até porque é um setor bastante conhecido por trazer impactos negativos ao meio ambiente, como a geração de resíduos, descarte incorreto de materiais tóxicos, desmatamento e, entre outros. Assim, a utilização do ?BIM? pode contribuir para a sustentabilidade do projeto, pois este possibilita uma análise da eficiência energética da construção e, os impactos técnicos e financeiros de cada simulação da evolução do projeto.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho se baseia na revisão bibliográfica, tendo como embasamento teórico o estudo em websites que exploram o assunto ?BIM? e, os benefícios que este pode trazer para a sustentabilidade na construção civil.

(Resultados) A tecnologia ?BIM? engloba o ciclo de vida completo de uma edificação, desde a sua concepção, passando pelo planejamento físico da obra, orçamento, análise de sustentabilidade, gestão da manutenção e, segurança do trabalho, ou seja, contém o ciclo de vida de um projeto do 3D ao 8D (Costa, 2023). Nesse sentido, verifica-se a sustentabilidade no ?BIM? 6D, em que, faz-se possível uma gestão eficiente dos materiais, evitando que ocorra desperdício, por meio da indicação dos quantitativos no software 3D, no qual o projeto foi modelado. Além disso, a eficiência energética do projeto é analisada, a fim de que haja economia de energia elétrica, visto que a luz natural será utilizada por mais tempo, evitando o uso desnecessário de luz artificial e, para isso a incidência solar no local é verificada. O uso do ?BIM? também colabora para a manutenção do edifício a longo prazo, pois, as informações detalhadas sobre materiais e sistemas do edifício que são fornecidas, contribuem para a manutenção eficaz e, para a otimização da utilização de energia ao longo do ciclo de vida do edifício, o que favorece o prolongamento de sua vida útil.

(Conclusão) Após a análise da utilização do ?BIM? para auxiliar na sustentabilidade em projetos de engenharia civil, pode-se concluir que esta tecnologia ajuda na otimização dos recursos naturais e, consequentemente, na redução dos desperdícios de materiais. Este processo está diretamente relacionado com a promoção do projeto integrado através do ?BIM?, no qual os participantes do projeto, sejam engenheiros, arquitetos, operadores e, entre outros, colaboram em todo o seu ciclo de vida, alinhando os objetivos de sustentabilidade em conjunto, o que coopera para o desenvolvimento de projetos mais sustentáveis e eficientes. Desta forma, o ?BIM? ganha destaque na indústria da construção civil, fazendo-se essencial para a execução de edifícios responsáveis e ecológicos.

Palavras-chave: sustentabilidade; eficiência; indústria; construção civil, energia, otimização.

COMPORTAMENTO DE VIGAS INCLINADAS: ANÁLISE DE CARGAS E REAÇÕES

Autor(es):

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Brenda Vieira Costa Fontes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho foi analisado o comportamento de vigas inclinadas é fundamental na engenharia civil, pois essas estruturas são amplamente utilizadas em edificações e pontes. Este artigo aborda a interação entre as cargas aplicadas e as reações resultantes em vigas inclinadas, explorando os princípios da mecânica dos sólidos e as metodologias de cálculo. A pesquisa investiga como diferentes condições de carga e ângulos de inclinação afetam a performance e a segurança das vigas, além de compará-las com vigas horizontais, contribuindo para um melhor entendimento e otimização de projetos estruturais.

(Metodologia) A metodologia de cálculos para analisar vigas inclinadas com base nas equações de equilíbrio envolve princípios da estática. Inicialmente, identifica-se as forças atuantes, como cargas pontuais e reações nos apoios. As equações de equilíbrio são aplicadas, considerando a soma das forças verticais (y), horizontais (x) e momentos em torno de um ponto. Um sistema de coordenadas é utilizado para decompor as forças em componentes nos eixos x e y , conforme o ângulo da viga. As equações são resolvidas simultaneamente para determinar as reações de apoio e as forças internas, como cortantes, momentos fletores e esforços normais. Essa abordagem permite a análise eficaz do comportamento estrutural das vigas inclinadas sob diversas condições de carga, garantindo a segurança e eficiência dos projetos estruturais.

(Resultados) A análise dos diagramas de esforço cortante (DEC), momento fletor (DMF) e esforços normais (DEN) para vigas inclinadas revela como diferentes cargas se comportam e como a decomposição de forças é afetada pela inclinação. Para cargas pontuais, o DEC apresenta saltos abruptos e o DMF mostra picos próximos à carga, semelhante ao comportamento das vigas horizontais, mas com magnitudes que podem variar. Em cargas uniformemente distribuídas, o DEC das vigas inclinadas é linear, enquanto o DMF se torna uma curva parabólica, refletindo o aumento do momento fletor. A inclinação resulta em uma decomposição de forças que aumenta os esforços normais (DEN) devido à alteração nas reações de apoio. Em cargas variáveis, tanto o DEC quanto o DMF das vigas inclinadas apresentam formas mais complexas, evidenciando uma interação dinâmica entre cortantes, momentos e esforços normais, o que não ocorre em vigas horizontais. Esses aspectos são cruciais para o dimensionamento e a segurança das estruturas.

(Conclusão) Conclui-se a análise do comportamento de vigas inclinadas sob diferentes tipos de carga, utilizando equações de equilíbrio, proporciona uma compreensão aprofundada das forças e momentos que atuam nessas estruturas. Os resultados nos diagramas de esforço cortante, momento fletor e esforços normais evidenciam como cada tipo de carga influencia a resposta estrutural. Essa pesquisa não apenas contribui para o conhecimento teórico, mas também oferece diretrizes práticas para engenheiros, destacando a importância de uma análise rigorosa na concepção de projetos que envolvem vigas inclinadas e horizontais. Em suma, a correta avaliação das cargas e reações é essencial para garantir a eficiência e a durabilidade das estruturas na engenharia civil.

Palavras-chave: comportamentos; vigas inclinadas; cargas; reações; cortante; momento fletor; momento normais.

CONCRETO ARMADO VIA SECA/UMIDA

Autor(es):

Vitória Maria Gurgel Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Felipe de Oliveira Lemos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Concreto projetado é aquele pneumaticamente transportado e projetado em alta velocidade sobre uma superfície. É autocompactado e de grande resistência, o concreto projetado, também conhecido como Gunita, é uma excelente opção na construção de túneis, estabilização de encostas, reforço estrutural, paredes de contenção, piscinas e paredes de concreto armado. Portanto, ainda é, o mais indicado para concretagens urgentes em socorro de estruturas que sofreram algum tipo de dano. Segundo estudos mais profundos, essa técnica de concretagem é utilizada no mundo desde o início do século passado. Já no Brasil, o concreto projetado foi inserido construção civil na década de 1960. Levando em conta os equipamentos disponíveis atualmente, é possível definir dois tipos básicos de processo de projeção: por Via Seca e por Via Úmida.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, baseia-se em pesquisas e ensaios feitos em sala que tem o objetivo de saber a sustentabilidade e resistência do concreto projetado seco/úmido.

(Resultados) O concreto projetado via seca é uma técnica que tem transformado maneira como lidamos com contenção de encostas e outros desafios geotécnicos. Com uma grande parceria de praticidade e eficácia, essa abordagem tem se destacado como uma opção de alta qualidade para garantir a durabilidade e a estabilidade das estruturas. O concreto projetado via seca, também conhecido como concreto shotcrete, que envolve a projeção de concreto pré-misturado, em estado seco, diretamente sobre a superfície que precisa ser tratada. Essa técnica elimina a necessidade de formas tradicionais de moldagem, tornando-a eficiente e versátil. O concreto projetado via úmida ele junta a mistura do concreto com água até atingir uma consistência adequada, sendo então projetado sobre superfície que precisa ser aplicada. Essa técnica elimina a necessidade de formas convencionais de moldagem, permitindo a aplicação em superfícies complexas, inclinadas ou de difícil acesso. O concreto projetado via úmida é utilizado em projetos de revestimento de estruturas e reforço de superfícies. A técnica é particularmente valiosa em locais onde a aplicação convencional de concreto seria desafiadora ou impossível devido a restrições de espaço ou acesso.

(Conclusão) O concreto projetado via seca/úmida é muito utilizado nas construções civis. O concreto via seca é ideal para pequenas áreas ou locais de difícil acesso. Já o concreto via úmido é mais indicado para projetos maiores, onde a aplicação é mais rápida e contínua, mais eficiente em termos de tempo e recursos. Tendo isso são eficientes para as construções civis, com vantagens de serem mais rápidos, garante uma excelente aderência a superfícies e rochas, o menor desperdício de materiais e possui uma alta resistência. Essas vantagens, torna-se o concreto projetado uma solução tanto para construções civis de grande porte, quanto para projetos menores que exigem rapidez e qualidade.

Palavras-chave: concreto projetado.

CONCRETO AUTO-ADENSÁVEL

Autor(es):

João Gabriel De Lira Feitosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto auto-adensável (CAA) surgiu para atender à crescente demanda por maior eficiência e qualidade nas obras de construção civil. Diferente do concreto convencional, o CAA é capaz de se espalhar e preencher moldes complexos sem a necessidade de equipamentos de vibração. Esse comportamento permite uma execução mais ágil, reduz custos e melhora a segurança dos trabalhadores. Além disso, ele é especialmente útil em obras que possuem acabamentos precisos ou que possuem formas densamente armadas. A popularização do CAA reflete a busca por processos mais seguros e estruturas mais estáveis. No entanto, seu uso exige um controle rigoroso da dosagem e da fluidez, pois qualquer desvio na mistura pode comprometer suas propriedades e desempenho.

(Metodologia) Para entender o desempenho do concreto auto-adensável, foram realizados ensaios experimentais em laboratório, seguindo os seguintes procedimentos: Preparação das Amostras: Foram elaboradas diferentes formulações de CAA, ajustando a relação água/cimento e a dosagem de aditivos superplastificantes para garantir a fluidez desejada. Ensaios de Resistência: Os corpos de prova foram testados para resistência à especificação e tração aos 28 dias de cura. O módulo de elasticidade também foi avaliado para verificar a deformabilidade do material. Análise da Variabilidade: Foram investigados os efeitos de fatores como o tamanho máximo do agregado graúdo e a densidade da armadura sobre o desempenho mecânico e a fluidez do CAA. Controle Estatístico: A distribuição dos resultados foi comprovada para verificar a previsibilidade e confiabilidade das propriedades mecânicas do CAA. O estudo de conformidade com as normas técnicas para garantir a validade dos ensaios e garantir que as instruções sejam aplicáveis às condições reais da construção civil.

(Resultados) Os resultados experimentais indicam que o concreto auto-adensável possui propriedades projetadas tanto no estado fresco quanto no suportável: Resistência Mecânica: A resistência à extensão do CAA mostrou-se consistente e adequada para diversas aplicações estruturais. A análise dos dados revelou que a distribuição dos valores segue um padrão normal, diminuindo baixa variabilidade. Fluidez e Homogeneidade: O material manteve sua fluidez durante o transporte e o lançamento, sem sinais de segregação. Isso confirma que a formulação utilizada é eficiente para obras que exigem alta trabalhabilidade. Interação Aço-Concreto: Os ensaios demonstraram que a aderência entre o concreto e a armadura é garantida, contribuindo para a estabilidade e durabilidade das estruturas. Redução de Custos e Tempo: A aplicação do CAA permitiu uma execução mais rápida, eliminando a necessidade de vibração e redução do número de operários na obra. Os resultados destacam também a importância de um controle preciso da dosagem e do uso de aditivos, pois pequenas variações podem comprometer o desempenho mecânico e a homogeneidade do material.

(Conclusão) O concreto auto-adensável representa uma inovação relevante na construção civil, combinando eficiência, alto desempenho e sustentabilidade. Seus benefícios incluem uma execução mais rápida, menor uso de mão de obra e um acabamento superior em comparação ao concreto tradicional. Entretanto, a confiabilidade do material depende de um controle rigoroso de qualidade e do monitoramento cuidadoso do traço. Com base nos resultados obtidos, o CAA é uma solução eficaz para aplicações em pré-moldados, estruturas densamente armadas e reparos estruturais. Sua utilização adequada pode aumentar a produtividade das obras e garantir maior durabilidade às estruturas, tornando-o uma opção viável para atender às exigências modernas da construção civil.

Palavras-chave: concreto autoadensável (CAA); fluidez; resistência mecânica; controle de qualidade; pré-moldados.

CONCRETO COM INIBIDOR DE CORROSÃO: UMA SAÍDA PARA ESTRUTURAS MAIS DURÁVEIS

Autor(es):

*Paulo Victor Pereira Do Nascimento: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ismael Morais Silva de Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção civil enfrenta um desafio significativo: a corrosão do aço em estruturas de concreto armado. Esse problema pode comprometer seriamente a segurança e a durabilidade das edificações, levando a custos elevados com reparos e manutenção. Fatores como umidade, poluição atmosférica e o uso de sais para descongelamento no inverno aceleram a corrosão, o que torna a identificação de soluções eficazes uma prioridade para engenheiros e arquitetos. Nesse cenário, os inibidores de corrosão emergem como ferramentas valiosas. Eles ajudam a prolongar a vida útil das estruturas e a reduzir os custos associados a intervenções corretivas, proporcionando uma construção mais sustentável.

(Metodologia) Para entender melhor o tema, realizamos uma revisão sistemática de estudos e artigos que exploram os tipos e a eficácia dos inibidores de corrosão. Focamos em pesquisas que testaram aditivos, como inibidores à base de aminas e orgânicos, observando seus desempenhos em diversas condições. As amostras de concreto foram submetidas a uma série de testes, onde analisamos a resistência e a durabilidade do material frente a ambientes agressivos, como aqueles com alta umidade e presença de cloretos. Também examinamos casos práticos em obras onde esses inibidores foram aplicados, buscando entender melhor os benefícios reais, como a redução da permeabilidade do concreto e o aumento da resistência à tração.

(Resultados) Os dados coletados indicam que o uso de inibidores de corrosão no concreto pode fazer uma diferença significativa. As taxas de corrosão do aço em amostras tratadas foram drasticamente menores em comparação às que não receberam o aditivo, evidenciando a eficácia desses produtos na proteção contra a corrosão. Além disso, ao observar a penetração de cloretos, notamos que o concreto com inibidores bloqueava essa entrada de forma mais eficiente. Essas características sugerem que o uso de inibidores não apenas protege as estruturas, mas também aumenta sua resistência ao longo do tempo, resultando em uma redução considerável na necessidade de reparos. Os inibidores de corrosão não só oferecem proteção ao aço, mas também contribuem para melhorar a durabilidade do próprio concreto. Estruturas expostas a ambientes adversos, como regiões costeiras com alta salinidade ou áreas industriais com poluição acentuada, podem se beneficiar enormemente da utilização desses aditivos. Adicionalmente, a aplicação de inibidores de corrosão pode ser uma estratégia positiva em projetos sustentáveis, uma vez que a redução de manutenções e reparos contribui para um ciclo de vida mais longo das edificações.

(Conclusão) Em suma, os inibidores de corrosão representam uma inovação essencial para a construção civil. Eles não apenas aumentam a durabilidade das estruturas, mas também oferecem uma alternativa mais econômica quando consideramos os custos de manutenção que a corrosão pode acarretar. Portanto, é altamente recomendável que engenheiros e construtores considerem a utilização desses aditivos, especialmente em projetos que estejam expostos a condições adversas, proporcionando assim uma construção mais segura e com maior longevidade. A adoção de inibidores de corrosão é um passo importante para garantir que as infraestruturas urbanas possam resistir às intempéries e continuar a servir à sociedade por muitos anos.

Palavras-chave: concreto; inibidor de corrosão; durabilidade.

CONCRETO E ARGAMASSA COM ADIÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE

Autor(es):

João Victor Ferreira Felix: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Vinicius Silva Torres: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A durabilidade das estruturas de concreto e argamassa pode ser comprometida por agentes como a umidade e cloretos, responsáveis por processos de deterioração ao longo do tempo. Para mitigar esses problemas, a indústria da construção civil tem investido na adição de impermeabilizantes, que visam melhorar a resistência à penetração de água e substâncias agressivas. Porém, a eficácia desses aditivos varia conforme o tipo utilizado, a dosagem aplicada e as condições do material. Esta revisão teórica, a ser apresentada no Congresso de Iniciação Científica (CONIC) do UNI-RN, analisa pesquisas disponíveis sobre o uso de aditivos impermeabilizantes, com foco nos seus efeitos em concretos e argamassas. O estudo aborda como esses aditivos influenciam a permeabilidade, resistência mecânica e comportamento em condições reais. As fontes analisadas incluem estudos de casos práticos e ensaios experimentais publicados, revelando que nem sempre os resultados são consistentes e universais.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida a partir de uma revisão bibliográfica de estudos científicos e técnicos disponíveis em plataformas acadêmicas e institucionais. Foram utilizadas como principais fontes a pesquisa do Techcon intitulada "Avaliação da penetração acelerada de cloretos em concretos com aditivo impermeabilizante por cristalização e diferentes relações água/cimento", o trabalho do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) sobre aditivos hidrofugantes em concretos convencionais, e um estudo do Repositório Institucional da UNISC que analisou a eficiência de aditivos em argamassas de assentamento. Além disso, o site da Vedacit foi utilizado para consulta de especificações técnicas de produtos impermeabilizantes comerciais, embora não tenha havido ensaios realizados diretamente pelos autores.

(Resultados) Os estudos analisados indicam que a adição de impermeabilizantes pode, em muitos casos, reduzir a permeabilidade de concretos e argamassas. O estudo do Techcon demonstrou que aditivos por cristalização diminuíram, mas não significativamente a penetração de cloretos. No entanto, a eficácia do produto variou conforme a relação água/cimento, evidenciando que a performance não é uniforme em todas as dosagens e aplicações. Já o estudo do CONFEA apontou que, embora o aditivo hidrofugante tenha melhorado a impermeabilidade, o impacto na resistência à compressão foi inconsistente, com alguns ensaios revelando uma leve queda na resistência. No caso das argamassas, o estudo da UNISC concluiu que a eficiência dos impermeabilizantes variava conforme o tipo de argamassa e as condições de exposição, destacando a necessidade de critérios rigorosos na escolha do aditivo e sua dosagem.

(Conclusão) A revisão teórica indica que os impermeabilizantes oferecem benefícios na redução da permeabilidade de concretos e argamassas, mas seus efeitos não são garantidos em todas as circunstâncias. A eficácia dos aditivos está diretamente relacionada a fatores como a dosagem correta, tipo de concreto ou argamassa, e condições específicas de uso. Os resultados positivos em termos de impermeabilidade não são sempre acompanhados por melhorias na resistência mecânica, o que sugere a necessidade de mais estudos e testes para otimizar o uso desses produtos. Assim, é importante que construtores e engenheiros avaliem cuidadosamente a adequação dos impermeabilizantes ao tipo de obra e às condições ambientais. O estudo será apresentado no **CONIC** do UNI-RN, proporcionando uma visão abrangente sobre o tema e abrindo espaço para discussões sobre o desenvolvimento de novas pesquisas nessa área.

Palavras-chave: concreto; argamassa; impermeabilizante; permeabilidade; resistência.

CONCRETO PROJETADO PARA REVESTIMENTOS

Autor(es):

Samih Almeida Valério dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Wisley Moreira dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto projetado, também conhecido como shotcrete, tem se destacado como uma técnica eficiente e versátil no campo da construção civil, especialmente no revestimento de estruturas como túneis, encostas, barragens e outros elementos submetidos a condições severas. Sua aplicação envolve a projeção pneumática de uma mistura de cimento, agregados e aditivos diretamente sobre a superfície, proporcionando alta aderência e resistência mecânica. Além disso, o concreto projetado permite maior controle da espessura do revestimento e adaptação a geometrias irregulares, o que o torna uma escolha preferencial em obras de grande complexidade.

(Metodologia) O concreto projetado é um tipo de concreto que percorre uma tubulação e é projetado com uma alta pressão e velocidade em uma superfície, sendo compactado na mesma hora, por dispensar o uso de formas existe um grande ganho de tempo na operação. Em relação ao processo existem dois tipos: via seca e via úmida. No processo de via seca os agregados são misturados e lançados na máquina de projeção e a água é colocada com o bico de projeção. Já pela via úmida os agregados e a água são misturados previamente e depois colocadas na máquina. Vantagens do sistema via seca: 1. Tem-se no bico, o controle da água e da consistência da mistura. 2. Mais adequado para o manuseio da mistura que contenham agregados porosos e leves. 3. Permite maior comprimento do mangote. Vantagens do sistema via úmida: 1. A adição da água se controla na máquina e pode-se medir exatamente. 2. Maior certeza de que a água se mistura totalmente com os outros componentes do concreto. 3. Dá menores perdas por reflexão. 4. Produz-se menos pó durante as operações

(Resultados) O método por via úmida oferece maior controle da qualidade da mistura e melhor homogeneidade, resultando em menor dispersão de material e melhor aderência. Já o método por via seca, apesar de ser mais econômico e prático em algumas situações, pode apresentar maior variabilidade na qualidade e maior emissão de poeira. Assim, a escolha entre ambos deve considerar fatores como custo, ambiente e requisitos de desempenho.

(Conclusão) Ao comparar o concreto projetado por via úmida e por via seca, percebe-se que ambos os métodos têm características próprias que os tornam mais ou menos adequados dependendo da aplicação. O projeto projetado por via úmida geralmente oferece maior controle sobre a proporção dos materiais e a quantidade de água, o que resulta em uma mistura mais homogênea e menos desperdício de material. Além disso, a via úmida apresenta menor quantidade de pó e melhor qualidade superficial, sendo mais indicada para grandes volumes e trabalhos onde a precisão é essencial. Por outro lado, o concreto projetado por via seca é vantajoso em locais de difícil acesso e para pequenas peças de concreto, pois permite uma aplicação mais ágil e equipamentos mais compactos. Entretanto, a maior geração de pó e o controle mais difícil da água podem comprometer a qualidade final do concreto, especialmente em situações onde o controle preciso. Assim, a escolha entre os dois métodos depende das necessidades específicas da obra.

Palavras-chave: concreto projetado.

DIMENSIONAMENTO DE MARQUISES DE PEQUENO PORTE EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

Autor(es):

Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Brenda Vieira Costa Fontes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O dimensionamento de marquises em edifícios residenciais é uma questão relevante na arquitetura e na engenharia civil, especialmente quando se considera a proteção contra intempéries e a estética do projeto. Marquises, além de oferecerem abrigo a pedestres, contribuem para a eficiência energética dos edifícios e a proteção das fachadas. Por conseguinte seu dimensionamento adequado é crucial para garantir a segurança e a durabilidade das estruturas, evitando problemas como deformações e falhas. Este trabalho busca analisar os critérios técnicos para o dimensionamento de marquises de pequeno porte, propondo diretrizes que assegurem a eficácia em conformidade com as normas técnicas vigentes.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida através de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais tipos de marquises, suas aplicações e as normas técnicas relevantes, como a ABNT NBR 6118, que trata do projeto de estruturas de concreto. Em seguida, foram coletados dados sobre diferentes casos de marquises de pequeno porte, incluindo dimensões, materiais e cargas a que estão sujeitas. A partir desses dados, foram elaborados cálculos estruturais para determinar as forças atuantes e as reações nos apoios. Os resultados foram comparados com os limites estabelecidos pelas normas vigentes para verificar a viabilidade de tais projetos.

(Resultados) Os resultados indicaram que as marquises, quando dimensionadas corretamente, podem suportar as cargas verticais e horizontais previstas, minimizando os riscos de falhas. Observou-se que o uso de materiais leves, como alumínio e polímeros, aliada a um design adequado, proporcionam não apenas segurança, mas também uma estética agradável. Os cálculos realizados demonstraram que a utilização de vigas com seção adequada e a consideração das cargas de vento e chuva são fundamentais para o sucesso do dimensionamento. Além disso, a pesquisa revelou que muitos projetos existentes carecem de uma análise rigorosa, o que pode comprometer a integridade das estruturas.

(Conclusão) O dimensionamento de marquises de pequeno porte é uma tarefa complexa que requer atenção a diversos fatores técnicos. Este estudo conclui que a aplicação de normas técnicas, aliada a uma abordagem sistemática na análise de cargas e materiais, é essencial para garantir a segurança e a funcionalidade dessas estruturas. Recomenda-se a implementação de diretrizes claras e a capacitação contínua de profissionais da área para assegurar que os projetos atendam às exigências legais e às necessidades dos usuários. Com um dimensionamento adequado, as marquises podem desempenhar um papel crucial na proteção das edificações e na melhoria da qualidade do espaço urbano. A continuidade de estudos nessa área é fundamental para o desenvolvimento de soluções inovadoras e eficientes.

Palavras-chave: Marquise; aplicações; projetos.

ENSAIO DE GRANULOMETRIA DE SOLOS: ANÁLISE POR PENEIRAMENTO

Autor(es):

João Victor Ferreira Felix: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Luciano Vasconcelos Alves Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Vinicius Silva Torres: Discente do curso de do UNI-RN
João Pedro Costa do Nascimento: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ensaio de granulometria de solos é uma prática essencial em várias áreas da engenharia civil e da geologia, pois permite determinar a distribuição dos tamanhos das partículas que compõem um solo. Essas informações são fundamentais para classificar o solo, prever seu comportamento em projetos e avaliar a qualidade dos materiais, especialmente em obras de construção civil e geotecnia. Compreender a granulometria facilita a tomada de decisões assertivas em relação à fundação de estruturas, compactação de aterros e sistemas de drenagem. Neste trabalho, será analisada a distribuição granulométrica de um solo extraído do tanque de areia do laboratório de Materiais de Construção da UNI-RN, utilizando o método de peneiramento, que se aplica a solos com partículas maiores, como areia e cascalho. (OBJETIVOS): O objetivo geral constitui a ação que conduzirá ao tratamento da questão abordada no problema de pesquisa, fazendo menção ao objeto de uma forma mais direta. Os objetivos específicos irão detalhar as ações necessárias para alcançar as respostas, em estreita relação com a temática escolhida e tendo como base o objetivo geral. A partir dos objetivos, torna-se possível traçar as metas a serem atingidas pela pesquisa.

(Metodologia) O ensaio de granulometria foi realizado no laboratório de Mecânica dos Solos do UNI-RN utilizando uma série de equipamentos e procedimentos específicos. Inicialmente, 3.000 kg de solo foram destorroados com o uso de almofariz e mão de grau para garantir a separação adequada das partículas maiores. Em seguida, o solo foi introduzido no quarteador, de onde se separou uma porção representativa. Essa amostra foi colocada no agitador de peneiras por 10 minutos, com uma frequência de agitação ajustada para 9. Após a agitação, a amostra resultante foi distribuída em peneiras com aberturas de diferentes tamanhos, que variavam de 50 mm a 0,075 mm. Cada porção de solo que ficou retida em cada peneira foi pesada individualmente, e os dados obtidos foram registrados. Por fim, esses dados foram organizados em uma planilha e utilizados para gerar a curva granulométrica do solo, representando a distribuição das partículas e suas respectivas proporções no material analisado.

(Resultados) Os resultados do ensaio de peneiramento mostraram a distribuição das partículas do solo entre diferentes faixas granulométricas. A curva granulométrica gerada permitiu observar que o solo é predominantemente arenoso, com uma pequena fração de partículas mais grossas (cascalho) e uma proporção menor de partículas finas. A análise desses dados possibilitou a classificação do solo conforme os critérios da ABNT para solos granulares.

(Conclusão) O ensaio de granulometria realizado no solo extraído do tanque de areia do laboratório forneceu informações valiosas sobre a sua composição e características físicas. A curva granulométrica obtida permitiu classificar o solo e entender melhor o seu comportamento em possíveis aplicações de engenharia. Esses resultados serão apresentados em formato de poster/banner no Congresso de Iniciação Científica (CONIC) do UNI-RN, demonstrando a importância do ensaio de granulometria na caracterização dos solos para aplicações práticas em obras de engenharia.

Palavras-chave: granulometria; solo; peneiramento; curva; engenharia.

EQUAÇÃO DA CONTINUIDADE DE FLUÍDOS

Autor(es):

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Pedro Maciel Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aline Estelita Silva de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) No campo de atuação da Construção Civil, a mecânica dos fluidos é a área que trata o comportamento dos fluidos em repouso ou em movimento, assim como as leis que regem estes comportamentos. Os discentes e profissionais da Engenharia Civil, assim como o público consumidor, se faz necessário compreender a dinâmica e os fatores que influenciam o comportamento dos fluidos nas instalações hidrossanitárias assim como os fluidos naturais em superfícies submersa, a exemplo as barragens. No equacionamento do escoamento de um fluido, através do método de Euler, que define o princípio da conservação de massa, extremamente importante para entendimento da velocidade do fluido em relação a sua área, como por exemplo: que fechar um pouco a saída de água de uma mangueira aumenta a velocidade de saída do líquido. Isso acontece porque, quanto menor a área de escoamento, maior a velocidade do fluido. A equação da continuidade também pode ser usada para expressar que a vazão mássica que entra é igual à vazão mássica que sai, o que indica um regime permanente.

(Metodologia) Esta análise foi realizada mediante levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisas científicos, como Biblioteca virtual, Websites.

(Resultados) Essa equação está ligada diretamente com as leis da conservação, especificamente da conservação de massa, onde fala que a quantidade de fluido que entra em um sistema deve ser igual à quantidade que sai desde que não haja acúmulo de massa no interior do sistema. Diante disso, é um princípio fundamental da física, amplamente utilizado em diversas áreas como a mecânica dos fluidos e a eletricidade, descrevendo a conservação de uma quantidade física ao longo do tempo. Essa ideia é essencial para o estudo de sistemas hidráulicos, escoamentos e outros fenômenos em que a distribuição de um fluido em movimento é importante

(Conclusão) Após analisar a equação da continuidade de fluidos, conclui-se que a quantidade de fluido que entra em um sistema fechado, é igual a quantidade sai do sistema no mesmo espaço de tempo, ou seja, a vazão de entrada precisa ser igual a vazão de saída do sistema. Nesse sentido, a vazão relaciona a velocidade do líquido e a área da seção do tubo, por isso que em um sistema que possui a área da seção em que o fluido entra, maior do que a área da seção pela qual o fluido sai, a velocidade de saída será maior do que a velocidade de entrada do fluido, logo, se há diminuição da área disponível para escoamento, a velocidade terá que aumentar e, vice-versa. Diante disso, a equação da continuidade pode ser empregada de diversas maneiras na física, engenharia e, sobretudo na mecânica dos fluidos, como em projetos do sistema de tubulação, em que a equação é utilizada para calcular a vazão e a velocidade do líquido em locais distintos do sistema de tubulação, possibilitando que o diâmetro e o comprimento dos tubos sejam dimensionados para garantir um fluxo constante e uniforme.

Palavras-chave: construção civil; engenharia; equação; fluxo; sistema.

EQUILÍBRIO DE CORPOS RÍGIDOS EM DUAS DIMENSÕES

Autor(es):

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Brenda Vieira Costa Fontes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na engenharia civil, o conceito da estabilidade estrutural é de extrema relevância, visto que está diretamente relacionado com a capacidade de uma construção de se manter estável, quando for submetida a cargas no dia a dia, o que é essencial para que seja garantida a segurança e a durabilidade da estrutura, evitando falhas que possam colocar vidas em risco e/ou acarretar prejuízos financeiros. No tema de estabilidade das construções, estuda-se sobre o equilíbrio de corpos rígidos em duas, e em três dimensões, em que são analisadas as condições necessárias para que corpos rígidos atinjam o estado de equilíbrio.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, baseia-se na revisão bibliográfica, tendo como embasamento teórico o estudo de livros, que abordam o tema de equilíbrio de corpos rígidos em duas dimensões.

(Resultados) Um corpo rígido se encontra em equilíbrio em duas dimensões, matematicamente, quando o somatório das forças nos eixos x e y , e o somatório de momentos no eixo z , são iguais a 0 ($\sum F_x = 0$; $\sum F_y = 0$; $\sum M_z = 0$). Nesse sentido, utilizam-se vinculações para promover o equilíbrio, ou seja, impedir o deslocamento das estruturas em determinadas direções. Assim, este impedimento de deslocação da estrutura, provocado pelas vinculações, concebe as reações de apoio do elemento estrutural. Diante disso, se um apoio não permite a translação (movimentos verticais ou horizontais) de um corpo em uma determinada direção, surgirá uma reação de apoio, que será uma força na direção do movimento impedido e, se o apoio impossibilita a rotação de um elemento, a reação de apoio gerada será um momento exercido sobre este. Ademais, os vínculos recebem classificações, em conformidade com a quantidade de movimentos que são obstados, que são: o apoio do 1º gênero, o qual impede o deslocamento em uma direção apenas, logo, produz só uma reação de apoio, na direção de movimento impedido; o apoio do 2º gênero, que não permite o deslocamento em duas direções, gerando duas reações de apoio, nas direções dos movimentos impossibilitados; e o apoio do 3º gênero (Engaste Rígido), que obsta o deslocamento em três direções, sendo dois movimentos de translação e um de rotação, originando três reações de apoio (duas forças e um momento), na direção e sentido contrários aos dos movimentos impedidos. Nesse sentido, os carregamentos em uma estrutura em duas dimensões, podem ser: uma força concentrada, um momento externo e/ou, uma força distribuída. As estruturas, por sua vez, podem ser classificadas de acordo com o número de reações de apoio presentes nestas, em: estruturas isostáticas, quando a quantidade de reações de apoio a serem determinadas for igual ao número de equações de equilíbrio; e estruturas hiperestáticas, quando o número de reações de apoio a serem determinadas for maior que a quantidade de equações de equilíbrio ($\sum F_x = 0$; $\sum F_y = 0$; $\sum M_z = 0$).

(Conclusão) Após analisar o equilíbrio de corpos rígidos em duas dimensões, conclui-se que as vinculações geram reações de apoio, em que, a depender do gênero do apoio, a quantidade de reações será distinta e, para estas serem definidas é fundamental a utilização das equações de equilíbrio ($\sum F_x = 0$; $\sum F_y = 0$; $\sum M_z = 0$). Além disso, quando ocorrer a análise da estrutura, deve-se verificar o tipo de carregamento que atua sobre esta, pois, é vital para que as reações de apoio sejam determinadas corretamente.

Palavras-chave: estabilidade; corpos rígidos; estruturas; vinculações; carregamentos.

EQUIVALENTE DE AREIA

Autor(es):

João Gabriel De Lira Feitosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruno Henrique Lima de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção de pavimentos e estruturas de concreto exige materiais com propriedades adequadas para garantir a estabilidade, durabilidade e desempenho. A presença de finos argilosos em agregados pode comprometer a aderência entre as partículas e reduzir a resistência mecânica dos materiais. Assim, o ensaio de equivalente de areia (EA) é fundamental para avaliar a qualidade de solos e agregados finos utilizados em obras de engenharia civil, sendo um método normatizado em diversos países. O teste mede a proporção entre areia e materiais finos prejudiciais, como argilas e siltes. Ele é particularmente importante na construção de pavimentos, pois esses materiais afetam o desempenho mecânico das camadas de base e sub-base, assim como na produção de concreto, onde finos excessivos podem comprometer a trabalhabilidade e resistência.

(Metodologia) O ensaio de equivalente de areia segue as seguintes etapas principais: Preparação da Amostra: Peneiramento do solo ou agregado para obter partículas menores que 4,8 mm (peneira #4). A amostra é seca e pesada para garantir representatividade. Preparação da Solução: A solução de ensaio é composta de água destilada, glicerina e cloreto de cálcio, que melhora a dispersão das partículas argilosas. Procedimento de Sedimentação: A amostra é misturada na solução dentro de um cilindro graduado e agitada vigorosamente por um minuto. Após a agitação, a mistura é deixada em repouso por 20 minutos. Leitura das Alturas: Mede-se a altura da camada sedimentada de areia (HA) e a altura total da mistura (HT). Cálculo do EA: O índice de equivalente de areia é calculado utilizando a fórmula apresentada anteriormente.

(Resultados) Embora o ensaio de equivalente de areia seja uma ferramenta útil para avaliar a qualidade de agregados finos e solos, ele possui algumas limitações. Primeiramente, o método não distingue entre diferentes tipos de finos (como siltes e argilas), que podem ter comportamentos distintos em termos de retenção de água e coesão. Além disso, o teste depende de fatores subjetivos, como a leitura precisa das alturas no cilindro graduado, o que pode introduzir erros. Em ambientes onde há variação significativa na composição mineralógica do solo, é recomendável combinar o ensaio de equivalente de areia com outros métodos, como a análise granulométrica e ensaios de plasticidade, para obter uma caracterização mais completa.

(Conclusão) O ensaio de equivalente de areia é um método prático e eficiente para avaliar a qualidade de solos e agregados finos utilizados em obras de engenharia civil. Seu uso é essencial para garantir a estabilidade e durabilidade de pavimentos e estruturas de concreto, evitando problemas relacionados à presença excessiva de materiais finos e argilosos. Apesar de suas limitações, o ensaio continua sendo amplamente empregado, especialmente devido à sua simplicidade e custo reduzido. A adoção de normas e limites específicos para diferentes aplicações garante que o material utilizado atenda aos requisitos técnicos e de desempenho exigidos.

Palavras-chave: equivalente de areia; agregados finos; qualidade de materiais; Engenharia Civil.

ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM AMBIENTE CONSTRUÍDO

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A eficiência energética é o uso mais eficiente da energia, ou seja, menor quantidade de energia usada, com melhores resultados, fazendo mais com menos. Este conceito pode ser aplicado em diferentes áreas, sejam, equipamentos, ou mesmo nas atividades diárias visando o corte nos custos de operação para empresas e consumidores otimizando o sistema elétrico. É a medida mais adequada porque leva a uma redução no consumo de energia, sem qualquer prejuízo para a qualidade dos serviços ou produtividade. As contas de eletricidade ficam mais baratas e a sustentabilidade está garantida.

(Metodologia) A metodologia do artigo consistiu na sistematização das diversas abordagens para alcançar desempenho térmico nas fases do projeto arquitetônico. Também foi realizado um levantamento baseado em depoimentos de pesquisadores sobre experiências em desempenho térmico, considerando as tecnologias utilizadas, os resultados obtidos e os avanços e limitações. Além disso, o artigo analisa o estado da arte das ferramentas de simulação de desempenho térmico e como estas podem ser implementadas em uma abordagem BIM.

(Resultados) O resultado do artigo sugere que a inclusão de tecnologias BIM pode trazer um grande impacto no desempenho térmico das edificações, possibilitando um melhor entendimento e apreciação das variáveis em jogo no projeto. A pesquisa ainda aponta a necessidade de um catálogo técnico que organize informações sobre materiais e componentes construtivos, viabilizando o acesso a dados importantes para a eficiência energética. Além disso, o artigo indica a necessidade de qualificação dos profissionais de arquitetura que utilizaram essas ferramentas corretamente no processo projetual.

(Conclusão) A síntese do trabalho destaca que o uso de BIM é essencial para a melhoria da eficiência energética e do desempenho térmico das obras, assim como uma postura mais integrada e mais informada no processo do projeto. O trabalho ressalta a importância de uma educação adequada para os arquitetos, na medida em que eles devem utilizar essas ferramentas efetivamente. E por fim, destaca-se a necessidade de um esforço conjunto para se superar as limitações atuais e formar uma massa crítica no campo do desempenho térmico na construção

Palavras-chave: BIM; eficiência energética; engenharia.

**ESTUDO COMPARATIVO DE MÉTODOS DE ESTIMATIVA DE ORÇAMENTOS PARA UMA UNIDADE HABITACIONAL
PADRÃO “MINHA CASA, MINHA VIDA”**

Autor(es):

Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Estudo comparativo de métodos de estimativa de orçamentos para uma unidade habitacional padrão “Minha casa, Minha vida” refere-se à escolha mais adequada para estimar custo de obras habitacionais, levando em conta diferentes critérios que afetam diretamente o planejamento financeiro e a viabilidade de projetos e que garanta uma estimativa de orçamento precisa, fácil de usar, rápida e flexível. Cada método tem suas características e limitações, o que demanda uma análise criteriosa para orientar a escolha de profissionais da construção civil.

(Metodologia) A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, aplicando cada um dos três métodos, à estimativa do custo de construção de uma unidade habitacional padrão, com área construída de 88 m². A análise comparativa foi conduzida com base em cinco critérios: precisão, facilidade de uso, tempo de elaboração, flexibilidade e custo de implementação. As etapas principais envolveram a coleta de dados de insumos e serviços, a elaboração das estimativas com base em cada método, e a comparação dos resultados obtidos. Os documentos utilizados incluíram: Planilhas e bases de dados do SINAPI, com informações atualizadas sobre custos de materiais e serviços; Planilhas de custo elaboradas manualmente no Excel, onde os dados foram personalizados de acordo com as características do projeto; Tabelas de CUB, baseadas nos valores médios por metro quadrado fornecidos por órgãos competentes, como os Sindicatos da Indústria da Construção.

(Resultados) A estimativa por metro quadrado foi a mais eficiente, oferecendo uma solução imediata para projetos que ainda estão em fase de concepção, é a melhor escolha para quem precisa de uma estimativa rápida e preliminar. A planilha de formação de preço foi a mais indicada para quem busca maior precisão e controle sobre os detalhes do orçamento, sendo ideal para projetos customizados, é mais adequada para quem precisa de precisão e controle sobre os detalhes, sendo a escolha mais apropriada para projetos personalizados e com variações específicas. O SINAPI destacou-se pela confiabilidade e abrangência, especialmente em obras públicas e projetos que necessitam de uma referência oficial. é recomendado para projetos padronizados e obras que exigem o uso de uma referência nacional confiável.

(Conclusão) A pesquisa comparativa realizada teve como objetivo principal analisar três métodos amplamente utilizados na estimativa de orçamento para a construção de unidades habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida”. A análise foi conduzida com base em critérios como precisão, facilidade de uso, tempo de elaboração, flexibilidade e custo de implementação. Os resultados revelaram que cada método possui vantagens e desvantagens em contextos distintos. A pesquisa indicou que o SINAPI é mais apropriado para obras públicas e padronizadas, a planilha de formação de preço é ideal para quem busca precisão e controle sobre os custos, enquanto a estimativa por m² se destaca em projetos que necessitam de agilidade, mas sem tanta exatidão.

Palavras-chave: estimativa de orçamento; orçamento habitacional; gerenciamento.

ESTUDO DE PÓRTICOS ISOSTÁTICOS: ANÁLISE DE ESTRUTURAS RETAS COM CARGAS VERTICAIS E HORIZONTAIS

Autor(es):

Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Arthur Macedo de Araujo Matias da Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Brenda Vieira Costa Fontes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pórticos isostáticos são estruturas amplamente utilizadas na construção civil devido à sua simplicidade de análise e eficiência estrutural. Essas estruturas são caracterizadas por ter um número de incógnitas (reações de apoio) igual ao número de equações de equilíbrio, o que permite que sua análise seja feita utilizando apenas as leis fundamentais da estática. Pórticos isostáticos podem ser submetidos a diferentes tipos de carregamentos, como cargas verticais, que simulam peso próprio ou cargas aplicadas, e cargas horizontais, como as geradas pela ação do vento. A correta análise dessas cargas é essencial para garantir a segurança e a estabilidade da estrutura.

(Metodologia) 1. Definição do pórtico isostático: O pórtico analisado consiste em uma viga horizontal e duas colunas verticais conectadas por articulações. As condições de apoio são definidas como articulação em uma extremidade e um apoio rolante na outra, garantindo o caráter isostático da estrutura. 2. Aplicação das equações de equilíbrio: “Equilíbrio de forças horizontais”; “Equilíbrio de forças verticais”; “Equilíbrio de momentos: Essas equações serão aplicadas para determinar as reações nos apoios, além de momentos fletores e forças internas nos membros do pórtico”. 3. Análise de forças internas: “Determinação de momentos fletores nos elementos do pórtico”; “Cálculo das forças normais e cortantes em cada barra, levando em consideração o efeito das cargas horizontais e verticais”. 4. Estabilidade estrutural: Análise das condições de estabilidade do pórtico sob diferentes tipos de carregamento, considerando deformações e deslocamentos, especialmente quando submetido a forças horizontais (cargas de vento).

(Resultados) Após a aplicação das cargas verticais e horizontais, as seguintes observações foram feitas: Reações de apoio: As reações verticais foram determinadas para suportar as cargas aplicadas, enquanto as reações horizontais equilibraram as forças de vento. Os momentos fletores na base das colunas foram analisados e encontraram-se dentro dos limites aceitáveis para o material utilizado. Momentos fletores: Observou-se que a maior parte dos momentos fletores ocorre na junção das colunas com a viga horizontal, especialmente quando há cargas verticais concentradas no meio da viga. Momentos de menor magnitude ocorrem ao longo das colunas quando cargas horizontais são aplicadas. Forças internas: Foram calculadas as forças normais (compressão nas colunas) e forças cortantes na viga e nas colunas. As forças normais nas colunas se mostraram significativas, especialmente sob cargas verticais, enquanto as forças cortantes variaram conforme a distribuição das cargas aplicadas.

(Conclusão) A análise de um pórtico isostático sob cargas verticais e horizontais demonstrou que a estrutura é capaz de suportar as cargas dentro dos limites de segurança, desde que devidamente projetada. O equilíbrio entre forças verticais e horizontais é crucial para garantir a estabilidade da estrutura, e a análise das reações, momentos e forças internas fornece uma base sólida para o dimensionamento de pórticos isostáticos em construções. Os resultados destacam a importância de considerar a combinação de diferentes tipos de carregamento e a necessidade de verificar a estabilidade global da estrutura. A estabilidade lateral e o controle de deslocamentos horizontais são especialmente críticos em pórticos submetidos a cargas de vento, o que exige atenção ao dimensionamento das colunas e à escolha de sistemas de ancoragem adequados.

Palavras-chave: pórticos isostáticos; cargas verticais; cargas horizontais; equações de equilíbrio; estabilidade estrutural.

IMPACTO DA PONDERAÇÃO DO TEMPO, ESFORÇO E CUSTO DE EXECUÇÃO NAS ESTIMATIVAS DA CURVA DE AVANÇO FÍSICO DE UM PROJETO DE OBRA CIVIL

Autor(es):

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inácio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo: Docente do UNI-RN

(Introdução) A curva de avanço físico é uma ferramenta essencial para o monitoramento do progresso de projetos de construção civil, fornecendo uma visão clara da relação entre o trabalho planejado e o efetivamente realizado ao longo do tempo. Essa curva reflete, de forma visual, a execução de atividades em comparação ao cronograma estabelecido, permitindo que gestores e equipes possam acompanhar o andamento do projeto e identificar potenciais desvios em relação ao plano inicial. Contudo, a precisão dessa curva depende fortemente da correta ponderação de variáveis críticas como tempo, esforço e custo de execução. Uma ponderação inadequada dessas variáveis pode distorcer as estimativas e gerar uma falsa percepção sobre o verdadeiro status do projeto, levando a decisões equivocadas e à ocorrência de riscos inesperados.

(Metodologia) A metodologia do estudo envolve uma análise comparativa baseada em dados de projetos anteriores, simulando diferentes cenários de ponderação das variáveis tempo, esforço e custo. Para isso, serão aplicadas técnicas de modelagem matemática e simulação, que permitirão ajustar as estimativas da curva de avanço físico de acordo com combinações ponderadas dessas variáveis. A análise comparativa desses cenários oferecerá uma visão mais ampla sobre quais fatores têm maior peso no sucesso do projeto em termos de prazo e orçamento, bem como a identificação de eventuais lacunas na metodologia tradicional. Além da análise quantitativa, serão realizadas entrevistas com gerentes de projetos e especialistas em planejamento, a fim de coletar insights qualitativos sobre as práticas atuais no setor e os principais desafios enfrentados na elaboração de curvas de avanço físico. Essas entrevistas visam enriquecer a pesquisa com experiências práticas e ajudar a identificar fatores que podem não ser capturados pelos dados históricos ou pelas simulações matemáticas, mas que são relevantes no cotidiano dos projetos.

(Resultados) Os dados coletados serão analisados estatisticamente, buscando identificar padrões e a eficácia das diferentes abordagens de ponderação. Espera-se que os resultados demonstrem que a correta ponderação de tempo, esforço e custo pode levar a estimativas mais precisas, contribuindo para uma melhor previsão e mitigação de riscos durante a execução do projeto. Com base nos resultados obtidos, o estudo deverá indicar quais combinações de ponderação proporcionam uma representação mais fiel do progresso real de um projeto de obra civil.

(Conclusão) Ao final, o estudo pretende oferecer recomendações práticas para a aplicação dessas ponderações em futuros projetos. Essas recomendações poderão auxiliar gestores e equipes a tomarem decisões mais informadas, aprimorando o planejamento e o controle das obras e, assim, contribuindo para uma gestão mais eficiente e estratégica. A correta ponderação das variáveis não apenas melhora a precisão da curva de avanço físico, como também facilita a identificação de possíveis gargalos e oportunidades de melhoria ao longo da execução, tornando-se uma ferramenta vital para o sucesso dos projetos de construção.

Palavras-chave: ponderação do tempo; esforço; custo de execução; curva de avanço físico.

IMPACTO DA TOPOGRAFIA NO DIMENSIONAMENTO DE ESTRADAS

Autor(es):

Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde os primórdios da humanidade, a necessidade de se locomover e chegar a lugares, sejam de perto ou de grandes distâncias, sempre esteve presente no cotidiano dos seres humanos. Com o aumento da tecnologia e avanço do conhecimento, as estradas que antes eram sem pavimentação, com curvas muito fechadas, estreitas e cheias de perigos, passaram agora a serem construídas de maneira apropriada, as curvas passaram a ter raios maiores de modo que proporcionem maior segurança aos veículos e motoristas. A topografia das regiões que vão ser utilizadas para a construção das estradas, é um dos contribuintes de extrema importância para que essas melhorias sejam feitas. A construção de uma estrada ou rodovia, deve ser feita de forma que não sejam feitas grandes mudanças à topografia do local. Ipsis litteris Pimenta e Oliveira (2004) citam: ??um bom projeto deve atender às necessidades de tráfego, respeitar as características técnicas de um bom traçado e de um bom perfil, estar em harmonia com a região atravessada e, na medida do possível, ter um baixo custo?.

(Metodologia) Sendo assim esta pesquisa bibliográfica qualitativa teve por objetivo, analisar os principais fatores da topografia que trazem influência no dimensionamento dessas estradas. Portanto essa análise de fatores, considera mostrar como a topografia é fundamental para que as estradas sejam dimensionadas corretamente e com o menor impacto ambiental possível à vegetação e relevo local.

(Resultados) A análise correta da topografia, gera para o dimensionamento do projeto, excelentes benefícios para a construção e principalmente, com a minimização dos custos com a construção e com as manutenções periódicas, quando bem analisadas, evitando retrabalho e problemas com a obra. Além de proporcionar maior segurança.

(Conclusão) Conclui-se portanto que a topografia tem grande influência no dimensionamento das estradas e rodovias, ela afeta os aspectos fundamentais como o custo da construção, o dimensionamento de traçados e as melhores rotas que geram acessibilidade, todos são fatores que podem proporcionar melhor eficiência no projeto das estradas.

Palavras-chave: topografia; estradas; traçado.

IMPACTO DAS CONDIÇÕES TOPOGRÁFICAS NA CONCEPÇÃO E EFICÁCIA DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ESTRADAS

Autor(es):

José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho foi analisada as condições topográficas que desempenham um papel crucial na concepção e eficácia dos sistemas de drenagem de estradas. Terrenos inclinados ou acidentados afetam o escoamento de águas pluviais, o que pode resultar em erosão do solo, danos à infraestrutura e aumento do risco de acidentes rodoviários. A drenagem eficiente, ajustada às particularidades do relevo, é essencial para garantir a segurança das vias e a longevidade de suas estruturas. Este estudo analisa como a topografia influencia os sistemas de drenagem e avalia soluções que melhor se adaptam a diferentes tipos de terreno.

(Metodologia) O estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica de artigos, relatórios técnicos e normas de engenharia rodoviária que tratam do tema de drenagem e topografia. Adicionalmente, foram avaliados projetos de sistemas de drenagem em estradas localizadas em diferentes contextos topográficos (planícies, vales e regiões montanhosas). Para análise de eficácia, utilizaram-se modelos hidrológicos aplicados a mapas topográficos, simulando cenários de escoamento de água sob diversas condições climáticas.

(Resultados) Os resultados indicam que terrenos com maiores inclinações exigem soluções de drenagem mais robustas, como a construção de sarjetas mais profundas e sistemas de bueiros subterrâneos. Em áreas de baixa inclinação, a drenagem superficial é geralmente suficiente. Regiões montanhosas, além de requerer sistemas de drenagem subterrânea, demandam técnicas de estabilização de taludes para evitar deslizamentos e erosões. Sistemas de drenagem mal adaptados ao relevo aumentam significativamente a manutenção das estradas e os riscos de interrupção de tráfego devido a alagamentos e deslizamentos.

(Conclusão) Conclui-se que as condições topográficas influenciam diretamente o comportamento do escoamento de águas e a escolha das soluções de drenagem em estradas. A falta de adaptação dos sistemas ao relevo local pode comprometer a segurança, durabilidade e custos de manutenção das rodovias. Portanto, projetar sistemas de drenagem com base em análises topográficas detalhadas é essencial para mitigar os efeitos adversos das águas pluviais e preservar a infraestrutura viária. A integração de técnicas de estabilização do solo e sistemas de drenagem adequados ao relevo é fundamental para garantir a eficácia e sustentabilidade das estradas. Em suma, melhorando a segurança das estradas e qualidade das estradas.

Palavras-chave: topografia; drenagem de estradas; escoamento pluvial; infraestrutura rodoviária; impacto ambiental.

IMPORTÂNCIA DO ENSAIO GRANULOMÉTRICO PARA A ENGENHARIA CIVIL

Autor(es):

Felipe Braga Brito de Macedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Gustavo Xavier de Holanda Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Evellyne Polyanna Mendes Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Valéria Cristina dos Santos Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho discorre sobre a importância do ensaio de análise granulométrica na construção civil, baseado na ABNT NBR 248/2003 (Agregados – Determinação da composição granulométrica), que tem como objetivo determinar a distribuição das diferentes tamanhos de partículas em uma amostra de solo ou sedimento, de forma a compreender sua composição, classificação, comportamento e a qualidade dos materiais utilizados, informações que são essenciais para a tomada de decisões em projetos, obras de construção, geotecnia, entre outras. O problema da pesquisa é a necessidade de conhecer a classificação correta do solo, para garantir a segurança na construção civil. Ao final, se procedeu a análise de uma amostra de solo, em termos de sua composição granulométrica.

(Metodologia) Coleta de solo de forma experimental (amostra), de acordo com a revisão literária do embasamento teórico envolvido, através de ensaio granulométrico em laboratório, em consonância com a norma técnica prevista (ABNT NBR – 248/2003).

(Resultados) Os resultados da massa do solo retido, em percentual, nas peneiras: de 2mm – 2,58%; de 1,18 mm – 3,58%; de 0,60mm – 11,76%; de 0,425mm – 14,15%; de 0,300mm – 30,43%; de 0,150mm – 29,50%; de 0,075mm – 5,46% e do fundo - 2,54%. A partir desses resultados observados, conforme a metodologia adotada, vislumbrou-se a predominância de partículas de solo nas peneiras de 0,150mm e 0,300mm, o que indica na amostra um solo com características arenosas, bem como sugere partículas de tamanho médio a fino, dentro da faixa de areia fina a média.

(Conclusão) Em síntese, os resultados obtidos estão em concordância com o arcabouço teórico relacionado, o que permitiu classificá-los de acordo com a normativa prevista da ABNT. Assim, houve o atendimento do objetivo geral e específicos, com o resultado obtido indicando que a grande parte do solo detinha características arenosas, para a amostra colhida. Não houve problemas relacionados aos procedimentos envolvidos. O grupo de discentes concorda que a realização do ensaio foi bastante pertinente, por se tratar de um ensaio simples e que é capaz de evitar diversos problemas posteriores, já que uma análise correta do solo incorre no uso correto do solo na Construção Civil.

Palavras-chave: solo; granulometria; peneiras; agregados.

LEIS DE OHM E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aline Estelita Silva de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, é quase impossível imaginar o mundo sem eletricidade, visto que, praticamente todas as tecnologias dependem dela, sejam lâmpadas, chuveiros elétricos, eletrodomésticos e, entre outras coisas que se fazem essenciais no dia a dia. Diante disso, algo fundamental para a eletricidade, são as leis de Ohm, pois, estas permitem a determinação da resistência elétrica em condutores, além de serem essenciais na análise de um circuito elétrico.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a produção deste trabalho, baseia-se na revisão bibliográfica, tendo como embasamento teórico o estudo em websites, que informam sobre a leis de Ohm

(Resultados) As leis de Ohm desempenham um relevante papel para a eletricidade, já que, tornam possível determinar a resistência elétrica em condutores. Nesse sentido, duas leis foram postuladas pelo físico alemão, Georg Simon Ohm, em que, a primeira lei estabelece que em um condutor ôhmico mantido em temperatura constante, a intensidade da corrente elétrica será proporcional à tensão (diferença de potencial elétrico) aplicada entre seus extremos, ou seja, a razão entre a tensão e a corrente elétrica é sempre constante para resistores ôhmicos. Desse modo, como nesta lei, a resistência elétrica é igual a relação entre o valor da tensão e o da corrente elétrica, a resistência será diretamente proporcional à tensão e, inversamente proporcional à corrente, logo, quanto maior o valor da resistência elétrica, maior será o da tensão e, menor será o da corrente elétrica. Além disso, a segunda lei de Ohm condiz com os fatores que influenciam na resistência elétrica, em que esta depende do comprimento, da área da seção transversal do condutor e, também da resistividade, que é uma grandeza exclusivamente associada ao material usado para produzir este condutor. Nesta lei, a resistência elétrica é diretamente proporcional ao comprimento e à resistividade do condutor e, inversamente proporcional à área de sua seção transversal, portanto, quanto maior o valor da resistência elétrica, maior será a resistividade e o comprimento e, menor a área da seção transversal do condutor. À vista disso, as leis de Ohm podem ser empregadas na verificação de valores estáticos componentes de um circuito, níveis de corrente, fontes de alimentação e quedas de tensão. Em um caso, por exemplo, no qual um instrumento de teste aferir um valor de corrente mais alto que o normal, isso pode indicar que a tensão elétrica aumentou, já que são grandezas diretamente proporcionais, ou que a resistência elétrica diminuiu, uma vez que são grandezas inversamente proporcionais, o que provoca uma situação de alta tensão, que pode ter sido motivado por um problema na fonte de alimentação ou no circuito elétrico.

(Conclusão) No campo da construção civil, o entendimento sobre os materiais a serem utilizados no processo construtivo de qualquer edifício é fundamental, da mesma forma é a Eletrotécnica e o seu estudo sobre a Lei de Ohm, que fornece as ferramentas para projetar, construir e diagnosticar circuitos, garantindo que nossos dispositivos funcionem de maneira eficiente e segura. Dentre as várias aplicações práticas dessas Leis, destacam-se o diagnóstico e reparo, regulação de Energia em residências e indústrias, desenvolvimento de novos materiais com propriedades elétricas para aplicações avançadas como supercondutores. Para profissionais, estudantes e entusiastas da eletricidade e eletrônica, dominar a Lei de Ohm é mais do que apenas aprender uma fórmula. É adquirir uma ferramenta poderosa que pode desbloquear soluções para desafios complexos, impulsionar inovações e abrir portas para novas possibilidades

Palavras-chave: circuitos; construção civil; leis; tensão; corrente; resistência; materiais.

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO COM O AUXÍLIO DE DRONE:

Autor(es APLICAÇÕES PARA O PROJETO GEOMÉTRICO DAS RODOVIAS):

Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN *Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Nos últimos anos, a utilização de drones em levantamentos topográficos tem ganhado destaque devido à sua eficiência e precisão. No contexto do projeto geométrico de rodovias, essa tecnologia oferece um método alternativo e vantajoso para obtenção de dados precisos do terreno, otimizando o planejamento, a execução e a fiscalização de obras viárias. O uso de drones permite a geração de ortofotos, nuvens de pontos e modelos digitais de terreno em alta resolução, possibilitando uma visão detalhada da área de estudo.

(Metodologia) A base teórica que sustenta o uso de drones em levantamentos topográficos envolve o estudo de princípios de aerofotogrametria e geoprocessamento, associados à coleta e processamento de dados geoespaciais. Os drones, equipados com câmeras e sensores de alta precisão, capturam imagens aéreas que são processadas para a criação de modelos digitais de terreno e modelos digitais de superfície. A metodologia descrita a seguir apresenta um foco teórico sobre o funcionamento desse processo: 1. Planejamento do voo: Definição de uma área e ajuste de parâmetros como altitude e sobreposição das imagens. 2. Execução do voo: Realização do voo com o drone, coletando imagens de alta resolução da área de estudo. 3. Processamento dos dados: Geração dos modelos digitais de terreno e da ortofoto a partir das imagens capturadas. 4. Análise e interpretação dos dados: Avaliação das informações geradas para o projeto geométrico da rodovia, como curvas horizontais, inclinações e taludes.

(Resultados) O uso de drones em levantamentos topográficos demonstram que essa tecnologia proporciona dados geoespaciais de alta precisão e resolução, fundamentais para o projeto geométrico de rodovias. A geração de modelos tridimensionais a partir das imagens aéreas permite uma análise detalhada das características do terreno, como inclinações e elevações, possibilitando a otimização de traçados e taludes. Por exemplo, em um projeto de rodovia em área montanhosa, o levantamento com drones facilitaria a simulação de diferentes traçados, reduzindo custos e aumentando a eficiência na coleta de dados em comparação com métodos tradicionais. Um caso prático do uso de drones em levantamento topográfico ocorreu durante o planejamento da Rodovia Transamazônica. Devido à densa vegetação e ao relevo acidentado da região, a equipe de engenharia utilizou drones equipados com câmeras de alta resolução para capturar imagens aéreas da área.

(Conclusão) O levantamento topográfico com drones mostrou-se uma ferramenta eficaz para o projeto geométrico de rodovias, oferecendo precisão nos dados, rapidez na coleta e redução de custos. A facilidade de acesso a áreas remotas e a qualidade dos resultados fazem do drone uma alternativa viável aos métodos convencionais de levantamento. Dessa forma, sua aplicação tem potencial para revolucionar o planejamento de infraestruturas viárias, tornando-as mais seguras e sustentáveis.

Palavras-chave: levantamento topográfico; drone; projeto geométrico; rodovias; modelo digital de terreno.

MOBILIDADE URBANA: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO VIÁRIA PARA AVENIDA POMPEIA

Autor(es):

Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mobilidade urbana é um dos principais desafios enfrentados pelas cidades contemporâneas, refletindo não apenas na eficiência do transporte, mas também na qualidade de vida dos cidadãos. Em um cenário de crescimento populacional e urbanização acelerada, a necessidade de sistemas de transportes eficazes se torna premente. A sinalização e dispositivos de controle de tráfego emergem como um elemento crucial para garantir a segurança e a fluidez no tráfego, influenciando diretamente o comportamento dos motoristas e pedestres. A Avenida Governador Antônio de Melo e Souza, popularmente conhecida como Avenida Pompéia, é um importante corredor viário localizado na Zona Norte de Natal. Com uma extensão de aproximadamente 2,30 km e uma largura média de 8,0 metros, essa avenida se destaca não apenas pela sua dimensão, mas também pela diversidade de atividades comerciais que abriga. Conforme indicado por Santos (2021), as vias urbanas desempenham um papel fundamental na dinâmica econômica de uma cidade, servindo como locais estratégicos para o comércio e a circulação de pessoas e veículos. Entretanto, a Avenida Pompéia enfrenta desafios significativos relacionados ao trânsito. Por ser uma via de mão dupla com um alto fluxo de veículos, o local frequentemente experimenta congestionamentos, especialmente em horários de pico, situação que é corroborada por estudos sobre a mobilidade urbana em grandes centros (Figueiredo, 2020). Esses engarrafamentos não apenas impactam a qualidade de vida dos usuários da via, mas também afetam o comércio local, uma vez que a fluidez do trânsito é crucial para a atratividade dos estabelecimentos. Assim, a análise da Avenida Pompéia é essencial para entender a interação entre o comércio, a mobilidade e a urbanização na cidade.

(Metodologia) Inicialmente foi realizado uma pesquisa in loco como moradores, comerciantes e frequentadores da Avenida, tendo como tema principal quais melhorias propunham para uma melhor circulação do local. Foram coletados dados através de pesquisa de contagem volumétrica. A pesquisa de contagem volumétrica classificatória consiste na observação e contabilização de todos os veículos que passam por uma seção da via por um determinado período, classificando-os pelo sistema de classificação de veículos representativos recomendado pelo Manual de Estudos de Tráfegos do DNIT (2006, p. 51 - 55). A partir dos dados das contagens volumétricas classificatórias é possível a análise dos volumes de tráfego exigentes, os horários de pico, a variação do tráfego ao longo do dia e a composição da frota. A contagem foi realizada com o auxílio de contadores manuais de tráfego, por um período de 15 minutos em diferentes horários, com isso, foram obtidos os volumes de tráfegos para cada movimento separadamente. Para uma melhor análise a contagem foi feita em todos os acessos principais da Avenida.

(Resultados) Os resultados evidenciam que o congestionamento nas vias de grande fluxo é exacerbado pela falta de faixas exclusivas para ônibus, o aumento do número de veículos particulares e a má integração entre os diferentes modais de transporte.

(Conclusão) Com base no estudo, a implementação de dispositivos de controle de tráfego, alteração de vias adjacentes e educação no trânsito são primordiais para a resolução da problemática. Essas intervenções podem contribuir para reduzir as dificuldades de circulação dos transportes públicos em horários de pico e melhorar a mobilidade urbana de forma geral.

Palavras-chave: transporte público; mobilidade urbana; tráfego.

O PAPEL TRANSFORMADOR DO ESTÁGIO NA VIDA DO ALUNO

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estágio é uma experiência fundamental para a inserção do estudante no mercado de trabalho. Ele permite que o estudante aplique os conhecimentos adquiridos na universidade em situações reais, desenvolva habilidades profissionais e estabeleça contatos com profissionais da área. Além disso é uma oportunidade para o estudante conhecer diferentes empresas e setores, o que poderão ajudá-lo a definir sua carreira. Por isso, o estágio pode aumentar as chances de o estudante conseguir um emprego após a graduação.

(Metodologia) A metodologia do presente artigo consiste em realização de uma busca exaustiva em bases de dados acadêmicas (como SciELO, Google Scholar, Scopus) utilizando palavras-chave relevantes (por exemplo, estágio, desenvolvimento profissional, inserção no mercado de trabalho). Analisando criticamente os estudos encontrados, identificando as principais teorias, metodologias e resultados. Combinar diferentes métodos de pesquisa, como a revisão da literatura, o estudo de caso e a pesquisa quantitativa. Por exemplo, realizar uma pesquisa quantitativa com um estagiário e, em seguida, realizar uma entrevista em profundidade com um subgrupo para aprofundar a análise.

(Resultados) A realização de estágio resulta em desenvolvimento de habilidades profissionais, estabelecimento de contatos com profissionais da área, conhecimento de diferentes empresas e setores e no aumento das chances de conseguir um emprego após a graduação. Vale ressaltar que o estagiário deve escolher um estágio que seja adequado ao seu perfil. Dessa forma aproveitará ao máximo a experiência, sendo participativo e proativo.

(Conclusão) Em suma, O estágio é uma experiência fundamental para a inserção do estudante no mercado de trabalho. Ele permite que o estudante desenvolva habilidades profissionais, estabeleça contatos com profissionais da área e aumente suas chances de conseguir um emprego após a graduação.

Palavras-chave: estágio; estudante; mercado de trabalho.

O USO DE PLACAS MONOLÍTICAS DE POLIESTIRENO EXPANDIDO NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Autor(es):

Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na Construção Civil, é muito comum falar-se sobre quatro pilares sob os quais os profissionais desta área estão sempre atentos em sua prática: prazo, custo, qualidade e segurança. Visando sempre aumentar a performance das estruturas e otimizar os projetos, a tecnologia tem sido uma forte aliada dos pesquisadores que estão cada vez mais empenhados em encontrar sistemas produtivos alternativos aos que são utilizados hoje. Nesse ínterim, o poliestireno expandido ? EPS, vem sendo adotado nas construções como um material alternativo por possuir propriedades desejáveis como leveza, desempenho térmico e acústico e facilidade de manuseio. O sistema construtivo de painéis monolíticos, uma das formas como o EPS é utilizado na construção civil onde se conjugam painéis de EPS com telas de aço, possui características de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico muito satisfatórios, mas, como se espera de um sistema praticamente embrionário no Brasil, ainda são observados muitos entraves quanto a mão de obra especializada, disponibilidade dos insumos em regiões mais distantes dos centros industriais e, conseqüentemente, os elevados custos associados a essa escassez.

(Metodologia) Este trabalho será realizado através de um levantamento de informações, busca de dados em trabalhos publicados em repositórios institucionais sobre as características do sistema construtivo monolítico em EPS.

(Resultados) O estudo realizado proporcionou uma análise detalhada e significativa sobre um sistema ainda pouco convencional no âmbito da construção civil, mas que se mostrou altamente promissor em diversos aspectos. Em termos de desempenho estrutural, o material utilizado apresentou características que suprem aos critérios de resistência e durabilidade. Além disso, a facilidade de aplicação do sistema representa um grande avanço para o setor, permitindo que as etapas de execução sejam realizadas de maneira mais ágil e eficiente. Outro ponto relevante é a redução significativa no tempo de execução da obra, o que pode gerar inúmeros benefícios, tanto para construtoras quanto para clientes, resultando em entregas mais rápidas e otimização dos recursos. Essa agilidade contribui diretamente para a diminuição de custos operacionais, o que se reflete no custo final do empreendimento, tornando o projeto mais competitivo no mercado. Assim, o sistema analisado demonstra não apenas potencial para inovar a prática da construção civil, mas também para atender às demandas por soluções mais econômicas, sustentáveis e eficazes.

(Conclusão) O estudo resultou em uma relevante análise acerca de um sistema ainda pouco convencional na prática da construção civil, mas que demonstrou ter muitas qualidades no que tange o desempenho estrutural do material, facilidade de aplicação, redução de tempo de obra e custo final.

Palavras-chave: sistema monolítico; poliestireno expandido; materiais; tecnologia; leveza.

PAVER DRENANTE E A SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Felipe Braga Brito de Macedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Paver Drenante é um material da área de construção civil que vem ganhando novos adeptos a cada ano. As grandes construções que estão sendo feitas sempre reservam uma área para a sua colocação. Nos últimos tempos, a busca pela sustentabilidade vem aumentando gradativamente mais e, a construção civil não fica de fora dessa, até porque é um setor bastante conhecido por trazer impactos negativos ao meio ambiente, como a geração de resíduos, descarte incorreto de materiais tóxicos, desmatamento e, entre outros. Assim, a utilização do Paver Drenante pode contribuir para a sustentabilidade do projeto caracterizando-se como uma alternativa eficiente para lidar com questões de drenagem e controle de água em ambientes urbanos e rurais.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, baseia-se na pesquisa bibliográfica, tendo como embasamento teórico o estudo em websites, que exploram o assunto de Paver Drenante e, os benefícios que este pode trazer para a sustentabilidade na construção civil.

(Resultados) Tendo em vista que o Paver Drenante é um tipo de piso ecológico por onde a água, quando em contato com ele, consegue passar para o solo com grande facilidade, ?drenando? a água, é possível utilizá-lo como solução para diminuir os problemas causados pela água da chuva, colaborando para a sustentabilidade do projeto. Na pesquisa realizada pôde-se perceber diversas vantagens para o uso do Paver Drenante nos projetos de construção civil. Dentre elas, é possível destacar que: o Paver Drenante já chega pronto ao local onde será utilizado, ele possui certa resistência, podendo suportar veículos leves; pode ser, por sua vez, previsto em um projeto de arquitetura e decoração, devido a seus modelos, suas cores e ao seu belo design; ele é um produto que não polui o ambiente, seja durante a sua formação ou mesmo depois de instalado; possui uma camada com pedras granuladas, o que ajuda no escoamento, permeabilidade e filtração da água, diminuindo a poluição e evitando alagamentos e enchentes; além de tudo, ajuda na redução da temperatura em até 7°C se comparado com asfalto comum.

(Conclusão) Após a análise da utilização do Paver Drenante para auxiliar na sustentabilidade em projetos de engenharia civil, pode-se concluir que ele é uma boa escolha para as projetos e/ou construções, que se preocupam com o meio ambiente, pois o produto possui a capacidade de não poluir, sua drenagem evita alagamentos e ainda ajuda a natureza. Ele gera menos barulho quando utilizado sob os veículos, se comparado a outros materiais como asfalto ou calçamento. E também é uma opção segura, pois além de sua drenagem, possui partes com o sistema antiderrapante. Outra qualidade a seu favor é o preço, é barato para comprar, instalar e realizar a manutenção. Assim, pode-se afirmar que o Paver Drenante ganha cada vez mais destaque na área da construção civil, até porque, atualmente, existe uma grande preocupação em desenvolver projetos responsáveis e ecológicos.

Palavras-chave: Engenharia civil; sustentabilidade; paver.

PERCEPÇÃO DO USO DAS FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ENTRE OS ENGENHEIROS DE OBRAS ATUANTES NA CIDADE DE NATAL-RN

Autor(es):

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inácio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho foi analisada o gerenciamento de projetos que é uma disciplina essencial na engenharia civil, particularmente em obras de grande porte que requerem coordenação eficaz de recursos, prazos e qualidade. Em Natal- RN, a crescente urbanização e os desafios associados ao desenvolvimento urbano destacam a importância das ferramentas adequadas de gerenciamento entre os engenheiros. Por meio deste analisamos a percepção desses profissionais sobre a utilidade, eficácia e os desafios na implementação dessas ferramentas no contexto local.

(Metodologia) A pesquisa será conduzida utilizando uma abordagem mista, combinando a análise de dados secundários e a coleta de dados primários para obter uma compreensão abrangente do uso de ferramentas de gerenciamento de projetos na área de construção civil. Inicialmente, será realizada uma análise de dados secundários sobre projetos de construção na região de Natal-RN, coletando informações relacionadas ao tipo de gestão nas obras, controle do volume de recursos investidos e prazos de entrega, com o objetivo de identificar padrões no uso das ferramentas de gerenciamento. Em seguida, a coleta de dados primários ocorrerá por meio de consultas aos profissionais de engenharia civil atuantes em Natal-RN, utilizando questionários estruturados para investigar as ferramentas de gerenciamento de projetos mais utilizadas, o grau de familiaridade dos engenheiros com essas ferramentas e a percepção sobre sua eficácia na gestão de prazos, custos e qualidade das obras. Essa abordagem mista permitirá uma análise detalhada tanto do cenário atual quanto da percepção dos profissionais, contribuindo para um entendimento mais aprofundado do uso das ferramentas de gerenciamento na construção civil.

(Resultados) Os resultados esperados do estudo devem revelar quais são as ferramentas de gerenciamento de projetos mais populares entre os engenheiros de Natal-RN. Além disso, será possível identificar as principais razões para a adoção ou rejeição dessas ferramentas. A pesquisa também pretende destacar lacunas no conhecimento ou na aplicação dessas ferramentas, indicando áreas que demandam maior treinamento ou suporte. Outro aspecto a ser explorado é a relação entre a percepção da eficácia das ferramentas e o sucesso dos projetos, o que pode oferecer noções sobre como melhorar a gestão local.

(Conclusão) Conclui-se que as dados da pesquisa oferecem informações valiosas para a prática do gerenciamento de projetos na região de Natal-RN. Compreender como os engenheiros percebem as ferramentas disponíveis pode facilitar a criação de estratégias que incentivem o uso eficaz dessas tecnologias, aprimorando a gestão de obras e contribuindo para um desenvolvimento urbano mais sustentável e eficiente. As sugestões derivadas desta pesquisa têm o potencial de gerar melhorias significativas nos processos da construção, impactando positivamente a qualidade das obras e a capacitação dos profissionais. Além disso, a pesquisa serve como ponto de partida para futuras investigações sobre o gerenciamento de projetos na engenharia civil, ampliando o conhecimento sobre as melhores práticas e os desafios enfrentados pelos profissionais da área. O estudo visa, assim, não apenas enriquecer o campo acadêmico, mas também apoiar a prática profissional, promovendo a evolução contínua do gerenciamento de projetos na engenharia civil em Natal-RN.

Palavras-chave: ferramentas; gerenciamento; projetos; engenheiros de obras.

PERCEPÇÃO DO USO DAS FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ENTRE OS ENGENHEIROS DE OBRAS ATUANTES NA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Enrique de Medeiros Jeronimo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mundo está passando por mudanças sociais, econômicas e culturais significativas, impulsionadas principalmente pela globalização, reconfigurações geopolíticas e avanços científicos. Nesse ambiente, a competição empresarial se intensifica. A agilidade e a capacidade de oferecer novos produtos e serviços se tornam não apenas vantagens competitivas, mas talvez essenciais para a sobrevivência das empresas. A inovação tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços devem ser prioridades nas agendas executivas. Para que isso aconteça efetivamente, alguns fatores críticos se destacam: agilidade, adaptação, capacidade de inovar e o aprimoramento contínuo dos processos internos. Em resposta a essa nova realidade, as empresas estão investindo no fortalecimento de seus sistemas de gerenciamento de projetos. O gerenciamento de projetos é uma disciplina essencial na engenharia civil, especialmente em obras de grande porte que demandam a coordenação eficaz de recursos, prazos e qualidade. Em Natal-RN, a crescente urbanização e os desafios inerentes ao desenvolvimento urbano têm destacado a importância do uso de ferramentas de gerenciamento de projetos entre os engenheiros de obras. Esses aspectos ajudam a garantir que os projetos sejam concluídos no prazo, dentro do orçamento e com a qualidade desejada.

(Metodologia) O estudo será conduzido por meio de uma pesquisa de campo com engenheiros de obras atuantes em Natal-RN. A metodologia inclui a aplicação de um questionário estruturado, que abordará aspectos como as ferramentas de gerenciamento de projetos mais utilizadas, o grau de familiaridade dos engenheiros com essas ferramentas, e a percepção sobre sua eficácia na gestão de prazos, custos e qualidade das obras. Além disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas para aprofundar a compreensão dos desafios e benefícios percebidos pelos engenheiros. Os dados coletados serão analisados estatisticamente, com a utilização de métodos descritivos e inferenciais para identificar padrões e correlações. Espera-se que o estudo revele quais são as ferramentas de gerenciamento de projetos mais populares entre os engenheiros de Natal-RN e quais são as principais razões para sua adoção ou rejeição. Além disso, o estudo pretende identificar lacunas no conhecimento ou na aplicação dessas ferramentas, apontando para áreas onde é necessário maior treinamento ou suporte. Os dados foram analisados qualitativamente, buscando identificar padrões nas respostas.

(Resultados) Os resultados poderão indicar também como a percepção sobre a eficácia das ferramentas está relacionada ao sucesso dos projetos, oferecendo insights para melhorias na prática de gerenciamento de projetos na região.

(Conclusão) A pesquisa poderá contribuir para a formulação de estratégias que incentivem o uso mais eficiente dessas ferramentas, potencializando os resultados das obras na cidade.

Palavras-chave: gerenciamento; projeto; cronograma.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE CONCRETO MASSA

Autor(es):

José Luciano Vasconcelos Alves Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto massa é amplamente utilizado em obras de grande escala, como barragens, fundações e grandes estruturas, devido à sua capacidade de suportar grandes volumes sem comprometer a integridade da estrutura. Diferente dos concretos convencionais, a principal preocupação no concreto massa é o controle do calor de hidratação gerado pela reação entre o cimento e a água, que pode causar fissuração térmica em estruturas de grandes dimensões. A seguir, é apresentada uma revisão da literatura sobre o tema.

(Metodologia) Para estudar o concreto massa, foram realizados ensaios laboratoriais e análises de campo. A metodologia incluiu a dosagem adequada dos materiais, controle da temperatura durante o processo de cura e testes de resistência à compressão. Em alguns casos, foram utilizados sensores de temperatura em grandes volumes de concreto para monitorar o calor de hidratação. Adicionalmente, simulações computacionais foram realizadas para prever o comportamento do concreto ao longo do tempo.

(Resultados) De acordo com Neville (1997), o concreto massa pode ser definido como aquele em que dimensões suficientemente grandes exigem considerações especiais em termos de controle de calor e dissipação de temperatura durante o processo de cura. O calor de hidratação, que é gerado pela reação do cimento com a água, tende a ser elevado em grandes volumes de concreto, resultando em gradientes de temperatura que podem provocar fissuras internas, comprometendo a durabilidade da estrutura. Segundo Mehta e Monteiro (2014), a temperatura interna do concreto massa pode chegar a níveis críticos se não for devidamente controlada, o que aumenta o risco de fissuração térmica. Métodos para reduzir esse efeito incluem a utilização de cimentos com baixo calor de hidratação, como o cimento Portland de baixo calor, ou a adição de materiais cimentícios suplementares (MCS), como cinzas volantes, escória de alto-forno e sílica ativa. Esses materiais reduzem a quantidade de calor gerado durante a hidratação do cimento e melhoram a durabilidade do concreto. Diversos estudos indicam que o uso de MCS pode ser benéfico para o concreto massa. Por exemplo, Bentz e Peltz (2008) demonstram que a substituição parcial do cimento Portland por cinzas volantes reduz significativamente o calor de hidratação e, ao mesmo tempo, melhora as propriedades mecânicas a longo prazo. A escória de alto-forno, por sua vez, também contribui para a redução do calor gerado, além de melhorar a resistência à penetração de íons cloreto. A literatura enfatiza a importância do monitoramento da temperatura em grandes estruturas de concreto massa. De acordo com Rollins *et al.* (2013), o uso de sensores de temperatura distribuídos ao longo da estrutura permite o controle preciso do gradiente térmico. Esse tipo de monitoramento é essencial para evitar a fissuração térmica durante as fases iniciais de cura, quando a temperatura interna do concreto atinge seus níveis mais altos.

(Conclusão) A revisão da literatura mostra que o concreto massa é um material essencial para grandes estruturas devido à sua capacidade de suportar grandes volumes e cargas. No entanto, o controle do calor de hidratação é um aspecto crítico para garantir a durabilidade e integridade da estrutura. O uso de materiais cimentícios suplementares e o monitoramento da temperatura são soluções amplamente recomendadas. À medida que a tecnologia avança, novas abordagens para controle térmico e metodologias de monitoramento continuarão a melhorar a aplicação do concreto massa em grandes obras de infraestrutura.

Palavras-chave: Concreto massa; obras de grande porte; fissuras; calor de hidratação.

SISTEMA DE CAPTAÇÃO E REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO E REUSO DE ÁGUA, COMO APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA E ÁGUAS CINZAS

Autor(es):

Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Arthur Macedo de Araujo Matias da Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O consumo de água potável nas grandes cidades tem se tornado uma preocupação crescente devido à sua escassez, especialmente em períodos de seca. A urbanização desenfreada, o crescimento populacional e as mudanças climáticas são fatores que aumentam a demanda por soluções mais sustentáveis no uso dos recursos hídricos. Nesse contexto, os sistemas de captação e reaproveitamento de água, como a água da chuva e águas cinzas, são alternativas viáveis para reduzir o consumo de água potável e garantir uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos em edificações. O aproveitamento da água da chuva é uma prática que visa captar a água proveniente de precipitações atmosféricas, armazená-la e utilizá-la para fins não potáveis, como irrigação, limpeza e descargas de vasos sanitários. As águas cinzas, por sua vez, referem-se às águas residuais geradas em atividades domésticas como lavagem de roupas e chuveiros, que, após tratamento adequado, podem ser reutilizadas.

(Metodologia) O estudo será conduzido por meio de uma revisão bibliográfica sobre o uso de sistemas de captação e reuso de água em edificações urbanas. Além disso, serão analisados estudos de caso de projetos que implementaram com sucesso esses sistemas, observando os custos de implementação, a economia de água alcançada e os desafios técnicos enfrentados.

? Coleta de dados: será realizada uma pesquisa documental, com consulta a artigos científicos, manuais técnicos e normas regulatórias. ? Estudos de caso: análise de edificações que utilizam sistemas de captação de água da chuva e reuso de águas cinzas, focando na economia de água e na manutenção dos sistemas. ? Análise comparativa: comparação entre edificações com e sem esses sistemas, considerando os aspectos econômicos e ambientais.

(Resultados) Os estudos de caso analisados demonstraram uma redução significativa no consumo de água potável com a implementação de sistemas de captação e reuso de água. Em algumas edificações, foi possível reduzir até 40% do uso de água potável para fins não essenciais, como irrigação de jardins e descarga de vasos sanitários. Além disso, o tratamento das águas cinzas para reutilização em descargas sanitárias mostrou-se eficiente e seguro, desde que seguidas as normas técnicas para seu tratamento. Os sistemas de captação de água da chuva também mostraram-se viáveis em termos de custo-benefício, com o retorno do investimento sendo alcançado em um período de 3 a 5 anos, dependendo da localização e da infraestrutura instalada. No entanto, foi identificada a necessidade de maior conscientização e incentivos financeiros para que esses sistemas sejam amplamente adotados.

(Conclusão) A implementação de sistemas de captação de água da chuva e reuso de águas cinzas em edificações urbanas é uma solução eficaz para reduzir o consumo de água potável e promover o uso sustentável dos recursos hídricos. Além dos benefícios ambientais, como a preservação das fontes de água e a redução da sobrecarga nos sistemas de abastecimento público, há vantagens econômicas significativas para os usuários a longo prazo. No entanto, para que essa prática se torne comum, é necessário que haja políticas públicas de incentivo e uma maior conscientização da população sobre a importância do uso racional da água.

Palavras-chave: captação de água da chuva; reuso de águas cinzas; sustentabilidade em edificações; gestão de recursos hídricos; eficiência hídrica.

TORÇÃO DO AÇO

Autor(es):

Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A torção do aço está ligada a diversas coisas, como por exemplo nos dois tópicos que temos ao nosso redor, a matéria de resistência dos materiais e a engenharia civil em si só, pois é considerado um fenômeno comum nas estruturas e é algo que precisa ser estudado antes de executar qualquer estrutura, porque essa torção está diretamente ligada ao movimento do aço e muitas estruturas são feitas com intuito de não ocorrer essa torção, por isso é de extrema importância verificar suas resistências antes de fazer qualquer uso que seja.

(Metodologia) Da mesma maneira que executamos ensaio voltados para compressão, tração e tudo mais, também tem o ensaio realizado para a torção do aço, no qual é executado de maneira bem simples, o aço é colocado preso em suas duas pontas por um maquinário que deixará uma ponta totalmente paralisada evitando movimento do mesmo e a outra ponta vai rotacionar de forma lenta até que aconteça sua ruptura, com isso chegando a um resultado específico de força que foi utilizada para romper este aço que estava no teste e também vendo o grau de rotação que ele teve, desta maneira, descobrindo a resistência do mesmo, no qual facilita o estudo, calculando e vendo tudo isso na prática, pois sem os ensaios e cálculos serem executados, não tem como realizar uma estrutura que irá receber aço, portanto, como foi frizado diversas vezes, a torção do aço é um cálculo/estudo indispensável no meio estrutural.

(Resultados) Assim, os resultados andam juntamente com a parte de conclusão, já que estão ligados a parte de finalização, sendo assim, os ensaios feitos com o aço nos trás resultados muito específicos voltados a sua resistencia a torção, desta maneira, ao realizar esses ensaios podemos obter um resultado específico de força que foi utilizada para romper este aço que estava no teste e também vendo o grau de rotação que ele teve, podendo assim chegar a conclusão.

(Conclusão) Desta forma, como foi possível observar nos parágrafos acima, por mais que não pareça algo convencional nas estruturas, a torção do aço é algo que ocorre com bem mais frequência do que pode parecer, porém, tem que haver todo um estudo relacionado a resistência do material utilizado para saber se ele vai suprir suas necessidades. Assim, o cisalhamento é algo que está muito presente no mesmo, pois é uma tensão interna que está diretamente ligada a torção do aço.

Palavras-chave: torção; aço; resistência dos materiais; ensaio mecânico; engenharia estrutural.

TRABALHO EM ALTURA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E O GERENCIAMENTO DOS RISCOS OCUPACIONAIS NA CIDADE DE NATAL

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde os tempos antigos a humanidade construiu grandes obras com alturas elevadas, sejam fortificações, torres ou infra-estrutura, mais recentemente os edifícios. E dessa forma os trabalhadores na construção civil sempre tiveram que tomar algumas medidas para evitar acidentes, haja vista acidentes nesses trabalhos serem perigosos. No Brasil, até o ano de 2012, as especificações de segurança para trabalho em altura estavam presentes na NR-18 uma norma que visa a proteção dos trabalhadores da indústria da construção civil em geral. Contudo, devido ao aumento de construções verticais e um número maior de edifícios demandando mais serviços em altura resultou em um aumento número de incidentes com esse tipo de trabalho de forma a ser necessária a criação da NR35, surgindo no intuito de aperfeiçoar os critérios de segurança específicos para trabalho em altura além dos itens existentes na NR18. Em suma a NR 35 surgiu para ser uma norma específica para tratar a respeito do trabalho em altura devido ao número crescente de acidentes devido a esse tipo de serviço.

(Metodologia) Durante o presente estudo foram feitas uma revisão bibliográfica sobre o assunto e uma pesquisa de campo visitando 5 obras na cidade de Natal, além disso haverá a realização de um questionário para as construtoras que estão a frente destas obras. construção civil são uma realidade e caracterizam-se como um problema grave de saúde pública.

(Resultados) Os acidentes de trabalho provocados por queda em altura estão relacionados a ausência do uso de equipamentos de proteção individual e coletivos que eliminem o perigo, além da falta de capacitação e treinamento dos trabalhadores para a execução das atividades. O trabalho busca observar o uso correto dos equipamentos de proteção individual utilizados em trabalhos em altura e os equipamentos de proteção coletiva existentes nos dois canteiros. São estes dispositivos que promovem a proteção dos trabalhadores contra quedas e contra quedas de materiais e equipamentos. Será possível observar a forma como as normas são aplicadas e cumpridas no decorrer das construções visitadas, analisando as conformidades e inconformidades em relação às legislações de segurança do trabalho.

(Conclusão) O risco de queda existe em vários ramos de atividades, devemos intervir nestas situações de risco, regularizando o processo e tornando os trabalhos mais seguros, promovendo assim a capacitação dos trabalhadores que realizam trabalhos em altura, no que diz respeito à prevenção de acidentes no trabalho, análise de risco, uso correto e particularidades do EPI e EPC para trabalho em altura, condutas em situações de emergência, assuntos relacionados e sempre levando em consideração o uso correto das Normas Regulamentadoras.

Palavras-chave: NR-35; EPI; trabalho em altura.

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA DE REBOCO PARA FACHADA

Autor(es):

Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção civil teve um grande avanço nos últimos anos, A utilização de argamassa industrializada de reboco para fachadas tem se tornado uma solução eficiente e prática, devido à sua uniformidade e qualidade controlada. Esse tipo de argamassa é fabricado em indústrias, o que garante a padronização de sua composição, diferentemente das misturas feitas em obra, que podem apresentar variações que afetam o desempenho. Sua aplicação proporciona maior aderência e resistência mecânica, além de reduzir o tempo de execução e os desperdícios de material.

(Metodologia) Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de avaliar o desempenho de argamassas industrializadas de reboco para fachadas por meio de ensaios laboratoriais específicos. Para tal, foram realizados ensaios de absorção de água, resistência à compressão e aderência, a fim de verificar a qualidade e as propriedades mecânicas da argamassa em condições controladas. Inicialmente, as amostras de argamassa industrializada foram preparadas de acordo com as instruções do fabricante, respeitando as proporções de mistura e o tempo de cura recomendado. As amostras foram submetidas a um ciclo de secagem e cura, assegurando a homogeneidade dos corpos de prova.

(Resultados) Nesta seção. O foco principal foi avaliar a capacidade de absorção de água da argamassa em comparação com os padrões normativos, além de verificar sua resistência mecânica e aderência. Resultados de Absorção de Água Os ensaios de absorção de água foram conduzidos conforme as normas técnicas, e os resultados de absorção para os corpos de prova (CP) são apresentados a seguir: CP 1: 2,90% CP 2: 3,05% CP 3: 2,72% CP 4: 1,95% CP 5: 2,94% CP 6: 2,97% CP 7: 2,00% CP 8: 2,42% CP 9: 1,84% CP 10: 4,01% CP 11: 2,99% A média da absorção de água entre os corpos de prova foi de 2,71%, com um desvio padrão de 0,60%. Esses valores indicam que a variação entre os corpos de prova foi relativamente baixa, exceto por alguns casos pontuais que apresentaram valores mais elevados, como no CP 10. Conformidade com a Norma Os resultados obtidos indicam que a argamassa industrializada está dentro dos parâmetros aceitáveis de absorção de água para a aplicação em fachadas, atendendo às exigências normativas. A baixa variação nos resultados sugere uma boa consistência no processo produtivo e aplicação da argamassa. Resistência Mecânica Nos ensaios de resistência mecânica, a argamassa industrializada de reboco foi aprovada, apresentando resultados dentro dos limites normativos, garantindo seu uso seguro e eficiente em fachadas. Esses resultados confirmam que o produto fornece a robustez necessária para a aplicação em grandes áreas e estruturas externas. Aderência Os resultados dos ensaios de aderência serão disponibilizados até a data de apresentação no Congresso Nacional de Iniciação Científica (CONIC). Até o momento, as expectativas são de que a argamassa industrializada mantenha um desempenho equivalente ou superior ao das argamassas convencionais.

(Conclusão) Os resultados indicam que a argamassa industrializada de reboco para fachadas atende aos requisitos normativos de resistência mecânica e absorção de água, mostrando-se uma solução viável para revestimentos externos. Com uma média de absorção de água de 2,71%, o material apresentou boa consistência e menor suscetibilidade à umidade, o que pode aumentar a durabilidade das fachadas. A resistência mecânica foi aprovada e, apesar de os resultados de aderência ainda serem aguardados, espera-se um desempenho satisfatório. Assim, a argamassa industrializada oferece vantagens como maior controle de qualidade e uniformidade.

Palavras-chave: argamassa industrializada; fachada; reboco.

VANTAGENS DO CONCRETO COM ADIÇÃO DE FIBRA DE VIDRO

Autor(es):

Ricardo Luiz dos Santos Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo de materiais de construção revela inovações voltadas para aprimorar o desempenho e reduzir custos, beneficiando o setor da construção civil. As fibras de vidro, em particular, surgem como uma valiosa adição ao concreto, melhorando suas propriedades e a durabilidade das obras em ambientes adversos. A avaliação adequada do ambiente para a utilização dessas fibras é crucial, pois resulta em concreto com maior resistência à tração e capacidade de suportar tensões, diminuindo a necessidade de manutenções e custos a longo prazo. Promover a conscientização sobre as vantagens do uso de fibras de vidro pode aprimorar a qualidade das edificações e tornar o setor mais eficiente e sustentável, atendendo às exigências de segurança, economia e sustentabilidade nas construções.

(Metodologia) A proposta inicial da seção é apresentar os experimentos de Bonifácio (2014) de Resistência a flexão e Resistência a tração dos corpos de prova de Concreto com adição de fibras de vidro e as conclusões de Carvalho (2011) a respeito das características físicas e químicas da fibra de vidro em obras de Engenharia Civil.

(Resultados) Nos ensaios de Bonifácio (2014), o concreto reforçado com fibras de vidro apresentou uma melhoria de 6,1% no teste de flexão e um aumento de 3,7% na resistência em comparação ao concreto tradicional durante o ensaio de tração por compressão diametral. Carvalho (2011) ressalta que a substituição de barras de metal por barras de fibra (FRP), especialmente de vidro, é vantajosa em ambientes sujeitos a intemperismos, onde as barras de metal oxidariam rapidamente. Essa troca elimina a preocupação com a corrosão do aço, tornando a construção de edificações sem esse material uma alternativa atrativa.

(Conclusão) Conclui-se que a adição de fibra de vidro ao concreto diminui a fissuração e aumenta a resistência à tração, permitindo a redução das armaduras. Além disso, o uso de barras de FRP é vantajoso em determinadas obras devido às suas propriedades que evitam a oxidação. Outro aspecto importante é o custo relativamente baixo das fibras de vidro, pois a energia necessária para sua produção é inferior à utilizada na fabricação do aço, resultando em um custo final reduzido.

Palavras-chave: concreto; fibra; vidro; propriedades.

VIGAS DE GERBER: ANÁLISE DE SISTEMAS DE VIGAS ISOSTÁTICAS COM APOIOS INTERMEDIÁRIOS

Autor(es):

Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Brenda Vieira Costa Fontes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A base para as construções da engenharia civil são os elementos estruturais tridimensionais, que devem ser capazes de receber, suportar e transmitir carregamentos entre si por meio dos esforços internos. Dentre estes elementos estruturais temos a viga, majoritariamente submetida a carregamentos transversais ao seu eixo longitudinal. Projetar elementos financeiramente econômicos e seguros são alguns dos pilares da engenharia civil. Isto significa que procurar meios que reduzem o custo de construções sem que coloque em risco a sociedade em geral é essencial para um projeto de qualidade. As vigas devem ser projetadas para suportar os esforços internos, sendo eles: esforços cisalhantes, que causam rupturas na seção transversal; esforços normais, que submete a estrutura a compressão ou tração; e o momento fletor, que é a resultante da flexão que a estrutura pode sofrer. Nesse estudo, iremos analisar o sistema de construção de vigas Gerber, que busca diminuir os esforços de momento fletor no qual as vigas contínuas estão submetidas, transformando estruturas hiperestáticas em isostáticas.

(Metodologia) Para análise desse sistema construtivo é preciso compreender alguns conceitos das condições de equilíbrio de uma estrutura. Onde assumimos que, para uma estrutura isostática, o número de equações de equilíbrio é igual ao número de restrições fornecidas pelos apoios, além de que, o somatório de todos os esforços atuando na estrutura são nulos. No caso da viga Gerber, a estrutura é “[...] formada pela associação de vigas simples isostáticas com alguma delas apoiadas em outras que lhe darão suporte” (Moreira, 2019, p.5). Em sua maioria, o sistema é utilizado para análise e projeção de grandes vãos, onde será necessário a utilização de diversos apoios. Nesses casos, a adição de apoios acrescenta mais restrições e desequilibra a igualdade entre o número de equações de equilíbrio e número de restrições, tornando a estrutura hiperestática. No entanto, ao utilizar o sistema de viga Gerber, quando utilizado o método dos cortes, cada rótula é capaz de neutralizar uma restrição momentaneamente, podendo transformar a estrutura antes hiperestática em isostática. O método dos cortes consiste no seccionamento e superposição da estrutura, onde são analisados os trechos da estrutura que possuem estabilidade própria e em seguida os esforços são transmitidos para os trechos seguintes.

(Resultados) O sistema de construção e vigas Gerber oferece vantagem com relação aos esforços nulos de momento fletor nas articulações (ou rótulas), o que reduz a flexão sofrida pela viga. No entanto, já foi documentado a necessidade de cuidados redobrados quanto à execução de vigas desse tipo, principalmente em relação ao contraventamento, ou sistema de proteção contra o vento nas estruturas.

(Conclusão) Em conclusão, projetos que utilizam o sistema construtivo de vigas Gerber podem reduzir as seções das vigas, visto que as solicitações de esforços de momento fletor diminuem. Com isso, projetos de infraestrutura, onde o sistema é mais amplamente utilizado, podem ter uma redução significativa quanto à saúde econômica da construção.

Palavras-chave: vigas; gerber; isostática.

VIVER BEM: PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA PARA IDOSOS

Autor(es):

João Victor Ferreira Felix: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Gustavo Xavier de Holanda Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Pedro Costa do Nascimento: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Vinicius Silva Torres: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo apresenta o Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar (PQVeB), voltado para idosos da comunidade, com o intuito de promover a saúde física, mental e social. A iniciativa busca combater a solidão e o isolamento social, oferecendo atividades acessíveis que incentivem uma rotina ativa e saudável.

(Proposta do roteiro) O roteiro é dividido em partes, começando com Matheus introduzindo o programa e explicando a pesquisa realizada com 30 idosos para entender seus desafios. João Pedro, então, detalha as ações do programa, que incluem sessões de exercícios físicos adaptados, encontros sociais para promover a socialização e acompanhamento de saúde com profissionais qualificados. Matheus complementa com informações sobre a implementação prática, locais das atividades e cronograma, ressaltando a presença de facilitadores e profissionais de saúde. O vídeo conclui com a ênfase no impacto positivo esperado do programa na vida dos participantes.

(Efeitos esperados) A produção do vídeo visa aumentar a conscientização sobre a importância do bem-estar dos idosos na comunidade, incentivando a participação no PQVeB. Espera-se que o programa fortaleça laços comunitários, melhore a qualidade de vida dos participantes e mostre que a idade não é um obstáculo para uma vida ativa e socialmente integrada. Além disso, a divulgação nas redes sociais pode gerar interesse e inscrições, aumentando o alcance e a eficácia do programa.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 24

2024

GRADUAÇÃO INFORMÁTICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



A TECNOLOGIA E SEUS MECANISMOS PARA O ENSINO

Autor(es):

Antonio Alves Severiano: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Guilherme Melo de Brito dos Santos: Discente do curso de do UNI-RN
Yan Nunes Araujo dos Santos: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Artur Felipe Souza da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
João Carlos Figueiredo Bezerra: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A rápida evolução das tecnologias tem impactado significativamente a educação contemporânea, promovendo mudanças no ambiente escolar e universitário através da integração de tecnologias da informação. Essa transformação exige a atuação de especialistas em educação, computação e desenvolvimento de software para garantir a eficácia das inovações. Este estudo explora como jogos, inteligência artificial e softwares podem ser utilizados de forma a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, destacando sua importância na formação educacional contemporânea.

(Metodologia) A metodologia utilizada consistiu na investigação de fenômenos, contextos e dados do contemporâneo tecnológico e a forma comum de plano de ensino atual, juntando informações de outros 5 artigos científicos, alguns sendo: ? Uso de jogos digitais para o ensino de engenharia de software? de autoria: Lúcia Fernandes e Cláudia Werner, ?Construção de Plataformas Digitais durante o Ensino de Engenharia de Software: um Relato de Experiência? de autoria: Simone S. R. Souza, Bruno H. Oliveira, Filipe Grillo e Christian De Cico.

(Resultados) O artigo explora a importância da tecnologia na educação, destacando o modelo andrológico, baseado no ensino para adultos, que possui como princípios a autonomia, experiência prévia e motivação interna. Também utiliza de jogos digitais como ferramentas de aprendizado. Enfatiza a integração de teoria e prática, juntamente com a aplicação de inteligência artificial para otimizar processos e a necessidade de segurança da informação nas instituições. Além disso, propõe o uso de frameworks para organizar o ensino e facilitar a tomada de decisões.

(Conclusão) A utilização de ferramentas e jogos, juntamente com metodologias ágeis, demonstrou ser altamente eficaz no ensino de engenharia de software. O suporte da inteligência artificial potencializa essas abordagens, tornando-se uma parceira valiosa no processo educativo. Nosso estudo confirmou que a aplicação de metodologias adequadas pode superar os desafios do ensino superior, promovendo um aprendizado mais significativo. Em suma, defendemos que o ensino de engenharia de software deve integrar teoria e prática, onde cada aspecto complementa o outro. Uma abordagem exclusivamente teórica é insuficiente para atingir os objetivos educacionais desejados.

Palavras-chave: ensino; tecnologia; educação; inteligência artificial.

COMO A PRÁTICA E A TEORIA NO ENSINO DA ENGENHARIA DE SOFTWARE SE COMPLETAM

Autor(es):

Yan Nunes Araujo dos Santos: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
João Carlos Figueiredo Bezerra: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) A engenharia de software “[...] é uma disciplina de engenharia que se preocupa com os aspectos da produção de software, desde sua concepção inicial até sua operação e manutenção” (Sommerville, 2018, p. 5). Logo, temos um grande desafio no ensino da matéria em específico, relacionar a parte teórica com exercícios práticos que devem dar base de sustentação à teoria. Os aspectos aprofundados nesta pesquisa, é o experimento envolvendo alunos e professores do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC/USP) e da empresa Arquevei Serviços Online Ltda. Pretendemos demonstrar por meio da pesquisa, o resultado da junção da teoria e prática no ensino da matéria de engenharia de software.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de um estudo onde utilizamos a pesquisa bibliográfica do artigo: “Construção de plataformas digitais durante o ensino de engenharia de software” de autoria: Simone S. R. Souza, Bruno H. Oliveira, Filipe Grillo e Christian De Cico, eles utilizaram um método qualitativo, envolvendo alunos e professores do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC/USP) e da empresa Arquevei Serviços Online Ltda. Nesse experimento, foi conduzido aulas práticas da matéria, após as aulas foram ministrados projetos que utilizaram metodologias ágeis para seu desenvolvimento e no final uma entrevista com os alunos.

(Resultados) Observando as metodologias utilizadas no experimento, notamos um bom equilíbrio entre teoria e prática, foram ministradas aulas teóricas antes de partir para a prática. Os estudantes demonstraram uma dificuldade inicial com a aplicação do scrum, porém logo após a primeira Sprint, foi reorganizado os períodos de entrega. Podemos notar que o scrum, por ter ferramentas que analisam sua própria organização, pode agilizar até mesmo na sua curva de aprendizagem. Os alunos, tiveram uma melhoria na prática “de dividir o problema a ser desenvolvido em atividades, priorizá-las e estabelecer cronogramas razoáveis para o desenvolvimento do projeto” (Simone *at al.*, 2018, p. 9). Notamos um desenvolvimento em habilidades de construção de projetos.

(Conclusão) A pesquisa conclui que a utilização de metodologias ágeis pode ser uma alternativa efetiva para a aprendizagem em geral, melhorando características importantes como organização, agilidade, capacidade cognitiva, construção de projetos e comunicação. Um fator diferencial seria a divisão simplificada entre aulas teóricas com conteúdo expositivos, discussões em grupo e exercícios cria uma base para o aluno colocar as atividades em prática com o desenvolvimento e implementação do projeto em conjunto com interação entre as equipes na atividade. O cronograma também ajuda bastante no desenvolvimento dos alunos, um forte exemplo seria uma tabela ou kanban board do que deve ser entregue pelos alunos ao longo do projeto. Tal ação deixa específico o objetivo final e quais etapas podem ser sequencialmente concluídas ao longo do percurso.

Palavras-chave: engenharia de software; metodologias ágeis; ensino; educação.

IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS EMPRESARIAIS

Autor(es):

Clarice do Nascimento Soares: Discente do curso de do UNI-RN
Madson Fernandes Bernardo: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Sebastião Cláudio Lima de Farias: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo analisa o impacto da Inteligência Artificial (IA) na automação de processos empresariais, uma área em rápida evolução que tem se mostrado crucial para a competitividade das organizações no século XXI. A automação, tradicionalmente centrada em tarefas repetitivas e baseadas em regras, tem se transformado com a integração da IA, permitindo uma abordagem mais dinâmica e adaptativa. O aumento da complexidade e da competitividade no mercado global tem levado as empresas a buscar formas de otimizar suas operações, e a IA se destaca como uma ferramenta indispensável para alcançar vantagens competitivas.

(Metodologia) Os critérios de seleção incluíram a relevância direta para a automação de processos empresariais, a qualidade metodológica dos estudos e a inclusão de análises que abordam tanto benefícios quanto desafios da IA.

(Resultados) Os resultados indicam que a IA pode aumentar significativamente a eficiência operacional. Sistemas de IA realizam tarefas mais rapidamente e com menor margem de erro em comparação com humanos, o que é particularmente vantajoso em áreas como o atendimento ao cliente, onde chatbots podem fornecer respostas instantâneas e precisas. Além disso, a automação com IA pode levar a uma redução de custos operacionais substancial, com estudos apontando uma economia de até 30%. A capacidade da IA de analisar grandes volumes de dados e gerar insights preditivos também é um dos principais benefícios, ajudando as empresas a identificar padrões que informam decisões estratégicas.

(Conclusão) Entretanto, a implementação da IA apresenta desafios consideráveis. A complexidade técnica requer investimentos significativos em infraestrutura e expertise, além da necessidade de garantir que os sistemas de IA integrem-se de maneira eficaz às plataformas existentes. Questões relacionadas à segurança e privacidade dos dados são cada vez mais relevantes, exigindo que as empresas adotem práticas rigorosas para proteger informações sensíveis e cumprir regulamentações, como o GDPR. Outro aspecto crítico é o impacto da automação no emprego. Embora a IA possa aumentar a eficiência e reduzir custos, a substituição de certas funções pode gerar desafios sociais e econômicos, demandando a requalificação da força de trabalho e uma gestão cuidadosa das mudanças organizacionais. Os casos de estudo da Amazon e do IBM Watson exemplificam a eficácia da IA na automação. A Amazon, por exemplo, tem utilizado robôs em seus centros de distribuição, aumentando a capacidade de processamento em 25%. O IBM Watson, aplicado em setores como a saúde, demonstrou uma precisão superior ao diagnóstico de doenças em comparação a médicos humanos, destacando o potencial transformador da IA. Conclui-se que a integração da IA na automação de processos empresariais representa uma mudança significativa na operação das empresas. Os benefícios incluem melhorias na eficiência, redução de custos e uma capacidade aprimorada de tomar decisões informadas. No entanto, os desafios técnicos e sociais precisam ser abordados de forma proativa. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem estratégias para otimizar a implementação da IA e desenvolver soluções que mitiguem os desafios identificados, garantindo que as organizações possam aproveitar plenamente as oportunidades que a IA oferece.

Palavras-chave: inteligência artificial; automação; eficiência operacional; desafios; casos de estudo Angsana New.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ESTADO ATUAL E TENDÊNCIAS

Autor(es):

Mauro Gabriel Maia Santiago: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Esdras Lucas Sousa Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Guilherme Melo Cortez Filho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Yvson Zarif Teixeira de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Fabício Dantas Alves: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inteligência artificial (IA) está em constante evolução e consolidação, sendo considerado uma das principais tecnologias transformadoras e mais relevantes da atual era digital. A IA se estende desde a simulação inicial do pensamento humanizado até as aplicações em aprendizado de máquina, visão computacional e processamento de dados. No entanto, à medida que esta tecnologia avança, alguns desafios surgiram e preocupações como substituição de mão de obra, questões éticas e sociais. Este artigo explora o estado atual da inteligência artificial, destacando tendências emergentes e fazendo previsões sobre o futuro deste modelo emergente com base em avaliações Bibliografia sistemática e análise de fontes profissionais de artigos e pesquisas científico.

(Metodologia) A pesquisa para o estudo foi feita através da revisão de artigos científicos e palestras de especialistas em inteligência artificial. Foram consultados também algumas bases de dados científicas e artigos compilados. A seleção dos artigos foi feita de modo a garantir como isso afeta o assunto. As informações foram extraídas de cada artigo, incluindo título, ano de publicação, objetivo sobre a pesquisa, os métodos utilizados e os resultados mais importantes sobre o tema da ? inteligência artificial, seus desafios e tendências futuras?.

(Resultados) O estudo aponta que muitos fatores influenciam o estado atual da inteligência artificial, como aumento do poder de computação; informação, especialmente em aprendizado de máquina (ML) e redes profundas. Algumas tecnologias como análise preditiva e automação estão mudando vários setores, em áreas como saúde, finanças, entretenimento, educação, medicina e indústria. No entanto, a IA também está liderando um problema significativo devido a mudanças nas atividades humanas. O maior desafio é substituir o trabalho humano pela automação, sem gerar prejuízos a sociedade. Alguns problemas, como a falta de transparência dos algoritmos na tomada de decisão, abuso de inteligência artificial e o preconceito no conhecimento da tecnologia presencial, mostram a necessidade de criar leis para reduzir o uso de inteligência artificial e da automação. O uso da IA sem controles e restrições adequados podem aumentar a desigualdade social, ao concentrar o poder em certas empresas de tecnologia que processam os dados e algoritmos.

(Conclusão) A Inteligência Artificial oferece um futuro brilhante e pode mudar positivamente o seu desenvolvimento em muitos níveis da sociedade. No entanto, é importante notar que estes avanços não são isentos de riscos, se fazendo necessário desenvolver políticas e padrões para acompanhar os avanços tecnológicos, de modo a garantir que os benefícios da IA ?? sejam bem distribuídos nos mais variados setores da sociedade, além de promover benefícios a sociedade, pregando a igualdade social, equidade tecnológica e a inclusão.

Palavras-chave: inteligência artificial; aprendizado de máquina; redes neurais; tendências de IA.

O USO DE MACHINE LEARNING EM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS ATRAVÉS DE EXAMES DE IMAGEM

Autor(es):

Matheus Augusto Lemos de Sousa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Sérgio Dantas De Goes Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Caroline Fernandes da Costa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Victor Rodrigues da Silva Fonseca: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sabemos que, a cada dia que passa, a população aumenta e, cada vez mais, cresce a procura por acompanhamento médico com aptidão. Podemos afirmar que, se tivermos exames melhores e que utilizam inteligência artificial (IA), o trabalho do médico que nos acompanha será facilitado. Como benefício, teremos agilidade na entrega dos exames, e na qualidade das imagens, que passarão a não ser apenas qualitativas. Com uma melhor qualidade nas imagens dos exames, será possível identificar se possuímos ou não alguma doença e, além disso, obter diagnósticos sobre a malignidade ou benignidade, gravidade, tamanho, entre outros aspectos. Atualmente é visto o crescimento do uso de técnicas de Machine Learning (ML) na análise de exames de imagem para aprimorar diagnósticos médicos. O problema de pesquisa foca na necessidade de melhorar a acurácia e a eficiência dos diagnósticos médicos, aproveitando a inteligência artificial (IA) para oferecer resultados mais precisos e detalhados, além de agilidade na entrega dos exames. O estudo revisa métodos de ML como Redes Neurais Artificiais (RNA), Deep Learning, CAD (diagnóstico auxiliado por computador), CBIR (busca de imagens por conteúdo) e Radiômica, mostrando como cada um contribui para a melhoria dos diagnósticos por imagem.

(Metodologia) A pesquisa se baseou em revisões bibliográficas de estudos recentes e em análises de casos envolvendo técnicas de Machine Learning (ML) aplicadas a exames médicos. Foram estudados resultados de diagnósticos utilizando ML em exames como tomografia e mamografia, com análise de sensibilidade, especificidade e acurácia dos algoritmos empregados.

(Resultados) Os resultados mostraram que os algoritmos de Machine Learning melhoraram significativamente a acurácia dos diagnósticos em diversos tipos de exames de imagem, como tomografias e mamografias, entre outros. Por exemplo, exames ecocardiográficos a partir de softwares de ML foi capaz de detectar pacientes portadores de fibrilação atrial, em ritmo sinusal, com sensibilidade de 79%, especificidade de 79,5% e acurácia de 79,4%.

(Conclusão) O uso de Machine Learning em diagnósticos médicos por imagem já traz melhorias significativas, como aumento da precisão, redução de falsos diagnósticos e agilidade nos processos. No entanto, é necessário continuar o desenvolvimento e a validação de novas técnicas para ampliar ainda mais a eficiência dos sistemas de diagnóstico.

Palavras-chave: Machine Learning; diagnóstico médico; exames de imagem; inteligência artificial.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Autor(es):

Gabriel Ricco Dantas Cavalcanti: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Paulo Roberto Lemos dos Santos Machado: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A computação em nuvem tem revolucionado o gerenciamento de dados, oferecendo escalabilidade, flexibilidade e redução de custos operacionais. Entretanto, à medida que a adoção dessa tecnologia aumenta, surgem desafios relacionados à segurança da informação. Organizações que utilizam a nuvem precisam lidar com ameaças cibernéticas, como ransomware e vazamento de dados, além de regulamentações rigorosas, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, com base em cinco artigos científicos publicados recentemente. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas como SciELO e Google Acadêmico, abordando temas como criptografia, autenticação e o modelo de responsabilidade compartilhada na nuvem. Os artigos selecionados foram analisados segundo sua relevância e qualidade metodológica, permitindo a identificação de estratégias e soluções emergentes para os problemas de segurança na nuvem.

(Resultados) A análise dos artigos revelou que, apesar dos benefícios da computação em nuvem, como a escalabilidade e a redução de custos, a segurança da informação é uma preocupação significativa para as empresas. Um dos principais desafios identificados é a proteção de dados sensíveis em ambientes multi-inquilino, onde várias organizações compartilham a mesma infraestrutura física. Estratégias como o uso de Planos de Recuperação de Desastres (DRP) se mostraram eficazes para garantir a continuidade dos negócios em caso de falhas ou incidentes. Além disso, a criptografia e a autenticação multifatorial foram identificadas como ferramentas fundamentais para garantir a confidencialidade e integridade dos dados. Outro ponto crucial levantado foi a importância do entendimento claro do modelo de responsabilidade compartilhada entre provedores de serviços e clientes. A falta de clareza sobre os papéis de cada parte pode resultar em lacunas de segurança, expondo as empresas a riscos. A conformidade com regulamentações como o GDPR e a LGPD também foi destacada como essencial para a proteção de dados e para evitar sanções legais.

(Conclusão) A segurança da informação em ambientes de computação em nuvem é um campo que exige atenção contínua e inovação constante. As organizações devem adotar uma abordagem proativa, implementando medidas robustas de segurança, como criptografia, autenticação multifatorial e DRPs. Além disso, é crucial que as empresas compreendam e gerenciem adequadamente o modelo de responsabilidade compartilhada, assegurando que todas as partes envolvidas cumpram seus papéis na proteção de dados. Por fim, a conformidade com as regulamentações de proteção de dados deve ser um foco central para as empresas que desejam utilizar a computação em nuvem de forma segura e eficiente.

Palavras-chave: computação em nuvem; segurança da informação; criptografia; autenticação multifatorial; responsabilidade compartilhada; recuperação de desastres; LGPD; GDPR.

